ANAIS

II SEMINARIO NACIONAL PRATICAS SOCIAIS, NARRATIVAS VISUAIS E RELAÇÕES DE PODER: VISÕES CONTEMPORÂNEAS

20 e 22 de setembro de 2011

ANAIS

ISBN 978-85-63224-09-5

Organizadoras:
Maria da Conceição Francisca Pires,
Patricia Vargas Lopes de Araújo
Taiane Cristina da Silva

VIÇOSA, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ANAIS

II SEMINÁRIO NACIONAL PRÁTICAS SOCIAIS, NARRATIVAS VISUAIS, RELAÇÕES DE PODER: VISÕES CONTEMPORÂNEAS

VIÇOSA - MG
2012

Reitor da UFV: Luiz Cláudio Costa
Diretor do CCH/UFV: Walmer Faroni
Chefe do Departamento de História: Jonas Marçal de Queiroz
Coord. do Curso de História: Maria da Conceição Francisca Pires

Comissão Organizadora
Maria da Conceição Francisca Pires (UFV)
Patrícia Vargas Lopes de Araujo (UFV)
Taiane Cristina da Silva (UFV)

Monitores
Adriano Braz Maximiniano
Aline Viana Tomé
Ana Paula Sena Gomide
Arthur Rodrigues Pinheiro
Cilésia Lemos
Darlan Luiz Silva Santos
Eliane Aparecida Duarte Batista
Emílio Gomes de Andrade
Fernanda Generoso
João Marcos Ferreira de Paiva
Juliana de Souza Cazadei
Luana Aparecida Almeida Paiva
Lucilene Macedo da Costa
Matheus Toledo de Coelho
Marcus Vinícius Reis
Michele Aparecida Evangelista
Micheline Carmem Evangelista
Natália Fraga de Oliveira
Núbia Bastos Reis
Rômulo Nascimento Marcolino
Tatiana Maria Fontes da Silva
Thiago Henrique Mota Silva

Arte
Thiago Araujo

Fotografia
Sérgio Silva

Realização
Departamento de História – UFV

Apoio
FAPEMIG - CNPq

ISBN: 978-85-63224-09-5

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01
DIÁLOGOS DA HISTÓRIA COM O CINEMA E A LITERATURA: A NATUREZA DOS DISCURSOS

COORDENADORES: LORENA LOPES E LUÍS FERNANDO AMÂNCIO

A literatura como objeto para a nova História: renovação da Escola dos *Annales* e respostas da historiografia brasileira

Lorena Lopes da Costa[1]

Na década de 70, um grupo de historiadores e estudiosos das ciências sociais em geral, encabeçados por Le Goff e Pierre Nora, não apenas elencou e discutiu uma lista de objetos que se acreditava serem pertinentes e ricos para a pesquisa histórica, indo desde a cozinha à política, desde o fato propriamente à festa, como, ao fazê-lo, deixou claro o caminho que se reivindicava como aquele que seria o da nova história. Marcada pelas inovações teórico-metodológicas da Escola dos Annales, dirigida então por outra geração, diferente daquela de Lucien Febvre, os três volumes que compõem a *Nova História* calharam como um manifesto acerca da expansão do território de atuação do historiador. De forma que, por inovadoras que fossem as primeiras proposições dos Annales, como as proposições de Febvre, para se trabalhar com documentos pouco visitados até então na história da historiografia, como é o caso da literatura, os anos 70 marcaram o esgotamento do modelo e

[1] Mestranda da linha História e Culturas Políticas, do Departamento de História da UFMG. Bolsista do CNPq.

apontaram, portanto, para a necessidade de explorar mais e melhor determinados objetos.

Jean Storobinski foi quem, em *História: Novas Abordagens*[2], dedicou-se a pensar a relação entre o texto literário, como objeto, e seu intérprete, podendo ser, ele mesmo, o historiador. Storobinski caminha em seu manifesto por dualidades. A escolha de um objeto de estudo é uma dupla escolha: porque ela ocorre em função dos meios que se tem para explorar tal objeto, de tal maneira que eles determinam a escolha do objeto, mas também porque se escolhe os meios ou ferramentas em função do objeto. O pesquisador é, no entanto, a fonte exclusiva dessa dupla escolha. Ele se faz presente na escolha do objeto, impossibilitando-a de ser prensada como um ato ingênuo.

O objeto literário, segundo Starobinski, foi tratado pela tradição como algo que poderia ser aproveitado apenas se fosse bem trabalhado, a fim de que, liberto dos excessos e corrupções, tornado legível e confiável em seu primitivo estado, pudesse revelar a verdade A verdade do objeto literário só seria acessível, para a tradição, após esse processo de depuração, que, terminado, abria espaço para que fossem postas as interrogações do estudioso. Nessa acepção, a obra é tida como acabada. O empenho do historiador é por acessar o passado da obra, guardado por ela mesma, por mais que entremeado em seu véu.

A ideia de uma obra acabada, porém, despertou e desperta ainda um leque de incertezas. A própria versão final pode ser, nalguma medida, uma solução que revela certas variantes, mas nega ou interrompe outras. Na obra, há camadas, e cada uma delas trava um diálogo inevitável com a literatura predecessora. Ela porta múltiplas

---

[2] Ver STAROBINSKI**,** J. "A literatura: o texto e o seu intérprete". In: NORA, Pierre; MESQUITA, Henrique.; LE GOFF, Jacques. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 200 p.

ligações com um horizonte que, por isso, não se pode separar dela e que, portanto, integra-a também e, ainda, ajuda a dar o tom de sua singularidade.

Avançando em relação à abordagem tradicional, Starobinski diz de uma preocupação primeira daquele que escolheu a obra literária como objeto. É preciso garantir a esse objeto a consolidação de sua existência, sua autonomia. É preciso que a obra possa afirmar todas as suas determinações particulares. Elas subtrairiam o objeto a uma anexação ilusória. Seria necessário, enfim, fazer um investimento objetivo para resgatar na obra aquilo que ela oferece de forma análoga quando se depara com sua subjetividade: a obra oferece resistência ao leitor ou intérprete que não quer *pagar o preço da travessia do espaço interposto*[3]. O paradoxo é que o que resiste na obra exige tanto o investimento objetivo quanto o subjetivo por parte do leitor e, especialmente, do crítico. A obra revela a si própria, na medida em que seu intérprete desvenda, nela mesma, suas ligações com o mundo.

Na proposta de Starobinski, a pesquisa histórica e a descrição estrutural da obra estão, claramente, interdependentes. Mais que isso: a consciência das estruturas internas da obra deve guiar a pesquisa histórica, por meio da qual se busca seus antecedentes, sua vizinhança, seu horizonte enfim. Da mesma forma, as ideias, as palavras que compõem sua estrutura interna nada perdem com os apontamentos acerca de suas características externas.

O sucesso da empreitada crítica é marcado, diz Starobinski, por aproximar o leitor de uma espécie de totalidade, auxiliando-o a ver melhor os elementos e a forma como eles se relacionam nessa totalidade. Nela, o crítico deve respeitar em seu objeto aquilo que lhe foge ao alcance. Quanto aos métodos, evidentemente, uns se mostrarão melhores, mais esclarecedores. Mas é o intérprete mesmo

---

[3] STAROBINSKI; 1976; p.133.

que deverá assumir seus riscos, que não se restringem à escolha do método, mas também se dão com a escolha da própria obra, seu gênero, se um título apenas do autor eleito ou mais de um, os pontos de comparação, as referências. Nem quanto à ordem ou à organização propriamente da crítica, Starobinski pode adiantar o caminho.

Embora da década de 70, os escritos de Starobinski dizem de uma tendência acentuada até hoje por parte da crítica, qual seja a do estudo crítico atribuir mais importância ao estudo do texto, investindo na análise interna. Essa análise interna, não obstante, pontua o autor, não é empecilho para que se considerem os dados externos. O texto, afirma Starobinski, ao ser escolhido, aponta para uma região intratextual, que o extravasa e que, assim, aponta para o mundo que lhe é exterior, de modo que, se for insensível aos ecos externos do texto, o crítico não poderá buscar a lei que vigora em seu universo interno. Mesmo que se priorize um dos dois lados, Starobinski pontua que o limite entre eles é provisório, é alterado pelo movimento de ir e vir que deve ser o movimento da crítica.

Starobinski diz, por fim, de uma espécie de missão do intérprete, que opera uma passagem, como a origem mesma da palavra indica, do latim *interpres*, que denota agente entre duas partes:

> ela aparece como um deslocamento, no interior da mesma língua, de uma mensagem formulada num código considerado metafórico a uma mensagem formulada num código considerado como o veículo do sentido próprio[4].

A literatura como fonte fecunda: um manifesto no Brasil

Também no cenário nacional dos estudos metodológicos, a literatura foi pensada enquanto objeto para o historiador. Em projeto similar àquele dos anos 70 produzido por estudiosos franceses que buscaram, em parte, renovar os esforços iniciais da Escola dos

[4] STAROBINSKI; 1976; p.141.

Annales, surgiu no Brasil uma coletânea cuja preocupação foi igualmente explorar diferentes objetos, em potencial, férteis para o trabalho do historiador[5]: as fotografias, as obras literárias, as cartas, os diários, os discursos e os pronunciamentos, os testamentos, os inventários, os registros paroquiais e civis, os processos criminais, os materiais produzidos por órgãos de repressão e o patrimônio cultural.

Antonio Celso Ferreira, como Starobinski, foi em *O historiador e suas fontes,* o responsável por visitar a tradição e explorar as possibilidades de relação epistêmica que se pode estabelecer entre literatura e a história. Uma delas, consolidada pela historiografia tradicional e mesmo por parte da crítica literária que trabalha com interpretações históricas, segundo o autor seria aquela que enxerga a literatura enquanto fonte, num sentido geral, mas claramente hierarquizado. Fontes literárias, nesse sentido, podem ser *canais promissores para a busca de respostas*[6].

Ferreira afirma que a delimitação da fonte especificamente literária exige, a priori, uma explicação. O motivo de se estudar história por meio de fontes literárias deve ser, ele próprio, um objeto de reflexão, de tal maneira a questionar qual a concepção de literatura está em jogo e como a sociedade coeva a enxerga. O autor pontua, ainda, que o pesquisador da história deve, sim, estudar a estrutura interna das obras literárias, mas não sem compreendê-las em seu contexto histórico e social, em afinidade com Starobinski. Esse esforço de compreensão exigiria, inevitavelmente, a consulta a fontes diversas da época – orientação recorrente em boa parte dos estudiosos da literatura, que, como em obra de Lucien Febvre, acaba por revelar uma espécie de desconfiança do historiador diante do objeto literário.

[5] Ver FERREIRA, A.C. "Literatura: a fonte fecunda". In: PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 61-91.
[6] FERREIRA; 2009; p.80.

No intuito de auxiliar o historiador, o estudioso brasileiro elenca tanto perguntas para se enfrentar a fonte quanto métodos, amiúde oriundos de outros campos e habilitados a oferecer diferentes caminhos para se trabalhar o texto literário. Haveria, segundo Ferreira, perguntas elementares para investigação de tal natureza. Elas contemplariam desde o ambiente de criação da obra, o ciclo intelectual e os segmentos sociais com os quais se relacionou o autor; as escolhas na criação da obra, como, por exemplo, no que concerne ao gênero narrativo, bem com a relação do texto com a realidade circundante, na qual se busca identificar as representações do mundo social, os desejos, as angustias e frustrações compartilhadas pela coletividade. Em relação aos métodos, eles, de fato, podem auxiliar o historiador na exploração mais perspicaz da fonte literária, mas seu objetivo não deve se confundir com o pesquisador das outras áreas, como por exemplo, da crítica literária ou da teoria estética.

Qualquer que seja o norte do historiador que se debruça sobre uma fonte literária, o autor sugere que o método seja sempre construído a partir ou ao longo do contato do pesquisador com seu objeto e que, além disso, para se lidar com textos literários, um elemento se some ao método. Tal elemento advém de um modo especial de sensibilidade que esses textos, quais sejam os literários, requerem, embora a classificação possa ser útil na tentativa de fugir dos anacronismos.

O historiador, ademais, não pode se restringir à lógica dos textos. Seria preciso fazer comunicarem entre si, como já reza o lugar-comum, texto e contexto, a fim de focar a visão nas marcas que a sociedade deixou no texto, por um lado, e, por outro, entrever o significado do mesmo texto na sociedade que o gesta. A região intratextual, da qual fala Starabonski, é indiretamente confirmada pelas orientações metodológicas de Ferreira.

O autor chama atenção, em seu estudo, sobre o perigo redutor que o rótulo apresenta. Não poucas vezes simplificada, a literatura,

nomeação para um conjunto de gêneros, revelaria muitas variações mesmo dentro de um mesmo gênero. Mais fértil que enquadrar uma obra em um gênero pressuposto, seria interrogar a qual público ela se destinou e qual papel ela pretendeu cumprir em uma determinada época. O historiador deve, dessa forma, colocar à prova tanto marcos periodizadores, que organizam a classificação, quanto os significados globais dos movimentos literários, que dão sentido a ela. Não obstante, não apenas o desenvolvimento da literatura por meio de seus movimentos e reciclagens marca sua historicidade. O entendimento do próprio conceito de literatura seria diverso no tempo[7]. O autor, fazendo um breve resumo, pontua que se a formulação aristotélica de que o texto literário representa ou imita o mundo diz do entendimento sobre o entendimento da literatura próprio da Antiguidade Clássica, explica o autor, os românticos, de outra feita, incutiram ao entendimento sobre a literatura, próprio do século XIX, a ideia de que o texto literário, além de representar, também cria universos, de tal maneira, que se a formulação aristotélica é resgatada, só o é para ser também modificada. Da mesma forma, o engajamento político dos artistas do século seguinte reformulou a concepção acerca da literatura, bem como a rejeição de toda e qualquer definição universalista marcou a consciência pós-moderna, agudizada no século XXI. Apreendida de formas tão variadas, consequentemente, aquilo que seria útil como substrato para a história também variou. E, mais, afirma Ferreira, foi, por um tempo, rejeitado.

A historicidade da literatura aponta de forma clara para a inexistência de um caminho único para tratá-la como fonte ou para entendê-la em seu possível diálogo com a história – a ponto, até

[7]A questão também é trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda e estudiosos citados em sua obra.

mesmo, de desconstruir seu enquadramento enquanto fonte, embora tal proposição não seja feita pelo autor de maneira alguma.

> a historiografia levou algum tempo para admitir que a literatura pudesse contribuir para o conhecimento das experiências individuais e coletivas de homens e mulheres no tempo[8].

O apelo à literatura teria, de fato, ocorrido, primeiramente, como que para suprir a falta de documentos de uma determinada cultura, especialmente aquelas cuja distância temporal teria comprometido a disponibilidade de vestígios. As novas percepções, no entanto, reconhecendo o fato de a história comportar dimensões marcadas pela subjetividade e pela ficção, teriam aproximado historiadores e textos literários provenientes também de culturas mais bem documentadas, já que as fontes tradicionais, mesmo quando abundantes, não registram com frequência aquilo que a literatura costuma registrar, uma vez que nenhuma outra fonte diz mais sobre esse universo humano recôndito que as fontes artísticas, dentre as quais a literatura sobressair-se-ia.

Outras publicações no Brasil

Ainda no Brasil, há publicações que vêm privilegiando o diálogo da história com a literatura e, assim, experimentando diferentes formas de conduzir tal diálogo. Embora pareça faltar uma discussão conceitual mais profunda, pode ser proveitoso, citá-las.

Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Sidney Challoub, na apresentação de *A História Contada*[9], dizem de uma das possíveis maneiras de se trabalhar com a literatura. Seria essa a de historicizar a obra literária, inserindo-a no movimento mesmo da sociedade, a

---

[8] FERREIRA; 2009; p.83.

[9] CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada:** capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 362 p.

fim de perceber redes de interlocução social. A prioridade dessa escolha seria a de buscar na obra a maneira pela qual ela construiu ou representou a relação que a obra mesma estabelece entre si e a realidade que a cerca, ao invés de buscar sua autonomia em relação à sociedade.

Os organizadores são claros em sua opção metodológica. *Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico*[10]. Daí, tornar-se necessário dessacralizá-la, tomá-la sem reverências e, mais, submetendo-a ao interrogatório sistemático ao qual todo objeto de pesquisa caído nas mãos do historiador deve passar. Sendo testemunho histórico, a obra literária porta um caráter histórico. Qualquer obra é, portanto, evidência histórica determinada e, antes, situada no processo histórico. Para os autores, literatura é fonte. Mas a asserção não deixa de trazer à tona um paradoxo para o historiador. Apesar de não se poder negar o princípio de realidade da literatura ou o referencial externo do texto, é preciso, ao menos, considerar alguma especificidade na maneira como tal princípio pode se portar diante de um campo, como o literário, que, em sua noção definidora, nega a ideia de ser ele evidência objetivamente determinada.

Pereira e Challoub destacam, nesse sentido, duas considerações. Em primeiro lugar, destrinchar a especificidade de um testemunho seria ação necessária independente do tipo de testemunho que o historiador tem a frente. Seria geral, portanto, o imperativo que diz que o historiador deve considerar a especificidade de sua fonte. Com a literatura, tomada enquanto testemunho histórico, a regra não seria outra. Ela apresentaria, certamente, a esse historiador atento, sua especificidade. Fosse um livro de atas, um depoimento em processo criminal, o historiador também precisaria se ater àquilo que cada um porta de específico. Assim, para eles:

---

[10] CHALLOUB; 1998; p.7.

> posto rudemente: a interrogação da fonte literária não é, por natureza, nem mais nem menos complexa do que a interrogação de qualquer outro testemunho histórico; novamente, a literatura não "transcende"[11].

Em segundo lugar, ou a segunda consideração diria respeito à forma de inserir os autores e suas obras em processos históricos. Para tanto, o historiador precisa pensar a obra e suas características, bem com precisa pensar o autor, a escola a que pertence e sua concepção de arte. Mesmo num cenário pós-moderno, marcado pela morte do autor, os organizadores entendem que o historiador, porque historiador, deve ver o autor e sua obra como acontecimentos datados e condicionados pela história, que, por isso, expressam algo a seus contemporâneos. O mote, ao menos da coletânea, que interessaria ao historiador seria o de encontrar, por meio da pesquisa de um autor e uma obra, algo que diga sobre um país e sobre o tempo desse país.

Seguindo essa linha seria possível identificar na ficção de um autor, por exemplo, Machado de Assis[12], sentidos da história brasileira e, mesmo, seria possível identificar um diálogo da ficção com correntes do pensamento historiográfico do momento. Ou, ainda, também a literatura poderia revelar meandros de uma história das formas narrativas, como poderia também dizer, por meio dos próprios personagens, sobre uma lógica de dominação social, a partir até da visão dos dominados. A ficção permitiria, ademais[13], ao historiador vislumbrar a combate coevo de ideias e de críticas sociais, muitas vezes, identificando um esforço por firmar identidades e exaltar tradições ou, então, por registrar, no enredo, práticas e costumes de grupos populares, que forneçam ferramentas de interpretação da realidade ou que sejam contrários aos discursos

[11] CHALLOUB; 1998; p.8.

[12] Caminhos propostos por diferentes autores, estudiosos de Machado de Assis, aparecem em artigos variados dessa coletânea.

[13] Nesse caso, tomando as análises, também incluídas na coletânea, concernentes à obra de Luiz Gama.

em voga, modismos, nadando, assim, contracorrente e elucidando novos caminhos para a mesma realidade. A obra literária poderia por fim, finalizando os caminhos propostos pelos autores participantes da coletânea, testemunhar movimentos sociais mais amplos[14], dizendo da forma do autor e do movimento que o abarca, se for o caso, enxergarem determinado povo, bem como enxergarem ou se imbuírem de determinada missão.

A julgar pelo que essas possibilidades de exploração do objeto literário oferecem, fica claro que reside, de fundo, uma opção metodológica que as agrupa. O que de melhor a literatura teria para fornecer à história, segundo a obra organizada por Pereira e Challoub, seriam aquelas marcas que ela, inevitavelmente, porta de testemunho histórico, aquilo que ela carrega em si como determinação de um tempo, crivos de uma cultura e de uma realidade.

Para Sandra Pesavento, organizadora de outra publicação [15], também marcada pelo interesse na literatura como objeto da história, intitulada *Leituras Cruzadas*[16],as duas narrativas, a história e a literatura têm, em comum, o empenho em tentar capturar a vida, apresentando novamente o real. As estratégias de cada uma podem, por certo, diferir, mas todas duas criam aquilo que narram, no sentido de que são formas de fazer a realidade. Partilham a capacidade de representar e, portanto, recriam, por meio de palavras e, por conseguinte, de imagens. Todas duas lançam mão de um esforço por perceber e conhecer o mundo.

---

[14] Por fim, trata-se dos artigos que têm como objeto os autores modernistas da década de 20.

[15] O livro é resultado de um projeto maior nomeado Clíope, o qual, como se vê, já no nome homenageia as musas Clio e Calíope e dedica-se, como é de se esperar, à analise das possíveis relações entre literatura e história.

[16] Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Leituras cruzadas:** diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

Na busca da construção desse conhecimento do mundo, os métodos, as exigências e mesmo as metas podem ser diferentes ao se comparar os dois discursos. E é aí, então, segundo Pesavento, que uma musa pode ensinar à outra. O texto literário, eminentemente, trabalha com sentimentos, emoções, maneiras de falar, códigos de conduta, gestualidade e ações sociais próprias de uma época. Ao preocupar-se com essa época específica e buscar acessar suas sensibilidades, bem como a maneira dessa época representar a si própria, seus homens, sua realidade, o historiador pode, com proveito, recorrer ao texto literário.

A julgar pelos trabalhos observados, nota-se na forma como a historiografia brasileira vem trabalhando o tema, algumas diferentes formas de estabelecer o diálogo entre literatura e história são vislumbradas, muito embora a demarcação entre os dois campos, nos trabalhos avaliados, permaneça clara.

Quase um Davi e Golias: *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova* e o embate entre o poder simbólico dos intelectuais e a coerção do Estado

Luís Fernando Amâncio Santos
Mestrando em História pela UFMG/ Bolsista Capes
luis.amancio@gmail.com

A presente comunicação pretende partir do caso de *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova* (1967, de Joaquim Pedro de Andrade), para pensar o choque que houve, durante a Ditadura Militar no Brasil, entre intelectuais e o Estado. Pensamos que esse filme, que sequer foi lançado, nos serve para refletir acerca da ação dos artistas no período, que apareciam na esfera pública, através do poder simbólico do grupo que pertenciam, para contestar a política de então. Todavia, essas reivindicações contavam com represarias do Estado, cujo poder policial anulava, em muitos aspectos, a liberdade de expressão.

Palavras-chave: Cinema Novo, Ditadura Militar, poder

O século XX viu a categorização de um grupo que viria a ter importante atuação na esfera pública: os intelectuais. O "caso Dreyfus", na França, é o marco de seu surgimento. Esse episódio data de 1898, quando Emile Zola escreve um texto intitulado *J'accuse*, publicado no jornal *Aurore*, acusando injustiça e complô militar no julgamento do capitão Alfred Dreyfus. Apóiam-no, em manifesto, vários escritores, artistas e professores universitários, entre outros.

Esse evento tem grande importância por deixar marcada uma postura dos intelectuais de impor sua autoridade na busca pela

verdade e pela justiça. Os produtores de cultura, nesse momento, tratam de impor a legitimidade que sua posição de "pensadores" encerra em si, e opinam sobre assunto de política. Surge, então, uma categoria simbólica:

> O neologismo "intelectual" designa, originalmente, uma vanguarda cultural e política que ousa, no final do século XIX, desafiar a razão de Estado. No entanto, essa palavra, que poderia ter desaparecido após a resolução dessa crise política, integra-se à língua francesa. Se, por um lado, ela designa um grupo social, por outro, ela qualifica uma maneira de se conceber o mundo social, pressupondo, notadamente, uma oposição às hierarquias estabelecidas[17].

Assim, esse personagem, o "intelectual", não fica restrito a esse contexto, tendo destacada importância no século XX. Depois da Segunda Guerra, ele tem uma função social cada vez mais delimitada. Ele vai ao espaço público se pronunciar sobre o que considera certo, sendo que ter um posicionamento político se torna obrigatório. Então, mais do que um representante da razão, o intelectual passa a ser um engajado[18]. Para Edgard Morin, "a qualidade do intelectual não está necessariamente ligada à sua participação junto à *intelligentsia*, mas ao uso da profissão por e pelas idéias" (Apud: RODRIGUES, *op. cit.*: 402-403). Até em reação às atrocidades cometidas durante as duas guerras, o intelectual

---

[17] RODRIGUES, Helenice. "O intelectual no 'campo' cultural francês: do 'caso Dreyfus' aos tempos atuais". *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, julho de 2005, p. 400.

[18] Nesse trabalho, utilizamos a noção de engajamento dada por Marilena Chauí: "Tomada de posição no interior da luta de classes, como negação interna das formas de exploração e dominação vigentes em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural. Diferente do ideólogo, inserido no mercado, falando a favor do mercado". (CHAUÍ, Marilena. "O intelectual engajado: uma figura em extinção?". In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.)

entendia que era seu dever a ação, não se podia deixar que tais eventos se repetissem.

Naqueles anos de pós guerra, principalmente nas décadas seguintes, o intelectual tornou-se quase um sinônimo de simpatia por ideologias de esquerda. Na França e na maior parte dos países ocidentais, eles se tornavam membros de partidos comunistas, pronunciavam-se a favor da União Soviética (em conseqüência, tentavam ignorar as más notícias que vinham do governo de Stálin) e mostravam-se esperançosos pelas revoluções que se anunciavam no Terceiro Mundo. Jean-Paul Sartre tornou-se uma espécie de "intelectual total". Sua militância ideológica, escrevendo livros sobre política e pronunciando-se a respeito de conflitos, como a independência da Argélia, fez dele o maior exemplo de intelectual nesse contexto.

Em nosso entendimento, ao vir a público pronunciar-se sobre algum assunto de interesse geral, o intelectual exerce um poder simbólico, oriundo da legitimação de estar inserido privilegiadamente em algum campo do conhecimento, ou das artes. O que implica formar uma categoria dentre as diversas divisões que imprimimos ao mundo. Segundo Pierre Bourdieu, um poder simbólico seria

> um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, "uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências" [19]

No Brasil, durante a ditadura estabelecida com o Golpe Civil-Militar de 1964, diversas personalidades utilizaram dessa legitimação na oposição ao governo. Na academia, esse embate foi ferrenho, mas

---

[19] BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 09.

é mais conhecida essa luta nos meios artísticos, musicais e no próprio cinema. Questionou-se, principalmente, o desrespeito às instituições democráticas, ao tirar da presidência João Goulart, oriundo de uma chapa eleita pelo voto popular. E, depois do Ato Institucional Nº 5, a oposição clamou pela liberdade de expressão, violentada pelo governo militar.

Porém, o Estado tinha um efetivo instrumento de proteção contra os protestos: a força policial. Com ela, perseguiu opositores, sejam políticos ou da sociedade civil. Reprimiu manifestações de repúdio às suas práticas. E silenciou vozes que destoassem de seu discurso. É o que ocorreu com Joaquim Pedro de Andrade e o documentário *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova*[20].

Em 1967, o diretor Joaquim Pedro de Andrade foi convidado pela Olivetti, empresa italiana especializada em artigos eletrônicos, para realizar um curta-metragem sobre Brasília, a jovem capital nacional. Tal iniciativa fazia parte de um novo direcionamento do departamento de publicidade da multinacional, investindo no financiamento de cultura. Foi dada à equipe cinematográfica total liberdade de criação[21].

O diretor convidou o crítico de cinema Jean-Claude Bernadet para colaborar no projeto, dado que ele já havia atuado na capital federal como professor da UnB. Juntos com o arquiteto Luís Saia, eles escreveram o roteiro para o documentário. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer foram entrevistados no Rio de Janeiro e, então, a equipe seguiu para Brasília, para as primeiras filmagens.

---

[20] *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova*. Ficha Técnica: Direção: Joaquim Pedro de Andrade Produção: Filmes do Serro – Rio de Janeiro Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade, Luís Saia e Jean-Claude Bernardet Produtor delegado / Texto / Narração: K.M. Eckstein Montagem: Bárbara Riedel Imagem: Affonso Beato

[21] Muitas das informações aqui presente sobre *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova* foram retiradas do texto homônimo, de Jean-Claude Bernadet, presente no DVD de *Macunaíma* (1969, de Joaquim Pedro de Andrade), e disponível no site <http://www.filmesdoserro.com.br/mat_br_01.asp>

O período era de efervescência política, com o governo golpista militar, e conseqüente efervescência cultural, em oposição aos “anos de chumbo” que se apresentavam. O Cinema Novo, que no ano anterior ao golpe ganhara força com o lançamento e a repercussão internacional de *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, viu-se diante de uma situação que não tardaria a ser problematizada em seus filmes. É de 1967 *Terra em Transe*, também de Glauber Rocha, que talvez seja o filme que tratou do pós 1964 de forma mais evidente (apesar de deslocar a narrativa para a fictícia República de Eldorado).

Jean-Claude Bernadet, importante crítico e historiador do Cinema Novo, e Joaquim Pedro, membro do movimento, não estavam alheios a esse contexto. A situação, no caso do documentário encomendado pela Olivetti, era atípica dentre as propostas cinemanovistas, em geral, dedicavam-se a filmes autorais, negando-se a produzir películas comerciais ou, nesse caso, filmes encomendados. Porém, a total liberdade dada pela empresa italiana fez com que Joaquim Pedro e Jean-Claude Bernadet dessem ao filme contornos que o fazem reconhecível dentro do movimento. Diferente de um filme institucional, elogioso do modernismo que impregnava Brasília, o documentário tem um tom questionador. Apesar de seus apenas sete anos de inauguração, a “Novacap” já demonstrava os problemas que se agravaram com os anos.

Podemos dividir *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova* em duas partes. A primeira ocupa-se de apresentar a cidade, principalmente o Plano Piloto. Ao espectador é explicada as divisões racionais presentes na concepção da cidade, sua organização, além dos contornos imponentes de suas construções. Com algumas construções não terminadas, a Brasília de 1967 apresenta, junto ao cinza peculiar de seus monumentos de concreto, a predominância do vermelho da terra. A cidade ainda estava em processo de formação.

Na segunda parte do documentário, o foco se distancia do Plano Piloto rumo às cidades satélites. Abre-se a narrativa para entrevistar os trabalhadores que levantaram a capital federal e, sem espaço adequado projetado para eles, formaram ao seu redor grandes periferias. A equipe de filmagem entra nas casas, nas numerosas famílias, conversam com imigrantes ainda nos ônibus que os levam para o novo desafio. Em comum, a esperança de encontrar algo melhor do que a aridez do Nordeste que se deixa, ainda que em uma situação de marginalização, em uma cidade que não os esperava lá.

De certa forma, o documentário aborda relações violentas cujo tratamento artístico era incômodo aos dirigentes do país. Pois não deixa de ser uma relação de violência a estabelecida entre os trabalhadores que erguem a cidade, deixando suas terras de origem para um território até então desbravado, e o projeto de Brasília, que não os incluía. Nas entrevistas, nota-se um ressentimento com essa expulsão, além de relatos de violência física, mesmo, nesse processo. Brasília era para poucos.

Ou deveria ser. Pois esses trabalhadores, sem espaço no Plano Piloto, montam uma periferia inesperada, favelas verticais. E continuaram chegando. Famílias de imigrantes nordestinos, mesmo que as oportunidades de trabalho no Planalto Central não fossem mais tantas quanto na fase de erguer Brasília, preferiam optar pelas condições econômicas. Elas ainda eram melhores do que as deixadas para trás.

Assim, outra violência era estabelecida, dessa vez contra o projeto de Brasília. O plano modernista do trio Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, de construir uma cidade racional, organizada, que levasse o desenvolvimento para o centro do Brasil, acabou ganhando contornos indesejados. A utopia sofre uma violência: é trazida para a realidade. O subdesenvolvimento devora a cidade modelo, na forma de uma periferia quase tão imponente quanto seus belos prédios. “Brasília, com toda sua racionalidade

urbana, rapidamente degenerou enquanto território social, reproduzindo a irracionalidade política e os desajustes do resto do país”[22]. E isso já se mostrava em 1967.

Nessa segunda parte, o filme encomendado torna-se Cinema Novo: crítico, une o político ao social, não se deslumbra com a arte arquitetônica ao questionar sua inserção contraditória no plano da ação. E, conscientemente ou não, a crítica atinge os próprios cineastas, afinal, ao pontuar que a “Novacap” funciona como a arte em geral, isolando-se das massas, não podemos deixar de pensar no paradoxo do próprio Cinema Novo. Este, apesar de se propor um cinema popular, viu-se restrito a poucos. Joaquim Pedro, é bem verdade, conseguiu quebrar essa barreira em seu filme seguinte, *Macunaíma*. Mas, ainda assim, é impossível não constar que dentro próprio cinema existem barreiras, uma espécie de dificuldade de comunicação com determinados públicos.

No que diz respeito à inacessibilidade, esse foi o caso de *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova*. Mudanças no departamento de publicidade da Olivetti geraram uma recepção desencontrada com a postura inicial, de incentivar a liberdade de seus realizadores. Ao exibir uma cópia quase finalizada do documentário aos novos responsáveis desse setor, Jean-Claude Bernadet e Joaquim Pedro viram uma reação contrariada. Sabiamente, a Olivetti preferia não ter problemas com o governo brasileiro. Sequer a possibilidade de versões diferentes para Itália e Brasil agradou. O apoio da multinacional ao filme acabou ali.

O curta-metragem foi exibido no Festival de Brasília de 1968, em sessão não anunciada. Joaquim Pedro foi aconselhado a não submeter o filme à censura, pois, além de uma liberação de possibilidades mínimas, um mal estar com o governo militar era

---

[22] BENTES, Ivana. *Joaquim Pedro de Andrade* (Perfis do Rio, nº11). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p.73.

perigoso. Além das críticas ao projeto de Brasília, motivo de orgulho cívico, o documentário faz insinuações sobre problemas com o governo militar. É o caso do trecho a respeito da UnB, projeto de ser centro de excelência intelectual, mas que teve dezenas de professores deixando a cidade por falta de autonomia para desempenhar suas funções.

Sem ser lançado comercialmente, o filme teve uma cópia depositada na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. *Brasília* reapareceria nos anos 2000, restaurado, como extra do DVD de Macunaíma.

No embate entre poderes em torno dessa película, o do Estado, então dirigido por uma ditadura militar, silencia o dos intelectuais. Era um governo que já começa desdenhando do sistema democrático ao dar o golpe em 1964. E essa lógica, a de que contra as armas não há argumentação, seria levada ao limite durante os anos sombrios que se seguiram. Liberdades individuais eram restringidas e expressar-se só era permitido com o aval de censores. Pensar politicamente diferente do direcionamento do país era crime.

Desse mal, Joaquim Pedro de Andrade provou. Em 1966, junto de Glauber Rocha, Mário Carneiro, Antonio Callado, Flávio Rangel, Márcio Moreira Alves, Carlos Heitor Conny e Jaime Rodrigues, ele participou de um protesto de ampla repercussão. Trajados de terno e gravata, eles estenderam a faixa “Abaixo a Ditadura” diante de autoridades que participariam do encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA), que aconteceria no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Foram presos, o ato político que planejavam. Desejar o fim da ditadura lhes rendeu dez dias de reclusão.

Em 1969, portanto após o lançamento do documentário tratado aqui, o cineasta teve nova experiência carcerária. Ele, assim como outros tantos intelectuais, estava sob vigia constante do DOPS. Nessa ocasião, ele foi liberado rapidamente, pois a prisão coincidiu com a abertura do Festival Internacional de Cinema do Rio e o cineasta

Claude Lelouch protestou, negando-se a exibir seu filme sem a liberação de Joaquim Pedro.

O governo militar impôs-se com campanhas ufanistas, celebrando o futebol, o civismo, o "milagre econômico" e uma modernidade constituída de obras faraônicas[23] (ver: FICO, 1998). Mas, para aqueles que não eram atingidos por essa estratégia, restava a imposição da força. Dessa história, são inúmeros os desaparecidos que, por sua ausência, acabam por contá-la.

Em *Brasília*, a atuação desse poder coerçor se dá de maneira prévia, anterior à ação. É o temor de sofrer represarias do Estado que faz a Olivetti retirar seu apoio ao filme. Da mesma forma, seus realizadores não levam em frente a idéia de lançar a película e contentam-se em arquivá-la. Dessa forma, o filme não cumpre sua missão de comunicar ao público o pessimismo de seus realizadores sobre a capital federal. A autocensura do documentário evita que esse poder simbólico dos intelectuais atue. Uma opção por evitar o confronto que, sem dúvida, seria desigual. Nesse confronto com Golias, Davi preferiu bater em retirada para evitar maiores danos.[24]

---

[23] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

[24] Esse texto é uma versão da comunicação "O intelectual, a censura prévia e as várias formas de poder", apresentado no VIII Simpósio de História da Universo-Campus São Gonçalo.

Heróis em Crise: Guerra Fria e Crítica Social em *Watchmen*

Michele Aparecida Evangelista – Graduanda em História – UFV
Michele.evangelista@ufv.br
Micheline Carmem Evangelista – Graduanda em História – UFV
Micheline.evangelista@ufv.br

Cientes da importância da imagem e dos meios de comunicação para a sociedade contemporânea e da relevância do cinema como fonte histórica para a compreensão do imaginário e das relações sócio-culturais de um dado momento histórico e sociedade, o intuito desta comunicação é analisar criticamente as representações sobre a Guerra Fria (1945-1989) e a concepção de herói presentes no filme *Watchmen (*2009) dirigido por Zack Snyder, produzido por Lawrence Gordon, Lloyd Levin e Deborah Snyder e o roteiro ficou a cargo de David Hayter e Alex Tse.[25]

O filme *Watchmen* lançado em 2009 pela Worner Bros é baseado na *Graphic Novel*, escrita pelo roteirista Allan Moore e ilustrada por Dave Gibbons sendo publicada em 1986 no formato de 12 edições pela DComics que revolucionou o conceito de quadrinhos.

O longa-metragem que acompanha as inovações da *Graphic Novel* traz uma nova abordagem sobre os filmes de super-heróis, buscando reflexões não apenas artísticas, mas também e acima de tudo discute questões políticas, éticas e sociais que ainda permanecem na contemporaneidade.

Através da ficção, os produtores apresentam uma versão acerca de um contexto histórico marcado pelas transformações sociais e pela tensão: o conflito entre Estados Unidos e União Soviética e seus respectivos sistemas econômicos (Capitalismo e Socialismo),

[25]*Watchmen* - o filme (Oficial web site). Disponível em: http://www.watchmenmovie.co.uk/intl/br/

conhecido como *Guerra Fria* (1945-1989). Este, assim como na História em quadrinhos, é representado não somente pelos personagens e diálogos, mas também pelos elementos visuais e objetos que muito mais do que comporem a cena e o cenário em que a trama se desenrola, possuem significações que vão além do aparente, tendo função preponderante na composição da narrativa.

No filme, no ano de 1985, numa realidade em que os super-heróis fazem parte do cotidiano das pessoas, um membro do grupo de mascarados denominado *Watchmen* (os vigilantes) é assassinado. Rorscharch em busca do algoz de seu companheiro de equipe, diante da possibilidade de se tratar de um assassino de mascarados, consegue restabelecer a reunião dos demais vigilantes - "um confuso grupo de heróis aposentados, dos quais somente um possui poderes verdadeiros". Porém, ao longo da investigação mais ex-vigilantes são envolvidos e "Rorscharch percebe uma conspiração abrangente e perturbadora com ligações com o passado que eles dividiram e catastróficas conseqüências para o futuro." [26]

Os personagens principais são: Rorscharch (Walter Kovacs), Comediante (Edward Morgan Blake), Dr. Manhattan (Jon Osterman), Coruja II (Daniel Dreiberg), Espectro II (Laurie Juspezyck) e Ozymandias Adrian Veidt.

A Guerra Fria (1945-1989) se constituiu como um dos momentos mais importantes na história contemporânea e trouxe transformações políticas, econômicas e sócio-culturais, o que repercutiu nas produções literárias e artísticas deste momento. Segundo Vicentini, trata-se de um conflito de vários lados,

---

[26] *Watchmen* - o filme (site oficial). Disponível em: http://www.watchmenmovie.co.uk/intl/br/

condizentes com as transformações ocorridas no intenso século XX.[27]

Entre 1979 e 1985, verificou-se o contra-ataque dos Estados Unidos através das políticas neoliberais, de um maior investimento militar, apoio a Guerra do Afeganistão, a criação da Força de Deslocamento rápida, o aumento da produção de bombas atômicas e o desacato aos Acordos SALT II que exigia a redução de armas nucleares, gerando a intensificação da corrida espacial-armamentista e da política de confrontação, com a instalação de mísseis na Europa.[28]

Com a crise na União Soviética, no período que vai de 1985 a 1989, a Guerra caminha para o fim, e verifica-se um período de retomada do diálogo. Porém, o clima de tensão e medo na sociedade, mediante a probabilidade de uma guerra nuclear ainda permanecia.

Segundo Níncia Teixeira e Wyllian Correa, embora a *Graphic Novel Watchmen* se insira numa fase mais amena da Guerra Fria, o pessimismo e as incertezas ainda se fazem presentes:

> A década de 80 assistiu à falência de ideologias, ao medo paranóico de uma guerra atômica, ao individualismo consumista, à mistura de conceitos nas teorias e de estilos na arte, à disseminação de doenças fatais, à queda de regimes políticos autoritários, à emergência de novas potências econômicas, à preocupação com a destruição do meio ambiente e à volta do conservadorismo político e moral. [29]

Este ambiente é resgatado na adaptação para o Cinema, no qual, assim como na HQ, a Guerra Fria é muito mais do que um mero pano

---

[27] VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In: FILHO, Daniel Aarão Reis e ZENHA, Celeste (orgs.). **O Século XX:** O tempo das crises, Revoluções, fascismos e guerras. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 198.
[28] *Ibidem*. p.221.
[29] ARON, Raymond *apud*. TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges e CORREA, Wyllian Eduardo de Souza. *Watchmen* e o discurso distópico do “bem maior”. In: **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais. Abril/maio/junho de 2009, vol.6, ano VI, n.2. p. 5. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/vol19nicea.php. Obtido em: 30/10/2010.

de fundo, pelo contrário, ela é um dos principais fatores que levam os vigilantes a retomarem suas atividades e influenciam de forma preponderante na postura em que estes vão seguir e os valores a serem defendidos por eles durante a trama. Mas se a guerra intervém no modo de pensar e agir dos heróis, por outro lado, eles também conseguem intervir nos acontecimentos e no próprio decorrer da guerra: com a ajuda do Comediante e do Dr. Manhattan os Estados Unidos vence a guerra no Vietnã e a presença ou ausência do segundo interfere na reação dos soviéticos e no andamento do conflito.

Vale ressaltar, que de acordo com Hobsbawn, a Guerra do Vietnã - bem como a do Oriente Médio, provocaria o enfraquecimento dos EUA, embora "não alterasse o equilíbrio global das superpotências, ou a natureza do confronto nos vários teatros regionais da Guerra Fria", esta:

> Desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisionadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, [...], demonstrou o isolamento dos EUA.[30]

A insegurança e a tensão são ressaltadas em todo o longa-metragem e vários fatos referentes ao conflito são mostrados, sejam através dos *flashbacks* referentes ao passado dos personagens, pela trilha sonora ou pelas discussões sobre o assunto nos meios de comunicação.

Numa cena faz-se um panorama histórico do contexto retratado e a trajetória dos super-heróis desde os anos 40 com os *Minuttemen* até os anos 70 que corresponde à emergência dos *Watchmen*, tendo como trilha sonora a música de Bob Dylan *The Times They Are A-*

---

[30]HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX /1914 – 1991.** Tradução Marcus Santarrita: Revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995p. 241

Changin' produzida neste contexto e que faz referência direta ao conflito. As cenas que são mostradas representam fatos do final da Segunda Guerra Mundial, o assassinato do presidente Kennedy, a Guerra do Vietnã, o movimento hippie, a eleição de Nixon, a corrida espacial-armamentista tanto americana quanto soviética, onde aparece Fidel Castro, presidente de Cuba, primeiro país americano socialista.

Um dos elementos fundamentais na narrativa dos quadrinhos e que foi apropriada no Cinema, é a utilização de objetos como forma de linguagem, ganhando um atributo simbólico. É o caso da carinha sorridente 'Smiley' manchada de sangue (apresentada nas capas da HQ), o relógio do Juízo Final que está sempre marcando cinco minutos para meia-noite e simboliza o quão próximo à humanidade está de sua destruição e os jornais que trazem as informações sobre o andamento do conflito.

Estes elementos visuais se constituem como meio de referência para o desenvolvimento da história na qual são representados o contexto e traduzem a sensação predominante na sociedade daquele período: o pessimismo, a imprevisibilidade, já que a qualquer momento poderia haver uma guerra nuclear que acabaria com o ser humano e a presença constante da mídia e a influencia dos meios de comunicação na disseminação do medo na população sobre um possível ataque nuclear.

De acordo com Hobsbawn, gerações inteiras se formaram em meio à sombra de uma possível guerra nuclear que poderia ocorrer a qualquer momento e devastar a humanidade:

> À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da 'destruição inevitável' […] impediria um lado ou outro de dar sempre o pronto

> sinal para o planejamento do suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por quarenta anos apareceu uma possibilidade diária.31

Esta angústia quanto ao futuro é presente, por exemplo, quando a ex-Espectro I fala sobre o Comediante, e ao referir-se aos erros deste, ela desabafa que todos os dias o presente parece mais confuso, enquanto que os fatos do passado, "mesmo os piores momentos, se tornam cada vez mais cintilantes", demonstrando o quão saturno e obscuro o futuro poderia ser, devido à instabilidade do tempo presente.

Segundo Carlos André Krakhecke, o conflito real não seria possível uma vez que, as potencias envolvidas tinham um arsenal bélico que poderia destruir uma e outra. Para o autor, "a paranóia de uma guerra nuclear se alimenta na simples possibilidade de alguns dos pólos pensar que é possível a vitória, ou então, uma falha humana ou tecnológica iniciar a catástrofe. Isso não é uma novidade desse período da guerra fria." [32]

Esta concepção pode ser percebida na fala de Adrian Veidt (codinome Ozymandias), no qual, em uma entrevista a um canal de televisão, o personagem justificando a necessidade de produção de novos recursos de energia renovável, argumenta que não seria preciso ser cientista político para observar que a Guerra Fria não seria ideológica, mas sim "baseada no medo de não ter o bastante", mas se os recursos fossem inesgotáveis, a guerra se tornaria obsoleta.

Tal percepção é endossada por Hobsbawn argumentando que, logo a obtenção por parte da União Soviética de armas nucleares, ambas abandaram a idéia de um ataque mútuo "pois isso equivalia a

---

[31] HOBSBAWN, Eric.*Op.Cit*.p.224

[32] KRAKHECKE, Carlos André. A Guerra Fria da década de 1980 nas Histórias em Quadrinhos Batman - O Cavaleiro das Trevas e *Watchmen*. In: *História, imagens e narrativas*. No. 5, ano 3, setembro/2007. Disponível em: http://www.historiaimagem.com.br. Obtido em: 30/10/2010.

um pacto suicida” [33], desse modo, o que estimularia a continuidade da Guerra Fria, seria portanto, a manutenção, principalmente por parte dos EUA da supremacia mundial:

> […] enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exercito Vermelho. 34

Desde os primórdios da humanidade, o mito se constitui como elemento fundamental de uma cultura e sociedade, pois, de acordo com Marcos Fábio Vieira, através dos símbolos, os mitos representam elementos de uma cultura além de ser fator de constituição de identidades coletivas por representarem os valores e crenças de uma sociedade. Assim, como afirma Vieira, na perspectiva de Eco: o “homem, através de seus mitos, é capaz de representar todos os seus conceitos de grandeza, força, bem e mal, projetando-os em imagens simbólicas que passam a encarná-los”.[35]

Os mitos, assim como a arte, não se tratam de categorias estáticas, ao contrário, são mutáveis conforme o tempo e sociedade. Ao longo das transformações sócio-culturais são reconfigurados, ganhando novas significações dadas às demandas e intencionalidades de cada momento histórico.

Dentro do conceito de mitos, tem-se o herói, no qual, independente da mídia ou produção artística, é o responsável por

---

[33]HOBSBAWN, Eric. *Op.Cit.* p. 227
[34]*Ibidem.p.*231
[35]VIEIRA, Marcos Fábio. Mito e herói na contemporaneidade: as histórias em quadrinhos como instrumento de crítica social. In: **Contemporânea**, no. 8, vol.1, 2007. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_08/07MARCOS.pdf. Obtido em: 30/10/2010.

resguardar e transmitir os “valores mais nobres e justos” de uma sociedade.[36] Desse modo,

> [...] cabe ao herói proteger e servir ao povo, a quem se apresenta como depositário de todas as esperanças e aspirações. Assim, a função primordial do herói, seja qual for sua origem ou época, seria servir, velar, defender, vigiar. Ele é, portanto, aquele que põe o interesse coletivo acima de seus próprios, que se sacrifica por uma causa, um ideal, por um mundo justo onde o bem-comum está acima de tudo.37

No filme, ao longo da sequência relativo ao surgimento dos *Minuttemen* e *Watchmen* são mostradas o período apogeu dos heróis e a queda, com o trágico fim da maioria dos integrantes do primeiro grupo e o surgimento do segundo. Percebe-se que através do figurino, os criadores trazem a representação visual clássica e moderna tanto do herói quanto do vilão. Os *Minuttemen* (1940) trajam uniformes simples como fantasias feitas em casa e os vilões aparecem nas fotos trajando roupas listradas de preto-e-branco, utilizando máscaras remetendo a sua condição de ladrão assim como explicita, por meio de sua expressão facial, a maldade – estereótipos muito presentes nos antigos quadrinhos e desenhos animados.

Já no final desta seqüência em que os *Watchmen* aparecem, e que predominará em todo o longa-metragem, esta representação se modifica: os vilões usam roupas normais e não utilizam máscaras, enquanto os heróis trazem um figurino moderno, de alta tecnologia, correspondente não à representação dos heróis anteriores ou dos anos 80, mas uma versão atual (2009) sobre eles, como pode ser observado nas roupas de Ozymandias, Coruja e Espectro II – em que

[36] *Ibidem.* p.82.
[37] *Ibidem. Loc.cit.*

alguns dos materiais utilizados não existiam naquela época, como por exemplo, o látex[38] usado pela heroína.

Deste modo, embora o diretor e roteiristas buscassem manter-se o mais próximo possível da história apresentada na *Graphic Novel*, introduziram novos elementos conforme a realidade e sociedade vivida por eles à versão original, o que reforça a visão que concebe estas obras como produções distintas, considerando as especificidades de cada uma, ao mesmo tempo em que demonstra a influência do momento na sua produção.

Por meio desta apresentação os produtores dão indícios sobre o processo de redefinição do herói proposta na HQ que influenciou tanto os quadrinhos posteriores quanto o Cinema contemporâneo, sendo explorado na versão cinematográfica aqui analisada.

O diretor apresenta ao telespectador um novo tipo de herói, distinto da versão idealizada dos filmes de super-heróis clássicos, na qual estes são pessoas comuns (exceção de Dr. Manhattan que possui poderes), ambíguos, solitários e que possuem uma visão negativa a respeito da sociedade e dos valores pregados por ela, explicitando um profundo descrédito em relação à humanidade. Comungam desta visão, Rorscharch, Comediante e Dr. Manhattan, como pode ser percebidas em suas falas:

> A cidade tem medo de mim. Vi sua verdadeira face. As ruas são sarjetas. Com esgotos cheios de sangue. E quando os canos finalmente transbordarem... Todos irão se afogar. [...] E todas as prostitutas e políticos voltarão os olhos para cima implorando: salve-nos! E do alto, vou sussurrar: não! (Rorscharch. *Watchmen*, 2009)
> Blake entendia, humanos são violentos por natureza. Não importa o quanto tente se fantasiar para disfarçar. Blake viu a verdadeira face da sociedade e optou por ser uma paródia disso, uma piada. (Rorscharch. *Watchmen*, 2009).

---

[38] Sobre o figurino dos personagens do filme *Watchmen*, ver entrevista com o figurinista. **Especial *Watchmen***. Disponível em: http://omelete.com.br/cinema/especial-*Watchmen*-o-filme/

> A humanidade tenta se destruir desde os primórdios. Agora [com a Guerra Fria e a possibilidade de uma guerra nuclear] tem o poder para terminar o trabalho. (Comediante. *Watchmen*, 2009)
> Estou cansado da Terra, dessas pessoas; cansado de me envolver na complicação de suas vidas. Eles afirmam lutar para construir o paraíso, mas o paraíso deles é povoado por horrores.
>
> [Porque salvaria este mundo] se não espero nada dele? (Dr. Manhattan. *Watchmen*, 2009)

Como pode ser observado, estas falas vão contra um dos principais pressupostos que caracterizam um herói na concepção clássica de defensor dos seres humanos e de seus valores: eles negam ajuda ao ser humano por acreditarem que eles não mereçam sua proteção e desconstrói a visão que os concebe como modelos de perfeição a quem todos devem se espelhar, destituindo a áurea divinizada a que antes lhes eram atribuídos. Agora estes convivem com os problemas mundanos como qualquer outro mortal que possui seus medos, traumas e angústias e que no caso dos *Watchmen* também são afetados pelo contexto de instabilidade provocado pela Guerra Fria.

Segundo Vieira, nas HQs "o respeito pela vida e a justiça sempre foram uma obrigação moral irrevogável para seus protagonistas", agir contra estes princípios representaria "negar tudo o que sua luta representava".[39] Em *Watchmen*, como podemos observar nas atitudes dos personagens não seguem esta caracterização, já que não hesitam em matar e ferir em prol de seus objetivos.

Utilizando-se da perspectiva de Durkheimer, para o autor, este seria um sintoma de anomia, já que em momentos de instabilidade, a sociedade deixaria de agir regulada pelas leis e condutas consideradas morais instituídas por um determinado grupo.

O final da trama marca uma das diferenças cruciais entre a História em quadrinhos e o longa-metragem e ressalta a mudança de

---

[39]VIEIRA, Marcos Fábio. *Op.cit*. p.84.

significação no filme em relação à obra original: Ozymandias é o responsável pela morte de milhares de pessoas, porém enquanto na *graphic novel* a catástrofe foi provocada por um monstro, na adaptação para o cinema se deu pelo acionamento de bombas nucleares.

Ambos foram criados pelo personagem que buscou se justificar com o argumento de a morte de milhões salvou o fim de bilhões de pessoas, já que devido à destruição, as duas superpotências antagônicas se unem em solidariedade às vitimas, para combaterem um inimigo comum: na HQ, o monstro, e no filme o Dr. Manhattan (já que as pessoas acreditaram que fora este o causador). Percebe-se na atitude do personagem a crença na concepção do quais os fins justificariam os meios, levantando a questão sobre até que ponto um herói pode intervir nos acontecimentos.

Segundo o diretor, a manutenção do monstro obrigaria a criação de seqüências paralelas para criar uma conexão com o que o filme quer passar, o que demandaria a redução das cenas referentes aos personagens, prejudicando a obra final. Além disso, de acordo com ele:

> O 11 de Setembro aconteceu um dia depois de eu ter assinado o contrato para escrever o filme. Então senti que havia uma diferença enorme entre ver a Times Square devastada com corpos mutilados em 1985 e ver a mesma cena, com atores reais, em um filme, em 2000 e pouco.[40]

Dave Gibbons concorda com esta assertiva, em sua concepção:

> O 11/9 foi um evento catastrófico real, sim, e uniu temporariamente pessoas de raças e religiões distintas. O problema é que a abordagem oficial foi tão equivocada que acabou tornando as coisas muito piores. Claro, a analogia não é exatamente perfeita - na HQ

[40] SNYDER, Zack. Em entrevista concedida ao site Omelete. **Especial *Watchmen***. Disponível em: http://omelete.com.br/cinema/especial-watchmen-o-filme/. Obtido em: 29-10-2010.

> são duas facções opostas e uma terceira atacante -, mas aquelas cenas de destruição foram estranhamente parecidas com as de Watchmen,[41]

Portanto, atualmente, numa sociedade em que o terrorismo é um fenômeno que preocupa o mundo inteiro, a substituição do monstro pela bomba causa um impacto muito mais forte por estar mais próximo à realidade atual.

Deste modo, se para os criadores da História em quadrinhos, o conflito não se constituiu em apenas um pano de fundo fictício para o desenvolvimento da história, uma vez que se tratava de uma realidade vivida por eles, para os responsáveis pelo filme – objeto de nossa análise, ele ganha um novo significado: através da retomada de um contexto no passado, a película busca discutir questões referentes ao presente.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da imagem como fonte histórica, já que a partir delas, trazem subsídios para a compreensão sobre um momento histórico, bem como as demandas e intencionalidades de quem as produziu.

---

[41] GIBBONS, Dave. Em entrevista concedida ao site Omelete. **Especial *Watchmen***. Disponível em: *Ibidem.* Obtido em: 29-10-2010.

Fazer ciência e viajar: Os relatos de viagem e sua contribuição para uma história das ciências no Brasil do século XIX

Rayner da Silva Lacerda
Graduando em História - UFV

O presente trabalho propõe a discussão do relato de viagem como gênero literário e de sua contribuição para a história das ciências no Brasil. Um dos objetivos do artigo, além de uma análise dos relatos, é o de demonstrar a importância da narrativa de viagem como veículo para a construção de uma história da ciência, analisada por meio de narrativas escritas por viajantes ingleses que estiveram no Brasil durante o século XIX.

O próprio conceito de literatura de viagens é complexo, visto que se trata de uma classificação recente. Tal conceito procura incorporar de forma independente um universo literário, e também cartográfico e iconográfico, todos constituídos por um *corpus* de textos de natureza interdisciplinar[42].

Ilka Boaventura Leite considera os relatos de viagem como fontes inesgotáveis de informação, verdadeiras jazidas contento grande variedades de pedras preciosas[43], podendo-se assim extrair deles uma grande variedade de impressões, pois, cada viagem constrói um relato, de modo a sistematizar fragmentos do vivido, das experiências, vivências sócio-culturais, expectativas e frustrações dos viajantes.

---

[42] SILVA, Wilton Carlos Silva da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton.* São Paulo: Editora UNESP, 2003.
[43] LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem : escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 13.

Embora se constituam como construções do vivido, os relatos de viagem não apresentam somente a descrição de lugares fantásticos ou costumes incomuns, mas representam uma fusão entre dois mundos[44], onde a linguagem se alia ao vivido na construção de novos alicerces simbólicos. Ele é fruto de uma experiência pessoal que deseja ser compartilhada, estabelecendo conexões entre o vivido pelo autor e o imaginado pelo leitor.

Até por volta da década de 80, como reitera Miriam L. Moreira Leite[45], os relatos de viagem vinham sendo aceitos sem maiores análises críticas e interpretativas, localizando-se fora de uma perspectiva histórica. Como qualquer documento, os relatos de viagem devem passar por um minucioso processo analítico, que torne válida a sua contribuição.

Em muitas análises historiográficas, o que vemos é uma relação mecanicista entre as narrativas e os contextos dos relatos produzidos pelos viajantes e cronistas. Devido a simplificações ou mesmo a não-historicização desses relatos, em muitos casos eles são reduzidos a simples documentos descritivos. Essa é uma preocupação constante ao se utilizar os relatos de viagem como forma de se pensar uma história do conhecimento científico, pois, é preciso que se interprete as particularidades discursivas e a multiplicidade de questões culturais presentes nas narrativas de viagem.

O mais interessante e instigante, ao lidar com este tipo de fonte, se dá justamente pelo fato de que os relatos de viagem constituem-se em poderes capazes de atuar na mentalidade e na visão de mundo de uma sociedade, transformando e influenciando o processo histórico. É por isso que o uso desses relatos na historiografia estabelece uma proposta de reflexão, comparação e crítica, sobre as práticas, costumes e valores vigentes.

---

[44] SILVA, Wilton Carlos Silva da *op. cit. p. 56.*

[45] LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de viagem: 1803/1900. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.9.

As narrativas de viagem devem sofrer crítica rigorosa dos historiadores, visto que esses viajantes partilhavam de visões evolucionistas e civilizadoras que norteavam suas observações. Assim como devem ser levados em conta as condições em que os próprios relatos eram escritos, visto que, muitas vezes eram feitos posteriormente à viagem e com a ajuda de outros escritores que não necessariamente acompanharam o viajante em seu percurso. Ressalta-se ainda o caráter comercial de muitos relatos, onde paisagens eram modificadas e percepções eram revistas com o intuito de atender a demandas editoriais.

Ainda sobre as questões editoriais, em *The Rhetoric of Empire*, David Spurr aponta que o narrar começa com o ato de olhar[46]. Aquilo que o viajante vê está condicionado por sua própria estrutura ideológica. O viajante, enquanto tradutor e intérprete de uma cultura alheia e ao sistematizar suas impressões no texto, está ciente da audiência à qual sua narrativa é dirigida, adaptando dessa forma o seu discurso à realidade. Desse modo, cada viajante, ao escrever seus relatos, seleciona as imagens que quer transmitir ao leitor, atitude tomada intencionalmente[47], e é justamente essa escolha que nos permite analisar sua visão de mundo.

Por meio da análise de Marie Louise Pratt[48], o historiador reflete sobre alguns aspectos da literatura de viagem, abordada por meio de uma analogia entre a acumulação de capital e a sistematização da natureza. A literatura de viagem serviu para suprir as necessidades de cultura, educação e lazer das classes médias européias e norte-americanas, construindo, entre outras coisas, um repertório comum a respeito dos povos estudados e um consenso sobre a necessidade da

---

[46] SPURR, David. *The Rhetoric of Empire.* Durham & London: Duke University Press, 1993. p. 13.
[47] LEITE, Ilka Boaventura. *op. cit.*
[48] PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

intervenção do europeu em um mundo que então se esboçava. Não é nenhuma novidade que esses relatos passam a circular livremente pelo Velho Mundo, seja com o surgimento de instituições que os popularizavam ou mesmo como forma de literatura, penetrando em todas as camadas sociais[49].

Uma abordagem interessante ao trabalhar com os relatos de viagem é o fato de descobrir, assim como demonstra Campos[50], que muitas vezes esses esboços imaginários feitos pelos viajantes de certa forma condicionavam a forma em que a Europa pensava e agia em relação ao Brasil. Portanto, as descrições de viajantes são como imagens que estabelecem representações do real. Produzidas a partir de componentes ideológicos de sujeitos dotados de arcabouços culturais próprios e que trazem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender o empírico.

Para que os relatos de viajantes sejam utilizados como fonte histórica, é necessário que o historiador decifre e interprete os seus significados, articulando o texto ao seu contexto específico. Corroborando com os ideais de Roger Chartier[51], as representações como produto de vivências sociais, são as quais geram o contexto em que as imagens são produzidas. Sua análise nos leva a pensar o caminho para decifrar a construção de um sentido em um determinado processo.

O falar sobre é tornar real, de modo que os discursos dos viajantes constituem-se como um esforço de dar realidade e inteligibilidade ao que se vê por meio das representações. São essas narrativas as responsáveis por servirem de elo entre o mundo

---

[49] DIAS, J.S. da S. *Os descobrimentos a problemática cultural do século XVI.* Lisboa: Editorial Presença, 1988.)

[50] CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org). *História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Difel, 1972. V.1, t.2.

[51] CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.

vivenciado e um outro não conhecido, dando assim familiaridade ao não familiar, promovendo uma espécie de interseção entre aquilo que é vivenciado e aquilo que é idealizado.

Por meio de uma perspectiva cultural, os relatos de viagem situam-se como uma rica fonte para a compreensão do passado, das permanências e das transformações discursivas[52], em que se misturam o caráter subjetivo do narrador e as bagagens culturais que condicionam sua percepção da realidade. Permitindo assim, perceber quais as suas práticas sociais e políticas, assim como o contexto em que ele se insere.

Desse modo, o relato de viagem, longe de ser uma narrativa inocente, é uma das formas de conquista em que o viajante, a partir de sua própria estrutura conceitual, integra os novos territórios e, por extensão, o colonizado, ao seu mundo, projetando geográfica e textualmente um universo de saberes e poderes sobre eles.

Pratt argumenta que "tais práticas de estabelecimento de significado codificam e legitimam as aspirações de expansão econômica do império"[53]. Dessa forma, esses relatos são vistos como construções coloniais de significado, procurando compreender como o escritor ocidental representava e se apropriava de uma forma coerente para o ocidente, daquelas realidades incompreensíveis com as quais se confrontava no mundo não ocidental.

O principal ponto a ser percebido é que os relatos, aliados as crônicas e a ciência, possuem a capacidade de dar inteligibilidade ao mundo. Os naturalistas viajantes faziam parte de um corpo de conhecimento que buscava interpretar o mundo, seja por meio da classificação e catalogação das diversas espécies ou mesmo o estudo das diferentes sociedades humanas.

---

[52] SILVA, Wilton Carlos Silva da *op. cit.*
[53] PRATT, Mary Louise. *op. cit.*

Aquele que pratica as ciências é alguém provido de uma determinada cultura, que foi moldado por uma determinada conjuntura social, ou seja, aquele que produz ciência não a produz sozinho, visto que dialoga com seus pares, compartilhando idéias e atividades. Aculturado num conjunto de práticas, de técnicas, de habilidades manuais, de conhecimentos materiais e sociais, ele é parte intrínseca de uma comunidade, de um grupo, de uma escola, de uma tradição, de um país, de uma época.

A criação de sociedades científicas, as expedições botânicas de Lineu e de seus discípulos pelo mundo, as descrições da fauna e flora que se constituem como os alicerces da biologia moderna, e mesmo o estabelecimento da teoria da evolução – paradigma do seu tempo no que tange ao conhecimento científico – foram todas realizações de viajantes e seus textos científicos fundamentados em relatos de viagem.

É aceito pela historiografia da ciência que ao longo dos séculos XVIII e XIX, as viagens científicas foram se especializando, o que conseqüentemente passou a ser refletido nos relatos produzidos nesse período. São essas transformações nos discursos produzidos que podem ser analisadas pelo historiador que busca compreender o papel desempenhado pela ciência em determinado contexto.

Os viajantes ingleses cumprem um papel de destaque nesse quesito, pois, desde a abertura dos portos, eles se aventuram pelas terras brasileiras em busca de deleite, conhecimentos e riquezas. Como o inglês John Mawe[54], o primeiro a obter licença para viajar a Minas Gerais. Interessado pelo estudo da região mineira (assim como pela possibilidade de se engajar no comércio de pedras) Mawe aborda em seu relato desde aspectos culturais, aos processos de

---

[54] MAWE, J. Viagens ao Interior do Brasil. São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v.33.

retirada do ouro, dando importantes contribuições ao conhecimento geológico brasileiro.

Charles James Fox Bunbury, nobre inglês, 8º barão de Bunbury, foi outro interessante viajante britânico a se aventurar pelo Brasil. Geólogo e naturalista, suas considerações são remetidas principalmente a questões da fauna, flora, aos aspectos geológicos das regiões mineradoras, assim como a conformação geográfica das paisagens e à própria história da mineração. Seu relato contribui de forma muito interessante para a construção de uma história da institucionalização do conhecimento científico no Brasil.

Enfim, o fato é que muitos desses viajantes ingleses escrevem em seus relatos características dos costumes, culturas, condições da escravidão, aspectos econômicos e sociais da sociedade brasileira. Mas nem por isso seus relatos deixam de ser importantes para a história das ciências.

Atrelados a essas observações, estão descrições técnicas da mineração, da geologia das regiões explotadas, assim como as condições e a natureza das espécies encontradas pelo caminho. São observações que precisam ser "garimpadas" pelo historiador da ciência, para que o mesmo consiga informações pertinentes ao seu objeto. É o que podemos perceber nos relatos produzidos não só pelos autores citados anteriormente, mas por outros viajantes ingleses que estiveram no Brasil, tais como George Gardner, Richard Francis Burton, James W. Wells, Marianne North, Alexander Caldcleugh e outros que ainda estão por ser descobertos.

É por isso que a crítica a esses relatos mostra-se fulcral para que o historiador possa tirar proveito dessas narrativas e consolidar uma história das ciências que se encontra nas entrelinhas dos discursos. As narrativas de viagem podem e devem ser usadas como forma de se pensar o conhecimento científico acerca do Brasil são só oitocentista, mas de todas as temporalidades.

Os diversos viajantes perfazem um século de presença britânica no Brasil, registrando, cada um ao seu modo, as várias etapas em que o conhecimento científico se consolida. Ainda que muitos desses viajantes venham para o Brasil com o discurso subjacente da racionalidade e da missão civilizadora, com a premissa de inquirir acerca da possibilidade de domesticar o território - abrindo assim o caminho para que o Brasil faça parte do *Greater Britain* - o território informal da Inglaterra, pode-se sim pensar um discurso científico a partir das diferentes narrativas feitas em suas viagens.

Os relatos de viagem, tomados como uma via de acesso para se chegar ao conhecimento científico, operam para produzir um Brasil que pudesse provar, pelas palavras dos geólogos, botânicos e naturalistas que aqui estiveram, sua utilidade como fonte de riquezas e de repercussão dos saberes científicos que se afirmavam ao longo de todo o século XIX.

Das imagens cinematográficas e audiovisuais às imagens da história

Suzana Cristina de Souza Ferreira
Doutora em História – UFMG
Editora Crisálida – BH –MG

Ao estudar a relação Cinema e Audiovisual, conhecimento e sociedade um dos muitos aspectos interessantes com os quais se depara é a percepção de como as propostas estéticas de cada período estão não só relacionadas a questões sociais, culturais e políticas de seu tempo, mas também estabelece uma relação sutil com algo maior, uma espécie de guia, de orientação para como se deve perceber o mundo[55]. Sem dúvida alguma, o cinema participa deste estado de coisas, e seus processos de transformações se deram diretamente relacionados aos dos registros perceptivos do olhar, do som, da visão, do tempo e do humano. Assim, com tal perspectiva, não é difícil supor que todos os cineastas tiveram um começo, independentemente da época ou do lugar, afinados com o seu tempo. Podem-se tomar como exemplo os irmãos Lumièrs com suas experimentações em busca de um uso industrial e comercial para a sua invenção o que resultou já numa linguagem porque atravessados pelas questões do seu tempo. O mesmo raciocínio cabe para os primórdios do filme documentário com realizadores como Flaherthy e Alberto Cavalcanti[56]. A mesmo linha de pensamento vale também

---

[55] FERREIRA, Suzana Cristina de Souza, *Cinema Carioca nos anos 30 e 40.* Os Filmes Musicais nas Telas da Cidade. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGH-UFMG, 2003.

[56] **Robert Joseph Flaherty** (1884, Iron Mountain, Michigan, EUA - 23 de Julho de 1951, Brattleboro, Vermont, EUA), É considerado como um dos pais do documentário nos primórdios do cinema. É o inventor da docuficção Nanook of the North (1922).O termo documentário foi utilizado, numa das primeiras referências ao genero, no jornal *New York Sun*, num artigo escrito pelo realizador britânico

para hoje, quando se tem em mira realizadores com mais de cem anos de cinema às suas costas como um Wan Kar Wai, (com produções de uma extrema economia estética, mas onde a narrativa está presente em toda a sua complexidade e exuberância), assim como as produções de Jerry Bruckheimer nas suas mais celebres séries para a televisão (Without a Tracy, *Cold Case*, *CSI* entre outras, e para não ser negligente é bom mencionar o maior sucesso dos últimos cinco anos nas TVs do mundo, a série *Lost,* que não é do mesmo produtor), Vladimir de Carvalho e Eduardo Coutinho no documentário brasileiro. Seguindo essa linha de pensamento ficam poucas dúvidas que estudar a relação entre as diversas áreas do conhecimento e a Teoria do Cinema e do Audiovisual é sobre como tal investigação implica também repensar a maneira como o homem percebe o mundo, como percebe a si, como percebe a própria

---

John Grierson, também um dos primeiros a cultivar esse genero de cinema . Flaherty produziu e realizou em 1922 o primeiro filme documentário de longa-metragem com sucesso internacional: Nanook, o Esquimó. Este filme é considerado como a primeira obra cinematográfica em que implicitamente é desenvolvido o conceito de antropologia visual. **Alberto de Almeida Cavalcanti** projetou cenários para cineastas experimentais franceses na década de 20 e dirigiu seu primeiro filme em 1925. Mudou-se para a Inglaterra em 1934, fazendo documentários e, depois, filmes influenciados por documentários nos Estúdios Ealing. Em 1949, retorna ao Brasil e ajuda a organizar a Companhia Cinematográfica Vera Cruz (em São Bernardo do Campo, SP), sendo convidado a tornar-se o produtor-geral da empresa. Roteiriza e produz os dois primeiros filmes da empresa, "Caiçara" (1950) e "Terra É Sempre Terra" (1951), e produz, até o meio, "Ângela" (1951). Fora dos estúdios de São Bernardo, dedica-se à elaboração de um anteprojeto para o Instituto Nacional de Cinema, a pedido de Getúlio Vargas. Na Cinematográfica Maristela (em São Paulo), o cineasta dirige "Simão, o Caolho" (1952). No final do ano de 1952, Alberto Cavalcanti e mais um grupo de capitalistas compram a Maristela, a qual muda de nome para Kino Filmes nesta nova empresa ele realiza as obras "O Canto do Mar" (1953) - refilmagem, no Recife, do europeu "En Rade" (1927) - e "Mulher de Verdade" (1954). Com o fim da Kino, ele vai trabalhar na TV Record e depois estréia, no Brasil, como diretor teatral. Em 1954, Cavalcanti volta a Europa, contratado por um estúdio austríaco. BERNARDET,Jean-Claude & RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil.* São Paulo, Contexto, 1988.

história. Muitas vezes, olhar para este passado/presente de imagens se torna uma forma de reconhecimento do futuro.

O cinema e o audiovisual e a sua contribuição para a construção do imaginário social na história da humanidade, contemporaneamente, são também invenções da história. Isso possibilita como proposta pedagógica operar uma ampliação das correlações que possam existir entre as análises da concepção e realização de um ou mais produtos (filme, séries, programas para TV blogs, sites etc.), com a bibliografia e o conhecimento da área especifica, das outras áreas envolvidas sem desconsiderar a percepção de mundo do realizador[57].

A existência de um íntimo diálogo entre concepção, conhecimento, bibliografia e realização com as ideologias, o tempo, a história, a memória, a verdade está cada vez mais presente em uma sociedade que potencializou o suporte digital para muito além do analógico e alavancou os mais variados formatos para TV, cinema, computadores, celulares, DVD player, em síntese, a comunicação de massa. Hoje, estas são ferramentas importantes para uma escritura da vida individual e coletiva e, fundamentalmente, são importantes como mediadoras para a compreensão das complexidades do mundo contemporâneo. Além disso, a significação e a re-significação do passado e do presente, nestes formatos, passam a ter importância fundamental numa sociedade de ritmo frenético, na qual a relação entre memória e história saiu da guarda exclusiva do historiador e passou a ser manuseada também por quem atua nos meios de comunicação de massa[58]. Se isto significa, para os indivíduos e para

---

[57] CARLOS, Cássio Starling. *Em Tempo Real*: Lost, 24 Horas, Sex and the City e o Impacto das Novas Séries de TV. Alameda, São Paulo, 2006.

[58] Segundo Jean Claude Carrière o realizador, contemporaneamente, passa a ocupar o lugar do historiador na escrita da história, escrevendo-a com imagens idéia também compartilhada pelo historiador Serge Gruzinski. Para o tema ver CARRIÈRE,Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro.Nova Fronteira.1995.

a sociedade, uma descontinuidade ou perda constante das ligações entre passado e presente, percebidos até então de forma linear e coerente, ainda não se sabe. Todavia, é certo que tal transformação opera uma mudança na percepção do mundo, da história, do conhecimento, das relações e conseqüentemente, instala um outro tipo de sensibilidade.

Inserido nesta dinâmica o pesquisador deve ter em mira, como objetivo primeiro, o desenvolvimento da pesquisa sobre a leitura da imagem cinematográfica e audiovisual no processo de construção do conhecimento hoje e os dispositivos que operam sua chegada ao público como 'a' imagem do mundo.

Convocar-se-ão para este cenário as questões levantadas pela historiografia em relação a si própria, às áreas do conhecimento e à sociedade. No desdobramento, tem-se que esse conflito não aparece somente como um lugar privilegiado para a discussão de uma possível e fértil interatividade entre produto e receptor, entre a crítica e o realizador. Contemporaneamente, a produção cinematográfica e audiovisual, não restrita apenas àquelas sobre grandes tema ou as que se salvaguardam no enunciado – "baseado em fatos reais"- mantém sob foco as categorias de compreensão não se restringindo àquelas constitutivas da história narrada[59]. Portanto deve-se considerar que o pesquisador das diversas áreas é um interlocutor privilegiado dessa produção. Ele deve estar ciente de que, no exercício de seu ofício, deve ir além da proposta do realizador, já que a escrita da história, o sentido atribuído ao passado e ao presente, o lugar de onde se conta a história, as ciências, os mitos, os heróis e o homem comum – elementos que constroem o imaginário das sociedades, o inconsciente individual e coletivo, a fixação e os lugares da memória – são tecidos com a sua ajuda.

---

[59] DUBY, Georges. L'historien devant le cinéma. *Le Débat,* Paris (30): 81-85, mar. 1984 ; BAZIN, André. *O que é cinema*. Lisboa: Livros Horizonte LDA. 1992;

Como objetivo secundário, importante tanto quanto e entrecruzado ao primeiro está o de estudar as dimensões estéticas da comunicação cinematográfica e da produção audiovisual centradas no desenvolvimento de suas formas narrativas bem como os processos singulares de criação constitutivos da sua própria história como parte da história do homem tanto individual quanto coletiva.

Pode-se afirmar que contar histórias e contá-las por imagens constituem um dos primeiros registros fixados pelos homens e portadores de sentido. Portanto, no desenvolver dessas representações, um dos pressupostos metodológicos básicos a ser mantido é o de que tanto os textos imagéticos (pictóricos, fotográficos, cinematográficos e audiovisuais), quanto os literários devam ser compreendidos em si mesmos, à luz do tempo da sua produção, antes de se buscar a decodificação dos seus conteúdos, explícitos ou não, através dos filtros dos nossos códigos sociais e pessoais. É também pressuposto básico que, contemporaneamente, ocupar este lugar é deslocar-se da perspectiva crítica clássica: é ir além, consciente de que não serão suficientes os tradicionais métodos da análise crítica, pois ao mesmo tempo é preciso que o olhar do pesquisador acompanhe e ultrapasse o olhar convencional do cientista, do historiador, da sociedade, da própria historia e teoria do cinema e do audiovisual. Com isso, pode-se ampliar e ganhar maturidade, aprendendo a utilizar o conhecimento oriundo de outras disciplinas, e, além disso, tornando-se mais capaz de desvelar a complexa rede de relações existente entre os homens e suas representações.

Cada vez mais, pesquisam-se as interfaces da produção cinematográfica e do audiovisual com o objetivo de desenvolver novos métodos críticos de leituras de todos os seus formatos e conteúdos textuais. Vários são os pesquisadores, em todos os tempos, desde o começo do cinema, que se debruçaram e se debruçam sobre a produção dessa área e fazem um trabalho teórico-científico-

filosófico-historiográfico de fundamental importância, não só para a compreensão do produto final. Sem sombra de dúvidas tais estudos constituem o trilhar de algumas milhas na direção de algum entendimento do homem.

O aprofundamento da compreensão e discussão da linguagem cinematográfica articulada às diversas realidades e tempos da sua produção, inseridas no contexto histórico em que foram construídas, desconstruídas e reconstruídas através de representações em tempos e espaços geograficamente diferentes do mundo, engendra significações e re-significações da existência na tessitura da sociedade povoada por uma multiplicidade de formas discursivas e imagéticas, de códigos culturais, e de valores que ao longo da recente história da produção cinematográfica e audiovisual atuam como lentes sobre este mesmo mundo[60].

Revela-se assim a possibilidade de produzir conhecimento nas diversas áreas disciplinares noutros formatos que não o livro e com outros usos que não se restringe ao da sala de aula tradicional.

Devido à transdisciplinaridade exigida numa pesquisa que tem como balizamento as relações do conhecimento com a sociedade e com o Cinema e o Audiovisual, há a necessidade de considerar algumas abordagens como essenciais: 1) a história da imagem em movimento suas áreas de interface como a história da pintura, a história da literatura, a história da ciência e etc.; 2) a imagem em movimento como linguagem; 3) a imagem em movimento como fonte para a investigação em diferentes áreas; 4) a imagem em movimento como discurso sobre o próprio homem; 5) a produção da

[60] CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.Ver também :COSTA, Antonio. *Compreender o cinema.* São Paulo. Globo. 1989.

imagem em movimento como meio de expressão; 6) o processo de construção das imagens cinematográfica e audiovisuais[61].

Considerações Finais

A relação entre a sociedade e cinema\audiovisual parece começar a celebrar, contemporaneamente, uma parceria com bons resultados. Entretanto, dificuldades também se colocam, pois a complexidade cada vez maior do conhecimento, em muito derivada da diversidade de teóricos e suas teorias numa mesma área do conhecimento, se impõe ao pesquisador\professor. E se este deseja gerar um diferencial na sua formação como pesquisador, seja ele um jovem iniciante ou já como professor na sua prática em sala de aula formal ou não, a partir do qual o cotidiano esteja também implicado, torna-se necessário não apenas se aventurar por uma outra linguagem e por outro formato que não se restrinja ao impresso. Cada vez mais precisa munir-se de maior conhecimento e informação sobre o que agencia o conhecimento e sua diversidade para que possa estabelecer uma conversa substancial com o cinema e o audiovisual, e que esta possa ser levada para a vida por ter inaugurado para o indivíduo\pesquisador\professor uma outra forma de perceber e entender o mundo no qual se vive. Assim, torna-se cada vez mais clara a necessidade de mais e mais abordagens desse objeto tão fascinante, e sua análise não deve se limitar ao produto do fazer cinematográfico e/ou audiovisual em si. Para o processo de realização que o mesmo engendra é fundamental a análise e compreensão ampliada. Além disso, não importa se o gênero do produto é documentário, histórico, ficção, se o formato é site, blog,

[61] FERRO, Marc. *Cinema e História.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques NORA, Pierre. *História: novos objetos.* 3a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 199 – 215; KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10) : 237-250, 1992.

vídeo, longa ou curta metragem, série, reality show ou programa educativo. O movimento de analise e compreensão do cinema e do audiovisual não pode cair na armadilha de se ater a um único aspecto, pois são grandes as possibilidades que se instauram quando se arrisca uma apreensão criativa e sofisticada deste objeto deslocando os indivíduos de sua zona de conforto frente ao humano e a sociedade[62].

[62]AUMONT, Jacques. *A estética do filme.* Campinas: Papirus,1992; MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo.Brasiliense.1990; XAVIER,Ismail.*O Discurso cinematográfico a opacidade e a transparência.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977;

A Representação do Desenvolvimento Civilizatório Norte-Americano sob a Ótica dos Westerns “Paixão de Fortes” e “O Homem que Matou o Facínora” de John Ford

Thiago Barcellos
Bacharel em Cinema e Vídeo
Centro Universitário UNA

Pode-se dizer que a súmula de *O Homem que Matou o Facínora (The Man Who Shot Liberty Valence,* 1962*)* reside em: a oposição de Ramson aos interesses individualistas da classe dominante (os latifundiários que contratam Liberty Valance para soterrar seu idealismo); o exercício do voto e o livre arbítrio eleitoral, ainda que proibidos às mulheres e aos negros (as aulas de civilidade oferecidas por Ransom aos menos favorecidos); o papel extraordinário e civilizatório da ainda incipiente imprensa interiorana quando praticada com integridade e boa dose de idealismo (o jornal *Shinbone Star*).

Binômios também podem ser observados: o leste muitas vezes inoportuno e implacável *versus* a pureza sertaneja; a singular selvageria do homem da Fronteira[63]. O Tom Doniphon de John Wayne, o pobre vaqueiro com o funeral pago pela municipalidade, simboliza o oeste passional, diametralmente adverso à proposta progressista do diplomado Stoddard que pelejou e conseguiu levar a alfabetização, bem como os livros de direito a um lugarejo que só conhecia a força opressora da pólvora.

Filmado dentro da ortodoxia dos estúdios da Paramount e fotografado em preto-e-branco, *O Homem que Matou o Facínora*

[63] Muito mais do que uma linha invisível que abarcava certa densidade populacional ou uma “margem” ou “borda” que afastava a selvageria inóspita das “terras virgens” indígenas, a fronteira foi um dos germes do processo social norte-americano.

evita, à sua maneira, o lirismo dos "épicos fordianos", e fundamentalmente o lirismo dos filmes feitos no Monument Valley. *O Homem que Matou o Facínora* também revisita o tema da "expurgação dos malfeitores da cidade" e o da "emancipação regional" tão presente em *Paixão de Fortes*, mas dessa vez com uma visão mais cínica e amarga de todo o processo de levar a civilização aos recantos mais ermos da nascente América.

Stoddard, agora senador, ex-governador e apontado por todos do meio político como o futuro vice-presidente da república, conta ao *Shinbone Star* que na verdade não fora ele quem matou o facínora (Liberty Valance) e sim Doniphon, embora ele, que mal sabia empunhar uma pistola tenha ficado com todo o crédito.

Uma ironia adicional, no entanto, pode ser notada quando o modelo do herói dos Westerns (Tom Doniphon) atira em Liberty Valance pelas costas, oculto pelas sombras, enquanto o político supostamente covarde que não sabia atirar, se posta à frente do fora-da-lei e joga limpo. A clássica recusa do repórter do *Shinbone Star* em publicar a verdade dos fatos culmina no célebre e lendário mote que norteou a carreira de Ford e se tornou um dos paradigmas da imprensa marrom: "Quando a lenda é mais interessante que o fato, publique-se a lenda" (O HOMEM QUE MATOU O FACÍNORA, 1962).

É então, nessa circunstância paroxística presente em grande parte dos Metawesterns[64], e, sobretudo em *O Homem que Matou o Facínora* que Ford sintetiza a decadência de um gênero, de uma história e de um mito:

[64] Chamarei por convenção '*metawestern*' o conjunto das formas adotadas pelo gênero depois da guerra [...] Digamos que o '*metawestern*' é um *western* que teria vergonha de ser apenas ele próprio e procuraria justificar sua existência por um interesse suplementar: de ordem estética, sociológica, moral, psicológica, política, erótica..., em suma, por algum valor extrínseco ao gênero e que supostamente enriqueceria. BAZIN, 1991 p. 210

> Ford tenta mostrar a lenda e o fato, a verdade é que já não há espaço para filmes como [...] *Os brutos também amam* (George Stevens, 1953), que ainda enfatizavam a austeridade da Fronteira, narrando suas histórias no velho estilo, às vezes épico, mas sempre em tom mítico. [65]

O Homem que Matou o Facínora de John Ford se apresenta como um Western crepuscular, em que a despedida de uma nação maniqueísta idealizada (e idealizadora) ganha arrabaldes nostálgicos: o fim de uma era e o fim do homem da Fronteira. Em *O Homem que Matou o Facínora*, nós assistimos o findar do cowboy e seu contorno agreste. Tom Doniphon, o Velho Oeste morre, e é o fim, o declínio de uma civilização.

Após ser observada, a complexa teia dos fios sociais que levam o progresso e o desenvolvimento do Leste ao inóspito Oeste norte-americano na era da expansão da Fronteira, entendemos que o processo civilizatório é intensificado por um arcabouço de ações humanas, em que se mescla o empreendedorismo dos primeiros colonos, ao desejo (às vezes velado), da emancipação do próprio oeste.

Em *Paixão de Fortes (My Darling Clementine*, 1946*)*, isso é bem demonstrado na rapidez com que o prefeito de Tombstone oferece ao Wyatt Earp de Henry Fonda a insígnia de xerife. O ato do prefeito deixa clara a necessidade e o desejo de que a cidade seja "salva" por um benfeitor.

Em *O Homem Que Matou o Facínora*, isso também fica claro na acolhida que Storddard recebe de Hallie. Sua hospitalidade não é apenas sua generosidade humana e feminina em acolher alguém ferido e sem haveres; ela o acolhe em sua alma, querendo absorver seu estilo de vida, aceitando sua oferta de conhecimentos e abandonando a rudeza da vida que levava até então. Mais do que a

[65] MASCARELLO, 2008, p.174

emancipação do oeste, ela quer nesse momento sua própria emancipação individual.

A representação do desenvolvimento civilizatório norte-americano existe como temática nos filmes *Paixão de Fortes* e *O Homem que Matou o Facínora*, ou seja, há nas duas obras o claro papel do homem concomitantemente conhecedor da natureza e promotor da civilização.

Em ambos os filmes observados, cada um à sua maneira, notamos a civilização ocidental confrontando-se com a selvageria do mundo ferino e os rudimentos de disciplina da comunidade da Fronteira, em detrimento dos outros filmes do gênero do mesmo cineasta.

A maturidade estética eleva John Ford ao panteão dos maiores diretores americanos de todos os tempos. Em *Paixão de Fortes*, Ford atingiu o equilíbrio ideal entre a fabulação social e a construção da América com a chegada da civilização ao oeste. *Paixão de Fortes* é afinal, mais do que o legítimo Western, já que suplanta os perímetros e as limitações do gênero para finalmente se inserir na categoria mais ampla do drama humano individual, econômico-social e histórico, sendo exemplar em todos esses aspectos. O grau de humanismo de Wyatt Earp de *Paixão de Fortes* é a súmula da personagem "fordiana" talhada de forma autêntica. O herói advindo do Leste é ungido na prática desenvolvimentista que leva o progresso ao oeste selvagem.

Personagens como Wyatt Earp, que saem de certa maneira de seus respectivos *modus vivendi* e que são "recrutados" para salvar/organizar a comunidade da Fronteira são a mais pura representação do desenvolvimento civilizatório, pois ele, além de livrar a cidadela de Tombstone do predomínio das forças contrárias ao desenvolvimento (Old Man Clanton e seus filhos fora-da-lei), celebra, em uma sequência do filme, com a professora Clementine (representação que alude que a educação enfim chegou ao ermo

oeste), a inauguração da primeira igreja protestante à região - sinais do declínio do Velho Oeste e do advento da civilização.

Clementine, a pueril professora, representa a intensa energia apaziguadora oriunda do leste. Essa força capital está fundamentada nos autênticos valores da educação e da cultura que lhe dão o significado que perpassa intenções de toda a natureza, definidos por interesses comezinhos e contrários a civilização e ao progresso.

Em *O Homem Que Matou o Facínora*, o heroísmo individual traz a reboque uma profusão de valores, que vão desde a instauração da lei e da moral, em um território de prosaico e marginalizado *status quo*, a uma providencial redivisão territorial a partir da educação e da cultura, no intuito de transformar esse território, em Estado. No filme, Stoddard é o agente restaurador, o brasão da moral e o paladino da cultura. O oeste ainda imaculado urra pela alforria social, moral e cultural. Contrário às forças do mal (Valance e seu séquito de malfeitores), o cavaleiro branco da paz (Ransom Stoddard) carrega como estandarte os valores sociais e culturais em direção ao oeste rudimentar e no final se impõe. *O Homem que Matou o Facínora* é a alegoria de uma nova sociedade que surge. O filme de Ford aborda vários temas que se entrelaçam: a civilização do oeste; o oeste bestial entrando na era moderna; a decadência de seus mitos; e claro, os fundamentos da democracia americana.

Ambos os filmes nos mostram que homens de coração progressista e centralizador, pulverizaram, “à duras penas”, enfim, o predomínio das forças sociopolíticas retrógradas à civilização na nascente América. A democracia e a educação vencem, e esse é o perigeu do oeste selvagem.

Referências Bibliográficas

BAZIN, André (org.) *O Cinema – Ensaios*. Trad.: Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora: Editora Brasiliense, 1991.

MASCARELLO, Fernando (org). *História do Cinema Mundial*. São Paulo*:* Editora Papirus, 2008.
O HOMEM QUE MATOU O FACÍNORA. Dirigido por John Ford. Produzido por Willis Goldbeck. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1962. 1dvd.
PAIXÃO DE FORTES. Dirigido por John Ford. Produzido por Samuel G. Engel. Estados Unidos: Twentieth Century Fox, 1946. 2dvd

O fingir historiográfico: diálogos entre a ciência e a ficção

Warley Alves Gomes*
Universidade Federal de Minas Gerais

O objetivo deste texto é pensar as relações entre a História e a Ficção no debate da historiografia contemporânea. Também buscaremos analisar a partir de novos pontos de contato entre estas duas esferas do conhecimento, na tentativa de escapar não só de uma perspectiva cientificista, que busca resgatar o passado em seus mínimos detalhes, mas também de uma perspectiva cética e relativista, que expropria da História qualquer probabilidade de veracidade.

Consideramos que, embora o debate das relações entre a História e o ficcional já tenham avançado bastante, e que muitos preconceitos já foram derrubados, ainda há muito o que se discutir sobre os contatos – e distanciamentos – entre estas duas formas de compreender o mundo, e que, sem dúvida, ainda há diversos outros preconceitos, principalmente no que toca ao ponto do ficcional, a serem combatidos.

A partir dos pontos levantados acima, nosso artigo propõe uma investigação epistemológica não só no que perpassa a constituição do campo historiográfico, mas também uma investigação através do ficcional, de forma a buscar evidenciar as características próprias deste campo, poucas vezes expostos em textos historiográficos.

Após um considerável período, que se alastrou desde o cientificismo de meados do século XIX e incorporou-se ao marxismo

---

* Mestrando em história pela Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

estruturalista do século XX, no qual a natureza do conhecimento historiográfico foi pouco questionada, o texto de Hayden White *O texto histórico como artefato literário* (WHITE, 1994) provocou um considerável abalo na historiografia dos anos 70, ao comparar – e praticamente igualar - o texto histórico com o texto ficcional. Para White, o texto histórico era construído segundo os mesmos componentes de um texto ficcional, e se organizava a partir dos chamados tropos do discurso. Assim, para White, os fatos seriam neutros e caberia ao historiador organizá-los e narrá-los a seu bel-prazer, utilizando-se de qualquer um dos tropos de modo a dar sentido e inteligibilidade à história narrada. É exatamente devido ao uso destes tropos que o texto pode ser apreendido pelo leitor, que reconhece nestas estruturas discursivas a inteligibilidade do discurso.

Como podemos perceber, a tese de White é polêmica, e como tal, levou os historiadores a debater intensamente a epistemologia do conhecimento histórico. Concordando ou não com Hayden White, seria uma negligência não ressaltarmos a importância e a contribuição de seu texto para o conhecimento historiográfico atual, assim como sua forte repercussão a partir dos anos 70. Uma das teses mais reconhecidas – e que mais bebeu na fonte de White – é a do historiador e filósofo Ankersmit. Segundo este autor (ANKERSMIT, 2001), a larga produção contemporânea nos proporciona a possibilidade de estudar um determinado tema sem nem mesmo ler suas fontes originais. Assim, para se chegar à compreensão de uma obra de Rousseau ou Diderot não seria necessário ler os autores, mas antes se debruçar sobre as interpretações feitas de suas obras. As idéias de Ankersmit são explicadas a partir de uma interessante metáfora construída pelo autor: o conhecimento se constitui como uma árvore. Temos assim o tronco – que seriam as obras originais −, os galhos e ramificações − que representam as interpretações derivadas da análise das obras principais −, e por fim, teríamos as folhas – que seriam as interpretações surgidas das outras

interpretações. Observem que entre as folhas e o tronco principal não existe o menor contato necessário, e que as folhas, antes, se apresentam em uma estrutura próxima a uma rede. Tal é a idéia do conhecimento contemporâneo para Ankersmit: uma série de representações que se conectam em uma estrutura semelhante aos fios de uma rede. Elas se cruzam, mas não se sobrepõem, de forma que todas são válidas desde que articuladas coerentemente.

Não obstante a credibilidade alcançada por estes teóricos, seus argumentos não passaram sem contestação por importantes pesquisadores e filósofos. Um deles, bastante conhecido atualmente, é o italiano Carlo Ginzburg. Ginzburg (GINZBURG, 2002) em um texto no qual procura refutar os argumentos relativistas de White, compara a História com um processo jurídico. Segundo o autor, o texto histórico se diferenciava do texto literário devido à um compromisso com a verdade, com uma construção baseada a partir da articulação entre a retórica – os argumentos apresentados pelo historiador – e as provas – os documentos, os testemunhos consultados. O texto ficcional é construído embasado em uma liberdade poética, e não apresenta nenhuma necessidade de se voltar às provas e às testemunhas. Apesar do conservadorismo das teorias de Ginzburg, baseado em sua refutação do ficcional presente no texto histórico, o argumento do autor é válido para percebermos a *intenção* manifesta em um texto historiográfico: a de chegar à verdade de um passado, mesmo que esta seja inalcançável.

Outro importante historiador para nosso trabalho é Michel de Certeau, que em seu texto *A operação historiográfica*, buscou refletir sobre o lugar a partir do qual o historiador produz seu conhecimento — pensando assim as relações sociais e institucionais explícitas e implícitas pelas quais perpassa a produção do conhecimento histórico —, o público para o qual o historiador se dirige, bem como a articulação entre a documentação e a escrita do texto histórico (DE CERTEAU, 2006). Para Certeau, a história apresenta um caráter

científico devido a verificabilidade de seus resultados — que está vinculada à questão das fontes —, ainda que seja impossível uma reconstituição plena do passado. A escrita, no conhecimento histórico, permitiria uma combinação entre uma semantização e a seleção (que já teria início logo na separação entre o presente e o passado). Podemos dizer que a escrita permite ordenar uma inteligibilidade aos fatos e à documentação que, a princípio, estariam desordenados na pesquisa.

Um ponto importante a ser observado acerca das teorias desenvolvidas por estes dois autores – Ginzburg e De Certeau – é que elas, mesmo parecendo ir em sentido contrário às de White e Ankersmit, parecem haver incorporado algumas de suas críticas (principalmente de White). É possível observar, tanto no uso da retórica defendido por Ginzburg, quanto na consideração da escrita observada por de Certeau, percebemos uma valorização do *texto* no conhecimento histórico, critérios já bastante diferentes dos observados pelos historiadores estruturalistas e positivistas. Apesar disto, não encontramos nos argumentos destes dois historiadores qualquer concessão feita à presença da ficção no conhecimento histórico.

A ficção se manifesta em muitos outros meios que não os livros de romances e nas poesias, encontrando seu lugar em filmes, no teatro, óperas, balés e mesmo na música (isto fica mais evidente, por exemplo, em canções de grupos de rock progressivo, como é o caso de bandas como Jethro Tull, Pink Floyd ou Rick Wakeman, cujos discos costumam apresentar uma importante carga conceitual ou mesmo uma história contada, com início meio e fim). Em um outro plano a literatura pode ser vista em campos bastante diferentes do ficcional, e muitas vezes difíceis de serem classificados. Como aponta Luiz Costa Lima, a literatura se constitui a partir de um campo híbrido, de difícil definição, no qual diversos discursos se cruzam (COSTA LIMA, 2006). Apesar disto, pode-se perceber na

forma de estrutura textual, nas propriedades apresentadas no texto, na forma como a informação é difundida – invariavelmente a escrita – características comuns entre estes discursos. Lima chama a atenção para a diferença entre a ficção e a literatura ao colocar-nos diante da difícil tarefa de classificar textos como os livros de auto-ajuda, os Best-sellers focados na vida de grandes artistas ou políticos, nas biografias de grandes personagens, nas cartas e etc. Como colocar estas formas textuais no campo do ficcional? Antes de continuarmos com o teórico brasileiro, é importante apresentarmos as idéias de Wolfgang Iser sobre a teoria do ficcional.

Iser busca substituir a dicotomia realidade/ficção pela tríade "real – fictício[66] − imaginário". A construção da ficção estaria vinculada ao ato de fingir, ou seja, o ficcional na medida em que repete uma parcela da realidade, sem se esgotar em sua apresentação, dela se apropria para transgredi-la. Através do fictício também perpassa um imaginário que se relaciona com esta realidade. O imaginário, para Iser, seria a princípio difuso, informe, fluido e sem objeto de referência[67]. No fictício, a partir do ato de fingir, o imaginário ganha uma determinação que, a princípio, não lhe cabe, adquirindo assim um atributo de realidade, visto que o imaginário se apresenta agora delimitado. Sendo assim o ato de fingir seria uma

---

[66] Embora os dois autores estejam debatendo os conceitos em épocas diferentes, parece que o conceito de fictício pensado por Wolfgang Iser é distinto do usado por Lima. Não existe aqui a preocupação em separar o fictício do ficcional, mas antes, parece que tem o mesmo significado. Para Iser, realidade e imaginário estariam articulados – e simultaneamente transgredidos – no fictício. Lima se utiliza das idéias de Iser articulando esse "fictício" à mímesis, o que possibilitaria a conexão do texto com os valores correntes no cotidiano.

[67] Cabe aqui uma análise crítica em relação à idéia de Iser sobre o imaginário. Embora sua teoria sobre o imaginário seja muito importante e bastante rica, não deve-se esquecer que o imaginário também pode ser coletivo, como é o caso do imaginário social. Esta não é tão disperso quanto o descrito por Iser e possui uma forte articulação com o concreto. Também não podemos nos esquecer que o imaginário individual está fortemente ligado ao imaginário e às experiências coletivas.

dupla transgressão: a irrealização do real – irrealiza a ação, desautomatizando-a de sua função convencional, indicando reflexões e múltiplas possibilidades – e realização do imaginário – determina a este uma aparência de realidade, ele se materializa em um suporte, organiza-se em um princípio, meio e fim.

A partir da exposição dos argumentos de Iser, Lima coloca a seguinte pergunta: visto que o ficcional converte o imaginário em uma aparência da realidade, sendo que esta já foi transgredida, a que realidade o ficcional reconduziria senão a um mundo alternativo? Lima propõe a articulação da ficção com a mímesis para responder a esta pergunta. A mímesis, conceito formulado por Aristóteles, ao longo da história ocidental teve duas significações: ela foi *imitatio* e representação. Como *imitatio* significava apenas imitação, remetendo ao falso. Como representação ela pode adquirir uma maior relevância, articulada com base nas semelhanças e diferenças em relação a um *outro*, pelo qual ela se cumpre. A mímesis acolhe, seleciona e transforma os usos, valores e costumes de um determinado contexto histórico-social.

Através da articulação entre a ficção e a mímesis, a primeira pode se remeter ainda a uma certa concretude, a um mundo real, e não só à um mundo alternativo. Para Lima, a mímesis é responsável por estabelecer uma correspondência entre um estado de mundo e uma configuração textual, e está presente na obra ficcional. Ela opera por uma semelhança lógica e não pictórica, o que acaba por se desdobrar em diferenças, ou seja, entre os meios expressivos com os quais um estado de mundo é manifestado (obra literária, filmes, pintura e etc.) e o objeto da mímesis (o que estas obras buscam representar) pode haver grandes diferenças, sendo que suas correspondências seriam estabelecidas por uma homologia funcional. O que conecta representação e objeto representado seria a função estabelecida por ambos e não uma simples representação pictórica tal qual o objeto.

Através dos argumentos apresentados acima, podemos compreender que a relação entre a ficção, o real e o cotidiano é muito mais complexa do que uma simples “falsificação” do que nos é perceptível. A negação do cotidiano se dá através de um estrito entrelaçamento com ele, sendo que ao mesmo tempo que o nega e o desautomatiza, também estabelece vínculos, ultrapassa-o, e porque não, acaba reafirmando-o. Consideramos, neste caso, que afirmação e negação não se colocam como opostos, pois para que haja a negação e o entrelaçamento é preciso haver o reconhecimento do real. Só assim a ficção se estabelece de forma *consciente* frente ao cotidiano e ao imaginário.

Para Lima, tanto a História e a ficção constituem-se através da *mímesis*, visto serem representações construídas com base nos valores encontrados em um grupo ou sociedade específica. Porém, o processo de formação que as envolve é bastante diferente. A história apresenta-se como uma representação do passado — e busca-se aproximar dele o máximo possível —, além de diferir-se da ficção por apresentar um compromisso com a verdade. Aqui, Luiz Costa Lima busca se aproximar de Carlo Ginzburg, ao comparar a operação historiográfica a um processo jurídico, no qual o que ocorre é uma articulação entre provas — documentos — e retórica — a construção textual (GIZBURG, 2002). A ficção, diferentemente da história, é mais livre, possui licença poética (LIMA, 2006). Se, na primeira, o processo mimético se volta para a dessemelhança, no discurso historiográfico prevalece a semelhança.

O último teórico com quem vamos trabalhar é Reinhart Koselleck. No que se refere a História, nos parece muito claro que o texto histórico não se apresenta apenas como um acúmulo de dados e datas. Ele deve ter inteligibilidade, que se apresenta a partir da narração. Para Koselleck, a ficção penetra no conhecimento histórico a partir do momento em que o passado é inalcançável e o intervalo temporal leva o historiador a fingir uma realidade histórica. Aqui, o

pesquisador se apropria dos meios lingüísticos da ficção para apreender uma realidade passada.

Nos parece muito interessante o fato de Koselleck utilizar a palavra *fingir* para se referir à construção do conhecimento histórico sobre o passado. Sem dúvida, esta é uma constatação que ainda dói para os historiadores mais apegados a uma ideia muito rígida da História. Não se trata aqui de fazer um elogio a posições céticas como a de Hayden White, mas antes de constatar uma mudança no paradigma historiográfico: é necessário reconhecer a impotência de constituir o passado plenamente. Embora Koselleck não faça a mesma reflexão de Luiz Costa Lima em relação ao ficcional, não seria errôneo pensar que sua idéia de fingir se encontra muito próxima da descrita por Lima e Iser.

Consideramos que seria um passo a mais na discussão da relação entre História e ficção pensar através do cruzamento entre as teorias de Lima e Koselleck. Diríamos sem pudor que a História *finge* um passado. Este ato de fingir, que Lima atribui à ficção, ocorre da mesma maneira no conhecimento histórico. Ao escrever e imaginar o passado, opera-se um processo de *mímesis*, que coloca o texto histórico em uma relação de semelhança e *diferença* frente aos eventos narrados. A primeira diferença, e sem dúvida a mais crucial, se dá pela simples impossibilidade de trazer o passado *materialmente* para o tempo presente. Outra notável diferença é a carga reflexiva colocada nos eventos narrados. A História é, antes de tudo, uma organização dos eventos passados, uma busca de dar inteligibilidade a eles. Narrar sobre este passado já é contar algo a mais sobre ele, algo que está além dele.

Ao mesmo tempo, encontramos em um texto histórico a irrealização do passado e também a realização do imaginário do historiador. Assim, a relação entre realidade e imaginário vai muito além da oposição entre história e ficção, e antes se manifesta em um

cruzamento muito íntimo entre ambas as esferas, mas que ao mesmo tempo não retira delas suas respectivas autonomias.

Referências Bibliográficas

ANKERSMITH, F.R. *TOPOI*. Rio de Janeiro, março, 2001, pp.113-135.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: *história*, *retórica*, *prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ISER, Wofgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, L. (org). *Teoria da literatura em suas fontes*. vol. II, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

KOSELLECK, Reinhart; *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WHITE, Hayden V. *Tropicos do discurso:* ensaios sobre a critica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

A IMPRENSA OITOCENTISTA NA PESQUISA HISTÓRICA: METODOLOGIAS EM DEBATE

COORDENADORES: PROF. JONAS MARÇAL DE QUEIROZ, BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO E ROGER ANIBAL LAMBERT DA SILVA

O Sete de Abril na ordem do dia. Imprensa e construção de memória.

Gabriela da Silva Ramos Fernandes
Mestranda - UFJF

Trazer a tona determinado acontecimento é reelaborar um passado. É embrenhar-se em uma dinâmica na qual a memória não é um elemento estanque. Novas conjunturas nos fazem revisitar o passado com outros olhos e conceder-lhes novas roupagens. O que nos leva a perceber que, tal como o presente, o passado está em construção e pode variar segundo quem o revisita, como e por que o faz.

Em vista dessa possibilidade dinâmica trazida pelos estudos que partem da memória pretendemos analisar o processo de construção do 7 de Abril, data cívica que representava a Abdicação de D. Pedro I, para perceber as possíveis apropriações e estratégias políticas em que ela poderia ser convertida. Para tanto foram analisados alguns jornais que circularam no Rio de Janeiro ao longo do contexto regencial (1831 – 1840), são eles: *Aurora Fluminense*[68], *D. Pedro*

[68] Jornal redigido por Evaristo Ferreira da Veiga que circulou no Rio de Janeiro, ininterruptamente, entre 21 de dezembro de 1827 e 30 de dezembro de 1835.

I[69]*, O Caramuru*[70]*, O Clarim da Liberdade*[71]*, O Exaltado*[72]*, O Sete d' Abril*[73]*, O Verdadeiro Caramuru*[74] *e o Sentinela da Liberdade no Rio de Janeiro*[75]*.*

Consideramos nossas fontes através de um referencial teórico que engloba principalmente os conceitos: memória, cultura política e representação. Primeiramente, interpretamos os periódicos sob a perspectiva de que eram instrumentos capazes de formar uma memória, por serem uma construção perpetrada em tempo presente tendo como referência os acontecimentos políticos do passado.

---

[69] Pequeno periódico caramuru de redator desconhecido que circulou no Rio de Janeiro entre 26 de agosto de 1833 a 3 de dezembro de 1833. Ver: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O *Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.* Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 341.

[70] O Caramuru era um periódico que divulgava as concepções políticas da facção caramuruana, era redigido por David da Fonseca Pinto e circulou no Rio de Janeiro entre 2 de março de 1832 a 10 de abril de 1833. Ver: BASILE, *Op. Cit.*, p. 338.

[71] Periódico que circulou no Rio de Janeiro entre 12 de novembro de 1831 e 21 de junho de 1833. A determinação de seu redator é complexa, pois, segundo comenta Basile, como a maioria dos jornais da época, este não tinha sua autoria declarada. Porém acreditava-se que seu redator fosse o mulato José Luiz Ferreira. Tais informações foram encontradas pelo autor em artigos publicados pelo Caramuru e pelo próprio Clarim da Liberdade. Ver: BASILE, *Op. Cit.*, p. 141.

[72] Periódico publicado de maneira bastante irregular entre 4 de agosto de 1831 e 15 de abril de 1835 que circulava na cidade do Rio de Janeiro e era redigido pelo Padre Marcelino Pinto Ribeiro Dias.

[73] Periódico que tem sua orientação doutrinária atribuída ao político Bernardo Pereira de Vasconcelos. Circulou de forma regular na Corte do Rio de Janeiro entre 1º de janeiro de 1833 a 20 de março de 1839. Enquadra-se junto aos jornais liberais moderados, embora apresente um discurso crítico mesmo em relação a seus companheiros e ao governo.

[74] Periódico de redator desconhecido que circulou no Rio de Janeiro de 30 de abril de 1833 a 3 de dezembro de 1833.

[75] Periódico da vertente liberal exaltada que lembrava seu principal líder Cipriano José Barata de Almeida ao dar ao jornal o nome de "Sentinela da Liberdade". Publicado no Rio de Janeiro entre 20 de novembro de 1832 e 9 de março de 1833 pelo mulato Joaquim Candido Soares de Meirelles. Ver: BASILE, *Op. Cit*., pp. 139 e 140.

[75]MOREL, *O período das Regências (1831-1840).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 23.

Sendo assim, utilizamos o conceito de memória segundo as concepções de Elizabeth Jelin[76] que a descreve como expressão do vivido. Algo que invoca recordações, esquecimentos, narrativas, atos, gestos e emoções. Ao ponderar sobre memória não estamos falando em algo puro, imóvel e fechado, mas ao contrário, estamos nos referindo a um processo de construção do passado no tempo presente e que por isso pode estar sujeito a influências de mecanismos de transmissão e de apropriações simbólicas.

O conceito de memória relaciona-se ao de monumentalização, que quer dizer, construção que visa a perpetuação de uma imagem. Conceito utilizado segundo a proposta de Jacques Le Goff que o determina como suporte da memória coletiva[77] à medida que é capaz de aproximar a sociedade dos fragmentos de sua história. Falar de monumentalização é o mesmo que falar sobre algo que nos faça recordar, que evoque facilmente um passado e que seja capaz de perpetuar uma recordação.

Nossa análise circunscreve-se ainda na investigação da cultura política da época. Buscamos entender o conjunto de valores e representações políticas partilhado pelas facções que poderiam ser convertido em uma identidade coletiva, concedendo ao passado significações comuns[78]. O conceito está sendo aqui trabalhado a partir de sua vertente pluralista, tal como pensado por Berstein[79] e Sirinelli, como um conjunto de códigos, valores, tradições, práticas e representações coletivas compartilhada por um grupo, capaz de lhe

---

[76] JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de La memória*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 2002.

[77] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

[78] MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.* In: *Culturas políticas na história: novos estudos*. Organização de Rodrigo Patto Sá Motta, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009 e BERTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Rioux, J.P & SIRINELLE, J. F. (organizadores). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

[79] BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília. Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

conceder identidade, fornecer leituras comuns para o passado e direcionar sua ação política.[80]

Os jornais foram analisados ainda conforme o seu suporte, ou seja, foram pensados como narrativas e dessa forma são centrais os conceitos de conceitos de representação, apropriação e prática que compõem o tripé conceitual de Roger Chartier. Utilizamos representação como uma interpretação capaz de conceder significado. Ao formular sua representação sobre o fato, o indivíduo mantém do ocorrido uma imagem presente, mesmo que o objeto que lhe influenciou na interpretação não esteja. De tal modo, criar uma representação para um acontecimento significa interpretá-lo, conceder-lhe um significado que pode variar de acordo com quem o produz, como e por que o faz.[81]

Essas variações relacionam-se com o conceito de apropriação e trazem à tona as diversas possibilidades de leitura de um mesmo acontecimento. Mostram que a percepção do real não é um processo objetivo e facilmente compreendido, uma vez que pode ser determinado por características compartilhadas por um grupo social. Enfim, analisamos os periódicos a partir do conceito de práticas, eles são entendidos como ações empreendidas pelos indivíduos para fazer com que suas representações fossem construídas e tomadas como hegemônicas. A publicação de um periódico seria então a prática, posto que era capaz de tirar a discussão política da oralidade e conceder a ela um formato mais "seguro" a medida que possibilitava sua divulgação e garantia que seu conteúdo não fosse tão modificado quanto seria através da oralidade.

O recorte cronológico foi escolhido por ter sido a Regência um período de efervescência e de explosão da política. Ao longo desses

---

[80] MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (org.). *Op. Cit.*

[81] CHARTIER, Roger. *A historia cultural: entre praticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

anos podemos perceber a formação de um novo espaço público[82], que permitia que discussões e disputas excedessem os limites oficiais e se apropriassem dos novos espaços sociabilidade[83] que surgiam. Dentre essas novas possibilidades de manifestação a imprensa se desenvolveu e se consolidou como um importante instrumento de veiculação de doutrinas, posicionamentos e culturas políticas. Ao ponto que os grupos políticos utilizavam-se dela como meio de criar um consenso em torno de seu projeto político, de publicar materiais capazes de tornar possível o entendimento de seus princípios e fazer com fossem tomados como verdade.

A respeito do 7 de Abril, pudemos notar que as interpretações dos jornais não eram convergentes. O próprio sentido de revolução imputado ao dia 7 de abril não foi unânime. Por mais que o vocábulo "revolução" tenha se tornado uma palavra-chave ao longo do período regencial, as diversas facções políticas poderiam defini-la de acordo com seus próprios interesses[84]. A palavra principal, entenda-se a que mais designava o ocorrido em 7 de Abril de 1831, aparecia como polissêmica e despertava as mais diversas reações. Porém, segundo Marco Morel[85], nenhum grupo político era capaz de negá-la. Ela

---

[82] A consideração relativa a espaço público é proposta com base no conceito de esfera pública definido por Jurgen Habermas. Segundo o autor, falar em esfera pública é o mesmo que falar em um espaço informal de sociabilidade política e literária no qual as pessoas poderiam reunir-se e discutir suas opiniões e seus interesses. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera publica: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

[83] O conceito de sociabilidade é aqui empregado como forma de interação social e política, que pode se dar tanto de maneira formal, quando determinada por instituições oficiais, quanto de maneira informal, quando compreendida por associações, divisões de espaços públicos ou relações de familiaridade. Ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

[84] MOREL, Marco. *Op. Cit.*, p. 20.

[85] *Ibidem.*

havia ocorrido e era preciso defini-la e pensar o que poderia ser feito do início de abril de 1831 em diante. A palavra revolução era respondida de três formas dissonantes, os moderados bradavam: “Fim!” e os exaltados replicavam: “Mais!” e os conservadores ou caramurus gritavam: “Não!”.

Os liberais moderados entendiam o 7 de Abril como uma revolução, algo bom e glorioso, capaz de trazer ao povo uma “alegria grandíssima”. A revolução dos moderados ganhava ares de unanimidade, algo que todos os homens – fossem ricos ou menos favorecidos economicamente – haviam trabalhado em prol. O acontecimento ganhava ainda em suas páginas tons de uma grande e nobre revolução que podia superar as ocorridas em outros países considerados muito mais civilizados como, por exemplo, a França.[86] A revolução brasileira era pintada como algo mais puro e mais limpo, posto que havia sido realizada pela união dos brasileiros que não se deixaram manchar por nenhuma gota de sangue.

As referências a revolução puseram em questão também seu protagonista, o ex-Imperador D. Pedro I que teve sua imagem remodelada. O *Aurora Fluminense* deixou de lhe fazer elogios e de exaltar sua boa participação na Independência brasileira e passou a representar D. Pedro I como alguém cuja presença há muito não era desejada no Brasil. O ex-Imperador passou a ser destacado nas páginas do jornal como alguém que teve a capacidade de fazer a felicidade do povo, mas que, ao contrário, só havia se oposto a sua prosperidade.

A revolução do 7 de Abril seguiu sendo lembrada nos jornais como algo glorioso que se deu sem o derramamento de uma gota

[86] Ao comparar com a França, os moderados faziam sempre alusão a revolução ocorrida em Paris em Julho de 1830. Revolução que teve início em vista do golpe dado por Carlos X com o intuito de limitar o poder das Câmaras e a liberdade de imprensa. No entanto seu golpe foi malogrado e teve início uma nova monarquia que tinha Luís Filipe como o “rei-cidadão”.

sequer de sangue e que foi capaz de trazer de volta e integralmente aos brasileiros a liberdade que apenas havia sido ensaiada na Independência. A grande façanha dos moderados era posta nos jornais como uma revolução em seu sentido mais qualitativo, como uma grande mudança de rumo dada no Império que lhe concedeu plena Independência e um governo que em nada se parecia com o antigo e despótico realizado por D. Pedro I.

Essa era a verdade dos moderados, no entanto eles precisavam fazer com que a sociedade também acreditasse nessas palavras. Assim, eles principiaram em seus jornais um processo que podemos chamar de monumentalização do 7 de abril. Os moderados iniciaram a exaltação dessa memória construída por eles, e a primeira etapa era lembrar e comemorar todos os seus aniversários e isso era feito com minúcia. Dentre os anos de 1831 a 1834 os meses de abril, sobretudo, concentravam informações, dedicatórias, homenagens e retrospectivas do dia 7 de abril de 1831. Além disso, era constante a presença de matérias que destacavam as comemorações do 7 de Abril não apenas na Corte do Rio de Janeiro, mas também em outras cidades e mesmo em Vilas da Província de Minas Gerais. Os moderados pretendiam com isso unificar a sua interpretação dos fatos e incutir no imaginário político do oitocentos que a data havia sido gloriosa. Destacavam ainda o poder revolucionário da data já que por um processo de grande comoção da sociedade a Liberdade do Império havia sido consolidada.

Já a construção da memória do 7 de Abril feita pelos jornais exaltados não apresentava como propósito prioritário manipular o imaginário político e simbólico. Mas tinha a intenção de devolver os créditos e as honras da revolução aos exaltados. O que os jornais exaltados deixavam transparecer era a sua preocupação em assumir a "paternidade" de uma "criança", aqui representada pelo 7 de Abril, que estaria sob a guarda dos moderados. Em um artigo escrito no dia 12 de novembro de 1831, o periódico exaltado *O Clarim da*

Liberdade, indaga sobre a situação dos "Patriotas do 7 de Abril", que como deixa entender eram os exaltados. Segundo o redator, após sua participação decisiva na revolução os exaltados teriam sido excluídos do poder, do novo governo e, sobretudo, de sua condição de líderes da revolução.

Além da disputa pela autoria do 7 de Abril, os exaltados se dedicavam nas páginas de seus jornais a fazer oposição ao governo moderado e a mostrar que por causa do governo a sociedade não podia sentir as boas conseqüências da revolução. O quadro pós-7 de Abril nos jornais exaltado não se parecia nem um pouco com a realidade alegre, tranquila e ordeira apresentada pelos moderados. No dia 22 de setembro de 1831 o *Exaltado* fez duras críticas ao governo moderado dizendo que nenhum melhoramento ou reforma havia realizado no sistema de governo, que limitava a liberdade e que mantinha o patronato e a corrupção. Nas páginas exaltadas o 7 de Abril era tratado como uma revolução imortal e gloriosa, porém sua memória não recebia o mesmo tratamento em vista do domínio político exercido pelos moderados que havia gerado a estagnação do Império.

Dessa forma, para os exaltados a revolução do 7 de Abril não poderia estar terminada, uma vez que terminá-la significava resolver os problemas do governo que eles tanto apontavam em seus folhetins. Os exaltados, que anteriormente, haviam saído as ruas e insuflado o povo a lutar contra um Imperador que mostrava suas faces tirânicas, consideravam o 7 de Abril como o início de uma série de revoluções que deveriam ocorrer. O Imperador havia sido destituído de seu cargo e não poderia mais cometer seus desmandos, porém isso era só o começo. O 7 de Abril soava-lhes como o primeiro passo de uma revolução, como uma resposta política

violenta praticada naturalmente contra os atos de opressão de um governo despótico[87].

A terceira face do acontecimento era apresentada pelos jornais caramurus, que mais do que construir uma memória própria sobre o 7 de Abril, preocuparam-se em negar a memória propagada pelos moderados. Era preciso desconstruir a imagem de uma revolução feita pelo povo e com a adesão unânime da sociedade Imperial. O quadro pintado pelos caramurus fazia clara oposição aos moderados. Segundo eles, a revolução do 7 de Abril não havia trazido paz, liberdade e nem sequer ordem. Mas, ao contrário, acreditavam que a deposição do Imperador levava o Brasil a seu aniquilamento em vista das sucessivas agitações e desordens que atingiam a Capital do Império.

O 7 de Abril era até apresentado como um marco, porém como um marco de mudanças negativas para o Império que perdia o governo de seu fundador, aquele que havia conseguido nossa Independência e assegurado nossos direitos através de uma Constituição.

Nas páginas caramuruanas o 7 de Abril era tratado como a data que dava início ao caos do Império, no qual as famílias choravam a perda de seus entes, a situação geral era de miséria faltando "numerário" para comprar "o pão e o pano que alimentava e vestia" a família. O comércio, a lavoura e as manifestações artísticas também eram retratados como se passassem por uma crise. O 7 de Abril passou a ser apresentado como um dia com "dons fatais", dia com capacidade de causar desgraças e males ao Império do Brasil.

A imagem de D. Pedro I nos jornais caramurus foi construída de forma positiva. Os jornais, a todo momento, lamentam a saída do trono daquele que tudo sacrificou pelo Império do Brasil e que lhe concedeu liberdade, Constituição e Independência. Traçam um

---

[87] MOREL, *Op. Cit.*, 2003, p. 23.

paralelo no qual era feita uma comparação entre o Brasil antes e depois do 7 de Abril. Antes, com a presença de D. Pedro I a realidade do Brasil era sempre exaltada afirmativamente, como se a simples presença do Imperador fosse capaz de trazer segurança, ordem e prosperidade. A esse feliz quadro, os caramurus opuseram sua imagem do Brasil após o 7 de Abril que se apresentava da seguinte forma:

> "(...): perseguições, devassas, masmorras, extermínio, carnificina, enfim completa escravidão, tais foram os males que trouxe a revolução de 7 de Abril!"[88]

Finalmente, no periódico denominado *O Verdadeiro Caramuru* o 7 de Abril era tratado como um crime e a deposição do Imperador era lembrada como infausta e nefária, como algo perverso e desfavorável ao Império. A revolução caracterizava ainda para os caramurus um período de terror e de irregularidades no qual um bando de ingratos que sempre haviam sido auxiliados por D. Pedro I o destronaram. Mostravam a Abdicação como algo forçado resultante da violência de um partido. Versão que contradiz a moderada de que o 7 de Abril tinha sido fruto de uma vontade consensual da sociedade."[89]Assim, para os caramurus o 7 de Abril apresentava-se como um acontecimento caótico, lastimável e causador de todos os males pelos quais o Império vinha sendo submetido. O que abria espaço para que o povo desejasse a restauração e a volta ao tempo em que eram governados por D. Pedro I.

Percebemos então que os usos políticos que cada grupo fazia do dia 7 de Abril podia variar de acordo com seus interesses e convicções, no entanto, o que não se pode perder de vista é a inovação proporcionada pela saída do Monarca da qual os diferentes posicionamentos citados são resultados diretos. A queda de D. Pedro

---

[88]O Caramuru, 10 de abril de 1832.
[89] O Verdadeiro Caramuru, 22 de maio de 1833.

I significava o enfraquecimento do poder centralizado, de um poder tradicional que durante séculos desfrutava de grande respeito. A vacância do trono e, sobretudo, a condução do governo por homens que não tinha esse direito tradicionalmente garantido, abria espaço para que as questões políticas fossem discutidas na cena pública.

De acordo com Cecília Helena de Sales Oliveira a Abdicação era o desfecho de um contexto de revolução, de independência e de construção de uma nova realidade política que tinha se iniciado no ano de 1822 com os movimentos de emancipação. Segundo Armitage[90], esse período seria também uma época revolucionária por ter marcado a separação entre Brasil e Portugal e determinar o progressivo abandono das práticas políticas absolutistas que os portugueses haviam deixado como herança. Assim a Abdicação surgia como um movimento de ruptura com as práticas anteriores e de criação um novo tipo de ordenamento que primeiramente tinha se dado sem o Reino Português e finalmente dispensava um de seus representantes, o Imperador Pedro I[91].

O ano de 1831 surgiu assim com destacada significância. Dessa forma, manipular sua memória era uma das possíveis estratégias para ganhar adesão política. O que motivou a entrada do 7 de Abril na cultura política da época regencial e possibilitou a construção dos mais diversos significados. A manipulação de sua memória estava condicionada a política, a filiação partidária e, sobretudo, as estratégias de um partido que pretendia fazer dos jornais um meio de unificar a sociedade em torno de suas concepções.

Em vista disso, acreditamos que a memória poderia ser convertida em poder político, ao passo que a formulação de discursos

---

[90] ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de Dom Pedro I em 1831.* São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

[91] OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831.* In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial.* Civilização Brasileira. Volume 1, p. 32.

em torno de um determinado acontecimento tinha uma consciente intenção de convencer e tornar os leitores cúmplices de uma mesma visão dos fatos. A memória podia ter como uma de suas finalidades a política, seria como mais uma arma no jogo que buscava a adesão e a maioria. Ao estudar as possíveis versões sobre o 7 de Abril confiamos na aproximação com os usos políticos da memória a medida que analisar as datas cívicas e o significado a elas concedido é o mesmo que estudar algumas das estratégias do projeto político que pretendia se legitimar.

Através da análise dos jornais percebemos o poder "socializador" da memória, e com isso compreendemos a importância que tais jornais adquiriam para os políticos da época. Em outras palavras, acreditamos na importância da formação de uma memória a respeito do 7 de Abril, uma vez que essa seria uma forma encontrada pelos grupos políticos de unificar as vivências de grande parte da sociedade fazendo com que elas aderissem a seu lado político.

Além disso, entendemos a memória como um objeto de disputa entre os grupos políticos já que seria capaz de conceder poder aos mesmos. Decidir o que seria lembrado e, principalmente, a forma como cada data deveria ser comemorada figura como mais uma maneira de controle social. E um importante controle, uma vez que nem sempre era percebido pelo povo, posto que por ocorrer na esfera simbólica não aparentava como uma dominação direta.

Investigando um jornal desaparecido: a Sentinela do Serro e o processo de Abdicação do trono Imperial (1830-183?)

Weder Ferreira da Silva
(Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ.
wedhistoria@yahoo.com.br)

Em 1825 o Império do Brasil conseguiria relativa estabilidade política. No plano interno as turbulências provinciais e a Confederação do Equador foram arrefecidas; no plano externo a jovem nação começava a ser reconhecida pelos demais Estados. Entretanto, esta aparente estabilidade não conseguiu dar cabo às disparidades regionais, tampouco forjou a ideia do que significava ser *brasileiro*. A língua e a religião constituíam-se, muitas vezes, no único elo que aproximava as distintas partes da antiga colônia luso-americana. Todas estas contradições afloraram a partir de então, somadas a crises internas e a questões externas – como a sucessão do trono português e a Guerra da Cisplatina. Paradigmático neste período foi a intensa atividade periodista que influenciou decisivamente os rumos do processo que culminou na chamada Revolução de Sete Abril, episódio em que o então "imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil" abdicou do trono em favor do pequeno Pedro de Alcântara.

Entre os periódicos que participaram das discussões políticas deste contexto, o *Sentinela do Serro*, editado pelo político liberal Teófilo Benedito Ottoni (1808-1869), destaca-se entre seus congêneres não apenas pela ferrenha oposição ao monarca português, mas também pelo fato de que todos os seus exemplares desapareceram misteriosamente das bibliotecas e dos arquivos. A partir da análise dos artigos que reverberaram em alguns jornais liberais da província de Minas Gerais e da Corte é possível recompor fragmentos do jornal desaparecido, daí a importância de reconstituir

alguns vocabulários políticos instrumentalizados pelo redator do jornal serrano.

Após concluir o ensino elementar no Serro, Ottoni desembarca no Rio de Janeiro, já capital do Império, em 1826 para se matricular no curso de engenharia mecânica da Academia da Marinha, local em que entrou em contato com Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Em suas aulas, o então liberal e futuro saquarema, ensinava mecânica e também lições sobre as idéias liberais de Thomas Jefferson, "de quem era caloroso encomiasta e eloqüente expositor".[92] Foi nesta ambiência intelectual que Ottoni ingressou no Clube dos Amigos Unidos,[93] liderado por Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Cipriano Barata. Em 1829, sob o pseudônimo de *Jovem Pernambucano*, começa a fazer ferrenha oposição ao governo de Pedro I em jornais como *O Independente* (de Joaquim José Rodrigues Torres) e *Astréia* (de Antônio José do Amaral e de José Joaquim de Vieira Souto), no Rio de Janeiro e nos periódicos *Astro de Minas*, de São João del Rei e *Eco do Serro*, de Diamantina.

Por discordar das regras e do elitismo da Academia da Marinha Ottoni narra em sua *Circular* de 1860 que sofreu represália de oficiais de alta patente da Academia. Segundo o político liberal, seus superiores na Marinha sugeriram que o mesmo fosse participar de missões na costa da África e no Baixo Amazonas. Diante da situação delicada, Teófilo Ottoni retorna à sua cidade natal levando consigo

---

[92] OTTONI, Teófilo Benedito. "Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedito Ottoni". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2. p. 203.

[93] De acordo com o autor da *Circular*, o Clube dos *Amigos Unidos* originalmente proveio da loja maçônica Grande Oriente do Passeio Público. Ao ingressar na entidade, Teófilo Ottoni logo se tornou secretário da mesma instituição. *Cf.*: *Ibid*., p. 202.

uma pequena tipografia, responsável pela impressão do famoso periódico *Sentinela do Serro* – jornal que teve grande destaque no processo de Abdicação de Pedro I e pela oposição intransigente à figura do monarca português.

Ainda não podemos afirmar com segurança sobre as razões do misterioso desaparecimento de todos os exemplares do *Sentinela do Serro* dos arquivos e bibliotecas brasileiros.[94] O próprio Francisco Vitorino de Sacramento Blake, ainda no século XIX, já dava conta do desaparecimento do *Sentinela*. Em seu do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* o autor afirma nunca ter visto o *Sentinela*, tampouco poderia precisar quando teria cessado sua circulação.[95]

Embora desaparecido, é possível reabilitar alguns fragmentos dos artigos veiculados no periódico. Esta estratégia já foi empreendida por José Murilo de Carvalho quando o historiador recuperou no artigo de José Teixeira das Neves, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* alguns fragmentos do *Sentinela*. Na parte recuperada é possível reconstituir as acepções que moldaram o discurso político de Teófilo Ottoni. Neste sentido, o conteúdo do texto é paradigmático para compreender a influência da cultura política estadunidense em Ottoni. Nas páginas do *Sentinela* o político mineiro dizia que seu partido era o daqueles que desejavam que o Brasil imitasse a terra de George Washington e que o nosso povo deveria ser em tudo semelhante ao povo norte-americano. E dizia ainda: “O nosso Norte é a Liberdade Americana, a liberdade da Pátria de Franklin, única que nos agrada; e pela qual sacrificaremos a

---

[94] CARVALHO, José Murilo de. “Trajetórias Republicanas”. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. julho a dezembro de 2008. p. 35. nota 18.

[95] BLAKE, Francisco Vitorino de Sacramento. “Theophilo Benedicto Ottoni”. In: *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 267.

própria vida, se preciso for".[96] Seria difícil encontrar mais enfática manifestação de adesão aos valores da liberdade em sua matriz norte-americana.[97]

No que diz respeito aos periódicos de oposição a Pedro I, Lúcia Bastos Pereira das Neves destaca que estes forneciam mais opinião do que notícias, a partir de reuniões secretas em clubes, deslocaram o espaço da discussão política para fora da Câmara dos deputados e da esfera pública de poder. Tiveram atuação decisiva nos acontecimentos de abril de 1831 periódicos de conotação *moderada* como a *Astréia*, a *Aurora Fluminense* e *A Malagueta* e jornais *exaltados*, como foi o caso do *Nova Luz Brasileira*, *O Tribuno do Povo* e o *O Repúblico*, editados na Corte; o *Observador Constitucional*, em São Paulo, a *Gazeta Paraibana*, a *Abelha Pernambucana* e o já citado *Sentinela do Serro.*[98]

Ao pesquisar a seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a seção de periódicos do Arquivo Público Mineiro foi possível recuperar outros artigos do *Sentinela*. Tais artigos auxiliam-nos na compreensão não apenas da cultura política do contexto do Sete de Abril, mas também na análise dos vocabulários políticos utilizados pelo redator do jornal. Em uma espécie de resenha do periodismo mineiro em outubro de 1830, o *Aurora fluminense*, de Evaristo da Veiga, identificava dois grandes grupos de jornais em Minas, um primeiro, representado pelo *Telégrafo* e o *Amigo da Verdade*, continuariam "a revolver-se no mesmo lodaçal de injúrias, abjetas calúnias e ataques à vida privada dos Cidadãos". Já no grupo liberal, jornais como a *Estrela marianense, o Novo Argos e o Universal* eram cada vez mais dignos

---

[96] CARVALHO, José Murilo de Carvalho. "Trajetórias Republicanas". *Op. Cit.*, p. 26.
[97] Idem, Ibidem.
[98] NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. "Abdicação". In. VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 12-13.

da “causa” que defendiam, apresentando artigos “bem raciocinados” dedicados à instrução do povo “em seus deveres políticos”.

Dentre o grupo mineiro, o *Aurora* chamava a atenção ainda para o surgimento de dois novos jornais, o *Pregoeiro constitucional* (do arraial de Pouso Alegre) e o *Sentinela do Serro* (da Vila do Príncipe), ambos dedicados à “ilustrar o povo, torná-lo melhor”. No caminho da moderação com energia, “não tratam de azedar paixões violentas, nem de acender furores, sim de fazer amar as instituições, e de mostrar aos cidadãos que se não pode ser livre sem justiça e moralidade”.[99] Especificamente sobre a *Sentinela* afirma que:

> oferece-se para inserir correspondências, mas que não contenham doutrinas contrárias aos princípios liberais, que não tratem de fatos relativos à sua vida privada, e sendo, além disso, escritos no estilo civil e decente que é próprio da gente liberal. Desde já protestamos altamente (continua a Sentinela) que em nossa folha nunca aparecerão os grosseiros convícios, arreieiradas, e insultos à vida privada que por desgraça nossa enfeitam as páginas de alguns periódicos.
>
> – O Brasil avança, ele não perderá a sua liberdade.[100]

Em 22 de outubro, o *Aurora Fluminense* voltaria aos periódicos de Minas e à *Sentinela do Serro*, procurando caracterizá-la como um exemplo da moderação política, para os quais ser rico não era ainda um crime.[101] No campo das referências à Revolução Francesa, o jacobinismo era oposto aos grandes mártires girondinos, figurando Robespierre e Marat como os “imundos” ressuscitados pelos insensatos. Um longo trecho atribuído à *Sentinela* é transcrito e nele defendia-se enfaticamente os nomes de Feijó, Paula Souza, Alencar e Vergueiro contra os que eram denominados ultraconstitucionais, isto

---

[99] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.394, Sexta-feira, 1º de Outubro de 1830, p.1667. Microfilme: PR-SOR 00036 [1-5]

[100] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. n.394. p.1667.

[101] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.407, Sexta-feira, 22 de Outubro de 1830, p.1702-1703. Microfilme: PR-SOR 00036 [1-5].

é, falsos liberais que seriam, na verdade, "aduladores assíduos de ministros no tempo do infernal absolutismo".[102] A associação entre virtude e república era constantemente repetida e estava por trás do também insistente clamor pela educação e civilização do povo:

> É preciso gritar, e gritar muito alto, que as ideias de liberdade se associam de tal modo com as de justiça, que não pode existir uma sem outra: que as virtudes públicas são uma conseqüência necessária das virtudes particulares: aquele que não é bom pai, bom marido, bom amigo, o passeador ocioso, e inútil, o maléfico, o caloteiro, o intrigante, o debochado, tragam embora sempre na boca o nome da pátria, e da Constituição, não merecem crédito, nem conceito público, não são liberais, nem absolutistas, são meros cata-ventos, que com ligeireza se voltam para o partido, que lhe parece mais lucrativo.[103]

Na sequência, o redator citava Madame de Staël, que teria afirmado ser a intolerância um "crime abominável tanto em política quanto em religião". Reclamava que "as arrieiradas, os convícios de tabernas injustamente apresentadas em algumas folhas contra Cidadãos beneméritos têm arrefecido em seus corações o fogo do patriotismo, e os têm feito deixar o terreno às gralhas imposturas, e roucas matracas, que aturdem o tímpano dos ouvidos fracos, e causa horror aos que têm órgãos bem constituídos". O mesmo teria acontecido na Revolução Francesa quando o Terror jacobino levou à destruição dos moderados girondinos, por isso, "a divina liberdade lamentará em todos os tempos a sorte dos Vergniaud, Guadet, Condorcet e Barbaroux". Na lógica do artigo da *Sentinela*, trata-se de evitar que a revolução brasileira degenere para o Terror, o único caminho seria "trabalhar na reforma dos costumes, encaminhar, e instruir a Opinião Pública".[104]

---

[102] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.407, p.1702-1703.
[103] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.407, p.1702-1703.
[104] BNRJ. SPR. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.407, p.1702-1703.

Em seu jornal, Ottoni não só procurou evidenciar explícita oposição ao autoritarismo de D. Pedro I como também diz ter convocado a população do Serro a sair às ruas para “deitar armas” em apoio aos fluminenses nos conflitos das noites das Garrafadas, contra a tirania daquilo que denominava de “governo pessoal” do imperador. Segundo José Murilo de Carvalho esta atitude de Ottoni lembrava a figura de um *town meeting* da Nova Inglaterra.[105] Nesta atuação o político mineiro relata ter conseguido reunir na praça central do Serro todas as autoridades da cidade para arrecadação de fundos para a compra de armas, pólvora e salitre, a fim de compor um arsenal para um possível confronto – na oportunidade, foram arrecadados a significativa quantia de 11 contos de réis (11:000$000).

De acordo com Ottoni, somente na noite do dia 22 de abril de 1831 a notícia sobre a Abdicação do 7 de abril chegava ao Serro. Seu pai, Jorge Benedito Ottoni, à época deputado no Conselho Provincial em Ouro Preto, enviara uma carta em que se comentava os acontecimentos da Corte. Eis a descrição de como foi acolhida no Serro a notícia:

> Instantaneamente a cidade iluminou-se, bandas de música acompanhavam a guarda cívica e a população em massa, que até ao romper do dia percorreram as ruas, cantando hinos patrióticos, entre vivas à liberdade, à Revolução de 7 de Abril, ao redator da *Sentinella do Serro*, etc, etc.[106]

Ao consolidar o processo que pôs fim ao primeiro reinado, Ottoni se diz contrariado pela oportunidade que se perdeu de se realizar reformas profundas na constituição imperial outorgada em 1824. Ao interpretar a tomada do poder pelos *moderados*, em detrimento dos *exaltados*, Ottoni destaca que o Sete de Abril

---

[105] CARVALHO, José Murilo de. “Trajetórias Republicanas”. *Op. Cit*., p. 26.
[106] Teófilo Benedito Ottoni. *Circular*...p. 205.

constitui-se numa verdadeira *Journeé des dupes*,[107] devido o fato de aqueles que haviam concebido, organizado e realizado o movimento terem sido limados de participação política durante a Regência, haja vista o fato de os *moderados* terem aderido ao movimento apenas nas vésperas da Abdicação:

> O 7 de abril foi um verdadeiro *journeé des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratecliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata do termo.[108]

Anos mais tarde, o autor do célebre *Um Estadista do Império* faria o mesmo juízo da movimentação política do pós-abdicação. Para Joaquim Nabuco, "a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos.[109]

Como se sabe, os anos que sucederam a Abdicação foram marcados pela exacerbação revolucionária que ameaçou de forma contumaz a integridade territorial do Império. Diante do quadro ameaçador, Ottoni opta pela causa monarquista. É a partir daí que ele esboça as idéias que irão guiar sua atuação ao longo de todo o processo político posterior à Revolução de Sete de Abril. É também nas páginas do *Sentinela* que Ottoni divulgará seu pensamento político e o modelo pelo qual se deveriam guiar a evolução política do Império após o Sete de Abril. Face à riqueza de detalhes, cabe

---

[107] Dia dos tolos ou dos enganados, em francês. A expressão tornou-se célebre para definir a tentativa frustrada de Maria de Médici e seus aliados para destituir o Cardeal Richelieu. Desde a Revolução Francesa entraria para o vocabulário político corrente para designar grandes manobras fracassadas.

[108] OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular*...p. 209.

[109] NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. t. 1. p. 21

aqui reproduzir o trecho publicado transcrito para a *Circular* e retirado do periódico serrano de forma mais detalhada:

> Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil *cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitalicidade do senado, e isso desde já*. Mas se, contra nossa humilde opinião, a câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. Ainda assim, pois, recomendaremos obediência aos decretos legais da assembléia geral. Esperaremos pela próxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários ou retrógrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional.[110]

Para os objetivos deste trabalho, cabe pensar o que significava o vocabulário "republicano" para Teófilo Ottoni. Podemos inferir que a idéia de República define um projeto político que irá conduzir o percurso do liberal mineiro. De acordo com Valdei Araujo, ao utilizar o termo "republicanizar", talvez o político esteja entre os primeiros a fazê-lo.[111] Para Ottoni, a idéia de república deveria ser um ideal a ser seguido, de modo que esta etapa política deveria ser uma evolução natural do modelo monárquico. Neste sentido, Ottoni – assim como muitos outros políticos de sua geração – possuía uma linguagem política que em muitos aspectos estava atrelada a um

---

[110] OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular*...p. 213.

[111] ARAUJO, Valdei Lopes de. "A instrumentalização da linguagem". In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. julho a dezembro de 2008. p. 54.

modelo clássico (ou aristotélico) de sucessão histórica das formas de governo. Daí o temor de que os excessos democráticos poderiam arrastar o Império do Brasil às "funestas falanges da anarquia" e do despotismo – como julgava ser o caso das repúblicas americanas que emergiram da fragmentação antigo Império Espanhol.

Assim como o modelo gradualista de governo estava atrelado a elementos aristotélicos, podemos observar no fragmento acima que, para Teófilo Ottoni a idéia de democracia também derivava de elementos clássicos. Como já foi percebido por Antonio Candido,[112] o conceito de democracia operado por Ottoni apresenta-se de forma restritiva, ou seja, não poderia – ao menos a curto prazo – ser estendido a toda população brasileira. Esta perspectiva fica explícita no artigo compilado da edição nº. 43 da *Sentinela do Serro* de 21 de junho de 1831, reproduzida na *Circular*:

> Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéia alguma sobre a organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fautores [sic] do despotismo, precisam de ótimos guias para se não desviar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-los aos horrores da anarquia, ou entregá-lo dinovo às garras do poder absoluto. Estes os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do Estado desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política.[113]

Para Ottoni, os excessos da liberdade poderiam levar a "nau do Estado" ao despotismo ou à anarquia, daí o fato de Ottoni se alinhar à causa monárquica em detrimento dos movimentos que, ao fim e ao cabo, acarretariam na fragmentação do Império durante o período regencial. Somente pelo viés de uma espécie de "revolução passiva" seria possível colocar em curso o seu projeto político de

---

[112] CANDIDO, Antonio. "Radicalismos". In: *Estudos Avançados*, 4 (8), 1988. p. 9
[113] OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular*...p. 211.

republicanizar as instituições Imperiais. Releva-se então um processo de transformação que deveria ser lento e gradual. Por fim, seu republicanismo passa a ser o zelo pelo funcionamento adequado de uma monarquia parlamentar para que fosse garantida a ordem e a integridade na jovem nação.

Neste sentido, o Sete de Abril colocou em evidência um projeto que derivou da cultura política constitucionalista típica das duas primeiras décadas da nação brasileira. A defesa intransigente da Constituição – entendida como elemento fundamental para garantir a Liberdade e a Independência – garantia o funcionamento do principal mecanismo jurídico-político limitador do poder do Estado por meio da separação entre poder e direito. Além disso, era necessário afastar a nação da turbulência política que soçobrava as nações vizinhas. Interessante notar que também era este o pensamento de Evaristo da Veiga. O traço dominante da trajetória do "intrépido livreiro" também era a defesa da Constituição. "Queremos a Constituição; não queremos Revolução", exclamava o Evaristo logo após o Sete de Abril.[114]

Embora tenha sido publicado regularmente entre em 1830 e possivelmente até 1832, talvez nunca consigamos recuperar um conjunto significativo de exemplares do periódico *Sentinela* do Serro. Entretanto, ainda que de forma fragmentada, foi possível neste trabalho recuperar textos do periódico que nos auxiliam no entendimento de um dos períodos históricos mais fascinantes da trajetória política do Brasil.

Fontes:

BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Periódicos Raros. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.394, Sexta-feira, 1º de Outubro de 1830. Microfilme: PR-SOR 00036 [1-5]

---

[114] MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política." *Almanack Braziliense*, nº1, maio de 2005. p. 11

BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Periódicos Raros. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.407, Sexta-feira, 22 de Outubro de 1830. Microfilme: PR-SOR 00036 [1-5].

BLAKE, Francisco Vitorino de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

MAGALHÃES, Basílio de. “A Circular de Teófilo Ottoni”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. t. 1.

OTTONI, Teófilo Benedito. “Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedito Ottoni”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2.

A presença liberal na hegemonia saquarema. Baseado nos periódicos: *A Sentinella do Throno* e *Theatrinho,* no período de março a maio de 1849.

Juliana da Silva Drumond*[115]

RESUMO: O trabalho analisa superficialmente a oposição liberal ao partido conservador no período de 1849. Durante o processo de consolidação imperial, podemos perceber que estes partidos, embora rivais, em determinados momentos apresentam posturas bem próximas. Nessa perspectiva, analiso como idéias e posturas desses partidos podem se aproximar e se contrapor e como eles dialogam através dos periódicos.
PALAVRAS CHAVES: Imprensa, oposição, liberais.

Introdução

Neste trabalho analiso o periódico *A Sentinella do Throno* e *Theatrinho*, ambos no período de março a maio de 1849. *A Sentinella do Throno* é um jornal conservador que durou quase um ano (21/03/1849 a 01/12/1849), sendo analisados aqui os primeiros onze números. Era um periódico que defendia os políticos conservadores, D. Pedro II e a política centralizadora. Na sua analise me preocupo, em especial, com a opinião dos conservadores em relação aos liberais, e como a oposição liberal os incomoda. O periódico o Theatrinho (30/03/1849 a 03/05/1849) é um periódico liberal que também defendia o Imperador, e que usava imprensa para se defender dos conservados e atacá-los. Para esse trabalho analisei uma coluna do periódico chamada saquarema, essa coluna denunciava a

[115]*Aluna de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

censura e repressão enfrentada pelos liberais dentro dessa hegemonia conservadora. Analiso aqui os quatro primeiros números desse periódico liberal.

O segundo reinado foi um período marcado por tentativas ordem e centralização política, práticas defendidas pelos políticos conservadores na Corte. O período analisado, 1849 é um período de transição dentro desse processo de consolidação imperial, pois está entre o qüinqüênio liberal e a inicio da década de 50, a década mais brilhante[116] do Império caracterizada pela estabilidade da hegemonia saquarema.

Ilmar Mattos quando analisa o Estado Imperial trata o exercício direção intelectual e moral por parte dos saquaremas com fundamental para sua consolidação. Caracteriza o período do Regresso conservador com um período de requalificação da liberdade. Os liberais ainda que tivesses concepções divergentes dos conservadores, não conseguiram romper com a concepção de sociedade e adotaram práticas saquaremas enquanto estiveram no governo (1844-1848). Para Ilmar, a fragilidade dos liberais está no conceito de liberdade. Enquanto os liberais lutavam por uma liberdade qualitativa, os conservadores estavam preocupados com a qualificação dessa liberdade. A passagem dos liberais no Governo não se diferencia muito da ação conservadora.[117]Assim podemos destacar que essa oposição liberal está inserida dentro da hegemonia das práticas e idéias do Partido Conservador. O Partido Conservador, representado pela trindade saquarema, ia conseguindo a manutenção da ordem imperial e a difusão de uma civilização[118]. Esse processo

---

[116] ABREU, Capistrano de. Fases do Segundo Império. Ensaios e Estudos, 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

[117] MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

[118] MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol.II (1831-1870*). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009

civilizatório acontece de maneira bastante pedagógica através dos impressos, e em meio a essas práticas se encontra também a oposição liberal.

O trabalho de Raymundo Faoro mostra o segundo reinado com um período harmônico dentro do Império.[119] Para ele, os partidos, até a Conciliação mostram-se em linhas inconfundíveis. O Partido Liberal, partido que se mostra democrático que liberal, estaria mais próximo da propriedade rural e é o único que se embate com a Coroa. Enquanto o Partido Conservador estivera mais próximo dos fazendeiros latifundiários e mantiveram obediência ao Trono.

José Murilo de Carvalho quando trata da política imperial faz uma importante análise sobre a evolução dos partidos políticos no Brasil.[120] Ele considera a formação dos partidos Liberal e Conservador como consequências das descentralizações de 1832 e 1834 e das rebeliões provinciais. Esses partidos não chegaram a escrever um projeto político e eram marcados pela presença de grandes líderes, escritos teóricos, projetos de governos e um grande debate entre esses líderes (que podemos observar nitidamente na imprensa). Em seu trabalho, ele mostra como esses partidos estão diretamente ligados às pessoas, a posturas políticas e ideais de governos. José Murilo chama atenção para relação de proximidade física da composição do partido Conservador com a Corte e dos liberais, sobretudo com as províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Os arruaceiros e os leprosos

Mesmo após o declínio do Gabinete Liberal de 1848, os liberais não saem de cena. Sua presença continua a ser notada em especial no

---

[119] FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

[120] CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

debate político através da Imprensa. O ano de 1849 é um ano que segundo Ilmar marco pode-se perceber o que é o Império por suas práticas, a exemplo dos dias de festa instituídos no Calendário de 1849.[121] E coexistindo a esse período, em que a política saquarema se afirmava diante ao seu Partido e a boa sociedade, está a oposição liberal.

No periódico *O Theatrinho* é possível perceber a opinião dos liberais sobre os conservadores, e a repercussão do contexto político na Corte. Numa coluna chamada Saquarema, eles faziam declaradas críticas às práticas conservadoras e não cessavam os ataques pessoais. Dado o seguinte trecho da edição de nº 1 do jornal: *"os saquaremas não podendo desmintir as acusações que o Partido Liberal lhe tem feito, pelo modo arbitrário, e tirannico com que contra a vontade da maioria da nação se conservão no poder, lançarão mão do dinheiro da policia e mandarão publicar um enxame de papeluxos, os quais em vez de discutir a política do paíz, tratão da vidada privado dos que lhes são adversos".*

Uma das críticas feita aos saquaremas era não estarem preocupados com os brasileiros e estavam mais ligados a Portugal e ao Brasil. Assim, os liberais se intitulavam os adorados pela Nação:

"Ninguém ignora o ódio eterno que essa porção de homens que se querem incular maioria da Nação, vota ao partido liberal! Congraçados com os portuguezes, esse portuguezes que amão, não a terra de Santa Cruz, mas sim o seu ouro; com essa gente que está prompta a unir-se com todo aquelle que espizinhe ao brasileiro em cujo peito existia amor a liberdade, são com esses que os saquaremas faz liga, mas uma liga que não é filha de sua convicção, porem sim do seu bem estar e interesse".

---

[121] MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol.II (1831-1870*). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009.

Os liberais acusam os saquaremas de tiranos, de perseguidores, de censurá-los agora que estão de volta ao governo. Ao reclamarem dessa censura, é possível perceber a postura por eles adotavam ainda da queda do gabinete de 1848: *“No governo dos libaraes, os saquaremas escrevião, mentião, pleiteavão nas eleições, tinha toda a liberdade, e a policia nunca os acoudou”* (Edição nº 1).

Os liberais criticavam a política centralizadora dos conservadores. A defesa pela manutenção da ordem pelos conservadores era visto pelos liberais como usurpação das liberdades da Nação. Numa posição de luta, os liberais mostravam-se como os defensores dos direitos do povo. Onde podemos observar o uso da impressa para convencimento da opinião pública, e como os periódicos são utilizados para a defesa de ideais e posturas políticas: *“... Qual o sistema de governo da gente saquarema quando no poder? Em vez de uma execução da lettra da Constituição, elles a invertem pelo systema de centralisação, que elludindo todo o direito e toda a justiça positiva transforma o poder em maquina de cálculos depravados e cego...”* (Edição nº 1) .

A oposição aos saquaremas se fez presente na hegemonia liberal de uma forma clara. Os liberais de forma pertinente usaram a imprensa para criticar os saquaremas e defenderem seu ponto de vista político. Mesmo nesse período de consolidação da ordem imperial guiado pelos saquaremas os liberais não calaram suas criticas.

Os liberais mantiveram um diálogo direto com a imprensa conservadora que pode ser observado nos escritos dos periódicos conservadores. O que mostra que nesse período de hegemonia saquarema os liberais se firam notar.

O Periódico A Sentinella do Throno trata principalmente dos eventos políticos do país, com maior ênfase na corte, assumindo uma visão defensiva e favorável ao Imperador e aos políticos saquaremas e, ao modo de fazer política praticado por eles. Exalta o D. Pedro II e

defende a centralização como o melhor caminho para se governar o país. Os conservadores tachavam os liberais de inimigos do Trono. Os conservadores consideravam D. Pedro II muito benevolente com os liberais, e estes não demonstravam apoio e gratidão ao Excelentíssimo Imperador nem à Monarquia: "*todos aquelles que forem inimigos do throno e das instituições do paiz, não deve continuar a ocupar empregos públicos no Brasil; todos os coryphios do liberalismo, que tem obtido empregos vantajosos do Monarca e que ingratos e desagradecidos clamão contra Sua Excelsa Pessoa, devem incontinenti ser dimitidos; por tanto quer sejão lentes de academias, quer empregados do correio, ou biblioteca publica &c, &c: não devem continuar a gozar das vantagens, que pertencem aos amigos da monarquia, aos bons e puros brasileiros"*(Edição nº5).

O jornal culpa os liberais por todos os movimentos de revolta contra a monarquia. Uma vez que, segundo ele, são as idéias disseminadas pelos liberais que causam esses movimentos de anarquia, como pode observar na edição de número 11: *"...são autores de todas as revoluções no paiz, porque consultando os factos ocorridos, e indagando suas tendências isso encontramos".* Assim, desqualificavam as práticas e os ideais assumidos por qualquer oposição ao governo. Passava aos leitores a idéia de uma monarquia sólida vivia momentos de tensão devido à influência de egoístas, mantendo a idéia de uma política estável, uma *hegemonia saquarema*. Como podemos observar na mesma edição de número já citado, *"não é preciso ir muito longe para adivinhar os desejos de um partido cuja bandeira de angue, e que segue com louco enthusiasmo uma crença que ainda não foi nem o será jamais explicada; basta conhecer que sem opinião vivem no paiz, e que seus epithetos são: - liberaes, homens de movimentos generosos, autores de todas as revoluções no paiz, proclamadores da constituinte".*

Na análise do periódico *A Sentinella do Throno*, há uma grande preocupação em defender-se e rebater as acusações feitas pelos

periódicos da facção rival. Já no seu primeiro número o jornal dedica uma coluna para comentar um artigo publicado no periódico *O Mercantil:*

> "O PROCESSO MONSTRO DO MERCANTIL:
>
> Lendo o mercantil, do dia 1º de março, deparamos com um artigo, com o título de – Processo monstro – para logo cheio de indagações, nos veio à idéia, tomar a defeza fos benemeritos cidadãos que ahi são calumniados por Penna tão vil e infame." E conclui: "Findamos aqui o nosso artigo porém promettemos continuar a ler o *morigerado* Mercantil, e desde já lhes declaramos guerra mortífera..."

Com a análise deste periódico é possível observar que dentro desse período de hegemonia saquarema, a oposição liberal existe e incomoda, bem como são nítidos os esforços para desqualificá-la perante a opinião pública. Assim, só a censura não é suficiente, o periódico saquarema assume uma posição de exaltação e tentar afasta seus leitores e a nação dois ideais e críticas defendidos pelos liberais.

Conclusão

Com base nos dois periódicos analisados podemos perceber a preocupação das duas facções em defender seus ideais políticos e convencer a população da desqualificação de seus opositores.

Os jornais se valem da retórica, do ataque pessoal para cumprirem o papel pedagógico de seus escritos num debate persistentes travado na Corte.

Apesar de tratarmos de um período de consolidação de idéias políticas e morais de uma facção, é importante perceber como a oposição se manifesta nesse momento. E como em determinados assuntos os dois grupos podem oferecer posições bem parecidas, como por exemplo, na defesa e obediência ao Imperador.

A escrita como estratégia para a inserção protestante no país

Marcela Pimentel da Silva[122]

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa vinculada ao curso de história da Universidade Federal de Viçosa. Para este estudo temos como proposta principal, apresentar o primeiro jornal protestante no país, como parte fundamental de um conjunto de estratégias adotadas pelos presbiterianos para se inserir no país e fazer prosélitos. Neste sentido, nosso texto está dividido em três partes. Na primeira parte trataremos da inserção do presbiterianismo no país a partir da chegada dos primeiros missionários presbiterianos que chegaram ao Brasil. No segundo momento apresentaremos um breve panorama da atividade literária dos presbiterianos na segunda metade do século XIX. E por fim, na última parte, abordaremos alguns aspectos da *Imprensa Evangelica* que foi o primeiro periódico protestante da América Latina.

A Inserção Protestante no Brasil

Convenciona-se falar em protestantismo no Brasil a partir de 1810 com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra resultante da abertura dos portos às nações amigas em 1808. Este tratado, segundo Ribeiro, representou a abertura do país para o protestantismo uma vez que algumas concessões foram abertas para que esses imigrantes pudessem

---

[122] Aluna do 8º período do curso de História da Universidade Federal de Viçosa.

realizar as suas práticas.[123] Assim o catolicismo continuava como religião oficial, porém perdia sua exclusividade junto ao governo: *"Artigo 5º - A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo"*.[124]

Neste primeiro momento vieram para o Brasil, vários imigrantes protestantes e com eles foram enviados pastores com o objetivo de auxiliá-los a impedir o enfraquecimento da fé. Porém, o protestantismo ganhou força no país e começou a fazer prosélitos a partir de 1850 com a vinda de missionários enviados principalmente pelos Estados Unidos da América. Segundo Mendonça, o Brasil fez parte do ideário civilizador da América do Norte e por isso se tornou um dos campos preferidos de trabalho dos missionários norte-americanos.[125]

Compreende-se como o início do Presbiterianismo no Brasil, o ano de 1859 com a chegada do missionário Ashbel Green Simonton, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que justificou seu envio através do relatório da reunião realizada em maio de 1859:

> Já há algum tempo que a comunidade cristã tem tido sua atenção voltada para o Brasil como campo atraente de trabalho missionário, com apelo especial às igrejas evangélicas deste país. O território brasileiro é mais vasto que o nosso; o clima é igualmente variado e saudável; o solo se presta tanto a produtos de clima temperado como de clima tropical; a população ainda é relativamente pequena; os recursos, ricos e vários, ainda estão em grande parte inexplorados. Mas há forças em ação, tanto na Europa como no Brasil que

---

123 RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 15

124 CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1948. p. 35.

125 MENDONÇA, Antonio G.; VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

> rapidamente atraem ao último grande número de imigrantes. Provavelmente não está longe o dia em que o Brasil terá seu lugar entre as nações mais importantes da Terra em população e nos outros elementos de grandeza nacional. **É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretor, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país.** Talvez jamais tenha havido época mais oportuna que esta para agirmos. É certo que o catolicismo romano é a religião oficial do país, mas o governo é liberal, e também o é grande parte das classes mais inteligentes; ao mesmo tempo, a tolerância religiosa é garantida por textos legais. É também digno de nota que q primeira tentativa de colonizar o país foi de um grupo Huguenote, obrigado a deixar a pátria pela perseguição religiosa, mais ou menos na mesma época que os Dissidentes ingleses e escoceses encontravam asilo aqui.[126]

Simonton ficou no Brasil de 1859 até 1867 quando morreu de febre amarela. Apesar do pouco tempo de trabalho, seus esforços foram de grande importância para o crescimento da denominação que foi a que mais se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, sendo o responsável também pela criação do primeiro jornal presbiteriano da América Latina, o *Imprensa Evangelica*.

A Atividade Literária dos Presbiterianos da Segunda Metade do Século XIX

De acordo com Israel Belo de Azevedo *"o início das atividades editoriais coincide com a chegada dos primeiros missionários. Esses*

---

[126] RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981. p. 17,18.

estrangeiros encontravam em livros, folhetos e jornais o meio pelo qual, além de evangelizar e doutrinar, podiam se apresentar ao público brasileiro". [127] Porém podemos ir mais longe, a atividade literária dos missionários protestantes no Brasil é paralela à própria liberação da imprensa no país, uma vez que com a vinda da família real foi suspenso o decreto que impedia a instalação de tipografias no território brasileiro. Assim *"apesar de incipiente, a imprensa no Brasil, naquela época, era o único veículo eficiente de comunicação de massa, cumprindo nesse período um importante papel, o que explica também, em pare, a existência desse grande número de publicações".*[128]

Com a liberação da imprensa os protestantes aproveitaram deste meio e começaram a publicar artigos em jornais da época, como no caso de Kalley que escreveu para alguns jornais enquanto esteve no Brasil. Como afirmou David Gueiros Vieira, havia uma grande quantidade de críticas à Igreja Católica e aos Ultramontanos, porém o protestantismo não era muito criticado pelos jornais do Rio de Janeiro. Este foi um dos principais incentivos que Simonton teve para fundar a *Imprensa Evangelica.* [129]

Após a criação do primeiro periódico protestante e com a chegada de mais missionários, vários outros jornais presbiterianos foram criados no Brasil ainda na segunda metade do século XIX, sendo eles: o *Púlpito Evangelico* (1874-1875) criado pelo Rev. Emanuel Vanorden; *O Pregador Cristão* (1876- 1886) criado

[127] AZEVEDO, Israel Belo. Disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp22_23art02.pdf. Acesso em 14/07/2011.

[128] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 57

[129] VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980. p. 137

também pelo Rev. Emanuel Vanorden; *O Evangelista* (1889-1893) criado pelo Rev. John Boyle; O *Salvação da Graça* criado pelo Rev. John Rockwell Smith; *O Século* publicado a partir de maio de 1895 e fundado pelo Rev. Willian Calvin Porter. Outro periódico publicado neste período foi *A Revista das Missões Nacionais* criado em 1887 pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira; *O Estandarte* criado em 1893 pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, por Rev. Bento Ferraz e Remígio de Cerqueira Leite e em junho de 1899 foi criado *O Puritano* fundado pelo Rev. Álvaro Reis.[130]

A *Imprensa Evangelica*

Como já mencionamos anteriormente, desde a chegada dos primeiros missionários presbiterianos, houve a preocupação de propagar seus ideais. Sobre isso Ashbel Green Simonton escreveu que:

> outro meio de pregar o evangelho é a disseminação da Bíblia e de livros e folhetos religiosos. Deste modo, pode-se dar notícias de Jesus a muitos que não querem assistir ao culto público. Nesta época a imprensa é a arma poderosa para o bem, ou para o mal. Devemos trabalhar para que se faça e se propague em toda a parte uma literatura religiosa em que se possa beber a pura verdade ensinada na Bíblia [131]

Neste sentido, o *Imprensa Evangelica* foi criado em 1864 pelo primeiro missionário presbiteriano a chegar no Brasil. Durante seus 28 anos de funcionamento o jornal apresentou várias fases e características distintas. Embora fosse presbiteriano, refletia o protestantismo com um todo visto que os problemas enfrentados por

---

[130] MATOS, Alderi de Souza. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XII__2007__2/alderi.pdf. Acesso em: 05/05/2010

[131] SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton: 1852-1866*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002. p. 181

eles eram comuns às denominações existentes naquele período. O primeiro número do jornal saiu no dia cinco de novembro de 1864 e começou com um prospecto. Em seu editorial o jornal explicitava seus objetivos:

> [...] no meio do cháos de idéas religiosas, que divide actualmente os homens, inutil fora descobrir-lhes as fontes d'onde borbulha o mal, se para cura-lo lhes não applicassemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção domestica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis da nossa parte a aplicação dos meios [...] tal é a unica missão da Imprensa Evangelica. Sahirá um numero de 8 paginas que, além dos artigos de fundo, conterá um noticiário universar de interesse puramente evangélico [...] este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos do individuo estranho á toda e qualquer ingerencia em politica, a todos é consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos àquelles para quem a religião de Jesus Christo ainda não se tornou cousa indiferente.

Embora acima tenha sido relatado que o desejo do jornal era tratar apenas dos interesses religiosos, é possível ver em muitas edições, notícias diversas do Brasil e do mundo. O periódico de modo geral, procurou tratar não só da religião em si, mas tentou englobar todas as discussões do período. Entre as principais questões enfatizadas estão à questão da liberdade de culto no Brasil e também como viam a religião Católica, muitas das vezes apresentada como portadora de práticas incorretas e retrógadas. Um dos principais objetivos do jornal ao longo de suas publicações foi apresentar as diferenças entre o Brasil católico e os Estados Unidos como protestante, conforme mostra o artigo de 15 de julho de 1883:

> Para certificar-nos do rapido progresso do Evangelho no seio da sociedade, não necessitamos entrar em profundas indagações; não é necessario mesmo irmos, através do oceano, procurar no antigo mundo base para a nossa asserção; nós a temos mui sólida no Brazil, nos Estados-Unidos, na jovem America, em uma palavra. As grossas trevas que tem ate agora envolvido o nosso Brazil quanto a matéria

> religiosa, que o tem como que impedido de dar passos gigantescos na industria, nas artes, na literatura, etc.

Como foi possível observar acima, o protestantismo vindo dos Estados Unidos, se apresentava não só como uma religião superior, mas também como fonte de progresso para o Brasil. Neste sentido, o presbiterianismo não só pelo seu corpo doutrinal em si, mas pelo país que representava, atraiu a atenção de muitos políticos liberais da época que achavam necessário dar uma nova alma para o Brasil e para eles, isso só seria possível a partir de algumas reformas educacionais, políticas, econômicas e administrativas.[132]

De acordo com Vieira, a criação da imprensa protestante não passou despercebida. Muitas vezes foram travados debates entre protestantes e católicos através da imprensa. O *Imprensa Evangelica* encontrou boa aceitação, sendo assinado por membros do círculo Liberal, por diversas pessoas de alta posição e até mesmo por padres.[133]

Conforme indica o primeiro censo realizado no Brasil, grande parte da população, cerca de 80%, era analfabeta. Assim ele se apresentava como *"um órgão de propaganda evangélica que visava alcançar, sobretudo as camadas mais cultas da população e teve boa aceitação junto a certos grupos, particularmente liberais, maçons e alguns membros do clero".*[134]

Se por um lado, a criação deste periódico serviu como importante estratégia entre a elite letrada do Brasil no século XIX, por outro lado, o periódico serviu como ferramenta transmissora de críticas ao modelo educacional vigente. Em várias edições é possível ver os protestantes se apresentando não só com a evangelização, mas

---

[132] *Ibidem* p. 101.
[133] VIEIRA, David Gueiros. *Op. cit*. p. 137
[134] LEMBO, Cláudio; HILSDORF, Maria Lucia; MATOS, Alderi Souza de. *Simonton, 140 anos de Brasil*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000. p. 66

também com a instrução e o desenvolvimento do Brasil ao progresso. Para isso apresentavam artigos mostrando as diferenças entre a população dos países cuja religião predominante era o catolicismo e países no qual predominava o protestantismo, conforme a edição de 02 de dezembro de 1876:

> Paizes adiantados na instrução: Suissa: [...] de cada 100 habitantes só quatro não sabem ler. Hollanda: [...] de cada 100 habitantes só três não sabem ler. Noruega: [...] de cada 100 habitantes quatro ou cinco não sabem ler. Dinamarca: [...] Como na ilha de islandia todos os habitantes sabem ler; Suecia [...] de cada 100 habitantes só um não sabe ler. Allemanha: [...] nos Estados que formam a Allemanha hoje de cada 100 soldados, só cinco não sabem ler. [...] Paizes atrasados na instrução: França: de cada 100 recrutados, 23 não sabem ler e nem escrever. Áustria: metade, pelo menos, dos habitantes não sabem ler. Itália: de 100 habitantes 74 não sabem ler. Hespanha: de 100 habitantes 75 não sabem ler nem escrever. Portugal: na mesma proporção da Hespanha. Os cinco grandes Estados catholicos da Europa são: França, Áustria, Itália, Hespanha e Portugal.

Como foi possível observar, os missionários apresentavam o catolicismo com uma das causas do atraso brasileiro no ensino. Neste sentido, ofereciam um modelo educacional voltado não apenas para protestantes, mas para o país como um todo. Atraídos por um ensino inovador, os liberais que tinham acesso ao jornal viam na educação norte-americana um modelo a ser seguido. Em vários artigos, os presbiterianos enfatizavam a importância do ensino não só pelo aprendizado em si, mas para a instrução que eleva o indivíduo a uma vida engajada nas atividades que o aguarda, como no trecho publicado na edição de 6 de novembro de 1875: *“O Protestantismo é o verdadeiro amigo da instrução, sempre a favorece e protege, e isso com o único fim de desenvolver-se a nova geração segunda as regras do evangelho, e de habilitá-la a bem preencher os deveres que a aguardam”.*

Outro trecho que chama a atenção no periódico é o artigo publicado no dia 17 de dezembro de 1880: *“Com o aperfeiçoamento do ensino, e o desenvolvimento da educação, espera-se procriar uma geração melhor do que foi a de outrora.”* Neste texto é possível ver claramente como o ensino e a instrução eram vistos pelos protestantes.

Considerações Finais

Ao longo do texto buscamos apresentar a atividade literária dos presbiterianos como uma estratégia de grande importância para atingir a camada letrada deste período. Como foi possível observar, o índice de analfabetismo era alto e apenas 20% da população eram consideradas alfabetizadas. Neste sentido o periódico teve um papel importante também ao incentivar melhorias na área educacional.

Bibliografia

AZEVEDO, Israel Belo. Disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp22_23art02.pdf. Acesso em 14/07/2011.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1948.

GARRIDO, Stella. A educação confessional protestante no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, ago. 2006. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb13.htm>. Acesso em: 28/03/1990.

HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e educação brasileira*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

LEMBO, Cláudio; HILSDORF, Maria Lucia; MATOS, Alderi Souza de. *Simonton, 140 anos de Brasil*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

LEONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002.

MATOS, Alderi de Souza. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XII__2007__2/alderi.pdf. Acesso em: 05/05/2010

MENDONÇA, Antonio G.; VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antonio G. *O Celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

PAIVA, Angela Randolpho. *Católico, Protestante, Cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Nóbrega Moura. A salvação do Brasil: as missões protestantes e o debate político-religioso do século XIX. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Tese – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_________. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

SANTOS, Edwirges Rosa dos. *O Jornal Imprensa Evangelica* – Diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892). São Paulo: Editora Mackenzie, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton: 1852-1866*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002.

THOMAS, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2005.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação um ensaio no espelho. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9786.pdf>. Acesso em: 10/11/2010.

A contribuição do conceito de "representação" na análise das mulheres na imprensa (1870-1891)

Bárbara Figueiredo Souto
(Mestranda – USP)
e-mail: barbara.souto@ufv.br

1. Introdução

A partir da década de 1870, a imprensa brasileira presenciou o aparecimento de um significativo número de jornais. É desse período os jornais *A Provincia de São Paulo*, *A Provincia de Minas*, *Colombo* e *O Sexo Feminino*, os quais são as fontes dessa comunicação. Esses documentos nos traçam um recorte geográfico que permeia Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Desde meados da graduação, temas como mulheres e feminismos nos tem despertado interesse. Ao utilizar a imprensa como fonte de pesquisa e com o olhar voltado para a questão feminina, percebemos a necessidade de um aporte teórico que nos auxiliasse a compreender a maneira como as mulheres foram impressas nas páginas de tais periódicos. Ao nos depararmos com os trabalhos do historiador francês Roger Chartier, nos chamou atenção o conceito de “representação” por ele cunhado. Segundo o autor, as representações se constituem em uma área de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade.[135] Tal conceito nos foi útil, pois a partir dessa concepção pudemos analisar como determinadas pessoas e grupos construíram representações sobre as mulheres em suas mais variadas áreas de atuação, como no lar, na escola e na imprensa.

[135] CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Garlhado. Lisboa: DIFEL, s/d, p. 17.

Portanto, o objetivo dessa comunicação é apresentar de que maneira o uso do conceito de "representação", conforme trabalhado por Roger Chartier, pode contribuir para uma análise crítica da imprensa "masculina" e "feminina", de fins do século XIX.

2. Mulheres e Imprensa

A "grande reviravolta" da disciplina história, ocorrida nas últimas décadas, privilegiou temáticas e grupos anteriormente negligenciados. Tal retomada contribuiu para que os estudiosos voltassem o olhar também para as mulheres. Importante nessa onda foram os estudos na área da história cultural, que privilegiou as identidades coletivas de variados grupos, como escravos, operários, camponeses e pessoas comuns. Nessa pluralização dos objetos de estudo, as mulheres foram incluídas.[136]

Vale ressaltar que mesmo antes dessa "reviravolta" da história, alguns estudiosos haviam produzido trabalhos que destacaram as mulheres em suas análises. Geralmente, menciona-se Michelet como pioneiro, quando produziu *La Femme*, em 1859. Nessa obra, o historiador entendia o movimento da história como resultado das relações entre os sexos, no qual entrava em conflito a mulher – relacionada à natureza – com o homem – ligado à cultura.[137]

Em fins do século XIX, o fortalecimento da história positivista fez com que as atenções voltadas para o estudo das mulheres sofressem uma recessão, devido ao privilegio dado à história política e ao espaço público[138] – na época, muito limitados à mulher.

---

[136] SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: Ensaios de Teoria e Metodologia. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus e Elsevier Editora Ltda, 1997. p. 275.

[137] DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 12.

[138] SOIHET, Rachel. *Op. cit*. p. 276.

Na década de 1920, a *Escola dos Annales* iniciou uma nova abertura à história dos homens e de seu cotidiano. Apesar da escola não ter voltado o olhar diretamente para a mulher, os *Annales* deixaram as portas abertas para a concretização da História das Mulheres. Na década de 1960, os revisionistas marxistas, também contribuíram, ao proporem como objeto de análise as massas populares e as mulheres do povo.[139]

Com o desenvolvimento dos campos da história das mentalidades e da história cultural, o interesse para o feminino entrou em voga. A psicanálise, a literatura, a lingüística e, principalmente, a antropologia foram importantes para os estudos sobre as mulheres.[140]

A emergência da história das mulheres acompanhou o movimento feminista para a melhoria de vida das mulheres e também na ampliação dos estudos históricos, ou seja, tanto movimento político quanto os acadêmicos passaram a questionar a homogeneidade da categoria "mulheres'. Tais questionamentos culminaram na introdução da "diferença" nos estudos históricos sobre as mulheres. A categoria analítica "mulheres" foi fragmentada, aceitando a existência de múltiplas identidades femininas.[141]

A partir de então, começa-se a discutir "gênero", muito difundida através dos estudos de Joan Scott. A historiadora compreende gênero de duas maneiras: a primeira como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos; a segunda como uma forma primeira de significar as relações de poder entre os sexos.[142] Desta forma, os trabalhos de gênero enfatizam fundamentalmente o caráter social, cultural, das diferenças baseadas no sexo, distanciando das determinações biológicas. Além

---

[139] *Ibidem, loc. cit.*
[140] *Ibidem, loc cit.*
[141] *Ibidem*, p. 277.
[142] SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 54, v.27, dezembro, 2007. p. 290.

disso, insere as relações de poder entre os sexos e destaca a importância de estudar as mulheres em aspecto relacional com os homens, torna-se inconcebível estudar as mulheres separadamente do sexo oposto.[143] Joan Scott propõe o afastamento dos trabalhos meramente descritivos e a utilização de formulações teóricas, com o objetivo de fazer dos trabalhos mais do que um estudo das coisas relativas à mulher, e sim como força analítica suficiente para questionar e alterar os paradigmas historiográficos existentes.[144]

A abordagem de gênero que nos propomos trabalhar será pesquisada em jornais. De acordo com Tânia Regina de Luca, até a década de 1970, ainda eram escassas no Brasil as pesquisas que utilizavam os jornais e revistas como fonte para produzir conhecimento histórico. Entretanto, a imprensa era um campo valorizado, assim, era comum escrever "História **da** imprensa", mas não escrever "História **por meio da** imprensa". Desta forma, os impressos só foram utilizados com credibilidade nos trabalhos de história, após a terceira geração dos *Annales* e a mudança de concepção de documento proposta por Jacques Le Goff. Ainda assim, lançar mão da imprensa como fonte para o conhecimento histórico gerou alguns equívocos nos procedimentos do historiador, como encarar os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados, nos quais o pesquisador extraía da fonte o que ele quisesse confirmar, ou seja, a imprensa era utilizada para complementar informações quando outras fontes não supriam as necessidades do historiador.[145] Porém, nessa pesquisa, os jornais serão utilizados como fontes principais e dignas de credibilidade para a busca de uma interpretação sobre o passado.

---

[143] *Ibidem*, p. 288.
[144] *Ibidem*, p. 289.
[145] LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-116.

3. As representações femininas na imprensa de fins do século XIX

Como mencionamos no início deste trabalho, o conceito de "representação" abordado por Chartier nos auxiliou nas análises das fontes. Pensando nisso, vamos à análise.

A título de exemplo, observe as representações formuladas no seguinte trecho:

> Incontestavelmente é tristissimo o papel da mulher brazileira, quando se entrega ao cultivo das letras; ella é olhada com certa desconfiança; fallam de suas producções com ironia; fazem pouco de seu pensar, zombam das suas mais innocentes palavras; julgam-na incapaz até de por algum momento ter um pensamento serio, e, o que é peior, seu proprio esposo muitas vezes julga-a sem capacidade para confiar-lhe qualquer de seu s negocios, de cujos resultados máus ou bons dependem a sua felicidade e a de seus filhos! (...)
>
> Os homens não querem dar ao trabalho de discutir com ella os negocios de importancia, porque consideram-na insufficiente e arreceam-se de receber em resposta essas futilidades que por ahi abundam.
>
> (...)
>
> Mas tudo isto, digamos com franqueza, é resultado da nossa educação; não depende certamente do organismo da mulher. (...)[146]

Nesse artigo publicado por D.P.[147], observamos a construção de duas representações femininas. A primeira refere-se à representação que os homens construíam sobre as mulheres, na qual o sexo feminino era por "natureza" inferior intelectualmente, por isso devia se limitar às atividades domésticas, deixando para o sexo masculino as produções literárias e os negócios da família. Já a segunda

---

[146] D.P. A educação da mulher. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 23/01/1876, seção Questões Sociaes, p.1-2.

[147] Sugerimos ser Damiana Pestana, mulher de Rangel Pestana – um dos proprietários do jornal *A Província de São Paulo* – , os quais eram donos de um colégio para moças em São Paulo.

representação se apresentou enquanto resistência, ao argumentar que a ignorância da mulher em relação aos negócios da família, e talvez a qualidade inferior de suas produções literárias, não eram frutos de uma "natureza feminina", mas resultado da falta de instrução.

Esse é apenas um breve exemplo das representações femininas que homens e mulheres publicaram na imprensa em fins do século XIX. Num trabalho mais amplo, observamos que determinados grupos ou indivíduos formulavam representações sobre as mulheres, de acordo com suas concepções e interesses. Porém, vale ressaltar que em nenhum grupo – seja político, religioso, de um órgão da imprensa ou de acordo com o sexo – possuíam caráter homogêneo. A título de exemplo, alguns homens defenderam as capacidades intelectuais das mulheres e sua participação na esfera pública, outros repudiavam completamente seus dotes intelectuais e o rompimento da esfera do lar. No caso feminino o mesmo ocorria, havia mulheres que possuíam visível militância em seus escritos e outras que eram indiferentes (e até mesmo repudiavam) as idéias emancipadoras e a ampliação das atividades femininas.[148]

Portanto, analisar "representações" em materiais cujo objetivo é transmitir informações – mas também concepções de mundo – é um trabalho fundamental, porém, ao mesmo tempo, delicado. As representações são importantes, pois através das mesmas podemos perceber idéias compartilhadas por determinados grupos. Tais concepções, ao circularem pela imprensa, podem construir o imaginário de uma época, mas também gerar resistências, e conseqüentemente, a formulação de novas representações. Portanto, para o pesquisador perceber o jogo de representações, através da

---

[148] SOUTO, Bárbara Figueiredo. Feminismo tipográfico, identidades e representações: a mulher na imprensa de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (1870-1890). Monografia apresentada no Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, 2009, p.62.

imprensa, é preciso realizar leituras minuciosas de certa rede de periódicos.

Talvez, o maior desafio de se trabalhar as representações seja a dificuldade de encontrarmos representações homogêneas, ou seja, mesmo dentro de um grupo – gênero, raça, classe, periódico – encontramos formulações mentais variadas. Entretanto, é possível mapear blocos de representações que se comunicam ou se opõem. Desta forma, o historiador consegue perceber a construção do imaginário sobre um objeto, em determinada época, utilizando o conceito de “representações”.

Historiografia, abolição e "diálogo convergente": usos da imprensa

Roger Anibal Lambert da Silva*

Introdução

Nosso objetivo no presente texto é discutir a questão do "diálogo convergente" entre o conhecimento histórico e os discursos veiculados pelas fontes históricas. Em termos mais específicos, almejamos apresentar algumas considerações metodológicas acerca dos usos da imprensa em estudos históricos relativos ao processo da abolição da escravidão, especialmente aqueles que enfatizaram o papel da "rebeldia dos escravos".

A partir da análise de alguns discursos veiculados em jornais de diferentes matizes políticos, publicados no Rio de Janeiro em 1887, chamaremos atenção para o fato de que não nos parece adequado privilegiar a versão de determinado periódico em detrimento da versão de outro, mas sim tentar compreendê-las através dos diferentes interesses envolvidos na questão. Portanto, ressaltaremos o caráter dialógico do discurso, ou seja, o fato dele não se referir apenas ao seu objeto, mas também a outros discursos acerca do mesmo objeto, sendo participante ativo do diálogo social.

Historiografia, "diálogo convergente" e a dialogicidade do discurso

A historiografia relativa ao processo da Abolição da escravidão no Brasil, de um modo geral, se polarizou em relação ao que se considera o fator determinante na crise do escravismo.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: aniballambert@yahoo.com.br

A historiografia produzida na década de 1960 conferiu destaque às mudanças estruturais para explicar o processo da Abolição. Segundo os estudos da chamada Escola Paulista, a crise do escravismo situar-se-ia no âmbito das mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país na segunda metade do século XIX, prenunciando a transição de uma sociedade pré-capitalista baseada no trabalho escravo para uma sociedade capitalista baseada no trabalho livre.[149] Nesta perspectiva, a extinção da escravidão é atribuída ao movimento abolicionista e à ação modernizadora de setores das elites dominantes,[150] que teriam surgido a partir dos conflitos de interesses gerados pelas mudanças econômico-sociais ocorridas no país, em decorrência do processo de expansão do capitalismo na Europa.

Alguns estudos, produzidos na década de 1970, passaram a enfatizar a rebeldia negra como o fator determinante no processo da abolição. Esta rebeldia negra foi entendida tanto no âmbito de um processo estrutural de transformações,[151] quanto como o fator explicativo exclusivo da abolição da escravidão.[152] Em comum, tais estudos consideram que o movimento abolicionista, mais que um fator determinante no processo, teria imposto limites à rebeldia dos escravos.[153]

---

[149] COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1998; IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul). São Paulo: Difel, 1962.

[150] Estudos desta vertente, embora não ignorem as várias formas de resistência escrava, não se referem a ela exclusivamente, conferindo o fator determinante aos antagonismos entre os setores dominantes e a ação dos abolicionistas.

[151] Ver, por exemplo: LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

[152] Ver, por exemplo: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições e guerrilhas. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

[153] Esta transformação da historiografia que estamos apresentando não deve ser vista de modo rígido e linear, pois neste mesmo período em que eram lançados

Na década de 1980, a vertente que então surgia procurou deslocar o eixo do debate sobre a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre para a esfera das lutas entre senhores e escravos, que teriam se acirrado na década de 1880 em função das insurreições dos escravos, sendo este o fator determinante no processo de Abolição da escravatura.[154] Assim, tais estudos, não obstante suas especificidades, questionaram as análises estruturais e o papel atribuído ao movimento abolicionista e enfatizaram as ações autônomas dos escravos em suas negociações e estratégias cotidianas, e não apenas as formas institucionalizadas de luta.[155]

À luz destes estudos, observamos que a historiografia acerca do processo da Abolição no Brasil oscilou, de um modo bem geral, entre duas vertentes principais. De um lado, há estudos que conferiram maior destaque as transformações estruturais, a atuação dos setores abolicionistas e aos antagonismos dos setores dominantes. De outro,

---

estes estudos questionando o papel dos abolicionistas, Suely Queiroz apresentava uma argumentação próxima a da vertente surgida na década de 1960. Segundo a autora, o escravo sempre lutou, mas a abolição foi possível devido ao fato de que sua luta foi potencializada por setores do grupo dominante desinteressada da manutenção do cativeiro e pelos abolicionistas. Ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo:* um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

[154] Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*: O negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; MACHADO, Maria Helena P. T.. *Crime e escravidão:* trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[155] Ver, por exemplo: CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Embora Hebe de Mattos não desconsidere os fatores estruturais, sua ênfase recai sobre a ação dos escravos, pois seria “a própria ação dos cativos, concentrados nas novas áreas cafeeiras, que principalmente golpeia o poder moral dos senhores”. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p.168.

há estudos que enfatizaram a ação dos próprios escravos em busca de sua libertação, seja através de lutas explicitas e ou através de ações cotidianas.

No que diz respeito mais precisamente à atuação da imprensa no processo da Abolição, cabe ressaltar que a maioria destes estudos utilizou a imprensa como fonte secundária, ou seja, apenas para colher informações para uma pesquisa baseada principalmente em outras fontes. Entretanto, mais recentemente têm surgido estudos que tomaram a imprensa não apenas como fonte, mas como objeto de análise, abordando, principalmente, a trajetória daqueles que ficaram conhecidos como os "heróis da abolição", através da atuação na imprensa abolicionista.[156]

Marcelo Balaban, por exemplo, chamou atenção para o fato de que a representação da abolição como uma vitória dos abolicionistas é "amplamente insuficiente para contar a história da escravidão e da abolição no Brasil", devido tal representação defender a "idéia de que a abolição fora um processo pacífico, promovido por um pequeno grupo de pessoas iluminadas", excluindo, assim, os "principais sujeitos de todo o processo: os escravos". Desse modo, segundo o autor, a "memória histórica consolidada para e pelo grupo abolicionista de Joaquim Nabuco reservou um lugar heróico para os abolicionistas, auto atribuindo-se a imagem de homens que lutaram e foram responsáveis por extinguir a escravidão no país".[157] Balaban enfatiza ainda que a historiografia produzida na década de 1960

[156] MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados*: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro, 1880-1888; Tese de Doutorado em História. São Paulo, FFLCH/USP, 1991; BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis*: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2005; SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "Papa--pecúlios" a Tigre da Abolição*: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese de doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2006.

[157] BALABAN, Marcelo. *Op. Cit*. p. 40, 323.

incorporou ao seu discurso esta versão criada pelos abolicionistas, transformando-a em explicação histórica.

Seguindo esta perspectiva, o autor corrobora a historiografia produzida a partir da década de 1980 que, por um lado, têm questionado a atuação que teria sido exercida pela imprensa abolicionista, assim como pela imprensa republicana,[158] interpretando suas atuações como uma tentativa de exercer a condução do processo e evitar a radicalização das transformações, e, por outro lado, têm enfatizado o papel dos escravos em sua ação autônoma na luta pela liberdade.

Não obstante as expressivas diferenças entre as vertentes que mencionamos, alguns estudos apresentam um ponto comum, qual seja, o de considerar que a década de 1880 é marcada pela intensificação das "insurreições de escravos". Em outras palavras, apesar da diferença quanto à ênfase nas estruturas ou nos sujeitos históricos, ambas vertentes historiográficas compartilham da premissa de que as "insurreições de escravos" se intensificaram nos anos finais do escravismo.[159]

Entretanto, a partir de um breve levantamento nos jornais que temos por objeto de análise, percebemos que o tema das fugas dos escravos se situa em um campo de disputas, servindo a diferentes finalidades por parte imprensa. É significativo o contraste entre os editoriais veiculados, em dezembro de 1887, no jornal *Novidades* e

---

[158] Ver, por exemplo: PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional:* Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói: ICHF/UFF, 2006.

[159] Emília Viotti, por exemplo, apesar de considerá-las situadas nas transformações estruturais, afirmou que nas "[...] vésperas da Abolição, se multiplicaram as insurreições e fugas [...]". COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit*. p. 353. Célia Azevedo, por sua vez, afirmou que a década de 1880, ao contrário da década anterior marcada pelos crimes individuais e em pequenos grupos, teria se caracterizado pelas "revoltas coletivas ou insurreições". AZEVEDO, Célia. *Op. Cit*. p. 171.

no *Jornal do Commercio*[160] e aqueles veiculados no jornal *Gazeta Nacional.*[161]

O jornal *Novidades* e o *Jornal do Comercio* destacaram a "sublevação de escravos" armados que estariam fugindo, não do cativeiro, mas do trabalho para a vadiagem, e sugeriram que houve a intervenção dos abolicionistas e anarquistas que não se importariam em ensangüentar o país. Entretanto, diante das notícias alarmantes sobre a tranqüilidade pública, o governo já teria tomado as indispensáveis medidas coercitivas, as quais mereceriam aplausos por parte dos cidadãos ordeiros da província. Nesse sentido, percebemos que a "sublevação de escravos" tornou-se uma grande oportunidade para estes dois jornais ressaltarem o clima de perigo, criticarem os abolicionistas e legitimarem a intervenção do governo no sentido de manter a ordem pública.

O jornal *Gazeta Nacional*, por sua vez, considerou que houve uma inversão dos fatos por parte do governo, pois os escravos estariam fugindo em busca da liberdade, não a procura da vida errante, causando inclusive surpresa a ordem que estaria imperando em suas fugas, não do trabalho, mas do cativeiro. Segundo o redator, o governo, que deveria manter a ordem, é que estava ensangüentando as cidades, praticando a violência e o terror. Assim, este jornal considerou legítimas as fugas dos escravos e aproveitou a discussão do tema para criticar a ação do governo.

É possível perceber que havia uma espécie de combate discursivo entre os jornais acerca do mesmo objeto, enquanto a historiografia mais recente tem dado destaque a algo que está presente somente em alguns destes discursos, a saber, a intensificação das insurreições de escravos. Nesse sentido,

---

[160] Ver, por exemplo: SUBLEVAÇÃO de escravos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/12/1887, seção Publicações a Pedido, p. 4.

[161] Ver, por exemplo: O GOVERNO e a abolição. *Gazeta Nacional*, Rio de Janeiro, 21/12/1887, seção Editorial, p. 1.

acreditamos que os estudos que buscaram resgatar a ação dos escravos no processo de abolição da escravatura não estão isentos daquilo que criticaram em estudos anteriores,[162] isto é, correm o risco de também assumirem falas veiculadas por alguns agentes que participavam daquele processo histórico, transformando uma das versões em explicação histórica. Consideramos, portanto, que é preciso estar atentos no que se refere à questão do "diálogo convergente" entre o conhecimento histórico e os discursos veiculados pelas fontes históricas.[163]

Ao lermos os editoriais dos jornais mencionados, mais que a evidência de uma intensificação das insurreições, deparamo-nos com uma tensão política justamente em torno das representações acerca das ações dos escravos. Estes discursos são indícios do quanto seria arriscado, em termos metodológicos, nos limitarmos a registrar a ocorrência das "sublevações de escravos", sem fazermos uma análise mais cuidadosa do papel desempenhado pela imprensa nos processos históricos no qual está inserida. O fato de os contemporâneos se dividirem quanto à questão das fugas dos escravos demonstra que não há indícios suficientes e seguros para sustentar a existência do "medo branco" de uma "onda negra". [164] A questão das fugas dos escravos parece não envolver apenas um conflito entre senhores e

---

[162] Célia de Azevedo, por exemplo, afirmou que os estudos produzidos nas décadas precedentes, "por privilegiarem a ação da classe dominante e/ou da classe média, [...] acabam por assumir a fala destes agentes...". AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.* p. 153-154.

[163] Maria de Lourdes Mônaco Janotti utilizou a expressão "diálogo convergente" para se referir a uma estreita relação da historiografia com o seu objeto, na qual "as visões dos testemunhos entrelaçaram-se às narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico". Ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 5.ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 124-125.

[164] Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.*; CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*

escravos, mas sim disputas entre diferentes personagens e diversos interesses. Entendemos que o que alguns estudos até o momento tomaram como um dado evidente deve ser considerado como um problema histórico a ser investigado.

É preciso levar em consideração que os jornais destinavam-se ao público, mas também aos adversários, a outros periódicos, ou seja, a imprensa do momento é marcada pelas disputas entre jornais. Desse modo, os jornais que circulam na década de 1880, assim como aqueles de início do século XIX,[165] "citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado". Em outras palavras, os "jornalistas do século XIX escrevem também para eles mesmos". [166]

Tendo isso em vista, acreditamos que o conceito de dialogicidade do discurso, elaborado por Mikhail Bakhtin, pode fornecer pistas metodológicas importantes para a análise deste combate discursivo entre os jornais que utilizamos em nossa pesquisa. De acordo Bakhtin, o discurso não se contrapõe apenas ao seu objeto. Existem entre ambos, discursos de outrem, isto é, discursos "alheios" sobre o mesmo objeto e sobre o mesmo tema. Nesse sentido, orientado para o seu objeto, o discurso penetra num "meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações", entrelaçando-se com eles em "interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros". Enunciado num dado momento social e histórico, "o discurso não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência em torno de um dado

---

[165] A este respeito, ver: MOREL, Marco; BARROS, Mariana G. M. de. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[166] BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p.62.

objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social".[167]

A partir desta perspectiva dialógica do discurso, ponderamos que é de suma importância não nos limitarmos a extrair dos jornais informações que supostamente "refletem" o acontecimento, mas estarmos atentos ao caráter dialógico dos discursos enunciados na imprensa, pois os discursos veiculados em determinado jornal se inserem em uma trama discursiva, contestando ou reafirmando discursos veiculados em outros jornais.

Considerações finais

A utilização dos jornais para a produção do conhecimento histórico, assim como de qualquer outra fonte, requer inúmeros cuidados metodológicos. Acreditamos que uma abordagem dialógica do discurso permitiria que se evitasse o risco de se estabelecer uma identificação direta entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, assumindo falas veiculadas por determinados agentes como testemunhos transparentes através dos quais brotaria a verdade sobre o que efetivamente se passou.

Vimos que, mais que um espelho que remete diretamente ao acontecimento, o discurso está em uma relação de coexistência com outros discursos. Assim, ao invés de nos limitarmos a registrar a ocorrência da intensificação da "insurreição dos escravos", torna-se fundamental fazermos uma análise mais cuidadosa do papel desempenhado pela imprensa nos processos históricos no qual está inserida, ficando atento para que o conhecimento histórico que produzimos não reproduza, numa espécie de "diálogo convergente", apenas uma versão acerca do objeto estudado, ao tomar os artigos

---

[167] BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. Trad. De Aurora Fornoni Bernadini e outros. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1998. p. 86.

publicados em um determinado jornal como um texto meramente informativo e como um reflexo do acontecimento.

Em suma, situar os discursos veiculados em diferentes jornais na rede dialógica da qual faziam parte naquele momento pode contribuir para melhor compreendermos as estratégias discursivas por eles mobilizadas para conferir legitimidade ou contestarem a ação dos escravos e de outros setores da sociedade. Além disso, pode possibilitar que evitemos simplificar um fenômeno tão complexo e que ainda apresenta, a nosso ver, questões por serem aprofundadas.

Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920.

Leandro Clímaco Almeida de Melo Mendonça[168]

Procedendo a uma leitura matinal do jornal *O Globo* no dia 25 de setembro de 2010, nos deparamos com o artigo de um conhecido articulista do diário carioca, Zuenir Ventura, que escreve na seção de *Opinião* todos os sábados. Nessa edição, o autor abordou a inauguração de um complexo de cinema no bairro de Jardim Sulacap, Zona Oeste da cidade, instalado no interior de um grande supermercado. O *Cine 10*, segundo Zuenir, se caracteriza por oferecer ao público modernas instalações em formato *stadium* equipadas com som *dolby digital*, projetor digital 3D, ar refrigerado, poltronas numeradas e estacionamento gratuito. Mas o que teria essa informação de tão relevante? Por causa da dúvida levantada por Zuenir, sobre o "*por que inaugurar naquele* ***fim de mundo chamado Jardim Sulacap*** *um moderníssimo cinema de 1.373 lugares divididos em seis salas (...) Quem iria freqüentar o "Cine 10 Sulacap"? O público da Zona Sul é que não iria.*"[169]

A inauguração de um moderno complexo de cinema em um bairro distante da Zona Sul, no "fim de mundo", como ele concebe Jardim Sulacap, leva automaticamente a se perguntar quem iria freqüentar aqueles espaços. Consultando suas memórias, alguns lugares da zona oeste surgem associados à prisão de críticos do regime militar, rima em uma composição de Gilberto Gil (Realengo) ou em função de registrar a menor temperatura da cidade (Campo

---

[168] MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920.* Dissertação em História, UFF, 2011. Professor de História da rede pública e particular de ensino.

[169] VENTURA, Zuenir. "Mais perto e mais barato". *O Globo,* Rio de Janeiro, edição 25 de setembro de 2010, p.7. Grifo nosso.

dos Afonsos). Logo, para matar a curiosidade, o jornalista pega seu carro e viaja “hora e meia” até Jardim Sulacap para tentar desvendar a explicação para a inauguração de um moderno complexo de cinemas no *fim de mundo*.

Dois anos antes, nas eleições para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, um dos candidatos, Fernando Gabeira, contrariado com a estratégia eleitoral adotada por uma vereadora com base eleitoral na Zona Oeste da cidade, integrante de um partido que o apoiava, foi flagrado pela imprensa ao telefone criticando a vereadora. Na conversa captada pelos repórteres, o candidato considerou que a vereadora tinha uma “visão suburbana”, em uma clara associação entre os subúrbios e os suburbanos e a falta de compreensão mais integrada sobre a cidade.

A fala do jornalista Zuenir Ventura e do político e jornalista Fernando Gabeira têm algo em comum. Ambos explicitaram, através de temas diferentes e em conjunturas distintas, imagens públicas desqualificadoras sobre os subúrbios. Na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa e os meios de comunicação em geral perpetuam avaliações pejorativas, como essas, ao associar recorrentemente os subúrbios e os suburbanos a todo o tipo de precariedade (material e intelectual). Mas essa mesma imprensa vem adotando estratégias editoriais e comerciais com o intuito de se aproximar da população que habita os bairros populares dos subúrbios e da Baixada Fluminense. Mais recentemente, emissoras de televisão e periódicos vem ampliando a presença de suas equipes de reportagens entre os bairros mais pobres da região metropolitana do estado com o intuito de garantir e ampliar audiência, mas também para se firmar como interlocutores dessa população frente aos governantes.

Se recuarmos no tempo, veremos que o jornal *O Globo* há décadas desenvolveu uma estratégia comercial voltada para expandir tanto a sua base de assinantes quanto a de anunciantes: a criação dos chamados jornais de bairro. Surgiram como suplementos com

periodicidade semanal destinados a anunciar os serviços ofertados por empresas instaladas nos bairros e a encaminhar demandas dos moradores de áreas específicas da cidade - *Zona Norte, Tijuca, Barra, Zona Sul,* dentre outros.

Mas houve um tempo em que os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, além de abrigarem uma população consumidora de periódicos, eram também espaços onde se produzia jornais e revistas. Na virada do século XIX para o XX, em diversas localidades das "zonas suburbanas", foram criados dezenas de periódicos por moradores dos subúrbios que sentiram a necessidade de se fazer ouvir e ver na cidade. Essa busca por visibilidade permitiu que múltiplas formas de viver ganhassem as páginas de impressos, constituindo perante o restante da cidade um subúrbio em parte diferente daquele retratado pela grande imprensa diária. O subúrbio sofrido, onde faltava tudo era uma das imagens construídas pela 'grande' imprensa do centro da cidade. O cronista do *Jornal do Brasil*, Benjamim Costallat, em uma de suas crônicas retratou os subúrbios sob um sono "*pesado*" e "*triste*", resultado do extenuante trabalho desempenhado pela sua população nas inúmeras atividades existentes no Rio (leia-se o Centro da cidade e seus bairros mais aristocráticos). O ir e vir do trabalho, o desconforto enfrentado nos trens suburbanos, os desafios vivenciados nas ruas sem calçamento, sem luz, sem segurança seriam, segundo Costallat, uma constante nos subúrbios, o que o leva a concluir: "*É a vida suburbana, triste e monótona. Igual, sempre igual, eternamente igual!...".* [170] Ao descrever a população suburbana a partir de sua necessidade de se deslocar diariamente para o trabalho no centro, o cronista nos permite identificar uma construção social de longa duração, baseada na percepção de que os bairros suburbanos não fazem parte da

[170] COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, pp. 74-75. Grifo nosso.

cidade. Ou seja, na ideia da exclusão dos bairros surgidos ao longo dos trilhos das ferrovias, e seus moradores, dos limites, hábitos, costumes e sentimentos, que constituiriam a cidade do Rio de Janeiro.

Se os jornais diários produzidos no Centro da cidade tinham maior poder para influir e estabelecer os rumos do debate público e para fixar imagens como essas, o periodismo nos subúrbios ampliou e redefiniu as reivindicações formuladas entre o conjunto da população suburbana, já que esse vetor de ação era a essência da linha editorial de inúmeros jornais e revistas lançadas em diferentes bairros, como Engenho Novo, Méier, Engenho de Dentro, Madureira e Santa Cruz especialmente no alvorecer do século passado.

O primeiro contato com esses jornais e revistas surgiu durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em História na UFF [171]. Interessado, naquele momento, em compreender a constituição histórica do bairro suburbano de Madureira com o intuito de produzir outras memórias sobre o bairro, utilizamos diversos materiais como memórias, trabalhos acadêmicos, fotografias e periódicos. Além dos jornais de grande circulação, como o *Jornal do Brasil*, trabalhamos com os periódicos criados no bairro nas primeiras décadas do século XX. A descoberta da existência de periódicos editados em uma localidade que era, na época, considerada a periferia do subúrbio, nos territórios da antiga freguesia de Irajá, constituiu um poderoso indício que nos permitiu questionar avaliações hegemônicas que associam o cotidiano da população residente nos subúrbios à ausência ou carência das práticas, símbolos e códigos típicos de uma cultura letrada[172].

---

[171] MENDONÇA, Leandro Climaco. *Memória e vida cotidiana em Madureira, um bairro da cidade do Rio de Janeiro.* Monografia de conclusão de curso em História. UFF, Niterói, 2007.

[172] Problematizando o campo da cultura sob a perspectiva da história social, esta noção chama a atenção para as dinâmicas relativas ao processo de massificação do

A experiência como bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa *Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1880-1920* [173] sob orientação da professora Laura Antunes Maciel, não só me aproximou das reflexões e perspectivas da História Social como ampliou o contato com outras experiências populares com os códigos da cultura letrada, seja a partir da criação de escolas e bibliotecas, seja como público alvo de editoras ou como produtores e leitores de jornais e revistas. Além disso, foi possível perceber como essas experiências eram parte de um movimento mais amplo no qual diferentes grupos sociais propuseram educar e reformar o "povo" por meio da manutenção de escolas, bibliotecas, jornais e revistas voltados para as classes populares, assim como inúmeras iniciativas encaminhadas por categorias de trabalhadores, tanto as mais combativas quanto outras de menor visibilidade, na criação de periódicos.[174]

Essas experiências motivaram a avançar no desenvolvimento da pesquisa histórica sobre as iniciativas de suburbanos com imprensa, procurando reconhecer um conjunto maior de pequenos jornais e revistas editados entre as décadas de 1880 e 1920 a partir de exemplares preservados na Biblioteca Nacional e IHGB. Para a dissertação de Mestrado, nos propusemos a encaminhar e responder questões como: quais interesses motivaram os suburbanos na criação de periódicos? Quais os sentidos que eles atribuíam a esta prática? Que subúrbios e suburbanos foram constituídos por essa imprensa?

---

letramento na urbe, e os conflitos resultantes desse processo. Ver: RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo, Brasiliense, 1985; CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

[173] MACIEL, Laura Antunes. *Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Projeto de pesquisa UFF/PIBIC/CNPq, mimeo, 2005.

[174] MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, 2008 p. 89-135.

Como sobreviver em um mercado praticamente controlado pelas grandes empresas do setor? E mais, de que maneira o estudo desses periódicos nos permitem avançar no sentido de questionar as análises hegemônicas que insistem em associar os suburbanos a noções depreciativas?

Partilhando a compreensão de que a pesquisa histórica deve buscar os significados que os homens e mulheres atribuem às suas ações e práticas, ao recuarmos no tempo para investigarmos os periódicos criados nos subúrbios, foi preciso posicionar acerca da maneira como entendemos imprensa e como trabalhamos com esses periódicos. A imprensa é um suporte de práticas sociais e, como tal, seu testemunho não é neutro. Ela expressa as subjetividades, interesses e intencionalidades históricas. Ao pesquisarmos qualquer veículo da imprensa devemos estar cientes de que estamos trabalhando com um suporte que foi e é empregado para interesses os mais variados.

A historiadora Heloísa de Faria Cruz, ao investigar um conjunto diversificado de materiais impressos na cidade de São Paulo, em especial as chamadas revistas domingueiras ou de variedades, entre 1890 e 1915, momento em que a cidade se transformava na *Paulicéia*, nos permite refletir sobre a relação entre imprensa, cultura e cidade. A autora buscou encaminhar sua reflexão no sentido de compreender as relações de poder instituídas por meio da expansão da cultura impressa e da imprensa periódica. Nesse momento, o povo e a cidade apareciam de forma recorrente nessa imprensa periódica, permitindo não só conhecer novos hábitos e atitudes presentes na cidade em expansão, mas também a existência de novos grupos produtores e leitores de periódicos:

> (...) **A cidade intromete-se na imprensa**. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas,

> personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações (...)
> (...) As redações e grupos leitores passam a congregar, além da elite masculina dos políticos-doutores-literatos, outros grupos sociais, como imigrantes, mulheres cultas da elite, camadas intermediárias letradas, professores, escrivães, caixeiros, funcionários burocráticos, tipógrafos e linotipistas – e também outros trabalhadores urbanos. ,,[175]

Trabalhando a partir da perspectiva da História Social, Heloísa de Faria Cruz constrói sua argumentação trazendo essa nova imprensa periódica para as disputas no campo da cultura, afinal, afirma, a imprensa era um meio de comunicação até então basicamente utilizado pelas elites, seja como produtores ou consumidores. Logo, as disputas existentes na cidade e pela cidade passaram a ser travadas também nos espaços tradicionais da cultura letrada. Esses novos produtores de periódicos passaram a disputar espaços, a defender e combater projetos, a se articular em um verdadeiro movimento de conquista de visibilidade por meio da palavra impressa, em uma sociedade de massas caracterizada pela constituição de um recente mercado de bens culturais.

A historiadora Marta Barbosa, em sua reflexão sobre história, imprensa e memória, nos ajuda a compreender os cuidados necessários aos historiadores que trabalham com esse suporte. Ela nos adverte sobre a necessidade de relacionarmos nossas concepções de história com as nossas concepções de imprensa. Para muitos, afirma, a imprensa é entendida como o espelho do mundo, "uma fonte secundária, um apoio". Esta maneira de entender e trabalhar com a imprensa resulta em uma séria limitação na busca pela compreensão da realidade na medida em que o processo de produção da notícia, os interesses e relações sociais que a compõem são

[175] CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*, op. cit, pp. 80-81.

negligenciados. A autora acredita que devemos seguir outros caminhos:

> (...) **Por outro lado, existe a posição de tomar a imprensa como objeto, discutida teórica e metodologicamente, problematizando sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição**. Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. **A depender de nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar**. [176]

Ao nos comprometermos como historiadores em resgatar histórias silenciadas de indivíduos e grupos que habitavam áreas, naquele momento histórico, em franco processo de marginalização, fruto de um projeto hegemônico articulado pelos interesses do mercado, acreditamos que podemos contribuir, no presente, para redefinir as imagens públicas sobre os subúrbios. Essas imagens públicas são (e foram) produzidas e reproduzidas pelos meios de comunicação, que assim as tornam a própria realidade. Por isso, Marta Barbosa nos impele a não trabalharmos com a imprensa buscando nela "o espelho do mundo", mas, sim, através de um esforço de aprendizado que oriente a reflexão para uma discussão teórico-metodológica que problematize as suas relações sociais, suas escolhas políticas, seu projeto de sociedade e poder.

Logo, ao encaminharmos nossa reflexão e prática de pesquisa nos termos sugeridos pela historiadora, ao analisarmos os conteúdos que a imprensa periódica suburbana privilegiava, não buscamos elaborar uma lista contendo o conjunto de assuntos que foram

---

[176] BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. "Sobre História: Imprensa e Memória". In: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de KHURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p.267.

privilegiados para depois organizá-los e encaixá-los no interior de nossa reflexão. Se assim o fizéssemos, correríamos o sério risco de homogeneizar os diferentes sentidos atribuídos pelos próprios jornalistas suburbanos à sua prática jornalística, assim como os diferentes projetos de sociedade e vínculos articulados por essa imprensa naqueles espaços.

Ao decidir investigar essa imprensa tomando-a como eixo central de nossa reflexão, o encaminhamento de nossa pesquisa foi estruturado buscando a pluralidade dessas experiências. Como historiadores do social, acreditamos que as escolhas, valores e desafios propostos e expressos individualmente ou coletivamente por homens e mulheres em um determinado momento podem sofrer (re) significações. Essa indeterminação do social para nós significa um direcionamento da prática de pesquisa para a busca das relações sociais e disputas travadas no momento em que eram experimentadas. A análise dos diferentes órgãos de imprensa nos subúrbios nos permitiu reconstruir essas disputas.

Se havia algo em comum entre todas essas práticas jornalísticas era o fato de serem vivenciados em localidades e bairros mais distantes do Centro, os chamados subúrbios. No entanto, os objetivos, interesses e sentidos que nortearam essas experiências não eram homogêneos. Nesse sentido, as reflexões de Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto sobre imprensa no artigo *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, foram fundamentais para a maneira como entendemos e trabalhamos com imprensa. As autoras explicitam suas divergências em relação aos pesquisadores da chamada História da Imprensa que centram suas investigações na busca por origens ou pela tentativa de criar um conhecimento a partir de etapas evolutivas:

(...) ***Nesta versão, a história da Imprensa é contada numa perspectiva linear*** *que parece traçar uma reta de continuidade que une Gutemberg aos grandes conglomerados jornalísticos do*

presente. E mais: contada desse modo, a história da imprensa e dos meios de comunicação apresenta-se como momento derivado e paralelo, quando não, meramente acessório da grande história política ou social de nosso tempo.

> "Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo" [177]

Ao trabalharmos com essa imprensa criada nos subúrbios, procuramos evidenciar quais as suas articulações sociais nos espaços onde foram constituídos e como ajudaram constituir historicamente os diversos bairros suburbanos. Através da análise dos artigos de apresentação, dos títulos e subtítulos empregados, dos assuntos privilegiados nas diversas seções que compunham os jornais, procuramos identificar as razões e motivações de cada grupo editor para o investimento de tempo e capital na prática jornalística. Ou seja, a perspectiva foi identificar em meio a quais embates ou disputas em prol dos "interesses" dos subúrbios e dos suburbanos cada um desses jornais e revistas foi criado.

O cuidado maior ao lidar com o conjunto de jornais e revistas criados nos subúrbios foi reconhecer aproximações e diferenças no interior deles, para compreender o sentido mais amplo daqueles que procuravam se constituir e afirmar como imprensa suburbana. Essa intenção – expressa em seus títulos e subtítulos – longe de expressar os mesmos interesses ou de representar os mesmos projetos no interior da sociedade suburbana, encobriam diferenças difíceis de identificar na medida em que todos eles justificam sua razão de ser e

---

[177] CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa." *Projeto história.* São Paulo. EDUC, nº 35, julho-dezembro 2007, p.259.

existir para defender, propugnar e advogar pelos “interesses locais” ou das “zonas suburbanas”.

Logo, aqueles que se identificavam com os subúrbios ou com partes desse território escolhiam títulos e subtítulos que ou traziam o nome das localidades onde eram criados ou circulavam, ou usaram recorrentemente a expressão subúrbio e suas derivações. Empenhados em denunciar a negligência e a omissão das instituições públicas em relação aos subúrbios, promover suas ações e do seu grupo em torno de iniciativas a favor da conquista de “melhorias” para aqueles territórios (como a luta por “melhoramentos” materiais), alguns desses periódicos se auto-intitulavam como os verdadeiros representantes dos suburbanos frente ao poder público.

Essa imprensa, independente dos seus propósitos, contribuiu para constituir os subúrbios e os suburbanos perante o restante da sociedade. Nesse sentido, assim como havia aqueles intrinsecamente voltados a defender interesses, práticas e projetos de potentados locais, outros se colocaram em combate contra os interesses dos poderosos. Ao investigarmos as seções jornalísticas, nos demos conta da necessidade de alguns se colocarem junto e ao lado dos trabalhadores operários suburbanos; do interesse em questionar a maneira como a representação política era experimentada na cidade; e mesmo de divulgar suas ações pelos subúrbios.

Independente dos seus interesses, alcance e duração, a imprensa foi, ao longo do tempo, uma prática que mobilizou muitos suburbanos. Histórias de vida de suburbanos e dos viveres nos subúrbios eram impressos nas paginas dos periódicos, ajudando a constituir suas imagens públicas na cidade. E essas experiências merecem e precisam ser contadas, longe de maniqueísmos simplistas que criam oposições artificiais. Os subúrbios e os suburbanos da cidade do Rio de Janeiro merecem, portanto, o direito à memória. Se, ao trabalharmos com o conjunto do periodismo criado e mantido há praticamente um século nos bairros suburbanos, formos capazes de

criar em nosso presente um questionamento sobre os usos e significados do ser suburbano, acreditamos que teremos alcançado um dos objetivos de um trabalho historiográfico comprometido com as lutas progressistas do presente que é, exatamente, voltar ao passado para identificar o lugar social onde brotam os preconceitos e análises pejorativas, e como estes são reproduzidos, muitas vezes, de forma acrítica ao longo do tempo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

ESTADO, PODER E SOCIEDADE NO BRASIL – SÉCULOS XIX E XX

COORDENADORES: CARLA NASCIMENTO (MESTRANDA UNIRIO)
csn.nascimento@gmail.com
TIAGO MONTEIRO (MESTRANDO UERJ)
tiagobenin@yahoo.com.br

Sujeitos e Práticas Educacionais nos Estudos Menores em Minas Gerais (1800 - 1834)

Taiane Cristina da Silva
Universidade Federal de Viçosa
FAPEMIG

Na introdução do livro *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa* a historiadora Thaís Nívia de Lima Fonseca faz um balanço historiográfico acerca das pesquisas em história da educação. Partindo dos anais dos principais eventos científicos na área de História e História da Educação, a autora constata uma falta de estudos referentes ao período colonial brasileiro. E, quando estes são realizados, primasse na atuação dos jesuítas ou nas Reformas Pombalinas desprezando as outras facetas do ensino.[178]

[178] Na pesquisa realizada por Fonseca a proporção de trabalho sobre o período colonial em relação ao total de inscritos varia de 1% a 2% , em média. Em pesquisa similar realizada por DeniceCataci e Luciano Mendes de Faria Filho apenas 3,2% de 156dos trabalhos apresentados corresponde ao período entre os séculos XVI e XVIII .FONSECA, Thaís Nívia da Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes:*

Objetiva-se com este artigo contribuir para as pesquisas em história da educação, pensando essas outras dimensões educativas. Entendendo que a Companhia de Jesus e as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal não representam a totalidade do processo educacional existente na colônia. Para tanto, estudaremos os agentes que participaram desta história, ou seja, alunos e professores, que atuaram e/ou viveram em Mariana e seus termos entre os anos de 1800 -1834. Para a elaboração deste texto faz-se uso dos arquivos da Câmara Municipal de Mariana que através de diferente tipologia documental nos propiciou abordar aspectos: econômico, sociais e culturais relativos à esta cultura letrada.

Desde o início da colonização nas Minas Gerais as autoridades portuguesas já mostravam uma preocupação com o controle da população constituída de mestiços, negros e portugueses, estes vindos das camadas sociais mais baixas, atraídos pela descoberta de ouro. A educação adquire neste momento um duplo caráter, de um lado a educação para o trabalho, ligado na Capitania de Minas Gerais diretamente ao problema da produção tanto mineral quanto agrícola. E de outro lado, uma educação escolar que visava civilizar a partir de uma formação moral, cívica e religiosa.

Com o advento da Reforma dos Estudos Menores e da implementação das Aulas Régias nas Minas Gerais é que esta educação escolar recebe uma atenção maior do Estado português. A criação de um novo sistema de ensino pelo Ministro Sebastião de Carvalho e Melo marca o fim do monopólio da Companhia de Jesus nas terras do além-mar, embora o ensino da doutrina cristã continuasse presente.

A definição de Estudos Menores segundo a documentação oficial correspondia ao ensino primário e ao ensino secundário. Após

---

Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 p.7.

a conclusão o aluno estava pronto para continuar seus estudos na universidade. Os Estudos Menores eram formados pelas Aulas Régias de primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar, e também pelas Aulas Régias de humanidades que contou inicialmente com a cadeira de gramática latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética.[179]

Cada aula régia constituía-se em uma disciplina autônoma e isolada, ensinada sem um plano de estudo estruturado, ministrada por um determinado professor, que era funcionário do Estado[180]. Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso as Aulas Régias

> manteve quase inalterada em suas características essências: o caráter centralizador, a falta de autonomia pedagógica, a existência de dois níveis de Ensino – Estudos Menores e Estudos Maiores - e o acesso à educação restrito a uma parcela da população.[181]

As Aulas Régias permaneceram como sistema de ensino até 1834, com a lei de 12 de agosto, que passava a responsabilidade dos Estudos Menores, correspondente ao ensino de primeiras letras e ao ensino das humanidades, as Assembleias Legislativas provinciais. Deste modo o poder central limitava-se a prover a educação do Município Neutro e a educação superior.[182]

Em Mariana e seus termos podemos verificar no recorte temporal deste estudo a presença de 121 (cento e vinte e um)

---

[179] CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (org).*Histórias e memórias da educação no Brasil vol. 1 séculos XVI-XVIII.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.179

[180] VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (org).*Histórias e memórias da educação no Brasil vol. 2 século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.78

[181] CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Op. cit.p.187

[182] SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar (org.) .*A educação nas Constituintes brasileiras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

professores régios, sendo divididos da seguinte forma: 103 (cento e três) professores de primeiras letras, 14 (quatorze) professores de humanidades e 4 (quatro) professores especialistas. Entre os professores de humanidade foi possível verificar cadeiras de Retórica e Filosofia, Gramática Latina e Francês, espalhadas por Mariana e seus termos. Entre os professores especialistas encontramos cadeira de Lente de Anatomia e Arte da Obstetria, Música, Metalurgia. Gráfico 01

Gráfico 01: Distribuição dos Professores nos Estudos Menores (AHCMM)

Os dados presentes no gráfico 02 nos apresentam uma supremacia numérica de professores régios a partir da década de 1820 em Mariana e seus termos.

Gráfico 02: Distribuição dos professores por décadas de 1800-1834 (AHCMM)

O exame para professor régio ficou a cargo do Diretor geral dos Estudos, responsável pela fiscalização das aulas públicas. Cabendo a ele advertir e corrigir aqueles professores que deixassem de cumprir com seus respectivos deveres. O Diretor de Estudos era nomeado pelo rei podendo, teoricamente, dirigir-se ao monarca sem qualquer intermediário hierárquico.

Nos concursos para professor régio não era exigido dos candidatos diploma ou comprovante de habilitação para o cargo. Eram avaliados pelos conhecimentos em gramática, matemática e doutrina cristã. Em 1829, encontramos na cidade de Ouro Preto uma representação feita pelos habitantes desta cidade alegando a inabilidade do professor Sargento Mor Luís Soares Ferreira para continuar no exercício do magistério. Os suplicantes alegam que o então professor, o Sargento Mor Luís Soares Ferreira, apenas conseguiu licença para o magistério por "haver decorado alguns capítulos do Catecismo"[183].

[183] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Livro 673

Nesta mesma documentação referente ao dito Luís Soares Ferreira, um dos moradores de Ouro Preto, provavelmente um pai de aluno, disserta sobre a conduta do mesmo dizendo que "não é de bons costumes e falta lhe a seriedade" [184]. É importante lembrarmos que a avaliação dos professores régios era feita a partir da observação de sua conduta pessoal, sendo o pároco, o chefe de polícia e os pais dos alunos os principais responsáveis pela fiscalização dos mestres[185]. Em Ouro Preto a falta de princípios morais foi utilizada para solicitar junto ao Governo Imperial a substituição do Sargento-Mor Luís Soares Pereira. Reforça-se nesta passagem, a ideia de educação através do exemplo e da convivência, sendo considerado "fundamental no processo educativo[186]".

No contexto de implantação e ampliação de um sistema de ensino no Ultramar podemos verificar, ao longo do período estudado, um grande número de solicitações de criação de escolas, no distrito de Tapera, em 1834, o fiscal Antônio Teixeira alertava para a necessidade de uma Escola Pública

> (...) não há uma Escola Pública nem consta-me que hajas particulares os pais de famílias ou por muita indulgência indiscreta para com os filhos ou por mesmo indigência não se animam a mandar - los a Escola da Piranga que dista deste Distrito sete legoas[187]

Através da lei de 15 de outubro de 1827 o Imperador D. Pedro I pretendeu sancionar as diretrizes que regeriam a instalação de escolas de primeiras letras. Nesta lei percebemos a ligação estabelecida entre demografia e a necessidade de escolas. Assim, no artigo 1° é estabelecido que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haveria as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Ficando

---

[184] Idem.
[185] CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Op. cit.p.189
[186] FONSECA, Thaís Nívia da Lima.Op. cit. p.37
[187] AHCMM. Livro 726

a cargo dos presidentes das províncias, juntamente com as Câmaras, a responsabilidade de estipular a quantidade e localidade das escolas. Podendo conforme aponta o artigo 2°, extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remanejar os mestres delas para outras localidades.[188]

Para Luciano Mendes de Faria Filho, a Lei de 15 de outubro de 1827 é representativa de um período da história brasileira onde as elites pretendiam limitar os conhecimentos das classes inferiores da sociedade às primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar, uma vez que não estabelecia uma relação entre estas escolas e outros níveis de ensino. Segundo Filho

> Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da sociedade concebiam e propunham-se a organizar. Instruir a 'classe inferior' era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação.[189]

Mesmo que fosse ínfima a possibilidade de ascensão social pela educação na colônia e império, "poderia representar uma oportunidade impar, menos por qualquer benefício pecuniário e mais pela carga simbólica que a condecoração trazia"[190].Uma vez que, após realizado os Estudos Menores podiam candidatar-se a cadeira de professor régio.

Pela documentação arrolada é possível concluir que muitas escolas de primeiras letras foram criadas a partir da intervenção da

---

[188] AHCMM Livro 719

[189] FILHO, Luciano Mendes de Faria. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria ,VEIGA, Cynthia Greive (org) . *500 anos da educação no Brasil*. Belo Horizonte : Autêntica, 2003. 3° ed. p.137

[190] CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Op. cit. p. 189

população local. Através das solicitações de escolas nos diferentes termos de Mariana, podemos constatar o crescimento do interesse pelas letras e a participação efetiva da população para a concretização efetiva da Lei 15 de outubro de 1827. Em janeiro 1830, encontramos em Mariana uma documentação emitida pela Câmara Municipal que solicita a criação de escola

> Sendo me sido apresentado o requerimento incluso dos Habitantes do Arraial do São José do Xopotó Freguesia de Guarapiranga no qual pedem a criação de uma Cadeira de primeiras Letras no mesmo Arraial, atesto a sua grande população, e se incompatível, que os Pais de famílias mandem seus filhos a escolas mais vizinhas, que fica com distância de cinco léguas (...) [191]

A solicitação da criação da Cadeira de primeiras letras em São José do Xopotó vem acompanhada com a assinatura dos principais homens da dita freguesia. Em março do mesmo ano, o Conselho Geral da Província atende a representação dos moradores e cria uma Escola de Primeiras Letras.

No tocante a educação das meninas, os Recolhimentos eram os locais mais recomendados para adquirir instrução no século XVIII. Leila Mezan Algranthi e Maria Beatriz Nizza da Silva estudaram as peculiaridades deste ensino dedicado às meninas.[192]Algranti em seu estudo sobre os recolhimentos do sudeste do Brasil afirma que a falta de instituições diferenciadas para mulheres fez com que o mesmo espaço seja aproveitado para diversas finalidades, abrigando concomitantemente mulheres com opções de vida distintas. Os recolhimentos, deste modo, eram vistos na sociedade colonial como solução para múltiplos problemas enfrentados pelos pais de família, desde dotar, ou dar estado e suas filhas, e até mesmo como um local

---

[191] AHCMM. Livro 700.

[192] ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; BrasilíaEdunb 1993. SILVA, Maria Beatriz Nizzada.*Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes 1981.

para uma estadia passageira que proporcionasse asilo, educação e proteção.[193]

De acordo com estas Algranti e Silva, a educação das meninas era direcionada para o papel que iriam ocupar na vida adulta. A instrução feminina era vista como necessária, uma vez que seriam elas os primeiros mestres dos seus filhos, ressaltando seu papel de mãe e educadora. Neste sentido, o ensino deveria ser diferenciado daqueles destinados aos meninos

A Lei de 12 de outubro de 1827, no Art. 12° regulamentava esta modalidade de ensino, previa que além de aprender a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, as meninas deveriam aprender "também as prendas que servem à economia doméstica". De acordo com o mesmo artigo, as mestras seriam nomeadas pelos Presidentes das Províncias que sendo "Brasileiras, e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos". [194]

Nem sempre o que é estabelecido por lei é cumprido. A distância entre os textos legislativos e a prática educativa em Minas Gerais, nos apresenta uma dimensão mais facetada do universo educacional. Um documento emitido pela Câmara Municipal de Mariana, em 1828, ao Presidente da Província demonstra algumas estratégias utilizadas para suprir a falta de mestras na tentativa de se estabelecer Escolas de meninas:

> Não é possível a Câmara informar a V. Ex[a] sobre a criação das Escolas de Meninas por não descobrir Senhoras suficientes para Mestras, podendo apenas lembrar, que para esta Cidade poderiam servir as filhas do falecido Cirurgião Mor Mr. Domingos Ferraz

[193] ALGRANTI, Leila Mezan. Op. Cit.
[194] AHCMM Livro 719.

> Chaves, ou as do falecido Tenente Narciso Gomes Lescadia e Narcisa.[195].

É possível levantarmos algumas possibilidades referentes ao local onde estas meninas, Lescadia e Narcisa, obtiveram instrução. Uma possibilidade para as famílias que desejavam instruir suas filhas através do conhecimento das primeiras letras era o ensino domiciliar, com professores particulares ou algum parente instruído. Outra opção, nas Minas Gerais, era o ensino nos conventos ou recolhimentos. No período estudado, havia a Casa de Oração do Vale das Lágrimas, na Comarca do Serro Frio, e o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, em Rio das Velhas. Estas instituições visavam instruir meninas para a vocação religiosa, mas acabaram se estabelecendo também como referencia para aquelas que desejavam obter algum tipo de instrução.

O estudo da história da educação no período colonial brasileiro tem priorizado ora a atuação da Companhia de Jesus, ora as Reformas Pombalinas, desprezando desta forma as outras facetas do universo educacional. Estabelecendo o diálogo entre lei e realidade, entendemos que as diretrizes educacionais pombalinas, imperiais ou jesuíticas não representam a cópia fidedigna da prática escolar.

Apesar da dificuldade de implantação da reforma educacional no Ultramar e da disparidade no alcance das reformas, muitos avanços foram conseguidos. Entendendo que a sociedade mineira interviu em muitos momentos para que as diretrizes educacionais fossem cumpridas. Estudar a instrução no século XIX é refletir sobre os sujeitos que de alguma forma atuaram e /ou viveram neste mundo das letras.

[195] AHCMM Livro 719.

Uma ordem, uma realidade: Urbanização, Modernização, Trabalho e Controle social em Minas republicana.

Fábio Luiz Rigueira Simão
Mestre em História UFJF
Escola de Estudos Superiores de Viçosa - ESUV

O presente trabalho compõe parte da dissertação de mestrado defendida no âmbito do programa de pós-graduação em história do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 2008. Trata-se de um capítulo conclusivo e central da obra em que realizamos um estudo sobre a ação policial e das guardas municipais de posturas de Belo Horizonte nos anos inicias da República, a fim de compreender o lugar e o papel desses novos *profissionais da cidade*, para lembrar a expressão de Roncayolo, na formação do espaço urbano de Belo Horizonte. [196] Procedemos previamente a um estudo das posturas municipais de Belo Horizonte, tentando percebê-las no horizonte da coerção e da disciplinarização. As referidas posturas compõem o conjunto maior de *leis e decretos municipais*, [197] motivo pelo qual resolvemos por contemplá-las de modo inicial. Trata-se de uma documentação legislativa, e, por isso, entendemos que ela pode nos aproximar daquilo que o Estado *projetava* como sendo de sua competência, e, por conseguinte, de policiais e guardas municipais que deveriam

---

[196] Sobre o conceito de *profissionais da cidade* cunhado por Marcel Roncayolo, veja-se capítulo 1, p. 48.

[197] O conjunto de leis e decretos municipais de Belo Horizonte encontra-se no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APC-BH). O Código de Posturas Municipais de 1898, sobre o qual podemos encontrar algumas referências em obras anteriores, não aparece neste estudo porque não pôde ser localizado nos acervos aos quais tivemos acesso.

concorrer seus encargos para o *estabelecimento* e *manutenção* da ordem no espaço urbano.

Definimos nossa análise sobre a documentação produzida pela polícia, na série *Ocorrências Policiais*, componente do Fundo Polícia do Arquivo Público Mineiro, bem como nos *Relatórios de Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais*, restringindo-nos evidentemente a questões relacionadas a Belo Horizonte, e no conjunto de leis e decretos municipais constantes da cartilha de regulamentação dos expedientes da *Turma de Guardas e Vigias Municipais* publicada em 1903, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais por encomenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aparentemente destinada ao uso manual dos novos recrutas.

Analisando essas fontes percebemos que muito do que orientou a ação policial e a atividade dos guardas municipais, encarregados de levar a efeito as posturas, dizia respeito à consolidação de uma nova ordem do comportamento no espaço público e da disciplinarização por meio do trabalho. Assim é o advento da cidade, ou antes, do projeto de cidade moderna – dotada de infra-estrutura urbana, ruas largas, praças e avenidas, salubridade no espaço urbano e privado – e, circunscrito a esse processo, a formação de uma nova concepção de trabalho e organização social, que dão a medida da ação do poder público na direção da conformação do espaço urbano. O próprio processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre-assalariado, algo experimentado por todo o país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, impunha-se na constituição e (con)formação de um espaço urbano "moderno", o que ira se misturar com pressupostos da ciência médica e urbanística, dando consistência ao conjunto de pressupostos formadores das principais cidades brasileiras da virada do século.

Nossa pesquisa das fontes policiais apresenta-se por três eixos condutores principais: cidade (no sentido de estrutura concreta – ruas, casas, bairros –, mas também como espaço público de

convivência, e, portanto, de relações sociais de embate e conflito), trabalho e polícia. Tomamos, pois, e entendemos tê-lo já demonstrado em parte até aqui, o ordenamento do espaço público e a consolidação de uma nova ética disciplinar do trabalho como pano de fundo da ação do poder público, concretizada nos expedientes das guardas municipais e da polícia. Com efeito, pode perceber-se que a polícia, para além de ser "o braço armado do Estado", mantenedora da ordem no contato (violento) com o delituoso, era uma *referência* (junto à população em geral) de moral e de justiça. Talvez se trate da entidade de força do Estado mais estreitamente ligada à população, e, não que fosse uma fonte de assistencialismos, mas encontrava-se amiúde envolvida com atividades relacionadas com a manutenção da ordem em geral (desde recolher ébrios, vadios, turbulentos, mas também animais, como bois, cavalos e cachorros das ruas; até dar permissão para o funcionamento de clubes recreativos e cuidar para que prostitutas e jogadores, quando tolerados devido à classe social a que pertenciam, atuassem longe dos olhos da *cidade de bem*), o que interessava, conforme veremos em algumas declarações nos jornais, às *nobres famílias* da capital.

A cultura jurídica brasileira apresenta uma forte influência do direito romano-germânico e, especialmente no que toca às leis penais, a dogmática jurídica nacional fundamenta-se na *civil lawtradicion*. Segundo Roberto Kant de Lima, essa tradição difere-se da *common lawtradicion* nos sistemas jurídicos ocidentais por privilegiar, entre outros aspectos, a *prescrição* em lugar da *descrição*. Conforme esclarece o autor, no Brasil as leis obedecem a critérios formais e abstratos na sua composição, apresentando "*(...) caráter eminentemente normativo, de dever ser, e sua aplicação aos casos concretos depende, portanto, de interpretações que deem conta do caráter contingencial da realidade*" (LIMA, 1989:69).

A partir dessa ideia geral, havemos de considerar que no início da República, envolvido com um projeto maior de civilização, o

Estado Nacional brasileiro debateu-se com questões importantes relacionadas ao direito penal e criminal, mas também com a criação de leis e decretos que organizassem e normatizassem os nascentes e crescentes centros urbanos. Assim, as legislações municipais das principais cidades brasileiras em todo o período da Primeira República estiveram em constante construção orientadas, é claro, pelas leis constitucionais (federal e estadual) e pelo Código Penal, especialmente no tocante às posturas municipais e suas disposições punitivas.

No seio da legislação municipal interessa analisar o conjunto de leis e decretos que regulamentavam a criação e principalmente a atividade da *Turma de Guardas e Vigias Municipais*. Essa documentação, a julgar pelo modo como foi organizada e pela correspondência que guarda com os principais pressupostos do urbanismo moderno – isto é, embelezamento, higienização e racionalização do espaço urbano –, torna-se fonte de suma importância para a análise da *imagem de cidade* que se queria imprimir (oficialmente, *i.e.*, pelo poder público) a uma realidade ainda em construção.

Assim, em 8 de outubro de 1903 a Lei Municipal nº. 12 criava a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte, destinada a fazer cumprir as posturas e regulamentos constantes das leis e dos decretos municipais, proibindo, coagindo e punindo aqueles que os contrariassem. A fim de regulamentar a própria corporação e fazer conhecer aos componentes da turma os seus respectivos expedientes, a prefeitura de Belo Horizonte publica imediatamente da aprovação da lei nº. 12, em 1903, um manual de instruções para execução dos serviços. Em sua primeira disposição o documento declarava criada a turma de guardas e vigias municipais, dividindo-a em dois grupos

fundamentalmente, "(...) *sendo um de operários-vigias e outro de guardas municipais, cada um composto de quatro pessoas". [198]*

Como se vê tratava-se de corporação modesta do ponto de vista quantitativo, oito guardas apenas. Nada, porém, incompatível com a população de pouco mais de 15.000 habitantes àquele ano de 1903. [199] Interessa-nos mais diretamente os expedientes postos a cargo da turma, porque eles representam o aparato qualitativo do referido manual, já que se tratam do conjunto das intenções de se criar um espaço urbano ideal, originalmente forjado na planta de Aarão Reis e sua equipe, e já aí envolto a um discurso inegavelmente consistente de conformação do novo espaço público a partir de critérios de asseio, moral pública e inserção no mundo do trabalho. Homens e mulheres estariam a partir de então submetidos relativamente de súbito por um novo conjunto de modos de agir e se comportar no espaço da cidade. Aos guardas e vigias municipais caberia a nobre tarefa de tornar efetivo e real o impecável projeto da nova capital.

Em primeiro lugar, caberia aos guardas municipais proibir entre outras coisas:

> Que se dispensem na via publica materiais de construção que embaracem o transito ou as sarjetas, e bem assim os entulhos ou terras provenientes das obras, obrigando o depositante constructor, proprietário ou habitante da casa, conforme o caso verificado, a remover os materiaes no prazo que for fixado. Terminando este e não tendo sido realizado o serviço, lavra-se-á o auto de infracção, com a applicação da multa, nos termos do art. 59 e § das posturas approvadas pelo Dec. nº1.211, de 31 de outubro de 1898.[200]

---

[198] Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 3. APM, 30 FM 352 B CX.BH 2.
[199] Não tempos referências precisas para afirmarmos se houve aumento de pessoal da Turma conforme ia crescendo a população.
[200]Ibid, p. 4.

Essas proibições, ancoradas no conjunto das posturas municipais, revelam o expoente fundamental da constituição do espaço urbano na relação público/privado, ao mesmo tempo em que informam práticas policiais como veremos à frente. Os cidadãos haveriam de respeitar certos moldes que a cidade "aspirava" ter. Era por ela que transitavam carros, carroças, velocípedes e pessoas, olhos atentos e bisbilhoteiros a se reconhecerem nos trajes, nos modos, nas posses, nas companhias; era na via pública que a cidade acontecia de fato; ela era o espaço público, por excelência. A via pública era a ribalta no "espetáculo da modernidade" cujo ambiente, por excelência, era a "cidade moderna".

Nestas circunstâncias era forçoso, como se pode observar na citação acima, que não ficasse qualquer resquício de materiais de construção e outros objetos que entulhassem as ruas causando um duplo disparate em relação ao modelo de cidade que se pretendia imprimir ao plano da realidade concreta: primeiro, trata-se de cuidar para que não haja em circunstância alguma obstrução da via pública; segundo, trata-se de preservar a imagem de cidade que, insistimos, se quer limpa e admirável. Dessa maneira, proibia-se também,

> que se despejem lavagens ou se deixem correr águas servidas nas vias publicas; Que se tenham jardins lagos ou poços cujo fundo e paredes não sejam cimentadas e cujas águas não sejam renovadas por correntes continuas [e, ainda,] Que se tapem, mudem e estreitem as vias publicas.[201]

Esse trecho lembra-nos da tentativa deliberada do governo de manter fora do alcance da visada e do olfato da população elementos que contrariem o projeto de vida esterilizada e elegante, livre dos percalços da natureza orgânica, donde emanam os odores, a insalubridade e a doença.

[201] Idem.

Outra preocupação do poder público com relação à manutenção da imagem e da livre circulação nas ruas da cidade era com o tráfego de animais. Proibia-se deliberadamente, por exemplo, o trânsito de cães desacompanhados de seus donos, sem coleira e sem comprovante de registro junto à prefeitura municipal. A justificativa para esse tipo de proibição pautava-se na idéia de que a presença de tais animais sem obedecer tais regras comprometeria a imagem e a salubridade do meio público urbano, daí proibir igualmente

> Que se transitem ou estacionem sobre os passeios cavaleiros, animaes, carregadores com cargas, carroças e carrinhos e que se depositem nos passeios cargas ou quaesquer outros objectos que embaracem o transito; que se ande de velocípede pelos passeios e em disparada a cavallo ou de carro pelas ruas, avenidas e praças; que se amarrem animaes nas gradis dos portões, arvores e postes da eletricidade; que se toquem boiadas ou tropas soltas pelas ruas, salvo se vierem convenientemente guiadas e a passo (multa de 10$000 a 20$000).[202]

As vias públicas, como se pode observar, *deveriam* ser severamente vigiadas e as novas leis haveriam de ser seguidas de maneira implacável. Em uma das disposições das posturas municipais encontra-se o regulamento de veículos, cabendo aos guardas municipais e, é claro, à polícia fazê-los valer e ser respeitados. Os guardas municipais cuidariam mais uma vez para que não:

> (...) guiem vehiculos nas ruas indivíduos que não tragam a necessária licença, na forma do regulamento, (...) [obrigando] os guias e conductores de vehiculos a observar as disposições legaes quando ao transito de vehiculos nas ruas, e do asseio deste em emprego de animaes, (art. 68 e §§ das posturas e 6 n.9,7 nº 8, do Reg. nº 1377 de 3 de abril de 1890).[203]

---

[202] Idem.
[203] Idem.

Em 1913, um jornal informava sobre multa aplicada a três carroceiros em Belo Horizonte:

> Foram multados em 10$000, cada um, os carroceiros dos carros números 21, 27 e 44, que infringiram hontem o regulamento de vehiculos, trazendo as suas carruagens a contra mão em diversas ruas. Levou o facto ao conhecimento da polícia da 1ª. circunmscrição o inspector de vehiculos Orígenes Ribeiro de Carvalho.[204]

Está presente também entre as preocupações do poder público municipal a idéia de promover a total inserção em registro formal de agentes e ações, a fim de melhor regular o cotidiano urbano. É recorrente na letra das leis municipais essa preocupação com o comportamento previsível das pessoas e grupos, algo presente, conforme vimos, no próprio Código Penal de 1890. Manter a sociedade sob registro a tornaria de mais fácil vigilância e controle. Um exemplo marcante neste sentido pode ser encontrado na disposição nº. 10 do manual de instruções da turma de guardas municipais, à qual competia nunca permitir "que se estabeleçam nos logares públicos Kiosques ambulantes, *sem que os seus proprietários exhibam a respectiva licença* (grifos nossos)". [205]

A criação de uma rede de registros formais pode ser entendida como estratégia do governo para fazer surtir um duplo efeito de controle social: em primeiro lugar, como já enunciamos, os registros tornam conhecidos os agentes e suas ações, ficando mais fáceis e eficazes operações de vigilância e punição dos indivíduos; em segundo lugar, exigindo a inscrição, o governo coagia o cidadão a estar em dia com suas obrigações, além de fazê-lo cumprir minimamente as normas públicas, condicionantes de seu sucesso enquanto vendedor. Os Kiosques, por exemplo, muitas vezes

---

[204] A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dez. 1913, p. 2.
[205]Ibid, p. 5.

freqüentados por homens passíveis de ser considerados vagabundos pela polícia, poderiam existir em muito maior número – e na área central da cidade – se não fossem as normas para abertura e funcionamento dos mesmos.

Mas o poder público municipal não parecia dar conta das atividades exercidas pela população, ao que o mesmo responderia com uma vigilância enérgica e constante em relação às *ações sem registro* e, portanto, sem a devida licença. Caberia aos guardas municipais não permitir, por exemplo, a caça sem licença prévia a ser conseguida junto à prefeitura, sob pena de multa de 10$000, conforme prescrição do art. 70 das posturas municipais vigentes à época.

Todas essas obrigações, especialmente as últimas em que apresentamos a recorrência da preocupação em regrar o mundo das atividades não registradas e não formalizadas, apontam para a formação de uma rede burocrática que se *pretende* eficiente, que tudo vê, que tudo registra, que tem previsibilidade e, portanto, controle sobre a dinâmica citadina. O espaço urbano e as atividades humanas dentro deste espaço passam a constar da ordem do dia de um poder público aflito por manter em suas mãos o itinerário de uma cidade, cujos descaminhos, conquanto fossem reais, haveriam de ser vigiados, atenuados e, ao cabo, punidos. A lista de obrigações dos guardas municipais expõe o desejo do governo de regulamentação da vida pública, a fim de manter a cidade devidamente conhecida nas mais inusitadas nuanças, registrando tudo e todos. Essa intenção expressa a necessidade de não permitir certas atividades sem licenciamento, mas sugere também que essas atividades já fossem corriqueiras, demandando, por isso mesmo, vigilância e jurisdição.

Se considerarmos que a cidade encontrava-se ainda em vias de construção do ponto de vista concreto – i.e., infra-estrutura, prédios, passeios, muros, ruas – não fica difícil de inferir a existência de conflito entre o formal e o informal, o público e o privado. O

indivíduo que eventualmente é encontrado consertando instalações sanitárias ou de fornecimento de energia elétrica poderia ser autuado pelo guarda municipal. Isso parece sugerir que o mesmo haveria de deixar ao Estado certas competências que não eram dele. Mas a própria incidência de pessoas dando-se ao trabalho de consertar um encanamento aponta para a existência de irregularidades, senão abstinência, desses benefícios de infra-estrutura, em algumas áreas da cidade.

Esmoleiros e indigentes também estavam na mira dos guardas municipais. Havia um "Regulamento dos Mendigos", aprovado em 1900, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Benjamin Franklin Silviano Brandão, no qual se lia: "nenhum indivíduo poderá pedir esmolas no distrito da cidade sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da prefeitura". [206] Assim, aos guardas municipais competiria "Impedir que esmolem na cidade indigentes que não estejam matriculados". [207]

Em Belo Horizonte, a mendicância era tolerada, mas somente em hora, dia e local próprios, previstos pelo poder público municipal, através do mesmo *Regulamento dos Mendigos*. Quando identificado pela guarda municipal ou pela polícia o mendigo passava por uma avaliação, a partir da qual se resolvia o seu destino. Se identificado como vadio era preso e processado conforme manda a lei, e passaria (ao menos em tese) a ser vigiado e coagido ao mundo do trabalho regular; se fosse constatada a sua inaptidão para o trabalho receberia, conforme regulamento municipal, a licença para exercer a mendicidade.

O mendigo, assim que realizasse sua inscrição na Prefeitura, receberia uma placa de identificação com a designação "Mendigo", a

---

[206] Regulamento dos Mendigos, 1900, *apud* ANDRADE, 1987:24.

[207] Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 8.

qual deveria trazer no peito de modo que fosse reconhecido de imediato. Recebia também um bilhete de identidade onde constavam seus dados pessoais e o local em que poderia exercer a mendicância. Esse quadro reflete uma atitude de tolerância por parte de uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo. Mas o mesmo regulamento, além de vigiar austeramente os "mendigos farsantes", prevê a proibição irrevogável da exibição de escrófulas, chagas e deformidades.

As demandas da cidade definiam-se à medida que a sociedade ia se estabelecendo no espaço urbano. A cidade, complexa se fitada na perspectiva da diversidade de crenças, hábitos, comportamentos, posses e valores, exibia suas demandas e suas mazelas, dentro e fora do mundo do trabalho. A nova ordem que se consolidava, conforme pudemos observar, partia de duas preocupações básicas, a saber: a promoção e manutenção da moral pública, pautada no asseio e na eliminação de atos, lugares, pessoas e comportamentos não desejados; e o disciplinamento e controle da vida cotidiana dos cidadãos pobres, compelindo-os ao mundo do trabalho. Era preciso cuidar para que a cidade não fosse tomada pelo livre trânsito de animais; era preciso regulamentar as vias públicas, levando à população (ainda envolta a hábitos de uma vida rural) as leis que haveriam então de ser cumpridas; era também necessário proibir que pessoas quaisquer realizassem serviços exclusivos do poder público; enfim, o Estado se impunha como agente de transformação e consolidação de uma ordem nova desejada e consentida em grande parte por setores proprietários da sociedade belo-horizontina.

Assim, estava na ordem do dia de guardas, vigias e policiais consolidar um senso de ordem urbana pleno de sentido se observado a partir do discurso da moral e da disciplina. Aos profissionais da ordem no centro urbano estava posta a tarefa de proteger a "sociedade de bem" do estorvo de bêbedos desordeiros e da "imoralidade" de prostitutas; das lamentações dos mendigos e da

imagem incômoda (e deplorável) de dementes e escrofulosos; punir, igualmente, a vadiagem e prezar para que o trabalho ordeiro e regular triunfasse como bastião maior *da* ordem, ou antes, de *uma* ordem, ainda em construção, debatendo-se com a realidade fora dela, menos efetiva do que desejada.

A Dinâmica Partidária no Processo de Formação do Estado Nacional (1841-1843)

Glauber Miranda Florindo
Graduando – Universidade Federal de Viçosa
gmfhis@gmail.com

É proposta do trabalho que estamos desenvolvendo analisar o modo como é organizado o Poder Judiciário a partir 1841. Temos como hipótese que a mudanças ocorridas se justificam pela tentativa de dar maior centralidade á Coroa e garantir uma estrutura segura para o processo de formação do Estado que se desenvolvia naquele período. Pensamos o Poder Judiciário como um lócus de disputas políticas partidárias locais que nem sempre serviriam aos desígnios da Coroa e, portanto, seria intento da Monarquia instituir uma maior estruturação sobre este setor. Nesse sentido é nossa intenção ressaltar que o estudo acerca da organização judiciária, ocorrida na primeira metade dos oitocentos, pelo prisma da temática da formação do Estado no Brasil pode trazer á baila questões, como por exemplo, a dinâmica partidária do Império, a qual exploraremos nesse texto.

José Murilo de Carvalho defende que somente a partir de 1837, em consequência da descentralização trazida pelo Código de processo Criminal em 1832 e pelo Ato Adicional em 1834, e também em decorrência das rebeliões durante a Regência, se poderia falar da existência de partidos políticos no Brasil[208]. A partir de então surgiria dois partidos: o Conservador, liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos que defendia as reformas das "leis de descentralização"

---

[208] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.204

através do que ele intitulava como “regresso”. E o segundo partido, que defendia a descentralização, intitulado de Liberal[209].

Segundo o autor, apenas em 1864 foi elaborado o primeiro programa partidário, pelo partido Progressista, porém até 1864, os programas dos partidos Liberal e Conservador só podem ser inferidos, alega Carvalho, através dos discursos e programas governamentais de seus líderes,[210] dessa forma as divergências entre ambos são, quase em sua totalidade, acerca das tensões entre questões de centralização e descentralização[211].

Para entendermos a amplitude da discussão lançada por Carvalho, sobre o papel dos partidos no que diz respeito à consolidação da ordem estatal, é importante considerar que os “matizes da ordem”: padres, soldados e juízes, ou seja, os integrantes da elite burocrática imperial possuíam alguns compromissos em comum: “O fortalecimento do estado, a visão nacional, a oposição ao localismo, ao predomínio excessivos de grupos ou setores de classe”[212].

Desse modo, na visão do autor, os partidos políticos representariam a amplitude da elite imperial e até mesmo a clivagens advindas de uma elite não-burocrática (profissionais liberais)[213]. Assim, sintetiza J. M. de Carvalho: “(...) o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra” [214].

Outra série de dados elencados pelo autor, diz sobre a origem provincial dos partidários. Os conservadores eram, em sua maioria, advindos das províncias da Bahia, Rio de Janeiro e de Pernambuco,

---

[209]*Ibidem*. p.204
[210]*Ibidem*. p.205
[211]*Ibidem*. p.206
[212]*Ibidem*. p.194
[213]*Ibidem*. p.224
[214]*Ibidem*. p. 212

enquanto os liberais se dividiam entre o resto das províncias, mas com uma maior concentração nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio grande do Sul.[215]

No que diz respeito à filiação partidária, Carvalho alega que o Rio de janeiro era predominantemente conservador, enquanto a Bahia e Pernambuco se dividiam entre conservadores e liberais e Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul era de predominância Liberal.[216]

Oriundos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os componentes do partido conservador, em sua maioria, burocratas e comerciantes, teriam sido os principais responsáveis pelas investidas que buscavam implementar uma política centralizadora. Tais atitudes se justificariam por esses estados terem uma boa posição econômica, politica e administrativa durante a colônia, também pelo fato de que nessas províncias teriam um número significativo de comerciantes voltados para exportação e com uma tradição menos provinciana, e por fim pelo fato destas províncias terem sido palco de revoltas regenciais, e por isso os políticos que as representavam teriam mais preocupação com a ordem.[217]

A oposição, aos que defendiam uma maior centralização, vinha das províncias de São Paulo, Rio grande do Sul e Minas Gerais, o comércio nestas províncias era voltado para o mercado interno, havia menos pessoas com educação superior. [218] O Rio grande do Sul era contrario a politica tributaria do Império, enquanto a oposição de São Paulo se sustentava sobre a tradição de poder local nas mãos dos donos de terra. E completa Carvalho:

> A oposição mineira provinha tanto da grande propriedade rural como da tradição de liberalismo de seus velhos núcleos urbanos gerados

[215]*Ibidem.* p. 217
[216]*Ibidem.* p. 217
[217]*Ibidem.* p. 220
[218]*Ibidem.* p. 220

> pela economia mineradora. Até o desenvolvimento maior da economia cafeeira em Minas, a corrente politica dominante no estado foi o liberalismo destas velhas cidades, cuja expressão máxima foi Teófilo Ottoni.[219]

Em resumo, a posição de José Murilo de Carvalho a cerca da questão partidária no Império é a de que os grupos que formariam os partidos, Liberal e Conservador, tiveram suas diferenças delineadas, dentre outras coisas, por suas origens regionais e sociais.

Em contraponto a J. Murilo de Carvalho, outros autores não vêm nos partidos Conservador e Liberal diferenças além das ideológicas. É o caso de Caio Prado Júnior. Ao tratar dos partidos que se articulariam após a Maioridade, o autor argumenta que todos teriam o mesmo caráter, apesar de se autodenominarem como Conservador e Liberal, tais grupos não se diferenciariam mais do que somente pelo nome, esse seria um motivo para o fato de, naquele período, de não se estranhar a mudança de grupo por parte de algum partidário.[220]

Segundo Nestor Duarte, outro autor que se insere nessa linha de pensamento, o poder politico do senhoriato teria continuado no Império, ou seja, o poder era um monopólio da propriedade senhorial, que seria consequentemente a principal constituidora da "classe politica imperial" [221], juntamente com outros segmentos da sociedade advindos de outras origens como padres e letrados, que embora tivessem origens diferentes defendiam as mesmas empreitadas. [222]

Os conflitos internos entre essa dita "classe politica imperial" se dariam exclusivamente no campo da ideologia, na prática haveria um

---

[219] *Ibidem*. p. 221
[220] PRADO JÚNIOR. Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. p. 81.
[221] DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição a Sociologia Brasileira*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. p. 96
[222]*Ibidem*. p.96

abismo entre o “pensamento que concebe e modela e modela e a ação que o realiza”.[223]

Porém o autor chama a atenção para o fato de que esse idealismo, embora não posto em prática, teria sido o primeiro esforço de tornar a politica algo impessoal, teria sido o primeiro marco definidor e diferenciador do nosso sentido político.[224]

É importante considerarmos que as análises dos autores citados acima dizem respeito somente à Corte, o que faz com que surja a questão: Qual a relação dos partidos da Corte com os partidos nas localidades? São interessantes, acerca da relação centro - localidade, as interpretações de Maria Isaura pereira de Queiroz e Fernando Uricoechea que buscam entender essa dinâmica partidária levando em consideração a relação do centro com as localidades.

Para Maria Isaura pereira de Queiroz a máxima do tempo do Império se fazia valer: “não há nada de tão semelhante a um conservador quanto um liberal no poder”[225]. A autora explica que o partido Conservador se formaria após o fim da Regência, quando, devido às exportações de café, o Brasil viveria uma prosperidade econômica em que a paz e a ordem eras almejadas por parte dos grandes cafeicultores, o partido Conservador seria resultado deste desejo.[226]

Já o partido Liberal se comporia de elementos distintos como “velhos liberais” que teriam características conservadoras, mas estaria preso ao partido por lealdade e “liberais exaltados” que proporiam ideias radicais para a realidade ex-colonial brasileira.[227]

No entanto, Maria Isaura Pereira de Queiroz, defende que quando o partido Liberal subia ao poder os componentes

---

[223]*Ibidem*. p.96
[224]*Ibidem*. p.97
[225] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. p. 75
[226]*Ibidem*. p.76
[227]*Ibidem*. p.76

conservadores nele freariam os impulsos radicais e utópicos. Isso devido o “forte elemento rural” nele inserido: “Estes membros do partido Liberal tinham os caracteres marcantes dos conservadores”.[228]

Enfim, para a autora:

> Os partidos imperiais foram o manto sob o qual se escondeu a força dos chefes locais; sua realidade como “partido político”, no sentido de arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não existiu; Liberais, Conservadores, as ideias de seus membros não apresentavam diversidade palpável.[229]

Outra questão tratada pela autora é a articulação entre os partidos e os municípios, os fazendeiros votariam de acordo com os seus interesses e independente de partidos, seria comum dentro dos municípios as lideranças liberais se uniriam, em determinadas ocasiões, aos conservadores em prol de interesses particulares. Os parlamentares também não votariam sob as “diretrizes” de seus respectivos partidos, mas sim de acordo com os interesses dos grupos os quais cada qual representaria.[230]

Segundo Ilmar Rohloff de Matos a elite brasileira se assentava sobre a grande propriedade e a constituição partidária não fugiria dessa lógica estabelecida por laços matrimoniais entre as famílias da grande agricultura, desse modo as divisões e diferenças entre partidos não ultrapassariam certos limites já bem definidos por essas “dinastias Cafeeiras”.[231] O autor também chama atenção para a capacidade dessas famílias de cooptarem bacharéis, que não tinham sua origem na grande propriedade, para as representarem.[232]

---

[228]*Ibidem*. p.76
[229]*Ibidem*. p.79
[230]*Ibidem*. p.77
[231]MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ªedição. Rio de Janeiro: Access editora, 1999. p.63
[232]*Ibidem.* p.63

Segundo o autor, deve-se entender a dinâmica partidária no Império de forma dialética e hierarquizada:

> A historiografia, contudo, ainda hoje parece não perceber assim. Ora insiste unicamente na semelhança entre Luzias e Saquaremas; ora sublinha apenas a diferença entre conservadores e liberais, quase sempre ignora a relação hierarquizada que se estabeleceu entre ambos.[233]

Desse modo, Ilmar Rohloff de Mattos coloca que o objetivo dos partidos seriam monopolizar as "faces do governo" [234] (Casa e Estado, em linhas gerais: Casa = Região, patrimonialismo, lideranças locais; Estado = Centro, burocratização, centralização do poder). Essa disputa, segundo autor, teria sido ganha sempre pelos Saquaremas, não que os Luzias não tivessem tido gabinetes ou não tivessem participado do governo, mas sim por fracassarem com seu projeto de direção, por não terem, mesmo quando presidiam gabinetes, interromper o projeto de direção Saquarema.[235]

Uma vez o projeto de direção Saquarema ter sido vencedor, o autor propõe uma nova forma de se entender a política partidária no Império: levando em conta que haveria uma disputa entre as classes senhoriais, representadas pelos Luzias,[236] e o Governo, sobretudo, composto por Saquaremas, Ilmar Rohloff de Mattos propõe pensar a Coroa como um Partido que buscaria consolidar o "poder político público" e extinguir o "poder político privado".[237]

Podemos separar os autores tratados acima em quatro grupos distintos, José Murilo de Carvalho pensa a questão partidária levando em consideração a origem social, econômica e regional dos partidários. Caio Prado Júnior e Nestor Duarte não percebem

---

[233]*Ibidem.* p.122
[234]*Ibidem.* p.124
[235]*Ibidem.* p.146-147
[236]*Ibidem.* p.154
[237]*Ibidem.* p.159

diferenças práticas entre os partidos do Império, para esses autores as diferenças não ultrapassam o campo das ideologias. Já para Maria Isaura Pereira de Queiroz apesar de não existirem diferenças palpáveis entre os ditos partidos, haveria uma relação negociada entre os grupos do governo central e os grupos locais. Por fim, o autor que mais destoa dos anteriores é Ilmar Rohloff de Mattos, para o autor é importante perceber que entre os partidos no Império há via mais que diferenças, havia uma hierarquia que fez com que os vencedores das disputas imprimissem seu projeto de Estado no decorrer do Império de tal forma que o próprio governo poderia ser entendido como um partido que iria contra os poderes políticos privados.

Após a exposição bibliográfica desenvolvida, retomaremos a questão proposta no inicio deste texto: o que os homens da primeira metade do XIX entendiam por “partido” e “facção”?

Utilizaremos para isso as discussões do Senado sobre os projetos de reforma do Código Criminal e do Código do Processo Criminal. Com base nas fontes descritas acima podemos esboçar algumas conclusões. Através das discussões do Senado é possível identificarmos três ideias distintas acerca do que seria “partido” ou “facção”: 1) facção do governo; 2) facção da oposição; 3) facções locais. Sendo que essas diferenças não se mostram somente de forma horizontal, mas também de forma vertical.

Primeiramente no âmbito do legislativo podemos inferir que a dinâmica se dá entre governo (maioria) e oposição (minoria), embora a oposição não pactuasse com o gabinete ela se inseria no corpo do governo, uma vez que a oposição subisse ao poder ela deixaria de ser a minoria ou então se dissolvia, em tese, o governo só funcionaria em consonância a uma maioria no legislativo, podemos indicar isso se observamos a discussão que se travou no Senado entre Holanda Cavalcanti e Bernardo Pereira de Vasconcelos:

> Eu não sei que as minorias tenham perturbado o País, e essas mesmas minorias se têm tornado maiorias. Eu li um discurso do nobre ex-ministro [Bernardo Pereira de Vasconcelos] em que dizia ter pertencido a oposição passada, qual era maioria... O Sr. Vasconcelos: - Mas não era turbulenta. O Sr. Holanda: - Não, não era turbulenta; mas mudou o sistema: É necessário não confundirmos, não darmos às coisas nomes que elas não têm: a minoria tem seus direitos; e quando ela obra dentro dos seus verdadeiros limites, quando prova ao País que a administração não desempenha seus deveres, esta deve abandonar o posto.[238]

Respondendo a Cavalcanti, Vasconcelos diz: "O que eu entendo é que à maioria pertence governar; esta minha opinião é antiga: quando a minoria pode fazer-se maioria, eis aí a minoria governando, porém já em maioria"[239].

Mas outro aspecto dessa dinâmica transparece nas fontes, se na estância legislativa era natural e até benéfico o governo, em sentido lato, ser composto por uma maioria governista e uma minoria de oposição, em outras estâncias esse entendimento mudava de tom. Conforme vimos nos debates, o Projeto de Reforma que estava sendo discutido teria como principal objetivo evitar que os governos locais fossem compostos por grupos oposicionistas ao governo central. Isso se confirma em 1841 a um mês da votação e aprovação da Lei de Reforma do Código do Processo Criminal, na ocasião o Ministro da Justiça Paulino José faz um discurso na Câmara defendendo a aprovação do projeto. O ministro faz uma enumeração sobre as deficiências da organização judiciária em vigor até então. Um dos problemas por ele indicado é a influência do partidarismo.

> Os juízes de paz, que a constituição parece haver querido reduzir às conciliações, são de eleição popular. A nossa legislação atual

---

[238] *ANAIS do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1840, livro 3. P.73. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp
[239] *Ibidem*. P. 78

> depositou nas suas mãos toda a autoridade criminal, e exclusivamente a arma das pronuncias, de todas a mais forte é a mais terrível. As câmaras municipais eleitas os municípios, são as que propõem, em lista tríplice, os juízes municipais, de órfãos e promotores, e organizam a lista de jurados. Assim quase toda a justiça nasce e forma-se nos municípios por uma maneira quase independente (...)[240].

Sendo as nomeações feitas a partir das localidades, segundo o ministro, o partido político que estava no governo faria com que se elegessem apenas partidários seus, e numa eventual troca de bancada, haveria conflitos entre os poderes. Pois quando fossem feitas as nomeações que eram de competência do Estado central, haveria má disposição por parte dos funcionários que tivessem sido nomeados pelo governo anterior[241].

> Naquelas províncias de que acima falei [que fizeram uso de preferências partidárias na nomeação], em cuja as eleições preponderou a opinião contraria, hão de encontrar nos agentes forçados de policia de que tem de servi-se má vontade, indisposições, obstáculos e mesmo hostilidade.[242]

Portanto, podemos sugerir que quando se tratava do governo central a existência de grupos contrários ao grupo no governo pode ser entendida como parte deste governo, enquanto que a medida que se distancia da Corte e os governo se tornam locais se faz necessário a representação do governo central nas localidades ou do contrário - o governo local sendo oposicionista ao governo central - esses grupos passam a ser entendidos como minorias que defendem interesses que não são os do país. Não se encontra no decorrer dessas discussões nenhuma declaração acerca dos ditos partidos

---

[240] BRASIL. *Anais da Câmara do Srs. Deputados Quarto ano da quarta legislatura sessão de 1841*. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1884, tomo III. P. 810.
[241]*Ibidem*. P.810
[242]*Ibidem*. P.810

“Conservador” e “Liberal”, embora apareçam muitas expressões como “facções”, “minorias turbulentas” e “pequenos círculos”. Assim, nos vemos diante de outra questão: a historiografia, grosso modo, estaria projetando para o início do Império uma diferença que só viria a se estabelecer no final do XIX? As fontes nos sugerem que para além desse famoso binômio partidário a existência de grupos de interesses que se articulavam no poder do Estado era a normalidade, porém não podemos ir além dessas pequenas inferências, pois se faz necessária uma pesquisa mais profunda acerca do assunto.

A esquerda militar na Guerrilha do Caparaó: movimento de resistência à Ditadura Militar

Márcio F. de Carvalho
Graduando em História pela UFV/MG

A história do grupo de guerrilheiros formada por ex-militares na serra de Caparaó em resistência a ditadura militar apesar de sua importância ainda continua desconhecido do público brasileiro. Ocorrida entre os anos de 1966 e 1967 esta guerrilha foi de acordo com alguns autores o primeiro movimento armado em oposição ao governo militar, tal guerrilha ficou conhecida como a Guerrilha do Caparaó.

Para que se identifique a Guerrilha de Caparaó como marco fundamental na história contemporânea como grande motivadora da explosão de diversos movimentos de resistência em todo o Brasil, será preciso entender sua origem, trajetória até sua eminente queda em abril de 1967, portanto a história do grupo de guerrilheiros em Caparaó ainda precisa ser muito discutida afim de que se possa reconhecê-la como um movimento que fomentaria a resistência em todo território nacional.

Neste trabalho iremos então analisar a organização da esquerda militar a partir da Guerrilha do Caparaó e o que procurarei então é analisar a guerrilha desde sua formação passando pelos anos de atuação na serra e por fim a queda após aproximadamente um ano de seu começo.

Antecedendo ao golpe tivemos alguns movimentos que demonstravam descontentamentos dentro da corporação militar, dos quais três destes foram o dos oficiais nacionalistas, o dos sargentos e o dos marinheiros e fuzileiros navais. Não foi “gradualmente” que eles perderam espaço dentro das Forças Armadas, mas de um só golpe, o de 31 de março de 1964.

A organização da guerrilha se inicia quando ex-militaresapóiam Brizola em uma tentativa de levante no Rio Grande do Sul, pois o então ex-governador era favorável ao levante realizado pelo Sul, porem na véspera, um dos capitães da companhia, na madrugada, tem uma disenteria nervosa, e conta ao coronel-comandante que vai participar de um levante no dia seguinte. Porto Alegre ficou em pânico, e inviabilizou o levante. Após o fracasso do levante Brizola é convencido a viabilizar uma guerrilha rural.

Portanto estes ex-militares organizaram um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó, região situada entre Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando do ex-sargento do Exército Amadeu Felipe. “Sob a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tentava-se preparar ainda mais duas frentes: uma no Mato Grosso e outra no planalto central, que ficou nucleada na região de Imperatriz, no Maranhão. Ambas seriam comandadas por ex-marinheiros com cursos realizados em Cuba – Marco Antônio da Silva Lima e José Duarte, respectivamente” [243]. Segundo Flávio Tavares, “o foco do planalto teria a participação maciça de ex-marinheiros e fuzileiros navais, ambas foram desarticuladas devido ao fracasso de Caparaó e por não poder contar mais com o apoio de Brizola” [244]·.

A área escolhida para a instalação da força guerrilheira ficava na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo e era quase sempre tomada pelas sombras. “Ocupava uma faixa de 1.200 a 1.300 metros de altitude, com 77 quilômetros de extensão e já tinha sido explorada pela Política Operária (POLOP). Foi considerada ideal para o treinamento dos guerrilheiros sob o comando de Amadeu Felipe” [245]

---

[243]ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.p.29.

[244] TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. 4a ed. São Paulo: Globo, 1999.

[245] REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó.** São Paulo: Alfa- Omega, 1980.

A escolha pela região do Caparaó era estratégica, pois acreditava se que poderia se repetir a conquista cubana em território brasileiro. Os militantes contrários a ditadura se inspiravam abertamente na teoria do “foquismo” de Che Guevara, segundo a qual a criação de “focos” de guerrilha poderia produzir um movimento revolucionário da mesma intensidade do que aconteceu em Cuba, onde Fidel Castro e seus seguidores conseguiram derrubar o presidente Fulgêncio Batista e tomar o poder em 1959.

A comparação a Cuba é o fato de se fazer uma revolução a partir da zona rural partindo de um movimento da serra para a cidade, porém em Cuba os moradores entenderam o que estava acontecendo e se solidarizaram na luta, diferentemente no Brasil onde os moradores tinham medo dos guerrilheiros e sofriam forte influência de soldados que ditavam naquele momento a ordem social.

Há também relatos de um suposto apoio cubano ao movimento liderado por Brizola. O apoio de Cuba se deu supostamente através de treinamentos de guerrilha, porém a hipóteses de um possível dinheiro que teria sido enviado por Fidel aos cuidados de Brizola, como tratara Denise Rollemberg em seu livro “O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro”. “A colaboraçao cubanaem meados a década de 60 voltou-se para a resistência liderada por Leonel Brizola no Uruguai que inicialmente, era contra a organização de guerrilhas e sob orientação de Cuba e planejava invadir o Brasil pelo Rio Grande do Sul.O sucesso da ação seria garantido pela adesão dos militares insatisfeitos com o golpe” [246].

Os arquivos militares da época relatam o patrocínio de Fidel Castro a três focos guerrilheiros a partir de 1966, tendo o ex-governador à frente. Um em Mato Grosso, próximo à Bolívia, serviria de apoio ao grupo de Che Guevara. Outro no norte de Goiás,

---

[246]ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.p.29.

e o mais famoso deles na Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Outra questão importante de se lembrar é o fato de que na região do Caparaó a população não entendia qual o verdadeiro motivo do qual buscavam aqueles “comunistas”. Como relata Plínio Guimarães “O drama dos moradores começara em novembro de 1966, quando integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) se instalaram no interior do Parque Nacional de Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Seu objetivo: derrubar pelas armas o governo instalado no país dois anos antes, com o golpe de 1964. Os guerrilheiros pretendiam conquistar o apoio da população local, que acreditavam estar, talvez, tão descontente quanto eles com a conjuntura política. Mas estavam totalmente enganados. Se seu sonho era derrotar a ditadura, para os habitantes da região sua presença acabou se transformando num pesadelo” [247].

Menos de um ano de atuação na serra e a guerrilha cairia sem ter tido de fato um confronto armado contra os militares.

A prisão dos guerrilheiros da Serra de Caparaó provocou o esfalecimento do Movimento Revolucionário Nacionalista (MNR) e uma profunda divisão entre eles. [248]

Depois da queda da guerrilha, o MNR foi reestruturado apenas em São Paulo sob o comando do companheiro Onofre Pinto responsável, então, pela seção regional do movimento. [249]

A tentativa de derrubar a ditadura a partir da Guerrilha do Caparaó iria fracassar, mas o que se pode perceber do ponto de vista estratégico é que com o movimento de Caparaó há uma visibilidade

---

[247] GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a guerrilha do Caparaó / Plínio Ferreira Guimarães. – 2006.
[248] REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó.** São Paulo: Alfa- Omega, 1980.
[249] *Ibidem*, p.61.

de que nem todos no Brasil estavam satisfeitos com o sistema implantado pelos militares em 1964.

Metodologia

O trabalho metodológico realizado nesta pesquisa desdobra-se em análises de documentos referentes ao período da ditadura militar brasileira e na utilização da História Oral.

No que se refere aos documentos foram pesquisados os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), na documentação existente no Arquivo Público Mineiro (APM) e no Museu Histórico Polícia Militar Minas Gerais (MHPM) sendo esta acessibilidade, porém restrita em informações principalmente pelo fato de ainda hoje mesmo após mais de vinte e cinco anos do fim do regime militar ainda encontrarem-se fechados ao acesso público o que prejudica não somente os pesquisadores do período da ditadura, mas ferem todos os princípios de cidadania no que diz respeito aos direitos humanos referindo-me, por exemplo, o caso das famílias de envolvidos que se quer podem descansar por não saberem de fato o que realmente aconteceu com seus familiares.

Já a utilização do método de História Oral, devido a restrição de se pesquisar tais documentos tem sido fundamental para esta pesquisa, lembrando que a História Oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto, desdobra-se em entrevistas, transcrições e cuidados com o estabelecimento de textos/documentos.

Porém as fontes orais de modo algum devem ser tomadas numa perspectiva de oposição às fontes escritas. Pois, como afirma Portelli “na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes.” [250] Portanto neste trabalho procuraremos tanto

---

[250] PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: ***Projeto História*.** São Paulo, nº. 14, 1997.p.25.

trabalhar com a História Oral quanto com documentos referentes ao regime da ditadura militar brasileira entendendo a importância de ambas as fontes para este trabalho.

Considerações Finais

O papel dos guerrilheiros era limitado, de um lado, por medidas de segurança, de outro, por não haver uma cumplicidade dos moradores da região. A intenção de tal guerrilheiros em Caparaó ainda é algo para ser muito estudado pela historiografia recente, pois com certeza tal movimento possibilitou a outras organizações perceberem que era viável resistir em meio a um governo repressor.

A Guerrilha do Caparaó foi para alguns uma tentativa frustrada de resistir ao golpe, no entanto se observarmos que desde sua escolha territorial, sua organização no entorno da serra, a área de estoque tanto de alimentos quanto de armas o que podemos observar é que o grupo de ex-militares alcançou uma significativa expressão em todo território nacional.

Fontes consultadas

Arquivos do DOPS/ Arquivo Público Mineiro – Documentos sobre ação comunista em Manhumirim.

Arquivos do DOPS/ Arquivo Público Mineiro – Documentos referentes aos envolvidos na Guerrilha de Caparaó.

Hemeroteca Pública Estadual de Belo Horizonte – Jornais: “O Globo”, “Estado de Minas”, “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “Última Hora”, “Tribuna da Imprensa” e “Diário”.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Ouvir e Contar: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_______________. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_______________. “Histórias dentro da História” in PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BOBBIO Norberto. Direita e esquerda razões e significados de uma distinção política.

BOITEUX, Bayard Demaria. A Guerrilha do Caparaó e outros relatos. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.il.

BOSI, Ecléa. Sociedade e memória: lembranças de velhos. São Paulo, T. A Queiroz, 1979.

CAMARGO, Aspásia- 1994-“Historia oral e política”, in: Ferreira, Marieta de Moraes (org.), Historia oral e multidisciplinaridade: Rio de Janeiro, Diadorim/FINEP, p75-99.

CAPARAÓ. Direção e roteiro: Flavio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

CAPITANI, Avelino Bioen. A rebelião dos marinheiros. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

COSTA, José Caldas da. Caparaó- a primeira guerrilha contra a ditadura.Prefacio de Carlos Heitor Cony. São Paulo: Boitempo, 2001. ISBN: 978-85-7559-095-9.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro. Revan/ Fapesp, 2002.

FICO, C. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a guerrilha do Caparaó / Plínio Ferreira Guimarães. – 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, s/d. pp. 423-477.

MACIEL, WilmaAntunes. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1964-1974).mestrado**

MORAES, João Quartin. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

____________________. **A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna.** São Paulo: Siciliano, 1994.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castelo. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos de Brasília.** São Paulo. Expressão Popular, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, 5 (10), p. 200-212, 1992.

________________. Memória, esquecimento e silêncio. ***Estudos Históricos*****,** Rio de Janeiro, 2 (3), p .3-15, 1989

AMADO, Janaína (orgs.). Usos *e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 103-130

________________. "Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade". In: ***Projeto História*****.** São Paulo, nº.14, 1997.

REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

________________________. **Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores**. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.

P. S. (Orgs.) O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004, pp.53-66.

REIS FILHO, Daniel Aarão. ***A revolução faltou ao encontro*.** São Paulo: Brasiliense, 1990;

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** 4a ed. São Paulo: Globo, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUPERMAN, Esther. **A guerrilha do Caparaó (1966-1967).** Rio de Janeiro, 1992. Dissertaçao (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Leitura, transcrição e analise de manuscritos (Carta de Alforria – 1855): contribuições para a pesquisa histórica

Marcio Xavier Correa
Mestrando em História – UFJF
marcioxcorrea@yahoo.com.br

I – Os recortes

É imperativo que os estudos históricos estabeleçam recortes e os justifiquem, situando assim o leitor no tempo e no espaço, bem como no tema em estudo. Atendendo esta exigência é pertinente afirmar que se pretende aqui sistematizar algumas reflexões sobre metodologias da pesquisa histórica, a partir do estudo particular de uma espécie documental, a carta de alforria. Portanto fica estabelecido que o recorte temático se faça pelo viés metodológico, pensando na discussão de um modo de se proceder a pesquisa em história, não sendo realizada aqui a interpretação exaustiva do teor documental. Como se trata de uma carta de alforria naturalmente que esta fonte se presta de maneira geral a estudos relativos à escravidão, permitindo realizar inferências sobre as atitudes, formas de interação entre os agentes históricos e condicionantes sócio-comportamentais relativas ao processo de libertação do alforriado.

A dimensão temporal situa-se na segunda metade do século XIX, em particular no ano de 1855, ou seja, cinco anos após a promulgação da lei de 1850, relativa ao fim do tráfico de escravos. A dimensão espacial remete ao Rio de Janeiro, constando na carta o endereço do proprietário concedente da alforria. Este residia na urbe, o que é importante analisar visto que se trata então da libertação de um cativo que servia no âmbito domestico em ambiente citadino. Deve-se salientar que a dimensão do trabalho escravo extrapolava o âmbito domestico e urbano, sendo que qualquer inferência a partir da

fonte em questão não se aplica a condições sociais do escravo do eito. Por fim ressalta-se que a opção por um único exemplar documental não sustenta uma pesquisa histórica, mas suporta um estudo de caráter didático cuja contribuição principal é testar procedimentos que serão aplicados sobre massa documental significativa quando oportuno.

II – Fontes, metodologias e pesquisa histórica

Inicialmente considera-se que "... o documento é a base para o julgamento histórico" [251], portanto não se faz história sem o recurso a documentação. Para iniciar uma abordagem que pretenda abarcar a questão da pesquisa histórica e, por extensão a discorrer sobre fontes e suas metodologias, considera-se que a "... pesquisa histórica no Brasil, com metodologia e reflexão cientifica, é fenômeno recente, nascendo a partir dos anos [19]30...".[252] A partir deste período, novas propostas analíticas surgiram no meio historiográfico pela incorporação de novas fontes e conseqüentemente da elaboração de novos aportes teóricos e metodológicos capazes de viabilizar a interpretação de documentos ate então inéditos nas obras dos historiadores: diários, correspondências, fotografias, pinturas, depoimentos, audiovisuais, biografias, periódicos, cultura material... Novos sujeitos históricos também surgem e as pesquisas se ampliam abarcando novos temas, revelando agentes mantidos na margem da história, resgatados individual ou coletivamente. Esta renovação pode ser relacionada com as mudanças que também ocorriam na historiografia francesa, indicando a incorporação de idéias. Neste sentido, é necessário apontar

---

[251] KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9.

[252] MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2010. p. 39.

> [...] uma surpreendente afinidade e coincidência temática e metodológica entre Sérgio [Buarque de Holanda] e os fundadores da moderna historiografia francesa (...) Marc Bloch, LucienFebvre e, já na segunda geração, Fernand Braudel. A vida material, as mentalidades, o imaginário foram objetos que se impuseram a um e aos outros na mesma época, e certamente em decorrência das leituras semelhantes que todos faziam então, combinando história, sociologia e antropologia. Gilberto Freyre foi um precursor da moderna história das mentalidadese da nova história cultural; Sérgio foi um dos seus criadores, e o fez simultaneamente aos franceses, mesmo que os autores a guiarem-no tenham sido diferentes".[253]

Todavia, é possível afirmar que a influencia historiográfica francesa se fez sentir no Brasil, em particular na ampliação temática, utilização de novas fontes e colocação de problemas historiográficos inovadores, conforme afirma Selva Guimarães Fonseca[254], aspecto já presente na obra Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. A partir de então, a concepção de fontes para a pesquisa histórica tem se ampliado bastante, movimento este também acompanhado da produção de novas metodologias pensadas dentro da realidade sócio-cultural do país, adequando-as ao estilo de documentação aqui produzido e acumulado historicamente.

Embora as incorporações de novos testemunhos, os documentos escritos, oficiais, continuaram sendo utilizados como fontes devido a sua riqueza de conteúdos e também a sua melhor adequação para alguns recortes temáticos e/ou temporais que restringem o universo documental. Neste sentido o uso das cartas de alforria é endossado aqui como fontes bastante reveladoras, mas destacando que é na

---

[253] SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*... p. 23-4

[254] FONSECA, Selva Guimarães. Abordagens historiográficas recorrentes no ensino fundamental e médio. *In*: _______. *Didática e pratica do ensino de história*: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003. p. 41-2.

perspectiva de analise que deve transparecer as novas perspectivas históricas, mais amplas, questionadoras e pertinentes.

> "Este é um dos traços essenciais da escola dos Annales: antes mesmo da colocação de novos temas e problemas, novos modos de se perguntar sobre questões às vezes antigas, a começar pelo próprio sentido da História. Desse modo as fontes passam a depender claramente do que delas faz o historiador; sua importância ou insignificância decorrem do seu uso e do que constrói com elas...".[255]

A concepção plural de fontes, bem como a ênfase na sua interpretação em busca do elemento humano em ação pode ser claramente observada quando Marc Bloch afirma que "Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as maquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar".[256] Neste fragmento também é possível observar que Bloch considera como documento histórico "... vestígios sensíveis da paisagem..." numa clara demonstração da ampliação do conceito de fonte. Dentro deste ambiente de renovação, contudo, o documento escrito não foi relegado ao ostracismo, até mesmo porque as mudanças propostas a partir dos historiadores ligados a Escola dos Annales estavam mais relacionadas com a forma de interpretação da fonte. Neste sentido, é conveniente indagar: o que é um "documento histórico"?

> "... o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. (...) ...todo documento histórico é uma construção permanente. (...) À primeira subjetividade (a edificação histórica da importância do documento) soma-se a

[255] MICELI, Paulo. Sobre história, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos Annales e o Brasil (ou vice-versa) *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*... p. 267.
[256] BLOCH, Marc LeopoldBenjamin *.Apologia da Historia ou, O oficio de historiador.* Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54.

> segunda e mais fundamental: as leituras variadas que um documento possibilita".[257]

Considerando então a concepção dialógica empreendida na reconstrução de um processo histórico, o documento torna-se um elemento dinâmico que possibilita múltiplas leituras pelo historiador. Estas leituras falam diretamente ao problema de pesquisa colocado pelo investigador estabelecendo a conexão entre passado e presente, ou seja, "Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas".[258] Portanto, adota-se aqui a definição de que

> [...] documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita. (...) Na sobreposição de centenas de subjetividades e acasos, ele encerra a chave de acesso ao conhecimento do passado. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano.[259]

III – A fonte: identidade visual e conceituação

Como se trata de uma reflexão sobre procedimentos metodológicos, estes se iniciam com a identificação do documento que será analisado. Trata-se de uma *Carta de Alforria* que consiste em documento diplomático de caráter testemunhal, comprobatório e descendente lavrado por notário e relativo à libertação de escravo, portanto nominal.[260] Significa que é resultante de um ato jurídico,

---

[257]KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*... p. 12.
[258]*Idem*., p. 13
[259]Idem.,p. 24
[260] BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer analise diplomática e analise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 53.

realizado perante testemunhas e referendado por autoridade publica – o tabelião –que registra o ato em cartório atribuindo validade legal ao documento a fim de garantir a efetividade da vontade expressa por escrito culminando na libertação do cativo. Constitui-se como documento descendente pela razão de pertencerem as partes envolvidas em extratos sociais distintos e separados por hierarquia social que se reflete na estrutura administrativa. O formulário da carta de alforria não é uma estrutura rígida, pois comporta particularidades, como as razoes pessoais que levaram a tomada de decisão, admitindo, portanto variações. Entretanto, algumas características serão marcantes, como a expressão “Digo eu abaixo assinado...”; “...uma escrava mulata de nome Angela...”, além das datas tópicas e cronológicas, bem como a assinatura do concedente. Atente-se que a carta de alforria é nominal e tem sua validade garantida por registro cartorial, em livro de notas. Segue a Carta de Alforria escrita por José Martiniano de Alencar.[261]

[261] Carta de Alforria escrita por Jose Martiniano de Alencar. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssI1_19_32.jpg>

Observa-se a seguir a transcrição do manuscrito, realizada de acordo com as normas especificas para tal finalidade. Consiste em tais normas um conjunto de orientações técnicas para a realização da transcrição de forma padronizada, obtendo assim maior uniformidade nas transcrições.[262] Para tanto devem ser preservadas as palavras grafadas como no original manuscrito, resistindo ao ímpeto da atualização gramatical. Procede-se a leitura paleográfica a partir da analise dos aspectos gráficos do documento, em que dever ser observado o tipo de letra, o traçado, a presença ou ausência de ornamentos nas letras, bem como o tamanho das mesmas. Devem ser buscadas as formas particulares da escrita de cada autor, em busca de automatismos, ângulo de inclinação das letras, uso de maiúsculas e minúsculas, bem como a distribuição das palavras e separação e aglutinação de termos, emprego de pontuação, acentos, números

[262] BERWANGER, Ana Regina. *Noções de Paleografia e Diplomática*. 3 ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 99 – 104.

arábicos ou romanos e sinais de taquigrafia. Quando de posse do original, devem ser observadas a natureza do suporte, o tipo de tinta e instrumento utilizado na escrita, dimensões, aspectos materiais e estado de conservação. Antes da transcrição, também devem ser observadas as datas tópica e cronológica (se ausentes devem ser determinadas por aproximação), a origem e autoria, tradição (original ou copia) e localização no arquivo.[263]

Segue a transcrição da Carta de Alforria:

> *01 Digo euàbaixo assinado, que entre os meus bens, que possuo*
> *02 de mansa e pacifica propriedade ha hua escrava mulata de nome An-*
> *03 gela, que houve por herança de meos pais, a qual pelos*
> *04 bons servissos que me tem prestado desde que estiviestudan*
> *05 do em Pernambuco, e servindo-me sempre sem interru-*
> *06 pção desde que heramosmossosathe hoje que ambos so-*
> *07 mos maiores de 60 annos, /e comohoje fassoannos/ forro*
> *08 como de fato forrado a tenho de hoje p[a]. sempre afim*
> *09 de gozar de sua liberdade como se fora nascida livre, pas-*
> *10 sando-lhe esta Carta de alforria, que terá todo o vigor*
> *11 ainda q.[e]alguaformal.[de] lhe falte; pois he minha*
> *12 livre e espontânea vontade forrar esta escrava gra-*
> *13 tuitamente, e pelo amor de Deus em attenção aos longos*
> *14 annos de servisso, que della tenho recebido, como acima*
> *15 disse, podendo ser esta registada nos livros de Notas(...)*
> *16 qualquertabelião p.[a] ter todo o vigor. Rio de Janeiro*
> *17 na Chacara de minha residencia na rua do Mirahy*
> *18 em S. Cristovão aos 16 de Outubro de 1855.*
> *19 Jose Martiniano de Alencar*
> *20 Jose Martiniano de Alencar*

Enquanto documento histórico, portanto dialógico, dinâmico e subjetivo, a carta de alforria pode ser lida de diversas formas, de acordo com a perspectiva do historiador. Como documento

[263] BERWANGER, Ana Regina. *Noções de Paleografia e Diplomática*... p. 107 – 109

manuscrito e oficial, a mesma não se impõe por ser mais ou menos pertinente que outras fontes, mas porque encerra fragmentos de um processo social mais amplo, de inegável relevância histórica, mas que se tomada de forma literal pode levar a interpretações frágeis. Assim, uma única carta de alforria não sustenta uma analise histórica, mas um conjunto delas, inserido em um recorte temporal bem delimitado e preferencialmente estudado em perspectiva comparativa com outras fontes possibilita uma interpretação rica e pertinente.

Ao observarmos o teor da fonte, identificamos claramente a condição de "objeto possuído" atribuída à escrava ("... entre meus *bens*, que possuo de mansa e pacifica *propriedade* há hua *escravamulata* de nome Ângela...") ao mesmo tempo em que há menção aos bons serviços que a mesma tem prestado de forma ininterrupta por longos anos. Em reconhecimento a este serviço, o proprietário liberta por livre e espontânea vontade a humilde serva maior de sessenta anos para viver como se tivesse nascido livre. Ao ler esta carta o primeiro impulso seria pensar na docilidade da escravidão, no cuidado paternal do senhor e no reconhecimento pelo trabalho que premia com a liberdade... Embora esta possibilidade possa ter existido, não é conveniente deixar de ver que o ato de benevolência na verdade se traduz em estratégia para se livrar de uma escrava velha e improdutiva, cuja força de trabalho encontra-se bastante reduzida depois de seis décadas de exploração ininterrupta. As relações sociais baseadas na cordialidade descritas na carta de alforria, contudo não definem uma única forma de relacionamento entre senhor e cativo. Diferentes leituras podem ser feitas para outros recortes temporais, baseadas em fontes de natureza diversa. Observe-se a seguir, como a mudança de recorte cronológico e o acesso a outras espécies documentais permitem inferências contrárias às presentes na carta de alforria:

Senhor, Sendo freqüentes os delitos preparados por indivíduos desta cidade, forros e livres uns; cativos outros; conhecidos pela denominação de capoeiras; tem a vigilante Polícia buscado capturá-los, as Justiças processá-los, e a Casa da Suplicação sentenciá-los com exemplar zelo e interesse do Chanceler que serve de Regedor, especialmente nas visitas da Cadeia em que é juiz. Quanto aos forros é uma das penas aflitivas a de açoites pelas ruas públicas; quanto aos cativos na grade da cadeia, e no calabouço. Mas como o principal fim seja o exemplo aterrador dos cativos parecia conseguir-se melhor, sendo dados os açoites nos cativos em Praças mais públicas, e lugares onde estes maus indivíduos capoeiras costumam fazer suas paradas e depois suas desordens e delitos. Mas, como não esteja em uso prático serem açoitados no Pelourinho e Praça do Rossio, na do Capim, na da Sé, e outras, não me atrevendo a fazer esta inovação, posto que a julgue necessária, e haja agora ocasião com dois escravos, um crioulo, outro de Nação condenados em açoites, sou a pedir a Vossa Majestade pelo expediente desta Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil queira expedir as ordens a este respeito ao Chanceler que serve de Regedor, (...) para este informar, e ficarem registrados nos livros da Relação para terem o seu devido efeito. Vossa Majestade mandará o que justo lhe parecerao seu Real Serviço. Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1817. O Corregedor do Crime da Corte e CasaAntônio Felipe Soares de Andrade de Brederode.[264]

Conforme constatado a partir da leitura da correspondência anterior, é possível apreender outra imagem do processo de

[264] Arquivo Nacional, Fundo Ministério da Justiça (1808 - 1817) 4v. Notação: caixa 774, pct.03. Carta de 27 de fevereiro de 1817, de dirigida a “Vossa Majestade” solicitando medidas orientações acerca da punição de escravos. Data tópica da fonte: Rio de Janeiro. Carta: consiste, no período colonial, em correspondência enviada ao rei por autoridade subalterna/delegada ou súdito versando sobre questões de caráter oficial, excluído o pedido de mercês formalizado por meio do requerimento. A estrutura da carta é definida pela presença do vocativo Senhor, que caracteriza o protocolo inicial; seguido do texto, em geral de teor administrativo e pelo protocolo final, composto por datação tópica e cronológica bem como a assinatura do autor. BELLOTTO, Heloisa Lineralli. *Como fazer analise diplomática e analise tipológica de documento de arquivo*... p. 52.

escravidão, distinta da relação harmônica apontada na carta de alforria. Concomitantemente as relações paternais e dóceis que podem ter existido entre senhor e escravo desenrolavam também atos de extrema violência[265], física ou simbólica, que remetem a uma sociedade marcada pelas tensões e coerções permanentes.[266] O cruzamento das fontes citadas aponta a necessidade de se ampliar o universo de fontes bem como não se posicionar de forma acrítica ante ao documento. Documentos escritos e oficiais são subjetivos e revelam as visões de mundo de seus autores e devem ser entendidos inseridos no contexto no qual foram produzidos. Para tanto se deve levar em conta que "... o documento existe em relação ao meio social que o conserva"[267], sendo, portanto a sua definição estabelecida de acordo com o contexto social no qual estão inseridos fonte e pesquisador.

IV – Considerações finais

Para finalizar as considerações propostas é importante levar em conta que, no âmbito historiográfico, o conceito de fonte encontra-se em processo de constante reflexão, no sentido de incorporar grande numero de elementos, possibilitando assim, a investigação de temas bastante diversos, bem como o desenvolvimento de novas

---

[265] O termo violência aqui é entendido em sua acepção recorrente: ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força... HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. Violência. In: ______. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2866.

[266] Não é o objetivo principal neste texto realizar uma analise da historiografia sobre a escravidão, mas apenas refletir sobre alguns aspectos metodológicos aplicados a pesquisa histórica a partir do exemplo de uma carta de alforria. Sobre o debate acerca das diferentes abordagens do tema escravidão, consultar QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*... p. 103 – 117.

[267] KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*... p. 21.

metodologias. Dessa forma, conceituar documento histórico vai alem de definir espécies e tipos documentais ou descrever sua natureza, embora este processo não seja desnecessário, caracterizando etapa importante da pesquisa histórica. Por esta razão a técnica paleográfica[268] é de extrema importância para os estudiosos que reconstituem interpretações do passado baseadas em manuscritos. Identificar o tipo e espécie documental e realizar a leitura paleográfica constituem procedimentos que possibilitam o acesso ao teor documental permitindo assim que o historiador obtenha informações sobre o passado e as submetam a um processo critico de analise. Portanto a fonte histórica apresenta um caráter dialógico, define-se como um processo em construção, possibilitando múltiplas interpretações, marcado pela sobreposição de subjetividades.

Ao realizar o percurso anteriormente descrito, apresentou-se uma possibilidade de acesso ao teor documental que requer procedimentos metodológicos adequados a natureza do testemunho histórico. Os passos descritos constituem um possível percurso para a pesquisa histórica apontando possibilidades e limitações das fontes, bem como a necessidade do cruzamento de informações e a precisão da analise comparativa entre tipos e espécies documentais diferentes como mecanismo indispensável para tornar os resultados obtidos mais pertinentes. A diferença temporal entre as fontes elencadas também é importante fator a ser considerado: o documento guarda relação com o contexto no qual foi produzido e a diferença entre o

---

[268] Para aprofundar os estudos de paleografia, segue algumas sugestões bibliográficas: FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas*: manuscritos do século XVI ao XIX. 3 ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida (org.). *Por minha letra e sinal*: documentos do ouro do século XVII. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2005; MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. 2 ed. São Paulo: Arquivo Publico do Estado de São Paulo, 2008; NUNES, E. Borges. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3. Ed. Lisboa: Faculdade de Letras, 1981; SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010.

teor de documentos temporalmente distanciados pode indicar também variações nas percepções dos contemporâneos sobre determinado processo social. Percebe-se então que tão importante quanto os procedimentos interpretativos que visam reelaborar fragmentos do passado, essenciais para a escrita da história, são os recursos que viabilizam o acesso ao teor documental. Neste texto, o destaque para a leitura paleográfica demonstrou que a natureza das fontes instiga o pesquisador a percorrer caminhos metodológicos que se completam com a crítica histórica constituindo etapas importantes na analise, da leitura a interpretação das fontes.

Entre sujeitos e objetos: O debate historiográfico acerca da escravidão no Brasil.

Mariana Guimarães Chaves.
Graduação.
Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. Introdução:

A emancipação do Brasil em relação a Portugal, em 1822, abriu as portas para a grande empreitada de afirmação de um Estado independente e de construção de uma nova esfera de soberania. A possibilidade de se escrever uma história nacional constituiu um requisito necessário à construção do Estado-Nação, possuindo relação estreita com a afirmação da narrativa histórica como uma categoria única e abrangente, com implicações políticas e sociais.

De maneira geral, a historiografia brasileira de meados do século XIX atribuiu maior importância à problemática da colonização portuguesa do que à atuação dos outros dois agentes formadores da sociedade brasileira – negros e indígenas. Esta perspectiva, entretanto, colocou uma série de empecilhos à tarefa dos historiadores, que tinham que se deparar, obrigatoriamente, com um passado e um presente construídos nos moldes de um sistema escravista. A solução encontrada, e que só seria transcendida no século seguinte, implicou em uma espécie de ressignificação do fardo da colonização, que passou a representar uma etapa crucial do longo processo de constituição da civilização brasileira.

Este artigo tem como objetivo esboçar uma análise da historiografia brasileira produzida sobre o tema da escravidão, entre os séculos XIX e XX. Em um primeiro momento, buscaremos distinguir não só as principais tendências historiográficas, como também os principais expoentes dessa intelectualidade que se dedicaram ao tratamento da escravidão no Brasil. Em um segundo

momento, tentaremos demonstrar as principais quebras de paradigmas acerca da escravidão na historiografia atual.

2. O Debate Historiográfico Acerca da Escravidão:

Durante a maior parte do período imperial, os historiadores demonstraram-se pouco atentos à problemática escravista, em especial devido à persistência da escravidão e à difusão das temáticas racistas, oriundas do naturalismo e do cientificismo, ainda incipientes na Europa. Ao utilizar as noções de raça e natureza com o objetivo de dar fundamentos ao estudo da história e da literatura, o naturalismo e o cientificismo tiveram o papel de trazer um saber secular e temporal ao Brasil, afastado das concepções religiosas. Os intelectuais brasileiros escolheram, dentre as diversas teorias européias, aquelas que poderiam ser sincretizadas a partir da questão nacional e relacionadas à construção do Estado e à afirmação da identidade nacional.

Segundo Roberto Ventura, Karl Friedrich Philipp von Martius e Denis Wolf foram os responsáveis pela introdução dos critérios naturalistas (análise do meio e da raça) na historiografia brasileira[269]. Neste trabalho, destacaremos principalmente o pioneirismo da análise do naturalista alemão Von Martius (1794-1868) em seu texto "Como se deve escrever a História do Brasil"[270], ganhador do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ser considerado o que mais coadunava com um projeto de poder monárquico, centralizado e constitucional.

Em seu texto, Von Martius propõe como eixo de trabalho do historiador o processo de formação do povo brasileiro, ou seja, defende a escrita de uma história que traga como característica

---

[269] VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[270] MARTIUS, Karl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, p. 381-403, jan. 1845. p. 389.

central a análise do encontro e contato entre as três diferentes raças que compõem o homem no Brasil. Desta forma, o intelectual aborda a história da nação sob a perspectiva de um processo civilizacional, aplicando a lei das forças diagonais e os demais preceitos do darwinismo social para explicar a competição entre essas três raças e a conseqüente preponderância daquela mais preparada: o português. Entretanto, após realizar uma breve síntese das principais contribuições dos aborígenes e dos portugueses para a formação da nação brasileira, Karl von Martius aborda com brevidade o seu terceiro vetor, a raça africana, remetendo principalmente a um estudo das colônias portuguesas na África e à organização do tráfico negreiro para o Brasil.

Apesar da inovação da proposta historiográfica elaborada por Von Martius, ela não prosperou na prática entre os historiadores do século XIX e de parte do século XX. A primeira História Geral do Brasil[271], escrita em 1854, pelo diplomata, militar e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), constituía uma obra factual, nos moldes do historicismo. Seus cinco volumes exaltavam de forma lusófila o período que se estendia de 1500, data do Descobrimento, a 1808, ano da chegada da família real no Brasil. Crítico ferrenho do Romantismo, Varnhagen tratou o tema da escravidão de maneira breve, marcando seu discurso por diversos silenciamentos. Na tentativa de justificação da escravidão, o autor recorreu não só ao argumento da inaptidão dos indígenas para o trabalho braçal, mas também à melhoria de condições de vida que o negro poderia ter no Brasil, haja vista a situação de barbaridade em que vivia na África[272]. Em última instância, no que concernia à temática da escravidão, Varnhagen avançou muito pouco, apenas reiterando antigos estereótipos escravistas acerca dos negros e

---

[271] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. In: ODÁLIA, Nilo (org.). **Varnhagen**: história. São Paulo: Ática, 1979.
[272] *Idem*, p. 72-74.

mestiços, defendendo a continuação do projeto colonial, ancorado na ordem escravista e no domínio territorial.

A crítica e a historiografia a partir de 1870 foram marcadas por modelos etnológicos e naturalistas, que levaram à aspiração da unidade do saber e à exclusão da especialização científica ou disciplinar. A crítica literária e a história social se orientaram, até 1930, pelas noções de raça e natureza, o que explica a grande recepção do positivismo, do evolucionismo e do racismo no meio intelectual. A questão étnica se tornou central no Brasil, em termos de implantação do liberalismo e do trabalho assalariado. Deste modo, a partir da do final dos Oitocentos, o destaque dos fatores étnicos, biológicos e climáticos produziu uma ideologia do branqueamento como forma de ajuste do racismo europeu às condições brasileiras. Profundamente influenciado por tais considerações raciológicas do século XX, Paulo Prado, em seu "Retrato do Brasil" (1928), desenvolveu de forma mais explícita os desejos sexuais e a miscigenação que envolviam a colônia portuguesa. De acordo com Prado, "a culpa de tanta luxúria [...] era responsabilidade dos portugueses degenerados que para cá vieram sob degredo, dos índios naturalmente lascivos e dos africanos igualmente libidinosos, disso resultando um 'retrato do Brasil' tremendamente orgiástico"[273]. Foi somente em 1930, com a criação do mito da democracia racial[274] por

[273]VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira**. Tempo**, Niterói, n. 8, dez., 1999. p. 3.

[274]O mito da democracia racial surgiu com a proposta de amolecimento das relações sociais no Brasil, principalmente quando comparadas às relações entre senhores e escravos estabelecidas em outras regiões da América espanhola e anglo-saxã. Assim, em Casa Grande e Senzala, Freyre destaca "a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América". Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 352.

Gilberto Freyre, que ocorreu a transformação do pessimismo das teorias deterministas europeias em ufanismo da civilização tropical.

Em “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, Gilberto Freyre elogiou o caráter da colonização portuguesa, que teria se dado de forma sexualmente transigente, permitindo assim a miscigenação com as populações nativas. Ao apontar para a importância da miscigenação, Gilberto inaugurou uma nova perspectiva sobre um tema antigo. Em sua obra, a miscigenação deixou de ser vista como um problema, obstáculo ao progresso e à civilização da nação, para ser vista como algo positivo. A cultura passou a ser encarada como um produto das relações do homem com o meio, de forma que um povo miscigenado resultaria na elaboração de uma cultura sofisticada, mais rica e superior[275].

Ao mesmo tempo em que apresenta uma história de vencedores, ou seja, de senhores sádicos e autoritários, *Casa Grande e Senzala* constitui uma história de trocas, atentando também para as contribuições dos africanos à originalidade da cultura brasileira[276]. Estes teriam influenciado vários traços culturais importantes, tais como a língua, a culinária, a religião e todos os aspectos que compunham a sociedade colonial[277]. Assim, a relação entre senhor e escravo deu-se também no âmbito da confraternização, de modo que a verdadeira característica do brasileiro é descrita como uma dualidade intrínseca, proveniente da maleabilidade do colonizador em relação ao meio e à influencia exercida pelo explorado sobre seu explorador.

---

[275] Idem, p. 28-31.

[276] Segundo Freyre, “a verdade é que importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada do Islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos. [...] A formação brasileira foi influenciada pelo melhor da cultura negra da África[...].” FREYRE, Gilberto. op. cit**.**, p. 299.

[277] VAINFAS, Ronaldo. op. cit., p. 09.

De maneira geral, Freyre abordou a questão da sexualidade inerente à miscigenação, relativizando a historiografia tradicional, que atribuía apenas aos africanos a responsabilidade sobre a libidinagem do período colonial. O autor atribuiu a licenciosidade das senzalas ao sistema escravista, rompendo com antigos paradigmas historiográficos. Assim, embora a história colonial brasileira apresentasse um caráter explorador, ela também consistiria em uma história de confraternização, transformando a sociedade tanto em foco de autoritarismo, como de generosidade.

Outro grande expoente da década de 1930 é representado por Sérgio Buarque de Holanda, cujo livro mais proeminente, "Raízes do Brasil", foi publicado em 1936. A inspiração para a escrita do livro veio ao autor na Alemanha, numa tentativa de explicar a formação da identidade brasileira. Diferentemente de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque não elabora um elogio à colonização portuguesa. Ao romper com a tradição do IHGB, esse historiador afirma que a colonização teria sido responsável pela formação de uma nação de desterrados, avessos aos valores democráticos[278].

Segundo Sérgio Buarque, a colonização havia sido pensada a partir de uma ética da aventura, e não do trabalho, fazendo com que seu processo fosse desenvolvido de forma pouco metódica e pouco racional. Além disso, o autor afirma que nossa colonização teria tido como base uma série de valores rurais, como a exploração da terra e a escravidão. Destarte, a cultura ibérica transplantada para o Brasil teria adquirido aqui manifestações próprias, como o agraísmo, a cordialidade, o ruralismo, a desorganização e o patrimonialismo[279].

O terceiro grande intelectual da época abordada divergiu fundamentalmente de ambos os autores explicitados anteriormente. Ao conciliar sua militância política com sua atividade intelectual,

---

[278] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.
[279] Idem, p. 92.

Caio Prado Júnior foi responsável por uma das melhores tentativas de interpretação do passado brasileiro sob uma perspectiva marxista. Em um período em que o pensamento marxista ainda estava profundamente marcado pelo etapismo e evolucionismo social, Caio Prado realizou uma nacionalização da interpretação marxista[280].

Em “Formação do Brasil Contemporâneo”, um dos eixos mais importantes de seu argumento, consiste na discussão elaborada pelo autor acerca da escravidão. Utilizando-se do “sentido da colonização”, o historiador atribui a licenciosidade e o desregramento da sociedade colonial ao sistema econômico português, que deveria ser superado. O autor reconhece ainda que a escravidão e o conflito de classes entre senhor e escravo eram essenciais para a organização da estrutura social da colônia. Neste sentido, Caio Prado revelou-se muito menos inclusivo com os setores mais baixos da população do que Gilberto Freyre, por exemplo, que admitia uma relação de trocas culturais entre exploradores e explorados.

Em última instância, para Caio Prado, o escravo seria responsável pela esterilização cultural da sociedade brasileira, uma vez que “o que pesou mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país” [281]. Essa visão sobre o escravo como mercadoria passiva, submetida aos valores culturais europeus, perdurou na tendência historiográfica da escola sociológica da Universidade de São Paulo até meados dos anos 60.

A característica marcante da interpretação do Brasil elaborada por estes autores foi a utilização original de conceitos sociológicos em oposição aos conceitos raciais tão sobejamente utilizados por

---

[280] PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 22.

[281] Idem, p. 276.

pensadores do Brasil até a década de vinte do século passado[282]. Essa distinção foi importante, pois retirou o substrato de uma ideologia racial que caracterizava as interpretações do ser nacional. Entretanto, ao longo das décadas de 1960 e 1970, foi a visão de Caio Prado que prosperou na historiografia brasileira, dedicada ao estudo da escravidão e do negro no Brasil.

Ao pregar o escravo como simples instrumento de trabalho, a Escola Sociológica Paulista foi responsável pela difusão do conceito de coisificação do escravo, ao qual não era atribuída nenhuma capacidade de organização ou contestação significativa. Uma vez que suas lutas não eram importantes para a transformação social, os únicos tipos de reação que os escravos poderiam adotar residiam na fuga, no assassinato e no suicídio. Além disso, influenciados pela Escola Sociológica dos Estados Unidos, os estudos desse período primaram pela crítica extrema à democracia racial de Gilberto Freyre, visando recompor a verdadeira proporção da escravidão no Brasil, a partir de métodos quantitativos e demográficos.

A abertura política da década de oitenta no Brasil e as comemorações do centenário da abolição estimularam um grande crescimento dos estudos acerca da escravidão e dos problemas sociais advindos dela em si. Da mesma forma, o fim da utopia socialista e a difusão da teoria das relações de poder de Michel Foucault, como uma nova forma de estruturação das sociedades, levaram ao esgotamento das formas explicativas anteriores, ancoradas na massificação dos sujeitos e na quantificação dos processos históricos. Além disso, a virada na historiografia norte-americana e o surgimento da História Social Inglesa (cujo principal expoente é representado por E. P. Thompson) intensificaram a desconstrução da historiografia marxista na década de oitenta e

---

[282] DE DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaios de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. ***LÓCUS*: **revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 01, 2006. p. 148.

iniciaram uma discussão acerca da subjetividade dos escravos, da constituição de famílias escravas, da cultura africana e dos movimentos de resistência à escravidão, que podiam se dar através de uma resistência cotidiana, ancorada no âmbito da negociação entre senhores e escravos[283].

Tendo em vista as considerações acima, buscamos assinalar alguns aspectos divergentes da nova historiografia surgida na década de oitenta em relação aos estudos tradicionais produzidos até então. Ao adotar temáticas como a origem da escravidão no Novo Mundo, a História da África, a subjetividade dos escravos e a resistência cotidiana, a nova historiografia da escravidão revolucionou os estudos acerca do período colonial e imperial, desconstruindo verdadeiros paradigmas da História do Brasil.

3. As Novas Tendências Historiográficas e a Desconstrução de Paradigmas:

Os historiadores da década de oitenta foram os responsáveis pela demonstração da importância de se estudar a História da África, com suas etnias, religiões e tipos de tráfico negreiro, para se compreender a cultura negra no Brasil. Entre os principais autores que chamaram atenção para esse fato, podemos citar Alberto da Costa e Silva, que demonstrou através de seu livro “Um Rio Chamado Atlântico” as trocas culturais dialéticas realizadas durante o comércio escravocrata.

Também o historiador John Kelly Thornton dedicou-se ao estudo da história da África para contemplar a maneira como eram estabelecidas as transações comerciais entre africanos e europeus. O autor apresenta como argumento principal o fato de que o comércio de escravos já se encontrava bastante desenvolvido quando da chegada dos europeus, de forma que ele não deve ser entendido

---

[283] SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

como fruto de uma pressão da demanda européia. De acordo com Thornton, o comércio de escravos foi organizado racionalmente pelas próprias sociedades africanas, que possuíam inteiro controle sobre o fluxo da chegada e demanda de escravos[284]. Partindo de um viés antropológico, o autor esmiúça os critérios de valorização econômica para explicar o fato de que a posse de escravos constituía-se como um dos fatores principais de geração de riqueza estável.

No caso do Império Português, Hebe Maria Mattos é responsável pela desmistificação das explicações tradicionais para a introdução da mão-de-obra escrava nas colônias portuguesas. Normalmente, essa historiografia atribuía a escravidão nas colônias às demandas econômicas derivadas da expansão comercial, à insuficiência demográfica de algumas regiões da América e ao impulso religioso de conversão ao catolicismo, que por sua vez legitimaria a experiência escravista entre populações pagãs[285]. Segundo Mattos, entretanto, o processo seria inverso, já que a sociedade católica e escravista no Brasil só poderia ser instaurada, uma vez que a instituição da escravidão já se encontrasse consolidada e legitimada no Império Português. Para a autora, a escravidão não havia sido imposta pela lógica mercantil, através de uma deturpação dos valores da cristandade. Ao contrário, o cativeiro ameríndio ou africano foi uma construção política, de fundo corporativo e religioso, que possibilitou a expansão e permitiu aumentar sua escala comercial. Destarte, a própria expansão do Império Português, e conseqüentemente de todo o seu aparato

---

[284] THORNTON, John Kelly. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico:** 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 122-124.

[285] MATTOS, Hebe Maria. A escravidão nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda B. (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 143-144.

jurídico, levaram à legitimação de novas relações de poder nos trópicos, especialmente a escravidão.

A expansão do Antigo Regime no mundo atlântico se manifestou principalmente na multiplicação de categorias sociais referentes à população afro-descendente. Partindo de uma concepção hierárquica imóvel, sua versão transformou toda a ordem social na América Portuguesa. Nesse contexto, verificam-se exceções e novas possibilidades sociais[286].

A compreensão destas novas possibilidades sociais pode ser percebida nas estratégias de sobrevivência adotadas pelos escravos em seu cotidiano. O caráter das negociações podia variar conforme o objetivo procurado: fosse aliviar as penas da escravidão, organizar-se em grupos familiares, obter e garantir as condições de forro, integrar-se às principais práticas sociais ou livrar seus descendentes do estigma da escravidão. Em "Negociação e Conflito", João José Reis e Eduardo Silva revelam a capacidade de negociação dos escravos e rompem com a tradição historiográfica, que só considera legítima a resistência que rompe com o sistema. Este estudo talvez mostre como nenhum outro a capacidade de que os escravos dispunham para tratar dos seus interesses e de suas condições de vida nos engenhos. Esse processo só é possível, entretanto, entre sujeitos ativos, que tentam se inserir em uma sociedade desfavorável e negociar com ela, sem necessariamente entrar em conflito direto com o sistema[287].

4. Considerações Finais:

Os novos rumos da historiografia brasileira da década de oitenta acerca da temática da escravidão ancoraram-se no resgate das experiências cotidianas, culturais e de solidariedade desses grupos. A partir de então, os historiadores passaram a considerar o negro como

---

[286] Idem, p. 155.

[287] REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

um sujeito histórico, nem vítima, nem vilão da escravidão, mas como um de seus protagonistas nas situações mais corriqueiras. Inspiradas nos trabalhos da Nova História Social, essas novas interpretações se preocupam em resgatar alguns aspectos da cultura e da experiência dos cativos, refletindo sobre suas relações com os senhores, constituídas de embates e negociações cotidianas, responsáveis por perpetuar ou modificar o sistema escravista[288].

Atualmente, a historiografia critica não só a "democracia racial" de Gilberto Freyre, assim como o marxismo excludente de Caio Prado Júnior e a coisificação do escravo pregada na Escola Sociológica da Universidade de São Paulo. O que estes fatos demonstram, entretanto, é o caráter essencialmente mutante das tendências historiográficas. Deste modo, é importante relativizar o saber histórico acerca da escravidão, promovendo uma análise atenta e crítica aos cânones da nossa historiografia, contrastando-os com a imensa diversidade de interpretações elaboradas na academia ao longo dos últimos anos.

---

[288] SLENES, Robert W. op. cit., p. 45.

Cultura política, liberalismo e conciliação no Brasil imperial[289]

Paula Ribeiro Ferraz*

1. Cultura política: origens e usos da categoria

Após ter sido estigmatizada, no início do século XX, como emblema de tudo que se opunha à renovação dos estudos históricos, a política vem retornando ao primeiro plano da cena historiográfica desde a década de 1970, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, retomaram as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. Esses estudos significaram uma revitalização do campo, revelando e sublinhando novas e importantes dimensões da política na história.[290]

> A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual[291]

---

*Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista CAPES.

290 Trabalho apresentado à disciplina "Culturas Políticas e Sociabilidades", ministrada pelo professor Dr. Alexandre Mansur Barata, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora no primeiro semestre de 2011.[290] Sobre a renovação da história política ver: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV / UFRJ, 1996; GOMES, Ângela de Castro. "*Política: história, ciência, cultura, etc*". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, jan./jun. 1996; FERREIRA, Marieta de Moraes. "*A nova "velha história" política: o retorno da história política*". Resenha de RÉMOND, René (org). Pour une histoire politique. Paris: Servil, 1988. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.265-271, 1992.

291 RÉMOND, René (org.). Op. cit., p.29.

Foi nesse sentido, portanto, que a renovada historiografia política apropriou-se do termo *cultura política*, a fim de abrir novas perspectivas de interpretação dos fenômenos políticos, a partir de um viés pouco utilizado pelas abordagens clássicas. Entendo que

> a análise de fatores culturais como valores, crenças, normas e representações ajuda a esclarecer e a compreender as múltiplas facetas do político, notadamente a origem de determinadas formas de ação e de comportamento na esfera pública, que não se explicam somente pela determinação de interesses individuais ou coletivos, mas também pela influência de valores, da fé e pela força da tradição ou do costume.[292]

Embora alguns autores reconheçam a origem dos estudos de cultura política em Sólon, passando por Montesquieu, Rousseau e Tocqueville[293], o conceito ganhou estatuto acadêmico e as primeiras reflexões sistemáticas com Gabriel Almond e Sidney Verba, no debate das ciências sociais norte-americanas dos anos de 1960.

Almond e Verba criaram uma complexa tipologia das diferentes formas de cultura política, definida como um *"conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores"*.[294]

Entre os historiadores, o interesse pela cultura política se deu a partir do final dos anos 1980, dentro do contexto de "hegemonia do paradigma culturalista". O conceito de cultura política permitiu interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas,

---

[292] MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturaspolíticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.9.

[293] KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.13, n.24, 1999, p.1.

[294] Idem.

suas vivências e sensibilidades[295], ou seja, proporcionou um resgate da ação do homem no campo político, reconhecendo a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem as disputas pelo poder.[296]

Na historiografia francesa o uso da categoria apareceu no início dos anos 1990, principalmente nos trabalhos de Jean-Pierre Riox e Jean-François Sirinelli, integrantes de um grupo que se formou sob a liderança de René Rémond e se desenvolveu a margem da dominante Escola dos Annales. Desde então, uma série de trabalhos tem utilizado a categoria cultura política. Entretanto, *"muitas vezes, a categoria tem servido apenas de rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia".*[297]

Assim, é preciso algum rigor no uso de conceitos e categorias, em que se faz necessário reconhecer os problemas e as potencialidades oferecidas por determinados termos.

Para Sirinelli, cultura política pode ser entendida como *"uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mas largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política".*[298]Ângela de Castro Gomes, por sua vez, a define como *"um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que*

---

[295] GOMES, Angela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In:* SOIHET, Rachel ET alii (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.30.

[296] GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **A História Política no Campo da História Cultural**, p.33.

[297] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política. In:* MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturaspolíticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.14.

[298] BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. *In:* RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.350.

um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo".[299] Nesse mesmo sentido, Rodrigo Patto Sá Motta a reconhece como *"um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro".*[300]

Embora a definição e as formas de utilização da categoria cultura política variem de autor para autor, existem alguns pontos de convergência que permitem certa inteligibilidade acadêmica.

Um dos consensos é a compreensão de que as culturas políticas só existem em fenômenos estruturados e reproduzidos na longa duração. Para Berstein

> é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma nova idéia, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir evidente a um grupo importante de cidadãos.[301]

Assim, o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças e pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero.

Embora fenômenos do tempo longo, as culturas políticas não devem ser encaradas como realidades imóveis. Pelo contrário, funcionam como um corpo vivo que evolui. As evoluções, porém, não resultam apenas das adaptações necessárias as circunstâncias

---

[299] GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.31.

[300] MOTTA, Rodrigo Patto Sá.Op. cit., p.21.

[301] BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. *In:* RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

mutáveis, elas dependem também das influências que exercem as culturas políticas vizinhas.

É preciso considerar também os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, que funcionam como canais de socialização política. A ação desses vetores pode ser muitas vezes contraditória, mas é justamente as influências diversas que proporcionam aos atores a construção de uma determinada cultura política.[302]

O conceito pode ser aplicado também a diferentes espaços sociais, servindo para designar desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos até grupos nacionais ou regionais. Para Rodrigo Patto Sá Motta

> não há incompatibilidade entre os dois modelos de conceber cultura política, no singular e no plural, o modo pluralista e a perspectiva nacional. É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo [...] ao mesmo tempo convivendo com culturas ou sub-culturas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum.[303]

Berstein, por sua vez, acredita que no interior de uma nação exista uma

> pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangências que correspondem à áreas de valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas[304]

É importante ressaltar, porém, o perigo em se afirmar a existência de uma cultura política única ou hegemônica, o melhor é

---

[302] BERSTEIN, Serge. Op. cit., p.356-357.
[303] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p.24.
[304] BERSTEIN, Serge. Op. cit., p.354.

trabalhar com idéia de culturas políticas mais “abrangentes” ou “dominantes”.

A cultura política também não deve ser confundida com ideologia.

> Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de idéias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos, valores, representações e ao evocar a fidelidade a tradição.[305]

2. O liberalismo no Brasil dos oitocentos

2.1 A Construção do Estado Imperial e a Cultura Política Liberal

“Há outro liberalismo, com diversa fonte, que bem merece figurar entre aspas, havido como peculiar, específico do Brasil” [306]

O movimento de independência e o processo de construção do Estado Imperial brasileiro foram responsáveis pela gestação e difusão de novas culturas políticas. Aqui, o objetivo será identificar a cultura política liberal brasileira do século XIX, a partir de suas especificidades.

Para Marco Morel, sob a unidade do vocabulário *liberalismo* havia uma heterogeneidade de sentidos, de acordo com os deslocamentos de tempo, espaço geográfico e lugar social.[307] Desta maneira, não existe nenhuma doutrina genuína do liberalismo, mas sim idéias formais centrais que funcionaram de modos diferentes em contextos e tradições nacionais diversas. E tal diversidade não é

---

[305] Idem, p.27-28.

[306] FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994, p.74.

[307] MOREL, Marcos. **As Transformações dos Espaços Públicos**: atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p.48.

necessariamente incoerente. Sugere que, no liberalismo, há um processo contínuo de reflexão.[308]

O discurso liberal no Brasil, com suas especificidades, constituiu-se herdeiro da corrente do liberalismo pós Revolução Francesa, o que Pierre Manent denominou de “segundo liberalismo”.

> O segundo liberalismo, que se manifestou na primeira metade do século XIX, assemelhou-se muito pouco ao primeiro: distingue-se deste por intermédio de Rosseau e da Revolução Francesa. Toda tarefa do segundo liberalismo consistiu, de certa maneira, em absorver o choque produzido pelo complexo de acontecimentos, sentimentos e idéias condensados na expressão: Rosseau e a Revolução Francesa.[309]

A cultura política do liberalismo, e suas possibilidades para o pólo americano, entraram mais efetivamente no Brasil a partir dos desdobramentos da Revolução do Porto, em 1820. Nesse momento, a literatura política transformou-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, idéias, valores e representações pelos quais se exprimiu essa nova cultura política.

> O momento histórico entre 1820 e 1823 configurou-se, portanto, como um período privilegiado, em que a linguagem se politizava e entrava na vida pública [...] a oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia regenerar, e o liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político dessa época”[310].

---

[308] VICENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.35.

[309] MANET, Pierre. **História Intelectual do Liberalismo**: Dez Lições. Rio de Janeiro: Imago, 1987, p.123.

[310] NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Liberalismo Político no Brasil: Idéias, representações e práticas (1820-1823).In:* GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.79.

Segundo Maria Fernanda Martins, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres, livre de qualquer gênero de censura,

> encontrou ávidos leitores e ajudou a preparar uma nova geração de políticos e intelectuais que brilharia nos debates do Primeiro Reinado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e os adeptos do chamado 'liberalismo doutrinário', que teria em Paulino Soares de Sousa, visconde do Uruguai, mais tarde conselheiro de Estado, um de seus principais expoentes.[311]

Os *Manifestos* de 1 e 6 de agosto de 1822, redigidos respectivamente por Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio, são indicadores de uma nova ordem político-social que se formava. Ledo, com uma posição mais radical, ao criticar o restabelecimento do sistema colonial no Brasil, declarava ser incompatível conciliar este plano absurdo e tirânico com as Luzes e o liberalismo que altamente apregoava o Congresso português. Era uma declaração de liberdade e de independência, numa atitude de hostilidade as Cortes de Lisboa. Já Bonifácio, herdeiro da tradição coimbrã, procurava mostrar, sobretudo, que ao consolidar-se a liberdade brasileira, pretendia-a também salvar Portugal de uma nova classe de tiranos, que se encontravam nas Cortes. Nesse sentido, a conotação de liberalismo era mais moderada, sendo um instrumento de equilíbrio de poderes, em especial, um meio de deter o avanço das Cortes de Lisboa.[312]

Aos poucos, uma nova realidade se impôs e converteu o ideal liberal em uma proposta de separatismo, culminando com a independência. Quando, porém, a cortina oficial desceu sobre o cenário da coroação de D. Pedro I, o Império brasileiro triunfara, mas os atores mais democráticos encontravam-se presos ou exilados.

---

[311] MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.65.

[312] Idem, p.87-88.

Restou a possibilidade de uma monarquia constitucional, nos moldes daquelas que a Europa da Restauração conhecia desde 1815. *"Estava assim, na época da independência, lançadas a bases do liberalismo moderado."* [313]Deste modo, "*o Império do Brasil nasceu sob o signo de um Estado cujos traços pareciam atribuir, na realidade, ao absolutismo ilustrado a paternidade."* [314]

O liberalismo moderado, vitorioso com a independência e com a coroação de D. Pedro I, afirmou-se na Constituição de 1824 e no processo de construção do Estado. Numa época marcada pela busca da legitimidade constitucional que não representasse nem um retorno ao Antigo Regime nem um aprofundamento revolucionário, a corrente doutrinária que surgiu em Montesquieu, passou por Sieyés e foi defendida por Benjamin Constant[315] encontrou adeptos na elite política nacional. Considerado por alguns como conservador, Constant simpatizava com o ideal de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo.

Segundo Silvana Mota Barbosa, existem dois pontos centrais nas obras de Constant.

> Primeiro, não resta dúvidas de que Benjamin Constant foi o teórico mentor da principal novidade da Constituição de 1824 – o poder moderador – quando elaborou e reelaborou ao longo de sua vida política a estrutura de quatro poderes e a teoria de um poder real ou poder neutro. As mudanças aconteceram na forma como ele reforçava ou não determinados aspectos deste poder na estrutura política. Um segundo ponto é que em seu amadurecimento intelectual, ligado aos eventos políticos franceses, percebe-se sua

---

[313] BARRETTO, Vicente & PAIN, Antonio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Editora da USP, 1989, p.72.

[314] NEVES, Lúcia Maria Pereira das. Op. cit., p. 101.

[315] BARBOSA, Silvana Mota. "**A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial"**. Campinas, SP: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2001.

> preferência pela monarquia constitucional, como forma de governo mais adequada à plena efetivação do sistema representativo, preferência esta que teria servido para aumentar as simpatias por sua obra num recém-fundado Império[316]

Para além dos conflitos iniciais que marcaram o Primeiro Reinado, o 7 de Abril e a Regência abriram dois caminhos para a efetiva ascensão da política moderada: a representação parlamentar e as reformas constitucionais. [317] Entretanto, a maioria moderada que dominou os primeiros anos da Regência, dividiu-se a respeito do aprofundamento da reforma liberal. Segundo Jeffrey Needell,

> um movimento de reação levou a um novo partido majoritário em 1837, privilegiando um Estado forte equilibrado com parlamento e gabinetes representativos. Este partido, posteriormente conhecido como os Conservadores, enfrentou uma oposição, depois conhecida como os Liberais que, embora compartilhassem algumas crenças liberais, inicialmente compuseram uma aliança de ocasião[318]

Para Fábio Santa Cruz o período que se estende da abdicação de D. Pedro I, em 1831, à ascensão do Gabinete da Conciliação, em 1855, foi marcado por *ondas conciliatórias*. Embora o autor não trabalhe com o conceito de cultura política, identifica nos debates parlamentares uma busca pela conciliação, pela moderação política. Fábio Santa Cruz identifica no *Regresso*, porém, assim como Needell, um momento de ruptura com a idéia de conciliação, em

[316] Idem, p.60.

[317] SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo**: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p.199.

[318] NEEDELL, Jeffrey D.*"Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação 1831-1857"*. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº10, novembro 2009.

nome de uma política conservadora.[319] Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães

> foi em nome da ordem e do primado das leis que Bernardo Pereira de Vasconcellos rasgou o véu da Moderação e revelou sua face conservadora, quando idealizou a frente parlamentar batizada de 'Regresso', origem do Partido Conservador[320]

A autora ressalta, entretanto, que a face revolucionária do liberalismo moderado também sobreviveu e, *"embora mutilada pelo insucesso de 1832, conseguiu recompor-se e veio desabrochar, desfechando um outro Golpe, desta vez bem sucedido, o da Maioridade, em 1840".*[321]

Jeffrey Needell ressalta, porém, que no momento em que D. Pedro II começou a assumir maior controle direto sobre assuntos políticos, os grandes nomes da política imperial *"foram aparentemente atraídos para uma crescente moderação apartidária e para um reformismo gradual, sendo incorporados ao poder no despertar da própria direção política do imperador."* [322]Essa mudança, marcada pela maturidade de D. Pedro, daria o tom da política do Segundo Reinado.

2.2. 1853-1857: A Conciliação

"A conciliação. É verdade que esta palavra resumia toda a situação, e não era senão o eco mais ou menos remoto do

---

[319] SANTA CRUZ, Fábio. **"Em busca da conciliação: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil".** Brasília, DF: Tese de doutoramento em História, UNB, 2008.

[320] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837).In:* GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.126.

[321] Idem.

[322] NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit., p.19 (Grifos meus).

pensamento de todos os homens da política; era o fato palpitante, a fase saliente da época.” Com essas palavras José de Alencar definiu a política proposta pelo marquês do Paraná em 1853. Trata-se de um artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 1856, por ocasião da morte do idealizador da Conciliação.

O fim da Revolução Praieira, em 1849, marcou uma nova fase para liberais e conservadores[323]. Ao que parece, enquanto os conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, os liberais, depois das experiências frustradas de 1842 e 1848, possivelmente buscavam novas estratégias para se aproximar do poder. Nesse contexto, no dia 6 de setembro de 1853, assumiu o décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, que ficou conhecido como o Gabinete da Conciliação. Para Paraná *“a conciliação não significava unir os partidos, nem tão pouco conferir-lhes unidade de pensamento. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política, de forma a garantir um apoio mais amplo ao ministério.”* [324]

Na historiografia que aborda o Gabinete da Conciliação alguns aspectos são ressaltados: primeiro, é recorrente a idéia da Conciliação como um “período de abrandamento de paixões” ou um “momento de paz”, ainda que existam algumas exceções; segundo, é comum a imagem do marquês do Paraná como um político muito ativo e enérgico, fazendo recair sobre ele muitas das explicações sobre a política do período.

---

[323] A respeito da Revolução Praieira e de suas conseqüências para a política imperial ver: MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso**: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987. MARSON, Izabel. *“Poupar os submissos e debelar os soberbos: humilhar para conciliar”*. *In*: MARSON, I. A. e NAXARA, M. (org.). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Ed. UFU, 2005. CARVALHO, Marcus. *“A Insurreição Praieira”*. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº8, novembro 2008.

[324] VAINFAS, Ronald (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002, p.154.

Para além disso, a maior parte dos autores reconhece a importância do Ministério da Conciliação para a política imperial. Entretanto, são visíveis as lacunas de tais estudos, o que nos permite concluir que a política proposta por Paraná precisa ser examinada de forma mais profunda e a partir de uma perspectiva diferenciada.

Primeiramente, é necessário compreender a Conciliação como fruto de uma cultura política liberal moderada, gestada e praticada ao longo do processo de construção do Estado Imperial. Como ressalta Maria Fernanda Martins,

> esse ideal de imparcialidade já vinha caracterizando o pensamento político brasileiro desde os primórdios do regime constitucional, do qual era testemunho a própria adoção e manutenção do Poder Moderador, e que patrocinaria o espírito da conciliação, perseguida tão habilmente pelo marquês do Paraná na década de 1850.[325]

Nesse sentido, o Gabinete da Conciliação representou a coroação de uma cultura política, que visava, em última instância, diminuir os conflitos internos da elite, possibilitar a execução de um programa de reformas que necessitava de um amplo apoio político e, por fim, garantir a governabilidade do Estado.

Entretanto, é importante perceber também que, embora a idéia de conciliação fosse parte da cultura política do Império, especialmente até 1870[326], Paraná e seu grupo, não restrito aos conservadores, souberam utilizar esta cultura política de modo a efetivar um projeto de governo.

Por fim, sobre o contexto no qual a Conciliação foi gestada e se desenvolveu, bem como os anos posteriores ao gabinete, podemos dizer que

---

[325] MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. cit., p.110.

[326] Sobre a mudança de rumo na política Imperial ver, entre outros, José Murilo de Carvalho que afirmou que “o sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do Ventre Livre”. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição, p.322.

> a derrota do radicalismo – cujo símbolo foi o fracasso da Praia pernambucana – foi a derrota do espírito revolucionário, a vitória de uma forma própria de reformismo: excludente e de caráter gradualista, organizado, dirigido e controlado pelo Estado. Foi a vitória de uma versão conservadora do liberalismo, despojada de heroísmo e referência popular. Sob as frustrações e desventuras do democratismo liberal, ergueu-se e consolidou-se um sistema monárquico de tipo parlamentarista que – amoldando-se às características do país e reforçando-as – cimentou um mecanismo institucional alimentado por um jogo político de poucos parceiros. Com ele, o país conheceu uma longa época (cerca de três décadas) de aparente estabilidade, modernização e progresso material, com os conflitos controlados 'de cima', reformas postergadas ad nauseum e importantes traços coloniais reproduzidos.[327]

3. Conclusão

O artigo procurou demonstrar como o liberalismo, enquanto cultura política, forneceu para os construtores do Estado Imperial leituras comuns do passado e inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro. Como foi ressaltado, o liberalismo brasileiro contou com características próprias e recebeu denominações diversas - liberalismo moderado, monarquismo-constitucionalismo, conservadorismo, liberalismo de justo meio, etc - de acordo com os diferentes autores e correntes teóricas.

Essa cultura política, moderada e conciliatória, foi determinante no desenrolar dos acontecimentos do Império, desde a independência, passando pelos períodos decisivos da Regência, até os importantes debates do reinado de Pedro II. A elite política imperial compartilhou valores, tradições, práticas e representações políticas que possuíam em comum o desejo de construir o Estado e

---

[327] NOGUEIRA, Marco A.. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*, p.20. *Apud:* MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. cit.

manter a ordem, sem perder de vista os elementos chaves de um sistema político moderno e liberal.

Deste modo, a análise da cultura política liberal característica do Brasil do XIX, do qual o Gabinete da Conciliação é parte fundamental, nos ajuda a entender a origem de determinas formas de ação e de comportamento dentro da esfera pública, que não se explicam somente por determinados interesses individuais ou até mesmo coletivos, mas também pela influência de valores e pelas forças da tradição.

É certo também que, paralelamente à essa cultura política liberal, surgiram e se desenvolveram outras culturas políticas. Culturas essas que, por vezes, emprestaram e tomaram emprestados elementos do liberalismo. Mas, ao que parece, embora não hegemônico, o liberalismo moderado se constituiu, ao menos nos anos do Império, a cultura política dominante.

Sudeste x Norte: discussões dos políticos brasileiros acerca do projeto de abolição do tráfico negreiro de 1848

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
Graduando em História na UFV

Em 1850, devido a inúmeros fatores políticos, econômicos e sociais, o tráfico negreiro foi abolido. No entanto, até ocorrer a efetivação da Lei que abolia o esse comércio, conhecida como Lei Eusébio de Queiróz, vários projetos foram propostos. O último foi proposto no dia 1 de setembro de 1848. Este foi discutido e modificado ao longo desse período até ser efetivado. Esse trabalho propõe analisar como os interesses regionais influenciaram esse projeto. Mas antes de iniciar essa análise, é importante analisar como a historiografia analisa a abolição do tráfico negreiro no Brasil.

Existem três hipóteses que tentam justificar a abolição. A primeira destas diz que esse sistema ruiu graças à pressão inglesa sobre o governo Imperial. A segunda, não descarta a pressão inglesa, mas explica a abolição à pressão feita pelos políticos brasileiros. Já a terceira, apesar de não descartar as outras duas, acredita que foi graças à pressão, revolta e resistência dos escravos que esse sistema foi abolido. A seguir irei analisar mais detalhadamente cada uma dessas hipóteses.

No decorrer do século XIX, com o advento da Revolução Industrial, a Inglaterra estava à procura de mercado consumidor, e a escravidão, era uma enorme barreira para essa consolidação.

Devido a essa forte presença britânica em nosso território e de sua influência sob o governo Imperial, este foi pressionado a acabar com a escravidão. Mas devido à forca desse sistema dentro do Brasil, os ingleses perceberam que a extinção efetiva não ocorreria. Dessa forma, desejavam ao menos que o tráfico negreiro fosse extinto.

Vários acordos foram firmados. Entretanto, nenhum destes, pelo lado brasileiro, desejava efetivamente essa extinção. Mas em 1850, segundo Leslie Bethell, ocorreram alguns ataques da marinha britânica contra a costa brasileira e caso o tráfico não fosse abolido novos ataques ocorreria.

Em um discurso feito diante da Câmara dos Deputados, pelo político Sr. Paulino:

> O fato de que era a pressão inglesa que tinha, finalmente compelido o Brasil a acabar com o comércio de escravos e apresentou à Câmara um relato longo, detalhado e notavelmente justo da campanha desenvolvida pela Grã-Bretanha, durante o meio século anterior, pela abolição internacional do tráfico e das vicissitudes que tinham assediado as relações anglo-brasileiras no tocante à questão do comércio de escravos.[328]

Robert Conrad por sua vez, acredita que o fator essencial para o fim do tráfico foi a pressão dos políticos brasileiros. Deputados do Norte, preocupados com a situação econômica de sua região começaram a protestar nos debates da Câmara dos Deputados contra esse comércio. A decadência da economia açucareira, juntamente a queda da economia do algodão no Norte, fez com que o poder aquisitivo dos fazendeiros diminuísse.

Nesse momento, as maiores e mais solidamente estabelecidas firmas exportadoras britânicas eram localizadas na área nordestina, que negociavam com o açúcar ainda exportado em grande quantidade para a Grã-Bretanha[329].

Juntamente a isso, a forte pressão inglesa contra o fim do tráfico, fez com que o preço do escravo aumentasse exorbitantemente. Não

---

[328] Discurso de 16 de julho de 1852. Para referencias pag.341. Apud: BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos.* Leslie Bethell; tradução de Luis A. P. Souto Maior. - Brasília: Senado Federal,Conselho Editorial, 2002

[329] MATTOS, Ilmar Rohloff de. In: *O tempo Saquarema.* São Paulo: Hucitec, 2004 P.27

era mais viável que se continuasse com esse tipo de comércio na região.

> A proibição do trafico foi eficaz, contudo, nas províncias do extremo sul e ao longo da costa note, entre o Cabo de São Roque e o Amazonas, mas essa cessação parcial do trafico de escravos não foi resultado de funcionários conscienciosos ou de uma população respeitosa da lei. Ocorreu, sim, em virtude do aumento do preço do escravo.[330]

Nos debates da Câmara dos Deputados de 1848, é possível notar uma passagem que possui certa afinidade com as idéias defendidas por Conrad,ao dizer que os políticos brasileiros tiveram sua participação no processo de abolição. O senhor deputado de Pernambuco Nunes Machado em seu discurso diz:

> Um grande erro tem em sua opinião vogada na população, e é entender que sem a continuação do tráfico a sua agricultura estaria hoje morta, porquanto, se se atentar para o que se passou nos anos que decorreram desde a extinção do tráfico até que começou o contrabando de africanos, ver-se-há que não só a agricultura não definhou, como, o que extraordinário, todos os agricultores que até então se achavam empenhados na praça (...), não só pagaram suas dividas, como se foram tornando grandes proprietários, comprando casas nas cidades e amoedando capitais. Se, pois a avareza de entes degenerados não tivesse anulado a lei que extinguiu o trafico, corrompendo os costumes e instituindo de novo a introdução de africanos, o país não se acharia hoje na posição que ele orador não ousa definir.[331]

Além dessas duas teses existe também a última que diz que o tráfico ruiu graças à pressão dos escravos. ‘’A intensificação da rebeldia negra, particularmente na região de agricultura mercantil-

[330] CONRAD, Robert, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888.* Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª edição 1978. P. 33

[331] Brasil, Anais da Câmara dos Deputados. Sessão do 1º de Setembro de 1848. P. 326

escravista. A resistência passiva, os atos de violência e os crimes cometidos contra os feitores, sobretudo, o suicídio e as fugas apareciam como as formas principais da reação pessoal''[332].

A fuga era uma maneira de resistir ao sistema de dominação. Fugindo para quilombos, ou para regiões distantes e pouco populosas os escravos se libertavam da condição de cativo e podiam desfrutar da liberdade. Além disso, obrigavam os senhores a reporem a mão-de-obra faltante. Então, ao invés de obterem lucro com a escravidão, poderiam acabar tomando prejuízo devido a esse fator.

Além da resistência dentro do Brasil, esta também acontecia dentro do continente africano e nos navios negreiros. Jaime Rodrigues, em seu livro, mostra um relato ocorrido em 1782, por exemplo, de um navio no porto de Cabinda que ''negros embarcados sublevaram-se, arrombaram o paiol onde estavam as armas e munições e ocuparam o convés do navio. Apesar da resistência dos tripulantes que abriram fogo contra os rebelado e mataram alguns deles. Os negros responderam que não se rendiam, que se os apertasse largavam fogo ao navio e que preferiam morrer a sair dali''. O final desse processo a morte de todos aqueles que estavam a bordo, pois os escravos espalharam pólvora por todo navio e atearam fogo.[333]

Existiam também formas de resistência dentro dos navios negreiros. Combinando motins, suicídio, Rodrigues defende a idéia de que os tripulantes sabiam que essas coisas aconteciam graças à maior liberdade que os escravos tinham dentro dos navios. Essa liberdade consistia em subir ao convés, andar ''livremente'' pelo navio. Para evitar que isso acontecesse os negros, muitas vezes não

[332] MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op.cit. p. 85
[333] RODRIGUES, Jaime. ''Guerras, resistência e revoltas'' In: *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do trafico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).* São Paulo, Cia. das Letras 2005. P. 223/224.

tinham autorização de deixar o porão. Outra forma de evitar revoltas eram as adaptações feitas nos navios. As escotilhas gradeadas eram comuns nessas embarcações.[334]

Entretanto por mais que esses negros fizessem oposição clara a sua dominação, sabemos que o tráfico e o comércio duraram até 1850. Pode-se dizer que, a pressão destes ajudou no seu combate, mas não foi o fator primordial para a sua extinção. O poder bélico, as formas de captura, e os métodos de coerção dos traficantes eram eficientes contra os negros. Por mais que alguns se suicidassem, que alguns conseguissem fugir, a ''fonte estava longe de secar''. Por mais que provocassem alguns prejuízos aos comerciantes, estes rapidamente recuperavam o dinheiro perdido. Portanto era muito rentável para eles continuaram com o trafico.

A pressão inglesa, a pressão dos políticos brasileiros e a pressão e resistência dos escravos foram alguns dos fatores que culminaram na abolição do tráfico negreiro. Cada um deles teve sua relevância, seu local dentro da abolição do comércio transatlântico. Portanto uns apresentam seu maior destaque dentro desse processo. Mas não se devem analisar separadamente os três como Leslie Bethell e Jaime Rodrigues, por exemplo, o fizeram.

Sabe-se que nesse período a região Norte estava em decadência econômica, devida ao baixo preço do açúcar e a queda das vendas do algodão. Além do mais, os deputados brasileiros, nesse período, representavam os interesses dos grandes proprietários de terra. Dessa forma, se a economia de sua região estava em decadência, conseqüentemente, os negócios também estariam e dessa forma, o apoio a esses políticos poderia diminuir.

Ao analisar o discurso do senhor deputado Nunes Machado, eleito pelo estado de Pernambuco, observa-se que ele se coloca inteiramente contra o tráfico de africanos.

---

[334] Ibidem. P.247

> [Nunes Machado] É inteiramente inimigo do tráfico da escravatura, e que amaldiçoa todos os entes depravados que, sem o mínimo respeito à moral, e à religião têm procurado fazer fortuna com esse desgraçado tráfico, e desejara que a população, conhecendo seus verdadeiros interesses, conhecendo o mal que aqueles perversos fazem ao país, pelo menos os entregasse a uma eterna reprovação.[335]

Já a região Sudeste encontrava-se economicamente no seu auge. Inicialmente isso ocorreu graças à exploração de metais preciosos em Minas Gerais no século XVIII, depois devido à ascensão do café no Vale do Paraíba no início do século XIX e posteriormente no Oeste Paulista. Devido a isso, os políticos desta região não desejavam que o tráfico fosse suspenso, pois eles necessitavam de mão-de-obra para trabalharem em suas fazendas.

A oposição entre as opiniões dos políticos do nordeste e do sudeste é evidente. Para desviar a atenção em relação ao projeto, o deputado carioca Rodrigues Santos, argumenta que todos os membros da câmara entraram na discussão da lei interessados, exclusivamente, nos interesses do país; sem se importarem com outras considerações. Ele ainda afirma que os deputados serão os primeiros a sofrerem as conseqüências caso tomem decisões que prejudiquem o país.[336]

Endossando o que foi dito por Rodrigues Santos, o também deputado carioca Gomes de Meneses se posiciona:

> Compartilhando a opinião do Sr. Rodrigues dos Santos, corrobora os argumentos por ele produzidos. O orador alistou-se já, dando o seu voto de apoio ao art.1º, porém aproveita a ocasião para declarar que dando esse voto de apoio, não tinha tido a declarar que há de votar por toda a lei. Acha que ela não está mesmo bem desenvolvida. Mas como a idéia capital aparece no art.1º, o orador se alistou a favor dela, porque entende que a presente lei tem uma grande vantagem,

[335] Brasil, Anais da Câmara dos Deputados. Sessão do 1º de Setembro de 1848, p. 326

[336] Ibidem. P. 328

> pela qual deve ser votada, e vem a ser que ela estabelece uma legislação muito mais conveniente do que a legislação que por esta lei tem de ser revogada.[337]

Analisando os discursos dos políticos cariocas podem-se ressaltar duas observações:

1ª: o senhor Rodrigues Santos está jogando a responsabilidade de um possível fracasso da economia brasileira, ocasionada pelo fim do tráfico negreiro, nas mãos de seus colegas. Além disso, ele insiste ressaltar que todas as opiniões emitidas sobre essa discussão são ocasionadas por interesses no bem geral da nação e não de acordo com os pessoais. É uma forma discreta de acusar os políticos nordestinos de estarem pensando somente em si próprios, no que é melhor para a sua região e não no melhor para o Brasil. Entretanto também está defendendo os seus próprios interesses. Dessa forma, se posiciona contra a abolição do tráfico negreiro.

2ª: com a decadência do tráfico no Nordeste, e vendo que o tráfico interno de escravos ocorreria o senhor deputado Gomes de Meneses defende apenas o primeiro artigo do projeto, que proíbe o tráfico internacional, mas não faz considerações acerca do interno. Mas em relação aos demais artigos ele se posiciona contra, pois entrará em conflito com seus interesses pessoais e com de toda a classe fazendeira de café do Sudeste.

---

[337] Ibidem. p. 328

Conflitos sociais e poder na construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais: Cidade de Patos, 1870 – 1933.

Rosa Maria Ferreira da Silva
Mestre em História.
Doutoranda em História
pela Universidade Federal de Uberlândia

Dos muitos enigmas que permeiam as muitas cidades de Minas Gerais, elegemos os enigmas de *Patos* para decifrar. Mais especificamente, escolhemos decifrar a construção material e simbólica da sua paisagem urbana, entre 1870 e 1933. Iniciamos em 1870 porque este é tanto o ano de escrita do primeiro Código de Posturas da *Vila de Santo Antônio dos Patos*, quanto o ano em que foi oficializado o movimento republicano no Brasil. Fechamos em 1933, pois foi naquele ano que faleceu o responsável intelectual pela modernização urbana de Patos: o republicano patense Olegário Dias Maciel. Localizada no intervalo entre a região do Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, Patos de Minas possui uma configuração urbana no mínimo intrigante. Seu "cartão postal" é a Avenida Getúlio Vargas, intervenção localizada no princípio do período republicano, em tudo semelhante às avenidas abertas durante a República.

Em princípio chamada de "Avenida Municipal", a Getúlio Vargas é formada por duas largas faixas que atravessam de ponta a ponta o centro da cidade. Já sabemos que a configuração urbana descrita acima, não é novidade para as cidades do interior. Trata-se do que Murilo Marx[338] chamou de "laicização do espaço urbano" quando, a partir de 1870, a racionalidade política e econômica

[338] MARX, Murilo. **Cidade no Brasil:** terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

substituiu a referência religiosa e pessoal da paisagem citadina, alcançando tanto os grandes centros quanto o interior do Brasil. Porém, a Avenida Getúlio Vargas de Patos de Minas abriga *ao mesmo tempo* duas configurações urbanas completamente diferentes: a “antiga”, do início do século XIX, que deu origem ao município e a “moderna”, do final do mesmo século. As três quadras iniciais da Avenida Getúlio Vargas são os vestígios do Largo da Matriz de Santo Antônio. Embora a matriz não exista mais, está referenciada no conjunto por dois monumentos: o Cruzeiro e o Monumento do Centenário.

O atual conjunto paisagístico, denominado de *Praça Dom Eduardo,* está no centro no núcleo original de povoamento, localizado ao norte. Fazem parte dele ruas estreitas e curvas que conduzem a travessas e becos; nitidamente “semeadas” à moda lusitana de povoar. Ao mesmo tempo, os edifícios mais antigos e característicos da área são todos em estilo colonial,construídos a rés do chão, com altas janelas e portas retangulares. São exemplos, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, localizada hoje na Praça Juquinha Caixeta, e os casarões do Dr. João Borges e do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz. A configuração urbana descrita acima se estende até a “Travessa dos Queiroz”, localizada atrás da Catedral de Santo Antônio, edificação erguida entre 1930 e 1954. A Catedral, o maior e mais imponente edifício religioso da cidade, *demarca* a passagem para o outro extremo da Avenida Getúlio Vargas: indo na direção *sul,* estende-se a parte moderna, planificada, com o traçado urbano em forma de tabuleiro, tal qual Belo Horizonte e a sua inspiração, a argentina La Plata: ruas largas, em plano ortogonal, atravessadas em diagonal pela avenida e, ainda, pelas ruas Major Gote e Doutor Marcolino. Semelhante à Avenida da Liberdade, em Belo Horizonte, a Getúlio Vargas – *depois* da Catedral de Santo Antônio _também é margeada por imponentes edifícios, públicos e particulares, construídos de acordo com o mais republicano dos

estilos: o eclético. Foi ali que se concentraram, no alvorecer da República, os símbolos do poder e de uma nova urbanidade.

Assim, ao contrário da São Paulo do café que foi erguida *sobre* os escombros da São Paulo de taipa; da apoteótica reforma do Rio de Janeiro que "rasgou"a paisagem colonial para abrir largas e salubres avenidas; ao contrário mesmo de Belo Horizonte, uma espécie de "arcano do inteiramente outro"; Patos de Minas foi, *literalmente*, dividida em duas partes. Porém, a percepção de que a paisagem urbana central de Patos de Minas é *dupla*, passa ao largo dos trabalhos que direta ou indiretamente fizeram referência a ela. Apoiando-se na leitura apresentada por Roberto Carlos dos Santos[339], historiadores iniciáticos como Leonardo Latini Batista[340] ou historiadores da Educação, como Rosicléia Ap. Lopes de Faria[341], tomam indistintamente *a cidade de Patos* como um "lócus" privilegiado de "modernidade". Dito de outra forma: a *parte é tida como o todo*, pois se concluiu *precipitadamente* que a modernização do lado *sul* de Patos de Minas foi um fenômeno que perpassou toda a cidade que existia em princípios do século XX. A leitura da urbanização de Patos como um fenômeno homogêneo é um equívoco que requer uma correção urgente. Em nome de uma história "a contrapelo" ou "vista de baixo", esta leitura simplesmente *referenda* a historiografia que critica e permanece soterrando os conflitos

---

[339] SANTOS, R. C. **Urbanização, moral e bons costumes:** vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900 –1960). Dissertação. Mestrado em História. UFU: 2002.

[340] BATISTA, Leonardo Latini. **De cidade sertaneja a bellaurbs:** obras públicas e tensões sociais em Patos de Minas no início do século XX. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Monografia de Graduação em História, 2009.

[341] FARIA,Rosicléia Ap. Lopes de. **Da educação moderna à formação do cidadão republicano:** implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros – 1913 – 1928). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado em História da Educação, 2007.

sociais que marcaram a constituição da paisagem urbana de Patos de Minas.

Concordando com Jadir Peçanha Rostoldo[342] lembramos que a análise do processo histórico da construção do espaço urbano de uma cidade deve incluir obrigatoriamente, uma interpretação da sociedade que a habita e constrói, sob o risco de se conhecer a obra e não seus produtores. Por isso, "descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização no Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza da sua própria sociedade"[343]. Nesse sentido, entendemos que a compreensão do processo de urbanização das cidades do interior em fins do século XIX, inclusive as do interior de Minas Gerais como Patos, impõe reconhecer que a "classe dominante" ou o seu sinônimo corrente, "as elites", não é monolítica. Sem a devida referência e o devido entendimento da posição dos clãs familiares e dos conflitos que os opuseram no cenário urbano que ia se constituindo, não compreendemos a sociedade histórica que gerou a paisagem urbana, influenciando e sendo influenciada por ela.

A história da construção da paisagem urbana da cidade de Patos está marcada por um conflito social sangrento, dado *entre* duas famílias pertencentes à elite política local: os *católicos e monarquistas* Borges e os *protestantes e republicanos* Dias Maciel, chamados popularmente de "Maciéis". As marcas dos Borges e seus parentes, os Caixeta e os Queiroz, permanecem intactas no núcleo urbano original da cidade. Os logradouros e prédios relembram a existência desses personagens, num desafio constante ao esquecimento. Ali estão a casa do Doutor João Borges, a rua e a casa de Deiró Borges, a rua do Tenente Bino, o Beco da Zélia, a Praça da

[342] ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba:** espaço urbano, poder e sociedade. Doutorado em História Social. USP: 2008.

[343] DÉAK, Csaba; Schiffer, Sueli R. (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004, p. 16.

Dona Genoveva, a Rua do Alfredo Borges, a Praça Chiquinho Caixeta, a Rua Dr. José Olímpio Borges, a Praça Dom Eduardo. E ainda a Travessa dos Queiroz onde se mantém de pé a casa do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz, palco de criação do partido de oposição oficial aos "Maciéis". Do outro lado da Catedral, ligadas à modernização e à reordenação urbana da cidade, estão as*marcas* dos "Maciéis", seus compadres e parentes:[344] Escola Estadual Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Rua Olegário Maciel, Casa de Olegário Maciel, Casa do Dr. Itagyba (Ferreira da Silva), Rua Farnese Maciel, Palacete de Amadeu Maciel, Rua Major Gote (apelido de Sesóstres Dias Maciel), Hospital Regional Antônio Dias Maciel, Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, Coreto Arthur Thomaz de Magalhães, Rua José de Santana, Escola Estadual Marcolino de Barros, Praça Antônio Dias, Rua Major Jerônimo [Dias Maciel], Praça Santana... A documentação existente no Museu da Cidade de Patos de Minas, o MuP, demonstra que a reordenação de Patos _ do núcleo original, ao norte, rumo ao vetor sul, na direção da

---

[344] Cerraram fileiras em torno dos Dias Maciel, as famílias: Santana, Pacheco, Barros, Magalhães e Ferreira da Silva. Dentre estes eram genros do patriarca dos Maciéis, o Coronel Antônio Dias - e, por isso, cunhados de Olegário Maciel: o Coronel Arthur Thomaz de Magalhães (vereador e responsável pela construção do coreto, do jardim público e do cinema); Marcolino de Barros (advogado, agente do executivo, responsável por conduzir o processo de canalização da água e eletrificação da cidade); Noé Ferreira da Silva (dentista e vereador). Eram parentes por afinidade: Itagyba Augusto da Silva (irmão de Noé; advogado, responsável pela primeira linha telefônica) e José de Santana (cunhado de Noé e Itagyba; compadre de Olegário pelo batismo de duas filhas; responsável pela sessão e posterior venda à municipalidade, de terrenos da sua fazenda, nos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra – ver nota 2). Os demais possuíam afinidade através dos laços de compadrio firmados nos batismos dos filhos.

Chapada e das *terras da Igreja*[345], se deu a partir de 1883, através de Olegário Dias Maciel, então Agente do Executivo[346].

A "indicação" de Olegário Maciel foi rigorosamente acatada. Olegário Dias Maciel era o filho mais velho do Coronel Antônio Dias Maciel[347], o grande chefe patense do Partido Liberal. Como primogênito já possuía o destino de ser o herdeiro político do pai. Em conformidade com a realidade cultural do período, tornou-se "doutor", mas não bacharel em Direito, como era comum na época. Formou-se **Engenheiro Civil** em 1878 pela Escola Polytécnica do Rio de Janeiro (um dos berços do movimento republicano, lançado oficialmente em 1870), e formadora de outros engenheiros famosos

---

[345] Data de 1826 a doação de uma sorte de terras, *parte da Fazenda Os Patos,* feita pelo casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luzia Corrêa de Andrade *ao glorioso Santo Antônio para cômodo dos povos.*

[346] CORRESPONDÊNCIA Interna. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883. MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas: Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Caixa 089.1. Documento Digitalizado: Mar/2006. *A.Commissão de obras.nº 4. Indico que a Camara Municipal pela Commissão de Obras organise um plano para augmento da povoação desta Villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S.das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário. (sic)*

[347] Os fundadores da Família Dias Maciel foram os irmãos Antônio e Jerônymo, oriundos de Bom Despacho do Picão, distrito de Pitanguy. Entre 1868 e 1880, o Coronel Antônio Dias Maciel dividiu com seu irmão, o Major Jerônimo Dias Maciel, a gerência política do então *Arraial de Santo Antônio dos Patos,* após o quê assumiu a segunda geração da família. Dos filhos do Coronel Antônio Dias se destacou no cenário político: Olegário, o mais velho, fez carreira dentro do PRM chegando à Presidência de Minas Gerais no pleito de 1929; teve papel importante na condução de Getúlio Vargas ao poder, garantindo o apoio das tropas e de recursos de Minas. No palco local, exerceram funções públicas: o Major Gote (Sesóstres) e Amadeu Maciel. O quinto filho, o Coronel Farnese, manteve-se dentro da cena política sem exercer cargos públicos. Garantia a eleição de seus irmãos através dos cabrestos e da coação. Dos filhos do Coronel Farnese: Antônio Dias Maciel (advogado), Adélio (médico) e Zama (professor), tiveram cargos públicos. Dos filhos do Major Jerônymo apenas Jacques Dias Maciel esteve próximo das esferas de poder, sendo secretário de Olegário no governo de Minas e presidente do Instituto Mineiro do Café. Com relação às patentes que distinguiam os Maciéis, estas eram derivadas de seu pertencimento à Guarda Nacional.

como *Pereira Passos*, que empreendeu as reformas do Rio de Janeiro e um dos contemporâneos de Olegário, *Aarão Reis*, que projetou Belo Horizonte. Diante desses dados compreende-se a homenagem *pós-mortem*feita a Olegário Maciel na paisagem urbana que ele mesmo projetou: "Plantado" no meio da quadra central da Avenida Getúlio Vargas, encontra-se um busto que o representa, posicionado de frente o *sul*, mirando a chapada. Entrementes, dada a posição em que foi colocado, o busto também se encontra de *costas* para a *Catedral de Santo Antônio* e para o núcleo original de povoamento, *onde residiam os Borges.*

A documentação indica que até 1889, Borges e Maciéis conviviam. Embora os segundos não fossem freqüentadores assíduos da igreja, sabemos que a conversão ao protestantismo dar-se-á apenas no princípio do século XX, por membros da segunda e terceira geração da família. No atual estágio das pesquisas, não podemos afirmar com certeza qual foi o motivo que levou à ruptura entre as famílias. Tudo indica, porém, que a contenda se iniciou por conta da República, conforme demonstra a ata da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 1889, apresentada por Antônio de Oliveira Mello[348]. O vereador monarquista descrito acima era o primogênito do Capitão José Antônio Borges, o "Major Olympio Borges"[349].

[348] O vereador Sesóstris Dias Maciel, em 9 de dezembro de 1889, já proclamada a República no Brasil, apresentou a seguinte iniciação: "Indico que esta Câmara faça a sua adesão ao Governo hoje estabelecido conforme a redação que foi aprovada." Posta em discussão e votos, foi aprovada ***contra o voto do vereador Olímpio Borges que, na sessão de 12 de dezembro, se declara contrário à República*** e exonera-se da Comissão de Redação, recebendo voto de louvor pelos serviços prestados. (MELLO, et. alli.: 2006, p.125.).[*sic*. Grifos nossos]

[349] A família Borges era imensa, mesmo para os padrões de fins do século XIX. Ao todo somava 338 descendentes diretos dos seis irmãos que, migrando de Formiga, se estabeleceram no *Arraial de Santo Antônio dos Patos.* Como os Dias Maciel, os Borges também eram membros da Guarda Nacional. O Major Olympio Borges (1864 – 1924) foi inspetor de ensino entre 1885 e 1889; advogado e em 06 de abril de 1883 nomeado, por concurso, Tabelião do Primeiro Ofício, cargo que

Embora a opção monarquista dos Borges à revelia da opção republicana dos Maciéis tenha dado o colorido inicial ao conflito, a conversão ao protestantismo de Antônio Dias Maciel (1898 – 1964) neto do Coronel Antônio Dias, pode ter sido a "gota d'água" para uma oposição explícita dos *católicos* Borges ao clã situacionista Maciel. Advogado, juiz de direito, professor e pregador protestante, Antônio Dias Maciel é reconhecido como um dos fundadores do templo destinado à Igreja Presbiteriana em Patos de Minas. Foi também através dele que se criou na cidade uma escola de cunho evangélico, o Instituto Sul Americano. O Instituto foi a raiz da "Escola Normal", idealizada por seu tio Olegário, então presidente do Estado, acusado de protestante no pleito de 1930 pelas Legiões Católicas fiéis a Melo Viana.

Assim, o conflito entre Borges e Maciéis pode ser entendido não apenas como um conflito que opunha orientações políticas e partidárias diferentes. Ele nasceu tanto da diferença política quanto da diferença religiosa. Como exemplo, destacamos um trecho da intensa correspondência do então Cônego Fleury ao Bispo de Uberaba, fazendo referência à Escola Normal: *A tal escola "anormal", Snr. Bispo, é uma lástima lastimável e digna de toda lástima. O seu diretor [Antônio Dias Maciel], servindo-se de seu cargo, num prédio magestoso do governo, pago pelo governo, num estado e numa cidade catholica como Minas e Patos, auxiliado por alguns elementos, que só visam o ganho, vai distilando perfidamente o veneno da heresia nos corações das mocinhas que elle tem conseguido arrebatar. Já são diversas moçasque elle maldosamente, tem arrastado para o "seu" protestantismo. Isto, que eu acho absurdo e uma injustiça clamorosa, num meio catholico como o de Patos, o governo manter na directoria de uma escola normal um fanático adversário das nossas crenças, que se serve do*

---

seu pai exercera. Estreou na carreira política em 1887, ainda no Império, como vereador da *Vila de Santo Antônio dos Patos*. Eleito para o período de 1887-1890 (quando pede a sua exoneração), retorna, já na República, nos pleitos de 1892, 1893 e 1901.

cargo para propaganda anticatholica e até política. (sic[350]*).* Em 2004, a Avenida Getúlio Vargas recebeu mais um indicativo simbólico da disputa entre as famílias: a Prefeitura de Patos de Minas postou (consciente ou inconscientemente) *de costas para o busto de Olegário* o busto que homenageia o Monsenhor Fleury. O conflito entre "Borges e Maciéis" estendeu-se até a década de 1950, submerso nas legendas do PSD (Borges) e UDN (Maciéis). Diante do exposto podemos afirmar que de fins do século XIX até a metade da década de 1950, a cidade e seus sujeitos foram *culturalmente* "separados" através da sua afinidade com um ou outro grupo.

Acreditamos que decorre da memória dessa experiência a compulsão "classificatória" da população de Patos de Minas. As pessoas são apreendidas *sempre* através de padrões duplos de classificação: *os de Patos* e *os de fora;* os *patenses* (nascidos em Patos) e os *paturebas* (o migrante que fixa residência em Patos). Igualmente, os indivíduos possuem uma ou outra afinidade "política": PSD ou UDN, os Borges ("os popular", como dizem os mais velhos) ou os Maciéis. Por isso, diante da pergunta fatídica: *de qual família você é?,* o interlocutor, desconhecendo o passado da cidade, acredita precipitadamente que a pergunta requer como resposta exclusivamente o seu sobrenome. Em Patos de Minas a pergunta é, muito mais, uma aferição da *pertença cultural* dos indivíduos. "De qual família" significa *de qual dos lados*! Frente ao que foi dito, entendemos que ampliar os estudos sobre a cidade de Patos de Minas significa, em primeiro lugar, ampliar a compreensão da sua própria história. Já indicamos páginas atrás que os silêncios deliberados acerca dos sujeitos das "classes dominantes" locais, não contribuem em nada para a criticidade do discurso histórico. Muito

---

[350] CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS. **Carta de Cônego Manuel Fleury Curado ao Senhor Bispo.** ARQUIVO. Patos de Minas: 12 de fevereiro de 1936. Correspondências diversas. Pasta n.5, 33-38.

pelo contrário. À memória oficial que se pretende destruir, se devolve memória nenhuma. É importante reconhecer que dentro da mirrada produção historiográfica sobre a cidade, não há pesquisas sobre as “classes subalternas”. E o que existe sobre as “classes dominantes” são as informações seccionadas dos memorialistas locais.

Visto desta forma, a insistência em oferecer uma interpretação histórica que não contempla os *sujeitoshistóricos* retroalimenta uma historiografia descarnada, conservadora e determinista. Por outro lado, quando nos reportamos ao fenômeno de urbanização que teve lugar a partir de fins do século XIX, sabemos de cor o evangelho de Haussman e o projeto civilizador aplicado nos grandes centros do Brasil. Distanciando o olhar, também conseguimos apontar a série de intervenções urbanas que mudaram a face de dezenas de outras cidades, especialmente aquelas no caso de Minas e São Paulo que, diferente de Patos, foram tocadas pelos trilhos das estradas de ferro, condutores do café. Porém, as cidades são mais que projetos. E os projetos, implantados, envolvem *diretamente* os indivíduos, sujeitos históricos, homens e mulheres que participaram e viveram na paisagem urbana que ia sendo modificada, transformando e sendo transformados por ela. Esse movimento, tão dialógico quanto dialético, dá-se no âmbito específico de uma experiência social genuinamente humana: a *cultura*.

Ora, a ciência - mãe do conceito de cultura, a Antropologia, já nos ensinou que *cultura* é toda a produção material e simbólica que confere identidade aos grupos humanos, permitindo aos indivíduos o senso de pertença à coletividade. É desta maneira, pois, que devemos pensar a paisagem urbana e sua construção histórica. Ela é *culturalmente* construída, pois expressa a identidade social dos indivíduos. Isso não significa, é óbvio, que por expressar a identidade dos sujeitos, a cultura é “plácida” e harmônica. Muito pelo contrário. O espaço imaginário no qual a cultura oferece a pertença é

construído mediante o embate de múltiplos interesses. “O quê” e “como” o grupo será; como se “dará a ler”, ou seja, como se fará representar; através de quais instrumentos (intelectuais, míticos, materiais...) reconhecerá os *seus membros*, resultam de profundos e dramáticos embates de interesses.

Assim, compreender o processo através do qual se construiu material e simbolicamente a paisagem urbana de Patos implica, por suposto, compreender em qualquer tempo, a *construção cultural* daquela paisagem, localizada, em nossa pesquisa, entre 1870 e 1933. Obviamente, a configuração urbana erguida na cidade de Patos no período acima, certamente é parecida com dezenas de outras configurações espalhadas por Minas Gerais e pelo Brasil afora. Entretanto, a urdidura histórica que deu origem a aquela paisagem; ou, como dissemos, no início, a urdidura sócio-cultural que originou os lugares citadinos e a “memória urbana” que se depreende deles é *única.* Por isso mesmo Patos de Minas é representativa das *diferentes experiências* culturaisde urbanização que tiveram lugar no interior de Minas Gerais, entre a propaganda e a consolidação do regime republicano. Compreender essas diferenças nos ajudará, com certeza, a entender melhor as nossas semelhanças.

O Centrão e os militares: as congruências políticas do bloco dominante na Nova República.

Tiago Francisco Monteiro.
Mestrando do PPGH-UERJ. Bolsista CAPPES.
tiagobenin@yahoo.com.br

> Nós tivemos sorte de conseguir convencer os parlamentares sobre certos pontos fundamentais. Deu muito trabalho, mas conseguimos. Depois que foi criado o Centrão, nós tivemos mais facilidade. Tivemos oportunidade, com um trabalho profundo, bem-feito, cuidadoso, de preservar as coisas que julgávamos essenciais. Umas pequenas coisas ainda passaram, mas o que era essencial para as Forças Armadas nós preservamos[351].

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 foi instalada em uma sessão na Câmara dos Deputados presidida pelo então ministro do Supremo Tribunal Militar, José Carlos Moreira Alves, no 1º de fevereiro de 1987. Na ocasião, Moreira Alves declarou que a Constituinte encerraria o *ciclo revolucionário* (sic) através da conciliação[352]. Todavia, o citado clima de conciliação não existiu nem na ANC e tampouco na sociedade brasileira entre 1987-1988.

No mesmo dia da inauguração da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) disputou com Fernando Lyra (PMDB-PE) e Lysâneas Maciel (PDT), respectivamente, a presidência da Câmara dos Deputados e a Presidência da Constituinte. Outra disputa do dia foi a possibilidade de excluir os senadores eleitos indiretamente da ANC. Esta proposta recebeu apoio do PT, PDT, PCB, PCdoB e PSB. Contudo, conduzidos pelos líderes do PMDB, Fernando H. Cardoso,

---

[351] SABÓIA, Henrique. "Depoimento." In: CASTRO, Celso & D'ARAÚJO, Maria C (Orgs). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001; p. 60.
[352] Folha de São Paulo, 2.02.1987.

do PFL, José Lourenço, e do PTB, GastoneRighi, os demais constituinte decidiram pela manutenção dos chamados “senadores biônicos” de 1982 na Constituinte. Era apenas o início. Os debates sobre o Regimento Interno opuseram o setor Liberal-progressista do PMDB, liderado por Mário Covas, e os membros do PFL e PDS. Covas saiu vitorioso, mas enfraquecido politicamente.

O Regimento Interno da constituinte definiu que a ANC ficaria dividia em oito grandes Comissões. Cada Comissão seria composta por três Subcomissões. Os líderes dos partidos deveriam indicar os membros que formariam as 24 subcomissões com base na proporção de parlamentares eleitos em 1986. As Subcomissões funcionariam de 7 de abril a 25 de maio de 1987. No final deste período, cada subcomissão deveria preparar seu relatório e enviar-lo para a Comissão da qual fazia parte. Os três relatórios dariam origem a um único texto final, um Anteprojeto, que por sua vez, seria enviado à Comissão de Sistematização a qual prepararia um texto para ser votado em plenário.

Os partidos conservadores possuíam maioria absoluta na ANC, mas a minoritária Esquerda atuou ativamente para obter vitórias. A outra estratégia das forças ligadas aos trabalhadores foi a mobilização operária e camponesa. A reação não tardou reprimir estes movimentos. Antes mesmo da instalação da ANC, em dezembro de 1986, o governo colocou as tropas militares nas ruas para reprimir uma greve geral[353]. Em março de 1987, os militares voltaram a ocupar Portos e Refinarias para combater as novas greves. No campo, a violência de latifundiários simpatizantes ou membros da União Democrática Ruralista (UDR)[354] vitimou 440 camponeses, posseiros, garimpeiros, dirigentes de sindicatos rurais e advogados

---

[353] Folha de São Paulo, 12 e 13 de dezembro de 1986.

[354] A União Democrática Ruralista (UDR) era uma associação de latifundiários criada em 1985 para conter o movimento social no Campo e representar os interesses das classes dominantes rurais junto ao Estado.

que estavam unidos na luta pela terra e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais[355].

O Anteprojeto de Constituição foi apresentado à população em 29 de junho de 1987 e recebeu críticas de Sarney, da imprensa conservadora e de setores do Governo. A tônica da crítica destes três seguimentos era a mesma: o Anteprojeto era muito detalhista, os direitos dos trabalhadores eram excessivos e onerariam muito as empresas que demitiram milhares de trabalhadores e as multinacionais não mais investiriam no Brasil. Vejamos a seguinte reportagem:

> Uma das reclamações veio a partir das forças armadas. O projeto de Anistia desagradou as lideranças militares. Seriam beneficiados os punidos desde 1961. As reivindicações não se limitarem, todavia, às reivindicações castrenses, pois estes criticaram também a estabilidade nos após os três meses de trabalho, a redução de 48 para 40 horas de trabalhos semanais, o parlamentarismo e os 4 anos para Sarney[356].

As Emendas Populares, abaixo-assinados que reuniram milhares de assinaturas, também foram motivo de contestações. Apresentadas juntamente com as emendas dos constituintes – entre 17 de julho e 18 de agosto–; elas deveriam ser apreciadas em 48 horas. Constituintes conservadores como Roberto Cardoso Alves afirmaram que as Emendas representavam a mais “pura demagogia” [357].

---

[355] S/I. “Reforma Agrária por que?”. In: *Revista Tempo e Presença – CEDI*; última página.

[356] Jornal *Correio Brasiliense*, 29.06.1987.

[357] Revista *Veja*, 1.07.1987. Cardoso Alves era advogado, proprietário de terras e empresário rural. Antes do Golpe de 1964 foi do PDC – o partido do militar golpista e conservador Juarez Távora –; com o Bipartidarismo ingressou na ARENA e foi cassado em 1969. Desde 1979 era do PMDB e esteve estritamente ligado a Tancredo Neves. Ao longo da ANC foi um dos expoentes do Conservadorismo e do apoio ao governo Sarney chegando ao Ministério da Indústria e Comercio.

Estas características refletiram a tendência Liberal dos membros da Comissão de Sistematização: Bernardo Cabral (PMDB-AM), Aloísio Campos (PMDB-PR) – Primeiro vice-presidente –; Brandão Monteiro (PDT-RJ) – Segundo vice- presidente. Eles nada mais que incorporaram ao Brasil, então 8ª economia do mundo, as conquistas operárias existentes nas economias capitalistas centrais.

Durante os meses seguintes, vários membros do Bloco Dominante da Nova República (1985-1990) se manifestaram contra a Comissão de Sistematização. No final de uma reunião ministerial ocorrida em princípios de setembro de 1987, o ministro do Exército, Leônidas Gonçalves, pediu a palavra e fez duas críticas aos rumos da constituinte. Sarney sabia do conteúdo das declarações e as apoiava[358]. O general Leônidas afirmou que a ANC era dominada por uma minoria ativa representada pelos parlamentares da Esquerda. Estes políticos não representavam a Nação e o Exército estava preparado para servir ao país e evitar excessos deste grupo "desagregador".

As palavras do general Leônidas foram apoiadas pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, porque este também acreditava que a constituição estava sendo escrita por uma minoria que não representa os anseios da maioria da população do Brasil. Por último, afirmou que o texto de Cabral "não expressa a vontade dos constituintes. Foi elaborado atabalhoadamente, de maneira irracional (...) O pronunciamento de Leônidas foi, por isso mesmo, patriótico[359]".

A principal reação à organização dos partidos de Esquerda e ao texto de Bernardo Cabral foi o grupo suprapartidário autodenominado "Centro Democrático", que ficou conhecido como "Centrão".

---

[358] Jornal do Brasil, 06.09.1987; p. "B Especial".
[359] O Globo, 29.08.1987; p. 3.

Os coordenadores iniciais do “Centrão” eram os constituintes Daso Coimbra (PMDB-RJ), Guilherme Afif Domingos (PL - SP), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Rita Furtado (PFL-RO), Oscar Corrêa (PFL-MG), Darcy Pozza (PDS-RS), Rosa Prata (PMDB-MG), Ricardo Izar (PFL-SP), Oswaldo Almeida (PL-RJ), Waldeck Ornellas (PFL-BA), Cunha Bueno (PDS-SP), José Lins (PFL-CE), Vitor Fontana (PFL-SC), Del Bosco Amaral (PFL-SP), Siqueira Campos (PDC-GO) e GastoneRighi (PTB-SP)[360].

> A função do Centro Democrático era juntar, num movimento de força, os parlamentares que poderiam redesenhar o perfil da futura constituinte, que, como tinha sido esboçado pela progressista Comissão de Sistematização, contrariava uma diversidade de interesses entrincheirados – entre eles os do empresariado urbano e rural. Mais, o grupo pretendia servir de plataforma de sustentação à atuação política do governo Sarney**.** (...) Sua tarefa básica era a luta contra a ampliação das faixas de estatização da economia e contra o que via como verdadeira subversão da ordem social vigente. Enfim, procurando delinear uma Constituinte de corte privatista , além de conservadora do ponto de vista político e social.[361]

René Dreifuss destaca as metas fundamentais que esta organização buscava atingir na ANC:

> Alterar o Regimento Interno, modificar e ‘enquadrar’ as propostas da Comissão de Sistematização, que eram tidas como ‘muito influenciadas pela esquerda’, especialmente na questão social, no tocante à reforma agrária e ao mandato presidencial. Entre os pontos a serem modificados estavam: a garantia de emprego contra a demissão involuntária; o salário mínimo nacional unificado; a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; o pagamento em dobro da hora extra e a redução da jornada.[362]

---

[360] DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989*;* p. 111.
[361] DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. *Op. Cit;* pp. 111-112. Aspas onde utilizamos sublinhado.
[362] DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. *Op. Cit;* p. 112.

Em 11 de novembro de 1987, uma Emenda do "Centrão" modificou o Regimento Interno da ANC. Os temas da constituição poderiam ser modificados com maioria absoluta. A nova situação da Constituinte alegrou parcelas do governo e do Empresariado. Sarney cumprimentou Roberto C. Alves (PMDB-SP) e GastoreRighi (PTB-SP) pela vitória do "Centrão" e afirmou a ambos: "vocês criaram um Brasil novo. Hoje, o País respira aliviado[363]". O presidente apresentou um documento dos empresários gaúchos. "Entre os itens do documento encontra-se a preservação do mercado de informática e a jornada de trabalho de 44 horas semanais[364]". Outro membro do governo a se manifestar foi o Ministro da Casa Militar, general Rubens B. Denny:

> A primeira autoridade a cumprimentar os dois parlamentares pela vitória do Centrão foi o general BaymaDennys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da Republica. Amigo de Cardoso Alves há 44 anos, o general Dennys parabenizou o parlamentar peemedebista pelo seu desempenho na manutenção da unidade do grupo[365].

As declarações de Sarney e dos generais-ministros Leônidas Gonçalves e Rubens Dennys demonstram a unidade dos partidários da Nova República. Este período da nossa história representa a continuidade do Regime Empresarial-militar iniciado em 1964 por outros meios pois o terrorismo de Estado indiscriminado como forma de dominação foi reduzido e o Regime passou a assimilar parcelas significativas da Oposição do antigo MDB. Assim, o Bloco de Poder da Nova República tinha como base de sustentação as seguintes forças: *militares da facção "esguiana"*, isto é, ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e que serviram com militares como Humberto Castelo Branco, Ernesto Geisel, Jurandir Mamede, Lyra Tavares. *Tecno-empresários*, empresários que ocupavam cargos

---

[363] Jornal de Brasília, 04.12.1987; p. 4.
[364] Jornal de Brasília, 04.12.1987; p. 4.
[365] Jornal de Brasília, 04.12.1987; p. 4.

ministeriais ou de direção em grandes estatais. *Lideranças Locais:* políticos de grandes prestígios nos seus estados e "caciques" políticos nacionais, como Antônio C. Magalhães, José Sarney, Jorge Bonhausen. *Dissidentes do PMDB:* políticos que apoiaram o Regime a partir dos anos 80 por considerar que a Transição Política iniciada em 1974 era a única forma de redemocratizar o Brasil sem incorrer no perigo comunista ou de uma nova fase de repressão política pelos militares.

Assim, o "Centrão" foi a expressão política dentro da ANC deste Bloco de Poder. Como todos as coalizões políticas, existiram divergências entre os membros do Centrão mas estas foram irrelevantes nos momentos de grande decisões políticas e/ou quando as forças ligadas à Esquerda e aos movimentos poderiam alcançar vitórias importantes.

A Literatura sobre o Centrão.

A ascensão do "Centrão" trouxe reflexões desde o seu surgimento. Assim, concentrar-me-ei em alguns dos trabalhos mais significativos sobre o tema. O "Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar" (DIAP) caracterizou o "Centrão" como um agrupamento de extrema direita que se uniu para enfrentar as forças progressistas na ANC. René Dreifuss, que citei anteriormente, observou que este grupo visava combater as forças progressistas dentro da ANC, possuía um programa Neoliberal, e por isso apoiado por setores empresariais, e servir de plataforma para o Governo Sarney. João G. L. Coelho declarou que o "Centrão" foi um grupo de parlamentares de Direita e de Centro que estava alijado dos processos decisórios[366].

---

[366] DIAP. *Quem foi quem na Constituinte*. São Paulo: Cortez/Oboré; p. 25; DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. *Op. Cit;* pp. 111-112; COELHO, João G. L. "O Processo Constituinte". In: GURAN, Milton (org). *O processo constituinte: 1987-1988*. Brasília: AGIL, 1988; p. 51.

Danilo Medeiros caracteriza o "Centrão" como um grupo supra-partidário que se insurgiu contra a Comissão de Sistematização, contra o Regimento Interno e que tinha em comum serem um grupo de "empresários, anti-esquerdistas, amigos do Sarney, ex-apoiadores do regime autoritário precedente ou anti-parlamentaristas"[367]. Márcia T. de Souza concorda com Medeiros e acrescenta o conceito "liberal-conservador" para caracterizar o grupo[368]. Adriano Pilatti avança no conhecimento sobre este grupo ao incorporar o conceito de "partido da ordem" para definir o "Centrão". Ou seja, a função do "Centrão" era a manutenção da ordem capitalista[369]. Pilatti apresenta como segunda característica do "Centrão" o "elevados de indisciplina de seus membros em face das orientações coincidentes dos respectivos líderes [partidários][370]".

O artigo dos srs. Sérgio Braga, Daniel Marcelino e Luiz Domingos, em minha opinião, sintetizou estas propostas e apresenta um excelente guia para a compreensão do Centrão e por isso, utilizarei parte das suas conclusões[371]. Os autores compreendem o "Centrão" como um agrupamento que se formou como reação às deliberações e poderes dos parlamentares da Comissão de Sistematização[372]. Desta forma, além da auto-declaração e dos dados

---

[367] MEDEIROS, Danilo. "Como são forjadas as maiorias? Um estudo sobre radicalização na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88". In: *Seminário discente da Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da USP*. São Paulo: 25-29.04.2011; p. 12 e pp. 14-15.
[368] SOUZA, MÁRCIA T. "O Processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais". In: *Lua Nova*, n.º 58, 2003; p. 9.
[369] PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008; p. 4, p. 13.
[370] PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988.Idem;* p. 13.
[371] BRAGA, Sérgio, MARCELINO, Daniel & DOMINGOS, Luiz. "Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do enigma do Centrão". In: *Revista Política Hoje,* Vol. 18, n.2, 2009
[372] BRAGA, S; MARCELINO, D.& DOMINGOS, L. "Parlamentares na Constituinte". *Idem;* p 249.

na Câmara dos Deputados, fizeram parte do “Centrão” os “signatários do *Manifesto de Apoio à Resolução que altera o regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte*, considerado por muitos analistas a primeira manifestação organizada do Centrão[373]”, além daqueles que não assinaram o manifesto mais explicitamente pertenceram ao “Centrão”.

Concordo com as caracterizações apresentadas acima. O que busco acrescentar é a necessidade de *unir as demandas e membros do “Centrão” com o Bloco Político da Nova República como um todo*. Mas uma vez é necessário lembrar que havia contradições dentro deste Bloco e que a unidade contra os trabalhadores e suas organizações era a “massa” que unia os componentes.

Os militares Esguianos.

Denomino como facção “Esguiana” aquela organizada em torno da ESG, dos seus professores e ideológicos civis e militares como, além dos já citados, Brigadeiro Eduardo Gomes, Marechal Cordeiro de Farias, Marechal Juarez Távora. Entre os civis vale citar: Eugenio Gudin, Roberto Campos. Alguns militares que serviram com os ideólogos da “ESG” assimilaram os ideais desta instituição. Outro foco de irradiação da ideologia esguiana foram os cursos da ESG que entre 1950 e 1985 formou mais de três mil civis e militares. Outro foco de apoio políticos dos Esguianos entre 1945-64 era o partido de direita União Democrática Nacional (UDN). No Clube Militar, os Esguianos eram membros da corrente *Cruzada Democrática*, fundada em 1951 e apelidada de *Cruzada com os Americanos* ou *UDN fardada*.

---

[373] BRAGA, S; MARCELINO, D.& DOMINGOS, L. “Parlamentares na Constituinte”. *Ibidem*; p. 255. Em nota, os autores explicam que 319 constituintes assinaram o manifesto citado mas nem todos signatários se tornaram membros desta corrente.

O ministério militar de Tancredo Neves e José Sarney era formado pelos seguintes oficiais: general Leônidas P. Gonçalves (Exército); general Ivan S. Mendes (Serviço Nacional de Informações); general Rubens Dennys (Casa Militar); almirante Henrique Sabóia (Marinha); brigadeiro Octávio M. Lima (Aeronáutica) e almirante José M. Amaral (Estado Maior das Forças Armadas). Após o estudo da trajetória política dos "esguianos" a conclusão é a seguinte: Gonçalves, Dennis Oliveira e Mendes foram alunos e docentes da ESG; Gonçalves, Dennis e Mendes serviram e foram aliados de expoentes da ESG como Orlando Geisel, E. Geisel, H. Castelo Branco. Todos foram aliados do Regime imposto após o Golpe de 1964[374].

Analisando o "Centrão" e suas congruências com os militares.

Nas páginas 3 e 4 apresentei citações que comprovam o entusiasmado apoio que o "Centrão" recebeu dos ministros militares de Sarney. Considero que este apoio foi oriundo de uma *socialização* que ambos os atores políticos receberam durante o Regime Empresarial-Militar. Não estou dizendo que TODOS tiveram a mesma participação nos atos de tortura e de assassinatos que caracterizaram o Brasil pós-golpe. Mas afirmo que estes mesmos apoiaram o desenvolvimento capitalista oriundo da monopolização da economia nos anos da Ditadura, a contenção dos movimentos trabalhadores, a integração da economia brasileira com a internacional.

Concordo com os termos dos professores Braga, Marcelino e Domingos quando estes afirmam que o "Centrão" era por constituído

---

[374374] Consultei as seguintes obras para obter dados sobre a Biografia dos ministros-militares de Sarney: D'ARAUJO; Maria C., SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso. (orgs). *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Humaitá, 1994; D'ARAUJO, Maria C & CASTRO, Celso (orgs). *Militares e política na Nova República*. *Op. Cit; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). Dicionário Histórico-Bibliográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 2009. Versão On-line.*

de um total de 306 membros da ANC sendo 134 parlamentares do PMDB (42,8% do total de deputados e senadores do partido), 114 membros do PFL (36,4% do total); 32 deputados e senadores do PDS (91,4% do total); 19 do PTB (86, 4% do total); 6 do PDC (85,7%) e 1 do PDT (0,3%). Deste modo, proporcionalmente, o PDS era o partido com maior representação dentro do "Centrão", seguido pelo PTB, PDC e PFL. A maioria do PMDB não fazia parte do "Centrão"[375].

Com base nestes números, declaro que pelos menos 146 parlamentares eram da antiga ARENA (PDS e PFL), o partido de sustentação do Regime. Uma análise das lideranças apresenta resultados mais expressivos: Daso Coimbra (ARENA, PP, PMDB), Guilherme Afif Domingos (PL - SP), Ricardo Fiúza (ARENA, PDS, PFL), Roberto Cardoso Alves (ARENA, PP, PMDB), Eraldo Tinoco (ARENA, PDS, PFL), Rita Furtado (PDS, PFL), Oscar Corrêa (ARENA, PDS, PFL), Darcy Pozza (ARENA, PDS), Rosa Prata (PP, PMDB), Ricardo Izar (PL, ARENA, PDS, PFL), Oswaldo Almeida (PL-RJ), Waldeck Ornellas (ARENA, PDS, PFL), Cunha Bueno (ARENA, PDS), José Lins (ARENA, PDS, PFL), Vitor Fontana (ARENA, PDS), Del Bosco Amaral (MDB, PTB, PMDB), Siqueira Campos (ARENA, PDS, PDC) e GastoneRighi (PTB, MDB, PTB).

A importância da ARENA na vida política destes líderes foi fundamental. Em relação à faixa etária: 76 (24%) tinham entre 35 e 45 anos, 120 (38%) entre 45 e 55 anos e (29%) maiores de 55 anos. No que diz respeito à escolaridade, 90% possuíam curso superior. Caso aplicarmos a idade de 18 anos para o ingresso na universidade, 62% do "Centrão" cursou as aulas de "Moral e Cívica" no ensino secundário e "Estudos dos Problemas Brasileiros" nas universidades. Ambos eram cursos de difusão das doutrinas da ESG no ensino

---

[375] BRAGA, S; MARCELINO, D.& DOMINGOS, L. "Parlamentares na Constituinte". *Ibidem*; p. 260.

brasileiro. Por último, 110 eram empresários urbanos (35%); 73 eram das “altas camadas médias do setor privado” (24%); 72 das “altas camada médias do setor público”, 19 empresários rurais (6%).

Assim, concluo: formado por membros das classes dominantes brasileira, o “Centrão” foi a expressão política do Bloco Dominante da Nova República. Seu foco de atuação foi dentro da ANC porque fora desta, os militares cumpriram as tarefas de conter os movimentos sociais.

O Escravo e a Resistência: debates historiográficos sobre a escravidão brasileira e a chacina dos Junqueiras (1833)

Wesley Souza Costa
Graduando de História da Universidade Federal Viçosa
wesley.souza@ufv.br

O presente trabalho pretende analisar a historiografia brasileira no que tange ao escravo no Brasil imperial, em suas adaptações e acomodações ao sistema escravocrata, suas revoltas organizadas ou não, suas resistências, suas relações com o senhor, desde o apego às amarras paternalistas até a criminalidade presente nestes laços. Este debate historiográfico terá como fonte de análise o processo-crime referente à chacina da tradicional família Junqueira, na Freguesia de Carrancas, em Minas Gerais. Através disso, analisaremos este acontecimento ocorrido na primeira metade do século XIX, muito bem apresentado por Marcos Ferreira de Andrade, demonstrando a importância de uma análise crítica sobre interpretações hoje tão em voga sobre as relações escravistas.

Denúncia. Essa é a palavra chave para a historiografia que emerge nas décadas de 1960/70. A dita escola paulista, disposta a questionar os trabalhos anteriores sobre a brandura da escravidão, principalmente na obra de Gilberto Freyre, inserem-se nessa discussão tentando apontar a imobilidade dos escravos diante do sistema, o preconceito entre as raças e a extrema violência do sistema escravista, sendo que o direito do senhor fundamentado na violência necessitava da violência para se manter[376]. Tais autores, em sua maioria estudiosos da dita escola paulista, estão escrevendo, segundo Diana Berman Correa Pinto em sua dissertação sobre as duas

---

[376] COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 3ª. Ed; São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 148.

correntes historiográficas que serão discutidas nesse trabalho, em um contexto de ditadura no Brasil onde os canais de comunicação política com as classes exploradas estão fechados pela repressão. Além disso, se vivia um intenso momento de industrialização apoiado pelo capital norte-americano, ficando assim em pauta a dependência nacional do capital estrangeiro.[377] Em tal momento se tornou essencial colocar em cheque questões como a independência do Brasil, a brandura do sistema escravista e a abolição da escravidão.

O pensamento da historiografia do 60/70 traz o estruturalismo engendrado como marca. Sendo assim, os sujeitos envolvidos nos processos históricos estão submetidos a estruturas que se modificando, somente ai, dão vazão a mudanças sociais. Apesar de criticarem o positivismo, tais autores ainda estão vinculados a uma verdade e realidade histórica que estão inseridas nas fortes estruturas.

As criticas que serão encaminhadas a este tipo de historiografia se respalda na idéia de que essa forma totalizante de se fazer história torna-a incapaz de entender os sujeitos históricos envolvidos nos processos. O importante era atentar-se para o papel que o escravo desempenhava no sistema, ignorando as particularidades do seu cotidiano e de suas experiências individuais.

Se denominando como inovação historiográfica e rotulando os autores anteriores como velhos, a historiografia dos 80 está produzindo em um momento de abertura democrática no país. Há também em ascensão diversos grupos de movimentos sociais, como o movimento negro. Esses autores adotam o ponto de vista de um desses grupos sociais, identificam-se com eles e produzem sua

---

[377] PINTO, Diana Berman Corrêa, **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira,** debates sobre a escravidão, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, PUC - Rio, 2003, p. 35.

história voltada para a forma de se viver e experimentar a desigualdade, principalmente o preconceito racial.[378]

Assim, todos esses autores tinham por comum compromisso, resgatar o sujeito escravo na história, sujeito esse abandonado pela historiografia precedente, segundo os revisionistas. No meio da totalidade do sistema escravista, era preciso enxergar o movimento do escravo, suas possibilidades de resistência, suas formas de acomodações ao sistema, suas expressões culturais próprias, suas negociações com os senhores, sua criminalidade, dessa vez associada ao pessoal do escravo.

> Na revisão que vem realizando a historiografia, vemos que a partir de premissas deste tipo é impossível afirmar que, enfatizando os limites estabelecidos pela dominação, os historiadores precedentes não perceberiam os espaços de ação dos escravos, quer os espaços de negociação com seus proprietários, direta ou mediada pela justiça, quer o de criação de uma cultura própria, de festas, jogos, cultos, etc. Dessa maneira, esta história não conseguiria alcançar os aspectos subjetivos e particulares daquela realidade, nem as redes de solidariedade que se estabeleceriam tanto horizontal quanto verticalmente; enfim, não perceberiam o escravo como agente do processo histórico.[379]

No entanto, apesar da importância dada a essa forma de se entender a história e do seu inquestionável acréscimo para o conhecimento histórico, essa corrente não ficou isenta de críticas.

Dos críticos a essa perspectiva histórica, Jacob Gorender foi quem emitiu as mais ácidas perspectivas. Apesar de assumir a inquestionável importância dessa dita nova história, o jornalista em

---

[378] PINTO, Diana Berman Corrêa, **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira,** debates sobre a escravidão, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, PUC - Rio, 2003. p. 103.

[379] Ibidem, p.63.

seu livro “A Escravidão Reabilitada” [380] não poupa críticas e provocações para a forma, segundo ele, que essa historiografia tende a endossar os discursos da brandura da escravidão brasileira, afirmando que há uma retomada de Freyre nessas idéias tão famosas nos dias atuais. Gorender se posicionará contra, o que para ele é uma retomada da idéia da democracia racial, questionada pela corrente historiográfica da dita escola paulista, e principalmente da escravidão “contratual”, enunciada por alguns autores do pós-80, que tende a assumir uma margem de negociação vigente entre senhor e escravo e uma superação da consciência do último perante o regime escravocrata.

Gorender critica a forma com que a dita nova historiografia brasileira sai em defesa da subjetividade do escravo. Ao utilizarem os conceitos de resistência e acomodação, realçam a adaptação do escravo no sistema e suas formas de conviver em paz com a situação que lhes foram impostas.

> Mas, se a historiografia brasileira pretensamente nova quis recuperar a subjetividade autônoma do escravo, não o fez para destacar as reações anti-sistêmicas, como os levantes, quilombos, atentados e fugas. Ao contrário, subiram ao primeiro plano as estratégias (sic) cotidianas e suaves de *acomodação* do escravo ao sistema escravocrata. Recuperou-se a subjetividade do escravo para fazê-lo agente *voluntário* da reconciliação com o escravo.[381]

Ao ser dada a ênfase na subjetividade escrava, na capacidade de interpretar o sistema escravista e sua autonomia de consciência, o escravo teria então o potencial de negociação com o senhor, explorando aspectos do sistema escravista ou da situação pessoal do senhor ao qual deviam obediência.[382] Se a historiografia precedente

---

[380] GORENDER, Jacob**, A escravidão reabilitada**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1990; 1991.
[381] Ibidem, p.20.
[382] Ibidem, p.26.

tinha por objetivo denunciar as violências da classe dominante, a "nova" historiografia clama pela importância de se recuperar o sujeito escravo e confiar no seu potencial político ao invés de apenas vitimá-lo. A resposta de Gorender é direta: O resultado é o mesmo, a nulificação da resistência.[383] Tal idéia de resistência, estará vinculada fortemente na obra dos ditos revisionistas, inclusive no trabalho de Marcos Ferreira de Andrade, que muito bem destacou a revolta de carrancas em sua obra.

Andrade é ligado a corrente historiográfica que tenta resguardar a subjetividade do escravo. Somando esse fato a sua análise, podemos entender melhor o seu argumento a cerca da revolta de Carrancas, bem como as suas conseqüências dramáticas.

Para se entender melhor a conjuntura desta análise se faz importante esclarecer um pouco dessa chacina, exposta em sua obra de mestrado.[384]

No dia 13 de maio de 1833, oito escravos da fazenda Campo Alegre, pertencente a Gabriel Francisco Junqueira, um dos membros mais ilustres da família, foi eleito deputado geral por Minas Gerais em 1831, agraciado como Barão de Alfenas em 1842[385], se rebelaram e mataram Gabriel Francisco Andrade Junqueira, filho de Gabriel Francisco Junqueira. No dia de seu assassinato, ele cuidava da fazenda para o pai. Quando foi supervisionar o trabalho dos escravos, foi atacado a pauladas. Os insurgentes tinham por intenção matar todos os membros da família, no entanto, desistiram por acreditarem que ela fora avisada por um escravo de nome Francisco.

---

[383] Ibidem, p. 26.

[384] Cf. ANDRADE, Marcos Ferreira. **Rebeldia e Resistência:** as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). 1996. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

[385] Ibidem, p. 174.

Partiram então para a fazenda Bela Cruz, que se situava nas vizinhas da Campo Alegre. Lá chegando, encontraram outros escravos que trabalhavam na roça. Relataram os insurgentes o que aconteceu em Campo Alegre e convidaram os escravos de Bela Cruz a fazerem o mesmo. Parte da escravatura se dirigiu então à sede da fazenda, somando agora cerca de 35 escravos, perpetrando o momento mais dramático da revolta, assassinando todos os brancos que ali residiam.

Reunindo suas forças agora para atacar a fazenda Jardim, foram surpreendidos a tiros: João Cândido, o proprietário, foi avisado, tendo tempo de armar proteção contra os insurgentes, ao mesmo tempo em que enviou pessoas para pedir ajuda na vizinha. Aos tiros, os escravos foram dispersos, e por fim, caçados por capitães-do-mato e por outros reforços. Cinco escravos morreram em combate, sendo os outros, presos em seguida.

Daqueles que foram mortos, um recebe o destaque. Foi o escravo considerado líder do motim, Ventura Mina. Considerado um escravo de "gênio empreendedor e sagaz, era amado e respeitado por todos, fossem eles escravos ou não" [386]. Trechos sobre sua personalidade são freqüentes nos depoimentos dos escravos acusados no processo-crime, não deixando dúvidas sobre o poder de influência de Ventura.

Além de Ventura, outro homem considerado líder do motim ganha importância: Francisco Silvério Teixeira, branco, de relativas posses, considerado o aliciador dos escravos, aquele que teria os seduzido para a insurreição. E quais eram as suas motivações para tal ato? Consta que Francisco Silvério era Caramuru ou simpático a causa. No período da insurreição, acontecia a Sedição de Ouro Preto. Francisco, por ser acusado de se aliar a causa, teria insurgido os escravos para desviar as tropas que iam combater os caramurus.

[386] Ibidem, p. 188

E os escravos, o que queriam? No trabalho de Isaias Pascoal, que utiliza o processo-crime da chacina da família Junqueira, fica bem explícito:

> Os depoimentos, tanto dos escravos implicados, quanto dos livres que serviram como testemunhas, são unânimes em afirmar que desejavam matar todos os brancos das fazendas Campo Alegre, Bela Cruz, Jardim, Traituba (...) exterminando as famílias Junqueira, Andrade, Machado e Penha, poderosas na região. Eles ficariam com as fazendas e seus bens, e, neste ponto, aparece um elemento muito significativo, dariam o dinheiro para os Caramurus que lutavam em Ouro Preto e estariam exterminando os brancos de lá, contrários à libertação dos escravos, segundo a crença dos escravos envolvidos.[387]

Sendo assim, começa-se a esclarecer a análise de Marcos Ferreira de Andrade sobre essa chacina. Ao perceber tal conflito entre escravos e a elite dominante, o autor interpreta tal crime como uma articulação escrava de extrema organização, devido, para ele, ao sucesso do movimento e as várias fazendas que participaram das circunstâncias.[388]

Analisando os participantes do movimento, percebe-se criolos e africanos superando suas diferenças étnicas para o devido movimento. A elite, representada por Francisco Silvério Teixeira, teria instrumentalizado-se dos escravos para alcançar seus planos políticos. Os escravos, por sua vez, percebendo o momento de conflito político entre as elites, tomam partido e tentam tirar proveito do momento para atingir seus devidos objetivos. Sendo assim, estaria montado o quadro de análise de Andrade. Percebe-se o foco completo na capacidade do negro e de sua plena consciência de entender a realidade do mundo que o cerca e partindo daí, tentar

---

[387]PASCOAL, Isaías, Em carrancas, sujeitos se encontram e se desencontram. **FÊNIX, Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 5, n°4, 2008, p. 5.

[388] ANDRADE, Marcos Ferreira, op. cit. p. 188.

resistir ao sistema escravista, lutando para atingir a liberdade como o mais devido fim. Quase todos os depoimentos dos escravos envolvidos afirmam que se insurgiram para ficarem forros. Marcos Ferreira de Andrade, assim, nega por completo a incapacidade do negro de se rebelar contra o sistema, se contrapondo a análise de Viotti que afirmava serem impossíveis movimentos de grandes proporções.[389]

Apesar da rica análise empregada por Marcos Ferreira, que diz respeito ao processo de Carrancas, é possível elucidar outras interpretações se utilizando da mesma fonte com que o autor teceu suas análises. Isaías Pascoal colabora para efetivar outras perspectivas acerca da chacina ocorrida. Segundo ele:

> Na ânsia de salvar, ou melhor, resguardar a subjetividade dos escravos, sua condição de seres humanos que não são inertes como se fosse o lócus da síntese dos condicionamentos estruturais, não se pode cair numa interpretação que acaba por criar uma polarização entre pares de conceitos que não tem como sustentar em meio à complexidade da vida social, na medida em que se outorga ao homem que é o escravo uma visão das relações sociais que lhe é genuinamente própria, como se não estivesse submetido aos condicionamentos gerais a que todos são afeitos[390].

Além disso, concordando com o que foi explicitado por Pascoal, como os escravos podiam fazer uma leitura própria da realidade se acreditavam no mito de que os caramurus queriam ajudá-los a atingir a libertação?

Julião Congo diz que *“elles pretos eram forros que os brancos do ouro preto brigarão por cauzadelles, a fim digo deles para o fim*

---

[389] COSTA, Emília Viottida.**Da Senzala à Colônia**. 3°. Ed; s. Paulo: Brasiliense, 1989, p. 257.

[390]PASCOAL, Isaías, Em carrancas, sujeitos se encontram e se desencontram. **FÊNIX, Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 5, n°4, 2008, p. 11.

de ficarem forros" [391]. Antonio Rezende afirma que *"Francisco Silvério havia aconselhado que matassem os brancos para ficarem forros e partirem o dinheiro entre si"* [392]. E assim seguem os depoimentos dos escravos, mostrando que a realidade em que acreditaram era uma realidade própria de escravo, longe de comungar com as classes dominantes.

Segundo Andrade, o grau de organização da insurreição é revelado pelo número de escravos envolvidos como cabeças da insurreição e pela articulação entre escravos de várias fazendas[393]. Apesar de o autor afirmar essa organização, ao repararmos nos depoimentos, podemos interpretar o ocorrido de outra forma. Em quase todas as respostas dos réus, eles demonstram muito mais uma revolta culminada pelo "calor da hora" do que uma estratégia elaborada.

José Carneiro respondeu que "*elle tinha sido chamado pelo preto Ventura para hirem matar os brancos pelas Fazendas, e ficarem forros*" [394]. Joaquim Mina, da fazenda Bella Cruz, perguntado se era autor do delito a qual era acusado, responde que *"chegando o negro Ventura na rossa onde elle se achava feitorando os outros ahi o convidara para hirem todos a fazenda de Bella Cruz e nas outras afim de matarem os Brancos e ficarem forros*"[395].

---

[391] Cf. ANDRADE, Marcos Ferreira. **Rebeldia e Resistência:** as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). 1996. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996; **ANEXO**: partes do processo dos junqueiras, assassinatos praticados pelos escravos da freguesia de Carrancas, em treze de maio de 1833, p.223.

[392] Ibidem, p. 228.

[393] Cf. ANDRADE, Marcos Ferreira. **Rebeldia e Resistência:** as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). 1996. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 190.

[394] ANDRADE, Marcos Ferreira, ANEXO, op. cit. p.226.

[395] Ibidem, p. 229.

Antonio Retireiro, também da fazenda Bella Cruz, diz que *"Joaquim Mina (...) tinha convidado e seduzido para hirem a fazenda de Bella cruz matar os brancos e nas outras fazendas e que como o effeito chegando na casa da Bella cruz elle respondente fora buscar um machado para rombar a porta*"[396]. E ainda JoséMuhumbe Benguela, que afirma que "*aquillo era mal feito pois que os brancos os havião matar"*[397].

Sendo assim, repara-se que a maioria dos escravos das outras fazendas tinham sido chamados quando estavam na roça, desconhecendo qualquer tipo de insurreição e ali foram motivados a participarem do massacre por Ventura,que além de argumentos motivantes, possuía também argumentos coercivos.

Andrade, pensando que o escravo se instrumentalizava com a causa a qual ele optava, abre o leque de suas escolhas nas malhas escravistas. Mas não seria possível pensar que, influenciado pelas relações paternalistas, ele ao invés de escolher, sofreria influência das classes dominantes, se sentindo, ingenuamente, integrante da causa? Também é uma hipótese aceitável.

Sendo assim, percebemos no trabalho de Andrade um importante enfoque em sua concepção histórica de recuperar o sujeito escravo no sistema escravista. Muitos pontos importantes precisam ser destacados nesse novo olhar. Apesar da importância crucial em se demonstrar a subjetividade escrava e suas peculiaridades no sistema escravocrata é importante também, perceber os condicionantes sociais dessa complexa relação. Por sempre ser necessário levar em conta que os depoentes podem retorcer a verdade ao depor, além da intervenção, mesmo que indireta, dos membros judiciais no depoimento do escravo, o ponto principal deste trabalho, mais do que

---

[396] Ibidem, p.230.
[397] Ibidem, p. 235.

tirar conclusões é demonstrar as possibilidades de uma análise diferente do mesmo objeto escolhido.

Não que os escravos não tivessem a capacidade de analisar certas ocasiões. No entanto, resgatar a subjetividade do escravo também é respeitar os limites da experiência e da vivência em que estavam inseridos esses sujeitos, em um contexto histórico de situações tão contraditórias como a escravidão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

HISTÓRIA MODERNA: BALIZAS HISTORIOGRÁFICAS, TEMAS E ABORDAGENS

COORDENADORES: PROF. ÂNGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS - UFV
PROF. RUBENS LEONARDO PANEGASSI - UFV

Com a cruz e a espada: a expansão portuguesa na Índia

Ana Paula Sena Gomide
Graduada em História – UFV
ape.gomide@gmail.com

O século XVI é lembrado, sobretudo, pelo desenvolvimento de um projeto expansionista marítimo dos países ibéricos, em especial, e aqui se torna o nosso objeto de estudo, o empreendimento marítimo de Portugal no Oriente e seus principais aspectos, políticos, econômicos e religiosos.

Com os descobrimentos, uma série de mudanças marcaria intensamente a sociedade europeia e também àquelas que se constituíam a partir das descobertas. O desenvolvimento de tecnologias, o conhecimento de novas especiarias, o contato com outros povos e, em conseqüência, com seus costumes e práticas que, ao mesmo tempo estranhava e fascinava os europeus, formaram alguns dos elementos que se descortinavam aos olhos do Velho Mundo.

Em meio a essas mudanças, a Igreja Católica também sofreria transformações profundas. Uma Igreja que antes se voltava exclusivamente para si, e agora direcionava para os quatro cantos do mundo o anúncio de uma proposta ambiciosa de evangelização,

tendo nos seus missionários os agentes principais para a efetivação de tal projeto. Desse modo, ordens religiosas como os Franciscanos, Dominicanos e Jesuítas, impulsionaram o cristianismo na sua gênese universalista.

Esse impulso evangelizador teria nas mãos dos portugueses o seu caráter inicial. Assumindo a missão de levar a verdadeira fé para todos os povos, os portugueses, em suas conquistas ultramarinas na América, África e Ásia, conseguiriam imprimir, através de seus apostólicos, a construção da expansão do cristianismo pelo mundo. Assim, nas imensas áreas continentais, missionários de diferentes nacionalidades levaram a palavra de Cristo para diversos povos, onde, segundo João Paulo Oliveira e Costa, "constituíram, sem dúvida, um dos elementos emblemáticos dessa nova era da humanidade" [398].

Assim, sob a missão de descobrir novos territórios e de expandir a fé, as raízes da expansão portuguesa, como fora destacado, estiveram intimamente ligada às questões religiosas. A expansão para o Oriente esteve desde cedo ligada à Cristandade, onde reis católicos, impulsionados historicamente pelo espírito da Cruzada[399] contra os mulçumanos e com a missão divina de salvar as almas do mundo pagão, contribuiriam para que a expansão lusa oferecesse um alargamento do mundo cristão na direção de novos territórios no ultramar, sem negligenciar, contudo, as preocupações econômicas e políticas que Portugal assumira naquele período e que também justificariam sua expansão.

---

[398]COSTA, João Paulo Oliveira e. A diáspora missionária. *In*: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *História Religiosa de Portugal, volume* 2: *humanismos e reformas.*Universidade Católica portuguesa, Circulo de Leitores p. 259.

[399]Para Luís Filipe Thomaz, o espírito da cruzada "tinha mais que em qualquer outra parte hipóteses de manter a vitalidade na Península- onde estava ainda incompleta a Reconquista, cuja imagem era na consciência nacional dos estados dela originados elemento relevante.". Cf. Luís Filipe Thomaz. *De Ceuta a Timor*. Memória e Sociedade, Editora Difel, 2ª edição. 1994, p. 11.

Entre as razões de cunho político e econômico podemos destacar que Portugal se tornara desde o século XII uma empresa mercantil, que devido a sua posição privilegiada de país costeiro, colocara nos mercados do Norte produtos vindos do sul. Também de acordo com Luís Filipe Thomaz, Portugal apresentava neste período um crescimento econômico, que substituiu uma econômica fechada, de auto-consumo, por uma economia de trocas, o que acabou por provocar um aumento na produção e por conseqüência, criou-se um amento dos excedentes disponíveis para a troca e por sua vez, para um mercado de produtos importados. Com a saturação dos mercados, a tendência, lembra o autor, é buscar novos mercados, e por tanto, uma expansão geográfica[400].

Outros aspectos ressaltados por Luis Filipe Thomaz se direcionam para a centralização do poder régio português, da estabilidade de suas fronteiras e de uma precoce consciência coletiva de nacionalidade. Todos são, explica o autor, elementos importantes para se pensar na história da expansão portuguesa, porém, de modo conclusivo, Luís Filipe Thomaz esboça três fatores, que ao se associaram, explicam a gênese da expansão portuguesa: a necessidade de uma reconversão que assegure a sobrevivência a uma nobreza em crise, segundo, o desejo de abertura de novas rotas de comercio, que permitiam às classes mercantis reinvestir os lucros provenientes do incremento das trocas e terceiro, a política de afirmação de um Estado nacional, que recém saído de uma grave crise e dirigido por uma dinastia jovem, intenta por um lado evitar o cerco ou a absorção por um vizinho poderoso, no momento crucial da formação dos grandes espaços políticos, por outro garantir a paz interna, aliviando as tensões sociais e drenando para o exterior a

[400] *Ibidem*, p.18-19

conflitualidade latente própria de uma época de mutação socioeconômica[401].

A expansão portuguesa, em seus primórdios, aponta o autor, tem em seu interior a revolução demográfica e econômica do século XVI, que se ligam também a crise da nobreza, o desenvolvimento da burguesia e das cidades e a eclosão do Estado Moderno[402].

Passado este primeiro momento, Portugal se lançou na busca por novos espaços e fez do Oriente, o seu primeiro grande empreendimento expansionista. De modo geral, a presença portuguesa no Oriente foi realizada através de uma série de relações de poder estabelecidas entre portugueses e grupos locais. As conquistas dos espaços indianos pelos portugueses não seguiram um mesmo padrão de estabelecimento, já que diversos locais foram conquistados pelo uso da força, mas outros só se tornaram possíveis através de acordos e negociações com as autoridades indianas residentes em tais espaços.

Para Luís Filipe Thomaz o impulso religioso na expansão portuguesa na Índia esteve ligado às causas da Contra-Reforma e o impacto do Concilio de Trento, além de, principalmente, à chegada de jesuítas na Índia em 1542. Segundo o historiador, os jesuítas trariam consigo os melhores meios de se promover a difícil tarefa de evangelização no território indiano, além de compreenderem a necessidade de usar novas abordagens de conversão, como o esforço da adaptação cultural, para que a evangelização obtivesse sucesso[403].

Foi em Goa, que a influência da política de um imperialismo religioso se manifestou de forma mais clara. O autor destaca a organização de confrarias e de capelas, além de serem instaladas estruturas eclesiásticas, como a diocese de Goa (1533), sem

---

[401] *Ibidem*, p.38-39.
[402] *Idem*.
[403] *Idem*, p. 253.

mencionar a própria instalação do Tribunal Inquisitorial de Goa[404] no ano de 1560, único tribunal da Inquisição em território colonial. Estabelecimentos de ensino, tal como o Colégio de São Paulo fundando pelos jesuítas em 1557, e uma imprensa instalada em Goa um ano antes, contribuíram também para o processo de evangelização e propagação do catolicismo.

É importante ressaltar que este apelo pelo surto evangélico possui também causas políticas. De acordo o Luís Filipe Thomaz, a coroa estava preocupada em fazer da religião católica um instrumento importante para a construção da unidade política portuguesa na Ásia. Ângela Barreto Xavier comenta que a cidade de Goa se tornava cada vez uma réplica da metrópole portuguesa, transportando as mesmas instituições politico-administrativas para a Índia, tais como a presença de vice-reinos, Conselho de Estado e Mesa da Consciência e Ordens, e instituições eclesiásticas[405].

A integração do poder eclesiástico, em destaque dos inacianos da Companhia de Jesus com o poder político existente, fora de grande importância para a expansão portuguesa no Oriente ao longo do século XVI. Como bem mencionara Ângela Barreto Xavier, a par do reforço dos contingentes militares, a evangelização dos indianos surgiu como um dos melhores meios para garantir o processo de dominação portuguesa na Índia[406], assinalando, também, que a

---

[404]De maneira geral, a criação de um Tribunal da Inquisição em terras orientais surgiu como uma das tentativas de Portugal de se fazer presente a cultura e religião cristã entre os hindus, afirmando o poder lusitano no Oriente. Estabelecida para frear as "ameaças" do judaísmo no Oriente, a partir do século XVII os hindus passaram a ser o alvo preferido da atividade inquisitorial. Sobro o assunto, ver Célia Cristina da Silva Tavares, Santo Oficio de Goa: estrutura e funcionamento. *In*: VAINFAS, LAGE & FEITLER (org.). *A Inquisição em Xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

[405]XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008., p. 71.

[406]*Idem*, p. 84.

aliança entre o poder político e o poder religioso, possibilitou a coroa portuguesa de se estender a lugares mais distantes[407].

No mesmo sentido, Maria de Deus Beites Manso, ressaltara que "tanto o poder político como o religioso tinham consciência de que o sucesso da presença lusa dependia também de uma adequada ligação entre a "conquista espiritual" e "a conquista territorial"[408]. Para Charles Boxer, se não fosse a associação entre poderes civis e religiosos, por meio do que se comumente denomina de Padroado, o projeto de expansão portuguesa não teria obtido tamanho êxito:

> O Padroado real português pode ser definido em geral como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal na qualidade de patrocinadora das missões católicas e dos estabelecimentos eclesiásticos missioneiros na África, Ásia e Brasil.[409]

Sob padroado, os monarcas portugueses, e espanhóis, puderam entre outras coisas, construir igrejas, conventos, seminários, ter controle sobre a jurisdição e receitas eclesiásticas no mundo colonial. Em outras palavras, sob o sistema do padroado, escreve Charles Boxer, "a Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da Coroa, exceto nas questões de doutrina e dogma." [410]

Segundo Maria de Deus Beites Manso, a eficácia missionária e o importante apoio dos jesuítas nos tratos comerciais ao sul da Índia, fizeram com que o poder português privilegiasse a ordem jesuíta, considerando-a a mais preparada para a evangelização no

---

[407]*Idem*, p. 59.

[408]MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia: atividades religiosas, poderes e contactos culturais (1542-1622).* Universidade de Macau e Universidade de Évora. 2009, p. 53.

[409]BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica. 1400-1770.* Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 98.

[410]Alguns papas do século XVII, como o papa Urbano VII se opôs a extensão de privilégios concedidos as monarcas portugueses e espanhóis. Cf. Charles Boxer, 2007, p. 100.

continente[411]. Para a autora, o importante trabalho dos jesuítas na conversão e evangelização da população local, contribui para a defesa do projeto do Estado Português na Índia, mesmo em locais em que tal Estado não se fazia de modo mais fragmentado:

> Várias vezes os poderes políticos portugueses na Índia distinguiram o papel dos jesuítas como promotores da paz social, mediadores nas divergências entre cristãos nas contradições entre cristãos e gentios, a que se aditava ainda quase sempre a sua pertinácia na defesa dos interesses do Estado Português, nomeadamente na continuidade do direito de Padroado, mesmo nos locais que não faziam parte do "Estado da Índia.[412]

Com melhores condições de promover a fé católica, a Companhia de Jesus tentou abranger praticamente todo o território indiano, porém, como bem ressaltara Maria de Deus Beites Manso, a sua presença se deu de forma descontínua e pouco uniforme, tanto em relação a sua implantação, como nas conversões obtidas. É dessa maneira que a autora chama atenção para que o historiador localize precisamente os lugares das atividades dos jesuítas em questão, pois estas se tornam distantes a partir do momento em que os diferentes espaços territoriais indianos implicavam em complexas redes de relações políticas, econômicas e culturais[413].

Espalhados por diversos locais, a Companhia de Jesus na Índia basicamente se organizou em torno da "Província do Norte", de Goa, e a "Província do Malabar". Na chamada "Província do Norte", Maria de Deus Beites Manso escreve que as missões jesuíticas giravam em torno de Damão, Baçaim e Chaul, onde a presença dos portugueses era intensa, o que não eliminava a difícil evangelização.

---

[411]MANSO, Maria de Deus Beites. *Op.cit*, 2004, p. 57-58.
[412]*Idem* p. 59.
[413]MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622):* actividades religiosas, poderes e contactos culturais. Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009, p. 23.

Segundo a autora, muitos missionários reclamavam sobre a diversidade dos povos e a não aceitação ao cristianismo.

A região de Malabar por sua vez ficou entregue aos cuidados dos jesuítas. Diferente da região de Goa, a presença portuguesa no Malabar foi mínima. De forma geral, Maria de Deus Beites Manso comenta que o poder político estava nas mãos dos hindus e o econômico na mão dos mulçumanos, o que muito dificultou a presença de Portugal e sua relação com estes reinos. Ainda de acordo com a autora, foi graças à presença dos jesuítas na região do Malabar que as comunidades cristãs e até mesmo as atividades locais estiverem sob segurança. O pouco controle dos portugueses nesta região, fez com que a Companhia de Jesus assumisse um papel primordial para que o poder régio português chegasse a tais localidades[414].

Nesse sentido, é importante voltarmos a destacar que a aquisição portuguesa dos territórios na Índia não seguiu um mesmo padrão. Como bem ressaltara Luís Felipe Thomaz, alguns territórios foram tomados em condições de força, outros através de acordos. Para a região de Goa e Malaca, por exemplo, o autor comenta que foram regiões conquistadas. Já para as regiões de Ormuz, e das províncias do norte, tal como Baçaim, o Estado português conseguiu exercer sua soberania, mas em virtudes de acordos com as autoridades locais[415].

Outros modos de aquisição de territórios indianos também são destacados pelo autor. Havia o caso em que regiões, como Ternate e de Ceilão, que a soberania portuguesa foi conquistada a partir de um testamento régio, onde os reis locais, convertidos ao cristianismo, dispunham-se dos seus Estados. No caso da região do Timor, o autor verificou o que chamou de submissão voluntária, onde “alguns régulos convertidos ao cristianismo se colocaram voluntariamente

[414]*Ibidem*, p. 65.
[415]THOMAZ, Luís Filipe. *Op.cit.*, 1994, p. 224.

sob a soberania portuguesa, onde os restantes a aceitavam tacitamente ou eram forçados pelos demais a aceitá-la." [416].

A região do Malabar também é estudada pelo autor, onde a presença portuguesa nas praças do Malabar – Cochim, Cananor, Coulão, Cranganor, e Calecut – fora concedida pelos reis locais. A aquisição nestes locais era através de contratos, na sua forma oral ou escrita. Luís Filipe Thomaz destaca ainda que essas concessões aos portugueses eram obtidas na paz, ou sobre ameaças, ou mesmo, vinda de uma vitória militar[417].

Podemos, portanto, verificar, que o modo de formação do Estado Português na Índia não foi homogêneo em todas as suas partes, o que também se pode perceber no que diz respeito à presença dos missionários jesuítas. Nas regiões onde o poder português se fez forte e presente, os jesuítas usaram da "força" para catequizar, já nas áreas fora desse domínio português, os jesuítas puderam usar estratégias brandas, abordagens novas, que são denominados pelo historiador João Paulo Oliveira e Costa de "acomodação cultural".

Um grande expoente da prática de acomodação cultural na Índia foi o jesuíta italiano Roberto de Nobili, que no inicio do século XVII, atuou na região de Maduré, ao sul da Índia, tornando-se famoso durante tal período a partir do seu modelo de aproximação com a casta mais alta indiana, os brâmanes, no qual chegaria a se identificar e a viver de acordo com seus hábitos, aceitando a continuidade de muitos de seus costumes após a conversão, sob a justificativa de que eram utilizadas apenas em seu caráter social e políticos, livres de quaisquer indícios de gentilidade, isto é, sem apresentar qualquer evidência de um caráter superstição[418].

---

[416] *Idem*, p. 227.
[417] *Idem*, p. 229.
[418] TAVARES, Célia Cristina da Silva. Mediadores culturais: jesuítas e a missionação na Índia (1542-1656). In: Revista Acervo- Arquivo Nacional, 16 vol, n 2, 2003, p. 177-190.

Podemos, portanto averiguar, a importância da Companhia de Jesus na consolidação da presença portuguesa em vários espaços indianos. Onde o poder régio não alcançava, lá estava a Companhia de Jesus, como é o caso da região do Malabar. Firmando o Padroado Português no Oriente, a ordem jesuítica, com seu zelo missionário, conseguiu a submissão dos cristãos locais, o que agradava e muito as autoridades regias que, conseguiam assim, manter algum poder sobre essas regiões afastadas de seu poderio, como bem afirmara a autora, a presença missionária fora a base nas relações diplomáticas entre o "Estado da Índia" e os poderes locais[419]. Com a entrada da Companhia de Jesus no império português asiático, que o processo de conversão se acelerou, bem como a ampliação dos territórios fora das fronteiras controladas pela coroa. Junto com a fé, o poder régio pôde firmar seu projeto de expansão na Índia.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *História Religiosa de Portugal, volume* 2: *humanismos e reformas.*Universidade Católica portuguesa, Circulo de Leitores, s/d.

BOXER, Charles. R. *A Igreja e a expansão Ibérica (1440-1770).* Lisboa: Edições 70, 1989.

MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia: atividades religiosas, poderes e contactos culturais (1542-1622).* Universidade de Macau e Universidade de Évora. 2009.

TAVARES, Célia da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Memória e Sociedade, Editora Difel, 2ª edição.

[419]MANSO, Maria de Deus Beites. *Op.cit,*2004, p. 68.

VAINFAS, Ronaldo; LAGE, Lana; FEITLER, Bruno (orgs). *A Inquisição em xeque:* temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Práticas mágicas na alçada inquisitorial: o processo de Violante Carneira a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício (1591-1595)

Marcus Vinícius Reis
Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa – UFV
mv.historia@gmail.com

Em que medida o cristianismo se fazia presente nas vivências do homem do século XVI? Tal questionamento, levantado por Lucien Febvre levou ao autor em seu livro a problematizar os possíveis limites que o catolicismo adquirira no século XVI, os lugares em que a religião católica se tornava base fundamental para as sociedades. Analisar, portanto, o século XVI é ter em mente que tal período não foi palco de descrenças, pelo contrário, as vivências nele inseridas despertam ao pesquisador o entendimento de que a vida em sociedade era regida principalmente pela presença do catolicismo, não se restringido apenas à participação nas Igrejas. Como já mencionara Clifford Geertz, o pesquisador das religiosidades deve levar em consideração nas suas análises o fato de que é inegável considerar a grande dependência que as sociedades adquirem para com os mais variados símbolos e sistemas simbólicos existentes no mundo, sendo assim, *"decisivos para sua viabilidade como criatura"* (GEERTZ, 1989, p.73).

Uma crítica às generalizações que Lucien Frebvre promoveu ao analisar a trajetória de Rabelais, onde a religião, analisada por Frebvre a partir de um recorte específico, serviria de embasamento para se explicar um século inteiro.

> "Enquanto se trata de demonstrar a inexistência de um presumível "ateísmo" em Rabelais, nenhum problema. Entretanto, quando se adentra o terreno da "mentalidade (ou psicologia) coletiva", sustentando que a religião exercia sobre "os homens do

> século XVI" uma influencia, ao mesmo tempo, profunda e opressora, da qual era impossível escapar, como não escapou Rabelais, a argumentação se torna inaceitável. [...] Graças à noção interclassista de "mentalidade coletiva", os resultados de uma investigação conduzida sobre um pequeno estrato da sociedade francesa composto por indivíduos cultos são tacitamente ampliados até abarcar completamente um século inteiro. É o retorno à tradicional história das ideias. [...] Uma análise de classes é sempre melhor que uma análise interclassista."

Acreditamos, e isso é um dado obvio que a Colônia não estaria isolada das influências cristãs e dos diversos sistemas simbólicos existentes naquele período, onde recém-descoberta, acabaria se tornando *"prolongamento modificado do imaginário europeu"*, inclusive e principalmente prolongamento de sua metrópole (MELLO E SOUZA, 2002, p.31), tornando-se palco privilegiado das ações católicas; estas integrantes de um verdadeiro projeto expansionista que possuía como uma de suas marcas fundamentais a de "*difundir o orbe cristão"* (CHAIN, 2003, p.70). Destacamos, por exemplo, a difusão pela Igreja de um perfil do "bom cristão", que não se limitaria apenas ao papel de assistir as missas. A grande influência católica tornava a própria vivência colonial um espaço de práticas religiosas.

Não se trata, entretanto, de cairmos nas armadilhas da generalização, apontada por Ginzburg e que, por vezes, negligencia as trajetórias individuais e suas diversas percepções a respeito do mundo que, nem sempre, convergiam com o catolicismo.

Contudo, é importante destacarmos as próprias atribuições que a denominada História Cultural vem adquirindo e que se insere na temática que se desenvolverá a seguir, onde a definição do seu objeto principal de análise se direciona a *"identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler"*. Sendo assim, o que propomos neste trabalho se insere no objetivo de analisarmos o modo como

uma dada realidade social fora construída a partir da manipulação de simbologias religiosas com diversas demandas que se fizeram presentes a partir do processo inquisitorial promovido ao longo da primeira visitação do Santo Ofício à Colônia contra a cristã-velha Violante Carneira.

Estabelecia-se oficialmente no dia nove de junho de 1591 a primeira visitação do Santo Ofício português à Colônia, recaindo no licenciado Heitor Furtado de Mendonça a função de autoridade principal da visitação, estando acompanhado de um meirinho e do notário Manoel Francisco Rodrigues para a promoção das atividades que, inicialmente, estavam previstas para se estenderem, além da Bahia e Pernambuco, para as regiões do Rio de Janeiro, São Vicente, ilhas de Cabo Verde e São Tomé[420]. Entretanto, suas atribuições não foram para além da Capitania de Pernambuco, segunda região a ser visitada pelo visitador a partir de 1593, já que, de acordo com Ronaldo Vainfas, este por vezes atuou de forma subjetiva, negligenciando as instruções provenientes do Conselho Geral do Santo Ofício, em Lisboa, o que teria se tornado motivação suficiente para seu retorno ao reino sem completar todas suas tarefas designadas.

Mais do que apontar elementos principais que possam justificar a presença de uma visitação do Santo Ofício em finais do XVI, Ronaldo Vainfas encarou tal acontecimento dentro de um contexto mais amplo, onde não apenas o novo mundo se inseria – mas as outras possessões portuguesas existentes na África e no Oriente – nas estratégias de expansão de poder do Santo Ofício a fim de promover a tão almejada unidade religiosa, sem interferências heréticas[421].

---

[420]VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados:* Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 224.

[421]VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios.* Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 166 *Apud* ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Op.cit.,* 2011, p. 40-41.

Como mencionara Bruno Feitler, o interesse maior do Santo Ofício português, independente da região em que se fazia presente, se direcionava tanto para o âmbito civil como religioso de modo a garantir "aos olhos desses reis de um catolicismo militante e providencialista, a paz política de seus reinos"[422].

Acima de tudo, o que predominava, de acordo com o autor e que não foge à nossa interpretação, era um poder coercitivo presentes nas regiões onde a visitação se concretizava de modo a garantir a extirpação de heterodoxias religiosas[423], como as que envolviam os cristãos-novos, mas também práticas de sodomia e de feitiçarias que, como veremos ao longo deste trabalho, ocuparam importante espaço nas ações de Heitor Furtado de Mendonça.

Natural de Lisboa, o cristão-velho Bernardo Pimentel não demoraria a comparecer diante das autoridades inquisitoriais presentes na Bahia de modo a denunciar possíveis heterodoxias que poderiam ameaçar a permanência do catolicismo na região. Desse modo, em 27 de agosto de 1591, denunciaria um episódio ocorrido por volta de quinze anos, envolvendo Violante Carneira. Estando em *"conversação"* com a denunciada, Bernardo Pimentel ouvira da própria que com a profissão das palavras da *Sacra*, *hoc est enim corpus meum*[424], seria possível fazer com que determinada pessoa quisesse bem a outra que proferisse tais palavras. Por fim, o denunciante ressaltaria que durante o momento em que as palavras sacras foram ditas, Violante Carneira encontrava em seu juízo perfeito, pedindo-lhe inclusive discrição e que lhe encontrasse uma pedra d'ara.

O interesse pelos relatos promovidos contra Violante Carneira – já que Cosmo Garção e Simão de Mello[425] denunciariam à visitação

---

[422]FEITLER, Bruno. *Op.cit.*, 2007, p. 70.
[423]*Ibidem*, p. 79-80.
[424]ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. no 12925, fl.10-11.
[425]ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. no 12925, fl.07-08.

episódios semelhantes ao relatado por Bernardo Pimentel envolvendo o instrumental mencionado – não demoraria a se fazer presente para as autoridades da visitação. Já em três de janeiro de 1592, por ordem expressa do visitador, Violante Carneira seria presa e proibida de deixar a região sem aviso prévio. A confirmação por parte da acusada da profissão de tais palavras se faria presente ao longo do processo de arguição, bem como a justificativa de ter se apropriado delas, que era a de fazer determinada pessoa lhe querer bem.

Todavia, para o visitador, tornava-se nítido os crimes graves promovidos por Violante Carneira a partir do momento em que algum dos elementos mais sagrados do catolicismo estava sendo desvirtuado. O que agrava mais ainda a situação de Violante residia no fato da acusada já ter comparecido à mesa da visitação em outras ocasiões para denunciar e não ter se confessado de modo espontâneo dos crimes que cometera. A acusada confirmaria a gravidade de seus desvios, destacando que não os confessara por não ter lembrado e por tais rituais não terem supostamente funcionado. Questionamos, então, o porquê de Violante Carneira, mesmo sabendo da ineficácia das práticas, ter continuado a manipulá-las.

Residem nas apropriações das palavras sacras da Igreja os elementos principais para que as práticas de Violante Carneira se enquadrassem na definição de Maria Benedita Araújo a respeito da *magia*, *"[...] quando à sucessão dos acontecimentos, comandada por um conjunto de forças naturais e segundo leis pré-estabelecidas, o homem procura impor sua vontade pela força, introduzindo o caos e a desordem na série pré-ordenada, atingimos o âmbito do numinoso impuro, da magia, considerada em sentido lato."*[426].

Interpretando a definição apontada pela autora é possível que houvesse, por parte da Igreja, um amplo interesse em se considerar

---

[426]ARAÚJO, Maria Benedita. *Magia, demônio e força mágica na tradição portuguesa*: século XVII e XVIII. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 20.

como sendo a grande detentora da defesa de tais leis pré-estabelecidas, referentes tanto ao âmbito do mundo natural como o mundo sobrenatural. A presença católica na Colônia não seria diferente. Luiz Mott já destacara o fato de o cristianismo ter como essência uma bipolaridade espiritual que influenciaria diretamente na sociedade colonial ainda no primeiro século de colonização: exercício de espiritualidade individual e, principalmente, o público de modo a exteriorizar a fé católica.

Entretanto, as problemáticas religiosas surgiriam para a Igreja a partir do momento em que o perfil desse *"bom cristão"* se desviasse por completo, onde a ordem pré-estabelecida pelo catolicismo se modificasse a partir da desvirtuação dos ritos católicos, por exemplo. É nesse sentido que a definição de Maria Benedita Araújo torna-se coerente com os relatos envolvendo Violante Carneira, já que uma ordem católica é parcialmente violada de modo a alcançar objetivos ilícitos.

Seja através das manipulações das simbologias religiosas que se faziam presentes no século XVI colonial ou das finalidades variadas também existentes nesse espaço, o que foi possível perceber é que a religiosidade colonial no século XVI fora palco infindável da combinação de diversas simbologias e interesses individuais ou mesmo coletivos que culminaram numa série de práticas heterodoxas aos olhos do clero católico e também do visitador que buscava combater os desvios de doutrina que emergiam diante de confissões e denúncias da população.

Pensar o modo como se constituiu e se vivenciou o imaginário correspondente ao século XVI é ter em mente que tal domínio extrapola limites de análise previamente propostos, tornando-se tarefa nem sempre fácil, para tal período, separar o que é real do que se torna imaginário, sendo de fato um espaço inteiro de vivências

humanas[427]. A aproximação analítica com os relatos acaba por se tornar, assim, uma estratégia importante para que tais crenças sejam reconstruídas sem negligenciar o fato de que o mundo dos signos por vezes predominava no mundo dos objetos, o que *"não implica o absurdo da não existência de coisas objetivas no espaço e no tempo [...], apenas sua incapacidade de se apresentarem para nós como significativas"*[428]. Tal aproximação nos serve também de porto seguro, já que analisamos casos específicos sem o intuito de promover generalizações, mas, por outro lado, sem isolá-lo de sistemas maiores; objetivo principal da micro-história, segundo Jacques Revel.

Concluindo, o processo de Violante Carneira muito nos fala a respeito do modo como o catolicismo se articulou na religiosidade colonial de modo a enraizar-se não apenas nas vivências do clero católico. Entretanto, talvez muitos clérigos não contassem com as deturpações que o catolicismo poderia adquirir no espaço colonial diante de uma circulação de crenças e símbolos religiosos provenientes de distintas religiões, espaços, temporalidades e, também, das demandas que os indivíduos possuíam diante de um contexto de vivências desafiadoras.

Nesse sentido, é possível detectarmos um *Sincretismo* se levarmos em conta a definição de José Pedro Paiva, no qual o autor o define como uma simbiose cultural, sendo possível identificar permanências de simbologias religiosas provenientes de outros espaços e tempos – como a utilização da pedra d'ara, elemento recorrente, de acordo com Bethencourt, nas feitiçarias de caráter

---

[427]PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 391.
[428]CLARK, Stuart. *Op.cit.*, 2006, p. 31.

amoroso[429] – mas que assumiriam modificações conforme as práticas eram promovidas na Colônia[430]. Sincretismo que cairia nas malhas da inquisição sempre que detectados desvios de doutrina que pudessem ferir os princípios católicos.

Segundo Charles Boxer[431], o entendimento do Sincretismo perpassa pela ideia de que há uma aceitação por parte dos indivíduos de que o catolicismo é um fator predominante nas crenças, mas sem negar a coexistência de simbologias distintas197. Consonância presente nas assertivas de Patrícia Birman, onde haveria uma segmentação do campo religioso a partir de "uma adesão simultânea a mais de um credo, como índice de uma não adequação plena de certos segmentos sociais aos valores da modernidade", sem respeitar quaisquer "fronteiras institucionais"[432]. Tal simultaneidade presente nas crenças e práticas de Violante Carneira cairia no campo de investigação do visitador, que não duvidaria de que se tratava de um caso grave de deturpação do catolicismo.

> Ir em auto-de-fé com vela acesa na mão, permanecendo assim durante toda a celebração da missa, sendo, também, degredada por quatro anos para fora da capitania da Baía de Todos os Santos, além de penitências espirituais, pagamento de custas. 29 de janeiro de 1592. [...] "atos torpes de desonestos"; "torpezas e luxurias", "com muitas e diversas pessoas", "perjurou nesta mesa do Santo Ofício negando a verdade".

No entanto, sua trajetória nas malhas inquisitoriais não terminaria com a profissão de tal sentença e, assim, seu envio aos

---

[429]BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia:* feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 99.

[430]PAIVA, José Pedro. *Op-cit.,* 1991, p. 99.

[431]BOXER, Charles . *A Igreja e a expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 148.

[432]BIRMAN, Patrícia. "Modos periféricos de crença". In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo:* unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992, p. 176.

cárceres subordinados à visitação do Santo Ofício. Ainda na documentação referente ao seu processo fora possível identificar a sentença do visitador em efetivar seu degredo de quatro anos para a Ilha de Itaparica a partir do dia 31 de julho de 1593, ou seja, mais de um ano após à publicação de sua primeira sentença. Todavia, já no tardio ano de 1594, já com a visitação nas terras de Pernambuco, sua sentença sofreria novamente modificação diante das possíveis dificuldades que a cristã-velha passara na Ilha de Itaparica , sendo *"muito doente e enferma"*[433]. Assim, no dia 25 de janeiro de 1594, o restante de sua sentença de degredo seria comutada para o cárcere acompanhado de penitências espirituais.

Fontes e Bibliografia:

Processo digitalizado do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa de Violante Carneira: ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. no 12925;

ARAÚJO, Maria Benedita. *Magia, demônio e força mágica na tradição portuguesa*: século XVII e XVIII. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia:* feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BIRMAN, Patrícia. "Modos periféricos de crença". In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo:* unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

BOXER, Charles . *A Igreja e a expansão Ibérica (1440-1770).* Lisboa: Edições 70, 1989.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios:* a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Tradução de Celso Mauro Paciomik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência:* Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Alameda, Phoebus, 2007.

[433]ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. no 12925, fl. 22-23.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* São Paulo: Editoria LTC, 1989.
PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem "caça as bruxas":* 1600-1774. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios.* Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
___________________. *Trópico dos Pecados:* Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

As Ciências Naturais e seus espaços de saber científico

Ivete Machado de Miranda Pereira
Mestranda em História pela
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O século XVIII assistiu a uma mudança de paradigma nas relações do homem com a Natureza. Do empirismo racional do século XVI ao racionalismo científico do século XVIII, a Europa sofreu um amadurecimento no modo de perceber, compreender e decodificar os fenômenos do mundo natural. Na segunda metade do século XVIII, baliza cronológica a ser utilizada, as Ciências Naturais se revestem de um caráter pragmático e utilitarista, havendo uma associação entre História Natural, Economia e Governo, passando as Ciências a serem vistas como recurso para atingir o desenvolvimento. Na realidade, o estudo do que hoje chamamos "Ciência", era designado nos Setecentos pelo nome de Filosofia Natural e tentava-se compreender a ordem da Natureza, a diferenciação entre seres vivos e não-vivos, distinção que tornava possível separar as "Ciências da Terra", como a Mineralogia e a Geologia, das "Ciências da Vida", como a Botânica e a Zoologia[434].

O século XVIII foi também a era da sociedade científica, cujo começo vinha dos anos 1660 com a criação da Royal Society de Londres e da Académie des Sciences de Paris, nas quais se espelharam as sociedades e academias eruditas surgidas por toda Europa. As academias, formadas por grupos que se reuniam para debate e experimentação, eram novas formas de sociabilidade literária e mundana, juntamente com os cafés e salões. Elas permitiam o contato direto entre cientistas e promoviam o progresso das ciências através da apresentação e publicação de memórias, atas

---

[434] OUTRAM, Dorinda. *O Iluminismo*. Lisboa: Atividades Editoriais, 2001, p.94.

e jornais científicos. Em Portugal várias associações estiveram envolvidas em um projeto de produção técnico-científico voltado para o melhoramento da Agricultura e Botânica, consideradas como força econômica capaz de alavancar a economia portuguesa. Nesse contexto a Agricultura aparece como o grande negócio dos Setecentos.

A novidade do século XVIII, o Iluminismo, pode ser considerada uma série de debates centrados na vontade de que os assuntos referentes ao homem fossem orientados pela racionalidade em vez de o serem pelas crenças religiosas ou superstições. A razão humana assentada em uma visão validada pela Ciência em lugar de o ser pela religião ou tradição. *Sapere aude*! Ousar saber! Ter a coragem de usar a própria inteligência! Essa divisa sintetiza um dos traços fundamentais do pensamento mental iluminista, a confiança na observação e experimentação criando condições para o saber científico.

Cientistas e intelectuais de hoje, eram então naturalistas e filósofos, homens do saber que circulavam entre instituições em situações de pertencimento simultâneo a mais de um estabelecimento científico. A Universidade de Coimbra possuía seu Jardim Botânico e Museu de História Natural. Lisboa, o Real Jardim Botânico da Ajuda, o Real Gabinete de História Natural, e a partir de 1779, a Academia das Ciências de Lisboa que finalmente articula a Península Ibérica com os demais círculos ilustrados europeus, incorporando parcialmente o espírito da Ilustração. Na Academia, uma sociabilidade intelectual permitiu a construção de uma política para a América Portuguesa pautada no ideário do projeto de Império luso-brasileiro.

Em suas origens, a Academia das Ciências de Lisboa estaria ligada às reformas do ensino iniciadas pelo poderoso ministro de D. José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro Marquês de Pombal, sobretudo a que se traduziu na nova

estrutura organizativa da Universidade de Coimbra. Na Reforma da Universidade de Coimbra, a antiga Faculdade de Artes foi substituída pela de *Filosofia*, dividida em dois ramos: no primeiro ano, *Filosofia Racional e Moral* – dividida em Lógica, Matemática e Ética – e nos três anos seguintes a *Filosofia Natural* – composta pela História natural dos três reinos, pela Física experimental e pela Química filosófica e médica. Essas disciplinas filosóficas possibilitaram a formação de profissionais aptos a conhecer a natureza, os Naturalistas.

Para o ensino moderno da História Natural, Física e Química, o Marquês de Pombal recorreu a professores estrangeiros. Entre eles estava Domenico Vandelli (1735-1816), italiano de Pádua com formação universitária nas áreas de Medicina e História Natural[435]. Vandelli contribuiu para a criação do Jardim Botânico da Universidade, já que desde o século XVI tais jardins começaram a ser organizados juntos às Universidades e às residências dos soberanos com a intenção de serem cultivadas plantas exóticas ou espécies raras e também as utilizadas em Medicina. Os Estatutos Pombalinos dedicaram ao Jardim Botânico um capítulo próprio, o que demonstra sua importância.

Vandelli, em plano ambicioso, foi preparando seus alunos da Faculdade de Filosofia para se dedicarem à busca, colheita e à classificação de plantas do território português continental, insular e ultramarino. Em seu texto intitulado *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da Agricultura e principalmente da cultivação das charnecas*, ele fala sobre a aclimatação de plantas de regiões remotas feitas nos Jardins Botânicos da França, Suécia e

---

[435] CARVALHO, Rômulo. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Bertrand, 1987, pp. 47-50.

Alemanha[436]. Pode-se pressupor ele pretendia fazer o mesmo em Portugal e suas colônias.

A morte do rei D. José em 24 de fevereiro de 1777 dá início à época conhecida como "Viradeira", início do reinado de D. Maria I, assinalando uma nova etapa em que idéias ilustradas e dificuldades financeiras convivem, fazendo-se necessário a continuação de reformas que promovessem a prosperidade econômica do Reino. Sob esta perspectiva – a busca de meios para alcançar a prosperidade – se entende o sentido dos empreendimentos científicos levados a cabo no reinado mariano[437]. O empreendimento que mais fielmente exprime este sentimento de premência de fomento econômico do reformismo pós-pombalino sancionado pelo Estado Monárquico foi a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, que estimulou e promoveu a produção intelectual em vários campos com a publicação das séries de memórias. E como alguns memorialistas eram também ministros, houve uma integração entre o saber e o fazer. Aos filósofos cabia a investigação da Natureza, com as Luzes da Razão, e aos ministros, implantar as reformas: "assim se dominaria a natureza e regeneraria a sociedade, voltando a Idade do Ouro" [438]. A Academia tornou-se, portanto, um centro aglutinador de um novo ideal reformista onde passaria a atuar um grupo de "intelectuais" comprometidos, um novo espaço para a sociabilidade intelectual portuguesa do século XVIII.

A idéia da criação de uma Academia de Ciências começou a ser gestada no curso de Filosofia dentro da Universidade de Coimbra, através das articulações políticas de Domenico Vandelli. A influência

---

[436] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da Agricultura, e principalmente da cultivação das charnecas. Coimbra*: Real Oficina da Universidade, 1788.

[437] MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O príncipe D. João e o mundo de Queluz. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1999, p.16.

[438] NOVAIS, Fernando. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. São Paulo: 1984, *RBH,* p. 107.

no paço de D. João Carlos de Bragança (1719-1806), 2º Duque de Lafões, ajudou a concretizar seu nascimento e ele seria seu primeiro presidente. A Academia contava entre seus sócios fundadores com vários docentes e diplomados da Universidade de Coimbra. O abade Correia da Serra era um naturalista que acreditava ser urgente a divulgação dos conhecimentos de História Natural para o desenvolvimento da agricultura. Em seu *Discurso Preliminar* para a Academia escreveu:

> O primeiro passo de uma nação para aproveitar as suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A História Natural é a única ciência que tais Luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido desta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo (apud CARVALHO, 1987, p. 79)[439]

Assim, sai de cena a Universidade de Coimbra como centro de debate intelectual, e a Academia das Ciências assume posição privilegiada como local de produção científica e de gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural[440]. Sua ambição era a conjugação das ciências com as artes – as técnicas – para a promoção da agricultura e o desenvolvimento econômico de Portugal e fazia parte desta política o estímulo à produção de monografias temáticas através de concursos em que os trabalhos aprovados eram premiados e publicados. A partir de 1789, os trabalhos premiados começam a ser publicados sob o nome de *Memórias Econômicas para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal*. Mais específicas, as Memórias sobre a Agricultura revelam a incidência da Fisiocracia, teoria econômica que considera a terra e a agricultura fonte de riqueza. As memórias tratam de recursos

---

439 CARVALHO, Rômulo. op. cit, p. 79.
440 MUNTEAL, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo regime luso-brasileiro. Rio de Janeiro: 2006, *Intelectus*, p.4.

naturais, práticas de tecnologia, história da agricultura – as causas de seu declínio e propostas para desenvolvê-las. Seus autores eram na maioria relativamente jovens, entre 27 e 35 anos, concluíram estudos universitários, 70% estudaram em Coimbra, tinham apoio institucional para a divulgação dos trabalhos inovadores e possuíam um "estatuto indiscutível de elite intelectual" [441].

A criação de um espaço de sociabilidade intelectual, como o da Academia das Ciências de Lisboa, produziu uma nova atitude científica entre os sócios unindo-os em torno de um projeto naturalista-utilitário que se voltava para as potencialidades representadas pelo mundo natural das colônias. Assim, as viagens exploratórias que se tornaram cada vez mais frequentes e mais especializadas eram preparadas por riscadores, jardineiros botânicos, naturalistas, filósofos da natureza, matemáticos. As viagens filosóficas de Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Felix de Avelar Brotero (1744-1828), foram instrumentos que reuniram conhecimento através do inventário da natureza e contaram com o apoio de um trabalho intelectual coletivo.

A produção intelectual resultante da vida associativa reflete o debate político e cultural que se produziu nos espaços de sociabilidades, as idéias que circularam e a direção que apontava os novos caminhos que Portugal deveria seguir, tendo a Agronomia[442] a serviço de uma estratégia econômica. O espaço por excelência, centro de assimilação dessas novas correntes e de sua adequação à realidade portuguesa, foi a Academia Real das Ciências de Lisboa. "Direta ou indiretamente inspirado ou estimulado pela Academia, é

[441] CARDOSO, José Luís *apud* CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas*. UFP: Curitiba, 2004.
[442] No século XVIII, o termo Agronomia envolvia todos os aspectos da agricultura, não somente científicos e técnicos, mas também políticos, econômicos, sociais e até mesmo médicos (DENIS, 1995: 655).

todo um vasto movimento intelectual que se processa; o pressuposto cientificista e pragmático percorre todo o esforço” [443]. Seu lema “Se não for útil o que fizermos, a glória será vã” dá a medida de seu objetivo.

Tendo sido fundada em um contexto de crise de Antigo Regime, marcado pela presença do esgotamento colonial – o declínio da mineração, as oscilações de preço do açúcar, os conflitos com os espanhóis no sul do Brasil – esse contexto daria a tônica das atividades a serem desenvolvidas pela Academia e da nova estratégia adotada pelo Estado. Assim, procedeu-se ao levantamento das condições naturais e econômicas do Reino e Ultramar, o que pode ser avaliado pelas Memórias. Memórias sobre o Alentejo, Alto Douro, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé, Minho, Trás-os-Montes, Serra da Estrela; e pelas inúmeras Memórias sobre o Brasil: *Memória Topográfica e econômica da Comarca de Ilhéus*, por Ferreira da Câmara; *Diário de Viagem 1790* ao Mato Grosso por Lacerda de Almeida; *Descrição do Pará* 1789 por Manuel de Braun; as *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais* de Vieira Couto, J. da Rocha, Eloi Ottoni... são algumas delas. As Memórias constituem, portanto, um registro das propostas de rearticulação dos sistemas político-econômicos envolvendo a Metrópole e suas colônias.

Produzidas no período entre 1779 a 1815 em cinco volumes, percebe-se como a Agricultura domina as atenções, talvez devido à forte influência do pensamento fisiocrático no cenário econômico europeu da segunda metade do século XVIII. A reabilitação do agrarismo refletiu uma mudança de atitude em relação à Agricultura, vista a partir de então sob a ótica dos produtores e articulada a outros setores. Em “um país que dois terços do ano precisa ser provido de mantimentos pelos estrangeiros”, buscava-se uma nova estratégia de

[443] NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Regime Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 224.

desenvolvimento econômico para o país, assentado em um sólido fomento para a agricultura, "de todas as artes a primeira e a mais necessária", nas palavras do acadêmico Joaquim José da Costa Simas[444]. Foram feitas desde análises globais até setoriais. Por exemplo, Domenico Vandelli produziu a *Memória sobre a agricultura de Reino e suas conquistas*; *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura*; mas também, estudos sobre as oliveiras, loureiro, algodão.

A discussão sobre as causas da decadência portuguesa foi retomada pela Academia na tentativa de superar o atraso em relação à Europa e levou a uma política que ligaria a pequena Metrópole à sua maior Colônia, a América Portuguesa. Em várias Memórias percebe-se a urgência de se gerar condições para o aproveitamento da natureza do mundo ultramarino e a definição de um novo padrão de exploração colonial. Em 1789, duas obras descreviam as condições naturais das colônias. A de Vandelli, *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*, descrevia a riqueza da natureza e o que se poderia obter através da agricultura. A outra obra, de Manuel Ferreira da Câmara, *Ensaio de descrição física e econômica da comarca de Ilhéus na América*, versava sobre as vantagens do cultivo de diversos gêneros, entre eles, o cacau, baunilha, canela, salsaparrilha, ipecacuanha. Importa aqui, assinalar a proposta do autor de introduzir no Brasil espécies produzidas na Ásia, como forma de reduzir a importação dos produtos do Ceilão[445].

Outra obra de Domingos Vandelli, O *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural* e *Memoria sobre a utilidade dos Jardins Botânicos,* oferecida à Rainha D. Maria I, dá a conhecer seu pensamento sobre a História Natural e os Jardins Botânicos. O estudo

---

[444] Apud SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.131.
[445] Apud SILVA, Ana Rosa Cloclet da, op. cit. p.144.

da História Natural para Vandelli não consiste na simples nomenclatura, mas nas observações e experiências que levarão a conhecer a ordem da Natureza, enfim, as utilidades, propriedades, usos econômicos e medicinais que se podem tirar das produções naturais além das conhecidas[446]. A observação da Natureza mostrará suas propriedades e guiará seus usos. Assim, experiências são necessárias para checar a fertilidade da terra, e Jardins Botânicos para as práticas da boa cultura de vegetais de todos os climas e terrenos. Para ele, não existem terrenos estéreis, mas plantas apropriadas para cada tipo de solo, sendo esse o caso das charnecas, o que só um botânico conhece. Assim, uma terra pode ser estéril para algumas plantas e fecunda para muitas outras.

Para o naturalista, os Jardins Botânicos são úteis para a Medicina, Agricultura, Artes, Comércio. Devido a esta grande utilidade teriam sido estabelecidos doze Jardins Botânicos na França, treze na Itália, vinte na Alemanha, dois na Espanha, três na Inglaterra, quatro na Prússia. Os Monarcas destes países não se contentando somente com as instituições, enviaram botânicos às diferentes partes do mundo para descobrirem novas plantas. Portanto, os Jardins Botânicos, além da beleza, oferecem a possibilidade de poder aclimatar plantas de diversos climas para a escolha das mais próprias e adequadas ao país. É o que fizeram franceses e ingleses, com as plantas nascidas em suas colônias, o que se tornou fonte de lucro. Portanto, a função do Jardim Botânico é a de ser um *Anfiteatro da Natureza* onde poderiam ser vistas todas as produções dessa natureza que estariam espalhadas por países remotos do Globo e que ali são reunidas para a observação e aclimatação dentro de um objetivo utilitário e pragmático.

O destaque individual de Domenico Vandelli como memorialista não se deve apenas ao referido impulso dado por ele para a criação

---

[446] VANDELLI, Domenico, op. cit., p. III.

da Academia das ciências, ou pelo fato de ser sua a maior participação – em número de memórias subscritas – na coleção das Memórias Econômicas. Mas, por sua obra sintetizar o essencial do teor da mensagem memorialística: a necessidade de um rigoroso inventário dos recursos naturais existentes e potencialmente utilizáveis com fins produtivos e a análise dos obstáculos ao desenvolvimento agrícola. Em síntese, as memórias de Vandelli reconhecem a importância do conhecimento da realidade e a adoção dos procedimentos empíricos; reconhecem o estado de decadência da agricultura criando estratégias de fomento econômico nela baseados e defendem a liberdade de circulação de mercadorias[447]

Assim, a segunda metade do século XVIII viu surgir um esforço de renovação do conhecimento envolvendo indivíduos e instituições. Tendo como eixo os espaços de sociabilidade científica, um novo modelo de exploração tendo a Natureza e os métodos da História Natural como prioridade, começa a ser engendrado. Neste esforço estiveram envolvidos não só cientistas, astrônomos, engenheiros-cartógrafos, desenhistas, muitos formados pela Universidade de Coimbra, como também o próprio governo, maior interessado na reunião das informações recolhidas. As Ciências Naturais e seus espaços de saber científico permitiram ao Estado português setecentista conhecer seus domínios e sua potencialidade econômica.

Bibliografia

CARDOSO, José Luís. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Rômulo. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Bertrand, 1987.

---

[447] CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 58-60.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da**. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas**. Cientistas brasileiros do Setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. **Revista Intelectus** / Ano 5 Vol.I, 2006. Disponível em www2.uerj.br/~intelectus. Acesso em 12/08/2010.
______. O príncipe D. João e o mundo de Queluz: despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização do Estado na crise do Antigo Regime português. In**: Anais do Museu Histórico Nacional,** vol. 31, 1999.
NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
______. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **RBH**, nº 7, São Paulo, 1984, PP. 105-117.
OUTRAM, Dorinda. **O Iluminismo**. Lisboa: Atividades Editoriais, 2001.
PEREIRA, Magnus & CRUZ, Ana. **A tipografia do Arco do Cego**. Disponível em: www.cedope.ufpr.br/tipografia_arco.htm Acesso em: 02 junho 2011.
ROCHA, Mariana Lambert Passos. Academia das Ciências em Lisboa. In: HEINEMANN, Claudia Beatriz; VALE, Renata William Santos (orgs). **Temas luso-brasileiros no Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
SANTOS, Nívea Pombo Cirne dos**. D. Rodrigo de Souza Coutinho**: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português, 1778-1812. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a Nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.
VANDELLI, Domenico. **Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da Agricultura, e principalmente da cultivação das charnecas**. Coimbra: Real Oficina da Universidade,

1788. Disponível em: http://bibdigital.bot.uc.pt/obras/UCFCTBt-B-78-1-24a/globalItens.html. Acesso em: 10/06/2011.

O Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga e o Universo Político e Jurídico da Sociedade Portuguesa no final do Século XVIII.

Larissa Cardoso Fagundes Mendes
(Mestranda em História pela UFJF)

O modo como era vivida e discutida a prática da justiça na época moderna, tem sido objeto de importantes trabalhos de Hespanha, Pujol, Guerra dentre outros. François Xavier Guerra, por exemplo, em texto que trata das diferenças entre as sociedades de Antigo Regime e as sociedades pós revolucionárias, parte da afirmação que ao contrário do que defendia o tradicional conceito de "absolutismo", que concentrava todo o poder nas mãos do rei, no Antigo Regime o poder estava dividido entre a autoridade do rei e de uma série de corpos coorporativos distintos entre si, cuja singularidade fazia com que as compilações legislativas constituíssem um conjunto de disposições particulares, que quando tentavam ser gerais, estavam sempre matizadas por múltiplas exceções[448].

A ideia de soberania real foi adquirindo força aos poucos, mas na prática, segundo Guerra, mesmo na França pré-revolucionária, considerada modelo do "absolutismo", ainda existiam territórios com conglomerados de leis diferentes. A defesa da soberania real foi influenciada pelas idéias de autores jusnaturalistas como Hobbes e Pufendorf, que defendiam que soberania era a vontade do príncipe, figura a quem os súditos deviam submissão absoluta e irrestrita. Tal discurso filosófico refletiu mais fortemente no mundo Ibérico no século XVIII, quando os privilégios dos corpos e estamentos começaram a ser vistos de maneira pejorativa, não sendo mais

[448] ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier (org). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003, p. 122.

encarados como liberdades, mas como usurpações do poder soberano que este deveria recuperar.

Como mostram Xavier e Hespanha,[449] a sociedade portuguesa do final do XVIII, vivia justamente esta tensão entre dois modelos mentais muito profundos de compreensão política de si mesma e de apreensão dos fenômenos sociais. Dentre estes modelos, estava o "coorporativo", que via a sociedade como um "corpo" dotado de destino metafísico, cujo objetivo último era Deus e onde o poder era por natureza repartido; e o "individualista" que se apoiando em textos de jusnaturalistas do século XVII e na matemática cartesiana, libertava o individuo de limitações transcendentais e vínculos não racionais e via a origem do poder em um pacto feito entre o rei e a sociedade.

As reformas educacionais realizadas na Universidade de Coimbra pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de acabar com os parâmetros educacionais estabelecidos pela Companhia de Jesus, levaram gradualmente este modelo "individualista" a uma posição de destaque, uma vez que combateram o uso da filosofia escolástica de fundo aristotélico-tomista na universidade, em prol de autores jusnaturalistas como Grócio e Pufendorf. As mudanças na educação criaram novas formas de encarar as leis. Tradicionalmente em Portugal, como mostra Hespanha,[450]o direito constituía uma ordem objetiva que escapava ao controle dos monarcas, onde a lei geral dificilmente prevalecia sobre a norma especial. Agora tal idéia iria competir com a de que só se devem ser seguidas as leis feitas pelos imperantes.

Neste contexto, a leitura do *Tratado de Direito Natural*, escrito por Tomás Antônio Gonzaga três anos após o inicio das reformas

---

[449] XAVIER, Ângela e HESPANHA, Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807) vol. IV*. São Paulo: Editorial Estampa, 1994, p. 121.
[450] Idem, p. 141.

pombalinas, é um instrumento importante para observarmos as contradições e conflitos com que as reformas educacionais e as mudanças no modo de encarar o poder, estavam sendo recebidas pelos portugueses. Nesta obra vemos que Gonzaga, ainda que não seja contrário as noções modernas de poder, baseadas num pacto que dota o governante de um poder indivisível, se mantêm arraigado a uma perspectiva aristotélico-tomista, pela qual as realidades terrestres são somente fins antecedentes e assim submetidas ao fim último da graça, a fruição de Deus. Em outras palavras, é especialmente contra a naturalização do poder que Gonzaga se levanta nesta obra.

Gonzaga inicia então seu Tratado. Este foi escrito, como dissemos, como pré-requisito para poder concorrer ao cargo de professor de leis em Coimbra, objetivo no qual Gonzaga não obteve sucesso. Gonzaga o dedicou ao Marquês de Pombal, a quem descreve como "aquele herói, que, amante da verdadeira ciência e desejoso do crédito dos seus nacionais, os estimulou aos estudos dos Direitos Naturais e Públicos[451]". Porém, ao terminar sua dedicatória, em que Gonzaga enaltece Pombal e as reformas que introduziram o direito natural na Universidade, o leitor se surpreende ao constatar que nosso autor, logo no início do primeiro capitulo, se volta contra alguns princípios centrais defendidos pelos jusnaturalistas que constavam da reforma pombalina, como Grócio e Pufendorf e adota soluções baseadas no tomismo.

O jusnaturalismo, princípio que influenciou alguns fundamentos do paradigma individualista, esconde, segundo Norberto Bobbio, autores e correntes filosóficas pertencentes a orientações diversas e, por vezes, opostas de pensamento[452]. O que fez com que tais autores

---

[451] GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 11.

[452] BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991 p. 14.

fossem classificados em um mesmo grupo foi o fato de se apoiarem no método racionalista, que permitiu pela primeira vez dar o cunho de ciência demonstrativa ao direito e a moral, separadando-as definitivamente da teologia e tornando-as capazes de garantir por elas mesmas a universalidade dos princípios da conduta humana.

É justamente contra tal perspectiva que Gonzaga se volta no inicio do *Tratado*. Para ele, que em seu texto recorre freqüentemente a fontes teológicas e bíblicas, Deus é o princípio primeiro necessário para a existência do direito natural, isto porque, segundo Gonzaga, este nada mais é que a lei divina infusa em nossos corações pelo Criador, que manda que se faça o que é necessário para viver conforme a natureza racional[453]. Tal principio, extraído do que S. Tomás chama de “participação da lei eterna na criatura racional”, vai contra o principal fundamento de Grócio, até hoje considerado “o pai do jusnaturalismo”, de que a existência do direito natural é doutrinamente independente da existência de Deus.

Apesar de discordar da origem racional atribuída ao direito natural pelo jusnaturalismo, Gonzaga concorda com o princípio defendido por esta “escola” de que a sociedade civil é formada por um pacto de sociabilidade, uma “união de vontades” feita entre homens que se encontravam em estado de natureza. Segundo Gonzaga a origem de tal pacto foi o medo e o temor das ações de homens perversos e dos perigos da vida em natureza.

Porém, como se sabe, neste principio consensual de legitimação das sociedades políticas, após escolherem viver em sociedade civil, os indivíduos, por si só, fazem outro pacto em que transferem os direitos e o poder que tinham no estado de liberdade para um soberano que promete governá-los e protegê-los, de modo que o homem natural se torna homem civil. Pufendorf, como dissemos

---

[453] GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 135.

autor adotado em Coimbra após as reformas educacionais, descreve da seguinte maneira este segundo pacto:

> Tal pacto estabelecido em virtude das luzes naturais da razão, gera um poder soberano e independente que não deriva de Deus, mas daquele que o representa cá em baixo. Contudo depende apenas da vontade dos homens conferirem este poder soberano a uma pessoa ou várias[454].

Entretanto Gonzaga, mais uma vez se baseando em explicações divinas, afirma que não são os homens que dão o poder aos soberanos, mas que este lhes é dado diretamente por Deus, de forma que só a Ele o soberano tem a obrigação de dar conta dos seus atos. Devido a isto, Deus é o único capaz de conhecer as ações do soberano, cabendo aos súditos obedecê-lo e respeitá-lo em qualquer hipótese (já que estes nunca podem saber se um rei é realmente mau ou tirano), assim como têm a obrigação do respeito total as leis reais.

Tal hipótese radical de Gonzaga, como vemos, impediria os protestos contra o "mau governo", algo defendido por vários jusnaturalistas. Hobbes por exemplo, autor que em sua obra dotou o rei de muitos poderes, afirma ser um mau governo aquele que não garante a segurança dos súditos, não cumprindo assim a principal tarefa da sociedade civil que é cessar o mais possível com a insegurança do estado natural. Para Hobbes a obrigação da obediência vale enquanto dura o poder de proteção do soberano[455]. Sem esta proteção, o estado natural voltaria a reinar, podendo então os súditos protestarem e até deporem o rei.

Assim, ao adotar ao mesmo tempo, a visão coorporativa herdada da Idade Média, de um mundo regido por questões de caráter

---

[454]RODRIGO, José. "A Escola de Ciência Política: Samuel Pufendorf, (1632-1694)".
In: WWW.blogspot.com/2007/07/punfendorf-samuel-1632-1694_6649.html, desde 11 de julho de 2007.

[455] BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991 p. 82.

transcendente e rigorosamente definido e organizado por Deus, e a idéia jusnaturalista da sociedade civil como fruto de um pacto de vontades, Gonzaga acaba criando uma teoria sobre poder e soberania mais radical que as de Hobbes, Pufendorf e Grócio, autores com quem Gonzaga dialoga no *Tratado de Direito Natural* e que se baseavam em vínculos e evidências racionais. Talvez o fato de Gonzaga ter continuado preso a fontes teológicas e a explicações de origem divina, possa ter remetido aos examinadores do *Tratado* aos métodos do ensino jesuítico e isto contribuído para que Gonzaga não fosse aprovado.

Apesar de, uma vez instituída a soberania, esta, segundo Gonzaga, retirar do povo qualquer direito à resistência, o rei não pode, ainda segundo Gonzaga, devido a isto "fazer tudo quanto lhe parecer", porque seria ser "sequaz de Maquiavel". Para Gonzaga o rei é um ministro de Deus para o bem, e o fim para que Ele o instituiu foi a utilidade do seu povo; logo não lhe é lícito obrar ação alguma que leve a este o dano e a ruína[456].

Gonzaga afirma que para conservar a "felicidade interna e externa" da sociedade, o soberano tem direito de criar leis e impor penas aos os transgressores destas. Segundo Gonzaga a obrigação de obedecer estas leis nasce da superioridade de quem manda e não do consentimento do súdito, de forma que a lei de nenhuma forma carece da aceitação do povo. Baseando-se em idéia jusnaturalista, que como dissemos a partir do século XVIII os governantes queriam colocar em prática, ele afirma que a não serem "os meninos, os furiosos e todos aqueles que por falta de conhecimento não podem viver sujeitos à lei do superior", todos os mais vassalos, **sem diferença alguma** (grifo nosso) lhe são subordinados[457]. Porém, pouco depois de descrever a lei como uma "regra geral, igual para

---

[456] GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 106.
[457] *Idem*,142 e 143.

todos", Gonzaga, usando argumentos corporativistas, aborda o caráter do *privilégio* e o do *costume*. Vejamos sua definição destes dois termos.

> O privilégio é uma faculdade constante concedida pelo monarca para se fazer alguma coisa, já contra, já além da lei. Dizemos contra a lei, todas as vezes que se concede o que estava proibido a todos por lei certa. Dizemos além da lei, todas as vezes que se concede o que não é concedido a todos por lei alguma (...) Já o costume não é outra coisa mais do que uma freqüência de atos externos feitos ao menos pela maior parte da sociedade, que tem força de lei quando é honesto, útil a sociedade e introduzido publicamente. A este costume é que vulgarmente se chama direito não escrito[458].

Assim, representando as contradições de seu tempo, Gonzaga, que no *Tratado de Direito Natural* se diz um defensor do "cumprimento irrestrito da lei", reconhece, nesta mesma obra, a existência de "privilégios" e "costumes" que contrariam as legislações régias, sem se mostrar indignado com tal estado de coisas. Tais aspectos conflitantes presentes no *Tratado* comprovam a opinião de Hespanha de que apesar do período pombalino representar uma época de vinculação do direito à política monárquica, ele não realiza ainda aquela imagem da historiografia tradicional de um direito e de um corpo de juristas funcionalizados a um projeto político centralizador[459].

Porém tais discussões também nos mostram que no final do século XVIII já havia sido gestada uma cultura política que, se baseando nas idéias defendidas por jusnaturalistas desde o século XVII, entendia a soberania como algo unificado e absoluto, da qual deveria proceder toda a autoridade, e que via a sociedade como conseqüência de um pacto feito a partir da vontade de indivíduos

---

[458] *Idem* 148 e 149.

[459] HESPANHA, Antônio Manuel. *O Direito dos Letrados no Império Português.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 142

livres. Tal cultura política convivia com a outra, que poderíamos chamar de "coorporativa", e que como vimos, se baseava em um modelo que influenciou toda a organização das sociedades de Antigo Regime.

Para Pujol o conceito de "culturas políticas" é um importante instrumento nos estudos que abarcam o final da época moderna, já que como temos visto, este é um período que assiste a um conflito, nunca de todo resolvido, entre distintas e rivais concepções sobre que tipo de política deveria organizar a sociedade[460].

Jean François Sirinelli e de Serge Berstein, definem a cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um grupo humano, que expressa uma identidade coletiva, fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro. Berstein afirma ser evidente que o interior de uma sociedade comporta uma pluralidade de culturas políticas e que as culturas políticas surgem como respostas para problemas enfrentados na sociedade. Mas por serem geralmente ousadas e inovadoras, tais respostas, continua Berstein, levam tempo para impor-se, sendo que da solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo[461].

Isso pode explicar porque a cultura política de defesa da soberania real, que no final do século XVIII, era inclusive defendia pelo reino e ensinada na Universidade de Coimbra ainda sofria resistências e tinha de conviver com outra cultura política que via a sociedade como um corpo e defendia o uso do direito comum.

---

[460] GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política: perspectivas historiográficas sobre a Europa moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, pp. 109 e 110.
[461] BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 355.

Berstein também afirma que a cultura política mesmo sendo elaborada e difundida à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel, continuando sempre a evoluir seja por contribuição de outras culturas políticas, seja por evoluções nas conjunturas político-sociais. Assim é interessante observar como a cultura política da soberania evoluiu e se modificou após a Revolução Francesa, ajudando a formar as bases do nacionalismo[462].

Como mostra François Xavier Guerra, com a Revolução Francesa dá-se, na figura da nação, o triunfo desta moderna noção de soberania que vinha sendo gestada desde o século XVII, e que era entendida como unificada, absoluta, não limitada por nada e detentora de toda a autoridade. Isto se deu baseando-se na idéia jusnaturalista que concebia a sociedade como uma construção conseqüente de um pacto estabelecido pela vontade de indivíduos livres. Surge assim a idéia da nação como uma associação agora contratual feita com indivíduos livres e iguais, que são os detentores do poder e da soberania[463].

Pensamos assim que o estudo do *Tratado de Direito Natural* de Tomás Antônio Gonzaga, nos permite observar e entender os dilemas políticos por que passava a sociedade portuguesa no final do século XVIII. Pretendemos, neste estudo, estabelecer o “distanciamento antropológico” proposto aos historiadores do Antigo Regime por Jean Frédéric Schaub. Para Schaub, uma das maneiras de estudar as instituições do Antigo Regime sem projetá-las com categorias do pensamento contemporâneo, é justamente estudando as categorias jurídicas que regulavam as relações sociais. Daí a importância,

---

[462] BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma história cultural.* Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.
[463] ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier (org). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003, p 131.

segundo ele, de se estudar o direito comum e o direito letrado, observando suas relações e implicações[464].

Esta obra de Gonzaga, com suas contradições e influências diversas nos mostra claramente algo denunciado por Rebeca Gontijo[465]: que conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas em nada ajudam no estudo da história intelectual. Assim, ao invés de encaixarmos o pensamento de Gonzaga nesta obra em determinada "escola" ou "corrente", construindo assim, como diz Gontijo, um modelo explicativo que, uma vez estabelecido, suscita mais repetição que análise crítica, iremos observar o *Tratado* como um fruto de experiências sociais e intelectuais vividas por Gonzaga.

Fontes:

GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

Bibliografia:

a) Livros:

ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier (org). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

---

[464] SCHAUB, Jean-Frederic. *A história política dos Annales, E.S.C; mutações e reformulações*. Penélope, Lisboa, n. 14, 1994, p. 168.

[465] GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 275.

GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política: perspectivas historiográficas sobre a Europa moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HESPANHA, Antônio Manuel. *O Direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

SCHAUB, Jean-Frederic. A história política dos Annales, E.S.C; mutações e reformulações. *Penélope*, Lisboa, n. 14, 1994.

XAVIER, Ângela e HESPANHA, Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. *O Antigo Regime (1620-1807) vol. IV*. São Paulo: Editorial Estampa, 1994

b) Sites:

RODRIGO, José. “A Escola de Ciência Política: Samuel Pufendorf, (1632-1694)”. In: WWW.blogspot.com/2007/07/punfendorf-samuel-1632-1694_6649.html, desde 11 de julho de 2007.

A historiografia sobre a Revolta de Vila Rica de 1720: novas perspectivas e abordagens

Lucas Moraes Souza
Graduando em História pela UFOP
Bolsista de Iniciação Científica PIP/UFOP 2010/2011

Vários têm sido os trabalhos que abordam a Revolta de Vila Rica de 1720, alguns clássicos já para a historiografia mineira, outros mais recentes que buscam dar novas interpretações para o evento. O artigo aqui presente tem o objetivo de apresentar uma análise, uma discussão, destes autores e suas obras com um tema chave: as redes de relações dos poderosos locais das Minas da primeira metade do século XVIII. Este debate procurará situar estas novas perspectivas com as anteriores, procurando mostrar as suas diferenças e possibilitando uma visão atual sobre a Revolta de 1720. Para isso, colocarei em debate dois autores atuais da historiografia mineira: Maria Verônica Campos[466] e Carlos Leonardo Kelmer Mathias,[467] e dois autores anteriores: Carla Maria Junho Anastasia[468] e Diogo de Vasconcelos,[469] para intermediar este debate utilizarei das colocações e apontamentos da consagrada historiadora Laura de Mello e

[466] CAMPOS, Maria Verônica. Governo de Mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737.2002. Tese de doutoramento. FFLCH, USP. São Paulo. 2002.

[467] KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. 2005. Dissertação de mestrado. PPGHIS, UFRJ. Rio de Janeiro. 2005.

[468] ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII.*Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

[469] VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999. e *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999.

Souza.[470] Ao fim do trabalho, pretendo ter chegado a algumas questões, sem, no entanto respondê-las, pois acredito que é um processo contínuo de dúvidas e respostas, e a procura por soluções está sempre esta em constante mudança. Para dar liga a este intuito de dialogar os autores partirei dos trabalhos sobre o dom de Maurice Godelier;[471] e sobre as relações sociais nas sociedades complexas de Frederik Barth.[472]

Sob a visão do historiador Diogo de Vasconcelos, vários autores posteriores vem revendo e recriando os cenários da História das Minas do Ouro. Este autor, clássico e muito caro para a historiografia das Minas, mesmo que deixe a desejar na apresentação de suas fontes, ainda serve de guia para o labor historiográfico sobre os principais acontecimentos da história da capitania até a metade do século XVIII. Os seus trabalhos, entre as explicações sobre a geografia e a toponímia das minas, estão às apresentações de várias personagens que povoaram a região, onde destacamos nomes importantes da Revolta de Vila Rica, dentre eles: Pascoal da Silva Guimarães, o Conde de Assumar e Felipe dos Santos. Estes três indivíduos, peças centrais na trama do motim de 1720, são cruciais para qualquer historiador que pretenda estudar a revolta, e foram tratados com um grau maior de imparcialidade por Diogo de Vasconcelos. Sobre Pascoal da Silva, relata Vasconcelos:

> Novato, de caixeiro no Rio, passou a mascate nas Minas como a esse tempo convinha, quando se não fazia questão de preços, nem de ouro.[...] Em 1704, depois que os paulistas se figurou esgotado o ribeiro de Ouro Preto, Pascoal da Silva, que o havia conhecido, considerou que as abas da serra continham forçosamente as madres

[470] SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

[471] GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[472] BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2000.

> de tão maravilhosos sedimentos, [...] Tomando para si os terrenos, depois que o povo devastou a superfície, prosseguindo na exploração, e formou o arraial de Ouro Podre, nome que veio da referida aventura, e toda a serra de alto e baixo se chamou do Pascoal.[...] Em 1708, trabalhava já com 300 escravos, e dobrando a serra tinha-se apoderado de toda a encosta da Itapenhoacanga, onde se configurou por sesmaria em 1711.[...] Odiado pelos paulistas....(pois havia tomado as terras do Alcaide-mor José de Camargos).(VASCONCELOS, 1999:200-201).[473]

Assim como vários outros reinóis, Pascoal da Silva, tornou-se um potentado, e grande comerciante, tendo na mineração uma atividade paralela. O conflito entre paulistas e reinóis nas Minas teve seu auge na Guerra dos Emboabas, onde Pascoal da Silva saiu-se vencedor junto com outros metropolitanos como Manuel Nunes Viana. Este conflito, brilhantemente abordado por Adriana Romeiro,[474] representa a busca pelo poder local e o controle sobre as minas, onde os descobridores – paulistas – e os estrangeiros – emboabas[475] – disputaram o domínio sobre a região mineradora. O fim deste conflito coincide com o estabelecimento do poder régio nas Minas, com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, tendo como governador d. Antônio de Albuquerque. Este, por sua vez, demarcou a região em comarcas e fundou vilas, estabelecendo as primeiras câmaras. As medidas implementadas por Albuquerque

---

[473] VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999,p.200-201.

[474] ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

[475] Em nota na página 226, Vasconcelos explica o significado do termo cunhado aos forasteiros, reinóis e baianos – estes nascidos na Bahia ou em outras capitanias do norte do Brasil. *"Os reinóis, como vinham usando de calças compridas, ou polainas, que cobriam, o peito do pé, os paulistas por zombaria os chamavam* Emboabas*, que queria dizer – pintos calçudos. Os indígenas chamavam* Mbuãb *as aves que tinham, penas até os pés. O M do princípio das palavras tinha o som de* EM *ou* UM*, sem fusão das duas letras; de onde saía essa pronúncia, aspirando-se a voz dos lábios para dentro da boca"*. Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999,p.226.

foram cruciais para a estabilização da região, pois ele dividiu os principais cargos e funções igualmente entre as partes. O governador Antônio de Albuquerque foi o primeiro, sendo seguido por d. Brás Baltazar da Silveira em 1713 e d. Pedro de Almeida Portugal – o conde de Assumar – em 1717. Este último, por sua vez, foi o que enfrentou o maior número de sedições e revoltas nas Minas da primeira metade do setecentos, sendo destacado aqui a Revolta de Vila Rica de 1720. Sobre a necessidade de governo nas Minas e as obrigações do conde, Vasconcelos relata:

> Precisando o Rei de um homem superior, capaz de via a Minas pôr em ordem os povos, fazendo respeitar o princípio da autoridade e dar combate ao poderio dos régulos e à indisciplina dos clérigos, mandou-o como Governador de São Paulo, distrito a que estava unido a das Minas formando a capitania. (VASCONCELOS, 1999:240).[476]

E sobre os desafios em seu governo:

> Duas foram as questões formidáveis, que deviam assoberbá-lo: a cobrança dos direitos em oficinas reais de fundição e a expulsão dos eclesiásticos. Ambas elas, envolvendo-se uma com a outra, haviam determinado a situação incandescente, que infundiu nas Minas a todo o tempo o ar de tumultos, como em outros países não se observou ainda. (VASCONCELOS, 1999:329).[477]

Já sobre o muladeiro Felipe dos Santos, que dá nome à revolta para alguns historiadores, Vasconcelos relata:

> Na História Antiga (obra do autor que antecede a estas) aventamos a hipótese de ser o português aliado aos reinóis de Vila Rica, o

---

[476] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999,p.240.

[477] VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999,p.329.

> inesquecível Filipe dos Santos, vítima e única vida sacrificada às justiças do Conde de Assumar. (VASCONCELOS, 1999:247).[478]

Com sua contribuição, Vasconcelos deu passagem e possibilitou trabalhos posteriores sobre a revolta de 1720. Anastasia, por sua vez, argumenta sobre as relações sociais das minas daquela época com o apoio teórico de Luciano Martins[479] em que: "*as relações de poder que se estabeleceram entre metrópole e colônia podem ser explicadas a partir da mediação que se assentaram entre a estrutura de poder e a comercialização*" (ANASTASIA, 1998:11).[480] E sobre a revolta de Vila Rica ela o classifica como: uma revolta mista, motivada tanto pela falta de produtos de primeira necessidade – chamado de food riots – quanto por motivos pelas cobranças de impostos – chamados de tax rebellions. A autora coloca o movimento dentro do contexto de soberania fragmentada, que é onde "atores coloniais acumulam recursos de poder suficientes para enfrentar, com relativa eficácia, a ordem pública, "fragmentando" a soberania metropolitana sobre a região, em princípio absoluta" (ANASTASIA, 1998:24).[481] Desta forma, a autora se posiciona sob uma perspectiva contrária a defendida por Raymundo Faoro, e relativizada por Prado Jr, de controle metropolitano sobre sua colônia americana, aproximando mais a perspectiva do já citado Luciano Martins, de negociação entre as partes.

Maria Verônica Campos, em sua tese de doutoramento de 2002, faz um apegado geral sobre as Minas, desde a sua ocupação até a Revolta em 1736 na região do Rio São Francisco. A autora procura

---

[478] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1999,p.247.

[479] Cf. MARTINS, Luciano. Politique et développement économique, structures de pouvoir et système de décisions au Brésil. Paris: Université René Descartes, 1973 (mimeo).

[480] ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII.*Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p.11.

[481] Ibidem.p.24.

estabelecer uma ligação entre os processos de ocupação da região, pelos paulistas, e a progressiva dominação régia pelos governadores, mostrando as dificuldades dos agentes lusos para a governabilidade da Capitania. Primeiro ela mostra os conflitos entre paulistas e emboabas, depois destaca os conflitos enfrentados pelo Conde de Assumar em seu governo. Dentre os conflitos, ela classifica os motins e depois ela apresenta os motivos para a eclosão da Revolta de Vila Rica em 1720:

> Todos os motins se compunham sempre de dois tipos de gente: os movidos pelo desejo de dominar o governo e os endividados e incursos na Justiça. Os participantes no motim de Vila Rica poderiam ser agregados em três categorias: os cabeças de maior nota; os poderosos de menos nota; e a plebe (CAMPOS, 2002:233).[482]

E, sobre os motivos: os "interesses pessoais dos cabeças, sedição contra o quinto, conflitos entre os poderosos e o ouvidor e desejo de independência da autoridade régia" (CAMPOS, 2002:243).[483] A autora ao longo de seu trabalho vai mostrando os mecanismos traçados pelos sediciosos e pelo governador e seus aliados, e com isso estabelece sua visão sobre as redes formadas pelos poderosos locais, além dos diversos conflitos de interesses entre as várias figuras que formavam a sociedade estamental do Antigo Regime. Também sendo descrito as redes formadas entre colonos e metropolitanos, demonstrando os jogos políticos presentes no Império Marítimo Português, sendo estas relações ultramarinas:

> ...choques entre pólos de poder e redes clientelares a eles vinculadas no intrincado sistema político, financeiro e administrativo, próprios e característicos do Antigo Regime. A relevância do motim de 1720 está na possibilidade que apresenta de desvendar como redes clientelares locais se vincularam a redes mais amplas [na metrópole e

[482] CAMPOS, Maria Verônica. Governo de Mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737.2002. Tese de doutoramento. FFLCH, USP. São Paulo. 2002, p.233.
[483] Ibidem, p.243.

> outras partes do Império luso], a da sesmeira, a do donatário prejudicado, e a do pretendente ao posto de governador, valendo-se de todos os meios e alianças possíveis para a manutenção de suas posições (CAMPOS, 2002:251-252).[484]

Desta forma, as várias partes envolvidas buscavam alianças em vários lugares dentro do Império para fazer valer seus interesses e manter suas posições de destaque. As alianças feitas entre metropolitanos e colonos, entre a Corte e mercadores coloniais, mostra a complexa sociedade do Antigo Regime, e demonstram que as revoltas aqui ocorridas faziam parte da dinâmica imperial lusa. Este mundo lusitano e sua complexa rede re relações está de acordo com as interpretações mais recentes de Laura de Mello e Souza. A autora demonstra ser o quadro político e social da época, de acordo com sua obra mais recente, concernente com este quadro sócio-político, em que:

> ...os significados do mando no império português, o modo como se constituíram estruturalmente e, ao mesmo tempo, foram se tecendo ao sabor de conjunturas e de atuações individuais; situações e personagens que obedeciam a normas e determinações emanadas do centro do poder, mas que as recriavam na prática cotidiana, tornando às vezes o ponto de chegada tão distinto do ponto de partida que, não raro, ocultava-se ou mesmo se perdia a idéia e o sentido, por mais cara que me pareça a idéia, conforme expressada por Caio Prado Jr. com relação aos nexos colonizadores lusos na América (SOUZA,2006:14).[485]

Seguindo este viés interpretativo de Mello e Souza, Verônica Campos elabora sua visão sobre a sociedade mineira desta primeira metade do século XVIII. Esta sociedade em que é feita de *experimentos tecidos ao sabor das conjecturas e das atuações*

---

[484] Ibidem, p.251-252.

[485] SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.14.

individuais, como disse Mello e Souza. Outro autor que é influenciado por Mello e Souza é Kelmer Mathias, mas o mesmo o faz sob forte apego aos conceitos sociais e antropológicos de Godelier e Barth. Kelmer. Kelmer Mathias, sub uma perspectiva micro histórica, interpreta a revolta de 1720 como uma intrincada rede de jogos entre os envolvidos. Aproximando de Verônica Campos, quando a mesma relata os "*choques entre os pólos de poder e as redes clientelares*", Kelmer Mathias caracteriza a referida revolta como "*como um jogo de xadrez, por movimentos premeditados e calculados cujo objetivo último consistia-se na elaboração de um xeque-mate*"(KELMER-MATHIAS,2005:83).[486] Com base na análise do conceito do dom de Mauss, proposto por Godelier,[487] Kelmer Mathias apresenta estas ações como *estratégias de ação* formuladas pelos indivíduos envolvidos na revolta com o intuito racional de conquistar vantagens maiores que as desvantagens de tomar parte de um lado no conflito. Desta forma, a revolta de Vila Rica de 1720 só pode ser entendida pelo autor como a *utilização racional e premeditada dos indivíduos dos valores e práticas próprios do Antigo Regime na colônia lusa*, possibilitando assim duas formas de ações: 1) o estabelecimento da autoridade régia; 2) a viabilização de formas de resistências como a revolta de Vila Rica. Esta interpretação do autor sobre a revolta tem em muito as formulações de Barth, em que o antropólogo mostra a *necessidade de incorporar as noções de experiência e criatividade nas ações dos indivíduos*.[488]

---

[486] KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. 2005. Dissertação de mestrado. PPGHIS, UFRJ. Rio de Janeiro. 2005, p.83.

[487] Cf. GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.23

[488] Para ver a formulação de Barth, Cf. BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2000, p.129.

Partindo das formulações de Frederik Barth e Maurice Godelier, buscarei agora contrapor estes autores aos outros historiadores tratados anteriormente. Vasconcelos, mesmo que tenha uma interpretação destacada sobre a revolta de Vila Rica, não é possível aproximá-lo das formulações de Barth e Godelier, pois seus trabalhos são posteriores ao destes autores. Anastasia, com sua análise sobre o conflito faz uma interpretação ainda incipiente, mesmo que salutar, sobre as ações dos indivíduos participantes da revolta de 1720. Desta forma, mesmo que sua obra seja posterior das obras de Barth e Godelier, a autora não compartilha ou não conheceu estas obras. Mello e Souza, partindo de sua última obra, aproxima dessas formulações sobre o dom e as relações sociais complexas, inclusive a autora sita Godelier em seu texto, mostrando conhecimento sobre a análise crítica deste autor sobre o "dom" de Mauss. Verônica Campos, por sua vez, mesmo que tendo uma análise muito completa sobre as redes relacionais da sociedade mineira setecentista, não utiliza estes autores para formular sua interpretação. Para Kelmer Mathias é desnecessário analisar a importância destes dois autores, pois os mesmos permeiam toda sua análise micro histórica sobre a revolta.

Buscou nestas últimas linhas, de forma sintética e sumária, uma aproximação entre os autores trabalhados. Apresentando às perspectivas destes autores sobre a revolta e seus personagens, e no fim a influência dos autores Maurice Godelier e Frederik Barth em suas análises. Fica aqui o pedido de desculpas por falha de interpretação e utilização dos autores que possa ter ocorrido, foi antes de tudo por insistência minha.

“Casaca, espadim e medalha” – Inquisição e distinção social numa freguesia de Minas Colonial

Luiz Fernando Rodrigues Lopes
Mestrando em História pela UFJF

A patente de Familiar do Santo Ofício foi uma importante forma de distinção social na sociedade do Antigo Regime, seja em Portugal ou em suas possessões do além-mar. Este título de agente do Tribunal surgiu logo que criado os primeiros regimentos da Inquisição em Portugal. O perfil jurídico dos Familiares acompanhou progressivamente a organização da burocracia Inquisitorial. No Regimento de 1613 que se definiram claramente os pré-requisitos para o cargo e no de 1640 inclui-se finalmente um título específico para estes funcionários da Inquisição[489].

Para se conseguir uma patente de Familiar, o candidato deveria se enquadrar em alguns pré-requisitos: demonstrar *“pureza ou limpeza de sangue”*, isto é, ausência de nódoa de “raça infecta” de judeu, mouro, mulato, índio, negro, etc.; não ter contra si rumor de conduta moral desviante, como possuir amantes ou ser preso, a fim de manter sua honorabilidade junto a comunidade que atuaria em nome da Inquisição; e por fim, o postulante deveria possuir posses e viver abastadamente[490].

Assim, o candidato teria sua vida investigada pelo Tribunal do Santo Ofício a fim de verificar se o mesmo atendia os pré-requisitos ao cargo. Se aceito, o sujeito passaria a desempenhar um importante papel na vigilância da fé: *Os Familiares atuavam principalmente nos seqüestros de bens, notificações, prisões, e condução dos réus,*

---

[489] CALAINHO, Daniela Buono. Agentes da Fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Bauru: Edusc Ed., 2006. pp. 42.

[490] VAINFAS. Ronaldo.(org). Dicionário de Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pp.218-220.

prestavam serviços aos Comissários – agentes eclesiásticos também “puros de sangue” e de prudência e virtude conhecida - *e obedeciam as suas ordens*[491].

Como dito, estes oficiais laicos desfrutariam de amplo prestígio na sociedade em que estavam inseridos e alguns deles gozariam de previlégios como isenções fiscais, prerrogativas jurídicas e porte de armas[492]. Estes agentes com destacados privilégios seriam conhecidos como “Familiares do Número”.

A presença destes funcionários da Inquisição em Minas Gerais no século XVIII esteve diretamente ligada à visibilidade da Capitania: é nos setecentos que há a descoberta do ouro na região e a exploração aurífera leva a uma ocupação sistemática, criando os primeiros ares de uma sociedade urbana no Brasil colonial[493].

As notícias da presença dos Familiares na capitania do ouro remetem ao ano de 1718, quando Manuel Dias de Araújo, capitão e vereador da câmara do Rio das Mortes, recebera sua patente. Por outro lado, o último Familiar na região é José Santiago Ferreira, já no ano de 1807, quando a Inquisição já se encontrava na crise derradeira.

Segundo Aldair Carlos Rodrigues, *Minas Gerais teve 457 Familiares do Santo Ofício*[494]*, e cerca de 76,83% eram “homens de negócio, mercadores e negociantes*”. Essa predominância do setor mercantil como ocupação dos Familiares se dá devido a renda significativa destes sujeitos, pré-requisito para ocupação do cargo, e

---

[491] RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial*: Os Familiares do Santo Ofício (1711-1808). São Paulo: 2007. Dissertação de mestrado. FFLCH. USP. pp. 52-55.

[492] WADSWORTH, James. Os “Familiares do Número e o problema dos previlégios. IN:FEITLER, Bruno. LIMA, Lana Lage da Gama, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). A Inquisição em Xeque: temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: EDURJ, 2006. pp. 98.

[493]SOUZA. Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro*: A pobreza mineira no século XVIII. 4ª edição.Rio de Janeiro: Graal ed. 2004. *Passim*.

[494] RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op. Cit*. p.14.

também por anseio da burguesia cristã-velha buscar uma diferenciação social em relação à burguesia de ascendência judaica, sabidamente envolvida com os ganhos do comércio. Assim, ter uma patente de Familiar era comprovação de "sangue puro", distinção social da sociedade do Antigo Regime.

Como exercício reflexivo a respeito da representatividade que a patente inquisitorial tinha em Minas na metade final do século XVIII, nos delimitaremos ao estudo de caso de um agente inquisitorial de Guarapiranga, Antônio Rodrigues de Souza. Seu caso parece ser excepcional e sua trajetória nos oferece importantes pontos a serem analisados. O referido Familiar do Santo Ofício é o único agente a atuar em Guarapiranga nascido na América portuguesa é também o mais jovem a se candidatar a patente, aos 27 anos. No requerimento de sua patente, afirma *viver de seus negócios* na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Prados, na comarca de Rio das Mortes, de onde é natural. Nas diligências feitas no lugarejo, o tribunal averiguou ainda que ele fora estudante, e vivia com seus pais desde o nascimento. Detalhe importante e muito caro ao candidato é o fato de seus ascendentes serem todos oriundos de ilhas atlânticas: seus avós paternos eram naturais da Ilha de Pico, sendo seu pai natural da Ilha de Açores, e seus avós maternos naturais da Ilha de Fayal, bem como sua mãe[495].

No correr das averiguações feitas pelo tribunal, houve rumor de *mulatisse* difundido entre os fregueses e a capacidade do candidato foi questionada. De acordo com os depoentes das inquirições realizadas em Prados, José Garcia da Silveira, conterrâneo do candidato, *havia dado juízo de que o pai do habilitando era mulato*. Diz Manoel Lourenço,

> que não sabe nem ouviu dizer que o habilitando ou algum de seus ascendentes tenha sido preso ou penitenciado pelo Santo Oficio e

[495] IANTT, HSO. Antônio Rodrigues de Souza, mç 187, doc. 2762.

> que tem ouvido dizer cá nesta terra que chamam a um parente dele de mourato, porém que eram pessoas inimigas, e apaixonadas, nem ele testemunha sabe se ele era parente ou não, nem que tenha outra infâmia pública [....] e que aquela palavra de mourato ouvira ele testemunha dizer pessoas de vigaria vizinha lá da terra, e que lhe tinha vindo de ter um boi chamado moirato, e por isso o chamavam moirato[...] disse que nunca ouviu falar mal do habilitando na vida [...] e que dizem ter tirado uma sesmaria mas que não sabe quanto valerá e que comprou um pouco de gado do capitão Francisco da Costa Nogueira e que não sabe que o tenha pago[496].

As críticas ao candidato não se limitavam à sua ascendência, mas também diziam respeito ao seu comportamento. João Vieira de Faria, homem solteiro que vivia de suas agências e também natural da Ilha de Pico, afirmara que o Antonio Rodrigues de Souza

> tendo o pai umas éguas lhe apontava o cavalo, e que tendo ele testemunha plantado na sua roça um pouco de milho e lhes colheram para lançarem no sítio umas bestas e colhendo quatro carros só lhe deram conta de dois, e que **não o acha capaz de ser encarregado em negócio de importância e segredo nem servir ao Santo Oficio no cargo de Familiar**, e a razão que tem para assim o julgar é por saber ele testemunha sendo Capitão de Ordenança que tendo recomendação de General desta capitania para prender os desertores do Rio de Janeiro, ele **tivera em casa bastante tempo oculto um desertor do Rio de Janeiro e que lhe tivera ensinando o exercício militar** e que não sabe que tenha nada de seu para viver debaixo do pátrio domínio e que só sabe que comprou umas vacas e umas éguas mas estão por pagar, e que vive em casa de seus pais e de alguma agência de vacas que comprou, e que sabe ler e escrever mal em razão de ser pouco certa[...][497]

A fama de *mulatisse* que incorria sobre o pai do habilitando parecia ser *pública e notória* entre os habitantes da referida freguesia da comarca do Rio das Mortes, mas havia quem não dava crédito às

---

[496] *Idem.*
[497] *Idem.*

maledicências proferidas e acreditava no bom nascimento do mesmo. Este é o caso do minhoto Francisco Correa, que

> disse que não sabe nem nunca ouviu dizer que o habilitando ou algum de seus ascendentes fosse preso ou penitenciado pelo Santo Oficio[...]só uma demanda que José de Garcia da Silveira deu no pai do habilitando no juízo secular da Vila de São José, ouviu ele testemunha que o dito Silveira alegava que o sobredito pai do habilitando era mulato, mas que não consta a ele testemunha que o provasse, mas antes ouvir dizer a um Manoel Dutra que os conhecia lá na terra que não eram mulatos e que não tinham raça nem outra infâmia[498].

Assim, os rumores que incorriam sobre o Antônio Rodrigues de Souza pareciam ser comprometedores. Visivelmente mal afamado em sua terra natal, seus inimigos declarados não o pouparam quando tiveram oportunidade de maldizê-lo. Além da ascendência de "*raça infecta*", o candidato tinha ainda fama de mal pagador entre os moradores da freguesia em que residia. Contudo, tais injúrias não abalaram a boa impressão que o candidato passara ao comissário responsável pela diligência. Em seu parecer, redigido em setembro de 1772, o Padre Jacome Coelho Pacheco de Araújo de Vasconcelos afirmara:

> De Antonio Roiz de Souza não tenho conhecimento algum, e só uma vez o vi [em?] presença, só conheço a um seu irmão, seu [?] mesma forma, e pelo que depuseram ao [?] que [são?] dignas de toda a fé e veredito, e o terceira João Vieira de Faria [?] parece apaixonada, **presumo ser o habilitando merecedor da ocupação que pretende.**

Assim como o Comissário do Santo Ofício que averiguou as origens de Antonio Rodrigues de Souza, os inquisidores do tribunal lisboeta aprovam a capacidade do habilitando e o contemplaram com a patente de Familiar do Santo Ofício em 9 de agosto de 1774.

---

[498] *Idem.*

Contudo, apesar da ter a “certificação” da Inquisição como indivíduo de “limpo sangue”, Antonio Rodrigues de Souza não se livrou da fama. Já morando na freguesia de Guarapiranga em 1779, o Familiar do Santo Ofício recorreu ao tribunal demonstrando toda sua indignação:

> **Dois motivos me obrigaram a procurar o cargo de Familiar do Santo Ofício; um a honra e vontade de servir ao santo Tribunal; outro o querer deste modo livrar-me e a minha família das calúnias de vizinhos mal dizentes**. Destes dois motivos consegui o primeiro pela mercê que vossas senhorias me fizeram da carta de Familiar; o segundo não; porque não obstante este **público abono, que me deu o Santo Tribunal**, não me livro de que João Alvares, homem solteiro, morador no arraial de Guarapiranga [...] e Miguel Ribeiro d’ Andrade, morador na mesma freguesia [...] **me ponham publicamente de mulato,** passando a temeridade de dizer e publicar que alcancei o ser familiar por peitas de dinheiro que dei, e empenhos que meti para o conseguir[499].

Vemos neste caso uma situação limite, em que o candidato conquista a patente mesmo tendo “fama em contrário”. Contudo, devemos nos atentar que seu processo de habilitação iniciou-se em 1769, e foi concluído com parecer favorável em 1774, pouco depois do último regimento da Inquisição, conhecido como “Regimento Pombalino”, entrar em vigor no mesmo ano. Em 1773, o ministro de D. José I, Marques de Pombal, edita uma lei que extingue a distinção entre cristão-novo e cristão-velho, e com o referido regimento, bane as referências à limpeza de sangue, tão combatidas pelos ideais ilustrados que paulatinamente ganhavam mais força[500]. A concessão da patente a um candidato “como rumor de sangue impuro” parece ser a incorporação da nova diretriz que o tribunal do Santo Ofício

[499] IANTT, IL, Cad. Promotor. Cad. 130, Liv. 319, fl. 378. Tal documento é analisado e citado por Aldair Rodrigues. Ver RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op.cit.* p.100.
[500] *Ibidem*, p.83.

devia tomar. Apesar disso, estes novos valores estabelecidos por lei parecem demorar a se enraizarem efetivamente na prática social, ainda mais nos confins da colônia. É o que sugere as ofensas proferidas pelos moradores de Guarapiranga já em 1779, contra o Familiar Antonio Rodrigues de Sousa. Ressaltamos ainda que, o fato de ser insultado como mulato está diretamente associado à condição do candidato ser natural da colônia, e buscar um título de uma instituição metropolitana predominantemente desfrutada pela elite reinol.

A conjuntura da habilitação do referido Familiar nos parece ser exemplar para compreendermos a valorização ou o desprestígio na sociedade colonial. Apesar de verem na patente de Familiar do Santo Ofício a oportunidade de afirmação de serem detentores de boa estirpe, comportamento e capacidade, não bastava conquistá-la para ser reconhecido publicamente. Se o individuo não era bem prestigiado aos olhos dos que o cercavam, dificilmente qualquer nobilitação poderia mudar a opinião popular. Disso resulta a importância dos vínculos de vizinhança para tal sociedade. Mostrar-se "homem de bem", ou ainda, "*homem bom*", e ser reconhecido como tal era elementar para o sucesso na escalada social.

Espaço *versus* Território: governo microscópico e o mapeamento do espaço na modernidade imperial portuguesa.

Thiago Enes
Mestre em História Social Moderna
Universidade Federal Fluminense.

Cada tempo se distingue de um outro pela forma do seu espaço. Na verdade, cada tempo acaba sendo sua forma no espaço, e as formas espaciais do tempo são conhecidas. Já as tensões genético-estruturais dessas formas, escondidas no aparato paisagístico dos arranjos, todavia não. [501] A intenção primordial deste artigo é, justamente, refletir sobre esses arranjos paisagísticos e suas tensões estruturais fundantes, privilegiando a interface entre a história e a geografia, na medida em que estas duas disciplinas conseguem, acredita-se, identificar e apreender, de forma mais consubstanciada, alguns dos mecanismos orquestrados pelos emergentes Estados Nacionais, à época moderna, na constituição e organização de seus territórios. Territórios esses que, convém salientar, em sua essência conceitual, são definidos pela geografia como sendo o paralelo mais direto da noção de região, definições diametralmente opostas e, por que não dizer, concorrentes, diante do espectro de poder engendrado pelas monarquias européias durante boa parte dessa modernidade.

Pensar em espaço é pensar em lugar, em distância entre um e outro ponto, é vagar sobre extensões, segundo os dicionários, indefinidas. O clérigo D. Raphael Bluteau, em seu Vocabulario Portuguez e Latino, classifica o verbete espaço como sendo a "dimensão corporal de todo o universo, fecundo de todas as partes e dimensões que o compõem." Ele ainda vai ainda mais longe, ao

[501] Cf: MOREIRA, Ruy. "A sociedade e suas formas de espaço no tempo". In: MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. p. 41.

afirmar que o espaço "tem a mesma imensidade (sic) de Deus, primeiro, íntimo e fundamental." [502] O espaço seria, por si só, dado, inócuo e anterior a qualquer tipo de organização territorial ou social humana, posto ser anterior ao próprio homem. Já a palavra região, embora possa nos parecer próxima do conceito de espaço, tem definição bastante diversa. A palavra região deriva do latim *regere*, composta pelo radical *reg*, que deu origem à palavras como regência, regra etc. *Regione*, no Império romano, era a designação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de alguma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência desse conceito atribuindo-o à necessidade de, pela primeira vez, estabelecer-se relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial. [503]

O surgimento do Estado moderno na Europa recolocou o problema dessas unidades espaciais regionais. Um dos discursos predominantes na afirmação da legitimidade do Estado no século XVIII, segundo nos conta Paulo César da Costa Gomes era, exatamente, o da união regional face a um inimigo comercial, cultural ou militar exterior. Nos discursos referentes à constituição desses Estados percebe-se, com clareza, a complexidade das

---

[502] BLUTEAU, Rafael, C.R.. *Vocabulario portuguez e latino*, aulico, anatômico... Lisboa: 1638-1734. Verbete "espaco". Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1

[503] A contribuir com essa interpretação existe também o fato de que outros conceitos de natureza espacial tenham sido enunciados nesta mesma época, como o conceito mesmo de espaço (*spatium*), visto como "contínuo", ou como intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo uma ordem nesse vazio, ou ainda o conceito de província (*provincere*), áreas atribuídas ao controle daqueles que haviam submetido à ordem hegemônica romana. Leia mais em: GOMES, Paulo César da Costa. "O Conceito de Região e sua discussão". In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa & CÔRREA, Roberto Lobato. *Geografia*: conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. p.51.

negociações e dos conflitos que envolveram a redefinição da autonomia do poder, da cultura, das atividades produtivas e seus limites territoriais. [504] Desta forma, região e território são, essencial e fundamentalmente, definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, são instrumentos do exercício desse poder. [505]

Se refletirmos especificamente sobre as monarquias modernas iremos perceber que, se antes o Estado residia e centrava-se no corpo do soberano e em sua divina representação de poder que lhe era investida, as transformações da modernidade fizeram com que o Estado saísse do corpo do monarca e recaísse sobre o território. Em boa verdade, o corpo do Estado passou a ser o território. Não por acaso, foi justamente nesse período de intensas transformações que essa nova roupagem de poder passou a tomar por suporte a função das cidades, deitando raízes sobre os espaços, transformando-os em territórios dotados de lógica política e administrativa própria. [506] As paisagens ganharam, assim, um arranjo sócio ecológico novo. O Estado passou a ser o grande propulsor dessa ordenação tendo o meio urbano como seu agente geográfico por excelência.

Grande parte dessa reordenação se dá em função das transformações econômicas orientadas para a emergência de certos princípios capitalistas, que também mantiveram nas cidades o seu

---

[504] Ibid. p. 51-52.

[505] LOPES, Marcelo José. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CÔRREA, Roberto Lobato. *Op. Cit*. 1995. p. 78 – 79. Segundo Hannah Arendt, o poder "corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde origina-se o poder desaparece, 'o seu poder' também desaparece". ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Brasília: Editora da UNB. 1985/1969, p. 24.

[506] MOREIRA, Ruy. *Op. Cit*. p. 47.

principal meio de circulação. Visando dar a tudo certo direcionamento mercantil, os Estados europeus acabam uniformizando sob um mesmo padrão pesos e medidas, a moeda e, até mesmo, as diferenças étnicas, religiosas e lingüísticas, tendo por pressuposto a criação e unificação de um território que, sem grandes delongas, passaria a ser nacional.

Em se tratando de transformações de cunho essencialmente econômicas pode-se afirmar que as monarquias francesa e inglesa foram as primeiras a se ocuparem desse tipo de uniformização, percebendo, que as diferentes nomenclaturas e padrões dificultavam, quando não inviabilizavam, as trocas comerciais estabelecidas entre um e outro ponto desse espaço que, aos poucos, se transformava em território. Em clássico estudo sobre o mercantilismo e suas origens, Pierre Deyon adverte-nos que, desde muito cedo, França e Inglaterra encontraram no tesouro de experiências e regulamentos os seus primeiros elementos de política econômica dispondo de magistrados locais que arbitravam sólida intervenção na vida econômica e social, não se mantendo indiferentes à nenhuma atividade profissional ou comercial dos habitantes dos burgos. [507]

Ainda centrando nossa análise nas monarquias européias, se a Coroa portuguesa adotou este tipo de postura unificadora com muito mais vagar, o mesmo não se pode afirmar da estrutura alocada para garantir sua uniformidade territorial. Convém ressaltar que Portugal foi um dos primeiros reinos da Europa a definir seus limites territoriais e, as cidades, com seu incipiente e atrativo comércio parecem ter surgido como o principal agente de hierarquização estrutural desse território, ao mesmo tempo em que foi a base física da composição social, cultural e política.

E que não se pense em exagero quando afirmamos que, de fato, a centralidade das cidades e a emergente economia foram

[507] DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 21-22.

fundamentais para os contornos desse novo Estado. Se pudermos nos fiar nos historiadores que perscrutaram as origens portuguesas, a fusão do sul, urbano e comercial, com o norte, camponês e agrário, teria trazido novos contornos a este mapa geopolítico. De acordo com Luís Filipe Thomaz, as incorporações iniciam-se ainda com Lião e Coimbra e, posteriormente, vemos a unificação de Lisboa, do Algarve e do Alentejo. O Portugal que conhecemos teria nascido do encontro de duas realidades, da tentativa de fusão do norte portugalês e do sul moçárabe-muçulmano. [508] Talvez, como pondera Oliveira Marques, o somatório dessas duas, em boa verdade três realidades, a cristã, a moçárabe e a muçulmana, acabou convertida em entidade homogênea nacional portuguesa. [509]

Uma vez estabelecidas as regiões que, aos poucos, vieram a compor o território circunscrito aos imperativos da Coroa lusa, seria preciso, por seu turno, dotar este espaço e, conseqüentemente, as comunidades que ali habitavam, de ordenamento jurídico e político lógico e estrito, tarefa que não tardou a ser verificada. Especialmente na Península Ibérica do período pós-reconquista, [510] não houve grande descontinuidade urbana e, muitas instituições, foram herdadas das cidades de origem islâmica, ou melhor, houve grande apropriação do sistema político-jurídico muçulmano. [511] Contudo,

---

[508] THOMAZ, Luís Filipe F.R. "Expansão portuguesa e expansão européia – Reflexões em torno da gênese dos descobrimentos". In: *Idem. De Ceuta à Timor*. Lisboa: Difel, 2ª edição. 1998. p. 58.

[509] *Passim*. MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. 1. 12ª ed. Lisboa: Pala Editores.

510 À título de esclarecimento, dá-se o nome de reconquista, ao o movimento cristão, com início no século VIII que visava à recuperação dos Visigodos cristãos das terras perdidas para os árabes durante a invasão da Península Ibérica.

[511] Já na região norte da Europa, onde esta descontinuidade foi maior, podemos até mesmo falar em certa invenção das unidades de controle das cidades. Mais sobre o assunto em: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. "*Almuthasib*: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias". In: Revista Brasileira de História, 2001, nº 42. p. 371-372.

esta herança islâmica não é estática, uma vez que, tanto os cargos de governo, quanto quase todas as esferas urbanas foram incorporadas e modificadas pelos senhores cristãos. Nas cidades muçulmanas não havia autonomia administrativa e o Império Omíada era gerido por uma cadeia de cidades que estavam diretamente submetidas à autoridade central, representada por seus delegados regionais e locais.

Como vemos, o arcabouço administrativo dos Estados nacionais começou a ser esculpido a partir das cidades e das comunidades, num movimento ascendente, buscando promover o ordenamento jurídico face às vicissitudes da vida cotidiana dessas recém criadas regiões. Se muitos cargos e ofícios foram criados para satisfazer o sonho imperial de ordem e poder, outros tantos, nesta micro esfera política, foram herdados da cultura muçulmana a fim de promover o bem comum e a paz de mercado, conceitos prementes para estes incipientes Estados no trato com seu vasto séquito de fiéis vassalos à época moderna. [512] Mecanismos de representação de poder os mais variados, em todos os níveis administrativos, foram criados para levar as justiças de El Rey, até os mais longínquos espaços para onde a monarquia portuguesa pretendeu estender seu território.

Em níveis locais, vários funcionários das Câmaras Municipais, instaladas em todo o Império luso, dos confins da região platina até a Cidade do Nome de Deus da China (atual Macau), vários oficiais mapearam as atividades da população legislando sobre quase todas as atividades daqueles homens e mulheres transformados em cidadãos e em súditos do príncipe. Relações comerciais, práticas religiosas,

---

[512] A despeito da noção moderna de "bem comum", a concepção corporativa de poder e e sobre o princípio classificado como justiça distributiva, recomenda-se: BLACK, Antony, *El Piensamiento Político em Europa* (1250-1450). Cambridge University Press. 1996. Veja ainda: FRIGO, Daniela. Disciplina Rei familiae e a economia como modelo administrativo do *Ancient Regime*. In: *Penélope*: Fazer e Desfazer a História, Revista de História e Ciências Sociais, Lisboa, n. 6, 1991. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt>. Acesso em: 20 Jan. 2011.

sexuais e todo o tipo de atividade da esfera cultural deveriam, ao menos em tese, seguir normas e padrões estabelecidos por este poder central, passando pelo crivo dos seus representantes diretos. Estes mesmos agentes também se ocupavam do mapeamento desse território, uma vez que procuravam estabelecer metas, as mais varias, para gerir a vida em sociedade diante da necessidade, cada vez maior, de ordenamento e da lógica econômica vigente. [513]

Os estudos acerca das correições dos oficiais das Câmaras são sobejamente conhecidos. Especialmente nos territórios de ultramar a preocupação em manter a população organizada e longe de conflitos foi a grande preocupação da Coroa portuguesa que investiu os seus oficiais camarários de poder o suficiente para interpelar quase a toda a população diante de algum comportamento tido como desviante ou que viesse a causar algum prejuízo aos bons costumes, colocar o reto governo em risco ou, até mesmo, prejudicar o erário e lesar a arrecadação de impostos. Esta, aliás, foi outra característica marcante dos territórios por sobre os seus habitantes que, ao mesmo tempo em

---

[513] A historiografia sobre as Câmaras ou, como querem os portugueses, os Concelhos e as municipalidades é deveras profusa e bastante conhecida. Concedendo os devidos e, infelizmente, quase sempre esquecidos créditos aos trabalhos pioneiros e àqueles que me melhor representam nossas perspectivas, cita-se: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. O Comércio Atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. In: *Revista de História*, São Paulo, 1975, v. LI, n. 101. BOXER, Charles *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. RUSSEL-WOOD, Russel A. J. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981. BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História*.1998, v. 18, n. 36, p. 251; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Conselhos e as Comunidades. In: MATOSO, José. (Org.) *História de Portugal*: quarto volume, o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p. 304-309. CAPELA, José Viriato. Administração local e municipal portuguesa do séculoXVIII às reformas liberais: alguns tópicos da sua historiografia e nova história. In: CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa. (coords.). *Os municípios no Portugal Moderno*: dos forais manoelinos às reformas liberais. CIDEHUS, Edições Colibri, 2005.

que se viram protegidos por uma série de benefícios em serem súditos de El Rey, se viram impelidos à arcar com os custos de manutenção da Coroa e de todo o seu aparato administrativo e regulador.

À guisa de conclusão, podemos notar que a constituição dos Estados Nacionais modernos, como vemos, transformou profundamente a paisagem na medida em que reorganizou e realocou os espaços e os indivíduos dotando-os de lógica própria, pertinentes com as intenções de controle assumidas pela autoridade vigente, e sua lógica econômica orientadora. A modernidade assistiu, portanto, paulatinamente, ao desaparecimento dos espaços, e assistiu ao surgimento das regiões e dos territórios. Em meados do século XIX, citando Hakim Bey, desapareceu a última porção de terra do planeta que não era reclamada por nenhum Estado ou autoridade administrativa. [514]

Bibliografia Utilizada

ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Brasília: Editora da UNB. 1985/1969, p. 24.

BLACK, Antony, *El Piensamiento Político em Europa* (1250-1450). Cambridge University Press. 1996.

BEY, Hakim. **T. A. Z.**. The **Temporary Autonomous Zone**, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism. Autonomedia Anti-copyright, 1985.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História*. 1998, v. 18, n. 36.

BLUTEAU, Rafael, C.R.. *Vocabulario portuguez e latino*, aulico, anatômico... Lisboa: 1638-1734.

BOXER, Charles *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

---

[514] BEY, Hakim. **T. A. Z.**. The **Temporary Autonomous Zone**, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism. Autonomedia Anti-copyright, 1985.

CAPELA, José Viriato. Administração local e municipal portuguesa do séculoXVIII às reformas liberais: alguns tópicos da sua historiografia e nova história. In: CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa. (coords.). *Os municípios no Portugal Moderno*: dos forais manoelinos às reformas liberais. CIDEHUS, Edições Colibri, 2005.
DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. Lisboa: Gradiva, 1989MOREIRA, Ruy. "A sociedade e suas formas de espaço no tempo". In: MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. p. 41.
FRIGO, Daniela. Disciplina Rei familiae e a economia como modelo administrativo do *Ancient Regime*. In: *Penélope*: Fazer e Desfazer a História, Revista de História e Ciências Sociais, Lisboa, n. 6, 1991.
GOMES, Paulo César da Costa. "O Conceito de Região e sua discussão". In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa & CÔRREA, Roberto Lobato. *Geografia*: conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.
LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. O Comércio Atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. In: *Revista de História*, São Paulo, 1975, v. LI, n. 101.
LOPES, Marcelo José. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CÔRREA, Roberto Lobato. *Geografia*: conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.
MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. 1. 12ª ed. Lisboa: Pala Editores.
MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Conselhos e as Comunidades. In: MATOSO, José. (Org.) *História de Portugal*: quarto volume, o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. "*Almuthasib*: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias". In: Revista Brasileira de História, 2001, nº 42.
RUSSEL-WOOD, Russel A. J. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. "Expansão portuguesa e expansão européia – Reflexões em torno da gênese dos descobrimentos". In: *Idem. De Ceuta à Timor*. Lisboa: Difel, 2ª edição. 1998.

O islamismo africano na literatura portuguesa de viagem: apontamentos sobre o relato de André Álvares de Almada (1594)

Thiago Mota[515]
Graduando em História/UFV
thiago.mota@ymail.com

1. Introdução

Esta comunicação almeja discutir as representações portuguesas acerca das práticas religiosas africanas denominadas pelos viajantes como islâmicas, embora caracterizadas por elementos que não sustentam a nomenclatura que lhes á atribuída. Selecionamos a crônica de André Álvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, de 1594, pela preocupação em relatar detalhadamente os aspectos sócio-culturais dos povos com os quais manteve contato, na região conhecida como Guiné do Cabo Verde. Utilizaremos os conceitos de representação e sistema cultural. Por representação, compreendemos a pretensa prática de descrever como um esforço de construção semântica da realidade apto a nela intervir, conforme Pierre Bourdieu. Por sistema cultural, de acordo com Edgar Morin, entendemos a noção de que há estruturas culturais nas quais os indivíduos se inserem, mas que lhes oferecem espaços para agir a partir de sua própria experiência, não condicionando totalmente seu comportamento. Acreditamos que as representações portuguesas sobre o islamismo africano constroem-se nos embates da Europa Moderna com a religião de Maomé e entre viajantes e africanos nas terras subsaarianas. Buscaremos, então, delimitar os

[515] Thiago Henrique Mota Silva é bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG.

recursos empregados na construção dessa forma de representação assentada essencialmente no etnocentrismo religioso cristão.

2. Literatura de Viagem: o gênero do olhar

"Navegar é preciso, viver não é preciso". Sabiamente, Fernando Pessoa faz, em verso, uma das melhores definições acerca do ato de viajar. Viagem é transcendência, é conhecimento, é apreciação. E, dentre seus vários frutos, destaca-se a renovação do olhar do sujeito viajante, a perceber noutras paragens um pouco do que conhece, um pouco do inusitado e a imprimir em suas reflexões um pouco de si, nessa fusão entre *eu-outro-mundo*, a produzir sentidos e códigos nas mais variadas formas de linguagem social: fotografias, *souvenires*, textos. Esse ato próprio ao espírito humano decorre do desejo de conhecer (raiz dos demais desejos, como dominar e possuir, diriam os materialistas, saciar-se de glórias ou promover auto-conhecimento, diriam os existencialistas) e, então, fazer do objeto que se conhece algo a ser conhecido pelos demais: o viajante é, nesse sentido, um propagandista, seja de lugares, seja de suas façanhas.

Mas os enunciados que profere a partir de suas próprias experiências não se limitam às suas análises em nível estritamente pessoal. Eles são gerados a partir de um código de significação compartilhado com o público ao qual se dirigem (a linguagem) e, para produzirem sentido, necessitam ligar-se ao *déjà connu*, ou seja, àquilo que os leitores conhecem através de outras experiências e códigos comuns entre eles e o enunciador: a cultura que compartilham. Os sentidos construídos nos relatos de viagem advêm, então, da experiência pessoal dos navegantes em outras terras somada à estrutura cultural que lhes limita o olhar, aplicado ao *novo* espaço, às *novas* pessoas, e as formas como o sujeito escritor busca reproduzi-los em seu texto. A esse sistema dinâmico, formado pela relação dialética entre estrutura e existência, Edgar Morin denominou

“sistema cultural”, noção cara ao trabalho que aqui desenvolvemos[516].

Durante o período Moderno, as crônicas dos viajantes foram permeadas por objetivos outros que não apenas o ato de contar: na maioria dos casos, pretendiam fazer saber acerca dos acontecimentos vividos[517], justificar a viagem[518], exaltar a figura de seus financiadores[519] e/ou fazer solicitações ao seu destinatário[520]. Essas narrativas são esforços de (re)criação da realidade, e não mera transcrição ou imagem textualizada, agindo por meio do discurso que Pierre Bourdieu chamou de performativo, ao qual voltaremos em breve.

É preciso, antes, definir o que caracteriza a literatura de viagem como um gênero específico ou, como intitulamos esta seção, o gênero do olhar. Os documentos que a compõem têm natureza muito distinta entre si: crônicas, relações, diários de bordo, mapas, imagens... do ponto de vista endógeno ao texto, não há um denominador comum a que possam ser reduzidos, tendo em vista as diferentes formas de expressão (verbal e não verbal), os recursos gráficos utilizados, o estilo da escrita. Entretanto, há outra referência que os enquadra numa categoria comum: o referente extraverbal, a viagem. A nomenclatura desse gênero é muito recente e desperta forte discussão entre os especialistas, por não caracterizar-se por recursos propriamente lingüísticos[521]. Entretanto, há duas categorias específicas a atuar sobre sua definição: os textos de escritores que

---

[516] MORIN, Edgar. De la culturanalyse à la politique culturelle. In: *Communications*, 14, Seuil, Paris, 1969.

[517] *A Carta*, de Pero Vaz de Caminha.

[518] As cartas de Cristóvão Colombo, aos reis Fernando e Isabel, da Espanha.

[519] *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara.

[520] *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, de André Álvares de Almada.

[521] SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton.* São Paulo: Editora UNESP. 2003.

não tinham o ofício de escrever como profissão (membros da tripulação, religiosos, personalidades dos domínios de além mar a fazer solicitações) anteriores a *Os Lusíadas* (1572); textos literários, com preocupações estéticas e estilísticas, posteriores ao trabalho de Luís Vaz de Camões.

Luís Filipe Barreto argumenta que tal distinção se faz pelo fato de os primeiros (e mesmo muitos textos posteriores ao trabalho de Camões) ocuparem-se com a verbalidade, ou seja, o uso da língua com fins unicamente comunicativos, prestando-se a descrever o real, tal qual uma máquina de fotografar a capturar a realidade. Já os segundos, por ocuparem-se, além da verbalidade comunicante, com a literalidade, ou seja, a capacidade de a língua agir sobre si mesma, numa meta-referência com preocupações estéticas e estilísticas, são caracterizados como realmente literários[522]. Entretanto, entendemos que o esforço de descrever a realidade sem o recurso de caracteres lingüísticos a construir o significado por meio do uso, seleção e apropriação vocabular, além das referências externas à cultura da qual provém o sujeito narrador não se conclui. Assim, entendemos que a literalidade apresenta-se nestes textos sob a forma de representações.

Por representações, entendemos o ato de dar sentido à realidade, associando aquilo que se conhece ao novo que se presencia. As representações são o embate entre o que é visto e a forma como é lido e significado pelos sujeitos. Não é a transcrição da realidade sendo, antes, um esforço intelectual, diríamos, egocêntrico (visto ser focado nas perspectivas do *eu*), de compreendê-la, assimilá-la e dotá-la de sentido. Porém, não se reduz apenas ao sujeito viajante/narrador: a construção do sentido é compartilhada com o público ao qual seu texto direciona-se, com o qual compartilha uma

[522] BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e renascimento:* Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1983.

estrutura cultural, formada por experiências e campos de expectativa comuns, a dotar o texto de veracidade[523].

Entramos, então, na caracterização do discurso performativo. Bourdieu argumenta que essa modalidade discursiva tem o fito de "construir realidades" semanticamente. O discurso, como mediador da prática social, sendo uma construção histórica datada e socialmente orientada[524], induz o olhar a perceber nos fatos aquilo que sua lógica encadeia. Bourdieu explica, por exemplo, como o discurso da ciência torna-se válido, ao apontar aspectos da realidade social que, após serem visualizados, passam a ser percebidos e adquirem *status* de verdade. Do contrário, não se fariam presentes no olhar dos indivíduos sobre a sociedade e, logo, não induziriam a ações e práticas sociais. Assim, as representações impõem aos indivíduos formas de perceber o mundo e, a partir dessa abstração, localizar-se socialmente enquanto sujeitos, aptos a nele intervir em busca de seus objetivos[525].

Os relatos de viagem são tão antigos quanto a escrita, havendo muitas relações do período clássico, textos medievais de cristãos de visitaram a África, Ásia, China e de pessoas dessas regiões que foram à Europa e a outras partes do mundo então conhecido. Entretanto, a partir do século XV, esse gênero adquire um acessório que aguça a curiosidade de seu público: traz informações de regiões d'além mar. Além dessa dimensão nova da experiência humana, como os contatos com povos da América e da África Negra via Atlântico, caracteres culturais da Europa moderna também atuam na construção dos relatos, de seus significados e da semântica atribuída aos povos e culturas recém-encontrados. Novamente, notamos a

---

[523] HORTA, José da Silva. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In.: *Mare Liberum.* Nº 2, 1991.
[524] BRANDÃO, H. H.. *Introdução à análise do discurso.* Campinas (SP): Editora da Unicamp. 2004.
[525] BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas:* o que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP. 1996.

influência do sistema cultura de Morin a influir nas tramas da Literatura de Viagem, a defini-la como o gênero do olhar: são olhos que veem o *outro* sem deixar de mirar a si mesmo e à estrutura social da qual advém.

3. Islamismo Subsaariano: entre a Europa e a África

Em 622, na Península Arábica, surge o islamismo, movimento religioso encabeçado por Maomé, a quem foi "revelada" uma profecia associada à incumbência de formar uma grande religião monoteísta apta a unir os povos árabes sob um único domínio mundano, sob a proteção e graça de uma única divindade celeste. No século VIII, essa religião adquire força de Estado e expande-se para além das fronteiras peninsulares, atingindo o norte da África e a Península Ibérica (chamada de *Al Andalus*), a oeste e, a leste, indo até o vale do Indo. Esse império com dimensões pluricontinentais esfacela-se em vários califados, após o colapso da dinastia Abássida e, na Península Ibérica, funda-se o Emirado de Córdoba[526], conhecido à época como ornamento do mundo pelo tamanho de sua riqueza e beleza[527].

Portugal e Espanha formaram-se a partir da síntese entre cristãos, judeus e muçulmanos, coexistentes na península desde o século VIII. Entretanto, com o apoio da Igreja Católica, judeus e muçulmanos foram convertidos ao *status* de alteridade, em função da formação da identidade cristã e sedimentação dos reinos ibéricos. Assim, forte política cultural foi aplicada no esforço de demonizar os ritos e práticas dessas religiões. Nesse trabalho, atentaremos para a

---

[526] GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe Medieval*. Petrópolis: Vozes. 1976.

[527] MENOCAL, María Rosa. *O ornamento do mundo*: como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 2004.

dinâmica aplicada ao islamismo, que ofereceu sustentação às descrições de Almada acerca das práticas islâmicas nana Guiné.

Entre a revelação a Maomé e a primeira cruzada, a hostilidade cristã à crença muçulmana baseou-se no medo e este lançava suas raízes na ignorância sobre o que seria essa doutrina político-social e religiosa. A postura cristã justificava-se pelo *odium theologicum*, aproximando a igreja de Maomé às representações do Apocalipse de São João, concebendo o próprio Profeta como o equivalente ao Anti-Cristo. O islamismo, por sua vez, manteve-se alheio ao cristianismo por duas razões principais: primeiro por ser negado por ele e, segundo, por acreditar ser superior à religião do Ocidente[528].

O medo do elemento islâmico, associado muitas vezes à besta do Apocalipse de São João e ao Anticristo, pregados pela Igreja Católica, muitas vezes não encontrava respaldo na sociedade. A desunião dos povos cristãos frente aos avanços islâmicos desse período, muitas vezes aliando-se a eles, são indicativos de que, na mentalidade cotidiana e desapegada da ortodoxia religiosa, as angústias do papado não eram compartilhadas[529]. Por esse motivo, os cristãos que "habitavam reinos esparsos ao sul dos Pirineus" foram considerados pelo Papa Inocêncio como de última categoria, visto que a heterodoxia reinante nessa região mantinha-os apáticos e desunidos em sua fé. "Eram cristãos que mais facilmente fariam guerras entre si do que com seus vizinhos muçulmanos" [530].

O sentimento de medo e a sensação de que a cristandade estava sitiada circunscrevia-se aos grupos religiosos. Entretanto, no século XVI, com o avanço turco islâmico na porção leste da Europa, passa a assustar e a interessar setores letrados do mundo cristão. A Igreja,

---

[528] SAVORY, R. M. Christendom vs. Islam: interaction and co-existence. IN SAVORY, R. M. (ed.). *Introduction to Islamic Civilization.* Cambridge: Cambridge University Press. 1976. p.127.

[529] DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras. 2009, p.402.

[530] MENOCAL, *op. cit*, p.56.

diante da inércia geral das populações, esforça-se para demonizar o inimigo e inculcar o medo no imaginário social, fazendo soar sinos "que lhes lembrava a permanência do inimigo" e ordenando o recital de orações "para implorar ao céu contra a ameaça otomana"[531].

André Álvares de Almada, no final dos Quinhentos, escreve seu *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde* ao rei Filipe I de Portugal (1580-1598), pedindo esforços para a colonização da costa da Guiné. Suas justificativas são de ordem moral-religiosa e econômica. O cronista afirma que:

> Esta terra é tão abundante de tudo que nada lhe falta; abastada de muitos mantimentos, muito fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, canas-de-açúcar, muitos palmares, muita madeira excelente. Povoando-se viria a ser de maior trato que o Brasil, porque no Brasil não há mais que açúcar, e o pau, e algodão; nesta terra há algodão e o pau que há no Brasil, e marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, e podem-se fazer muitos engenhos de açúcar, há ferro, muita madeira para os engenhos, e escravos para eles. Resultará de se povoar grande proveito à fazenda de S. Majestade, porque as naus que vão para Índia de viagem, arribando podem nela invernar no Rio Mitombo, para de ali tornarem a seguir suas viagens sem vir ao reino[532].

Do ponto de vista religioso, argumenta que a povoação dessa região resultaria de grande proveito à cristandade, que abriria suas portas aos gentios que lá habitam em detrimento da "Europa que está confinada de muitas heresias"[533]. Mas, além da gentilidade e dos rituais tradicionais descritos pelo autor, elementos ditos islâmicos e o esforço para caracterizá-los como, de fato, tributários a Maomé fazem-se muito presentes na narração. Em si, tais elementos não

---

[531] DELUMEAU, *op. cit.* p.408.

[532] FERRONHA, Antônio Luís Alves de. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde* – feito pelo capitão André Álvares d'Almada, Ano de 1594. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994, p.131.

[533] *Ibid*. p.132.

permitem associação direta entre rito e prática islâmica. Entretanto, o olhar do autor esforça-se para perceber nesses traços aquilo que já conhece, promovendo implicações entre a realidade observada e o conhecimento histórica e socialmente adquirido.

O embate entre o que se vê e o que se descreve é latente nas fontes. André Álvares de Almada hesita em definir os Mandinga como muçulmanos, mas é tentado a fazê-lo de acordo com seu conhecimento a respeito das características do islamismo, dizendo que "em parte parece que usam da seita de Mafamede, porque seus Bixirins, que são religiosos, fazem salas como os mouros. Não comem carne de porco"[534]. Essas características, em si, não definem uma crença como islâmica, pois, conforme Ioan Lewis, muitos elementos superficiais da cultura muçulmana propagaram-se para além da fé à qual estão associados[535]. Entretanto, Almada prossegue sua associação entre a continuidade religiosa com o norte da África, fazendo referências geográficas e de ordem moral para justificar sua crença no caráter islâmico, afirmando que um dos reis dos Jalofo "é tão mal como seu pai, porque é Bixirim; não bebe vinho nem come carne de porco, e faz sala com os mouros, e por isso se meteu tanto pelo sertão, para estar lá mais perto daqueles Bixirins e Mouros[536]". O qualificativo "mal como seu pai, porque é Bixirim" (dimensão axiológica da alteridade, de acordo com Tzvetan Todorov[537]), somado às características de ordem sócio-cultural, como não beber vinho ou comer carne de porco e à espacialidade do sertão como lugar islâmico, tendo em vista as rotas comerciais das cáfilas muçulmanas no interior da África, contribuem com o argumento de

---

[534] *Ibid.* p.50.
[535] LEWIS, Ioan M. *O Islamismo ao Sul do Saará.* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa. 1986, p.14
[536] FERRONHA, *op. cit.*, p.37.
[537] TODOROV, Tzevetan. *A Conquista da América* – A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Almada: “parece que usam a seita de Mafamede”, sendo o termo seita utilizado como meio de desqualificar essa forma religiosa. Por outro lado, a seita lhe *parece* islâmica pela sua flexibilidade, conforme o cronista, facilmente conversível ao cristianismo:

> Mas vindo uns e outros a terra de cristãos não duvidam a receber o baptismo, mas antes o pedem e ficam muito bons cristãos. E alguns se vêm por suas vontades das duas terras para as nossas a receberem o baptismo, e por falta de quem mais nas partes pregue a palavra de Deus não temos nelas muitos cristãos. Devia sua majestade de mandar que estes tais fossem favorecidos, para que fossem partes de viram outros[538].

O discurso aponta um conflito entre a cristandade e o mundo islâmico em busca de fiéis. O luso-cabo-verdiano argumenta que mesmo lhe parecendo mouros nos costumes, esses negros são passíveis de conversão, sugerindo ao rei de Portugal a criação de políticas que eduquem pelo exemplo e benefício, pois se tais negros conversos fossem beneficiados, poderiam trazer outros que, como eles, buscariam as mesmas regalias. Essa indicação sugere-nos o uso pragmático da religião, seja cristã ou islâmica, como via de acesso aos benefícios oferecidos por parceiros comerciais e por grupos sociais que exercem algum tipo de hegemonia. O elemento islâmico é construído, nesse contexto, como alteridade da conduta cristã, fornecendo subsídio para a prática comercial e religiosa portuguesa.

Ao tratar dos Jalofo, Almada afirma que entendem a língua dos mouros pelo fato de estes “virem com cavalos a venderem a estes Jalofos, e andarem sempre muitos na corte do Rei desta terra”[539]. Mais adiante, o cronista afirma que um dos instrumentos de guerra utilizados por esse povo, além de azagaias pequenas e farpas, são as nomeadas[540]. Esses instrumentos, muito presentes em nossa

---

[538] FERRONHA, *op. cit*. p.37.
[539] *Ibid.* p.27.
[540] *Ibid.* p.28.

documentação e analisados por Vanicléia Silva Santos, eram produzidos pelos bixirins e distribuídos ou vendidos no curso de suas atividades religiosas e comerciais ao longo da Guiné. Almada afirma que os bixirins "fazem muitas nóminas que dão ao povo comum, nas quais têm muita confiança e esperança"[541]. Eram amuletos para proteção individual: bolsinhas de couro cozido nas quais se traziam trechos do Corão escritos em árabe[542], muito utilizados por pessoas de diferentes níveis sociais, como sacerdotes, comerciantes, guerreiros, reis e pessoas comuns.

Almada traz à cena uma situação na qual um rei é apresentado aos poderes das nomeadas dos bixirins e testa-os no próprio caciz:

> Não deixarei de dizer a um Caciz destes no rei da Casamança, no tempo do rei Masatamba, nosso amigo, e foi que se veio ao rei e lhe apresentou uma nómina muito bem guarnecida, dizendo que a trouxesse, porque jamais, trazendo-a, seria ferido com arma nenhuma; por ordem dos nossos mandou o Rei por a nómina no pescoço do Caciz que lha trouxe e atiraram-lhe uma azagaia, a qual lha não desviou o demônio nem lhe valeu a nómina, e foi passando de parte em parte e morreu logo; nem todos estes desenganos e outros que cada dia vem bastam para os desenganarem[543].

Novamente, remete-se a uma situação de conflito religioso, no qual os cristãos buscam delimitar qual doutrina e qual prática seria a verdadeira. O teste ao qual Almada afirma ter o bixirim sido submetido deu-se numa situação entre cristãos e a alteridade religiosa muçulmana, visto que o rei mandou por a nómina no pescoço do caciz "por ordem dos nossos". Há um conflito de jurisdição espiritual no qual a oposição aos cristãos é caracterizada como o islamismo,

---

[541] *Ibid*. p.34.
[542] SANTOS, Vanicléia Silva. *As Bolsas de Mandinga no espaço Atlântico* – século XVIII. 2008. 256f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
[543] FERRONHA, *op. cit*. p.99.

contra o qual se luta, mas é interessante destacar a inexistência de demais elementos que atestem a natureza islâmica dessa prática mágico-religiosa.

4. Considerações Finais

A religião cristã foi o vetor de aproximação e significação dos povos não-cristãos com os quais se manteve contato a partir das grandes navegações iniciadas no século XV. O islamismo, já conhecido dos ibéricos há longa data, foi reencontrado no norte da África e, na porção sul, iniciava seu desenvolvimento que, nos séculos XVII e XVIII seria intensificado levando a revoluções políticas e sociais na Guiné[544]. Entretanto, o viajante percebeu, através do condicionamento sócio-cultural de seu olhar, elementos denominados como parte da ortodoxia muçulmana e descritos como ritos que se encontravam entre a tradição e a religião de Maomé.

Entendemos que havia um esforço cristão na sedimentação de sua religião em tais paragens e, para tanto, a criação de uma alteridade reforçaria os laços internos de sua identidade e supremacia frente às demais formas de culto e organização social, conforme acreditavam. Os recursos empregados dizem respeito à aproximação entre os ritos islâmicos e a observação empírica. Conhecimento prévio e experiência dialogam, oram complementando-se, ora opondo-se, formando aquilo que o autor concebe como descrição e nós entendemos como esforço de representação.

Assim, concluímos que as informações apresentadas nos relatos de viagem, acentuadamente de Almada, formaram-se na forja do pensamento moderno europeu, aplicando condicionantes à observação da realidade africana que, associados aos aspectos próprios e existenciais desses domínios, resultaram nas

[544] BARRY, B. A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucolores. In: OGOT, B. A. (org.). *História Geral da África V* – África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO. 2010.

representações, que dizem tanto da história social africana (analisados com os devidos cuidados metodológicos) quanto da cultura europeia, que a pintou com suas cores e conceitos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

O CAMPO E A CIDADE ENTRE O MEIO AMBIENTE, A MIGRAÇÃO E A "PERIFERIZAÇÃO"

COORDENADOR: PROF. ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO/PR)

O cotidiano dos Batistas: O homem do campo em cena. Perspectivas do modo de vida rural brasileiro ao longo da história, do período colonial à contemporaneidade.

Rafael Weidt Brugiolo Sabião
Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa

O artigo consiste em problematizar as práticas rurais que a família Batista, localizada na cidade de Canaã, Zona da mata mineira, estabelece no seu dia a dia, a fim de identificar os antecedentes históricos socioculturais que permeiam sua rotina definindo padrões de significados transmitidos historicamente incorporados e perpetuados em suas ações diárias, buscando estabelecer um paralelo entre os modos de vida rural ao longo da história, desde o período colonial até a contemporaneidade. Tem como objetivo fortalecer os estudos acerca do homem do campo brasileiro, e reinserir na cena histórica uma cultura marginalizada pelo tempo. Ressaltando que este é um estudo em andamento, e o que pretendo fazer neste trabalho é um resumo do que já foi pesquisado até o momento.

Palavras-chaves: cotidiano, homem do campo, modo de vida, história.

Introdução

O estudo da realidade agrária brasileira conflui num espaço em que são inseridos diversos aspectos históricos acerca do cenário rural brasileiro. O enfoque econômico pode tratar dos modos de produções agrícolas ao longo dos anos; o enfoque cultural pode analisar as relações construídas no espaço doméstico; e o sóciopolítico, que consegue abranger a organização social do campesinato a partir da prática da agricultura familiar.

Ao longo da história, pode-se dizer que algumas práticas campesinas conseguiram sobreviver, e se fazem presentes na atualidade, contribuindo para a formação da identidade brasileira. Para visualizá-las, utilizamos a narrativa produzida pela família Batista, partindo do pressuposto fundamentado em Certeau, o qual insere a narração como um elemento que fornece ao discurso científico um modelo de interpretação capaz de revelar as implicações sociais, as experiências particulares, as freqüências, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço que estão por trás das operações do dia a dia. Através dela, essa família expõe suas práticas cotidianas, relata seus costumes e hábitos. Ou seja, a partir da leitura do cotidiano, reapreende-se as operações comuns, e faz da analise uma variante do seu objeto para que se possa ler e escrever a cultura ordinária[545]. Assim, a partir das "estratégias", que é "o cálculo das relações de força de um sujeito que é isolado de um "ambiente", postulando o lugar do um próprio, uma gestão de suas relações com a exterioridade" [546], e de "táticas" que se refere ao "cálculo que não se faz de forma isolada, não conta com um próprio, ela está inserida na totalidade, lida com possibilidades de ganho, combinação de elementos heterogêneos, tem por forma a própria de decisão. (ler, falar, comprar, cozinhar, etc.)" [547], identificamos as

[545] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, [1]: artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. *Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,* 1994.
[546] Ibidem, p. 46
[547] Ibidem, p. 47

interferências que as práticas cotidianas estabelecem na sua história, na sua cultura, e principalmente, na constituição do seu modo de vida.

A rotina dos Batistas.

A família Batista possui quatro membros, o Sr. Manoel Batista Sobrinho casado com a Sr.ª Maria das Graças Lage Batista, e suas duas filhas, Eliane Aparecida Duarte Batista, a mais velha e Josiane Apárecida Duarte Batista, a mais nova, as quais já não moram mais com eles.

A sua rotina consiste em levantar cedo, tomar o café e em seguida lidar com a roça. Enquanto a Sra. Batista cozinha no fogão a lenha, lida com a horta, planta, semeia, adulba, rega, tira o leite da vaca e fabrica o queijo de segunda a domingo, o Sr. Batista lida com o gado e com a terra, utilizando instrumentos como enxada, machado, foice e vara, todos os dias da semana, exceto domingo. Ainda é presente em seu cotidiano a prática da colheita do café, na qual todos os membros da família participam inclusive a filha mais velha.

Quando finda o dia de trabalho, por volta das seis horas da tarde, costuma-se assistir televisão, escutar o radio e rezar o terço (religiosidade forte). O lugar de sociabilidade se dá no interior de sua casa, especificamente na sala e na cozinha, espaços os quais eles recebem as visitas.

Há criação de galinha, boi, abelha e porco, e o plantio de milho, feijão, café, e as frutas: banana, laranja, jabuticaba, mamão, goiaba, acerola, carambola mexerica, batata, mandioca, verduras: alface, cebola, couve, etc. A sua alimentação tradicional é angu, feijão, arroz, verdura, carne, e ovo.

Tudo que é produzido é vendido. A comercialização se dá com uma vendinha localizada logo na entrada da cidade, perto da ponte

do rio. Lá eles trocam seus produtos, café, queijo, mel, feijão, milho, galinha por dinheiro ou até mesmo por outros produtos.

O isolamento geográfico faz com que a vida na roça seja solitária, porém a relação com a vizinhança supre essa falta, pois são constituídos laços de solidariedade e de amizades.

Heranças campesinas

Baseado no trabalho de Candido, o conceito de rural se define pela localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, identificando no Brasil as culturas tradicionais do homem do campo.

A cultura caipira envolve o homem do campo, entendendo que o termo caipira se definiu por expressar um modo de ser, um tipo de vida para designar aspectos culturais de uma população tradicional. [548]. Num primeiro momento da historia do Brasil, no período colonial, se deu a adaptação entre a cultura do colonizado e a cultura do colonizador devido ao contato do europeu com os indigenas, que se definiu na geração de uma cultura cabocla. Em que a familia reorganiza o espaço a partir necessidade de subsistência, reapropriando do espaço, utilizando-o não só como uma maneira de sobrevivência, mas também como um meio de constituir um modo de vida.

O que fica evidente, é que inicialmente o homem do campo a partir da agricultura de subsistência, organizava-se socialmente. São homens livres, pequenos proprietários vivendo em torno das grandes plantações, buscando ajustar à natureza as necessidades e técnicas que possuíam, tendo a família como unidade básica de existência, e a relação com a natureza como forma de manifestação cultural incorporando símbolos ligados a terra , como a festa da colheita,

---

[548] CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 8ª edição. São Paulo: Editora 34, 1997.

tradição ainda mantida pela familia Batista que celebra a colheita do café. Eram chamados de roceiros, e com o passar do tempo adquiriram outros nomes como caipiras e caboclos. Portanto, a roça é uma prática colonial que sobrevive ao longo da história.

Outro aspecto recorrente na história campesina é o costume de comercialização. A prática de comercializar com um pequeno centro comercial, a vendinha, estabelecida pela família Batista no dia a dia, decorre do século XVIII, em que os roceiros labutavam a terra para alem de se alimentar, produzir também para o mercado. Fornecia alimentos aos arraias, vilas e fazendas, seu trabalho consistia em manter o grupo doméstico.[549] Servindo também como objeto difusor da cultura caipira, pois através da comercialização de seus produtos, difunde-se um costume alimentar.
Aspectos que também podemos observar no século XIX.

> “a venda , consistente numa casa de moradia e num alpendre para abrigar a carga das mulas.Podia-se achar-se ali (e mais comumente não se achava) algumas das mercadorias indispensáveis aos moradores da roça, desde a cachaça , o sal, o açucar, o feijão e a carne seca,até ferraduras,fumo em corda, armas de fogo, cabeças de alho e livros de missa.”[550]

Acerca do hábito alimentar do campesino mineiro do século XIX, a mandioca era o principal sustento, o pão diário das populações. Vinha em seguida do milho, do qual se fazia muitas comidas: pipocas, carau, pamonhas, farinha, cuscuiz, biscoitos, biscoitos, bolos, alcamonias, catimpuera, aluá ou cerveja de milho verde, aguardente, canjica. Enquanto o fubá servia principalmente para fazer o angu cozido nos tachos. Portanto, o cultivo do milho e

---

[549] DEL PRIORY, Mary e VENANCIO, Renato. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

[550] FRIEIRO, Eduardo .Feijao, angu e couve ; ensaio sobre a comida dos mineiros. Sao Paulo: Itatiaia, 1982.p.115

do fubá advem principalmente da diversidade de produtos que podem ser fabricados a partir deles, e a facilidade de seus cultivos.

O cardápio do almoço tem uma continuidade na mesa do campesino mineiro, a tradição do angu e feijão é forte no dia a dia.

> "O café da manha, ralo e adoçado com rapadura. Almoço, feijão, com angu, torresmo, e chuchu ou abobrinha. Carne quando calhava. Galinha salva a refeição, tira ovos ou comia a galinha (frango)- comum criação de galinha, mais barato"[551]

Ressaltando o café, como um dos principais elementos característicos da mesa do campesino, faz parte da cultura mineira, e uma das economias pricipais de Minas no século XIX, assim como a mesa farta, na qual a falta de apetite pode ser interpretada como falta de educação.

> "Na casa mineira não se deixa sair o visitante sem que lhe ofereçam uma xícara de café-elo de cordialidade e convivência social. A recusa pode ser interpretada como desfeita aos donos da casa." [552]

Outra característica da culinária mineira do século XIX é a criação de suínos, toucinhos junto com o alto consumo da carne de porco, que constituem a dieta da banha, do torresmo, da linguiça e do lombo de porco que perpetuam até os dias atuais, pois ainda se vê o habito de criar porcos na roça com intuito de consumir essa dieta.

Esses hábitos alimentares se traduziam e traduzem principalmente no ritual de festejo, o qual é uma forma de manifestação das práticas de solidariedade que se dá entre a vizinhança campesina. Tanto no século XIX, quanto atualmente, a roça capinada é motivo de celebração, o mutirão é um ritual, no qual se matam leitões, levam galinhas para o abate, garrafões de cachaça,

---

[551] Ibidem. p. 116

[552] FRIEIRO, Eduardo .Feijao, angu e couve ; ensaio sobre a comida dos mineiros. Sao Paulo: Itatiaia, 1982. p. 73

rapaduras, os doces e o café. Prática que tende a funcionar como um elemento de ruptura com o isolamento rural.

Portanto, as relações entre agricultura e alimentação, constituem focos de análise de sociabilidade e de elementos formadores da identidade do homem do campo brasileiro, traduzidos pelos hábitos e costumes estabelecidos no seu cotidiano.

Conclusão

A partir das maneiras de fazer do dia a dia que "constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural."[553] podemos identificar elementos herdados historicamente que influenciam na contextualização da vida rural brasileira contemporânea.

A partir de alguns hábitos do cotidiano dessa familia, narrados anteriormente, percebe-se a semelhanca com o passado, como podemos observar no trecho a partir da descrição do cotidiano no século XIX, em que o hábito de acordar cedo é uma prática corriqueira.

> "A casa acordava entre as 6 e às 7. Os criados ,ou na falta destes, as donas de casa acendem o fogão e preparam o café, sempre excelente e saboroso. Misturava-se o açúcar com os grãos,para torrá-los numa panela coberta, e o açúcar derretido forma ao esfriar-se uma massa com o café. Não se usa cafeteira,servindo-se separadamente cada xícara, pequena e sem alça,numa bandeja. Leite só de manha. Durante o dia bebe-se pouco café."[554]

Período o qual as transformações socioeconômicas sofridas, influenciaram fortemente no padrão de vida do homem do campo

---

[553] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, [1]: artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. *Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,* 1994. p. 41

[554] FRIEIRO, Eduardo .Feijão, angu e couve ; ensaio sobre a comida dos mineiros. São Paulo: Itatiaia, 1982. p. 130

atual, a exemplo o desenvolvimento da indústria de lacticínios, onde nas fazendas fabricava-se o que se chamou de queijo minas, queijo branco, discóide, difundido em todo o país.

Portanto, podemos concluir a partir do cotidiano dos Batistas, que o costume de acordar cedo e tomar um café pela manha antes de ir trabalhar na agricultura de subsistência, e a comercialização de seus produtos numa venda próxima, assim como a dependência da cultura de laticínios e de café, são aspectos herdados historicamente ao longo do tempo que contribuem na configuração do modo de vida do campesino mineiro atual.

A partir da análise feita, é possível visualizar a reinserção do homem do campo na história, recuperando uma rica tradição enraizada no seio da cultura brasileira que não só permeia a sociedade rural, mas como também toda tradição mineira. É pensar que na mesa do brasileiro, por trás do cafezinho da manhã, e do queijo minas na hora do café da tarde, existem relações socioculturais estabelecidas na história no cotidiano de grupos sociais rurais, como a família Batista, que são responsáveis não só pela produção alimentícia, mas também pela constituição de hábitos que permeiam a rotina da sociedade brasileira.

Vale do Jequitinhonha: uma construção em conflito

Juliana Pereira Ramalho[555]
Sheila Maria Doula[556]

Atualmente, o Vale do Jequitinhonha tem atraído a atenção de diversos pesquisadores como objeto de estudo. Estes pesquisadores têm feito uma crítica às representações acerca do Jequitinhonha na condição de "Vale da Miséria" e "Vale da Fome", veiculadas pela mídia nacional e que povoam o imaginário do restante da população brasileira em relação à região.

No entanto, se a veiculação destas representações é recente, sua construção remonta ao século XX e ocorre a partir de uma lógica externa à região, contrastando, por sua vez, com uma representação local assentada na imagem do orgulho sertanejo. Como revela o discurso de Leopoldo Pereira (1911 apud RIBEIRO,1993) sobre o Vale do Jequitinhonha:

> Sim, o que nos agrada é o sertão, onde vivemos tão despreocupados, tão livres, tão naturalmente. Eu tenho pena dessas flores destioladas da civilização a mirrar-se a desfalecer de anemia e esgotamento nervoso dos prazeres da cidade, sem conhecer um pouco da vida nobre e forte que nos dá a natureza. (...) Que nos pode dar melhor ideia da superioridade física do homem que o sertanejo torrado pelo sol, capaz de arrastar todas as intempéries e vigoroso o bastante para fazer a pé uma caminhada de dez a doze léguas por dia? (...) Como é triste pensar que havemos de perder tudo isso, não é? (PEREIRA, 1911 apud RIBEIRO, 1993, p. 79).

Embora romântica e idealizada, a previsão feita por Pereira (1911) em relação aos seus descendentes parece ter se concretizado,

---

[555] Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.
[556] Doutora em Antropologia Social, professora do Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

pois a valorização do modo de vida local, “tendo o homem rural do Vale como referência cultural importante”, em meados do século XX, passou a ser vista como empecilho ao desenvolvimento regional, e que, portanto, deveria ser eliminada. O “orgulho sertanejo” foi substituído pelo discurso da miséria. E aqueles que antes eram considerados “ricos” de vitalidade, de “musculatura rija”, “altivos” e “livres” passariam a ser categorizados como órfãos de desenvolvimento, da mão progressista do Estado. Esta categorização ficou a cargo de estudiosos e políticos, que, priorizando uma lógica econômica externa aos mecanismos locais de produção, definiram o Vale do Jequitinhonha como uma região estagnada, devido, afirma Ribeiro (2007), a seus baixos indicadores socioeconômicos: volume de produção, participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, especialização na agropecuária, taxas de crescimento econômico, percentual de alfabetizados, relação entre número de tratores disponíveis e área cultivada e alto percentual de população rural. Estes critérios possibilitaram que o Vale do Jequitinhonha fosse considerado a região mais carente de Minas, como define o primeiro diagnóstico realizado pela Codevale- Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - em 1967. Posteriormente, na década de 80, o Jequitinhonha deixou de ser a região mais pobre de Minas Gerais e passou a ser do país.

Em termos analíticos, especialmente no campo da academia, esta representação assentada na ausência e na pobreza econômica passou a ser contestada. Porto (2007) afirma que muitos estudiosos passaram a valorizar a temática da cultura popular como objeto de análise, numa tentativa de resgate do orgulho sertanejo do Jequitinhonha. Muitos s e em seu lugar. Na perspectiva da autora este tipo de análise também é problemático, pois tende a mostrar a diferença como distância temporal.

Na tentativa de romper com estas representações duais a respeito do Jequitinhonha, nosso trabalho buscar entender como o homem do

Jequitinhonha se vê e entende a realidade que o rodeia, ou seja, o nosso intuito é entender o Jequitinhonha como fruto da contemporaneidade, que não está estagnado no tempo, mas que dialogo com seu entorno e sofre transformações tanto no âmbito econômico quanto nos âmbitos sócio-cultural Para isto elegemos como objeto de análise os artesãos ceramistas que freqüentam o movimento cultural regional do Jequitinhonha, especificamente o Festivale, Festival da Cultura Popular, criado em 1983 por um grupo de jovens da região.

O Festivale se constituiu, com o passar dos anos, em um espaço que passou a aglutinar todos os grupos artísticos e culturais do Vale do Jequitinhonha, promovendo feiras de artesanato, concursos de músicas regionais, concursos de poesia, além de ser um palco para as apresentações das diversas manifestações artísticas e culturais. O Festivale, nesse sentido, se transformou em um elemento de incentivo para a manifestação do jequitinhonhes enquanto sujeito na sua realidade vivida. A valorização da cultura local permite assim, que os autores desta cultura se manifestem enquanto sujeitos portadores de um pensamento reflexivo e de ação diante da realidade em que estão situados.

As entrevistas com artesãos ceramistas participantes do Festivale e a análise das peças por eles produzidas nos permite entender a forma como estas pessoas se representam enquanto residentes do Jequitinhonha, que longe de construirem a imagem de um Jequitinhonha pobre, constroem representações do mundo vivido enfatizando a vida e as transformações que a realidade vivencia no contexto contemporâneo.

As peças artesanais do Vale do Jequitinhonha, apesar de apresentarem uma diversidade de estilos e de formatos, demonstraram algumas características comuns. Nas entrevistas feitas com os vinte e um artesãos do Jequitinhonha, pudemos identificar alguns eixos comuns em relação ao fazer artesanal. Um eixo comum

a todos os artesãos, além da tradição do moldar ou esculpir as peças com as mãos, refere-se ao processo de aprendizagem decorrente da matriz cultural local:

> meu povo já era artesão, né? A minha família veio de há muitos anos, de muitos séculos já, dois séculos eu acredito, que eles faziam panelas, pote. Minha família é meio acaboclada, né? [...] Caboclo que a gente fala é o moreno do cabelo liso. Pessoa morena cor de cuia, como falamos, cor de cabaça, morena, assim ... bem chegado, cabelo liso. [...] E meu pai era pardo né, de cabelo crespo, igual o meu. [...]Que veio dessas raça aí. Eles vivia só de ... fazer pote, panela, buião, bule de pôr café, cuscuzeiro, é ... coisa comum: prato, copo, até copo de argila. E trazia de canoa, de burro, né? Pra feira. E nessa época tinha boa vendagem porque não tinha muito a evolução do fogão a gás. O pessoal usava muito a lenha mesmo, até hoje muitas pessoas ainda usa. Era um meio de sobrevivência, né? Fazer esse tipo de artesanato e viver disso. E como eu já tinha vocação pra gostar da arte, eu ia lá ver, observar a família trabalhar. Comecei a imitar, a fazer essas pecinhas que você tá vendo aqui, essas panelinhas. Aí eu fazia essas panelinhas, fiz um fornizinho piquenininho, brincando, eu era menino. E aquilo pra mim era uma maravilha brincar. Adorava brincar, até hoje eu gosto de mexer com argila. Aí eu aprendi (Depoimento de Ulisses Mendes, artesão ceramista da cidade de Itinga. Pesquisa de campo em Itinga, janeiro de 2009).

Como afirma o artesão acima e também os estudiosos no assunto, a arte da cerâmica é secular. No Jequitinhonha esse conhecimento ocorre geralmente no próprio seio familiar. É na infância que se adquire o primeiro contato com o barro e se educa o corpo para a atividade.

Outro elemento que ressalta nas falas citadas é o afeto que demarca a relação com o barro. O afeto pode ser percebido no uso dos substantivos no grau diminutivo ao se referirem aos objetos confeccionados na infância: “panelinhas”, “fornizinho piquenininho”, como disse Ulisses. O que também é recorrente em outros discursos:

> eu tenho mais ou menos treze anos que eu faço artesanato, mas quando menina eu já fazia. Ah, fazia coisinhas, enfeitinhos, panelinhas. Então eu via minha tia, ia junto com ela, levava no mercado pra vender e tudo (Depoimento de Rita Gomes Ferreira, artesã ceramista, Comunidade de Coqueiro Campo, município de Minas Novas. Pesquisa de Campo, 20ª Feira Nacional de Artesanato, Belo Horizonte, novembro de 2009).

Observe que se compararmos o depoimento de Ulisses Mendes e de Rita Gomes Ferreira, veremos que a aprendizagem ceramista se dá em um momento em que não há divisão dos universos masculinos e femininos, o que é evidenciado pela não demarcação dos objetos femininos e masculinos no discurso dos artesãos, quando se referem à infância. Tanto o menino quanto a menina faziam as "panelinhas", prática que na infância era aceita. No entanto, a presença masculina na cerâmica era tolerada até determinada faixa etária, conforme depoimentos dos artesãos entrevistados, que relataram sofrer preconceitos devido à sua inserção no ofício ceramista. Quando adolescente, o menino deveria deixar a cerâmica, universo feminino, para assumir os afazeres masculinos, "trabalhar na roça".

No entanto, o predomínio da mulher na atividade ceramista do Jequitinhonha vem sofrendo alterações, como se pôde identificar pelo expressivo número de homens ceramistas encontrados na pesquisa de campo deste trabalho. De acordo com Mattos (2001) a presença masculina na cerâmica foi ocasionada pela transformação do artesanato em fonte de renda para as famílias jequitinhonhesas. No entanto, a inserção do homem na atividade artesanal também pode ser identificada como resultante do exôdo rural. Esses homens encontram no artesanato uma alternativa à migração, que geralmente é o destino de muitos que não detêm a posse da terra. Isso fica ainda mais evidente ao constatarmos que muitos dos homens ceramistas atualmente estão no meio urbano, mas um dia foram agricultores ou filhos de agricultores. Ulisses Mendes, rememorando seus

antepassados, deixa transparecer a origem rural de seus familiares e o seu elo com o campo, apesar de se situar atualmente no meio urbano:

> era um pessoal artesão mesmo, de há muito tempo, né? Que veio dessas raça aí. E eles tinha uma fazenda, deixado pra eles, umas terras que é grande essa terra. E aí morreram os primeiros proprietários e ficaram pra descendência. E essa descendência, como terra dá muito trabalho, virou aquela bagunça, né? Tem que cuidar e aí acumulou todo mundo ali. Os fazendeiros em volta tomaram essa terra deles. Pra eles ficaram só uma parte, onde ficaram essa parte de artesão que vivia só de panela, uma parte pequena de mais ou menos dois alqueires, umas quarenta hectares de terra. Aí diminuiu, depois diminuiu essas terras, então ficaram ali. […] Eu tenho um sitiozim que é desses parentes que mudaram, né? Que me venderam a posse deles. [...] É a comunidade Campinho onde fazia pote e panela há muitos anos. Lá ainda tem as paneleiras, uns artesão que faz. Eles dá o nome de vasilheira. Até hoje tem as vasilhera, fazedera de vasilha porque antigamente falava vasilha mesmo, né? Fazia panela, prato. Então nós somos assim, moça (Depoimento de Ulisses Mendes, artesão ceramista, da cidade de Itinga. Pesquisa de campo em Itinga, janeiro de 2009).

Essa fala de Ulisses nos possibilita confirmar o predomínio das mulheres na atividade ceramista, ao identificar a atividade com a produção de utensílios domésticos, as “vasilhas” por isso a identificação das artesãs como “vasilheiras” ou “paneleiras”. Ao mesmo tempo nos possibilita compreender um pouco mais o contexto em que ocorreu a inserção do homem nesse universo feminino, que está relacionado ao processo de modernização vivenciado no Jequitinhonha e que teve como uma das consequências o aumento do êxodo rural. Esse êxodo foi fruto especialmente do processo de legalização das propriedades. Muitas famílias rurais, entre estas as artesãs, sofreram, na década de 70, desapropriação de suas terras por não possuírem documentação legal, conforme Ribeiro (1993) e Mattos (2001). Como não conseguiam juridicamente provar a propriedade das terras, essas passavam a ser consideradas

devolutas, portanto, de propriedade estatal. O Estado, na condição de proprietário, na maioria das vezes transferiu essas terras para as empresas de reflorestamento, seguindo a filosofia de modernização do meio rural. Neste contexto, alguns artesãos migraram para as cidades próximas juntamente com sua família, ainda quando crianças, como nos conta João Alves da cidade de Taiobeiras:

> Eu nasci na zona rural, né? Quando eu fui pra cidade eu tinha cinco anos de idade. E lá na cidade o meu avô, minha avó trabalhava em olaria e meu pai. E eu ia levar almoço pra ele. Na volta trazia um pouco de barro e comecei brincando com o barro. Até que eu comecei a aprender a fazer cavalinhos, galinhos, cachorrinhos. E o pessoal da minha cidade começou a me incentivar: *João, por que que você não faz o presépio?* E naquela época a tradição do presépio era forte né. Todo mundo fazia um presépio. Era tradição mesmo de cada um. E comecei a fazer o presépio né. O pessoal começou a gostar (Depoimento de João Alves, ceramista da cidade de Taiobeiras. Pesquisa de campo na feira de artesanato "Tião Artesão" durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Na cidade a atividade artesã se apresenta ao homem, destituído do seu meio de produção, a terra, como uma possibilidade de ocupação. Assim, o universo feminino é adentrado pelo masculino, que vai sendo incentivado pela venda do artesanato, que por sinal é uma das metas do próprio programa de modernização que acabou por levar esse homem para as cidades.

Há que se ressaltar que a inserção do homem na atividade ceramista não foi um processo pacífico, uma vez que valores morais estavam sendo rompidos dentro da estrutura cultural e social. Nos depoimentos dos homens com idade entre 40 e 60 anos, são recorrentes as experiências de preconceito, o que já não se identifica entre ceramistas com idade entre 18 e 30 anos, sinalizando para as mudanças culturais no sentido de aceitação da presença masculina na modelagem. É interessante notar que entre os artesãos homens ceramistas entrevistados, apenas um, o Silvestre Souza Silva, ainda

reside no meio rural. O restante se situa no meio urbano, ainda que mantenha relações materiais ou simbólicas com o meio rural.

No entanto, isso não ocorre com as mulheres ceramistas. A grande maioria das entrevistadas são agricultoras familiares, residindo em comunidades rurais onde se alternam na "ajuda ao marido na roça" e no trabalho com a cerâmica. É importante notar que estas mulheres, mesmo inseridas no meio rural e ocupando uma posição subalterna em relação ao marido, vêm adquirindo independência material e conquistando seu espaço no mercado e na sociedade, uma vez que conseguem alcançar uma autonomia financeira. Se para os homens a atividade artesanal vem configurando uma conquista cultural, para as mulheres essas transformações de gênero também se refletem na sua autoestima e até mesmo na posição de matriarca no seio familiar assumida por muitas delas. Em muitos casos, a mulher assumiu o papel de mantenedora financeira do lar, assentada apenas na produção ceramista ou entalhadora. O caso de Rita é exemplar:

> Hoje eu vivo do artesanato. **A senhora tem família?** Eu tenho. Eu tenho um filho, sou separada. **Dá pra sustentar a família com artesanato?** Dá, graças a Deus, dá. Já tem um tempinho que eu sustento minha família com artesanato. É um filho só na verdade, mas eu sou pai, sou mãe, sou empresária, artesã (Depoimento de Rita Gomes Ferreira, ceramista da comunidade Coqueiro Campo, município de Turmalina. Pesquisa de campo na 20ª Feira Nacional de Artesanato, novembro de 2009).

Ainda que a mulher não desempenhe a função de matriarca tendo como suporte de geração de renda o artesanato, esta atividade é importante no sentido de que possibilita que ela tenha acesso a mais informações, que entre em contato com o mundo externo pelo convívio com os clientes nas feiras. Estas mulheres, que ficavam confinadas ao universo do lar, acabam se descobrindo como agentes sociais de transformação de valores culturais assentados no

machismo. As associações em que estas mulheres se inserem adquirem papel importante neste sentido. Ao se associarem, constantemente participam de reuniões, seja para discutir assuntos burocráticos ou até mesmo para realizar suas funções artesanais. Muitas associações disponibilizam uma estrutura física em que os artesãos associados podem naquele espaço desempenhar suas funções, como podemos observar em algumas localidades como Jequitinhonha, Botumirim e Datas, entre outras. Nestes espaços ocorre não apenas a troca de informações sobre o ofício, mas também se discutem os conflitos daquela coletividade, criando-se oportunidades de sociabilidade e de transformações sociais. Acerca da autonomia das mulheres em sua associação, Leila, presidente da associação dos artesãos de Botumirim, argumenta:

> Nós éramos cinco. Eu e mais quatro. Depois apareceram mais duas. Então tinham algumas delas que tinham problemas em casa com os maridos e os maridos cuspiam no chão e falavam assim: antes de secar, cê tem que chegar. Aí começou um movimento assim: nós começamos a fazer reuniões, falar sobre a mulher. Começou com um encontro de mulheres realizado pela Emater, juntamente comigo que inclusive foi uma coisa muito importante nesse setor de artesanato, onde cada um trouxe o que fazia da roça ou que já tinha feito há muito tempo, que a mãe tinha feito, pra começar o artesanato lá que tinha morrido. A partir disso aí as pessoas começaram a conversar em grupo, começou assim a desabafar. Então assim, o artesanato, a geração de renda é importantíssima, mas assim uma coisa que não é negado a nenhum artesão é essa questão da autoestima, né? Que ele adquire e leva pra dentro de sua casa. Ele é mais respeitado, o trabalho dele é conhecido. Os filhos começam a respeitar e participar. É tanto que nós temos histórias assim em que toda a família tá participando nesse momento. Ontem era uma e hoje é a família toda. E também assim que a gente escuta. Por exemplo, se a mulher vai lá pra mexer com o tear que tá magoada com o marido e a gente tem aquele momento que a gente começa a conversar. A gente começa a conversar e falar assim: cê não pode fazer isso. A vida é difícil, mas cê tem que continuar... impõe

> respeito. Chega na sua casa e chama ... Então, hoje o que acontece? Hoje o marido não fala eu vou cuspir no chão e a hora que secar cê tem que tá aqui, antes de secar cê tem que tá aqui. Porque a mulher ela conseguiu. Hoje elas não escondem a cara quando vão conversar. Pra dar entrevista, elas escondiam assim e eu falava: Ou fulana, vem cá! E elas ficavam assim. E hoje chega gente de Belo Horizonte e onde que chega elas estão ali conversando, né? Algumas são tímidas, mas a maioria hoje já estão, né? Poderosas. Consciente de seu papel e de sua importância. E isso aí eu acho que foi uma coisa que mudou demais. Chegou antes do dinheiro até (Leila, presidente da associação dos artesãos de Botumirim. Pesquisa de campo na Feira de artesanato "Tião Artesão" no 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

A independência emocional conquistada pelas mulheres da associação de Leda se estende também na conquista de melhores condições materiais para toda a família artesã. Mesmo entre aqueles artesãos em que o sustento da família decorre não apenas da atividade artesanal, o ofício configura um complemento que acaba por possibilitar melhores condições de vida, traduzidas no conforto.

A figura da mulher autônoma, poderosa como nos relatou Leila, transparece nas imagens das noivas, tão apreciadas pelas ceramistas do Jequitinhonha, nos detalhes dos decotes dos vestidos das bonecas de trajes mais modernos, na altivez do olhar das mulheres confeccionadas por Rita de Minas Novas. Estas bonecas mostram as diferentes facetas das mulheres do Jequitinhonha. Nelas estão as imagens da mulher que trabalha na roça, mas que também vai à praia e pinta as unhas de vermelho. Contestando Dalglish (2006), que intitula as noivas das artesãs do Jequitinhonha como "Noivas da Seca", diríamos que elas são noivas da transformação, da mulher híbrida contemporânea que vemos se configurar também no meio rural do Jequitinhonha. Mais que ficar na condição de esperar o noivo ou o marido ausente, estas mulheres são mulheres da ação, elas se confundem no seu fazer. E sua condição de poderosas já é denunciada pelo ofício artesanal. O barro é uma matéria-prima

rústica, dura, mas que se torna maleável pelas mãos de mulheres e homens; nesta maleabilidade as mulheres se colocam: os detalhes das flores no vestido da noiva, ou a delicadeza do ramalhete, a pintura da unha da donzela representa a delicadeza das vivências destas mulheres em meio às intempéries. Do mesmo modo como transformam a matéria-prima, elas também transformam suas vidas. E as imagens que elas modelam nada mais são que o autorretrato das mães, tias, filhas ou até mesmo o seu próprio retrato. As imagens das esculturas do Jequitinhonha adquirem nesse sentido um importante documento da vida coletiva das comunidades, tanto no aspecto da manutenção das tradições, como do questionamento a estas tradições e as incorporações das novidades do mundo externo ou críticas a ele.

Bibliografia

DALGLISH, Lalada. **Noivas da Seca**: Cerâmica Popular do Vale do Jequitinhonha. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PORTO, Liliana. **A Ameaça do Outro**: Magia e Religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG). São Paulo: Attar, 2007.

MATTOS, Sônia Missagia. **Artefatos de Gênero na Arte do Barro**. Vitória: EDUFES, 2001.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Para Repensar a História e o Desenvolvimento Rural do Jequitinhonha. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). **Feiras do Jequitinhonha**: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato**: Resistência e Mudança – o Caso dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, 1993, v.I e II.

A trajetória de Arthur Bernardes e a agricultura.

Natália Fraga de Oliveira.
Graduanda da Universidade Federal de Viçosa.
Natalia.fraga@ufv.br

Este artigo tem por objetivo analisar a fase inicial da vida pública de Arthur da Silva Bernardes, compreendido entre os períodos de 1904 a 1922, fase em que tornara chefe do Jornal a *Cidade de Viçosa,* periódico dotado de relevância na Zona da Mata, pois sua presença nos anuários estatísticos -1907-1912 referente aos jornais de circulação do Estado encontra-se registrada. Nesta fase podemos perceber que fora o alicerce para seu crescimento político, pois passara de Presidente da Câmara de Viçosa, a vereador de Teixeiras, pertencente ao município de Viçosa, deputado estadual e federal, Presidente do Estado de Minas e finalmente Presidente da República.

Desta forma fica evidente seu rápido crescimento político, ou seja, em duas décadas conseguira alcançar o cargo ápice da política brasileira, a presidência da República. Entretanto o que interessa em nosso trabalho não é apenas sua trajetória política, mas também suas relações com as oligarquias rurais do Estado de Minas Gerais. A forma pela qual se dirigia a elas em seus editoriais, na época em que era redator chefe do Jornal *Cidade de Viçosa,* o diálogo que era mantido com essas oligarquias que poderia ser seu passaporte para a vida política.

Desta forma ao realizarmos as leituras de nossas fontes que seriam os Jornais da *Cidade de Viçosa,* Inventários do fundo Artur Bernardes, Mensagem de Presidente do Estado de Minas Gerais de 1920, percebemos o elo de Bernardes com os agricultores de Minas e particularmente da Zona da Mata mineira, o que pode também ser

observado no seu discurso é uma agricultura dotada de técnicas e grande interesse pelo ensino agrícola, ou seja, em forma de patronatos, colônias penais, ensino ambulante, logo, é muito perceptível seu apoio aos agricultores em sua fase inicial quando procura mante-los bem informados acerca dos programas do governo voltado para agricultura, como no decorrer de sua trajetória política tal fala não é alterada.

A fim de entender o contexto político social de Bernardes, elegemos alguns autores na tentativa de compreender a discussão historiográfica do período em assuntos como coronelismo, políticas dos governadores, política do Café com Leite, ruralismo. Outro ponto de extrema importância é a realização do levantamento das informações acerca da Zona da Mata e do Estado de Minas Gerais, nos quesitos de população economicamente ativa, produção agrícola, incentivo do governo aos agricultores, atração de imigrantes, valorização das terras, alianças políticas, enfim o quadro social, político e econômico será brevemente analisado.

Um pouco da Historiografia.

Achamos mais adequado seguirmos uma ordem cronológica, como tentativa de entendermos a inserção de Arthur Bernardes no sistema político conhecido como Primeira República ou Republica Velha, que começará com a obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, que contextualiza o coronelismo, o autor analisa as estruturas e as relações de poder do período, logo, a figura do Coronel é estudada por fazer parte de tal sistema, que estaria fundamentado na troca de favores do Município com o Estado. O coronel seria proprietário de terras, logo seria uma manifestação do poder privado no sistema agrário monocultor, onde havia o controle da grande massa de eleitores que sobreviviam sobre a “proteção” do coronel, pois este ao conseguir os votos para as demais partes integrantes do sistema fornecia ao seu “curral eleitoral”

assistencialismo básico, colocando o sertanejo em uma situação cada vez mais dependente.

Sendo assim podemos pensar Bernardes como um novo chefe local no município de Viçosa, conquistando a confiança das oligarquias dominantes tendo como seqüência seu crescimento e prestígio político para mais adiante em um espaço de tempo não muito longo ocupar o cargo de Presidente da República.

Na obra de John Wirth é abordado o maior desenvolvimento de São Paulo frente a Minas Gerais, destacado o forte regionalismo mineiro e seu tradicionalismo que seria uma possível causa da disparidade entre os Estados, que por sua vez ocasionou em maior valorização das terras paulistas e um grande fluxo de emigração dos mineiros para o Estado de São Paulo[557]. O autor destaca que no governo de Arthur Bernardes houve a tentativa de associação dos mineiros nativos aos imigrantes das colônias estaduais com a finalidade de elevar a soma total de mão-de-obra, que na realidade era muito baixa neste período devido aos fatores supracitados.[558]

Maria Efigênia Lage de Resende levanta a questão inicial de que a agricultura foi pensada em Minas devido ao agravamento da crise da mineração restando aos mineiros apenas esta alternativa, pois antes a agricultura no Estado era tida como de subsistência conduzindo os excedentes para o debilitado mercado propiciado pela mineração.

Outro ponto relevante seria a aproximação de sua análise com Leal, no que se refere à importância do Município e de sua autonomia, que na concepção mineira estaria relacionada com a parte financeira. Tal autonomia Municipal é vista pela autora como algo

---

[557] WIRTH, John **O fiel da Balança**. Imprensa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.13.

[558] Wirth considera que o regionalismo mineiro foi primeiramente uma política cultural, que não engrenava facilmente com os fatores econômicos. Ibidem WIRTH, John **O Fiel da Balança.** p.69.

levado muito á sério pelos representantes mineiros, que por sua vez refletia nas leis ordinárias que regulavam a organização municipal[559] e o processo eleitoral. Podemos assim perceber a importância adquirida pelo município na política mineira, que segundo Resende, ocasiona o "mandonismo local" que é tido como conseqüência da soma dos grandes poderes das câmaras municipais e pela brandura administrativa dos homens municipais em lidar com tais poderes, tendo como possível conseqüência o enfraquecimento de Minas em relação a São Paulo, que pode ser reforçado pelas teses que discutem acerca do regionalismo mineiro.[560]

Na obra de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi *O Teatro das Oligarquias*, a autora procura contestar a Aliança do Café com Leite, como eixo de sustentação da República Velha. Aborda de forma crítica como o referido eixo foi tratado pela historiografia e uma forma consistente de justificar a sua desconstrução. A tese não contesta a ocorrência de alianças conjunturais entre Minas e São Paulo ao longo da República Velha, mas que os dois Estados tinham momentos de grandes aproximações e grandes distanciamentos, a importância da obra de Viscardi nesta analise é a inexistência de alianças duradouras entre Minas e São Paulo e que mesmo assim não impediu que o regime Republicano adquirisse consistência.

Achamos interessante inserir a obra de Sonia Regina de Mendonça *O Ruralismo Brasileiro* (1888-1931) devido à discussão de ruralismo na Republica Velha, que fazia parte dos interesses de determinadas camadas da classe dominante agrária do país, como

---

[559] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo Partido Republicano Mineiro 1889-1906. UFMG\ PROED. Belo Horizonte. 1982. P 114.

[560] Autores como Wirth Viscardi se referem a regionalismo em suas obras sendo o primeiro coloca Minas com atraso em relação a São Paulo.

mesmo se refere à autora, “quanto em nível da sociedade política-tanto em nível da sociedade civil” [561]

Desse modo começamos a perceber o posicionamento do quadro historiográfico da Primeira República de acordo com as bibliografias e leituras periféricas selecionadas no qual a historiografia concentra-se no período em que Arthur Bernardes governa o país, mas estamos à procura de compreendermos como ele ascendeu politicamente, o que podemos constatar sucintamente após breves leituras, é que estas estariam situadas em duas vertentes, de um lado Leal, Wirth e Resende e de outro Viscardi e Mendonça. Sendo assim elencamos as aproximações nas análises, Leal nos induz a pensar que a base do poder esta na organização agrária latifundiária, e que as bases de nossa organização política encontra-se no Município, ou seja, fragmentações nos limites do Estado, que acarretaria na força resultante, “decisão das eleições”, neste sentido temos, Wirth que discorre sobre o predomínio insistente das populações rurais e o forte regionalismo mineiro, muito apreciado nos estudo dos brasilianistas, que nos faz relacionar a obra de Leal no que se refere ao poder local do Município o que dificulta abundantemente a unidade política do Estado. Fechamos essa tendência com Resende que procura trabalhar a formação da estrutura de dominação oligárquica no caso especial de Minas Gerais, priorizando a estrutura de formação político-admistrativa do Estado, dando ênfase no Município e ao sistema eleitoral com seus grupos de formação político partidários, nos possibilitando o mosaico político da época.

De outro lado temos Viscardi estudando a formação das alianças hegemônicas nas referidas conjunturas, refutando dessa maneira a tese do “Café com Leite”, ou seja, que tais alianças não foram permanentes no decorrer do período, mas que sim houve momentos

---

[561] MENDONÇA, Sonia Regina de. O Ruralismo Brasileiro (1888- 1931). Editora Hucitec. São Paulo. 1997.

de aproximação e distanciamento, como também a existência de um consenso político interno mineiro e a existência de uma hegemonia exclusiva dos interesses cafeeiros no controle do Estado. Corroborando as conjunturas estudadas por Viscardi e os autores elencados anteriormente, trouxemos a discussão de Mendonça sobre o ruralismo brasileiro, no qual está impregnado na *Primeira República,* que pode ser pensado como uma forma de organização e institucionalização de determinadas camadas da sociedade, que procurava proteger seus interesses, barrando outros desenvolvimentos como forma de se manter no poder.

Artur Bernardes e a Agricultura.

Após o posicionamento da historiográfica que colocado no item anterior, procuramos realizar a leitura dos documentos a fim de compreendermos o posicionamento de Bernardes em relação à agricultura e aos agricultores. Para isso foi realizado um levantamento das informações referentes agricultura no período determinado pelo recorte de temporal de 1904-1922 para a formação de um banco de dados, para a formulação da rede agricultura, oligarquias mineiras e Arthur Bernardes, pois ao analisarmos o Jornal *A Cidade de Viçosa,* percebemos que Bernardes ao manter os agricultores bem informados dos acontecimentos do país em relação a agricultura como programas de governo relacionados a transportes para escoamento de cargas, assistência técnica para maior conhecimento da situação da lavoura do Estado, sempre prestigiando a "classe" e dotando de importância para a sociedade brasileira, dando significativa atenção para zona da Mata Mineira. [562]

[562] Jornal *A Cidade de Viçosa* Órgão do Partido Republicano. Órgão do Partido Republicano, Propriedade do Coronel Mario Vaz Mello. Anno XV- Cidade de Viçosa (Estado de Minas Geraes), 18 de fevereiro de 1907, nº 675.

> O projeto que ora se discute, como Camara, ouviu pela sua leitura, visa a introduzir, numa das zonas mais importantes do Estado de Minas, melhoramentos consideráveis na agricultura.
> Elle trata, pois, de reerguer a lavoura numa Zona essencialmente agrícola numa das mais importantes de Minas, como disse, não só pela liberdade de seus terrenos, pela feracidade na sua produção, como ainda e principalmente pela proporção tributaria com que concorre para a satisfação das despesas publicas do Estado.[563]

Dessa forma começamos a pensar Bernardes como um chefe local que busca prestígio com as oligarquias rurais que predominavam o Estado de Minas, tornando-se com um espaço bem curto de tempo um portavoz. Outra questão interessante neste período de tempo da sua vida seria ser favorável como de Francisco Salles no programa de impulsionar a agricultura. O mesmo ocorre quando tivemos contato com os textos de relatório de presidente de Estado discurso no qual Bernardes expõem seu programa de governo de forma que a agricultura tem um destaque muito relevante, e sua preocupação esta voltada para questões como linhas de crédito, educação no campo para melhor qualificação da mão-de-obra, introdução de máquinas agrícolas para melhor rendimento qualidade melhorando a competitividade, preocupação com a saúde, educação do operário rural, e visto também que sua inquietação não esta apenas com a lavoura cafeeira, mas também com outros produtos.[564]

Destarte analisando o discurso de posse da presidência da República a agricultura a aparece com o mesmo entusiasmo e preocupação onde aparecem questões como imigração, saúde, ensino agrícola como fora citado anteriormente na forma de ambulante, colônia penal, patronato agrícola. Outra questão que é vista no período que Bernardes fora editor chefe da Cidade de Viçosa e que ele volta a reforçar agora como um problema a ser resolvido por ele

---

[563] Jornal *A Cidade de Viçosa*, 14 de Julho de 1907. Ano XV. Nº 691.
[564] Mensagem dirigida pelo presidente de Estado. Dr Arthur da silva Bernardes, ao congresso mineirso, em sua 2ª sessão ordinária da8ª legislatura no ano de 1920.

esta na estrada ferroviária para melhor escoamento das cargas e sua preocupação também se volta para as finanças do produtor que segundo ele a linha de crédito estava nas mãos do comercio e cabia ao Banco do Brasil tomar direcionamento da situação.[565]

Ao longo do dialogo com os documentos que trabalham diretamente com Arthur Bernardes, podemos perceber sua afinidade e aproximação com a agricultura e os agricultores, e podemos estender a questões como projetos que visam melhorar a mão-de-obra no quesito de uma educação no campo tanto defendida por ele como também criação de ensino veterinário e agronômico a superior até a preocupação com a saúde do operário rural. Sendo assim podemos relacionar Bernardes ao discurso ruralista da primeira República tratado na obra de Mendonça inserida nesta discussão no que diz respeito a uma vocação agrícola do país. "*o ensino agronômico e os cursos de veterinária constituem necessidades vitaes de que nenhum governo bem orientado pode descuidar-s".*[566]

Logo no decorrer de sua carreira o ensino agrícola e aperfeiçoamento das técnicas para uma agricultura inteligente não é deixado de lado.

---

[565] Transcrição de documentos. Inventário do fundo Arthur Bernardes. Arquivo Publico Mineiro.

[566] Ibidem p 38.

Viçosa nos trilhos da modernidade: civilidade e progresso (1894-1930)

Rômulo N. Marcolino
Graduando em História, Bolsista CNPq, UFV

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar como os ideais civilizatórios europeus repercutiram em Viçosa- MG no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Analisando como as representações de civilidade foram sendo construídas e/ou forjadas nas imagens da cidade e nos discursos sobre esta, através de fotografias, jornais e dos códigos de posturas municipais. Neste trabalho partimos de uma abordagem macro com a Revolução Industrial, para uma abordagem micro ou regional, procurando entender como se dá a leitura e apropriação desses signos em Viçosa, interior das Minas Gerais.

Há poucos estudos em relação aos processos de urbanização de cidades do interior do Brasil, neste trabalho incipiente estamos procurando entender as especificidades do nosso objeto, como ocorre a leitura e apropriação das transformações urbanas que estão ocorrendo nos grandes centros urbanos do país e do mundo, neste trabalho optamos por analisar a busca para inserir a sociedade Viçosense na modernidade.

A cidade põe em cena o embate simbólico entre Natureza e Civilização, pois a cidade em sua materialidade representa o domínio da natureza pelo homem, ela é produto da "arte humana". Contrapondo-se ao sentimento de abandono, de rusticidade e agressividade do estado de natureza, a cidade com seus muros, e aglomerados de casas representam um lugar de refúgio, conforto e segurança. O domínio sobre a natureza, onde o poder transformador/criador do homem se torna efetivo, remete a uma ideia

da possibilidade de controle não apenas do espaço físico, mas também do controle sob o comportamento e os hábitos humanos por meio da racionalidade. [567]

A Revolução Industrial fenômeno verificado originalmente na Inglaterra a partir de meados do século XVIII, significou a passagem de um modo de produção Feudal, rudimentar e agrário para um sistema de produção Capitalista de caráter industrial, sobressaindo máquinas e fábricas. Assim a revolução Industrial seria uma simultaneidade de profundas transformações econômicas, tecnológicas, politicas e principalmente sociais. Hobsbawn entende que as transformações ocorridas na Inglaterra foram mais sociais do que técnicas, pois é nesse momento que consolidaram as crescentes diferenças entre ricos e pobres[568]. Houve um alto fluxo migratório do meio rural para o urbano, excepcionalmente em direção a cidades como Manchester e Londres que passaram a concentrar grande número de fábricas. A estrutura medieval destes núcleos urbanos não estava apta a equacionar todas essas modificações abruptas. BENEVOLO (1999, p. 566) traz o seguinte relato:

> ... ao longo das ruas correm os esgotos descobertos, se acumulam as imundícies, e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças. Além do mais, os bairros piores surgem nos lugares mais desfavoráveis: perto das indústrias e das estradas de ferro, longe das zonas verde. As fábricas perturbam as casas com as fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas.

Assim entre 1830 e 1850 a urbanística moderna dá seus primeiros passos, empenhada a solucionar os defeitos da cidade

---

[567] BRESCIANI, M. S. M. “As sete portas da cidade”. IN: *Espaço e Debates*, n. 34. São Paulo: NERU, 1991.

[568] HOBSBAWN, E. *apud* SOUSA, Ana Maria Santos; SOARES, Luiz Laerte. *Modernidade e Urbanismo Sanitário São José dos Campos.* São José dos Campos, SP, 2002. p-17

industrial. Técnicos e higienistas vão esforçar para diagnosticar e eliminar alguns dos males desta sociedade, tais como escassez de esgotos, água potável e a propagação de epidemias. É somente no inicio do século XX que a ciência das cidades, o urbanismo encontra sua configuração “completa”.[569] Nos anos 1840 ainda em formulação ela aparece como *Ideia Sanitária* e em seu postulado a preocupação em sanear o corpo e igualmente atuar sobre a moralidade do trabalhador ou (homem pobre). É cada vez maior a preocupação com a salubridade dos espaços públicos por parte da ciência na Europa no decorrer do século XVIII. A teoria dos miasmas que consideravam por vezes o ar e água portadores de emanações fétidas e pútridas compunha o campo de descobertas do saber médico. Assim os cemitérios, matadouros, as moradias da população pobre, os hospitais passaram a serem considerados locais perigosos, oferecendo riscos de contaminação aos citadinos. Com o avanço e aperfeiçoamento da técnica no século XIX a teoria dos miasmas é abandonada devido às descobertas de Pasteur, substituindo-a pela teoria dos micróbios.

Desse modo os cientistas passam a aceitar a ideia de contágio por germes infecciosos e a refutar a crença na contaminação pela inalação do ar contaminado. Luiz Laerte Soares (2002, p.19) citando Janot, afirma que, partindo do pressuposto que na medicina as cirurgias têm como objetivo principal o tratamento de doenças humanas, poderíamos dizer, por analogia, que as cirurgias urbanas são intervenções realizadas nas cidades, geralmente, com o objetivo de tratar supostas anomalias existentes no tecido urbano. Sendo assim grande parte das cirurgias urbanas realizadas nas grandes metrópoles objetivavam adequar as cidade ou partes delas a padrões urbanísticos coerentes com as respectivas ordens sociais, econômicas e políticas vigente à época das intervenções. Outro saber que se

[569] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

destacou na formulação da ciência da cidade foi o do engenheiro, reivindicando o saber fazer/ produzir um ambiente desejado por meio do domínio da técnica. Colocando-se como um saber racional, objetivo, matematizado e neutro, capacitado para intervir, obtendo deste modo ao lado do saber médico o reconhecimento como autoridade para além dos interesses pessoais.

As reformas urbanístico-sanitárias empreendidas por Hausmann no ano de 1851 em Paris, construindo largas avenidas, praças monumentais e edifícios grandiosos, demolindo os antigos quarteirões, as ruas estreitas e tortuosas, os becos sem saída, operando uma cirurgia urbanística que se tornaria paradigma para as intervenções realizadas em outras metrópoles. Este conjunto de intervenções urbanas é acompanhado pelo esboço de uma estratégia para disciplinar os comportamentos da população através do conforto proporcionado por equipamentos coletivos que foram no decorrer de quase dois séculos multiplicando-se de maneira a fazer dos habitantes das grandes cidades seres domésticos, voluntariamente aprisionados pelas comodidades da água quente, das notícias fornecidas pelos jornais (BRESCIANNI, 1998, p-244).

O “Novo” Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, percebem-se no Brasil preocupações semelhantes com a salubridade da urbe e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. A então, capital da República, exercia a função de centro politico-administrativo, e econômico-cultural, ao lado das imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças. No inicio do século XX, o sanitarista Oswaldo Cruz e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Engenheiro Pereira Passos, dão cabo a luta contra os espaços insalubres, em especial os cortiços tido

como responsável por várias doenças. No lugar dos cortiços do centro da cidade foram abertas ruas, praças e avenidas longas, largas e arejadas. Estas ações do poder público para remodelar, sanear e embelezar a capital federal teve a marca autoritária do Estado, o prefeito Pereira Passos acometeu-se de poderes ilimitados para realizar seus intentos. Assim como nas intervenções de Hausmann, a população pobre representou o perigo, submetida a uma profunda cirurgia urbana, obrigaram a população pobre a se transferirem para longe do centro "civilizado", sob a égide do progresso e da modernidade.

Os republicanos buscaram com todas essas transformações implementadas no corpo urbano da capital federal evidenciar as contraposições em relação à Monarquia, identificada como período de atraso econômico e social. Luiz Laerte Soares (2002, p-26) citando Segawa, traz uma descrição perturbadora do ambiente urbano carioca, alvo das obras saneadoras do Engenheiro Passos e do médico sanitarista Oswaldo Cruz, a ideia da definição do comportamento humano desenhado pelo traçado das ruas, e a crença na "Regeneração" moral por através da educação, instrução e também da intervenção prática no espaço físico da cidade:

> [...] a estreiteza da rua, a tortuosidade da rua, o ambiente corrosivo da rua, podem concorrer no homem, desde a infância, para a estreiteza de vistas e até mesmo para a tortuosidade do caráter, cujos maus resultados só a instrução e a educação podem corrigir. [...] Acostumados desde a infância com as ruas estreitas, escuras e tortuosas do Rio de Janeiro, o carioca é um defeituoso, não enxerga bem e caminha mal; [...] A influência da linha reta no moral e no físico do homem, não é uma ficção; a reta não é só o caminho por onde a luz se propaga e difunde para chegar aos nossos olhos, é também o caminho por onde a luz chega ao nosso espírito; e a prova é, que a linha reta do dever é um fato moral.

Urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras. Tal foi a intenção dos vários planos de

intervenção nas cidades. Traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a "modernidade" (FREITAS, 1999. p-255). O Rio de Janeiro se tornou referência para outras capitais e cidades brasileiras, no que diz respeito às intervenções urbanísticas, pretendeu-se com as reformas nas principais cidades brasileiras aproximar economicamente e socialmente o Brasil dos países industrializados, símbolos do progresso e modernização. Sanear, limpar, embelezar que estavam no cerne do comportamento politico-administrativo europeu e simbolizavam a civilização moderna, passam a ser imitados no Brasil.

Entre 1930 e 1950 com a inauguração do "Estado Novo", coincidindo com a crise do liberalismo, a presença do Estado em todos os âmbitos da sociedade se faz mais marcante, e conforme Leme, os projetos urbanísticos deste período apresentaram um aspecto de totalidade, propondo articulação entre os bairros e centro por meio de vias e de transportes. O governo passa a regular a questão da moradia, a relação entre inquilinos e locadores, e a produzir a moradia do trabalhador, por meio de autarquias estatais. Essas cirurgias urbanas procuraram não apenas romper com as antigas estruturas físicas das cidades, criou-se uma contraposição visual e simbólica à ordem vigente anterior, elas possuem um devir moral, de "regenerar" os citadinos, de modificar seus hábitos e comportamentos, de produzir um homem novo, novas sociabilidades, de formar o *bom trabalhador* e o *bom cidadão*.

Progresso material e moral: a reta

As posturas municipais contêm uma série de disposições que regulamentam a vida dos munícipes, incumbindo-os assim como a administração municipal de deveres, sob o risco de multa e prisão. Elabora-se a constituição de uma legislação que buscava agir sobre a esfera pública e atingia indelevelmente o domínio do privado. O

dispositivo desta legislação sugere a tentativa de criação de um "padrão básico" de ordem urbana.[570] A postura municipal de 1894 está dividida da seguinte maneira: uma primeira que diz respeito à ao poder deliberativo e do agente executivo, mas aqui nos interessa a *Secção Primeira, capitulo I Segurança e Moralidade Publica*, que engloba os artigos nº 84-91, o capitulo classifica as ações que possam ofender a moralidade, tais como pichações, gestos e palavras obscenas, as apresentações *thetraes*, o trajar e gargalhadas das mulheres de vida airada, os gritos e vozerias em ruas e praças fora dos dias festivos, os vadios por habito. Estes comportamentos ofensores ao decoro público, ao pudor e a moral, estavam condenados em nome da boa moralidade, dos valores civilizadores eurocêntricos.

> *Artigo 88. Defecar ou ourinar em lugar publico. Pena 5$000 de multa.*[571]

O capitulo II Da Segurança Individual, faz recomendações sobre embriagues, buraco nas ruas, animais soltos ou amarrados em locais que impeçam o trânsito, dançar baile, batuque, cateretê que incomode os vizinhos, vender orações, relíquias atribuindo-lhes virtudes de milagres. Observamos a condenação de alguns hábitos da tradição africana:

> *Art 94*
>
> *§1. Fingir-se inspirado por potencias sobrenatures, atribuindo-se curador de moléstias por meio de benzeções e feitico: além da multa, 8 dias de prizão*[572].

---

[570] ARAÚJO, Patricia Vargas Lopes de. *Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840*. 334f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,Unicamp, 2008. p-235

[571] *Código de Posturas Municipais, ano 1894*. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Viçosa, MG.

[572] *Idem*

O *capitulo III Das praças, ruas e embelezamenro das mesmas*; o *capitulo II Limpeza das praças e ruas*, nos artigos que compõem estes capítulos encontra-se a regulação das novas ruas e praças que se abrirem, proibi-se construções com janelas ou fresta que devassem o interior da propriedade visinha, a dimensão das calçadas, privilegia-se a concessão de terrenos para construções no sentido centro-extremidade as casas deverão ser caiadas, mas o principal aqui é preocupação com o alinhamento, com a reta, com o fluxo do trânsito:

> Artigo 110. As ruas que de novo se abrirem terão 9 metros de largura e seguirão tanto quanto possivel a direcção *recta* e serão niveladas; as praças terão pelo menos 1600 metros quadrados.[573]

Em relação a limpeza das praças e ruas é clara a preocupação em dar sobretudo ao centro um aspecto de saneado, embelezado, limpo. Proibindo atividades que possam corromper o ar atmosférico, aqui talvez ainda predomine a teoria dos miasmas. As águas paradas também representam um risco à saúde pública:

> Artigo 153. São prohibidos no centro da cidade e povoações o córte de gado, cortumes, fabricas, de sabão ou outras quaesquer manufacturas que possão corromper o ar athmospherico, prejudicando a saúde publica – multa 30$000.
>
> Artigo 156. São prohibidos os depositos de lixo no centro da cidade e povoações, nos pateos ou quintaes com offensa á saúde publica, multa de 30$000, e obrigação de removel-os.
>
> Artigo 160. É prohibido nas ruas, praças e becos, sob pena de multa de 10$000:
>
> §1. Fazer estrumeiros.
>
> §4. Atirar fezes, ourinas ou aguas servidas[574]

Notamos que não há um limite claro entre os espaços público e o privado, o governo municipal delibera medidas que interferem nos dois âmbitos, a tentativa de controle dos hábitos e comportamentos

[573] *Idem*
[574] *Idem*

se dá pela vigilância e coerção. Conforme Araújo (2008, p-235) a preocupação com a ordem, a ocupação adequada do espaço urbano, a moral e os bons costumes implicariam um constrangimento dos indivíduos, de seus corpos e da relação estabelecida entre as pessoas e a cidade em que se vivia. O Código de Posturas municipais de 1934 é mais detalhado, e dispõe sobre vários aspectos que interferem na coletividade sob o individuo estimulando um autocontrole, no trato da Higiene é dedicado o Título III *Da policia de Higiene e Saúde*, está subdividido em IV capítulos, na seguinte ordem, *Disposições Gerais*; *Da higiene das vias públicas*; *Da higiene das habitações*; *Da higiene da Alimentação*, totalizando 52 artigos.[575] Percebe-se que uma presença maior do Estado regulando os espaços públicos e as sociabilidades.

Assim notamos como as ruas da cidade vão sofrendo intervenções do poder público, sempre preocupados com o alinhamento e a largura das ruas e avenidas, com o fluir do transito, com o embelezamento das praças, em dar principalmente a região central do município um aspecto de salubridade. E a preocupação em afastar do centro os mortos, há um discurso cientificista que justifica a remodelação do espaço, inferindo sobre um espaço até então de domínio da Igreja. Seguindo MASSARÃO citado por (LAERTE, 2002, p-24):

> Os mortos passaram a ser uma ameaça à saúde; a putrefação e a corrupção dos corpos tornaram os mortos insuportáveis para os vivos, apartar o mundo dos vivos do mundo dos mortos tornou-se uma atitude cada vez mais recorrente, e o morto passou a ser considerado um caso patológico.

---

[575] *Código de Posturas Municipais, ano 1934*. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Viçosa, MG.

O advento da modernidade trouxe, dentre outras coisas, um modo de pensar técnico e racionalizado e uma forma de comportamento e de ação social marcados por uma lógica instrumentalizada, a qual passou a reger o modo ocidental de organização social. As ações passaram a ser dotadas de sentidos, caracterizadas por meios e fins que organizavam as formas de interação com o mundo com base na experiência de um imaginário compartilhado imageticamente.[576]

Figura 2 Vista Geral do Jardim de Viçosa, tirada em 1916. Disponível em: http://www.opassadocompassadodevicosa.blogspot.com Acesso: 07/09/2011

[576] SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. Outros olhares para outras Américas: cultura visual e fotografia na América Latina pós-tradicional. IN: *Ciências Sociais Unisinos*. 45(3):217-225, setembro/dezembro 2009. p-19

Figura 3 Trem presidencial, no dia da Inauguração da Escola – 28.08.1926. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Em fotografias que representam a cidade de Viçosa na primeira metade do século XX, podemos observar a tentativa consciente ou inconsciente do fotografo em focalizar imagens que remetam a ideia de progresso, de limpeza, de ordem. Notamos como as cirurgias urbanas, na região central, evocam um ideal de modernidade, praças e jardins amplos e arborizados. A reta da Avenida P.H, que leva à UREMG, atual Universidade Federal de Viçosa tem um efeito simbólico marcante, ela leva até o espaço “produtor” do saber cientifico, contribuindo para o progresso moral, econômico, cultural da sociedade brasileira. Portanto as primeiras conclusões que chegamos, é a de que os discursos presentes não só na legislação, e nas obras públicas, assim como nas imagens fotográficas, e também nos jornais impressos, procuraram construir a imagem de uma cidade interiorana moderna, que acompanha o ponteiro do relógio dos grandes centros urbanos, no quesito saneamento, embelezamento, ordem. Estes discursos remetem ao campo simbólico de modernidade, de civilidade, de padrões de comportamento eurocêntrico, mas já conseguimos observar que em algumas obras,

embora apareça a ideia de modernização e progresso na fala do poder público, a intervenção é por vezes orientada pelo jogo político local, a exemplo a mudança de nomes de ruas e praças, a destruição ou modificação de patrimônios materiais, símbolos que remetam à memória de adversários.

Uma rede familiar e sua experiência com a migração

Eduardo Filipe de Resende
(Graduando de bacharelado UFV)
Douglas Mansur da Silva
(Docente de Ciências Sociais UFV)

As migrações internas ocorridas no Brasil entre as décadas de 1930 a 1970, devido ao êxodo rural e ao acelerado processo de urbanização, foram alvo de um intenso interesse e de uma considerável bibliografia acerca de como e por que as pessoas migraram, além das conseqüências destes deslocamentos populacionais para as regiões receptoras. A pesquisa que realizamos esta dentro desta linha investigativa, mas apresenta algumas particularidades, faremos neste texto a apresentação de alguns aspectos por nos trabalhados.

O recorte geográfico escolhido deveu-se ao fato de que esta região, de acordo com relatório do IBGE[577], foi considerada como sendo de alta evasão populacional no período assinalado. Já a escolha do recorte temporal deveu-se a um duplo motivo: o primeiro é o fato de que o processo de migração interna já era bastante significativo na década de 1950 ocorrendo um aumento gradual do número de migrantes até o fim da década de 1960[578]; o segundo motivo relaciona-se com a escolha da utilização da história de vida como uma das fontes de pesquisa e que, portanto, a eleição de um período mais recente para a análise amplia consideravelmente a possibilidade de encontrarmos entrevistados.

---

[577] Ver em: IBGE, *Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960-1970 (4)* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas_ Rio de Janeiro: IBGE.

[578] MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fendo A NOVAIS, In: Fernando A (org geral) SCHWARCZ, Lilia Moritz (org volume). *História da Vida Privada no Brasil ; v4* .São Paulo: companhia das Letras, 1998, p.581.

Desde o início, a pesquisa pretendia-se qualitativa, apesar de fazer uso de dados estatísticos de modo a contextualizar tais fluxos. Além disto, o uso de histórias de vida - por meio da metodologia de história oral – acompanhadas de perspectivas analíticas ligadas à noção de rede social e à micro-história -, complementariam a análise. Como ponto de partida, tivemos como principal referência os trabalhos de Paulo Fontes[579] e Eunice R Durham[580], que fazem, a partir de estudos de caso, uma reflexão a respeito de aspectos das migrações internas que ultrapassam os casos por eles estudados e nos fazem refletir sobre questões mais abrangentes sobre esta temática.

Entendemos as migrações internas e as relações mantidas entre os migrantes com seus familiares e amigos, que permaneceram em suas cidades, como parte de um universo que abrange não só questões econômicas, mas também sociais e que estas fazem parte ou são decorrentes das práticas culturais destas sociedades. Para tanto, foram realizadas, além de leituras analíticas, seis entrevistas, sendo que cinco delas com pessoas que haviam migrado e uma com uma pessoa que permaneceu na Zona da Mata, mas também parte da rede e um importante nó na manutenção dos vínculos com a localidade de origem.

Apesar desta escolha, consideramos outras fontes, como o relatório do IBGE e outros dados quantitativos presentes em outros estudos. Além de cruciais à contextualização, como mencionado, foram fundamentais como ponto de partida para a identificação preliminar de que o município de Teixeiras/MG viveu um expressivo êxodo no período assinalado. Este foi, dentre outras razões, um dos motivos para a escolha de uma rede migratória em tal localidade.

---

[579] FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo:* trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).Rio de Janeiro:Editora FGV,2008.

[580] DURHAM, Eunice R. *O Caminho da Cidade:* A vida rural e a migração para São Paulo.São Paulo: Perspectiva S.A, 1984.

Eunice R Durham,[581] Juarez Rubens Brandão Lopes[582] e Paulo Fontes[583] fizeram trabalhos de cunho qualitativo, com base em estudos de casos, através de entrevistas. Esses trabalhos tiveram por objetivo, entender como as mudanças na sociedade brasileira, que decorrentes do êxodo rural, de uma maior urbanização do país e da perda de população de cidades pequenas para grandes e médias afetaram as relações sociais e econômicas de uma população migrante tanto em âmbito público quanto privado. Nosso trabalho tem estes como referência, entretanto possui algumas diferenças tais como: o recorte espacial dado (Microrregião da Zona da Mata de Viçosa[584] para Volta Redonda) e uma rede de indivíduos com trajetórias diferentes das estudadas por aqueles autores nas quais temas como educação e sua relação com trabalho, compensações econômicas feitas pelos migrantes a sua família por ter migrado e não mais ajudar no trabalho rural e outras são discutidas.

Nossa opção por fazer uso de metodologias e perspectivas analíticas como a micro-história, a noção de redes e a história oral foram intencionais e estão diretamente relacionadas com os nossos interesses a respeito desta temática. O intuito era o de trabalhar com uma temática bastante recente, na qual a visão do indivíduo comum fosse abordada, por meio de suas relações com outros sujeitos e que mesmo tratando de casos específicos poderia remeter a contextos maiores. Como bases teóricas utilizadas para tratarmos destas metodologias estão trabalhos com: *Usos & abusos da história oral*

---

[581] DURHAM, Eunice R, 1984. Op.Cit.
[582] LOPES, Juares Rubens Brandão, 1967. Op.cit.
[583] FONTES, Paulo, 2008.Op. cit.
[584] A Microrregião da Zona da Mata de Viçosa esta localizada dentro da Macrorregião da Zona da Mata Mineira e a ela pertence cidades como: Viçosa, Teixeiras, Canaã, Carangola e outras. Ver em: IBGE, *Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960-1970 (4)* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas_ Rio de Janeiro: IBGE.

organizado por Janaina Amado e Marieta de Morais Ferreira[585]; *A Voz do Passado* de Paul Thompson[586] entre outros para as metodologias de história oral e Os protagonistas anônimos da história: micro-história de Ronaldo Vainfas[587] e Jogos de Escalas: a experiência da microanálise organizado por Jacques Revel[588] para tratarmos de micro-história.

Os indivíduos por nós pesquisados possuíam simultaneamente duas características propicias para o uso da metodologia de história oral, e nem tão propicia a outras, tais como o fato de terem suas experiências preservadas apenas em suas memórias e estarem vivos para revelá-las. Quanto à noção de redes, pareceu-nos essencial trabalhá-la, pois tínhamos como uma de nossas preocupações primárias entender as relações mantidas por estes grupos de migrantes entre si e com os que em sua localidade de origem permaneciam. Para tanto fizemos uso de dois autores: Barnes e Boissevain.[589]

O último aspecto metodológico a ser por nós trabalhado diz respeito à micro-história e porque de sua utilização. Entendendo a impossibilidade de se trabalhar com um grande número de entrevistas, principalmente por termos a intenção de nós aprofundarmos em conteúdos muitas vezes bastante individuais e

---

[585] AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Morais. (Org) *Usos & abusos da história oral.* 5º - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

[586] THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado:* história oral. Trad: Lólio Lourenço de Oliveira. 3º Ed Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

[587] VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da história: micro-história. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

[588] REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas:* a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

[589] BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando " Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões" & BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. Trad: Claúdio Novais Pinto Coelho. In: BIANCO, Bela Feldman (org) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas:* métodos. 2º edição . UNESP, 2010.

pouco ou nada padronizados, percebemos que não nos seria interessante fazer uma análise quantitativa. Entretanto não pretendíamos fazer um trabalho que não tivesse relação com aspectos mais gerais, mesmo se referindo a casos específicos, deste modo a micro-história nos pareceu muito pertinente como uma possibilidade de agregar estas categorias, casos particulares e aspectos gerais.

Acerca do que foi realizado neste trabalho, a análise das fontes por nós pesquisadas resultou em uma percepção de continuidade das relações entre os migrantes e a população que permaneceu nesta localidade. As visitas ao local de origem destes indivíduos e o contato com pessoas desta região não se findaram com a migração mesmo que estes tenham intensidades bastante variadas. As relações que estas pessoas mantiveram nestes meios e as experiências distintas vividas por estes fizeram com que estes formassem concepções sobre o meio urbano e o rural, as relações familiares e o trabalho.

Os motivos a nós apresentados para a realização da migração foram os clássicos apresentados na bibliografia, o que verificamos como novidade são algumas das concepções existentes a respeito de como realizá-los. As pessoas que entrevistamos apontaram como razão para migrar "uma situação muito complicada no campo" em relação a oportunidades econômicas. Na opinião destas pessoas as condições econômicas no meio rural em que viviam eram muito difíceis e não havia perspectivas de melhora se lá permanecessem. A grande diferença apresentada por estes migrantes acerca de porque migrar era a questão da oportunidade de mudança. O meio urbano, em especial Volta Redonda, durante o período por nós estudado (1950-1960), é tido nas entrevistas como um local onde, caso você se esforce, poderá alcançar realizações econômicas, já o meio rural como um local estagnado nestes aspecto, no qual não importa o quanto se esforce este meio não lhe dará oportunidades de crescer dentro dele.

O meio de se alcançar esta realização econômica no meio urbano pode ser definida por três fundamentos: esforço, contatos e oportunidade de educação. O esforço foi constantemente repetido nas entrevistas como um modo de se alcançar melhores oportunidades econômicas, lembrando que para estes no contexto urbano este é valorizado e recompensado o que não ocorre no meio rural. Podemos perceber isto quando os senhores Antonio e Dionísio falam sobre suas bem sucedidas experiências na CSN e como o esforço feito nesta empresa foi recompensado, em contrapartida os mesmos dizem que o trabalho no meio rural era mais duro e nele não havia perspectiva do progresso material. Duas falas do Sr. Dionísio deixam bem clara esta situação, como podemos ver em:

> Única diferença que tinha é que a gente tinha horário pra trabalhar, mas a gente não trabalhava a metade do que trabalhava lá... lá, a gente trabalhava mesmo! Aqui não... aqui... parecia ate uma brincadeira! (Entrevista do Sr. Dionísio)
>
> Ah... benefícios aqui era só a aprendizagem, né? Porque você tando na usina, sua tendência era só ir subindo, subindo... No meu caso, eu entrei lá como trabalhador e eu sai como chefe supervisor... supervisor de turno! Como diz, na minha posição, eu fui no teto. Então, tem muitas vantagens. (Entrevista do Sr. Dionísio)

Pensamos na possibilidade de que a não recompensa pelo esforço no trabalho rural pode ter valorizado sua dificuldade em suas memórias e a situação urbana pode ter havido igual influência, mas de maneira inversa. Ou seja, mesmo o trabalho na siderúrgica podendo ser pesado existia na perspectiva dos nossos entrevistados a expectativa de serem promovidos e receberem salários justos para tal esforço o que não existia no meio rural, onde as compensações eram sempre insatisfatórias independentemente do esforço empregado. Sobre esta questão é abordado outro aspecto bastante interessante: entre as mulheres a diferença de oportunidade e recompensas entre o meio rural e urbano parece ser ainda mais acentuado.

> Eu acho! Eu acho que na cidade, você tem mais serviço. Principalmente a mulher! A mulher tem mais serviço! Porque a vida é simples na roça... Hoje em dia ta muito... Muito evoluído (...) Você tem mais oportunidade, né? De tudo, né? De diversão, se você quiser estudar (...). Se você fizer um bolo pra vender, você consegue vender! Se você fizer um salgado você vende... Se você tiver coragem de enfrentar, você sobrevive com qualquer coisa. (...) Já na roça é mais difícil, você não tem pra quem vender. (Entrevista de D. Ifigênia)

Uma percepção bastante interessante e da qual não estávamos esperando era à grande valorização da educação como um meio de se credenciar para ter maiores oportunidades de crescimento profissional. Com exceção de D. Julia e D. Jandira todos os demais citaram a educação como uma das características principais da maior oportunidade de mudança econômica nas cidades. Algum grau de escolaridade era, de acordo com estes, exigência mínima para que se conseguisse alcançar alguns patamares econômicos no meio urbano, isto poderia ser um problema para alguns se não fosse outra características das cidades de acordo com nossos entrevistados. No meio urbano havia mais oportunidades de se estudar, em comparação com a situação encontrada no meio rural. Deste modo, este contexto trazia exigências, mas também dava a oportunidade para quem estivesse disposto de cumpri-las, quem tivesse disposto encontraria possibilidade de estudar e deste modo lutar por um bom emprego na cidade.

> Eu tinha três irmãos menores que eu... eu tinha 11 anos! Aí, os meus irmãos menores tinham mais facilidade de estudar, entendeu? Eles foram estudar, porque tiveram oportunidade... Nós já não tivemos tanta facilidade... Eu mesma fui trabalhar, parei de estudar... trabalhava na roça... E fui voltar a estudar com 18 anos. Aí, consegui fazer pelo menos o 2º grau, mas foi difícil... Melhor aqui do que lá, sabe? Hoje em dia, meus irmãos tão todos bem, tem a sua casinha pra morar... a maioria ta aposentado... (Entrevista de D.Efigenia)

> Agora se ela tiver condições é preferível a cidade, porque tem mais facilidade para você empregar, você estudar seus filhos, você mesmo se quiser estudar, Você pode estudar, você pode melhorar a sua situação aqui, porque lá não tem condição da pessoa ficar. (Entrevista do Sr. Antonio)

As redes de contato eram outro importante aliado para uma migração bem sucedida, já que todos os migrantes falam a respeito de alguém que os haveria levado e como a influência e ajuda mútua foi essencial para que estes pudessem permanecer em Volta Redonda até conseguirem um emprego. As remessas de dinheiro eram tidas como um importante elemento que sustentava estas redes e foram tidas como um importante elemento tanto na manutenção dos que não migraram como um elemento possibilitador da migração. De acordo com D. Julia estas eram essenciais, pois sem estas a parte da família que permaneceu na área rural poderia ter passado dificuldade, pois como já foi dito as condições econômicas do meio rural em que estes viviam era bastante precárias. Situações como estas poderiam passar aspectos positivos da migração e influenciar as pessoas a migrarem reforçando a concepção de migração como algo positivo, que de acordo com as entrevistas era muito bem aceito.

Também podemos perceber um conflito entre o interesse pessoal de migrar e a necessidade de permissão do pai, sendo que este exerce grande poder dentro deste grupo e sua aceitação é necessária para que este também tenha a ajuda dos demais membros desta rede. No entanto, se a permissão é necessária, ou pelo menos desejável, pensamos também que devemos levar em consideração os elementos econômicos possíveis de relacionar-se com esta questão. De fato, se considerarmos que estamos falando a respeito de um contexto rural tradicional no período que corresponde às décadas de 1950 e 1960 há sempre a necessidade de braços para o trabalho rural e a perda de um membro da família em idade produtiva, principalmente do sexo masculino, poderia fazer falta. Como o migrante cumpria com as

obrigações para com a família não estando presente para o auxílio no cultivo da terra? Os elementos que temos apontam para a existência de possíveis compensações.

> Ajudava! Isso ai...pelo menos os que...de vez em quando mandava dinheiro. Toda vez que tinha jeito, mandava dinheiro... a gente sempre teve a obrigação de ajudar, porque até os 22 anos trabalhava era para casa mesmo, porque até os 22 anos tudo que fazia era para casa. Depois que saiu, a gente tinha a obrigação de ajudar! (Entrevista do Sr. Dionísio)
>
> Claro que era! Era porque a gente plantava roça... a gente gastava...naquele tempo a gente gastava umas duas horas pra levar comida onde papai trabalhava pra manter a família. Depois que eles foram embora, papai arrumou um serviço mais perto. Era muito importante! Mandar dinheiro era muito importante, porque a gente não tinha renda suficiente! O terreno era fraco... a gente plantava de meia no terreno dos outros. (Entrevista de D. Julia)

Ou seja, as informações que possuímos nos levam a crer que a migração para a cidade poderia não ser só um modo de adquirir progresso individual, mas também de beneficiar a família de maneira mais extensa. Isto ocorreria porque um compromisso de enviar remessas de dinheiro é feito, mesmo que informalmente com a família, e estas parecem ser mais valiosas do que a ajuda na lida no campo. A impressão que temos é que mesmo havendo grande esforço no campo os ganhos eram sempre muito limitados e inferiores às remessas de dinheiro enviadas pelos migrantes.

Outro aspecto deve ser levado em consideração: o compromisso de enviar estas remessas varia conforme o estado civil do migrante. Podemos perceber uma diferença entre o compromisso que este possui com a família nuclear, mulher, filhos e a família de maneira mais abrangente como irmãos e pais. Neste sentido, percebemos que os migrantes solteiros possuíam maior obrigação de enviar remessas de dinheiro para seus familiares e até mesmo de visitá-los mais. Entretanto, à medida que estes se casassem suas obrigações tornaram

preferencialmente ligadas à sua esposa e filhos. Isto teria ocorrido porque antes de se casar estes teriam sua identidade mais ligada ao papel de filhos e conseqüentemente suas obrigações com seus pais e irmãos eram consideradas maiores. Estes eram membros deste grupo e deviam contribuir para sua manutenção econômica. Ao casar identificam-se mais com a figura de pai de família do que a de filho e mesmo continuando tendo obrigações com o grupo anterior (pais e irmãos) elas passam para segundo plano quando comparadas com as existentes com sua esposa e possíveis filhos.

Nosso trabalho aprofundou-se na história de vida de um grupo especifico com suas particularidades, distintos de outros já pesquisados por demais autores tal como as próprias regiões que perderam contingente e as que receberam são distintas, mas com problemáticas não exclusiva destes. Acreditamos que as questões levantadas por nós por meio destas entrevistas sejam pertinentes para se pensar na trajetória de outros grupos de migrantes. Deste modo, pensamos ter feito um trabalho de micro-história, não porque trabalhamos com um grupo pequeno, mas porque através da história pessoal deste grupo acreditamos que podemos pensar sobre um contexto comum para outros diversos grupos migrantes. Pensamos que as questões aqui abordadas poderão ser mais aprofundadas em trabalhos futuros por meio de novas entrevistas e outros elementos, mas já aponta para questões muito interessantes sobre este grupo.

Periferias em Jaraguá do Sul (SC): migrantes, ilegalidade e autoconstrução.

Ancelmo Schörner[590]

Resumo.

Este texto é resultado de uma pesquisa que realizamos em dois morros de Jaraguá do Sul no ano de 2003 sobre o processo de construção das moradias, notadamente por migrantes paranaenses que chegaram à cidade a partir dos anos 1980. Com a intensificação da industrialização de Jaraguá do Sul (SC) a partir dos anos 1960, aumentou o conjunto de oportunidades de trabalho, passando a cidade a representar o lugar da realização do sonho urbano da geração de empregos para trabalhadores rurais de várias regiões de Santa Catarina e de Estados vizinhos, como o Paraná. Em Jaraguá do Sul a maioria deles comprou um terreno que se localizava em loteamentos sem a infra-estrutura exigida pelos códigos municipais e quase sempre construíam suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam arcar com o custo que isso envolvia. Se morar é uma necessidade, é na desigualdade da localização e da qualidade habitacional que transparecem as diferenças entre as classes sociais. Neste sentido, as casas auto-construídas é um dos expedientes de que se serve o trabalhador pauperizado para solucionar seu problema de moradia, processo que os deixa presos a um projeto interminável, como mostram suas casas inacabadas.

Palavras-chave: Jaraguá do Sul; Migração; Periferia; Auto-construção.

Entre julho e outubro de 2003 pesquisamos sobre o processo de construção das moradias, notadamente por migrantes paranaenses,

---

[590] Doutor e História, Professor do Departamento de História da UNICENTRO/PR, Pós-Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. Bolsista do CNPq.

em dois morros de Jaraguá do Sul. Um deles, o da Boa Vista, é um dos espaços mais antigos de sua ocupação, remetendo-nos ao início do processo de colonização, a partir da década de 1870. Neste morro seus moradores, originalmente negros vindos do Rio de Janeiro e do Nordeste para trabalhar no Engenho Jaraguá, de Emílio C. Jourdan, o criador da Colônia Jaraguá, convivem com o abandono, o descaso e a segregação. O outro, o da Pedra, expressa de maneira clara as tensões existentes entre 'nós' e os 'outros', haja vista que seus moradores sofreram, e ainda sofrem, processos de culpabilização e criminalização. Sua ocupação é mais recente e remonta aos anos de 1980[591].

A explicação geográfica, ao naturalizar este processo, omite justamente os ingredientes históricos e geopolíticos dessas construções. Assim, a periferia reuniria habitantes de áreas longínquas, dentro de uma perspectiva de distância definida não exatamente pela extensão medida em metros, uma vez que a periferia pode se situar, muitas vezes, dentro ou próxima às áreas centrais: a periferia não é somente espacial, mas econômica, social[592]. A distância é, sobretudo, uma imagem que considera o sentido dessas áreas como periféricas ou marginais aos limites da cidade, esta última sendo tomada como um espaço onde predomina uma determinada sociabilidade que exclui essas áreas. Periferia é tudo aquilo que está fora do centro, mas não necessariamente longe.

Estes morros são paradigmáticos de um processo de urbanização que envolve, ao mesmo tempo, migração, impactos ambientais,

---

[591] Entre 24/07/2003 e 21/08/2003 visitamos 65 casas no Morro da Boa Vista e falamos com 66 pessoas. No Morro da Pedra as entrevistas foram realizadas entre 26/08/2003 e 05/10/2003 com 32 pessoas, sendo que algumas entrevistas foram feitas por Cledir Weber, morador do Bairro Estrada Nova, onde se localiza o morro. Em nota de ropadé colocaremos seu nome, procedência e morro em que mora.

[592] GOMES, Paulo César. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 193.

abandono do poder público, falta de equipamentos urbanos mínimos. Além disso, neles predomina, hoje com menor intensidade, o que se convencionou chamar de autoconstrução, processo de construção de moradias, pela população de baixa renda. Assim,

> (...) autoconstrução é o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado[593].

Se morar é uma necessidade para todos, é na desigualdade da localização e da qualidade habitacional desfrutada que transparecem as diferenças entre as classes sociais, fazendo-se o urbano como expressão de conflitos sociais. Submetida à lógica do capital - que acumula a população exigida para o sistema produtivo e o exército de reserva que pressiona os salários para baixo e é volante de mão-de-obra -, a cidade se apresenta com efeitos visíveis, decorrentes da valorização da mercadoria solo urbano: congestionamento, verticalização dos centros melhor servidos de infra-estrutura e equipamentos, proliferação de zonas segregadas, subúrbios mal equipados e periféricos, como cinturão de abordagem aos mais pobres, casas precárias alugadas, casas por 'autoconstrução' e assim por diante, todos expedientes de que se serve o trabalhador pauperizado para solucionar seu problema de moradia[594].

A casa própria, produto da autoconstrução na periferia das cidades brasileiras, já fazia parte da paisagem desde o final dos anos 1940, fixando as camadas populares, muitas vezes, em loteamentos

---

[593] MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia. (Orgª.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, pp. 73-74.

[594] VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social**. In: BÓGUS, Lúcia Maria e WANDERLEY, Luiz Eduardo. (Orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992, 85-86.

clandestinos. É uma cidade clandestina, tanto quanto à propriedade efetiva da terra, quanto às normas dos códigos de edificações. A periferia, assim, é uma concessão necessária à falta de direitos à cidade[595].

A migração massiva fornece força de trabalho abundante para o crescimento industrial, porém, as péssimas condições de moradia na cidade que acompanha essa população migrante, não se devem apenas à velocidade e intensidade da migração. Nas formas de produção do espaço urbano está outra fonte que explica a carência, a segregação ou as más condições de moradia. A demanda por moradias e correspondentes serviços e equipamentos urbanos é muito grande, mas nada é feito de significativo, em termos de política pública para seu atendimento. Ao contrário, ao favorecer os interesses do capital imobiliário e das grandes empreiteiras, as políticas governamentais fortaleceram, mais do que combateram, a segregação espacial.

Como os custos da moradia estão cada vez mais caros, a solução de sobrevivência mais econômica, mas também mais dramática, são os morros, a periferia, para onde são drenados os patamares mais pobres da classe trabalhadora. A auto-construção passa a ser vista como a solução mais importante do ponto de vista quantitativo, haja vista que as moradias são construídas as casas em processo de mutirão, através da ajuda mútua, nos dias de folga, nos finais de semana, ao fim do dia de trabalho. Os mutirões, contudo, não se limitam à construção das casas. No Morro da Boa Vista, por exemplo, ele foi utilizado para a construção de uma igreja e do centro comunitário.

---

[595] DAMIANI, Amélia. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética**. In: DAMIANI, Amélia, CARLOS, Ana Fani e SEABRA, Odette Carvalho. (Orgs). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo, Contexto, 2001, p. 56.

O processo de ocupação dos morros pelos pobres, migrantes, através da autoconstrução, sem critérios técnicos, com remoção da cobertura vegetal, com cortes e aterros não estabilizados e sem obras de drenagem, aumenta os riscos de deslizamento, consolidando o círculo vicioso da exclusão econômica, exclusão espacial e exclusão social[596], produzindo e reproduzindo uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo[597].

A autoconstrução e o mutirão são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. Através do mutirão firma-se um compromisso de troca de favores, em bases bastante espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade.

Entre os migrantes moradores do Morro da Boa Vista e Morro da Pedra esse mecanismo foi (e ainda é, em menor escala) acionado várias vezes, de modo a se fundir lajes ou fundamentos, construir casas, levantar muros. É principalmente através da auto-construção que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos).

> Morava muita gente, muitas famílias em uma só casa nos primeiros dias. Depois a gente ia arrumando uns puxados prá eles e ia se resolvendo. Aqui mesmo no meu terreno chegou a morar três

---

[596] SIEBERT, Cláudia. **Blumenau fim de século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. In: THEIS, Ivo, TOMIO, Fabrício e MATTEDI, Marcos. (Orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: EDIFURB, 2000, p. 292.

[597] KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 28.

famílias de uma só vez. Depois construímos um barraco pra um, puxamos outra parte pra outro e hoje eles têm suas casas. Não é lá grande coisa, mas é deles, não pagam aluguel nem nada. A gente ia construindo tudo no final de semana, quando dava. Uns ajudavam os outros e depois se ia pra outra casa e até que todos os que vinham da terra da gente não tinham seu lugar prá morar não se parava de construir. Aqui no Morro da Pedra foi assim com quase todo mundo. Se não fosse assim ficava difícil[598].).

Aí a gente veio aqui pro morro com a família e construiu um ranchinho. É aquele ali em cima, branco, que ainda tá de pé. Ele foi nossa primeira casa. Depois ia construindo outra casa e outra e todos os filhos se ajudando e tudo se encaminhou que todos tem casa hoje. Tinha o Júlio que é pedreiro que era quem fazia as casas, mas todos ajudavam. Tudo a gente puxava lá de cima, da rua. (...) A nossa, dá prá vê, tá há treze anos em construção[599].

"Batendo martelo": a autoconstrução como o cenário do "novo em ruínas".

Não são poucos os casos em que a construção dessas moradias se estende por anos, pois os proprietários só podem trabalhar nelas nos seus dias de descanso semanal. Diferentemente dos bairros de renda alta, seus pequenos lotes são totalmente ocupados por construções geminadas, de acabamento e cuidado estético precários e sem áreas verdes[600]. A autoconstrução se apresenta como um cenário do "novo em ruínas", pois a casa começa a deteriorar-se antes de receber o material de acabamento (não estamos nos referindo ao supérfluo, evidentemente), dado o largo tempo de uso que precede ao mesmo.

As formas de construção da moradia variam, mas na maior parte dos casos, o encargo recai sobre a família autoconstrutora, de modo

---

598 **Marcelino** é de Dois Vizinhos (PR). Mora no Morro da Pedra desde 1987.

599 **Dona Maria Clara** é de General Carneiro (PR). Mora no Morro da Boa Vista desde 1986.

600 SCARLATO, Francisco e PONTIN, Joel. **O ambiente urbano**. São Paulo: Atual, 1999, pp. 63-64.

que poucos entrevistados declararam ter usado mão-de-obra remunerada. Isso ocorre porque são poucos os que têm recursos para planejar o andamento da obra de modo a assalariar trabalhadores de maneira regular. Produzida por técnicas rudimentares, a casa serve como abrigo, uma vez que sua finalidade é gerar um componente indispensável para subsistir nas cidades e não obter lucro por sua venda. É preciso enfatizar que esse tipo de produção de moradia supõe, de um lado, um tempo de trabalho suplementar no processo produtivo, que se traduz na ampliação da já normalmente extensa jornada de trabalho, venda de férias, "bicos" e outros expedientes que os trabalhadores precisam desenvolver para levar adiante a realização de sua casa própria[601].

A autoconstrução se produz por trabalho não pago e contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho[602].

> Aqui no morro onde a gente foi morar o terreno não tinha nenhum tipo de legalização. Era parte das terras da família Rosa e ninguém se preocupava em legalizar as coisas, a construção da casa. Tudo era feito meio no escuro, meio que invadido. (...). A nossa primeira casa meu pai mesmo construiu e demorou uns dois anos pra ficar pronta porque ele fazia no final de semana. A nossa casa hoje está sendo feita do mesmo jeito e acho que vai demorar um bom tempo prá ficar pronta[603].

[601] KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 29.
[602] MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**... 1982, p. 74.
[603] **Madalena** é de Pompéia (SP). Mora no Morro da Boa Vista desde 1986.

O meio ambiente pode ser analisado a partir do entorno e do domicílio, condições de moradia e poder aquisitivo, condições de habitabilidade, instalações sanitárias e de higiene, identificação dos problemas domiciliares referentes às condições de abastecimento de água e de seu armazenamento, disposição de resíduos sólidos, presença de insetos e roedores. Assim, distribuição incompleta de água, sistemas de esgoto quase inexistentes, coleta inadequada do lixo, construção em morros e sujeitos a erosão e em várzeas sujeitas a enchentes, casas mal-construídas, mal-ventiladas, mal-iluminadas e adensadas combinam para produzir o ônus ambiental da vida na periferia[604].

A ingênua busca da criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõem na determinação do produto, e casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não-especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade parcelada de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas[605]. A diferença entre licenças para edificação e "habite-se" concedidos em Jaraguá do Sul entre 1997 e 2000 refletem isso. No total foram concedidas 4.915 licenças e apenas 1.887 "habite-se"[606].

No Morro da Boa Vista o padrão de construção é mais precário do que no Morro da Pedra, com espaços mal iluminados, pouco ventilados e bastante adensados. O acesso à infra-estrutura urbana é muito restrito e as instalações sanitárias são precárias, assim como as condições de habitabilidade. A falta de espaço, aliada ao inacabado

---

[604] JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 11.

[605] MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**... 1982, p. 91.

[606] Prefeitura de Jaraguá do Sul. *Plano estratégico municipal de assentamentos subnormais – Habitar Brasil-BID*. Jaraguá do Sul, mimeo, 2001, p. 12.

da construção, acabam dando às casas o aspecto de "bagunça" pelo qual os moradores não cansam de se desculpar para qualquer visita. Mas quem olhar mais atentamente para a organização de uma dessas casas vai poder perceber que, ao contrário da bagunça, o que impera é um grande sentido de ordem e que, apesar das condições adversas que poderiam dar a impressão imediata de sujeira, o que existe é um zelo muito grande no cuidado da casa e de sua higiene - se não fosse por mais nada, em geral as mulheres gastam boa parte do seu tempo limpando e arrumando a casa. Dentro dela, cada coisa tem o seu lugar e, nos menores detalhes, pode-se perceber a tentativa de tornar o espaço agradável[607].

Em muitos casos, a construção de um barraco é para ser uma situação provisória, pois este apresenta uma série de desvantagens em relação à casa de alvenaria: menor durabilidade, problemas de infiltração de água, proliferação de insetos e ratos, desconforto ambiental, falta de segurança. Contudo, em função dos problemas econômicos da maioria dos moradores eles não são terminados e nem abandonados. A sua existência é o sinal evidente de condições de habitação precárias: ausência de revestimentos mínimos (mata-junta e rodapé), banheiro para fora, rabichos de água e luz, mais de uma família morando.

> A saída pra quem chegava sem condições, que era a maioria, era morar na casa de um conhecido, de um parente, ou alugar uma peça até que se ajeitavam as coisas. Eu morei seis meses de casa alugada e quando vendi o terreno que tinha no Sul comprei esse aqui no morro, que era mais barato. Em cima do lote tinha uma casa, que já estava pronta, mas que precisava de umas melhoras. Com o tempo eu mesmo fui ajeitando uma porta aqui, uma janela ali, botando forro.

---

[607] CALDEIRA, Teresa Pires. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 110.

> Ainda hoje faltam umas coisinhas, que um amigo meu me ajuda reformar. Inclusive ela está na casa agora trabalhando[608].

As casas abaixo da estrada são as que apresentam as maiores dificuldades para serem construídas, haja vista a distância de onde ficam os materiais, as betoneiras (quando existem). O material é deixado na beira da estrada e deve ser levado nas costas barranco abaixo, pelas escadas encravadas na terra. Em uma casa isso significou 84 degraus abaixo da rua principal. Quando não há energia elétrica, o concreto para as vigas ou fundamento, a massa para assentar tijolos é feita à mão, em caixas de madeira. No caso das casas de madeira, as dificuldades não são diferentes: tudo deve ser carregado da estrada até o local da construção, que na maior parte das vezes é feita clandestinamente, pois não há registros dos terrenos e/ou alvarás de construção. Muitas vezes as casas são erguidas em locais proibidos e deve-se escapar dos fiscais da Prefeitura, "*fazendo tudo rápido, pois daí com a casa pronta não tem como eles tirar a gente daqui*"[609].

> Quando cheguei aqui fiquei morando com uns conhecidos um mês aqui no morro e depois comprei esse terreninho e construí a casa. Isso foi o maior sacrifício que nós passemos aqui. É que a casa, como se vê, fica aqui embaixo no morro e o material ficava lá em cima e tinha que puxar tudo no braço aqui prá baixo. Quando chegava a hora de parar prá almoça ou descansar era todo mundo tremendo de tanto fazer força, de subir e descer esse barranco. (...) a gente morou primeiro num ranchinho de madeira e depois foi construindo a casa aos pouco, no fim de semana, feriado, hora de folga. Quando dava a gente batia martelo aqui na casa. (...). Ela está sendo construída fazem 12 anos610.

[608] **Vilmar** é de Tuperandi (RS). Mora no Morro da Boa Vista desde 1992.
[609] **V. B.** é de Quedas do Iguaçu (PR). Mora no Morro da Boa Vista desde 1990.
[610] **Alvir** é de General Carneiro (PR). Morra no Morro da Boa Vista desde 1986.

A propriedade, mesmo ilusória, do terreno e o imenso esforço para a construção da casa constituem penosos investimentos em longo prazo - a população se fixa assim de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável. Por outro lado, como tende a ser semelhante o nível de rendimentos dos que compram os terrenos, cria-se uma uniformidade relativa da população, segregada pela distância e pela dificuldade do transporte do resto da cidade[611].

Casas ou barracos provisórios são erguidos em algum terreno do Morro da Boa Vista, onde o lote, no mais das vezes, é clandestino do ponto de vista da legislação urbanística, mas é "próprio" do ponto de vista dos moradores. Essas condições de moradia, em que pese todos os problemas, permitem arranjos mais adequados para enfrentar a dinâmica espoliativa e pauperizada da cidade. Parece plausível supor que a situação de vida daqueles que moram nos morros dificilmente será um atributo neutro na confecção das assim chamadas concepções de mundo. Sem dúvida, os reflexos sociais e políticos dessa condição discriminatória de moradia irão depender dos embates e debates que cortarão os diversos cenários e atores da cidade.

Assim, sem ajuda oficial e com dificuldades para conseguir empréstimos, os trabalhadores terminaram construindo suas casas através da autoconstrução, o processo em longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam anos expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa.

> Aqui as casa foram construídas dentro do alcance de cada um, com a ajuda dos outros nos finais de semana, nos tempo de folga. Um ajudava o outro e assim se ergueram todas essas casas que se pode

---

[611] DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº. 1, vol. I, jun./1986, p. 86.

> ver daqui. (...). Tudo com muita dificuldade e sofrimento, que ninguém podia se mostrar muito que a Prefeitura vinha e mandava embora[612].

Poder-se-ia argumentar que com o passar do tempo esta casa pode ser melhorada. Isto pode ocorrer, mas a um custo excessivamente alto. A compra em pequena quantidade normalmente encarece o custo da construção. Depois, vale lembrar que nos pequenos depósitos da periferia, via de regra, os materiais são mais caros. Praticamente não existem linhas especiais de financiamento, e quando se vende a prazo o comerciante cobra juros exorbitantes como forma de se precaver contra uma possível inadimplência. Isto tudo leva a que se opte sempre pelos materiais mais baratos, e conseqüentemente de pior qualidade. Os constrangimentos de ordem financeira e de tempo disponível fazem com que, mesmo depois de já habitada a casa, o processo de ampliação e melhoria de arraste por anos, consumindo recursos valiosos e o tempo de lazer. Na maioria das vezes, em função do material utilizado, de falhas técnicas e do longo período de construção, a deterioração se inicia antes mesmo que o projeto final da casa se encontre terminado.

Na ausência de alternativa habitacional regular, a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode. As conseqüências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado, são trágicas, dadas suas dimensões[613]. As casas são construídas em mutirão, muitas vezes, ou pelos próprios moradores nos finais de semana; muitos deles são "pedreiros" e isso facilita a construção, como é o caso de Seu Armando: "(...) *aqui tinha uma casinha velha em cima do terreno,*

---

[612] **S. P.**, é de Jaraguá do Sul. Mora no Morro da Boa Vista desde 2000.

[613] MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 44.

que depois eu mesmo derrubei e fiz outra, que nesse tempo eu já sabia trabalhar de pedreiro”[614].

As dificuldades são enormes e as casas vão sendo construídas ao longo de vários e intermináveis anos. No Morro da Boa Vista, por exemplo, várias delas estão em obra há mais de dez anos, pois “*sempre se tem uma coisinha prá fazer*”[615], o que vai contribuindo para o adiamento do sonho de terminar a casa.

Tal processo, geralmente, tem-se materializado na cidade, notadamente, nas suas áreas periféricas, cujas principais características são, entre outras: a distribuição desordenada dos terrenos; a irregularidade do traçado viário; a debilidade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos; a improvisação das construções; a presença de mais de uma moradia por terreno e, em algumas vezes, de mais de uma família por casa, além da precariedade das residências, na maioria das vezes, submoradias ou casas coletivas[616].

Para os moradores do Morro da Boa Vista e da Pedra, suas casas auto-construídas são claramente seu mais importante projeto de vida e consomem a maioria das suas energias e recursos por muitos anos. Através de suas casas, os moradores desenvolvem um discurso mediante o qual falam simultaneamente sobre a sociedade e sobre si mesmos. Para a maioria dos moradores, o processo envolve não a compra de uma casa já pronta, mas todo o processo de construção, tanto material quanto simbólico, se transformando no sonho em construção. Na periferia pobre, a casa é muito mais do que a casa, ela é o sonho todos os moradores; a materialização de parte da venda da força de trabalho, dos esforços diários. Mais que madeiras ou

---

[614] **Seu Armando** é de Luís Alves (SC). Mora no Morro da Boa Vista desde 1984.

[615] **Paulo** é de General Carneiro (PR). Mora no Morro da Boa Vista desde 1988.

[616] JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 13.

parcelas de concreto e cimento armado, traz em si a história de luta dos indivíduos. Essas casas não podem ser compreendidas como um mero objeto, uma *coisa* entre as demais coisas: elas têm história[617].

[617] SANTOS, Jânio. **Alagados: um palco de estratégias da periferia.** In: SERPA, Ângelo. (Org.). *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 218.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

ARTES E ESPETÁCULOS NA CIDADE – A HISTÓRIA CULTURAL EM DIÁLOGO COM A MULTIPLICIDADE DE LINGUAGENS ARTÍSTICAS NO MEIO URBANO

COORDENADORES: GIANNE MARIA MONTEDÔNIO CHAGASTELLES
DOUTORANDA. PPGHIS-UFRJ
FERNANDO SANTOS BERÇOT – MESTRANDO. PPGHIS-UFRJ

Os varais de Visconti: a cidade no olhar de um discutível impressionista brasileiro

Aline Viana Tomé
Graduanda em História pela UFV

Ao iniciarmos esse trabalho entendemos que seja de grande importância evidenciar os pontos principais da vida e obra de Eliseu d'Ângelo Visconti. Obra esta que faz dele um artista diverso entre seus contemporâneos, tornando-o um objeto de estudo capaz de nos auxiliar na compreensão da sociedade carioca em fins do século XIX e início do século XX. Além disso, seu trabalho está imerso nas diversas concepções artísticas vigentes nesse mesmo período, que nos servem de reflexão acerca do fazer artístico.

Eliseu d'Ângelo Visconti nasceu na Itália, em 1866, vindo morar no Brasil ainda criança. Frequentou o Liceu de Artes e Ofícios e a Academia Imperial de Belas Artes, tendo tido contato com os maiores expoentes da arte brasileira do período. Podemos dizer que a conquista do primeiro lugar no concurso da República para o prêmio de viagem ao estrangeiro, em 1892, foi um verdadeiro ponto de inflexão em sua carreira. Uma vez tendo a possibilidade de estudar na *École Nationale et Speéciale des Beaux-Arts* e na *École Guérin*,

na França, Visconti se encontrou imerso nas principais tendências da arte moderna mundial.

> Foi essa diversidade que Visconti encontrou na capital francesa. O impressionismo representava então uma das peças de um verdadeiro mosaico de expressões pictóricas. Uma peça importante que mobilizou os espíritos e teve papel importante na história da arte, sem dúvida, mas cercada por outras realidades que foram, em seguida, um pouco esquecidas.[618]

Dessa forma, podemos dizer que sua obra está vinculada a diversas tendências presentes nessa atmosfera de arte francesa. Não são raros os relatos produzidos de que Visconti traz em sua obra influências dos movimentos simbolistas, art-nouveau e impressionista[619], a qual trataremos com mais afinco no presente trabalho.

Após sete anos como pensionista do governo brasileiro na França, Visconti retorna ao Brasil e realiza sua primeira exposição individual contendo além de telas, trabalhos de arte decorativa e de arte aplicada às indústrias. Logo após, Visconti retornou à França, onde foi convidado a realizar trabalhos de decoração do Theatro Municipal, parte do projeto de revitalização da cidade do Rio de Janeiro, executada pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX. Os trabalhos deram a Visconti uma notoriedade incomparável. Alguns críticos de arte opinam que foi nesse período que Visconti assimilou em sua obra a técnica impressionista:

> Mas, à medida que o artista se familiariza com o impressionismo que estuda para a decoração do Municipal, seu colorido se enriquece,

[618] CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O pintor Eliseu Visconti (1866-1944), o impressionismo e o meio artístico parisiense do final do século XIX. In: *ArtCultura*, v.7, n.10, 2005. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 11.

[619] Disponível em: http://www.eliseuvisconti.com.br/apres_sobre.htm. Acesso em: 08/09/2011.

> tons mais claros surgem e adquirem uma luminosidade inteiramente nova em sua palheta.[620]

Em 1920, Visconti retorna de vez ao Brasil, e traz consigo a vivência de mais alguns anos no ambiente artístico francês, bagagem que torna as paisagens de sua nova residência em Teresópolis composta de outra experiência de luminosidade:

> De volta ao Brasil, outra luminosidade e outras cores exerceriam influência sobre ele, levando-o a criar um impressionismo próprio, retratado em suas paisagens de Teresópolis, cheias de atmosfera luminosa e transparente, de radiosa vibração tropical.[621]

Em 1944, aos 78 anos de idade, tendo vivido os conturbados inícios de uma tentativa de arte nacional realizado pelo movimento de 1922, Visconti falece e deixa um legado artístico inquestionável. Alguns críticos dizem ser ele o início de todo o questionamento sobre a arte moderna no Brasil[622], há quem diga que ele é apenas o elo de transição entre uma arte academicista da Escola Nacional de Belas Artes e o movimento modernista[623]. Havendo também uma análise mais pertinente, realizada por Ana Maria Tavares Cavalcanti, que procura não rotular Visconti, tratando-o como homem de seu tempo, artista que soube utilizar diversas técnicas sem se filiar apenas a um único movimento artístico.

---

[620] COSTA, Lygia Martins *apud* CAVALCANTI, Ana Maria Tavares, 2005. *Op. Cit*. p. 5.

[621] Disponível em: http://www.eliseuvisconti.com.br/apres_sobre.htm. Acesso em: 08/09/2011.

[622] Trata-se de José Simeão Leal, Herman Lima e Flávio Aquino. Para melhor compreensão ver: Catálogo da Exposição Retrospectiva de Visconti, II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. São Paulo, 1954.

[623] Ver: AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. 5ªedição revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 1998. Ver também: PEDROSA, Mário. *Visconti diante das modernas gerações*.

Visconti, arte sob dois prismas

Partilhando da idéia de que a obra de Visconti apresenta grande diversidade, não somente no tipo de feitura, como também no tipo de arte realizada, impõe-se sobre nós a necessidade de uma divisão da produção do mesmo. Para tanto, utilizaremos a periodização realizada por Lygia Martins Costa em ocasião da *Exposição retrospectiva de Elyseo d'Ângelo Visconti*, em 1949, no Museu Nacional de Belas Artes. Segundo a autora, o trabalho de Eliseu Visconti se divide em algumas tendências artísticas e em sua vida entre a França e o Brasil:

> 1888-1897 – Formação – naturalismo (Brasil e França)
> 1898-1908 – Influência renascentista e divisionista (França)
> 1909-1912 – Transição do divisionismo ao realismo (Brasil)
> 1913-1919 – Período impressionista do Foyer do municipal e das paisagens de Saint-Hubert (França)
> 1920-1930 – Transição do impressionismo ao neo-realismo (Brasil)
> 1931-1944 – Neo-realismo com acentuada procura de atmosfera e luminosidade[624]

Pode-se dizer que Visconti, desde a sua formação, sendo um aluno da Academia Imperial de Belas Artes (que depois da Proclamação da República viria a se tornar Escola Nacional de Belas Artes), gozava de uma grande influência no meio artístico carioca. Após ter vencido o prêmio de viagem ao exterior e se destacado com medalha de prata na Exposição Universal de Paris[625], recebeu o convite do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, para executar importantes trabalhos de decoração no Theatro Municipal, que estava em processo de construção.

> Não podemos falar sobre o meio artístico carioca nos anos de 1900 a 1909 sem mencionar a grande remodelação da cidade durante os mandatos do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira

---

[624] CAVALCANTI, Ana Maria Tavares, 2005. *Op. Cit*. p. 4.
[625] *Ibdem*. p. 15

> Passos, entre 1902 e 1906, e seus desdobramentos até 1910 pelo menos.[626]

Concebemos que o convite para a realização de trabalhos tanto no Theatro Municipal quanto para a Biblioteca Nacional é um ponto de extrema importância para as discussões propostas nesse trabalho, uma vez que o projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro realizada pelo prefeito Pereira Passos é, a nosso ver, entendida como uma atitude que revela caracteres ambíguos na arte viscontiana.

Primeiramente, entendemos que ao realizar a obra para os novos pontos de encontro da elite intelectual da recente República, a obra de Visconti se caracteriza como um trabalho realizado para os membros da elite letrada, que possuem arcabouço teórico para entender as propostas filosóficas presentes em suas alegorias para o Theatro Municipal.

Em segundo lugar, ao mesmo tempo que ocorria a modernização da cidade, a massa populacional que antes habitava nos espaços centrais, foi sendo afastada para as margens. No entanto, essa camada da população não deixou de ser representada na obra de Eliseu.

Nesse trabalho procuramos retratar as lavadeiras, entendidas como representativas dessa população deslocada pelo processo de modernização, tão presentes como imagens do cotidiano sentido pelo artista. Quando nos aproximamos dos estudos realizados acerca da obra de Eliseu Visconti nos deparamos com o predomínio das análises e debates que concernem às suas obras imortalizadas pela construção dos “monumentos modernizadores da República”, mas muito pouco nos é apresentado com relação aos estudos realizados sobre o cotidiano na obra viscontiana. Dessa forma, entendemos o

---

[626] CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O conceito de modernidade e o meio artístico carioca nos anos de 1900 a 1909. Texto apresentado na forma de conferência no *Seminário Vanguarda e Modernidade nas Artes Brasileiras,* realizado no Instituto de artes da Unicamp nos dias 2 e 3 de junho de 2005.

trabalho realizado pelo artista como revelador não somente do que exaltava os ânimos artísticos da alta sociedade carioca, mas também como representante sincrônico de uma realidade afastada, existente em bairros distantes, que se torna sublime em suas telas.

Impressionismo na arte de Visconti

Para tornar possível o debate acerca da experiência dos varais de roupas pintados por Visconti, propomos o estudo de três pinturas, que acreditamos possuir a técnica impressionista.

O termo "técnica impressionista" é utilizado por compartilharmos a concepção de Ana Maria T. Cavalcanti, que entende que Eliseu não pode ser considerado um impressionista, mas um utilizador da técnica do mesmo movimento. Para Cavalcanti, Visconti fez uso de diversas técnicas de tendências artísticas bem distintas, não tendo se engajado em nenhum movimento artístico.[627] Além do que, na própria fala do pintor, encontramos indícios que o afasta substancialmente dos preceitos vividos pelos impressionistas. Em um relato Eliseu Visconti diz respeito à natureza ser "um dicionário para ser consultado, um índice apenas. Tudo quanto o artista põe na obra deve estar mais dentro dele do que simplesmente naquilo que a visão descortina."[628]

Ainda segundo a autora supracitada, a obra viscontiana foi considerada impressionista apenas por motivações políticas de uma Exposição da Bienal de São Paulo, em 1944, que necessitava de um elo evolucionista que ligasse o Brasil aos movimentos artísticos ditados pelo resto do mundo.

> Portanto, foi no decorrer das décadas de 1940 e 1950 que Eliseu Visconti foi classificado, pelos historiadores da arte no Brasil, como o primeiro pintor impressionista brasileiro. Essa interpretação de sua

---

[627] CAVALCANTI, Ana Maria Tavares, 2005. *Op.Cit*. p.3.

[628] BARATA, Frederico *apud* CAVALCANTI, Ana Maria Tavares, 2005. Op. Cit. p.3.

> obra foi construída para valorizá-lo como um precursor das novas tendências. Num período em que o abstracionismo se apresentava como o auge da evolução artística, os teóricos quiseram encaixar Visconti dentro da sucessão de movimentos europeus que deram origem à arte moderna e influenciaram a produção de arte no mundo ocidental. Todavia, estudos mais recentes questionam o modelo modernista de uma história da arte evolucionista. Assim, abriu-se espaço para outras interpretações da obra de Visconti.[629]

A escolha das imagens foi realizada no sentido de serem representativas do início, meio e fim de sua carreira, vindo de encontro à periodização realizada por Lygia Martins Costa, que define o período impressionista da obra do mesmo autor como tendo seu início em 1913, data dos estudos para a composição do Theatro Municipal.

Datada de 1891 a tela *Dia de Sol - Andaraí Grande*, já demonstra a percepção do artista para a realidade das lavadeiras, num momento anterior à sua ida para a França. É prematuro dizer que a tela possui aspectos impressionistas, uma vez que, se há a influência impressionista, não é por contato direto com o fazer artístico desse movimento, que Visconti só viria começar a desfrutar quase dois anos mais tarde com a sua ida para França.

Mas é possível perceber na atmosfera da tela todo um desprendimento do traçado, deixando as formas livres para percepção visual. As roupas brancas nos varais dispõem de uma multicoloração propiciada pela luz do dia. Os latões utilizados para a lavagem da roupa quase se desfazem em meio à paisagem, as árvores já não possuem uma rígida formalidade nas folhas. As lavadeiras estão em meio ao matagal que parece tomar conta de toda a obra. Estão dispostas umas próximas as outras, de forma que, se não fosse a utilização das cores, estariam formando um único e pesado bloco na

[629] CAVALCANTI, Ana Maria Tavares, 2005. *Op.Cit.* p.8 e 9.

composição, mas ao contrário disso, parecem leves e cada uma dona de características ímpares .

Dia de Sol - Andaraí Grande – 33 x 41 cm – Óleo sobre Tela 1891 – Coleção Particular. Disponível em: http://www.eliseuvisconti.com.br/obrasc_bras/bras13.htm

Já no início da década de 1920, quando Visconti já retornara ao Brasil, é produzida a tela *Recanto do Morro de Santo Antônio*. O primeiro contato com a mesma traz aos nossos olhos uma explosão de cores. As roupas presentes nos varais tornam-se um aspecto secundário dentro da obra que evidencia o efeito da luz na paisagem, muito utilizado por pintores impressionistas. O efeito imaterial e a forma com que somos convidados à apreciação do todo na tela, e não apenas de detalhes, fazem com que aproximemos *Recanto do Morro de Santo Antônio* à concepção do fazer artístico impressionista. Os tons de verde espalhados por toda a obra não são postos de forma rígida, deixando que os olhos percebam as coisas como são, não

como devem ser. Acrescenta-se a isso a carga de subjetividade presente no artista, pois como já foi dito, Visconti acredita que a natureza deve ser apenas uma aspecto a ser consultado, sendo papel do artista colocar na obra a sua sentimentalidade.

Além disso, somos convidados a um relato das habitações dos morros cariocas no início da década de 20 do século XX. Alguns anos depois já seria impossível imaginarmos um local de tamanha tranqüilidade mediante aos ritmos impostos pela modernidade à capital da República. Na tela, o tempo corrido impresso pela

modernidade em ascensão na cidade do Rio de Janeiro parece desaparecer e paira na obra uma sensação de extrema tranqüilidade.

Recanto do Morro de Santo Antônio – 66 x 92 cm – Óleo sobre Tela
c.1920 – Coleção Particular
Disponível em: http://www.eliseuvisconti.com.br/obrasc_bras/bras16.htm

A última tela a ser analisada, *Estendendo Roupa*, de 1940, das três imagens discutidas, é a que se apresenta com traços mais marcadamente característicos da técnica impressionista. O efeito imaterial trazido para dentro da tela, como se a mesma fosse se desfazer, realçado pela utilização do branco no canto inferior esquerdo, e o descompromisso com a natureza tal como realidade são

notáveis no trabalho. Mas a sinestesia se torna o aspecto preponderante da obra, como se as cores parecessem rugosas. “Há cores que parecem rugosas e ferem a vista. Outras, pelo contrário, dão a impressão de lisas, de aveludadas.”[630] A tonalidade avermelhada provoca em nós uma reação psíquica forte, além disso, a lavadeira encontra-se vestida com uma saia de tonalidade vermelha ainda mais intensa. “O vermelho quente tem uma ação excitante. Sem dúvida, porque se assemelha ao sangue, a impressão que ele produz pode ser penosa, até dolorosa.”[631]

Estendendo Roupa – 43 x66 cm – Óleo sobre Tela
1940 – Coleção Particular Disponível em:
http://www.eliseuvisconti.com.br/obrasc_bras/bras29.htm

Conclusão

Através da análise das telas apresentada podemos mais uma vez reafirmar o caráter diverso da obra de Eliseu d’Ângelo Visconti e

---

[630] KANDINSKY, Wassily. *Do espiritual na arte e na pintura em particular*. Tradução: Álvaro Cabral. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.67.
[631] *Idem*.

perceber como os seus “varais” foram sendo representados ao longo do tempo.

Concordamos quando Ana Maria T. Cavalcanti diz ser Visconti homem do seu próprio tempo, muito mais que um simples pintor com o “rótulo” de impressionista, mas um indivíduo que possui sua vida voltada para as artes plásticas em geral. Cabendo ainda nessa discussão o questionamento do que é ser um impressionista, se é estar engajado no movimento ou fazer uso dessa técnica.

Como homem do seu próprio tempo Visconti realizou discussões através de sua pintura e, nesse sentido, as pinturas que retratam as lavadeiras, sua simplicidade e seus varais cheios de roupas, expressam uma visão de mundo presente em outro extremo ao das obras realizadas pelo mesmo autor para a Biblioteca Nacional e para o Theatro Municipal, fazendo valer as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro do mesmo período.

Inscrições no corpo-cidade: rupturas de linguagem e intervenção crítica da *escena de avanzada* na grande Santiago (Chile, 1973-1990).

Silvia Cáceres*

Introdução: escena de avanzada como projeto intelectual pós-ditatorial

Escena de avanzada é o nome pelo qual ficou conhecida certa coletividade de artistas e intelectuais que atuaram na cena cultural chilena durante os anos de ditadura pinochetista[632]. A *escena* não possuiu um corpo programático de atuação, contudo distinguem-se no coletivo, duas grandes linhas que orientam sua ação: sua posição anti-ditatorial e suas práticas de experimentação com dois insuspeitos e plásticos suportes artísticos: o corpo e a cidade.

Como toda produção cultural produzida sob condições adversas e desde uma postura crítica a tais condições, a *escena de avanzada* é analisada hoje, sobretudo através do inquerir-se sobre a permanência e a pertinência de sua ação artística, ou seja, olha-se para a *escena de avanzada* através de sua cena social de irrupção, já que esta é um suporte central a sua prática. Como prática artística que não se oclui de sua assunção política, estaria a *escena de avanzada* destinada a perecer junto ao cenário político no qual emerge?

Nossa resposta inicial a essa pergunta é não. A *escena de avanzada* já não existe como coletivo e tampouco as obras a ela associadas permanecem, a exceção dos textos literários e textos de intervenção crítica depositados em periódicos ou outros veículos. Se a *escena de avanzada* já não existe como coletivo, nos parece subsistir como projeto intelectual, sendo o desenho de um projeto

* Doutoranda do PPGHIS/UFRJ.

[632] A nominação *escena de avanzada* foi cunhada por Nelly Richard, uma das principais analistas do movimento e intelectual com estreitas ligações com o mesmo.

intelectual talvez uma de suas mais desejadas formas de intervenção crítica.

Projeto intelectual, intervenção na cena cultural e artística, leitura da cultura como processo social eminentemente político. Já não conhecemos tal mistura de referências através das chamadas *vanguardas históricas*[633]? Sim, tal mescla nos soa familiar não fortuitamente. E aqui introduzimos outro elemento importante da trajetória e da herança da *escena de avanzada*: sua identidade e seu afastamento do conceito de vanguarda artística e intelectual. Mas a isso retornaremos mais tarde. Por ora, nos basta indicar que, se indicamos que a *escena de avanzada* sobrevive à ditadura como projeto intelectual é porque fora capaz de produzir chaves de leitura pós-ditatoriais ao confrontar-se com as tensões que emanam das bordas do projeto de poder ditatorial. Em outras palavras, se a *escena de avanzada* sobrevive é porque, produzindo sob ditatura, pode trabalhar e dar forma ao pós-ditatorial.

Inscrições no corpo-cidade

Mas para além da ampla definição política – antiditatorial – e dos meios de suporte – corpo e cidade – o que mais marca a trajetória da *escena*? Como a mesma constrói inscrições no corpo-cidade?

Dentro da trajetória do *escena de avanzada* destaca-se as ações de um grupo particular, o CADA[634] (*Colectivo de acciones de arte*). Por seu caráter de agrupamento, o CADA pode melhor desenvolver

---

[633] Aqui mencionamos o conceito de vanguarda histórica tal qual trabalhado por Huyssen em Memórias do modernismo: as vanguardas históricas são desenvolvimentos culturais típicos do entre-guerras europeu, momento de larga efervescência na vida social, política e cultural na qual as vanguardas estéticas se lançavam como programas modernistas totalizantes. Um exemplo típico de vanguarda artística se encontra na trajetória dos surrealistas. Ver: HUYSSEN, Andreas. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

[634] O CADA, formado em 1979, fora composto artistas plásticos Juan Castillo e Lotty Rosenfeld, o sociólogo Fernando Balcells, a escritora Diamela Eltit e o poeta Raúl Zurita.

sua trajetória de exploração do corpo-cidade sob ditadura a partir da inspeção e escritura no espaço “desordenado” dos subúrbios de Santiago, subúrbios povoados com *poblaciones*[635], prostíbulos, vazios urbanos. As cerca de quatro ações coletivas do CADA foram resultado de investigações à luz da exploração dos espaços à margem, espaços esses que encerram uma geografia paradoxal: se por um lado estar à margem significa ser posto de lado, passar por desimportante – situação que permite a criação de pontos de fuga do ordenamento estabelecido – por outro lado, estar à margem significa também estar sob constante pressão violenta do centro, que vigia o transbordamento das margens para seu interior.

Para no morir de hambre en el arte (1979) é a primeira intervenção artística do coletivo. *Para no morir de hambre* segue um roteiro de intervenção que passa por muitos espaços e suportes; seguiremos sua trajetória com o fim de identificar elementos do tipo de inscrição que o grupo CADA trabalha no corpo-cidade. Tudo começa com um ato de doação de leite a uma *población* de Santiago:

> El tres de octubre los miembros del grupo entregaron cien bolsas de medio litro de leche a habitantes de la comuna La Granja, un barrio popular de Santiago. Al entregar la leche, pidieron de vuelta las bolsas, para pasárselas a artistas, sugiriéndoles que las usaran como soportes de otras obras que estarían posteriormente exhibidas en una galería de arte. En la misma época habían publicado una página en Hoy, una revista nacional chilena de difusión masiva. Además, politizaron la acción explícitamente con un discurso: "No es una aldea", que pronunciaron frente del edificio de las Naciones Unidas en Santiago, la CEPAL (Centro de Estudios para América Latina).[636]

---

[635] Población seria similar à ideia de favela em português, mas caracteriza-se no Chile por serem ocupações ilegais, geralmente com construções de madeira e sem água encanada, esgoto ou luz.

[636] NEUSTADT, Robert. El grupo CADA. Acciones de arte em el Chile dictatorial. Disponível em: http://www.casadelasamericas.com/publicaciones/revistaconjunto/127/robert.htm acessado em 10 de setembro de 2011.

Essa primeira parte da intervenção lida diretamente com a memória recente das *Poblaciones* e bairros pobres com o governo de Salvador Allende, deposto pelo golpe militar de 1973. Essas regiões estavam no coração das políticas urbanas do governo Salvador Allende à luz do empenho em dotar de cidadania tais locais marginais. As *poblaciones* eram símbolo da pobreza urbana, rural e indígena que irrompe nos subúrbios da grande Santiago. A fome subsistente nesses e nos demais rincões de pobreza no Chile faz o governo Salvador Allende lançar como uma de suas primeiras medidas a ação de entregar a cada criança de famílias pobres a ração diária de meio litro de leite. Junto a essa ação de rememorar sub-repticiamente essa ação do governo Allende, há essa tentativa por parte do CADA de publicar uma página em branco na Revista *Hoy*, semanário de grande circulação no Chile e que fora parte da mídia opositora ao regime socialista de Salvador Allende.

Nessa primeira parte de *Para no morir de hambre* a paródia é explicita através do recurso de reavivamento dos canais de propaganda e oposição do governo Allende sem uma referência direta ao mesmo, mas sim ao gesto de tentativa de combate à fissura da cidadania por uma de suas mazelas mais persistentes: a fome, mazela que se inscreve no corpo. Mas a ação prossegue em diversas intervenções por outros canais:

> Desde el quince al diecinueve de octubre, exhibieron la grabación de "No es una aldea" en una caja de acrílico en la Galería Centro Imagen con otras bolsas llenas de leche, para que permanecieran ahí hasta que la leche se descompusiera. La página de la revista Hoy también fue exhibida en la caja de plástico de la galería. La realización de "Para no morir de hambre en el arte" incluyó un grupo amplio de gente que colaboraba en varios niveles. Un grupo de artistas anónimos del Centro Cultural Malaquías Concha colaboró con el CADA, sirviendo de contactos inmediatos entre el CADA y los pobladores. La acción llegó hasta Bogotá, Colombia y Toronto, Canadá. En Bogotá, la poeta Cecilia Vicuña ató una cuerda a un vaso

> de leche y la derramó. En Toronto, el artista Eugenio Téllez bebió un vaso de leche, y leyó un texto relacionado con esto, frente al edificio del Ayuntamiento.[637]

Há aqui a invasão dos circuitos "oficiais"[638]: o espaço de uma galeria, o acionamento de redes de artista em outras partes do mundo que replicam o gesto de CADA. Mas essa invasão dos circuitos consagrados pelo meio artístico se dá através da chave do transbordamento da periferia, do à margem, no centro, algo que se tornará explicito quando o CADA resolve elaborar parte de sua performance diante do *Museo Nacional de Bellas Artes*:

> Una de las acciones más interesantes desde el punto de vista visual ocurrió el miércoles diecisiete de octubre de 1979 frente al Museo de Bellas Artes donde el CADA apareció en un desfile de diez camiones lecheros (de la compañía Soprole) y cubrió la fachada del museo con un lienzo blanco. Lo de los camiones y el lienzo recuerdan el aspecto tramposo del grupo CADA. Para conseguir los camiones (según Rosenfeld) convencieron a un dirigente de Soprole de la belleza de la imagen. "Imagínese," le habían dicho al señor, "la belleza de diez camiones lecheros frente al Museo de Bellas Artes." Después del evento (otra vez, según Rosenfeld) alguien le había dicho al gerente de Soprole que fue víctima de un engaño, digamos, de "mala leche." El gerente trató de comprar el video de la acción y cuando el CADA no quiso vendérselo, llegó al extremo de cambiar el logo de sus camiones.[639]

Surpreendente intervenção registrada em vídeo e em fotografias: o desfile de caminhões de leite da Soprole diante do *Museo de Bellas Artes*, no centro político e cultural da grande Santiago. O relato de Rosenfeld dá a compreender o impensado dos signos desconexos.

---

[637] Idem. Esta intervenção possui um registro em vídeo disponível em: http://hidvl.nyu.edu/video/003180963.html, acessado em 10 de setembro de 2011.
[638] Oficiais aqui no sentido de consagrados pelo meio artístico, oficiais como espaços tradicionais de circulação da produção artística plástica, e não no sentido de serem espaços respaldados pelo regime militar.
[639] Op. cit.

Para convencer um dirigente da Soprole mencionou-se a beleza dos caminhões de leite diante do museu. O sentido intempestivo da ação só se forma na concretude do ato: é quando os dez caminhões estão diante do museu coberto por uma facha branca que o sentido crítico da intervenção se realiza como crítica ao regime, crítica imagética, indireta, e talvez por isso ainda mais desconcertante.

Figura 1: distribuição de leite na comuna La Granja, uma das primeiras ações da intervenção “Para no morir de hambre en el Arte” do grupo CADA (1979). A fotografia era um dos principais aparatos para o registro e preservação das intervenções do CADA. Na foto em questão, há uma sobreposição imagética de vários símbolos vinculados ao período Allende: as poblaciones com sua estrutura em madeira, a criança a quem o leite se destina, os interventores/artistas que, querendo ou não, acabam por rememorar o tipo de vínculo voluntarista que se criou entre segmentos médios intelectualizados e as classes desfavorecidas durante o governo de Salvador Allende. Esta imagem e a subsequente estão disponíveis em domínio público no site memória chilena.cl.

Figura 2: caminhão de leite diante do *Museo de Bellas Artes*, Santiago do Chile, 1979. Na sequencia de ações da intervenção para no *Morir de hambre*, o coletivo CADA consegue furar o cerco às intervenções anti-ditatoriais no centro de Santiago através do recurso a linguagem paródica, insuspeita até sua montagem final na cena urbana.

Como já dito, as intervenções do coletivo CADA não são as únicas que compõem a intervenção da *escena de avanzada*. À título de segundo e último exemplo, podemos citar a produção literária de Diamela Etilt em *Lumpérica* (1983) e *El Padre Mío* (1989) obras carregadas de alegorias das marcas ditatoriais que se deitam em espaços inauditos e marginais como os prostíbulos e as ruas do

subúrbio e seus habitantes nômades. Aqui os registros também transbordam um no outro. *Lumpérica* não é só um romance[640] mas também uma intervenção artística de Diamela em um prostíbulo de Santiago. Em todos esses produtos culturais subsiste a tentativa de através da experimentação de linguagens, subsiste o trabalhar inscrições no corpo-cidade marcados pela violência ditatorial. Mas, retomando uma pergunta inicial transcrevendo numa nova forma: perecendo a ditadura, perece a possibilidade de leitura dos trabalhos de *escena de avanzada*?

Conclusão: inscrições no corpo-cidade pós-ditatoriais.

Não nos parece ser possível subsistir a um processo ditatorial profundo e remodelador da totalidade social – tal qual fora a ditadura pinochetista - sem em parte sucumbir a sua violência (re)criadora de ordem. Os intelectuais e artistas vinculados à *escena de avanzada* sabem disso[641] e, portanto, sua postura anti-ditatorial não parte das chaves de leitura tradicionais que envolvem o trabalho sobre a heroicidade das resistências às ditaduras.

Desde a ditadura, a *escena de avanzada* trabalha com o pós-ditatorial, que nada mais é do que a forma dos sujeitos, os espaços e as memórias fissuradas pelo trauma ditatorial[642]. Uma reorganização social elaborada de maneira tal violenta e de cima para baixo, obviamente traz largas consequências para a experiência social. E Santiago do Chile – cidade que concentra cerca de metade do

---

[640] Não nos sentimos à vontade com a designação romance para a obra poética de Diamela Etilt por toda carga simbólica que o termo encerra, porém o utilizamos por falta de expressão que melhor se apresente.

[641] Aqui, acompanhamos a leitura de Nelly Richard em: RICHARD, Nelly. **Márgenes e Instituiciones**: arte em Chile desde 1973. Santiago de Chile, Metales Pesados, 2007.

[642] Uma discussão sobre o conceito de pós-ditatorial pode ser encontrada em AVELAR, Idelber. **Alegorias da derrota**: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

contingente populacional chileno – traz as marcas de tal fissura no seu ordenamento urbano e na construção de suas margens. A atualidade da *escena* é, portanto atualidade negativa; é persistência de um trauma que, enquanto não sanado, não abrirá margem para deixar de irromper violentamente no transborde daquilo que é ocultado, do que está a margem e que insiste em reemergir transbordando nos centros dessa grande metrópole que se vende como "ordeira".

Por fim, e quase como um *pós-escriptum*; mencionamos que a *escena* subsiste como projeto intelectual. Sim, pois o trabalho cultural sobre o pós-ditatorial é vivo e relevante no contexto chileno. Adicionalmente, a *escena* está nos primórdios, é parte, portanto da arqueologia da formação de importantes projetos intelectuais no contexto do cone sul, sendo que perseguimos a formação de um desses projetos em nosso trabalho para doutoramento: a rede intelectual vinculada aos estudos culturais britânicos no cone sul da América Latina.

Meiaoito: A Revolução que não saiu do bar nos quadrinhos de Angeli Filho

Emílio G. de Andrade
Graduado em História pela UFV

Em fins do século XX, a mídia passa a assumir um novo papel perante a sociedade. Agora além de um meio de informação, ela se transforma em um meio de orientação de conduta, competindo com instituições tradicionais de socialização, como a família, a escola e a igreja [643]. Esta orientação de origem midiática passa a se manifestar na música, no vestuário e nas atitudes, gerando vocabulários e comportamentos próprios que passam a definir novas identidades individuais e de grupo, dando início a cultura de massas.

A cultura de massas é habitualmente associada ao mercado, declarada como "alienante", como se sua linguagem integralizadora, através dos diversos meios de comunicação, fizesse desaparecer um meio anterior, misterioso, de difícil acesso, onde o autêntico, o "verdadeiro", tinha uma razão de ser. [644]

O *underground* acaba por surgir neste contexto como um meio de fuga e crítica à cultura de massas. Concebemos o conceito *underground* como um ambiente cultural que se desvia dos modelos comerciais estabelecidos pela sociedade. Tem suas origens nos movimentos de contracultura dos EUA no contexto de Guerra Fria (1945-1991), que visavam a contestação e a produção alternativa fora do mercado corrente.

---

[643] OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura e Identidade nacional no Brasil do século XX. In.: GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena; PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. p. 368.
[644] *ECO, Umberto.* ***Apocalípticos e Integrados****. São Paulo, Perspectiva, 1979. p. 257.*

Costuma-se classificar as histórias em quadrinhos como parte da cultura de massas devido ao fato destas encontrarem consumidores em todas as partes. Segundo Waldomiro Vergueiro, é possível que as histórias em quadrinhos tenham encontrando no Brasil uma fácil difusão devido às características típicas de nossa cultura: *Visto que grande parcela da população é tradicionalmente pouco alfabetizada, a narrativa por imagens, por sua inerente universalidade, tornou-se elemento de maior assimilação popular que os textos que utilizam apenas a palavra escrita* [645].

A publicação das primeiras histórias em quadrinhos no Brasil se dá pelas mãos de Angelo Agostini em fins do século XIX, com as aventuras do personagem *Nhô Quim*. Estes quadrinhos eram mais voltados ao público adulto, em geral de classe média e letrado. Mais à frente, já na segunda metade do século XX, as histórias em quadrinhos ganham mais espaço no mercado, no entanto são em sua maioria voltada para o público infantil. É no final dos anos 70 que surgem os quadrinhos adultos brasileiros com tiragens irregulares e limitadas, devido o pouco interesse da indústria da mídia nestes [646].

Na década de 1980 em diferentes partes do mundo houve um *boom* das histórias em quadrinhos, em especial das histórias em quadrinhos voltadas para o público adulto. Seguindo esta tendência mundial, no Brasil os quadrinhos para adultos passaram a ocupar um espaço considerável deste mercado. Assim, a mídia tradicional absorve a idéia *underground* na tentativa de aumentar seu público.

Segundo Roberto Elísio dos Santos, os quadrinhos criados por Arnaldo Angeli Filho refletem a situação política e social do Brasil dos anos 80, caracterizado por Luís Fernando Rabello Borges como

---

[645] VERGUEIRO, Waldomiro. Alienação e engajamento nos quadrinhos: uma leitura possível da revista Chiclete com Banana. **Revista Galáxia**. São Paulo, n.5, Primeiro Semestre 2003. P.14.

[646] SILVA, Nadilson Manoel da. *As Histórias em Quadrinhos tornam-se adultas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Anais. P. 2.

um período em que as pessoas ainda vivenciavam uma espécie de ressaca da ditadura e, ao mesmo tempo, estavam cheias de esperança de poder vislumbrar perspectivas de melhoras para o país, esperanças que não tardaram a se esvaziar. [647]

Arnaldo Angeli Filho começou a desenhar aos 14 anos, influenciado pelo cartunista americano Robert Crumb. Aos 17 passou a colaborar no jornal *Folha de São Paulo*, no qual detém um espaço já a mais de 30 anos intitulado *Chiclete com Banana*. Nome utilizado também na revista publicada pela *Circo Editora* em 1985 a qual apresentaria coletâneas das tirinhas publicadas na *Folha*, assim como materiais inéditos produzidos por Angeli e outros autores como Glauco e Laerte.

Do ponto de vista estético, os quadrinhos de Angeli apresentam um traço forte e carregado, personagens desenhados de forma desproporcional em quadrinhos quase sem espaços em branco. São valorizados os tons escuros e sombrios de ambientes noturnos, fechados e enfumaçados. Tudo desenhado com riqueza de detalhes [648].

Dotado de uma forte crítica ao modo de vida pequeno-burguesa dos grandes centros urbanos brasileiros, o humor presente objetivava denunciar como ridículas as atitudes consideradas aceitáveis por uma sociedade que cultuava a aparência, a hipocrisia e o consumismo alienado [649]. Esta natureza crítica e em certos momentos depressiva é descrita pelo próprio Angeli como uma característica do humor paulista, tomando por base de comparação o humor carioca:

> *O humor paulista é mais profundo, em alguns momentos um pouco melancólico. O humor carioca é aberto e lida mais com o cotidiano,*

---

[647] BORGES, Luís Fernando Rabello. As diversas expressões do vazio no traço de Crumb, Henfil e Angeli. In: **Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**, 28, 2005. Rio de Janeiro. P. 12.

[648] *Ibid*. p. 12.

[649] SANTOS, Roberto Elísio dos. A História em Quadrinhos de Humor da Circo Editorial. **Revista Caderno.com**. Vol. 2 – Nº 3 – 1º semestre de 2007, p. 11.

> *com as pequenas coisas, a Xuxa lança uma música, logo pinta uma piada em cima da Xuxa, das coisas banais do dia-a-dia eles conseguem tirar humor. Um humor que se aproxima mais do popular, do povo, da piada da rua*.[650]

No entanto, a temática urbana ainda é encontrada nos quadrinhos de Angeli e definida por Mônica Fontana como um "estreitante" de relações. De modo que, Angeli parte da realidade na qual se encontra inserido para dissecá-la e tecer, com um humor fortemente crítico, suas crônicas em quadrinhos:

> *Da observação do comportamento humano nas situações mais banais do cotidiano de qualquer um, ele foi construindo seus personagens. Da observação dos costumes urbanos e de sua recriação, às vezes cética, às vezes irônica, desenvolve seu humor debochado, muitas vezes agressivo, um humor que tende para a crítica de comportamento*. [651]

Temática recorrente nos quadrinhos de Angeli, o sentimento nostálgico e crítico em relação aos anos 60 e 70 é exemplificado perfeitamente por personagens como o militante da "velha esquerda" Meiaoito, os eternos *hippies* Wood e Stock, e o machista Bibelô. Segundo Nadilson M. da Silva e Roberto E. dos Santos, todos estes personagens eram tipos deslocados no tempo, pois seguiam padrões de vida que não mais se adequavam ao Brasil "redemocratizado".

A primeira aparição de Meiaoito foi na segunda edição da revista *Chiclete com Banana* em dezembro de 1985, na qual dividia a capa com Walter Ego. Meiaoito é mostrado numa imitação de fotos de fichamento da polícia, com uma placa pendurada no pescoço. Ao

---

[650]ANGELI. Angeli Matador. **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Editora Casa Amarela: ano V, n.º 50, maio de 2001. Entrevista concedida a Verena Glass, Bárbara Castelo Branco, Julianne do Carmo, Guto Lacaz, Rogério Nunez, Ricardo Vespucci, Márcio Carvalho, Fernando do Valle, Wagner Nabuco e Sérgio de Souza. Periodicidade: Mensal. Impressão: W. Roth.

[651] FONTANA, Monica. Sacadas e estocadas, o cotidiano urbano nos quadrinhos de Angeli. **Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. P. 12.

lado a frase “Cacos da ditadura Meia Oito”: *Nesse momento Angeli cria uma associação entre a personagem e a repressão política, a ditadura militar. Meiaoito possivelmente teria sido uma vítima, alguém que sofreu as conseqüências dos aparelhos repressivos*. [652]

Segundo Roberto dos Santos, Meiaoito representava o militante de esquerda que ainda se apegava a seus ideais em um mundo em transformação. O personagem encarnava um discurso ultrapassado e saudosista que não mais encontrava eco em uma sociedade democratizada: *Combatente das injustiças sociais, Meiaoito, contudo, era um revolucionário apenas no discurso, bradando palavras de ordem em bares e vivendo de ilusões, à espera de uma revolução que jamais aconteceria* [653]. Em um período em que ainda se saboreava o fim da ditadura militar, o personagem nasce como uma forma de se expressar a decepção com a Nova República por parte do autor.

Os quadrinhos do personagem se dividem em dois eixos temáticos predominantes, aqueles em uma discussão política, explorando o caráter militante do personagem e aquelas que se concentram em explorar a sexualidade de Meiaoito. Para análise neste trabalho foram selecionados quadrinhos correspondentes ao primeiro eixo. Na **Figura 1**[654] temos a página de apresentação de Meiaoito. Segundo Nadilson da Silva o mecanismo irônico do autor se torna evidente no discurso de apresentação do personagem:

> “CAMARADAS! Nem tudo está perdido. Depois de vinte anos sufocados pela mais ferrenha ditadura militar, nosso ideal continua sendo a revolução. O poder que cresce sobre a pobreza e faz dos fracos a riqueza, está prestes a ser deflagrado pela vitoriosa marcha

---

[652] SILVA, Nadilson Manoel da. **Fantasias e cotidiano nas Histórias em Quadrinhos**. Annablume: São Paulo, 2003. p. 93.

[653] SANTOS, Roberto E. dos. *Op. Cit*. P. 15.

[654] *Chiclete com Banana*. São Paulo, Circo Editora: Publicado de 1985 a 1995. n. 2 p. 5. Impressão: Gráfica e Editora Parma. dezembro de 1985.

do proletariado. O povo sairá às ruas carregando nos ombros o meu, o teu, o nosso grande líder: Meiaoito, o último dos barbichinhas."

Nesta apresentação encontramos tanto referências por parte de Angeli aos jargões utilizados por militantes de esquerda (camaradas), assim como referências ao imaginário socialista (marcha do proletariado). *Angeli também se refere a dois elementos importantes para a compreensão do universo de referência dessa personagem, que são: os 20 anos de ditadura militar e o ideal de revolução*.[655]

Nesta imagem encontramos o personagem refletindo a respeito da situação do país enquanto se debruça em uma mesa de bar. No balão de diálogo vemos a fala do personagem: "Este país está um cocô. Não agüento mais! Se ao menos eu tivesse uma metralhadora!". Neste ponto pode-se notar tanto uma avaliação da situação do país, como uma referência à luta armada do imaginário guerrilheiro ao se referir à arma de fogo. Os traços fortes no cenário criam um ambiente escuro e ainda ajudam a transmitir o sentimento de depressão no qual o personagem se insere.

[655] SILVA, Nadilson Manoel da. *Op. Cit*. 2003. p. 94.

Figura 4

Nesta imagem ainda encontramos outras referências aos movimentos de esquerda. O mais evidente no caso é a clássica imagem de Che Guevara, no entanto com uma fala que satiriza esta figura pública: “Hay que endurecer, o caraco!”, se referindo à famosa frase “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás.” Nesta situação vemos o autor transformando a citação conhecida em uma frase de escárnio carregada de conotação sexual.

Figura 5

Na **Figura 2**[656] encontramos uma seqüência de seis quadros apresentando Meiaoito e seu companheiro Nanico em um bar planejando uma revolução. A história é apresentada da seguinte maneira: "Enquanto isso, num pequeno buteco da cidade, nosso herói

---

[656] *Chiclete com Banana*. São Paulo, Circo Editora: Publicado de 1985 a 1995. n. 2 p. 6. Impressão: Gráfica e Editora Parma. dezembro de 1985.

e seu companheiro mantêm a... REVOLUÇÃO EM MARCHA". Segundo Nadilson da Silva:

> É importante destacar no discurso um mecanismo que remete a um par de opostos: o movimento e o estático, a 'revolução em marcha' que é mantida pela posição inerte dos personagens. A crítica aqui parece apontar para os revolucionários de mesa de bar ou para a esquerda festiva, que pensavam fazer a revolução apenas com palavras e com planos mirabolantes.[657]

Novamente os tons escuros no cenário contribuem para criar uma atmosfera de tensão e melancolia na narrativa. As formas com as quais os traços dos personagens contrastam com o ambiente acrescentam uma sensação de peso, como se tanto Meiaoito como Nanico não mais suportassem carregar o peso de seus corpos, desta forma tendo de se apoiar na mesa para poderem permanecer de pé. Uma provável referência à embriaguês de ambos tornando o álcool um mecanismo de fuga. O quê por sua vez é confirmado pelo quadro final.

---

[657] SILVA, Nadilson Manoel da. *Op. Cit.* 2003. p. 94.

Figura 6

Finalmente na **Figura 3**[658], encontramos o personagem em mais uma seqüência de seis quadros, ao lado de seu companheiro Nanico, Meiaoito tenta entrar em contato com o secretário geral de seu partido. A introdução e o título da história ditam o tom do quadrinho: "Enquanto a direita dorme, nosso incansável militante e seu fiel militantezinho procuram desesperadamente por uma maldita ficha telefônica e um orelhão... CVV. BOA NOITE, CAMARADAS!".

O desespero aqui se torna o enfoque principal da história. Fora a clara referência ao Centro de Valorização da Vida, um serviço gratuito de telefone que visa a prevenção ao suicídio e apoio emocional, vemos mais uma vez a referência ao jargão utilizado por militantes da esquerda (camaradas). Ao tentar contactar a sede do partido, Meiaoito parte do princípio de que todos do partido estão tão

[658] *Chiclete com Banana*. São Paulo, Circo Editora: Publicado de 1985 a 1995. n. 2 p. 8. Impressão: Gráfica e Editora Parma. dezembro de 1985.

comprometidos com a revolução quanto ele, somente para se decepcionar ao descobrir que, diferente dele, mesmo o secretário geral do partido dorme e mantêm uma vida sexual ativa.

Neste quadrinho mais do que nunca vemos o quanto Meiaoito se encontra deslocado de seus semelhantes, pois para ele existe somente a revolução. Revolução esta que ele não é capaz de prosseguir, pois não possui armamentos ou companheiros de luta igualmente dispostos. Desta forma podemos dizer que Meiaoito se desespera e acaba recorrendo ao álcool como forma de lidar com sua frustração, o que por sua vez também o torna incapaz de prosseguir com a revolução.

Seguindo esta linha de pensamento podemos concluir que Meiaoito é um instrumento de crítica à situação pós-ditadura assim como à esquerda presa aos ideais de décadas passadas. O personagem é um militante apaixonado que, após o fim da ditadura, acaba se decepcionando com a Nova República: Para Meiaoito a necessidade de transformação da realidade é algo indissociável de sua vida. Ele vive para que um dia consiga tomar o poder.[659]

Isto nos leva a considerar que a crítica tecida por Angeli nos quadrinhos deste personagem vão além da crítica direta à realidade política do país que encontramos em sua narrativa. Sua crítica também tem por alvo o posicionamento do próprio Meiaoito, que em seu radicalismo se torna inflexível e incapaz de se adequar à nova situação, o que elimina suas oportunidades de concretizar seus desejos de mudança.

[659] SILVA, Nadilson Manoel da. *Op. Cit*. 2003. p. 103.

Ceci n’est pas un artiste: cartografia dos artistas de rua na cidade de Florianópolis

Débora Mendes Bregue Daniel

Há uma obra do famoso pintor belga René Magritte de 1964 chamada “Le fils de l’homme”, ou “O Filho do Homem” em português, que consiste no retrato de um homem em pé, trajando um terno preto e chapéu côco. Atrás dele está um mar e, à sua frente, uma maçã verde, suspensa no ar, oculta sua face. Dizem que se trata de um auto-retrato do pintor, mas olhando o quadro podemos chegar a conclusão de que tudo o que vemos sempre tem algo a esconder. Mais que um auto-retrato, a obra parece uma entre tantas provocações pintadas por Magritte.

Ao iniciar esta análise sobre imagens dos artistas de rua, encontrei uma fotografia tirada durante uma entrevista, em 2009, no centro de Florianópolis. Nela, um artista se apresenta com sua bola de contato verde - modalidade de malabar em que o artista faz séries de movimentos equilibrando a bola entre dedos, braços, pescoço e cabeça. Essa fotografia traz a imagem do artista em pé. Atrás dele há alguns prédios e a sua frente, quase voando (não fosse o contato surreal de apenas um dedo), uma bola que impede que o artista se deixe ver.

Ainda que haja uma grande subjetividade impressa nas formas de ver, a fotografia do artista lembra muito o quadro de Magritte, tanto na posição em que se encontram os personagens retratados, quanto naquilo que não se deixa ver. Quem é a pessoa por trás da bola? Quem é o artista? Se não existisse um objeto ocultando sua face, teríamos ali a imagem do artista?

Ao me fazer esta pergunta, lembrei-me de outra obra de Magritte, em que ele traz a imagem de uma maçã e, acima, um

letreiro que diz “Ceci n’est pas un pomme” ou “Isto não é uma maçã”. Tratava-se de uma provocação de Magritte àquelas formas de tentar retratar as coisas tal qual o objeto. Desta maneira ele afirmava “Isto não é uma maçã”, mas uma representação de uma maçã. E assim o fez também com cachimbos e outros formas pintadas por ele, nuvens entrando pela porta, homens voando... Enfim, mostrando que tudo é possível quando se trata de representação.

O título “Ceci n’est pas un artiste” é uma simpática referência à obra de Magritte no sentido de que o texto traz uma representação dos artistas e, também, a relação estabelecida entre eles e a cidade de Florianópolis. Não é a única possível, visto que ela depende da experiência individual e das emoções manifestadas por cada pessoa.

A historiadora Sandra Jatahi Pesavento, ao análisar imagens a partir de álbuns de família, afirma que

> As imagens são fruto da ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio. As imagens são visuais, e carregam consigo esta condição especial que se realiza no plano dos sentidos, ao serem captadas e fixadas por um certo tempo na retina de quem vê. Imagens são, pois, traços de uma experiência sensorial e emotiva. (PESAVENTO, 2008:18)

Mais do que isso, este artigo tenta articular essas imagens dos artistas às imagens de poder presentes nos espaços da cidade, por isso falo aqui em cartografia desses artistas em Florianópolis. Como eles ocupam os espaços da cidade e como as imagens de poder, através da ação do poder público, delimitam espaços onde esses artistas podem ou não atuar.

Mas antes de entrar propriamente na questãos das imagens dos espaços, gostaria de propor um pequeno exercício visual nesta comunicação.

Ao observar três imagens de artistas de rua, peço que identifiquem o que se pode dizer sobre elas. Quem são os artistas? O que eles têm em comum? A que cidade pertencem?

Nas imagens, cada um deles trabalha com um instrumento diferente. O primeiro com pintura, o segundo com música e o terceiro com malabares. Além disso, cada um deles está atuando numa cidade diferente. Trata-se, respectivamente, dos centros das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis. Olhando de primeira vista é difícil dizer de onde são, mas mesmo que fosse possível identificar a cidade onde eles estão atuando, isso não corresponderia diretamente às suas cidades de nascimento. Essa indefinição se dá, por vezes, porque o que os une é a possibilidade do movimento, de uma vida nômade. Então, aquele que está no Rio, por exemplo, poderia ser paulista; o de São Paulo, argentino; e o de Florianópolis, chileno; ou vice-versa.

Essa relação de mobilidade estabelecida entre eles e que, em grande medida, é possibilitada pela modalidade do seu trabalho - que não exige a sua fixação num determinado lugar, numa determinada cidade - é um dos pontos de conflitos que nos leva a pensar em Territórios e Imagens de Poder nas metrópoles. No caso deste artigo, especificamente, os territórios estudados estão localizados na cidade de Florianópolis.

Duas Praças: Territórios e Imagens do Poder

Há muitas praças em qualquer cidade. Públicas, privadas, arborizadas, só de concreto. Além disso, existem diferentes usos que as cidades, na ação dos poderes públicos, dão às praças. Em Florianópolis, há uma divergência bastante curiosa em relação aos usos dos espaços de duas praças, sobretudo, ao entendimento do que é arte e a delimitação de espaços onde esta pode ou não ser praticada.

De um lado, está a Praça XV de Novembro, que havia sido ocupada desde o fim da década de 1960 por artesãos, mas que por uma ação da Prefeitura Municipal, em 1999, empreendeu mudanças quanto aos usos do seu território e, consequentemente, expulsou os artistas que nela trabalhavam. Por outro lado, está a Praça Bento

Silvério, onde há uma grande circulação de artistas. Nela acontecem feiras de artesanato, além dos frequentes encontros dos malabares.

Praça XV de Novembro.

Localizada no coração da cidade, de onde saem suas principais artérias, a Praça XV faz parte do chamado Centro Histórico e compõe, junto com a Catedral Metropolitana, o Núcleo Fundante da cidade. Muito arborizada, é nela que sobrevive ao tempo a velha figueira, com seus gigantes galhos espreguiçados a proporcionar metros de sombra sobre os bancos e os *petit pavê*, em preto e branco, sob os pés, que formam um admirável mosaico elaborado por Hassis[660]. Garbosa, atrai também os mais curiosos visitantes que, ao saber de algumas simpatias, entretêm-se em dar voltas na centenária árvore. Além dela, fícus indianos, palmeiras imperiais e cravos da índia parecem conviver em sintonia com os bustos do poeta Cruz e Sousa; do pintor Víctor Meirelles; do historiador José Boiteux; e do fundador da imprensa catarinense, Jerônimo Coelho.

Por sua localização, a praça é um local de passagem imprescindível para grande parte das pessoas que moram ou trabalham no centro; e pelo bem-estar que a sua natureza proporciona, é um local de estar. Por isso, dentre seus fiéis freqüentadores estão os aposentados que se sentam nas mesinhas a jogar. Não raro, com um ou outro engraxate a lustrar seus elegantes sapatos. A praça é ponto turístico obrigatório e, por isso, atrai também muitos artesãos que vêem naquele espaço um verdadeiro *oásis* em meio à loucura do centro da cidade.

A reforma na Praça XV no final do ano de 1999, contudo, mudaria os usos daquele espaço. Para que ela ocorresse, os "ambulantes" ou "feirantes" como aparecem em alguns jornais, seriam deslocados para Rua Victor Meirelles. Segundo publicado no

---

[660] Artista plástico de Florianópolis.

Jornal *O Estado* de 19 de novembro de 1999, a assessoria da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) disse que "a saída dos artesãos é necessária para que as reformas da praça comecem o quanto antes (...) A reforma inclui restauração dos monumentos, recuperação do coreto e do piso, colocação de bancos e mesas, além de ajardinamento e limpeza das árvores".

A notícia não foi bem aceita pelos artesãos da Praça XV, gerando revolta. De acordo com o presidente da Associação dos Artesãos da Praça XV (Associart XV) na época, Carlos Alberto da Silva, o espaço da Praça era ocupado por eles desde 1968, sendo cerca de 80 pessoas que trabalhavam em estandes espalhados por ela[661].

Ainda como consta na matéria do Jornal *O Estado* de 01 de dezembro de 1999,

> A polêmica começou com um projeto da prefeitura de fazer uma reforma na praça, e para tanto era necessário a saída dos artesãos. Eles acabaram vendo na proposta uma forma de expulsá-los do local definitivamente. No protesto, a prefeita Angela Amim acabou sendo acusada de tentar empurrar a pobreza para a periferia.[662]

E assim, como previam os artesãos, eles não voltaram a trabalhar na Praça XV com a sua reinauguração. Também não se instalaram na Rua Victor Meirelles como previa o projeto da Prefeitura. Como fala Rogério Proença Leite, no livro "Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea", certas manifestações não se estruturam em qualquer rua, "mas apenas em certos espaços, os quais têm sentidos para os atores envolvidos." (LEITE, 2007:197)

No primeiro momento após o fechamento da Praça XV, os artesãos foram remanejados para o entorno do Antigo Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, e alguns, registrados pela

---

[661] Artesãos fazem protesto. **Jornal O Estado**. Publicado em 01/12/1999.
[662] Idem.

Prefeitura, puderam também montar seus estandes na Praça Fernando Machado, situada em frente ao Antigo terminal e logo abaixo da Praça XV. Devido às condições do local, em meio à fumaça da queima do óleo diesel dos ônibus e à falta da natureza antes ostentada na antiga Praça, muitos artesãos foram, gradativamente, abandonando estes espaços do centro da cidade e buscando um novo local em que pudesse praticar suas atividades.

Praça Bento Silvério

Há, entretanto, na mesma cidade, outra Praça, a Bento Silvério, situada na Lagoa da Conceição. Bastante freqüentada, esta se diferencia da Praça XV primeiro, por estar localizada em um bairro, longe do centro, que cerca uma grande lagoa de água salgada; e, segundo, por se constituir numa alternativa de lazer pela presença de muitos bares, cafeterias, lojas, além da paisagem hipnotizante da Lagoa. Nela, não só é permitida a exposição de artesanatos feitos por artistas (moradores da cidade ou de passagem) aos domingos, quando há uma maior circulação de pessoas no local; como é nela que acontece semanalmente o encontro de "malabares", quando os artistas trocam idéias, aperfeiçoam e/ou aprendem novas técnicas. Até mesmo em dias de chuva forte quando os artesãos são impedidos de expor suas artes, marcas denunciam a sua presença na Praça. Em uma das imagens desta comunicação, esses vestígios dos artistas aparecem através do mosaico que dá cor à lixeira. São pequenos rastros que declaram que aquele é um espaço sensível às artes.

É possível perceber que há diferentes configurações de territórios na cidade (ruas, esquinas e praças). Em alguns a presença e práticas de artistas de rua são proibidas e, noutros, não só é permitida a ação desses artistas, como sua presença constitui um elemento atrativo do lugar.

Tais diferenças correspondem também às imagens de poder, à dificuldade de lidar com a imagem do outro, com a diferença, com a

alteridade. As ações aplicadas, por parte da Prefeitura, demonstram a existência de conflitos sobre os usos que se quer dar aos espaços públicos da cidade. O que no centro da cidade é considerado delito pelo poder público, noutros cantos da ilha é considerado arte.

Há, evidentemente, por parte da prefeitura segregações impostas aos artistas de rua na ocupação dos espaços urbanos.

Mas quais os motivos de tal configuração cartográfica dos artistas na cidade de Florianópolis?

Imagens Textuais: os artistas na mídia

Duas ações da Prefeitura Municipal são providenciais para entender a relação da cidade com os artistas de rua. A primeira delas é a Reforma na Praça XV, já comentada anteriormente, que culminou na expulsão dos artesãos daquele espaço; e a segunda, foi uma Portaria da Prefeitura em 2009, que proibiu a prática de malabaristas nos semáforos da cidade. As justificativas são comuns a ambas ações: “são estrangeiros”; “são ilegais”, “trabalham sem autorização”. Ou seja, o estilo de vida em movimento, nômade, aquele mesmo elemento apresentado no exercício de análise das três imagens.

Em relação à reforma, há algumas falas nos jornais que dão pistas da imagem que o poder público tem desses artistas e por que evitar sua presença nos espaços da cidade.

Em depoimento ao Jornal *O Estado*, o artesão Luiz Fernando Fealho afirma que

> “Essa é uma atitude política. É a pressão dos comerciantes que financiam a campanha política da prefeitura, para que a gente saia daqui. Eles não estão pensando em nossos empregos, na cultura da cidade ou no bem estar do povo” [663]

[663] Artesãos Prontos para Confronto. **Jornal O Estado.** Publicada em 11/01/2000

Por outro lado, nas declarações do Diretor da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), Odilon Furtado ele fala que "Nós não vamos permitir a volta deles pra lá. Se precisar, vamos usar a força policial".[664] Em outra entrevista, concedida ao Jornal *Diário Catarinense*, ele afirma ainda que "A Praça será devolvida aos moradores" [665].

Nas palavras do Presidente da Associação dos Artesãos da Praça XV, a forma como a Prefeitura tratou a questão da retirada dos artesãos da Praça "Foi uma decisão ditatorial porque não houve negociação. Queremos um local com a mesma circulação de pessoas".[666]

A outra ação da Prefeitura, levada a cabo em 2009, e que marca a vida dos artistas de rua, diz respeito à Portaria emitida pela Prefeitura de Florianópolis em 30 de junho de 2009. O documento determinou a retirada dos malabaristas dos semáforos da cidade de Florianópolis. Segundo notícia publicada no Jornal *Diário Catarinense* de 21 de julho de 2009, os "artistas de rua estão proibidos de trabalhar em Florianópolis"[667] e,

> Segundo o engenheiro José Carlos Ferreira Rauen, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, muitos dos chamados artistas são estrangeiros e não têm autorização para trabalhar no Brasil.
> - Não queremos esse tipo de trabalho aqui. Florianópolis limpou desde o início da fiscalização. Quero uma cidade com noção de organização administrativa - diz o secretário.[668]

Há nessa matéria, a inserção de outro elemento no discurso do poder público acerca do artista de rua: ser estrangeiro. Por tal afirmação é que em várias declarações em protesto à Portaria os

---

[664] Idem.
[665] Artesãos são retirados da Praça. **Diário Catarinense.** Publicada em 11/01/2000
[666] Artesãos são retirados da Praça. **Diário Catarinense.** Publicada em 11/01/2000
[667] Malabaristas estão proibidos de trabalhar nas ruas de Florianópolis**. Portal ClicRBS/ Diário Catarinense** em 21/07/2009
[668] Idem.

artistas vão acusar a Prefeitura de Florianópolis de xenofobia em relação aos artistas. Embora este elemento não apareça como questão principal no contexto da expulsão dos artesãos da Praça XV, o depoimento de Luizimar Antônio da Silva ao Jornal *O Estado* do dia 19 de novembro de 1999, mostra que o conflito entre nativos x estrangeiros também estava presente. De acordo com Luizimar, artesão que trabalhava há mais de dez anos no centro de Florianópolis,

> "Isso é muito errado. O que a praça precisa é melhorar a segurança à noite onde vivem no local drogados, prostitutas e mendigos", afirmou. Segundo ele, se houvesse o cadastramento dos artesãos de Florianópolis, a praça não ficaria cheia e o trabalho no local seria prestigiado. "Cerca de 40% dos artesãos que estão aqui são de outros países", disse. De acordo com dados da Susp, só trabalham no local artesãos cadastrados e autorizados para aquela finalidade.[669]

No livro "Confiança e medo na cidade" Zygmunt Bauman fala que,

> A insegurança moderna não deriva da perda de segurança, mas da "nebulosidade (*ombre portée*) de seu objetivo, num mundo social que 'foi organizado em função da contínua e laboriosa busca de proteção e segurança'. A aguda e crônica experiência de insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcança-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinqüente. (BAUMAN, 2009:15)

Ambas as medidas da Prefeitura propunham uma transformação do espaço urbano baseadas no discurso da segurança e da legalidade, partindo da premissa de que os artistas de rua, em sua maioria, estrangeiros, são ilegais e correspondem, dentro do discurso da ordem, um mal a ser combatido a partir de uma imagem criada desses artistas.

---

[669] Artesãos vão deixar Praça XV. **Jornal O Estado**. Publicado em 19/11/1999.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt.. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2009.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed., rev. e ampl. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. **Imagens, memória, sensibilidades: territórios do historiador**. *In:* RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra J. (Orgs.). Imagens na História. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2008.

Periódicos:

Artesãos são retirados da Praça. **Diário Catarinense.** Publicada em 11/01/2000

Artesãos fazem protesto para permanecer na Praça. **A Notícia.** Publicado em 01/12/1999.

Artesãos da Praça XV ganham mais prazo. **A Notícia.** Publicado em 03/12/1999.

Artesãos vão deixar Praça XV. **Jornal O Estado**. Publicado em 19/11/1999

Malabaristas estão proibidos de trabalhar nas ruas de Florianópolis**. Portal ClicRBS/ Diário Catarinense** em 21/07/2009

A ópera, o bailado e seus *dilettanti* no Rio de Janeiro de D. Pedro I

Fernando Santos Berçot[*]

A atual Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, já teve outros nomes. Conhecido no século XVIII como Largo do Rossio ou Campo dos Ciganos, o espaço passou a ser chamado de Praça da Constituição, em homenagem à carta redigida em Portugal após a Revolução do Porto, e que o príncipe D. Pedro jurara, diante dessa mesma praça, meses antes do retorno definitivo do rei D. João VI para o Velho Mundo, em 1821. O vasto e movimentado descampado se destacava na paisagem da cidade colonial convertida em capital de um império, e não foi por acaso que aquele largo se tornou cenário dos mais frequentes nas pranchas dos artistas instalados no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. Jean-Baptiste Debret (1768-1848), por exemplo, haveria de representá-lo em seus detalhes, destacando-lhe o pelourinho e as casas que o circundavam, à frente das quais transitavam grupos de pessoas, escravos e senhores brancos, numa paisagem dominada pelas torres imponentes da Igreja de São Francisco de Paula, que se erguiam sobre as sacadas abertas à luz do sol e sobre os arcos de um grande edifício neoclássico que parecia atrair os olhares da maioria dos transeuntes retratados na cena.

A gravura de Debret[670] representava a aceitação provisória da constituição no Largo do Rossio em 1821, e o alvo das atenções dos passantes era o herdeiro do trono, que aparecia ao público no terraço

---

[670] Cf. a reprodução da gravura em: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, epoques de l'avéniment et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1er, Fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1839, vol. III, planche 45.

do Real Theatro São João, um prédio levantado havia menos de uma década, e que teria de ser reconstruído três anos mais tarde, já após a independência, por conta de um incêndio acidental. O novo edifício, que ficaria pronto em 1826, era muito semelhante ao seu antecessor. Ganharia, contudo, outro nome, passando a chamar-se Imperial Theatro São Pedro de Alcântara, numa homenagem ao santo padroeiro da monarquia brasileira. O prédio era administrado por seu idealizador, Fernando José de Almeida, um proprietário ambicioso que conseguira autorização régia para levantar seu empreendimento e contava com alguns sócios que dividiam consigo os lucros e as despesas da casa de espetáculos.

A reforma do teatro trouxera, porém, algumas modificações importantes no interior do edifício. A sala de espetáculos aparecia agora mais ricamente ornamentada. Na opinião do redator do jornal *O Spectador Brasileiro*, os vistosos adereços da casa combinavam com o requinte do público que enchera o teatro na noite de sua reabertura, no qual se destacavam as "bellas e lindas Senhoras" que exibiam nos camarotes os seus "adornos os mais estudados e tudo quanto a arte das modistas tem podido inventar de elegante"[671]. Também a iluminação do palco ganhava um importante incremento, tornando-se mais eficiente graças ao uso das modernas lâmpadas a gás. Os grandes investimentos na reforma do Theatro São Pedro de Alcântara eram compatíveis com a importância atribuída ao mesmo pela boa sociedade da Corte, e pareciam traduzir um enraizamento definitivo do gosto pelos espetáculos na cidade. A administração do teatro oferecia ao seu público uma casa que, ao menos na opinião de alguns, tornara-se digna dos padrões europeus[672].

---

[671] "Imperial Theatro de S. Pedro d'Alcantara". *O Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1826, p. 1. Optamos por manter a grafia original em todas as citações não traduzidas.

[672] Para o redator do jornal *Diario Fluminense*, escrevendo em 1826, o teatro que então estava para inaugurar "rivaliza com os primeiros da Europa, ao menos com

Os esforços do empresário Fernando José de Almeida seriam recompensados por D. Pedro I, que lhe premiaria com a comenda da Ordem de Cristo naquele mês de janeiro de 1826[673]. O novo comendador tinha sob suas ordens uma trupe de atores que representavam peças em português (a qual cessaria suas atividades em 1827[674]), além de uma companhia de cantores italianos, responsáveis pelas representações operísticas, e de um corpo de baile formado por dançarinos franceses. As óperas e os bailados eram apresentados em espetáculos híbridos, tal como na Europa daquela época, e os números de dança apareciam quase sempre nos intervalos da composição vocal. O público do São Pedro de Alcântara aplaudia um repertório que contava com as criações de compositores como Francesco Basili (1767-1850), Ferdinando Paer (1771-1839) e Pietro Generali (1773-1832), mas tinha como base as obras de Gioachino Rossini (1792-1868), jovem maestro italiano que fazia fortuna nos teatros europeus, e cujas criações podiam ser ouvidas do outro lado do Atlântico poucos anos após suas estreias nos palcos de Roma, Nápoles ou Milão. Os *ballets* da Corte, por seu turno, também eram apresentados com música e enredo trazidos da Europa, mas contavam com coreografias elaboradas pelo mestre Lefèvre, que chefiava a companhia de dança instalada no Rio de Janeiro.

A reinauguração do teatro parecia infundir ânimo novo ao público da Corte. Óperas já conhecidas da plateia, tais como *La*

---

aquelles, que temos visto". "Artigos não officiaes". *Diario Fluminense*. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1826, p. 29.

[673] O despacho de D. Pedro I que conferiu a Ordem de Cristo ao empresário do teatro chegou a ser reproduzido na imprensa europeia. Cf. "Relação dos Despachos publicados na Corte pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, no dia 22 de Janeiro de 1826, Faustissimo anniversario do Nascimento de Sua Magestade a Imperatriz". *Gazeta de Lisboa*. Lisboa, 13 de maio de 1826, p. 451.

[674] O redator do jornal *O Espelho Diamantino*, escrevendo em outubro de 1827, tentava explicar os motivos que teriam contribuído para a dissolução da companhia que representava peças em português no São Pedro de Alcântara. Cf. "Theatro". *O Espelho Diamantino*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1827, p. 28.

Cenerentola, *L'Italiana in Algeri* e *Il barbiere di Siviglia*, todas de Rossini, ganhavam novas montagens, e outras composições estreariam no palco da cidade nos meses seguintes. Nessa mesma época, chegavam ao Rio de Janeiro novos artistas contratados na Europa. O efeito de tantas novidades sobre a plateia da Corte não passava despercebido pela imprensa, e os comentários sobre o teatro tornavam-se mais frequentes nas páginas do *Spectador*, publicação impressa na tipografia do francês Pierre Plancher, localizada na Rua do Ouvidor. Já em julho de 1826, o redator da folha se achava em condições de escrever, com um quê de entusiasmo:

> A pezar de termos muitas vezes ouvido dizer, que os habitantes desta Capital não tinhão gosto pela musica e cantoria, o concurso prodigioso, que todos os dias de representação notamos, he huma sufficiente prova do contrario, e mostra claramente o auge, a que está elevado o Imperial Theatro[675].

A chegada dos novos membros da Companhia Italiana e suas estreias no palco da Corte era comentada no *Spectador*, que vez por outra concedia à análise dos espetáculos um espaço na quarta e última página de cada número. Esse primeiro impulso da crítica teatral logo se estendeu a outras publicações da Corte. Publicados em francês a partir de 1827, os jornais *L'Indépendant* e *L'Écho de l'Amérique du Sud*, sucessor do primeiro, também eram impressos na casa de Pierre Plancher, e traziam com muita frequência comentários críticos sobre os espetáculos que tinham lugar no São Pedro de Alcântara. A *Gazeta do Brasil*, folha bastante agressiva, e o almanaque quinzenal *O Espelho Diamantino*, dedicado ao público feminino, completavam o naipe de publicações interessadas em comentar a vida teatral da Corte no último lustro do Primeiro Reinado[676].

---

[675] *O Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, 24de julho de 1826 p. 4.

[676] O *L'Indépendant* tinha como subtítulo "feuille de commerce, politique et litteraire", e teve apenas dez números, lançados entre abril e junho de 1827. Após

Sabemos que as convenções sociais no âmbito da boa sociedade da Corte, assim como as celebrações ligadas à Família Imperial, eram responsáveis por atrair um grande público para as récitas de gala. De fato, até os primeiros anos da década de 1820, a atenção dos jornais recaía principalmente sobre os espetáculos celebrativos, associados às datas cívicas e às comemorações da realeza. É, contudo, a partir de meados de 1826, com a reforma do São João, a vinda de novos artistas e a rotinização das apresentações, que o interesse pelo teatro como deleite, como objeto de preocupações estéticas e preferências de gosto, parece ganhar um maior destaque no Rio de Janeiro. O advento da crítica de espetáculos, nessa mesma época, dava maior visibilidade à figura do *dilettante*, assíduo frequentador de poltronas e camarotes, que assistia a incontáveis récitas da mesma ópera e dos mesmos bailados, informava-se sobre seus artistas preferidos e, vez por outra, não se furtava a publicar suas impressões no jornal de sua preferência, replicando os comentários dos redatores ou reclamando da adminstração do teatro. *Dilettanti* eram também os críticos que tomavam da pena para escrever seus comentários nos jornais da Corte, e não se fiavam em conhecimentos específicos sobre teoria musical ou técnicas de dança, mas tinham no próprio bom gosto e na experiência adquirida como espectadores cultos as principais qualidades que os habilitavam a expressar seus elogios e reprimendas; inspiravam-se nos modelos europeus, certos que estavam da autoridade que estes lhes podiam conferir diante de seus leitores no Rio de Janeiro daquela época.

---

essa data, sucedeu-o o *L'Écho de l'Amérique du Sud.* Journal politique, commercial et litteraire, redigido por um certo Sevène e permanecendo em circulação até março de 1828. Já a *Gazeta do Brasil* circulou entre maio de 1827 e junho do ano seguinte. Impressa numa tipografia própria, teve mais de um redator durante sua curta existência. *O Espelho Diamantino*, por sua vez, tinha por subtítulo "Periodico de politica, litteratura, bellas artes, theatro e modas. Dedicado as senhoras brasileiras", e circulou entre outubro de 1827 e abril de 1828.

Se não devemos confundir os amadores de espetáculos com a totalidade do público, necessário é examinar com atenção as descrições que a imprensa nos legou desses personagens. O termo italiano *dilettante* aparece com frequência nos jornais da Corte, e coexiste com seu correlato francês (*amateur*) nas folhas impressas nesse idioma. O uso corrente do vocábulo, geralmente grafado em itálico na imprensa, podia servir para indicar a pessoa que praticava uma determinada arte ou ofício por distração ou prazer, em oposição ao indivíduo que exercia a mesma atividade por profissão[677]. No âmbito dos teatros e das salas de concerto, porém, o termo adquirira o sentido ao qual já aludimos, passando a identificar esse espectador frequente (um *habitué*, em francês) e apaixonado dos espetáculos que os jornais nos apresentam. Convertido em figura característica do cenário urbano da época, o *dilettante* de teatro tornara-se personagem comum nas crônicas de costumes redigidas na Europa, as quais descreviam espectadores entusiasmados que enchiam as salas de espetáculos e manifestavam com ardor e vivacidade sua devoção aos artistas de sua preferência. Na Corte de D. Pedro I, o surgimento da crítica dava voz aos aficionados dessa espécie, que se manifestavam por meio de comentários enviados aos jornais: "Não há homem mais apaixonado de Theatro do que eu, e bem raras são as vezes em que falto a levar minhas tres patacas lá para o cofre Theatral"[678], escrevia um *Melomano* ao redator da *Gazeta do Brasil*, em setembro de 1827. Outro *dilettante*, cuja missiva fora publicada pelo *L'Écho* em julho do mesmo ano, fazia questão de afirmar que o teatro lhe interessava muito mais do que a política, e lamentava o fato de que os jornais e o público em geral prestavam pouca atenção aos assuntos teatrais,

---

[677] É apenas nesse sentido, o qual não pressupõe um uso pejorativo, que o termo aparece no *Dizionario della lingua italiana* publicado por Paolo Costa e Francesco Cardinali na década de 1820. Cf. COSTA, Paolo. CARDINALI, Francesco. *Dizionario della lingua italiana*. Bolonha: Fratelli Masi, e comp., 1821, vol. III, p. 145.

[678] Melomano. *Gazeta do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1827, p. 4.

absorvidos que estavam "por não sei que guerra do sul ou do norte, pela dívida pública, o banco, a moeda, e outras futilidades semelhantes". E acrescentava, em seu tom irreverente:

> Minha paixão dominante, ou melhor, exclusiva, é o teatro; uma cavatina bem cantada me faz delirar, um belo passo bem desenhado e bem executado me põe fora de mim... que não me venham louvar mais alto os grandes líderes que a revolução americana produziu. Pouco me importa que o Sr. Ribadavia se porte bem ou mal; o que me interessa é a saúde de Mlle. Cheza; e eu não temo declarar que ficaria muito menos aflito ao ouvir que o grande Bolívar tomou um tombo, e quebrou uma perna, do que se me viessem anunciar que Mme. Dargé sofreu uma entorse.
> Isto posto, vós não provareis, eu penso, senhor, nenhuma espécie de surpresa, se eu vos digo que eu não leio os papéis públicos senão em função dos artigos de teatro, que eu adoro, e que constituem desde alguns anos todo o meu alimento literário[679].

Quando o redator da publicação *O Espelho Diamantino*, dedicada às senhoras da Corte, achou por bem publicar, numa edição de janeiro de 1828, uma seção intitulada "Ensaios sobre costumes", tratou inicialmente de informar às suas leitoras que textos como aquele eram comuns nos jornais europeus. Em seguida, dispôs-se a traçar em algumas linhas uma imagem da capital vista pelos olhos de um *dilettante*, de alguém capaz de descrever o movimento incessante de uma cidade que conhece em detalhes e à qual se harmoniza; uma cidade que crescera a olhos vistos desde a chegada da corte de D. João, e que testemunhara a multiplicação das casas de comércio, dos lugares de sociabilidade e de recreio, muitos dos quais estavam concentrados nos entornos do teatro. O ensaísta se apresenta ao "belo sexo" como um personagem que sintetiza as virtudes e as paixões desse novo homem urbano, ativo e bem informado, que frequenta os

---

[679] "Correspondance". *L'Écho de l'Amérique du Sud*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1827, p. 3 (tradução nossa).

mais diversos ambientes e pessoas, tornando-se apto a julgar o comportamento daqueles que estão ao seu redor. Nas suas palavras:

> ¿Quem eu sou? Veja-se desde já se eu sou em posição de observar costumes! Eu sou de manhãa hum activo negociante armando negocios á porta da Alfandega, hum empregado, chalaçando á seu escritorio, e compondo a chronica escandalosa do dia; eu sou hum comprador visitando as lojas das modistas da rua do Ouvidor; eu sou hum *papa-moscas* escutando tremendas petas assentado á porta de hum Boticario; pelo meio dia já sou hum dilettanti, conversando no Rocio sobre musica e dançarinas, no mesmo instante sigo na Assembléa os debates politicos, e os commentarios de meos visinhos; ás 2 horas já jantei em 3 ou 4 casas de amigos, e 4 ou 5 casas de Pasto; quando chega a noite já fiz vinte visitas no Bota-fogo, já sei noticias do caminho do Brocó, do Catete, do Catumbi e quem accende lampiões do Theatro, já me acha passeando no vestibulo colhendo novidades, retratos, modas; observo os *namoros* da Platea para os Camarotes, tambem ás vezes os da Scena para a Platea, *et vice-versa*: em fim não ha dia em que eu não tomo chá da rua da Valla para baixo e não ceio do Rocio para cima.
> Minha actividade deo-me protectores entre os fidalgos, entre os ricos; amigos entre os militares, entre os rapazes; protegidos entre os pobres. Não ha letrado, não ha médico que eu não cultive; até não ha procurador, não ha meirinho que eu não conheça[680].

O amante do teatro parecia estar em consonância com essa vivência deleitosa do espaço urbano, porquanto a agitação das praças, o movimento das ruas e as vitrinas coloridas das lojas se ofereciam aos olhos fruitivos do observador como o espetáculo cotidiano da cidade em ebulição. O Imperial Theatro era um dos focos principais para onde convergiam as atenções da boa sociedade da Corte, e, nas noites de récitas, que podiam se estender por longas horas, "a Corte em vestidos de grande Galla"[681] e a iluminação dos arredores do Rossio testemunhavam, na visão dos mais entusiastas, o

---

[680] "Ensaios sobre costumes". *O Espelho Diamantino*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1828, p. 139.
[681] "Imperial Theatro de S. Pedro d'Alcantara". *O Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1826, p. 2.

grau de civilização a que haviam chegado a capital do Império e seu povo esclarecido.

Não obstante, numa sociedade lusófona cujas parcelas letradas valorizavam acima de tudo a leitura e a conversação em francês, parece pouco provável que a maior parte do público assíduo do teatro fosse fluente na língua italiana, idioma em que as óperas eram cantadas. Razoável é supor, porém, que o vocabulário operístico da época pudesse ser mais ou menos familiar aos *dilettanti*, os quais, pelo menos em algumas ocasiões, contavam ainda com exemplares do libreto ou do argumento da obra, que podiam auxiliá-los na compreensão do espetáculo[682]. O acesso ao São Pedro de Alcântara estava franqueado a quem quer que dispusesse do dinheiro necessário à compra de uma entrada. Havia assinaturas para diversas récitas, mas quem desejasse comprar ingressos avulsos podia dirigir-se à bilheteria do teatro ou à tipografia de Plancher, na Rua do Ouvidor. Quando havia uma representação em benefício, e a renda do espetáculo revertia para um dos atores, podia ocorrer que o próprio beneficiado se encarregasse de vender os bilhetes em sua casa, reforçando desse modo sua íntima ligação com o público que o prestigiava. As representações eram divulgadas em cartazes e nos anúncios publicados na imprensa a pedido da direção ou dos próprios artistas, mas o mau tempo na noite de uma récita ou a indisposição de um dos solistas eram motivos suficientes para o cancelamento de um espetáculo. E não era sem um toque de ironia que o redator do *L'Écho*, escrevendo em julho de 1827, comunicava a seus leitores a decepção dos *dilettanti* da Corte após o anúncio da suspensão de uma récita:

> Sábado passado era o dia designado para a récita em honra, ou para dizer melhor, em benefício de um de nossos primeiros dançarinos;

---

[682] Partilhamos, neste aspecto, das opiniões de Paulo Mugayar Kühl. Cf. KÜHL, Paulo Mugayar. Tradução, adaptação e censura em libretos portugueses e brasileiros. In: *ouvirOUver*, nº3, p. 17-45. Uberlândia, 2007, p. 17-18.

> mas o tempo estava brumoso, o barômetro de M. Toussaint anunciava uma noite chuvosa, e ele prudentemente decidiu adiar sua representação. A administração, boa, doce, fraca, despreocupada..., não se opôs a essa mudança; e a palavra sinistra de *cancelamento* circula prontamente de boca em boca. Mas tudo passa nesse mundo, mesmo uma noite sem espetáculo[683]!

Piores, para os amantes do palco, eram as ocasiões em que o teatro tinha de ser fechado por ordem das autoridades. O crítico do *L'Indépendant*, por exemplo, dera-se ao trabalho de contar os 133 dias nos quais a casa de espetáculos permaneceu fechada durante o luto pela morte da imperatriz D. Leopoldina, e descrevia a expectativa do público às vésperas da reabertura das portas do São Pedro de Alcântara "aos *Dilettanti* extenuados, e aos amadores de piruetas e entreatos, quase reduzidos ao desespero"[684] naquele mês de abril de 1827. O "desepero" a que aludia o comentário, resultante da falta de espetáculos durante um longo período, repetia-se todos os anos na época da quaresma, tempo de penitência que assinalava o fim do ano teatral e que, no dizer de outro crítico, era "uma verdadeira época de dor para os *habitués* do teatro, e para os artistas, um tempo de repouso"[685].

As preferências dos *dilettanti* e os artigos ousados dos críticos não tardaram a estimular a formação de verdadeiros partidos teatrais na Corte. Quando a cantora francesa Élise Barbieri estreou no palco do São Pedro de Alcântara, em setembro de 1827, ganhou de imediato a simpatia de jornais como o *L'Écho* e a *Gazeta do Brasil*, que não poupavam críticas à outra *prima donna* da companhia da canto, Maria Teresa Fasciotti. Esta, porém, contava com a proteção

---

[683] "Théâtre Impérial". *L'Écho de l'Amérique du Sud*. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1827, p. 4 (tradução nossa).

[684] "Theatre Imperial". *L'Indépendant*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1827, p. 4 (tradução nossa).

[685] "Lettres sur le théatre. Nº 2". *O Espelho Diamantino*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1828, p. 206 (tradução nossa).

de seus admiradores, um dos quais se dispôs a escrever artigos em sua defesa na folha *Astrea*[686], veículo de tendência liberal e adversário ferrenho da *Gazeta*. A disputa entre os partidários das duas cantoras não se limitou à troca de farpas na imprensa, mas se traduziu em verdadeiros tumultos na plateia do teatro, como atestam os comentários sobre algumas récitas. Às manifestações de desagrado e às pateadas de costume veio se somar a ideia de lançar moedas de cobre no palco, a fim de insultar uma das cantoras[687]. Quando Barbieri, após uma série de récitas bem sucedidas, manifestou seu desejo de retornar à Europa, os críticos que a apoiavam tentaram dissuadi-la de suas intenções com argumentos e súplicas, e alguns *dilettanti*, que admiravam os talentos e os dotes físicos da cantora, chegaram a enviar sonetos em sua homenagem para serem publicados nos jornais. As diversas manifestações em favor de sua permanência não impediram, contudo, que Barbieri embarcasse de volta para o Velho Mundo em meados de 1828. Nessa mesma época, a extinção prematura da *Gazeta do Brasil*, do *L'Écho* e do *Espelho Diamantino* arrefeceu a voga da crítica que se instalara na imprensa da Corte havia apenas dois anos. Não obstante, os espetáculos de ópera e de bailado permaneceriam frequentes na cidade até 1831, quando a abdicação de D. Pedro I e as leis rigorosas da Regência levaram a um fechamento provisório do São Pedro de Alcântara e à consequente dissolução das companhias de canto e de dança.

Durante o Período Regencial, os *dilettanti* da Corte ficaram privados dos grandes espetáculos músico-teatrais que haviam testemunhado durante a década anterior. Nessa época, os artistas que

---

[686] O jornal *Astrea* circulou entre junho de 1826 e agosto de 1832.

[687] Para uma análise detalhada da rivalidade entre Fasciotti e Barbieri, cf. GIRON, Luís Antônio. *Minoridade crítica*: a ópera e o teatro nos folhetins da Corte: 1826-1861. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 88 e ss.

permaneciam na cidade ainda promoviam recitais por subscrição, e uma nova trupe de atores mantinha ativo o palco do Largo do Rossio com a representação de peças em português[688]. As grandes encenações de óperas e de bailados, contudo, com seus cenários e figurinos completos, só reapareceriam na Corte alguns anos após a maioridade de D. Pedro II. A crítica de espetáculos dos primórdios do Segundo Reinado encontrou no jovem Martins Pena um ativo colaborador. O dramaturgo, que haveria de morrer precocemente, escrevia suas impressões sobre o teatro no *Jornal do Commercio*, e fazia representar suas comédias no palco do São Pedro de Alcântara. Numa dessas peças, intitulada *O dilettante* e apresentada ao público da Corte em 1845, Martins Pena colocava em cena os risíveis despautérios de um amante entusiasmado dos espetáculos, José Antônio, que passa os dias a comentar os sucessos operísticos da época e a música melodiosa dos compositores italianos. Se os excessos do personagem divertiam o público, era porque a figura curiosa do *habitué* do teatro, já bem conhecida na cidade desde os tempos de Fasciotti e Barbieri, podia ser comparada, numa sátira, à imagem do homem apaixonado cujas atitudes e obsessões são capazes de levar à loucura, como na fala do velho José Antônio ao jovem Marcelo, enamorado de sua filha, na qual o *dilettante* descreve sua comoção diante de uma representação de ópera:

> Quando a música toca no fundo da minha alma, dá-me vontade de fazer um despropósito; de fazer nem sei o que... Saltar, pular, esfregar-me, espojar-me pelo chão... Ah, meu amigo, que sensação deliciosa[689]!

---

[688] Uma companhia de artistas portugueses havia se estabelecido na cidade em 1829, e tinha a atriz Ludovina Soares da Costa como membro principal. Cf. PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro: 1570-1908*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 56.

[689] PENA, Martins. *O diletante*. In: _________. *Comédias*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966, p. 228.

O Trabalhador como Protagonista no Teatro de Hermilo Borba Filho: Auto da Mula-de-Padre.

Valmir Aleixo Ferreira
Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em História Comparada da UFRJ.

Os anos 40 foram fundamentais para a consolidação de uma moderna cultura teatral brasileira, por conta da chegada de Ziembinski no porto do Rio de Janeiro[690] e da publicação de *Clima*, primeira revista editada por Décio da Almeida Prado, em São Paulo, ambos os fatos ocorridos no ano de 1941. Apontavam como arautos anunciadores que o debate cultural brasileiro estava para ferver, na medida em que estavam para cair por terra as fronteiras entre uma cultura erudita[691], engessada, que procurava se diferenciar justamente no distanciamento do imaginário produzido por aqueles pertencentes às camadas subalternas, o que foi chamado de cultura popular.

> (...) assumindo-se que as relações de dominação implicam lutas entre *idéias* que circulam, sendo apropriadas incessantemente por dominantes e dominados. Assim, as categorias de pensamento, imaginário e cultura política passaram a freqüentar os estudos. (...) Segundo os trabalhos de história cultural, sabemos que toda mensagem é recepcionada e apreendida por um grupo de forma dinâmica, ativa, seguindo suas próprias referências. Não há público passivo e, portanto, entre a intenção da mensagem emitida e o

[690]"A maioria dos passageiros que conseguiu chegar ao Brasil o fez a bordo de outros navios. Muitos tiveram sucesso de uma forma ou de outra, até a chegada do vapor Cabo de Buena Esperanza, em setembro de 1941, quando o desembarque se deu à revelia de Vargas." Koifman, Fábio. *Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

[691] Nesse mesmo ano de 1941 foram apresentadas duas óperas do Teatro Municipal do Rio: *Malazarte*, de Oscar Lorenzo Fernandez, com libreto de Graça Aranha adaptado de sua própria peça sobre a personagem folclórica brasileira. E *Tiradentes*, de Eleazar de Carvalho, com libreto de A. Figueira de Almeida, sobre a Inconfidência Mineira.

> entendimento do público há um grande espaço para novas elaborações.[692].

Ziembinski teve seu primeiro contato com o teatro brasileiro em uma festa no antigo Hotel Central, que ficava atrás do Teatro Municipal. No coquetel estavam presentes artistas e intelectuais, entre eles Agostinho Olavo, membro do grupo de teatro Os Comediantes[693]. Ziembinski ficou impressionado com o nível das pessoas envolvidas. Neste período as principais companhias de teatro profissional do Rio eram as de Procópio Ferreira, de Jayme Costa, de Dulcina e Odilon, e a Cia. Vicente Celestino. Os Comediantes eram amadores formados por jovens da alta classe média, cultos, viajados e bem informados da evolução do teatro europeu das últimas décadas.

---

[692] Gomes, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p.161. (grifo nosso)

[693]Companhia de teatro do Rio de Janeiro que atuou de 1938 a 1947, onde Ziembinski trabalhou e montou Vestido de Noiva o marco de fundação do teatro brasileiro moderno. A companhia nasce da inquietação de um grupo de intelectuais interessados na entrada, mesmo que tardia, do teatro brasileiro no movimento iniciado pela Semana de Arte Moderna. Amadores, Os Comediantes intentam modificar o panorama do teatro que se faz na época, dominado pelo teatro de revista e pelos atores-empresários, tais como Dulcina de Moraes, Procópio Ferreira e Jaime Costa. São seus fundadores Brutus Pedreira, Tomás Santa Rosa e Luiza Barreto Leite. Segundo o crítico Gustavo Dória, o percurso do grupo está bastante ligado ao da Associação de Artistas Brasileiros, fundada no início dos anos 1930 e freqüentada por modernistas como Di Cavalcanti, Candido Portinari, Tomás Santa Rosa e Lasar Segall. O espetáculo de estréia é **A Verdade de Cada Um**, de Luigi Pirandello, com direção de Adacto Filho, 1940. Ainda nesse ano, com o mesmo diretor, segue-se **Uma Mulher e Três Palhaços**, de Marcel Achard.

> Eram muitos cultos, todos muito bem informados, embora com uma certa ferocidade em relação ao que se fazia no teatro brasileiro daquela época. Com muito fervor, falavam da necessidade de fazer um outro tipo de teatro – um teatro intelectualizado, um teatro civilizado, um teatro artisticamente puro.[694]

Em meio às inovações trazidas pelo teatro amador, foi de fundamental importância para pautar no campo do teatro as temáticas sociais e políticas a figura do diplomata Paschoal Carlos Magno, que recorreu às potencialidades da juventude estudantil e universitária para criar uma alternativa ao teatro profissional do período. Voltando de alguns anos na Europa, principalmente da Inglaterra, onde havia servido no Consulado do Brasil em Manchester, Paschoal procurou trazer para os palcos brasileiros as experiências do teatro universitário que ele havia assistido em universidades britânicas e francesas. A Casa do Estudante do Brasil, dirigida por Ana Amélia Queiroz Carneiro, acolheu sua iniciativa, que tomou o nome de Teatro do Estudante do Brasil que se multiplicou por vários estados brasileiros. Na cidade de Recife foi fundado por Hermilo Borba Filho o Teatro de Estudante de Pernambuco, que contava também com Ariano Suassuna. O TEP levava para o palco as questões nacionais, do mundo do trabalho e principalmente as de temáticas nordestinas.

---

[694] Michalski, Yan. Ziembinski e o teatro brasileiro. Hucitec/Funarte. São Paulo, 1995.

Hermilo Borba Filho foi um profissional de teatro completo, dramaturgo, encenador, romancista, tradutor, crítico, professor e ator. Quando se mudou para São Paulo, escreveu crítica teatral para os jornais Última Hora e Correio Paulista, e também para a Revista Visão. Voltando para Recife funda o Teatro Popular do Nordeste TPN e o Teatro de Arena do Recife.

Em São Paulo era fundada a Revista Clima, criada pelo grupo mais expressivo de alunos das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entre os fundadores de Clima estavam Antonio Candido, responsável por discutir literaturas, Paulo Emílio, sobre cinema e Décio de Almeida Prado que iniciava sues estudos sobre teatro. Este grupo reintroduzia, depois dos modernistas de 22, a discussão sobre arte, estética e cultura na sociedade brasileira. Porém, não ficavam somente nas elucubrações teóricas partiam para a prática, tanto que Décio de Almeida assume como diretor do Grupo Universitário de Teatro e dirige em 1943 a peça de Gil Vicente – Auto da Barca do Inferno, no

mesmo ano da estréia de Vestido de Noiva de Ziembinski, no Rio de Janeiro.

Santa Rosa, Ziembinski e Nelson Rodrigues no cenário de Santa Rosa de *Vestido de Noiva* de Nelson, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1943 (Arquivo Funarte).

A institucionalização do teatro moderno brasileiro: construindo um campo de atuação profissional.

A organização institucional e a produção de uma forma discursiva junto com a consolidação de um mercado representaram condições essenciais para a construção de um campo de atuação profissional teatral no Brasil e, também, a presença de Alfredo Mesquita, em São Paulo, e Paschoal Carlos Magno, no Rio de Janeiro, ambos com habilidades de análise teórica e prática, dotados de enorme capacidade de realização. O primeiro foi fundador da Escola de Arte Dramática – EAD, fundada em 1948, hoje incorporada à Universidade de São Paulo, que caminhou do diletantismo ao rigor profissional, exigindo preparo e especialização. O segundo foi diretor do Teatro do Estudante do Brasil - TEB, criado

em 1938, que organizou diversos festivais de teatros no Rio de Janeiro. Paschoal Magno e Alfredo Mesquita representam praticamente o primeiro passo em um processo de institucionalização do teatro brasileiro. Porém, no campo da escritura cênica o marco fundamental do teatro brasileiro moderno foi o espetáculo Vestido de Noiva de Nelson Rodrigues, dirigido por Zbigniew Ziembinski em dezembro de 1943, pois tanto no campo do texto quanto na encenação este trabalho apresentou algumas inovações: Nelson apresenta sua trama com ações simultâneas com tempos diferentes e Ziembinski encena o espetáculo como uma projeção exterior da mente da protagonista Alaíde, ultrapassando assim os limites do naturalismo.

> A consolidação do teatro como um campo de atuação cada vez mais profissional ocorre a partir dos anos 40 e se consolida em 1948, com a criação do Teatro Brasileiro de Comédia – TBC dirigido pelo italiano Franco Zampari que posteriormente esteve filiado à Comissão Estadual de Teatro de São Paulo. Sua receita de sucesso apoiava-se na escolha de textos consagrados e encenadores estrangeiros. Surgia com o TBC certo caráter empresarial. Passaram por ele oito diretores europeus, além de mais de vinte atores, chegando a ter 47 pessoas em sua folha de pagamento[695].

O Teatro de Arena, fundado por José Renato, em 1953, ao sair da Escola de Arte Dramática, apresentava uma disposição cênica diferente, com atores no centro e espectadores ao redor, uma reformulação das relações entre os atores em cena ou entre estes e o público. Mas a projeção só lhe veio mesmo, quando se juntaram a José Renato três grandes homens de teatro que foram responsáveis por uma nova etapa na história do teatro brasileiro: Augusto Boal,

[695] Prado, Décio de Almeida. O teatro brasileiro moderno. 3.ed. SP: Perspectiva, 2007. 43 p.

Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho. Com eles nascia assim o Teatro Engajado.

> As obras possuem um tempo e um lugar. Participam de lutas e de questionamentos específicos tanto ao momento de sua produção, quanto ao seu tempo de recepção e de fruição. Neste sentido, há uma historicidade na construção dos parâmetros de análise da criação artística. E é a luz desse movimento histórico e historiográfico, que se deve compreender os lugares atribuídos a dramaturgia (...) revelando, nitidamente, o compromisso político de sua arte, explicitou também a necessidade e a urgência em viabilizar um TEATRO ENGAJADO em torno de projetos e/ou lutas, que propiciassem a politização cada vez maior da sociedade brasileira.[696]

A grande influência do Teatro de Arena era apontar para uma tendência de não privilegiar o estético[697] e sim garantir uma maior consistência emocional, intelectual e, sobretudo política ao teatro brasileiro. Com os espetáculos Arena Canta Zumbi, de 1965 e Arena Canta Tiradentes, de 1967, essas experiências foram radicalizadas com o primeiro Centro Popular de Cultura – CPC, da UNE, fundado no Rio de Janeiro em 1961 por Oduvaldo Vianna Filho que ficou conhecido como Vianinha. Aliás, tratando-se de teatro político, cabe lembrar que a primeira montagem de Brecht no Brasil data de 1956 com o espetáculo A exceção e a regra, realizado como trabalho de formação dos alunos da Escola de Arte Dramática de São Paulo. Já a primeira montagem profissional de Brecht foi A Alma Boa de Setsuan, em 1958, também em São Paulo, que trazia no elenco Maria Della Costa e foi dirigida pelo italiano Flaminio Bollini.

---

[696] Patriota, Rosangela. História – Teatro – Política: Vianinha, 30 anos depois. In Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 1- Ano 1º - Nº 1, outubro/novembro/dezembro 2004. 3p.

[697] Prado, Décio de Almeida. O teatro brasileiro moderno. 3.ed. SP: Perspectiva, 2007. 63 p.

O Teatro Oficina, sediado em São Paulo, conseguiu reunir características das duas principais vertentes do teatro brasileiro. Apresentava elementos do TBC quanto ao seu profissionalismo, quanto o aspecto estético, o cuidado com o lado material e técnico do espetáculo. E do Teatro de Arena herdou as preocupações políticas, o desejo de pensar o país e seu momento histórico, e a intenção de não isolar o palco do seu contexto social. Sua maturidade artística data de 1967, com a montagem do texto O Rei da Vela de Oswald de Andrade, sob direção de José Celso Martinez Corrêa que ampliando o espaço cênico, animava o palco dando-lhe vida própria, prolongando até o grotesco cada alusão, fosse ela obscena ou política, nesta última dizia-se que, na peça, "o marxismo não surgia apenas no âmbito nacional, enquanto luta de classes, ampliando-se ao confronto imperialista entre nações ricas, representadas no palco por Mister Jones, e nações pobres, entre as quais figurava um país de economia arcaica" [698].

O TBC, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, junto com a Escola de Arte Dramática da USP, e ainda a dramaturgia de Nelson Rodrigues foram a gênese de um teatro brasileiro preocupado, não só pelo aumento de sua qualidade técnica, mas também com um teatro profundamente integrado às questões sociais e políticas do nosso país. Esse processo cênico, de qualidade e de diálogo social, ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento do teatro como um campo de atuação profissional e político em nosso país.

O teatro, o poder e o serviço de recreação operária nos anos 40.

As relações do teatro com as instancias do poder político contribuíram para o fortalecimento do movimento teatral brasileiro nos anos 40, percebendo esse momento o jornalista Daniel

---

[698] Prado, Décio de Almeida. OP. CIT, 112 p.

Caetano[699], realizou e publicou no Diário de Notícias em 1946, quarenta e duas entrevistas com empresários e artistas do meio teatral. O jornalista relata que ficou temeroso ao assumir o cargo de crítico de teatro no Diário de Notícias, com apenas 24 anos e decidiu utilizar o espaço de sua coluna chamada de Teatro para publicar as entrevistas, pois seria uma boa apresentação aos nomes do teatro brasileiro.

É de fundamental importância o trabalho do historiador Victor Hugo A. Pereira para compreender tanto a efervescência do teatro neste período como as relações que membros da classe teatral tinham com os homens da política e suas instâncias de poder. Victor afirma que havia, no teatro, um projeto modernizador que era naturalmente elitista e que este só poderia existir com o apoio dos organismos oficiais. E que esse mesmo projeto modernizador pode ter tido um efeito inibidor e deformador de outras tradições teatrais de possuíam caráter mais popular. Porém, é importante salientar que mesmo com todo esse projeto, as variedades de grupos e companhias ligadas principalmente aos estudantes que traziam temáticas trabalhistas e sociais que depois foram matéria prima para os trabalhos do Teatro de Arena e do Teatro do Oprimido, pautaram as temáticas sociais e trabalhistas no campo do teatro.

> A atuação do Estado no campo da arte, e particularmente na arte popular, destacava-se, por exemplo, no reconhecimento do valor e do poder de sugestão da música popular. Nesse campo, os efeitos da nova política social podiam ser sentidos através de um certo tipo de competição. Até então, os sambas tinham como temática recorrente o elogio à malandragem, caracterizando o trabalho como longo e penoso sofrimento. Mas tal panorama já se modificava devido à ação das leis que reconheciam os direitos dos trabalhadores. (...) Surgiam

[699] O pesquisador Victor Hugo, entrevistou em 1981, o jornalista Daniel Caetano como parte da sua pesquisa que foi publicada no livro A musa carrancuda – teatro e poder no Estado Novo.

desta nova fonte personagens que se empregavam em fábricas e outros afazeres.[700]

A criação do Serviço de Recreação Operária, também em 1943, tinha como objetivos a higiene mental e a segurança social do operário. Este serviço organizava centros de recreação localizados em bairros proletários do Rio de Janeiro. Mas mesmo antes da criação do Serviço de Recreação, o próprio presidente Getúlio Vargas já atentara para a necessidade de intervir nesse importante setor, determinando pessoalmente, em 1942, a organização de um concurso de romance e comédia em homenagem ao trabalhador brasileiro. "O concurso deveria realçar os altos predicados das classes proletárias e acentuar suas possibilidades dentro do mundo brasileiro." [701]

O Serviço de Recreação Operária também foi responsável pela formação da Discoteca Social Trabalhista, que gravava em discos as palestras promovidas e distribuía cópias para emissoras de rádio dos diversos estados. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, o ano de 1943 foi sem sombra de dúvida crucial para a questão da sindicalização. Além de ter sido o ano de maior atuação da CTOS, foi também o ano da Consolidação das Leis do Trabalho, anunciada do dia 1º de maio no campo de São Januário, no Rio de Janeiro. É importante ressaltar que Ângela de Castro trabalha e instrumentaliza a categoria de classe de E. P. Thompson, considerando que uma classe existe, acontece, quando um grupo de homens que compartilham experiências comuns apreendem estas vivências em termos políticos e culturais.

A coincidência do encontro do diretor teatral polonês Zbigniew Ziembinski com Nelson Rodrigues, bem como a incorporação do

[700] Gomes, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.228.

[701] Gomes, Ângela Maria de Castro. Op Cit, p.229.

> cenógrafo Santa Rosa ao projeto de montagem, confluência de talentos que foi, sem dúvida, decisiva para a qualidade do espetáculo, devem ser examinadas à luz da formação da rede de relações que garantia a produção, circulação e legitimação de bens culturais durante o Estado Novo[702]

As redes de sociabilidades que se articularam nos anos 40 representavam um aprofundamento, tanto no campo teórico como no das práticas culturais, das questões levantadas pelos modernistas, porém com alguns desdobramentos no campo das técnicas e das temáticas apreciadas nos espetáculos teatrais. É fato que a aproximação com o poder viabilizou vários projetos teatrais, principalmente por meio do patrocínio do Estado, como, aliás, acontece até os dias de hoje, mas a quantidade e a qualidade das produções teatrais fogem completamente ao controle do estado. Os grupos subalternos continuaram a pautar nos palcos brasileiros seus sentimentos e identidades, criando estratégias de sobrevivência e além de tudo demonstrando uma imensa capacidade de responder às adversidades para colocar seus espetáculos nos palcos e nas ruas das nossas cidades.

O trabalhador na literatura dramática de Hermilo Borba Filho.

A peça Auto da Mula-de-Padre foi escrita em 1948 por Hermilo Borba Filho e publicada neste mesmo ano pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, com ilustrações de Darel, e enfoca principalmente o ideário do trabalhador rural brasileiro dos anos 40. Mula-de-Padre é como se chamava o conto da mula sem cabeça, que é um personagem do folclore brasileiro. É uma forma de assombração de uma mulher que foi amaldiçoada por Deus por seus pecados, muitas vezes é dito ser uma concubina que por ter feito sexo dentro de uma igreja com um padre católico, é condenada

[702] Pereira, Victor Hugo Adler. A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.19.

a se transformar em uma criatura descrita como tendo a forma de um equino sem a cabeça que vomita fogo, galopando pelo campo do entardecer de quinta-feira ao amanhecer de sexta-feira, nas noites de lua cheia.

O texto dramático apresenta e dá visibilidade há uma lógica controladora por trás da narrativa fantástica. No momento em que representa e expõe no palco as consequências nefastas de não se seguir um comportamento de cunho moral religioso, o texto propõe a catarse que seria a consciência de que vivemos em uma sociedade que procura nos amendrontar e manipular, mas na medida que enchergamos esse controle nos tornamos aptos a nos libertar dessa lógica de dominação.

Personagens:

Padre
Mulata
Narrador
Primeiro Trabalhador
Segundo Trabalhador
Terceiro Trabalhador
Quarto Trabalhador
Quinto Trabalhador
Sexto Trabalhador
Negro
Zé Formoso
Batinga

Na própria apresentação em que os personagens são elencados é possível perceber que a primeira condição da maioria deles é ser trabalhador. Eles não aparecem com um apelido ou um nome que não o qualifique como tal, mas, num universo de treze personagens, temos seis trabalhadores na peça.

> É mula-de-padre. É assombração. E os negros que à tarde, cantando, voltaram do eito, cansados, pras casas escuras. Enquanto a almanjarra, gemendo na noite, se cobre do escuro ou da luz do luar. Conversam com medo, até manhazinha, histórias antigas que o vento da noite carrega pra longe.[703]

[703] Borba Filho, Hermilo. Auto da Mula-de-Padre In: Hermilo Borba Filho: teatro selecionado. Org. Leda Alves e Luis Augusto Reis, Rio de Janeiro: Funarte, 2007.

O Prólogo do Narrador deixa claras as más condições de trabalho, apresentando o cansaço e o medo destes trabalhadores. Cabe notarmos que a concepção da narrativa é toda épica, e o gênero épico é justamente o modelo utilizado pelos dramaturgos que procuram enfocar temáticas históricas, trabalhistas e questões socais. Apontando também o fato de muitos trabalhadores serem negros, o que pressupõe um dialogo direto com a condição de escravidão, da qual classe trabalhadora foi refém por um longo período da nossa história.

Podemos observar que, no campo da produção de significados e simbolismo da peça, "sem cabeça" também pode significar ausência da razão e, portanto, da própria consciência, que por outro lado representa o predomínio das paixões, dos impulsos, do imediato. Propondo a metáfora do medo. Existe um medo oficial, um medo fabricado sob medida que impede as pessoas de agirem, medo do poder, medo construído pelo próprio homem, mas que excede a capacidade humana de resistência.

> (...) medo diante do incomensuravelmente grande e poderoso, face ao céu estrelado, o mar ou um maciço montanhoso, medo ante as reviravoltas cósmicas e catástrofes naturais, medo das próprias línguas e formas de pensamentos que elas implicam. Esse medo cósmico é usado por todos os sistemas para suprimir a pessoa e sua consciência.[704]

Esses medos são capazes de negar ou mesmo eliminar a nossa consciência, e essa vulnerabilidade é construída a partir do nosso contato real com a violência. É uma preocupação com uma ameaça de perigo específica. A violência impõe o terror como norma e quando nos colocamos, hipoteticamente como no teatro, de frente para nossos medos, nos damos à possibilidade de uma compreensão

[704] Bauman, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.P-65.

por meio desta análise, que nos torna capaz de criar novas estratégias na sociabilidade.

O coro, que no teatro tem uma função quase que didática, no texto de Hermilo é o "canto dos trabalhadores do eito" e ainda parece apresentar um universo de trabalhadores escravos ou ex-escravos remetendo diretamente há uma condição de escravidão e origem africana:

> Curvados, cansados –Ao sol que nos queima – Cavando essa terra – Lembramos a nossa
> Que um dia deixamos – Pra vir pra cá – Nossa terra de Loanda – Ó Xangô, onde estará?
> A terra santa, Loanda... – Quando voltaremos pra lá?[705]

Outros personagens da peça se lamentam por não estar entre os trabalhadores, dizendo que o dia dos trabalhadores, mesmo com todas as dificuldades, é melhor, pois entre eles não existe solidão. Em meio ao cotidiano e os hábitos dos trabalhadores que contam seus "causos", há sempre um ou dois que tomam a liderança e se apresentam mais corajosos para enfrentar os obstáculos e as contendas.

> Quinto Trabalhador – Amanhã de manhã a gente tem que pegar no pesado.
> Quarto Trabalhador – Isso é uma vida de cachorro.
> O Negro – O patrão tá dormindo na cama fofa. (pausa) Com a mulher.
> Primeiro Trabalhador – Se a gente achasse uma botija.
> O Negro – O pior de tudo é a falta de mulher.
> Segundo Trabalhador – E de dinheiro.

Em outro momento a rubrica do autor ainda apresenta a seguinte observação: "O negro é o único que resiste, tomando atitudes de

---

[705] Borba Filho, Hermilo. Auto da Mula-de-Padre In: Hermilo Borba Filho: teatro selecionado. Org. Leda Alves e Luis Augusto Reis, Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 223.

comando, chamando os homens para enfrentar o sobrenatural. Mas eles se amontoam todos a um canto, unidos como ratos à frente de um gato." [706]

O texto possui uma gama de significados de uma brasilidade tão profunda que nos remete há uma memória histórica afetiva, os contos da época de criança, de um Brasil rural que se faz presente na peça de Hermilo e se materializa no teatro, fazendo com que a magia do palco nos devolva a história de trabalhadores que pertenciam a um Brasil profundo, com raízes no campo e na escravidão. E é justamente por essa relação de pertencimento que nós nos reencontramos com eles, quando percebemos que somos frutos destas continuidades que não se dissipam no tempo, pelo contrário, permanecem porque existem em nós e na nossa história.

---

[706] Borba Filho, Hermilo. Auto da Mula-de-Padre In: Hermilo Borba Filho: teatro selecionado. Org. Leda Alves e Luis Augusto Reis, Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 231.

Milton Nascimento: um ícone da mineiridade
Milton Nascimento: An icon of mining

Alberto Carlos de Souza[707]

RESUMO

Este trabalho, tendo como proposta de condução o conceito de lugares de memória, é um estudo elaborado a partir de duas obras fonográficas de Milton Nascimento, Minas e Geraes, lançadas, respectivamente, nos anos de 1975 e 1976 e que foram considerados pela crítica da época como a melhor tradução do "movimento" Clube da Esquina em suas propostas, representações culturais, musicalidade e poesia, como expressão da autonomia do grupo (não se pode esquecer que o próprio Milton, apesar do seu péssimo inglês, vinha fazendo fama no exterior e por lá estava assimilando as mais recentes influências das músicas norte americana e europeia). Tais obras foram engendradas num contexto em que o Brasil vivia um momento de forte repressão política, circunstância na qual Milton Nascimento e seus parceiros percebem a hora de, em "Minas" cantar para dentro, sem perder suas raízes mineiras e, em "Geraes" cantar para fora, ao incorporando à sua musicalidade elementos do jazz, sons latino-americanos e o rock progressivo inglês.

Palavras chave: Milton Nascimento; Música Popular Brasileira; História; Identidade Cultural.

ABSTRACT

This work, with the proposed driving the concept of places of memory, a study is made from two phonographic works of Milton, Minas Geraes and launched respectively in 1975 and 1976 and who were considered by the critics of season as the best translation of

---

[707] Doutorando em Humanidades, pela Universidade Nacional de Rosário(UNR)-Argentina. Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira- Niterói/RJ. Professor de Arte da Secretaria de Vitória e Serra/ES. Acsouza71@bol.com.br

"movement" Clube da Esquina in their proposals, representations, cultural, musical and poetry as an expression of autonomy of the group (we can not forget that Milton himself, despite his bad English, was making fame abroad and there was assimilating the latest music influences from North American and European). These works were engendered a context in which Brazil was experiencing a time of strong political repression circumstance in which Milton and his partners realize the hour in "Mine" sing in, without losing its mining roots, and "Geraes" sing out, while incorporating elements of its musicality of jazz, Latin American sounds and the English progressive rock.
Key-words: Milton Nascimento, the Brazilian Popular Music, History, Cultural Identity.

Introdução

Este estudo buscou apresentar um momento cultural da música popular brasileira no cenário histórico que se apresenta na década de 1970, confrontando, ao mesmo tempo, a biografia do artista Milton Nascimento, tendo como ponto de partida os discos “Minas” e “Geraes”. Dentre toda a vasta discografia de Milton Nascimento, a nossa escolha se deu por “Minas” (1975) e “Geraes” (1976) obras consideradas pela crítica como a produção musical mais representativa do movimento Clube da Esquina. Além disso, estas obras permitem uma interpretação em que se destaca o tema da identidade. A leitura das letras anuncia um movimento de ir e vir, uma ‘interiorização” e uma “exteriorização” e que nos permite fazer uma leitura das musicas compostas por Milton Nascimento em que o artista se abriu para o novo sem perder sua identidade local. Dessa forma, Hall (2006) entende que tal estado de crise possibilita aos sujeitos novas posições de identificação, tornando as identidades menos fixas e unificadas, e sim abertas ao novo, sem abrir mão de sua cultura, possibilitando aprender novos conhecimentos, nesse

processo que é irreversível – chamado globalização -, aberto à diversidade.

Assim posto, entendemos ser função da escola criar junto ao alunado um espaço de valorização de seu patrimônio cultural e para tal, consideramos a teoria dos lugares de memória – conforme proposição de Nora (1984). A teoria dos lugares da memória foi formulada e desenvolvida a partir dos seminários orientados por Nora na *École Pratique de Hautes Etudes*, de Paris, entre 1978 e 1981, sendo editada em "*Les Lieux de Mémorie*", uma obra composta por quatro volumes. Reportando-se à memória nacional francesa, Nora, nesta obra, considera ser importante inventariar os lugares onde a memória – cada vez mais ameaçada de desaparecer -, ainda permanece encarnada.

Situando a arte como atividade prática construtora deste processo, Aristóteles inicia a concepção reflexiva da mesma; uma arte fixa, a serviço do homem. No entanto, este autor também contribuiu para consolidar o papel pedagógico da arte, particularmente na tragédia.

Esse conceito pedagógico da arte ao reafirmar o seu papel educativo, que é efetuado em duas modalidades sucessivas, acontecidas à educação moral e à pureza da forma. Assim posto, a pedagogia artística de Hegel. Nesse referido estudo, Benjamin analisa a relação entre arte e o público na sociedade contemporânea, assumindo que a obra de arte tinha uma aura que ao longo dos tempos foi perdida em função de uma reprodutibilidade técnica. Mas afinal, o que é uma aura? Para Benjamin aura é "uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja" (BENJAMIN, 1994, p. 170). Nas sociedades tradicionais, na experiência da obra com o público existia uma distância e reverência entre cada obra de arte e o observador: essa obra era única. Assim posto, Benjamin refere que naquelas sociedades a obra de arte, sendo única, possuía o

valor de culto. Ao longo dos tempos a arte, antes única, evoluiu de sua função ritual para o lugar de objeto de comunicação de massas. Neste processo, a arte perdeu sua aura e, cada vez mais reproduzida, passa a fundar-se na política.

Este estudo buscou discutir o lugar da memória na obra poética "Minas" (1975) e "Geraes" (1976).

Um cantor da mineiridade

Milton Nascimento é reconhecido internacionalmente como um ícone da mineiridade. Mas, engana-se quem pensa que ele nasceu e foi criado no bucólico Bairro de Santa Teresa, em Belo Horizonte. Milton nasceu no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1942. Mas quem era essa criança? Poderia ser, como nos diz Del Priore (2007), uma criança como muitas outras crianças brasileiras, como aquelas que estão em toda parte, com destinos variados e variados rostos: rostinhos mulatos, brancos, negros e mestiços. Algumas amadas ou outras simplesmente usadas. Um rostinho negro... Uma criança muito amada. Na cidade do Rio de Janeiro, no início da década de 40, morava no Bairro da Tijuca os Carvalho e Silva. Seu Edgar - um bancário -, Dona Augusta – cuidava da casa e dava conta de tocar lá mesmo uma espécie de restaurante que servia almoço para uma clientela formada basicamente por caixeiros-viajantes -, e suas duas filhas, Dulce e Lilia. Agregada a essa família, Maria do Carmo Nascimento – moça negra, vinda do interior de Minas Gerais -, que trabalhava naquela casa como cozinheira. Nessa família duas mulheres, de diferentes classes sociais, em suas trajetórias de trabalho: Dona Augusta e Maria do Carmo.

Mas, voltando ao cotidiano da família Carvalho e Silva, tudo estava indo muito bem, até que Maria do Carmo – a cozinheira -, engravidou sem ter casado. Com o nascimento de um menino, que recebeu o nome de Milton, o casal Carvalho e Silva tornou-se os padrinhos do mesmo. No entanto, antes que a criança completasse

um ano, Maria do Carmo ficou bastante debilitada e com muita tosse: estava com tuberculose. Lília, a filha mais nova do casal, passou a dedicar a maior parte de seu tempo a Milton – pois a mãe do menino já estava numa fase avançada da doença. Dessa forma, a jovem assumiu toda a responsabilidade de cuidar do menino, a que, carinhosamente, passou a chamar de Bituca. Milton desde pequeno já dava sinais de aproximação com a música. Bastava Lília se assentar ao piano para treinar as peças aprendidas no tempo de escola com o seu professor Heitor Villa-Lobos[708], que o menino ia engatinhando em sua direção, erguendo-se no banco e sacudindo o seu corpo, tentando acompanhar o suave ritmo daquela música. Lília seguia a vida ajudando a mãe em suas tarefas domésticas e cuidando de Bituca, uma vez que a mãe do menino estava cada vez mais doente. Na década de 40 os remédios disponíveis para o tratamento da tuberculose ainda eram muito limitados e a chance de morte desses doentes era muito grande. A empatia entre a família de Lília e a família de Zino foi imediata e a data do casamento logo foi marcada.

Voltando para o Rio de Janeiro a família Carvalho e Silva começou a intensificar os preparativos para o casamento. Pouco antes do casamento de Lilia, que se deu no dia 24 de maio de 1945, Bituca tornou-se órfão de mãe. O futuro da criança, com a morte da mãe e a ausência do pai, ficou muito delicado: Dona Augusta decidiu o destino da criança e a levou para a sua avó materna, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Um carro se aproximou da rua onde estava o menino e, de cara, Bituca reconheceu o motorista e passageira. Lilia saiu do carro e o abraçou fortemente. De maneira sensível e sensata, a avó entendeu que estar junto de Lília era o que podia haver de melhor para o seu neto. Levando Bituca, o casal retornou para o Rio de Janeiro ainda no mesmo dia.

Do Rio de Janeiro para Três Pontas a viagem foi de trem. Zino, perdido na leitura de um romance. Lilia contagiada com a alegria de

Bituca; para ela, era como se o menino estivesse brincando de viajar num “Trenzinho Caipira” [709]. Naquela viagem de trem, na qual foi pela primeira vez para Três Pontas, Bituca também se encantou pelas montanhas e cafezais. Somou-se a isso, no decorrer dos anos em que viveu naquela cidade, o encanto pelas lendas contadas pelos seus avós paternos, o amor de sua mãe, as invenções de seu pai, a religiosidade mineira, a comida trivial (ovo estrelado, folhas de tomates fritas à milanesa, a broa de milho), as sessões dominicais de cinema, as brincadeiras com as outras crianças e com o seu maior brinquedo – a música. Tudo isso foi parte da travessia de Milton em direção à mineiridade – sentimento ou noção da particularidade do jeito mineiro de ser. A ida de Milton Nascimento de Três Pontas para Belo Horizonte se deu aos poucos: nesse tempo seus finais de semana na capital mineira foram ficando cada vez mais freqüentes, havendo um bom motivo para isso. Gileno, o irmão mais velho de Wagner Tiso tinha ido para Belo Horizonte, para estudar, passando a morar com a tia. Essa senhora era a Dona Irene e morava no 4º andar num certo edifício no centro da cidade – o Edifício Levy. No ano de 1964, início do mês de março pairou várias nuvens acinzentadas, sobre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, o que levou milhares de pessoas às ruas contra as medidas tomadas pelo Governo. Instalava-se como uma brisa quente, um boato, da queda do então presidente da república, Jango, pelos militares. Transcorrido aquele mês, o boato tornou-se fato real:

> [...] Entre o primeiro disparo telefônico de (general) Mourão na madrugada de 31 de março de 1964 e o telefonema do general

[709] Trata-se de uma referência à obra Trenzinho Caipira de autoria do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos , de quem Lilia foi aluna quando estudou em uma escola pública do Rio de Janeiro. A propósito, Heitor Villa-Lobos (1887 – 1959) é festejado como o maior compositor brasileiro e de grande renome internacional. A originalidade de suas composições consiste na integração de técnicas européias contemporâneas com elementos da música nacional. Villa-Lobos influenciou todas as gerações posteriores de músicos brasileiros (SADIE, 2002).

> Castello Branco a um deputado amigo, informando que a fatura estava liquidada, no início da tarde de 1º de abril, passaram-se 32 horas (GASPARI, 2003, p. 88).

Era o começo de uma longa Ditadura no Brasil, instalada no dia 31 daquele mês, mas que teve como prenúncio muitos fatos relevantes e que serviram para aumentar a instabilidade política, dentre outras, a conservadora Marcha com Deus pela Liberdade e os movimentos com milhares de pessoas na capital paulista e mineira, protestando contra medidas políticas adotadas pelo presidente Jango. O dia 31 de março de 1964 marcou o início de um dos períodos mais críticos de nossa história. No mesmo dia, uma boate estava sendo inaugurada na sobreloja do Edifício Maleta. Mesmo assim, os jovens freqüentadores do edifício Maleta foram à inauguração da Boate Berimbau, com o intuito de buscar boa música aos seus ouvidos e se divertir, afinal a vida continuava com ou sem ditadura. Essa conceituada boate tinha dois ambientes: um dentro dela onde só poderia entrar maiores de dezoito anos e cujo palco era bastante disputado, onde todos os músicos, havendo vaga, poderiam tocar ou cantar.

E o outro ambiente – externo -, era freqüentado por jovens com menos idade. Passaram pela boate Berimbau nomes como: Toninho Horta (irmão do respeitado músico Paulo Horta), Nelson Ângelo, Lô Borges (irmão de Marilton Borges), Beto Guedes entre outros. Tocar ou cantar nessa boate, era o sonho de consumo de qualquer músico da cidade, pois, nesta casa só tocava "fera". Então, Wagner juntamente com Milton e Paulo Braga formou o "Berimbau Trio". Com esta formação foram convidados a tocar nessa que era a casa de shows mais conceituada de Belo Horizonte. Com estes dois amigos e muitos outros, todos tendo em comum o gosto pela música, é que nasceu o movimento denominado "Clube da Esquina". De que esquina estamos falando? Estamos nos referindo à confluência das ruas Divinópolis e Paraisópolis, no Bairro de Santa Teresa, na cidade

de Belo Horizonte. Naquela esquina havia o “Bar do Tuchão”, onde Milton e seus amigos costumavam se encontrar. Daí a expressão “Clube da Esquina”.

A inserção de Milton no panorama musical popular brasileiro – como era muito comum em sua época -, se deu através dos festivais. A sua primeira aparição como cantor foi no Festival Nacional da Música Popular da TV Excelsior, em São Paulo, no ano de 1966, quando defendeu a música “Cidade Vazia”, de autoria de Baden Powell. Nesse festival, a grande vencedora foi “Porta Estandarte”, de Geraldo Vandré e Fernando Lona, sob a interpretação de Tuca e Airton Moreira. “Cidade vazia” foi classificada em quarto lugar e Milton, por sua interpretação, ganhou o primeiro troféu de sua carreira: o “Berimbau de Bronze”. Neste mesmo ano, Elis Regina inclui no seu álbum “Elis”, lançado pela CBD-Philips, uma de suas músicas – a “Canção do sal”; considerada pelos críticos como a sua primeira aparição expressiva enquanto compositor. Com esta canção – e com a ajuda de Elis -, Milton nascimento começa a ganhar prestígio: “[...] não era só mais uma bela voz, era um compositor de vanguarda, dizia-se.” (DUARTE, 2006, p. 113). E foi pelas mãos de Agostinho dos Santos que Milton chegou ao Rio de Janeiro.

Agostinho tomou conhecimento que, desde a desclassificação de “Irmão de fé” Milton andava meio decepcionado com os festivais de música, de tal modo que ninguém seria capaz de fazê-lo mudar de opinião. E as inscrições para o II Festival Internacional de Canção (FIC) estavam abertas. Como garantir da participação de Milton Nascimento? A saída foi usar um artifício. De posse daquela fita, Agostinho dos Santos inscreveu Milton e as três músicas no II FIC. Foi por intermédio de Elis Regina que Milton soube estar inscrito no II FIC e, o que é melhor, classificado. Uma semana antes do início do II FIC, Milton, juntamente com Fernando Brant, (co-autor de Travessia) já estava no Rio de Janeiro para participar dos ensaios. O saldo foi muito positivo para Milton Nascimento: Travessia foi

premiada com o segundo lugar, Milton ganhou o prêmio de Melhor Interprete e foi o artista mais aplaudido do festival. Os dias de “vacas magras” do cantor haviam chegado ao fim. Milton abriu caminho para a consagração. Só a partir daí é que a sua platéia cresceu e suas vendas de discos se tornaram expressivas. Entretanto, conforme avalia Bahiana (2006) a grande virada profissional do cantor Milton Nascimento foi o álbum “Milagres dos Peixes”, lançado em 1967 e que contou com shows ao vivo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Por ocasião do lançamento de “Minas”, Milton Nascimento já havia se tornado uma referência na Música Popular Brasileira, alcançando o seu disco teve uma boa aceitação entre um público diversificado – jovens, estudantes e gente mais velha -, tanto nas capitais quanto em cidades do interior brasileiro, nos seus shows as pessoas cantando as suas músicas e recebendo cartas de fãs. “Minas” foi criado numa época de grande crise financeira na vida de Milton Nascimento, de tal forma que nem ele mesmo pode entender como criou algo tão claro.

Segundo Bahiana (2006), o disco “Minas” resiste ao passar do tempo e nunca envelhece com o passar dos anos, pois seu repertório é constantemente revisitado e reinterpretado por seus autores e novos interpretes, com seus arranjos, energia e vigor em seu repertório. “Geraes” foi uma espécie de continuação de “Minas”. No entanto, enquanto “Minas” esteve fiel à mineiridade – lembranças, paisagens, igrejinhas e trens -, “Geraes” incorporou elementos da latinidade às toadas mineiras. O resultado, aclamado pela crítica, foi uma fusão de ritmos.

Considerações finais

Uma das músicas que mescla o tradicional jeito mineiro de ser com a latinidade é “Lua girou” (NASCIMENTO, 1976). Como na canção acima, a vida de Milton Nascimento também girou; o menino experimentou fases como se fosse a lua. O pequeno Bituca foi

minguante quando perdeu a sua mãe e foi mandado para Juiz de Fora. Não fosse todo o desvelo de Lília, a sua nova mãe, a história que contamos acima teria sido outra, como a história de muitos meninos largados à sua própria sorte. Por fim, Bituca abre-se para o novo. Quando vai morar em Três Corações, lugar onde serviu o exército, torna-se Wilton. Depois, já em Belo Horizonte, vira (novamente) Milton. E nesse processo, torna-se Milton Nascimento, caminhante por uma estrada chamada mundo.

Referências

BAHIANA, Ana Maria. **Nada será como antes**: MPB anos 70 – 30 anos depois. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2006.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica – primeira versão. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BORGES, Márcio. **Os sonhos não envelhecem**: histórias do Clube da Esquina. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, Maria Dolores Pires do Rio. **Travessia**: a vida de Milton Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GARCIA, Luis Henrique Assis. **Coisas que ficaram muito tempo por dizer**: o Clube da Esquina como formação cultural. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo.
NASCIMENTO, Milton. Geraes. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo.
NASCIMENTO, Milton. Lua girou – arranjo e adaptação de Milton Nascimento sobre tema folclórico. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes.** Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.511
NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. **Clube da esquina**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1972. 1 CD: digital, estéreo.
NORA, Pierre. **Les lieux de mémorie**. Paris: Editions Gallimard, 1992.
SADIE, Stanley. **The New Grove Dictionary Grove of Music and Musicians.** 2nd ed. V. 26. London: MacMillan, 2001.

Rua: a borda nos circuitos do pensamento de José Resende

Thais Assunção Santos
PPG História Social – Mestrado
FFLCH/ USP
Bolsista FAPESP

José Resende tem plantado perguntas no e sobre o meio de arte brasileiro. Nos anos 70 a escultura se tornou central e suas referências tomaram certa distância com relação ao mestre, Wesley Duke Lee. A passagem pela faculdade de arquitetura durante os intensos anos 60 o mergulharam numa série de indagações, invariavelmente acerca da existência social da arte. Elas lhe acompanham desde então e passam por engajamento, linguagem e discurso, formação em arte, chegando aos desdobramentos institucionais - escola, museu, crítica e mercado. Seu pensamento sobre relação arte e sociedade atravessou o processo de reconfiguração geral provocado pela ditadura militar; nesse confronto está localizada uma noção de autonomia que crê sobremaneira na linguagem como princípio da experiência artística, como se pudesse neutralizá-la da ideologia e da utopia[710]. Disse certa vez: *"Recortar o mundo é uma aventura muito utópica. Acho que o trabalho está querendo ter uma figura mais presente. (...) Meu trabalho não tem intenções futuras".* Nesse sentido se diz aqui que as ruas são uma espécie de "borda" nos circuitos; nelas o trabalho constrói e está sujeito a lugares e público heterogêneos, não

[710] Sobre o ponto de vista da relação direta com a política cf. SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política 1964-1969.* In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil.* Rio de Janeiro: Funarte, 1982. Sobre a formação de organizações autônomas no campo da cultura cf. CZAJKA, Rodrigo. *Redesenhando Ideologias: cultura e política em tempos de golpe.* História, Questões e Debates, 40, Pós-História/ UFPR, Curitiba, 2004, 37-58. NAPOLITANO, Marcos Francisco. *Engenheiros de Almas ou Vendedores de Utopia?* In: 1964-2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras, 2004.

especializados e não neutralizados por discursos que emanam do próprio campo da arte. O texto pretende reler o pensamento (obras, escritos, entrevistas) deste artista sob este ponto de vista.

A admiração e o êxito emanados da construção de Brasília e as chances de viabilidade profissional oferecidas pela arquitetura tiveram efeito sobre Resende e boa parte de sua geração[711]. A opção pela arte em perspectiva profissional maturou junto com o aprendizado e as trocas no desenho, base do aprendizado com Duke Lee, depois proposto de outras maneiras na Escola Brasil: (dois pontos). A revisão crítica dos projetos de modernização despontaram no fim da década - *Tropicália* de Oiticica e *Terra em Transe* de Glauber Rocha. Em 1967 José Resende foi premiado na "I Jovem Arte Contemporânea do MAC-USP". *Bibelô, Secção da Montanha,* trabalho que ganhou o prêmio, conta a intensidade do convívio com Duke Lee e das experiências na "Rex Gallery & Sons". O diálogo direto de *Bibelô* com a *minimal* arte foi logo percebido - a "redução eidética" do desenho da montanha (L) comentava aqui menos a experiência perceptiva ou a seriação como processo construtivo e mais o lugar social da arte, sua domesticação da arte ao nível do decorativo e supérfluo. A escultura procura tornar palpável a experiência intangível (e talvez transcendente) simbolizada pela montanha, num possível paralelo com a solução acontecimento-objeto a que se dedicam os artistas. O trabalho preserva na terra depositada no interior da peça, com ambigüidade própria da ironia, essência transcendente e medida de realidade[712].

---

[711] Cf. DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção.* São Paulo: Perspectiva, 1989. FERRAZ, Tânia S. *Trabalhos de escala ambiental: Da escultura moderna a situações contemporâneas.* São Paulo: ECA-USP, dissertação de mestrado, 2006.

[712] Sobre o diálogo franco com a *minimal* e Marcel Duchamp cf. Entrevista com José Resende In: FERRAZ, Tânia S. *Trabalhos de escala ambiental: Da escultura moderna a situações contemporâneas.* São Paulo: ECA/USP, dissertação de

A galeria fundada por Lee, Nelson Leirner, Geraldo de Barros, Fajardo, Baravelli, Nasser e Resende expôs uma dimensão bastante realista da arte, geralmente escamoteada: interstícios econômicos, sociais e políticos que formam o meio. No jornal que anunciava a sua abertura, reclamava-se a impossibilidade se subsistência através da atividade artística, o despreparo do circuito, de modo especial no caso R ex, crítica e galerias [713]. Olhando hoje, à distância nem tão larga, o projeto agrupou concepções e aspirações muito distintas, mas enfeixadas num mesmo problema – a condição do objeto de arte como bem simbólico, como mercadoria que emergência da nova "categoria" o objeto. Dentro e fora da "Rex" interessavam as tendências artísticas então novas ou que até ali tinham tido presença mais rarefeita no Brasil – *nouvelle realisme, nouvelle figuracion* , Marcel Duchamp, o dadaísmo, a *pop*, *op*, *hard edge* e *minimal* arte – pelo interesse na expressão para a experiência artística na conjuntura da na cidade industrializada inclusive no campo da cultura[714].

Aí se situa o encanto dos jovens membros da Rex (entre eles José Resende) por "novos materiais" como o acrílico ou a fórmica. Na exposição que anunciou a abertura da Escola Brasil: em 1970, os

---

mestrado, 2006. DUCHAMP, Marcel. *O Ato de Criação* (trad. membros da *Rex*). In: *Rex Time*, São Paulo: Rex Gallery &Sons, número 4, 10/03/1967.

[713] CORRÊA, Thomas Souto. *AVISO: É A GUERRA*. In: Rex Time, São Paulo: Rex Gallery &Sons, número 1, 03/06/1966. LOPES, Fernanda. *Rex Time – Éramos o Time do Rei.* São Paulo: Alameda, 2009. Sobre diferenças entre artistas na Rex cf. ABOS, Márcia. *Exposições e documentários revisitam trajetória de Nelson Leirner*, disponível em http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2011/09/01/exposicoes-documentario-revisitam-trajetoria-de-nelson-leirner-925270202.asp, acesso em 08/09/2011. DUKE Lee, Wesley In: *Enciclopédia Itaú de Artes Visuais*, disponível em: http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2844&id=001450&titulo=Wesley%20Duke%20Lee&auto=undefined, acesso em 13/06/2011.

[714] Fora da Rex cf. OITICICA, Hélio. *Esquema Geral da Nova Objetividade.* In: FIGUEIREDO, L.; PAPE, L.; SALOMÃO, W. (orgs.). *Aspiro ao grande labirinto.* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. PELEGRINI, Ana Claudia S. *A iconografia de massa nas artes plásticas: Brasil anos 60.* São Paulo: FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2006.

trabalhos de Resende continuavam a conversa com a cidade e as linguagens internacionais mas de modo mais especial, com o universo da construção civil. As esculturas que Resende mostrou eram feitas de placas de madeira maciça, compensados, vigas de ferro, britas, cabos e estruturas de aço, alumínio, telhas, cabos, ônix, borracha, vidro, pedra, cobre, bronze. Os próprios trabalhos encarregavam-se de explicar procedimentos tão simples quanto significativos – empilhar, amarrar, cortar, encostar, parafusar, montar, equilibrar, empenar, suspender. A relação com a cidade foi inclusive uma intenção direta, manifestada pelos artistas nas cartas endereçadas aos dois museus onde a mostra aconteceu, MAM-RJ e MAC-USP[715]. O grupo (Resende, Luiz P. Baravelli, Frederico Nasser, Carlos Fajardo) pediu que as janelas dos espaços expositivos estivessem desobstruídas e que o interior fosse pintado de branco; o segundo pedido situa bem o desejo de demarcar um espaço senão exatamente neutro, ao menos separado.

Walter Zanini notou o diálogo intenso com muitas tendências e movimentos internacionais – além da *minimal*, *povera*, construtivismo e "conceitualismo". Havia uma conversa com a arquitetura, com a crítica ao projeto moderno que também o neoconcretismo tinha, de outro modo, trabalhado[716]. Entre as forças de sentido da obra está o silêncio entrelaçado à recusa à narrativa, na evidência da materialidade e dos procedimentos construtivos e ausência de títulos. A isso se deve, ao menos em parte, a impressão de que *"na sua efêmera existência parecem traduzir a longevidade*

---

[715] Cartas nos arquivos das duas instituições.

[716] Cf. CORREA, Patrícia. *José Resende.* Cosac & Naif, 2004. Não é a discussão direta deste trabalho, mas podemos deixar sugerida uma possível continuidade com o movimento concreto, quanto aos procedimentos construtivos e à preocupação em consolidar instituições e a crença positiva na inserção da arte nos espaços de mercado como estratégia crítica.

de uma pirâmide” [717]. Se relação com as experiências neoconcretas acontece pela sensibilidade dos materiais e pelas provocações de instabilidade e interrupção que reverberavam diretamente no corpo por outro lado, a distância ou repelência que provocam no observador distinguem a obra de Resende da máxima da vanguarda brasileira[718]. Com toda sua evidencia construtiva paira a dúvida, a impressão de que no silêncio há algum sentido oculto, codificado. Por este caminho seguimos observando o primeiro trabalho de Resende instalado na rua, em 1978.

Trata-se de um muro suspenso, feito por encomenda para a Praça da Sé, centro de São Paulo, que ganhou um jardim com esculturas de Caciporé Torres, Franz Weissmann, Bruno Giorgio, Francisco Stockinger, Marcelo Nitsche, entre os 14 artistas escolhidos por uma comissão mista, formada por técnicos da Emurb e críticos escolhidos pela Secretaria da Cultura. A heterogeneidade foi um critério de escolha para expor a *“síntese de culturas diferentes”* que identifica a cidade[719]. Alguns dados são mais do que detalhes. Olavo Setúbal era o prefeito de São Paulo sob governo Geisel; a nova praça surgia da construção e inauguração da estação central do metrô de São Paulo, mais um projeto que fazia fama e saldos positivos para o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura. O “muro” projetado por Resende, segundo acordo inicial, seria instalado num lugar que deixaria obstruída a visão do prédio do Fórum, como uma tarja preta de censura às vistas dos passantes; também serviria de espaço a pichações, manifestações[720]. A Emurb mudou a escultura de lugar;

---

[717] ZANINI, Walter. *Exposição individual/ conjunta.* In: *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, 24/10/1970.

[718] Cf. BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo – ruptura e vértice da tradição construtiva.* São Paulo: Cosac & Naif, 2002. CHIARELLI, Tadeu. *Arte Internacional Brasileira.* São Paulo: Lemos, 1999.

[719] JUNQUEIRA, Suzana Avelar. *Sem Heróis – A Nova Praça da Sé.* Revista *Arte Hoje*, número 10, ano 1, vol.1, abril de 1978

[720] CORREA, Patrícia. *José Resende.* São Paulo, Cosac & Naif, p.152/3.

Resende escreveu à direção comissão responsável alegando que seu trabalho, em confronto inevitável com o edifício, pela localização determinada pela comissão, *“(...) é um traço preto que para o observador que sobe em direção ao Fórum praticamente sublinha o edifício e ao mesmo tempo se destaca dele”* [721]. Sem sucesso. O muro assumiu confronto direto não só com o espaço e a conjuntura da encomenda, mas com sua própria condição enquanto escultura.

Na revista Malasartes, o texto que Resende intitulou *Ausência da Escultura* enunciou sua posição crítica com relação ao circuito das artes. Partiu da invenção de um problema: a substituição da estátua do Cristo Redentor por outra. O texto tem dois eixos, em torno dos quais oscila - a pertinência da linguagem no espaço público e as instâncias possivelmente envolvidas na solução do problema. Ao isolamento da arte contemporânea as respostas seriam espaços alternativos para a criação (artística e crítica) fora das instituições responsáveis por controlam o acesso aos códigos da arte, e que se alimentam mutuamente - uma vez mais, museus, mercado e crítica. Os tais códigos da arte, não diretos, competiria com a própria cidade: ocupação urbana desorganizada onde os monumentos não cumprem mais função referencial para seus habitantes, as escalas desproporcionais da arquitetura e a publicidade. Aos olhos de Resende um batom gigante de Oldenburg está a uma linha fina da propaganda; mas os muralistas mexicanos também soam *“ilustração da consciência política a ser comunicada”*. Procurou elucidar a simbiose que trabalhos contemporâneos podem ter, como vistas da cidade e pontuou: não fala sobre anti-arte ou sua diluição, mas de constituí-la empenhada numa postura crítica diante as instituições pensando a impossibilidade em separar criação e fruição, produção e

[721] Carta de José Resende à Comissão Especial para escolha das esculturas integradas à Nova Praça da Sé, 14/08/1978. Arquivo pessoal do artista.

circulação, a risco de alijar os trabalhos de suas intenções originais, controlados por *"critérios alheios à arte"*[722].

A inserção social da arte através de espaços alternativos (da arte e não design ou arquitetura) é uma das estratégias de ação dos anos 70[723]. Mas no caso de *Ausência da Escultura* a situação é menos diluir fronteiras entre arte e não arte – *"uma pilha de tijolos pode ser uma referência para arte, o que não quer dizer que a arte constitua uma referência para o homem que fez a pilha de tijolos na obra"*.

O trabalho na Praça da Sé "acirra contradições" que são interiores e exteriores ao circuito; instaura-se sem concessões à contemplação ou a qualquer narrativa que não seja a da própria cidade – suas obstruções e violências. Reitera a lógica da cidade e a fala do artista, já que carece necessariamente de contexto para que advenha o sentido, acesso ao seu código nos termos propostos por Resende. Setúbal, em campanha eleitoral, esperou a vinda de Geisel para inaugurar a praça[724]; o governo da abertura "lenta, segura e gradual" já acenava, desde seu início, espaços institucionais para o campo da cultura. Opor-se ao nacional confundia-se com oposição ao nacionalismo[725], conforme indica com todas as letras, na primeira página, a publicação de *A Parte do Fogo*[726].

Boom, Pós-Boom e Disboom, texto publicado em 1976 no jornal *Opinião* e assinado por Brito, Zílio, Caldas e Resende é uma pedra no meio do caminho: a linguagem se converte em parâmetro para a

---

[722] Cf. RESENDE, José. *Ausência da Escultura.* In: *Malasartes.*Rio de Janeiro, número 3, abril/maio/junho de 1973.
[723] Cf. FAVARETTO, Celso. *Tropicália: Alegoria, Alegria.* Cotia: Atelier Editorial, 2000. HOLLANDA, Heloísa. B. *Marginais, alternativos, independentes.* In: GASPARI, E.; HOLLANDA, H.B.; VENTURA, Zuenir (orgs.). *70/80 Cultura em Trânsito – da repressão à abertura.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
[724] TEIXEIRA, Regina H. *A Sé já está pronta.* O Estado de São Paulo, 16/01/1978.
[725] Cf. MICELI, Sérgio. *O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70).* In: MICELI, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel/ IDESP, 1984; ZILIO, Carlos, op. citada na página 1.
[726] *A Parte do Fogo,* 01/03/1980.

criação, o mercado em estratégia para a reforma qualitativa do sistema das artes. Descartados o nacional e o Estado como lugares de ação, restaria então o mercado, impulsionador do eixo linguagem e crítica, capaz de por em confronto a diversidade da produção contemporânea; a luta do texto é pela adesão do mercado ao risco, pela institucionalização da arte contemporânea [727].

De 1978 até o próximo trabalho de Resende instalado na rua em 1992 o artista experimentou também materiais frágeis e líquidos. Persiste o gesto de levar ao limite contradições, reafirmar a inviabilidade e gratuidade da arte no presente, depois das vanguardas. Otília Arantes reconhecia a sedução latente nos trabalhos de José Resende daquela época; mas perguntava se a pretensão do objeto em ser "quase nada", em não contrariar a distração e a dispersão que caracterizam o estado atual de coisas não constrói impressão contrária, de que o trabalho esconde algo, como um segredo contado somente aos iniciados[728].

O recorte da *Vênus* surgiu do movimento sugerido pela placa de aço cortada, como condição necessária à sua estabilidade[729]; foi exposta em maior escala durante a Documenta de Kassel, em 1992. Depois, uma versão menor foi instalada na frente da galeria Paulo Fernandes, sócio de Resende na empresa. A escultura que ganhou o apelido de "Negona", esparramada *"é muito mais lenta que o ritmo da cidade"* [730]. Existe um vídeo, registrando o movimento leve do corpo de chapa de aço no meio da passagem de um dos muitos blocos que ocupa o centro do Rio de Janeiro no carnaval, o

---

[727] BRITO, R.; CALDAS, W.; RESENDE, J.; ZILIO, C. *Boom, Pós-boom e Dis-boom.* In: FERREIRA, Glória. *Arte Contemporáneo Brasileño – Documentos y Críticas.* Santiago da Compostela: Espanha: Artedado, 2009.
[728] Cf. ARANTES, Otília. *Depois das vanguardas*. In: *Arte em Revista*. São Paulo: CEAC, ano 5, número 7, agosto de 1983.
[729] Cf. CORRÊA, Patrícia. *José Resende.* São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
[730] Idem, p. 160/1.

Boitatá[731]. Situação parecida é o trabalho *Sem Título*, constantemente apedrejado no Jardim de Esculturas do MAM-SP, dentro do parque Ibirapuera. A chapa horizontal equilibrada por cortes que lembrar pequenas pernas de uma centopéia esconde um segredo para aqueles que duvidam de sua bidimensionalidade – pela lateral descobre-se seu movimento curvo, orgânico. Para melhorar a passagem e a conservação das peças o museu colocou pedras de brita no espaço que liga o jardim a outro prédio do parque, apelidado "Oca". Os visitantes descobriram que as britas atiradas contra a placa provocam um som longo e interessante; e assim se tornou freqüentada pelo público, para alegria do escultor - "*Lembra o verso do Lezama Lima que diz: 'Alegria da centopéia é quando chega o cruzamento.'"* [732].

Passante veio ao contrário de *Vênus*: exposto em menor escala no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio e depois maior, foi colocado no Largo da Carioca pela Prefeitura Municipal. O trabalho é uma imagem como que rente à relação das pessoas com aquele lugar da cidade. Embora não tenha sido elaborado para ocupar exatamente aquele espaço Ronaldo Brito notou (e talvez tenha ajudado a conspirar a favor) que eram trabalhos que sonhavam *"algum dia, estar lá fora"* [733]. Em 1999, numa entrevista o artista respondeu ao jornalista que observava que *Vênus* e *Passante* eram menos "carrancudas"; Resende respondeu: *"Ele se tornou muito rigoroso nessa aventura de o trabalho se fazer a si mesmo. É muita redução..."* [734] .

---

[731] Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=SNN_YfHTSTE, acesso em 23/10/2011.

[732] ZAPPI, Lucrecia. *Apropriação pela pedra*. Folha de São Paulo, Ilustrada, 10/02/2004.

[733] BRITO, R. *Para quem passa, esculturas passageiras*. O Estado de São Paulo, 22/10/1994.

[734] CARVALHO, Mário César. *José Resende quer fazer o público rir*. Folha de São Paulo, 30/11/1999.

Em 1994, o artista e um operador de guindastes passaram dez dias empilhando e re-empilhando blocos de granito encontrados num depósito de galpões industriais semi-abandonados. Afinal, quem são as pessoas que tornam as idéias de Resende palpáveis? Os blocos, somente quase cúbicos, tinham que ser arranjados pela sintonia entre o movimento dos olhos da percepção do artista e o domínio que o operador tem da técnica; Resende reconhece na orquestração experiências suas na cidade que o levaram a escrever *Ausência da Escultura*. Em 2001 chocou aos pares seis trens, deixando-os suspensos por cabos de aço; opera quase que na contra mão daquela intenção distraída, criticada por Otília, uma vez que a imagem rouba o tempo da passagem. Os muitos (realmente muitos) passantes anônimos que pegam o metrô para a Zona Leste certamente não passaram incólumes ao choque. José Resende agora está preparando junto com Nelson Brissac cortes de vagões de trem perto da Mooca, bairro centro-leste de São Paulo; concomitante ao projeto há um curso em parceria com a faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos; se o empilhamento seguido por 10 dias remonta imagens de Ausência da Escultura, o trabalho com a universidade para um projeto como este parece uma retomada da proposta que fez em *Formação do Artista no Brasil* – de que pusesse ser espaço aberto à experiência, mas em diálogo direto com a sociedade[735]. O trabalho para a Bienal do Mercosul, o mais recente, tinha como pressuposto assumir a condição de equipamento público à beira do rio Guaíba. Projetou um mirante que tem 28 metros de comprimento sustentado por apenas 2 metros de apoio; o mínimo de estrutura para atingir o equilíbrio como sempre; cabe pensar se justamente o uso não colabora para um sentido contrário ao que assumem seus trabalhos

[735] RESENDE, José. Formação do Artista no Brasil. In: *Malasartes*. Rio de Janeiro: setembro/ outubro/ novembro de 1975.

no interior dos museus e galerias, construtivo não exatamente na forma, mas no espaço social.

Quando indagado sobre as experiências de trabalho nas ruas, José Resende insiste que a combinação "arte pública" lhe soa redundante; não acredita que venha a existir com outra finalidade que não a de tornar-se pública. Por isso distingue a obra que somente está na rua daquela que alça de fato algum tipo pertencimento entre pessoas e lugar[736]. Não se trata de por em dúvida o benefício que instituições bem formadas podem oferecer. Mas a pergunta que persiste é se o que possibilita a apropriação nestes casos são sentidos simbólicos amalgamados na cultura compartilhada cotidianamente (como no caso dos trens do Arte Cidade) ou a formação proporcionada por instituições artísticas consolidadas, condição necessária para fruir o discurso reproduzido por elas. Na borda dos circuitos José Resende encontrou um sentido de construtividade, para sua linguagem e para o meio, que a gratuidade e a disponibilidade do discurso instituído na arte contemporânea parecem não ter sido capazes de oferecer.

---

[736] Cf. CARNEIRO, Lúcia; PADILHA, Ileana P.. *José Resende – entrevista à Lúcia Carneiro e Ileana Padilha.* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, Centro de Arte Hélio Oiticica, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1999.

Cultura e política na transição democrática brasileira: o Movimento Estudantil em Juiz de Fora

Gislene Edwiges de Lacerda[737]

Resumo: Entre 1974 e 1985 o Brasil viveu um período marcado pelo ressurgimento dos Movimentos Sociais ao cenário político nacional na luta pelo fim da Ditadura Militar. O Movimento Estudantil foi um destes movimentos que possuiu um importante papel na luta pelo retorno à democracia brasileira. A cultura também assumiu grande importância como elemento de resistência e de luta política, tornando-se um significativo artefato de mobilização social. Em Juiz de Fora / MG surgiu, neste contexto, um intenso movimento cultural que possuía raízes no Movimento Estudantil e buscava difundir idéias políticas e ao mesmo tempo defender uma cultura de qualidade e livre da repressão. Neste artigo, através das memórias dos militantes estudantis deste período, compreendemos a relação entre movimento cultural e movimento estudantil na cidade de Juiz de Fora, percebendo como esta relação origina as bases para aprofundamos na compreensão do período de transição democrática brasileira e a atuação dos movimentos sociais.

Introdução

Atualmente minha pesquisa de doutoramento desenvolvida no PPGHIS da UFRJ é fruto de questionamentos que surgiram ao concluir o mestrado, com o objetivo de poder ampliar o recorte que inicialmente foi a cidade de Juiz de Fora / MG, um pólo de referencia para a região da Zona da Mata Mineira. Na pesquisa desenvolvida

[737] Doutoranda em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em História – UFJF; Professora substituta no departamento de História da UFJF.

me dediquei ao trabalho com as memórias de ex-militantes políticos, atuantes nas diferentes tendências de esquerda no interior do Movimento Estudantil nas décadas de 1970 e 1980 na cidade. Contudo, além dos questionamentos que busco responder através desta nova pesquisa, outra questão me veio à tona. Questão esta que busco ponderar neste artigo.

Ao analisar as entrevistas realizadas para a referida pesquisa, um fator apareceu com destaque: o movimento cultural. Os entrevistados destacaram como o Movimento Estudantil sempre caminhou junto ao movimento cultural e como as iniciativas estudantis de promover cultura eram uma forma de lutar politicamente. A década de 70 é vista por eles como um momento de retomada do movimento cultural, a qual teria sido protagonizada pelos universitários com uma visão de que, lutar por cultura também era lutar por liberdade e democracia. Na busca de compreender o papel da cultura na luta política e suas utilizações pelo Movimento Estudantil a partir da realidade de Juiz de Fora, é que sigo este artigo.

1. Cultura e política: um diálogo de interações

Juiz de Fora sempre foi uma cidade que teve a cultura como ponto de agregação social. O processo cultural que vinha se desenvolvendo durante o século XX, sofreu uma fragmentação ao chegar à década de 60, com o golpe militar. Segundo Cristina Musse, o processo cultural de Juiz de Fora foi mediado pelas faculdades particulares e posteriormente, a partir de 1960, pela UFJF, quando a mesma foi criada. Assim, a UFJF passou a ser "pólo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes"[738].

---

[738] MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercícios de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado. p. 114

Para Cristina Musse, mesmo com a implantação da ditadura, que modificava o cenário, os estudantes ainda resistiram até 1968, levando à frente ações culturais até o AI-5, que implantou a censura e dispersou o ME na cidade. Segundo a autora, muitas foram as iniciativas culturais naquele tempo, como a criação do Centro de Estudos Cinematográficos aliado à exibição de filmes que lotavam o cine-teatro central. O encontro dos estudantes sempre se dava na Rua Halfeld, local de encontro de todos os estudantes, dos diferentes cursos, em cafés e bares, onde discutiam política e também cultura, dando seguimento ao processo cultural. A livraria Saragana, na rua São João, era ponto de encontro dos militantes do PCB. Próximo a ela, no Palace hotel, foram realizados encontros com a *Civilização Brasileira*, vista como um momento de resistência intelectual, debatendo com os mais importantes autores que publicavam pela editora[739].

Estes pontos levantados são exemplos de um movimento cultural que estava em processo de consolidação na cidade, sempre protagonizado pelos estudantes. Contudo, após 1968, apesar da resistência de muitos, essas ações se minimizaram devido à repressão. Permaneceram, principalmente, apresentações musicais, com festivais promovidos, não apenas pela prefeitura, mas por colégios da cidade.

Em 1974, percebe-se um ressurgir das ações culturais, também iniciadas pelo Movimento Estudantil e que marcaram o processo cultural da cidade de Juiz de Fora, bem como a reorganização política e mais expressiva desse movimento. O DCE, no referido ano, buscando democratizar a universidade e a sociedade, investiu em ações culturais e lançou o Som Aberto, que para os estudantes representava uma forma de resistência, já que acreditavam que promover cultura era lutar por democracia.

---

[739] Idem. 119

O Som Aberto reunia, aos sábados, um grande público estudantil na universidade, onde eram apresentadas poesias, teatros, música, dança, entre outros, pelos próprios estudantes que se lançavam num grande movimento pela cultura. O Som Aberto também foi palco de apresentações de artistas de expressão nacional, que se apresentavam no Central na cidade e depois, gratuitamente no Som Aberto, no Anfiteatro do ICBG. Em suas apresentações havia a preocupação de apresentar atividades culturais de qualidade, ao passo que utilizavam estes espaços para a divulgação de ideias políticas.

No Som Aberto as apresentações eram feitas, em sua maioria, por estudantes da universidade que tinham livre acesso para suas apresentações dos mais diversos tipos. Jorge Sanglard recorda da articulação que existia entre os estudantes que se envolviam mais com o movimento cultural e da forma como definiam as atrações que se apresentariam no Som Aberto. Nomes de destaque nacional pisaram nos palcos do ICBG, nas manhãs de sábado da década de 1970. Discutiam cultura como um todo e, dessa articulação, saíam propostas que incrementavam o movimento cultural, este que aparece sempre articulado ao movimento estudantil, vendo na cultura um canal aberto para a resistência ao obscurantismo do regime militar.

O Som Aberto, e tantos outros eventos da época, nos impressionam não apenas pelo fato de a cultura ser uma marca clara da resistência ao obscurantismo do regime militar, mas também o fato de as pessoas se reunirem de forma mais simples, menos produzida, em tudo o que era feito, apesar dos desgastes e os esforços que costumam acompanhar qualquer evento, era marcado por uma aura característica dos espetáculos mambembes, sem muita infra-estrutura ou investimento[740].

O Som Aberto, no entanto, não era composto somente por apresentações musicais. Houve concursos de poesias, literatura de

[740] Idem. 134

cordel, concerto de harpa, curso de teatro, exposição de fotografia e pintura[741].

Data dos anos 70, com o envolvimento de jovens universitários e do professor de literatura da UFJF, Gilvan Procópio Ribeiro, um movimento chamado *Poesia*, conforme Jorge Sanglard apresenta em sua memória. O objetivo dos estudantes, envolvidos na produção cultural desse movimento, prezava pela qualidade de sua forma literária.

Numa primeira fase, o movimento *Poesia* começava no Colégio Magister, no qual se originou a ideia, e seguindo, pelos estudantes da UFJF do qual posteriormente originou outros movimentos como o *Jornal Bar Brazil,* o folheto *Abre Alas* e a revista *D´Lira*. Tendo por base, alicerce e eixo poético de todo este trabalho a *sensibilidade*, o movimento *Poesia* enchia as manhãs de sábado no Som Aberto, e também as ruas centrais da cidade de Juiz de Fora, onde eram montados varais de poesias e distribuídas, à população, produções dos poetas da cidade, inicialmente forjadas em mimeógrafos, e posteriormente, em jornais, revistas e folhetos (off-set), pela gráfica do DCE. “Tudo embalado pelo sonho de poder transformar em realidade o desejo de deixar fluir todo o sentimento. Sem limites, sem barreiras”[742].

Gilvan Ribeiro, na apresentação do livro *Poesia em Movimento,* organizado por Jorge Sanglard, mostra a ligação do movimento que surgiu inicialmente no colégio Magister e seguiu-se para a universidade em articulação com o DCE.

> Em 1975, trabalhando como professor de Português no Colégio Magister, conseguimos - vários de nós - o apoio da direção para fomentar um movimento de poesias, possível graças ao entusiasmo dos alunos. Em articulação com o Diretório Central dos Estudantes,

---

[741] ITABORAY, Márcio. *Assuntos de vento:* breves histórias da MPB em Juiz de Fora. Juiz de Fora: editora Esdeva, 2001. p. 71

[742] SANGLARD, Jorge. *Poesia em movimento.* Juiz de Fora: EDUFJF, 2002. p.03

> começaram a sair os folhetos com o titulo Poesia. Mimeografados no Colégio com papel cedido pelo DCE, o folheto funcionou como um ímã, ampliando-se bastante a partir da idéia inicial, dado o número de interessados que se manifesta. (...) O grupo original, logo na UFJF, onde já estávamos como professor, se reorganiza, adquirindo uma nova feição. O folheto passa a ser distribuído – sempre gratuitamente - nos espetáculos político-musicais chamados Som Aberto, organizados pelo DCE e realizados na Universidade e se amplia sua dimensão pelas ruas da cidade, sendo levado à população todas as semanas, despertando cada vez mais curiosidade, atenção e... desconfiança (das autoridades).

O folheto *Poesia* foi ganhando dimensões que não continham mais sua produção. Assim, o DCE criou, na gestão de Ivan Barbosa, um Centro de Cultura, que funcionava na sede do DCE, na galeria Pio X, 2º andar, e possuía um auditório composto por cem a cento e vinte cadeiras móveis facilitando o teatro de arena, palco, tela cinematográfica, e outros equipamentos. O centro era coordenado por um departamento de cultura subdivido em teatro, música, cinema, literatura e artes plásticas e tinha como professor responsável Gilvan Ribeiro.

Na memória de Jorge Sanglard, o centro de cultura do DCE originou-se do Centro de Estudos Cinematográficos e durou até 1976 quando assumiu o DCE um grupo da Direita.

> O Centro de Cultura do DCE foi criado e funcionava na Galeria Pio X, onde o CEC (Centro de Estudos Cinematográficos) era sediado. O Centro de Estudos Cinematográficos era um cine-clube e passava todos os filmes do circuito alternativo, os filmes cult, e após as sessões aconteciam debates. O cine-clube sempre promovia atividades nos fins de semana, além de mostras temáticas. Assim, a coisa foi ampliada e foi criado pelo DCE o Centro de Cultura, que tinha uma diretoria e chegou a ter duas gestões, na primeira, o Gilvan P. Ribeiro era o diretor e, na segunda, a Tatau Delgado era a diretora e eu era o secretário. E o mandato do Centro de Cultura ultrapassava em um ano o mandato do DCE. A ideia era de que sempre tivesse no Centro de Cultura alguém que tivesse vinculação com as artes e a

> cultura e que, se por acaso um dia o DCE tivesse algum problema, não fosse interrompida a atividade no Centro de Cultura. Naquele período, quando ia terminar o mandato da Tatau, o Centro de Cultura do DCE passou a ser boicotado pela única diretoria à direita eleita no DCE, que foi o grupo ligado ao Paschoal Montezzano, logo depois da vitória do Mello reis para a Prefeitura. A situação ficou insustentável entre o DCE e o Centro de Cultura e uma Assembléia definiu o encerramento das atividades do Centro de Cultura (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Neste Centro de Cultura foi lançada a ideia de ampliar o *Poesia*, com uma nova publicação que desse maior vigor ao movimento. Com isto foi criada a revista *Bar Brazil (com Z de Zorro)*, uma revista-jornal que buscava estabelecer durante sua curta duração de três números, um diálogo intenso com publicações semelhantes no resto do país. Foram entrevistas, ensaios, poemas, análises, contos, artigos e ilustrações. Devido às mudanças na direção do DCE, que na gestão de 1976/1977 estava com um grupo da Direita, a publicação do *Bar Brazil* foi interrompida.

Na memória de Reginaldo Arcuri, a busca por derrubar a ditadura e mudar a realidade era incrementada pela cultura.

> Eu acho que o eixo do que nos definia era uma combinação genial, (...) que você concretizar a ação no sentido de buscar derrubar a ditadura e criar um mundo novo, um mundo melhor misturando uma dose enorme de cultura, todos nós íamos no Cine Clube, ver os melhores filmes, participávamos dos movimentos musicais, eu era fotógrafo na época, todo mundo misturado com dança, tudo. Quer dizer, você se movia assim, **cada ato cultural era um gesto político, cada gesto político tinha um componente cultural nisso** (grifo meu). Inclusive os botequins, obviamente, nesse grande espaço de desenvolvimento da cultura universal e da política universal, a discussão era entremeada o tempo todo (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

A frase em destaque na entrevista de Reginaldo Arcuri representa bem o sentido da relação entre cultura e política na década

de 70 pelos estudantes juizforanos estando estritamente relacionadas. Por isso, sempre havia um conteúdo político na divulgação das inúmeras promoções culturais, através da distribuição de panfletos e publicações de jornais e notas. Ao mesmo tempo, ações somente culturais, já demonstravam, por si só, uma forma de resistência.

Destarte, o movimento de poesias se seguia dentro da UFJF. Surgiu, então, o movimento *Abre Alas,* que se desdobrou no trabalho de rua com a distribuição de panfletos à população e a criação de varais de poesia nas ruas da cidade. Na memória de Jorge Sanglard, após o fim da publicação do *Bar Brazil* e do *Abre Alas*, a revista *D'Lira* lançada pelo movimento cultural alcançou um alto grau de sofisticação de conteúdo.

A aproximação com a população realizada pelo movimento *Abre Alas* se tornou significativo e de grande expressão durante os anos finais da década de 70. Já em 1980, a revista *D´Lira* surgiu trazendo uma qualidade superior, tanto em termos de trabalho gráfico, quanto em conteúdo e nomes de projeção nacional, escrevendo em suas páginas. Contudo, a revista também se sustentou por apenas três números.

Segundo a autora Cristina Musse, a geração estudantil da década de 1970, através da ação política e do movimento cultural, foi responsável por repensar Juiz de Fora e inserir uma nova visão da mesma. Novos lugares ganharam significado na vida social da cidade, tornando-se lugar de debate, cultura e política[743].

O movimento cultural aliado ao movimento estudantil permaneceu com grande vigor ao longo da segunda metade da década de 70. Todas as gestões do DCE, com apenas um pequeno declínio durante a gestão dita de Direita no ano de 1976, tiveram grande preocupação em resgatar o movimento cultural, promovendo ações culturais na universidade e junto à sociedade. Apesar dos

---

[743] MUSSE, C. op cit. p. 30

empecilhos colocados por ele, como a própria utilização da gráfica do DCE pelo movimento cultural, o mesmo se manteve atuante através da realização do Som Aberto e do movimento de poesias, durante as demais gestões do DCE. José Pimenta, ao suceder Montezzano na presidência do DCE, retoma a questão cultural como central.

Durante manifestações e greves estudantis, sempre estavam presentes ações culturais como forma de mobilizar e agregar os estudantes. Eram promovidas apresentações musicais e teatrais, entre outras. Havia um grupo que se destinava a cuidar das ações estritamente políticas do movimento e outro como uma comissão que cuidava das ações culturais, durante a greve estudantil.

Marcus Pestana traz na memória o movimento cultural, através do Som Aberto e do Cine clube, vendo nele uma forma de mobilizar e agregar os estudantes em torno das lutas políticas.

> Havia uma vertente muito forte cultural, mas a gente percebia claramente, eu sou muito ligado ao movimento cultural, eu freqüentei, quando eu tava no cursinho, quando eu freqüentei o Som Aberto em 1977, a gente via claramente, era mil pessoas, era um outro contexto em 1976-1977. Os cantores vinham aqui tomar sorvete com a gente, João Bosco, João do Vale, Sueli Costa, Gonzaguinha, o pessoal vinha aqui, só vinha ele e o violão, tocava de manhã e tomava sorvete, não era nada profissionalizado; vinha de ônibus, a gente pegava na rodoviária. E tinha atividades de cinema, tinha o Cine Clube, tinha o varal da poesia, tinha a turma da poesia. Na minha gestão, como eu era muito ligado eu insisti, mas a gente começou a perceber que aquele modelo tava acabando, esgotando. O Som Aberto, eu fiquei muito chateado, começou a se esvaziar. Então o Som Aberto tinha vez que tinha mil pessoas, e lá era uma forma de, que lá tinha as notas de protesto, os abaixo-assinados, usavam a atividade cultural como ambiente de mobilização. Então nós, e eu comecei, a perceber claramente, primeiro, houve assim uma mudança de mercado artístico, começou a se profissionalizar nesse período de 1980, os artistas terem uma outra postura, era muito difícil trazer gente de graça, não era cobrado, era gratuito.

Marcus Pestana recorda do vigor do movimento cultural na segunda metade da década de 70, que conseguia realizar grandes edições do Som Aberto, com um grande público. Contudo, constata um declínio do movimento após sua gestão. Uma mudança nas características de sua geração levou o Som Aberto a encerrar suas atividades. O Som Aberto tornou-se uma referência do grupo que esteve à frente do DCE desde 1974, com Ivan Barbosa, do qual todos que seguiram como parte da esquerda se originaram. No entanto, a *Estratégia,* ao assumir o DCE, desativou o Som Aberto, que já estava com pouca adesão, e criou o *Domingo Cultural*, na busca de rearticular as ações culturais na universidade e deixando a marca ligada à sua gestão e tendência.

O Domingo Cultural era realizado no *campus* da UFJF com apresentação de shows musicais, espetáculos de teatro, exposições de pinturas, escultura e artesanato. Iniciando às 11 horas da manhã, também eram promovidas, no Domingo Cultural, brincadeiras e jogos orientados pelos estudantes de Educação Física. Dentre as apresentações musicais estiveram presentes o grupo Vértice, Mito, Solstício e Presença. A entrada era aberta aos universitários e a toda a população.

Em 1982, na gestão da *Estratégia*, o Centro Cultural do DCE foi reativado, a partir de um convênio com o grupo de Teatro de Quintal, como uma forma de abrigar a cultura alternativa da cidade. Aproveitando o espaço na esquina da rua Floriano Peixoto com a Av. Getulio Vargas, o grupo realizava apresentações e exposições de arte. Foi montada uma sala com um projetor para exibição de filmes e um espaço para shows. O DCE também disponibilizava para grupos da cidade o espaço em sua sede para ensaios, colaborando assim com a promoção de cultura em Juiz de Fora.

Considerações finais

Dessa forma, percebemos que a atividade cultural ao logo das décadas de 1970 e 1980, mostrou-se como um ponto de destaque dentro das ações do Movimento Estudantil. Este foi responsável por um resgate do movimento cultural em Juiz de Fora na década de 1970, mantendo a relação entre cultura e política viva na cidade até a década de 80, apesar de algumas modificações ocorridas após 1981. Todas as tendências de Esquerda mostravam-se envolvidas e empenhadas junto ao movimento cultural, que teve um papel de aglutinador dos estudantes. Os momentos culturais, além da ação cultural em si, servia como uma alternativa para realizar discursos políticos, envolvendo os estudantes nas lutas políticas. A cultura também foi utilizada como forma de mobilização em meio a greves estudantis, o que vinculava ainda mais o movimento estudantil ao movimento cultural em Juiz de Fora. A luta por cultura também se tornava uma luta política e a promoção de cultura era uma forma de agregar a atividade política, tornando, assim, a cultura um artefato da política estudantil que neste contexto era pautada pela luta pelo fim da ditadura militar e retorno da democracia no Brasil.

O ambiente da arte vivencial na cidade do Rio de Janeiro: as intervenções urbanas e os artistas como propositores coletivos na década de 1990

Gianne Maria Montedônio Chagastelles
Doutoranda
Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ

Resumo

O artigo trata do conceito de arte como vivência expressa nas obras dos artistas no Rio de Janeiro na década de 1990. Dentro desta perspectiva, opera-se a problemática da arte como experiência artística que ressignifica a paisagem da cidade, em que o artista, além de seu tradicional papel de sujeito criador, que mantém sua pertinência, também passou a poder ser pensado como um propositor coletivo. Uma das características mais marcantes dessas intervenções é a multiplicidade de linguagens com as quais o artista trabalha: *performance*, arte do corpo, instalação, instauração, vídeo, poesia, fotografia, ação, pintura. As discussões colocadas pela arte efêmera nos anos 60 pelos artistas do neoconcreto e da nova objetividade ressurgem nos anos 90. Privilegiou-se nestas propostas o uso do material precário e dos suportes não convencionais, como o corpo e os espaços naturais e urbanos como obra. Portanto, pretendo discutir o ambiente da arte e de existência do homem em seu cotidiano e as possibilidades de utilização das inumeráveis produções imagéticas resultantes desse vivido como fontes para a escrita da história social da cultura contemporânea. Analisarei as formas de controle do espaço e do corpo do sujeito na nova urbe, bem como as estratégias de resistência através das formas singulares de apropriação do espaço.

Palavras-chave: arte contemporânea brasileira; eternidade do efêmero; memória; arte vivencial.

> O artista primitivo cria um objeto "que participa". O artista de hoje, com algo de um desespero dentro dele, chama os outros a que dêem participação ao seu objeto.
>
> Mário Pedrosa[744]

Diante da profusão de imagens que constituem o universo das artes plásticas contemporânea no Brasil, consta uma diversidade de tendências de expressão que me convida ao pensamento e à reflexão. Nas décadas de 1960 e 1970, a arte brasileira vive sua crise em relação à sua própria morte, renunciando ao objeto de arte e declarando uma ruptura com o sistema da arte. Os materiais usados são precários e muitas vezes efêmeros, anunciando a possibilidade de a arte se liberar de seus aspectos objetuais, coisificados e mercadológicos, para exercer um projeto sócio-político. Os artistas criam estratégias simbólicas e metafóricas para libertarem-se da ditadura do regime militar, apontando a necessidade de interação com o público/espectador, problematizando o vazio no sistema das artes e rompendo com a reificação da obra de arte.

Nos anos 1990/2000, notei uma relação de intensidade temporal com os anos 1960/1970 no que se refere ao aspecto da arte como experiência artística, em que o artista, além de seu tradicional papel de sujeito criador, que mantém sua pertinência, também passou a poder ser pensado como um propositor coletivo. Uma das características mais marcantes dessa geração dos anos 1990 é a multiplicidade de linguagens: performance, arte do corpo, instalação, instauração, vídeo, poesia, fotografia, ação, pintura. Ressurgem também as discussões acerca da arte efêmera, do material precário, do uso dos suportes não convencionais, como os espaços naturais e urbanos, e o uso do corpo como obra. Porém, à diferença dos anos 1960/1970, que desenvolviam um projeto sócio-político específico, em que o corpo na arte aparecia como via de recusa e rebeldia de um

---

[744] PEDROSA, Mário. *Mundo, homem, arte em crise.* São Paulo: Perspectiva, 1986.

status quo moralista e repressor - com exceção de Lygia Clark-, o corpo na arte da década de 1990 vem associado a uma invenção subjetiva, a uma *poiesis* do sujeito que está se transformando cotidianamente. A arte dos anos 1990/2000 está mais interessada em levantar questões acerca do destino do sujeito, buscando o sentido de sua existência no mundo de hoje, trazendo à tona a crise da subjetividade no mundo contemporâneo. Logo, a arte contemporânea brasileira volta-se, sobretudo, contra a máquina da globalização neoliberal e o canibalismo da produção artística pelo sistema comercial.

Com esta arte vivencial surge uma expressão de um olhar que já não se contém somente na contemplação do objeto bidimensional, olhar este que traduz uma percepção, que é produto de sua época. Walter Benjamin fala de uma *percepção de choque*[745]. Segundo ele, é necessário que a arte contenha um poder traumático. Só assim ela chega a mobilizar o espectador, incluindo-o de forma ativa e sensorial na obra. Este novo tipo de percepção, por sua capacidade de levantar ações - no que ela toma corpo despertando o fazer e o criar do fruidor - está mais próxima de expressar a sensibilidade de seu tempo.

Nos anos 90, o sistema de corporações reestrutura rapidamente as relações construídas sobre um terreno globalizado. A queda do muro de Berlim e o final do comunismo reajustam as estruturas políticas mundiais em favor do neoliberalismo, que também começa a ruir com a crescente monopolização dos meios tecnológicos e de informação. A AIDS, o Ebola e outros vírus fatais desafiam um mundo que parecia dominado e controlado pela ciência. O projeto genoma e as clonagens de DNA relativizam conquistas científicas e apresentam ao mundo uma estreita e complexa ligação entre ciência

---

[745] BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: LIMA, Luiz Costa. (Organizador) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1936), p.235.

e tecnologia. O crescimento de poluentes, o desgaste da camada de ozônio da estratosfera, o aquecimento generalizado e gradual do planeta e a iminência de uma falta d'água generalizada em médios prazos fazem da ecologia a palavra de ordem de um número crescente de grupos e ONGs, ainda que exista a consciência de que problemas ecológicos estejam emaranhados na rede de interesses econômicos dominados pelo Primeiro Mundo. A importância dada à moda, ao mundo das aparências e *atitudes*, aliada a uma tecnologia sofisticada de cirurgias plásticas, implantes, aparelhos de ginástica, vitaminas e outras substâncias químicas, além das possibilidades de modificações genéticas que se abrem com os primeiros sequenciamentos cromossômicos, fazem do corpo um campo de intervenções e de possibilidades de expressão artística. Por fim, a internet e seus desdobramentos virtuais constroem promessas de núcleos cibernéticos de vida.

Neste contexto, os artistas dos anos 90 assistem ao triunfo da globalização, ao aumento exponencial da informação midiática de massa, ao desenvolvimento do mundo cibernético que fortalece a reprodutibilidade virtual e o contato humano à distância. O homem desta década vive ainda mais instável e fragmentado. Neste sentido, a resistência à crescente sensação de anonimato e amnésia em cada indivíduo, pelo impacto despersonalizante da cultura de massa contemporânea, é uma problemática que os artistas desta época desenvolvem em suas obras. Forma-se, então, um plano de expressão carregado de valores antitéticos como eterno/efêmero, real/virtual, vida/morte, memória/amnésia, local/global, identidade/anonimato, cada vez mais evidente hoje em todos os domínios da arte, e em que a durabilidade do objeto artístico é cada vez mais curta, enfatizando o espírito do tempo dos nossos dias quando tudo é descartável, passageiro e instantâneo.

Assim, a arte vivencial brasileira apresenta determinadas característica tais como: a negação da obra como objeto fixo e

contemplativo, a mobilização da ação do fruidor, o uso do corpo como parte integrante da obra, a revelação da intuição no onírico e no sensório, a problemática da relação espaço-tempo, a reação à *morte da arte*. A arte vivencial contemporânea possui referências na história da arte brasileira, principalmente as obras de Hélio Oiticica e Lygia Clark. Estes artistas conseguiram superar os limites do formalismo e o fizeram por via de uma abertura ao espaço tridimensional, enfrentando, assim, todos os problemas de ordem plástica, antropológica ou política que essa passagem ao espaço lhes impunha. Ainda em relação a este aspecto da arte como experiência estética na obra dos artistas vivenciais surge um desejo social na arte de redescobrir o *outro*, canalizando a estética para a ética. A obra destes artistas coloca a potência criativa do indivíduo como fator de construção do real, dentro de um projeto ambiental (projeto entre homem, vida, natureza e cultura) permeada pela experiência do gesto criador e transformador desse mesmo real. Neste sentido, a arte dos artistas em questão pretende elevar a estética à esfera da vida cotidiana, entendendo a arte como instância do vivido, fazendo dela o princípio ético da existência. Para eles, o museu é o mundo (a experiência cotidiana) e a arte é uma incorporação do sensível ao lúdico, que visa a redimensionar o sujeito da ação. Portanto, a arte torna-se uma prática de problematização em que a memória do fruidor torna-se o motor da obra.

Para circunscrever a singularidade das propostas da arte vivencial no contexto atual, é necessário que se faça uma breve contextualização das mudanças operadas pela arte moderna e, na sequência, das interferências dessas mudanças na arte contemporânea. O artista moderno rompe com a arte como representação, desloca-se do estatuto de gênio criador, separado do mundo e da vida, cuja missão seria ordenar e submeter o mundo às formas puras. O artista moderno é aquele que está “antenado” com o que se desprende das coisas em seu encontro com esse mundo, e é no

trabalho com a própria matéria que ele opera sua decifração. Portanto, o artista moderno decifra o mundo a partir de suas sensações. Como dizia Cézanne, o que ele pintava era a sensação. No entanto, o que vem a ser uma sensação? Na relação entre subjetividade e mundo, intervém *algo mais* do que a dimensão psicológica que nos é familiar. Suely Rolnik chama de psicológico o eu com sua memória, inteligência, percepções e sentimentos – todas essas instâncias funcionando como operadores pragmáticos que nos permitem agir no mundo:

> Esse “algo mais” que acontece em nossa relação com o mundo, se passa numa outra dimensão da subjetividade [...] dimensão que proponho chamar de “corpo vibrátil”. É um algo mais que captamos para além da percepção (pois essa só alcança o visível) e o captamos porque somos por ele tocados, um algo mais que nos afeta para além dos sentimentos (pois esses só dizem respeito ao eu)[746].

Logo, sensação é algo que se produz em nossa relação com o mundo para além da percepção e do *sentimento*. Quando uma sensação se produz, ela não é situável no mapa de sentidos de que dispomos e, por isso, nos causa estranheza. Para nos livrarmos do mal-estar causado por esse estranhamento nos vemos forçados a *decifrar* a sensação desconhecida, o que faz dela um signo. Ora a decifração que tal signo exige não tem nada a ver com *explicar* ou *interpretar*, mas com *inventar* um sentido que o torne visível e o integre ao mapa da existência vigente, operando nele uma transmutação. Assim, a obra de arte, o trabalho do artista consiste nessa *decifração de sensações*. O artista moderno não representa, assim, o mundo a partir de uma forma que lhe seria transcendente, mas decifra e atualiza o mundo a partir de suas sensações e o faz na própria imanência da matéria. O pedaço de mundo com o qual os

---

[746] ROLNIK, Suely. “Subjetividade em obra: Lygia Clark artista contemporânea”. In: *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Relume Dumará e Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002, p. 270-272.

artistas da arte vivencial escolhem fazer suas obras é precisamente o *corpo vibrátil atrofiado*, ou seja, a *subjetividade estética inibida na vida coletiva*, como escreve Rolnik em relação à obra de Clark. E o procedimento utilizado é o do *ritual* lúdico.

Neste sentido, um dos aspectos mais subversivos da obra desses artistas é que, a partir do momento em que a arte passa a trabalhar qualquer matéria do mundo e a nele interferir diretamente, explicita-se de modo mais contundente que a arte na contemporaneidade caracteriza-se como uma *prática de problematização: decifração de signos, produção de sentido, criação de mundos*[747]. O mundo liberta-se de um olhar que o reduz às suas formas já constituídas e à sua representação usual para oferecer-se como matéria trabalhada pela vida enquanto potência de variação e, portanto, matéria em processo de arranjo de novas composições e produção de novas formas. O trabalho desses artistas participa da decifração dos signos das mutações sensíveis, inventando formas através das quais tais signos ganham visibilidade e integram-se ao *mapa vigente*[748]. A arte seria, portanto, uma prática de experimentação que participa da transformação do mundo. Assim, as obras da arte vivencial são experiências capazes de modificar os modos de percepção de uma dada realidade. Estabelece-se uma comunicação direta com o fruidor e suas proposições chegam a ser da ordem de uma "pedagogia". A *proposição* é o ponto de partida; é a partir dela e por ela que o fruidor se transforma e cria no mundo. No entanto, para se tornar acessível a experiência que estes artistas expressam, é preciso esquivar-nos de todo o pré-concebido. Logo, estes artistas deslocam a fruição do espectador dos objetos de arte,

---

[747] *Ibidem*.

[748] ROLNIK, Suely. "Subjetividade em obra: Lygia Clark artista contemporânea". In: *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Relume Dumará e Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002, p. 270-272.

que funcionavam como mediadores da experiência do artista, para a *vivência* de criação.

Estes artistas recusam a perspectiva da arte como produção de objetos eternos, para criarem proposições nas quais o processo de criação fica cada vez mais impregnado de vivências que ultrapassam a própria existência material da obra. Os objetos apresentados são precários e efêmeros, feitos dos mais ordinários materiais que compõem o cotidiano. Além disso, o seu significado não é apenas unívoco, dependendo de seu uso, assim como da experiência corporal que dele faz cada fruidor. Ou seja: o sentido do objeto depende inteiramente de sua experimentação e só tem sentido no contexto daquele ritual da vivência artística. Isso impede que o objeto seja simplesmente exposto. Para que o objeto ganhe sentido, é preciso que o fruidor se exponha, ele também, àquilo que o objeto encarna (um condensado de signos) e que por ele seja afetado. A obra se completa quando um sentido é concebido pelo fruidor a partir das sensações mobilizadas por esse encontro em sua subjetividade.

A obra desses artistas nega totalmente a estrutura bidimensional do quadro e vincula seu dinamismo à composição com o ambiente circundante. A obra abandona o museu e a galeria – espaços institucionalizados e segregados de outros da existência humana -, e no lugar disso, se realiza em qualquer espaço da existência cotidiana dos fruidores. A prática desses artistas não nega a arte nem quer aboli-la. Ao contrário, procura disseminá-la amplamente; o que se busca é consolidar uma prática que contribua para a emancipação do homem na sociedade. Deseja-se uma cumplicidade com o público que reduza a distância entre a obra e o espectador. O participante experimenta sensações e vivências indiscerníveis que estimulam as suas memórias mais próximas do sonho, revelando a criação de novas saídas para os impasses do cotidiano e atualizando as memórias do indivíduo. Essas vivências sempre se processam através do sensorial, do fazer, e não por um processo intelectual. A proposta

é que o fruidor atualize, naquele momento da vivência, uma memória mais inconsciente, de forma que, no momento de desatenção, o cérebro deixe emergir parte das memórias mais dilatadas, que serão atualizadas na experiência do acontecimento. A memória se torna um elemento privilegiado desse tipo de obra, capaz de possibilitar uma transfiguração completa do mundo.

A noção de obra é aqui entendida como um conjunto de manifestações sensíveis – e não mais como o objeto de arte em si - que atribui sentidos ao discurso artístico. Uma vez recuperado esse sentido *poïetico*, posso formalizar um conceito de arte em que o processo da obra é aberto, visto que a forma da obra pode sofrer variações de indivíduo para indivíduo, dada sua característica de se conformarem à memória do fruidor. Assim, na experiência estética a imagem surge e desaparece, afetando o espectador/participante que, em virtude dessa percepção instantânea, eterniza na memória o encontro fugaz e a possibilidade de um desdobramento deste acontecimento. Na medida em que o espectador tem uma vivência artística, ele recebe estímulos sensoriais; nessa interação, a percepção se intersecta com a memória e o sujeito se transforma. Cada vez que, numa outra experiência, num momento de desatenção, o cérebro deixa passar fragmentos daquela lembrança, opera-se a re-criação do sujeito no mundo e a obra se atualiza. Porém, a atualização da obra (sua permanência) não seria a repetição do gesto. Pois, mesmo que repitamos um gesto, ele já não é mais o mesmo, porque estamos sempre mudando; trata-se, nesse caso, da criação de novos gestos. Logo, a permanência da obra aqui não é alcançada através de algo fixo, mas em seu mergulho no devir, na transformação, na duração. Portanto, o tempo na vivência artística é o da duração. Trata-se de deixar a produção aberta de modo a permitir a intervenção do fruidor no sentido de completar os trabalhos, de recriá-los, de lê-los a cada vez de maneira diversa. O tempo é recolocado em um fluxo contínuo,

que recupera e repotencializa o vivido no atual. O tempo é duração, no sentido bergsoniano[749].

A motivação de criar proposições no lugar do objeto visa à desalienação do espectador. A arte torna-se então uma forma potente de *resistência* à sociedade massificada. Neste sentido, exatamente por trabalhar com a criação, estas proposições interferem na alienação social que leva o homem a funcionar de acordo com modelos dominantes, em que passam por *naturais* hábitos adquiridos e decantados ao longo da história. Portanto, a arte como experimentação passa a dar autonomia ao homem comum. O objetivo é libertar o pensamento das concepções mentais que nos aprisionam em hábitos adquiridos e que determinam os automatismos de conduta na contemporaneidade. O participante toma consciência das situações vividas por meio da ação, da percepção sensorial. A arte vivencial leva o espectador a trabalhar a sua *fantasmática*[750] de forma que ele entre em contato com os vazios de sentido do mapa vigente, provocado por um cheio transbordante de sensações novas que pedem passagem. Segundo Rolnik[751], o fruidor vive uma tensão entre a figura atual do seu eu que insiste por força do hábito e os estados intensivos que nele se produzem irreversivelmente, exigindo a criação de um novo eu.

Assim, quanto mais o sujeito aprender a enfrentar a morte do eu e a criar a favor do devir, mais desenvolverá sua subjetividade estética. As propostas destes artistas são um campo privilegiado de

[749] Cf. BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
[750] Termo utilizado por Lygia Clark, remetendo ao fato de o fruidor, na vivência artística, desenrolar uma experiência do vazio/pleno: vazio de sentido do mapa vigente, provocado por um cheio transbordante de sensação. Cf. ROLNIK, Suely. "Subjetividade em obra: Lygia Clark artista contemporânea". In: *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo.* Rio de Janeiro/Fortaleza: Relume Dumará e Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002, p. 274.
[751] ROLNIK, Suely. "O híbrido de Lygia Clark". In: *Lygia Clark.* Fundació Antoni Tàpies, Barcelona, 1998.

enfrentamento do trágico. Um modo artista de subjetivação se reconhece por sua especial intimidade com o enredamento da vida e da morte. A proposta é que o fruidor consiga dar ouvido às diferenças intensivas que vibram em seu corpo paradoxal e, deixando-se tomar pela morte do seu eu, possa fender-se e deixar germinar outro eu. O fruidor, nestas proposições, convocado em seu corpo vibrátil, capta as sensações provocadas pela estranha experiência com os objetos; se ele realiza sua decifração, tende a tornar-se outro, diferente de si mesmo. O que lhe está sendo dado a viver é uma experiência estética: sua subjetividade está em obra, assim também como a sua relação com o mundo. A arte vivencial atua na subjetividade estética inibida na vida coletiva. O recrudescimento do confisco da dimensão estética na vida coletiva provocado pelo neoliberalismo é paralelo a uma intensificação da função pragmática da subjetividade num mundo em que tudo se torna efêmero e movediço. Isso faz com que a subjetividade esteja sempre correndo atrás de *algo* que nunca encontra, pois este *algo* é uma miragem. Quanto mais o sujeito se frustra, mais corre atrás; assim, a subjetividade está sempre recuperando o atraso, em defasagem, em dívida, sempre tentando se remodelar segundo os padrões estabelecidos, em uma missão impossível, fadada ao fracasso.

Essas obras buscam uma qualidade de vida que não tem a ver com aquele modelo *a priori*, *script* a ser seguido pela sociedade de consumo, mas com uma abertura para o outro, para a construção de novos universos. A subjetividade trabalhada aqui é exterioridade do eu e não algo fechado em si. Assim, as obras destes artistas atuam numa dimensão ética, pois estimulam que o fruidor reaja ao mal-estar de nossa existência, afirmando a potência criadora da vida. A arte assume uma responsabilidade ética e política, pois qualquer mudança efetiva do campo social hoje depende de uma mutação da subjetividade. Esta arte introduz diferentes concepções de mundo, a partir das quais podemos vislumbrar diferentes relações de sujeito e

de objeto, que implicam, por sua vez, novos modos de relação com o mundo. Estas proposições não mais possuem um caráter de eternidade, como era pensado na arte no sentido tradicional, por exemplo, o quadro de cavalete. A eternidade, aqui, é viva e movente, e remete ao desdobramento do acontecimento, no devir, na transformação. Assim, se o passado coexiste consigo como presente, se o presente é o grau mais contraído do passado coexistente, eis que esse mesmo presente, por ser o ponto preciso em que o passado se lança em direção ao futuro, define-se como aquilo que muda de natureza, o sempre novo, a eternidade viva. Logo, a duração não é vista como uma privação de eternidade e sim como uma eternidade viva. Assim, a subjetividade, aqui, se dá na processualidade, no devir, na transformação, na diferenciação do sujeito, sempre outro dele mesmo, e não mais numa subjetividade fechada em uma suposta *essência identitária*.

Percebo então que um verdadeiro entusiasmo ao novo, ao imprevisível, à invenção, à liberdade percorre toda a arte vivencial. Entretanto, vivemos num tempo cada vez mais fragmentário, instantâneo, efêmero e pouco nos deixamos experimentar uma temporalidade da duração. Neste sentido, as obras destes artistas buscam resgatar o tempo distendido da duração, assim como a valorização da memória do sujeito e o desenvolvimento da subjetividade estética atrofiada na sociedade contemporânea. Isto se torna fundamental como forma de *resistência* a uma sociedade pautada por uma crescente amnésia e com dificuldade de conceder linearidade narrativa ao vivido, de produzir história, trama, memória e criação.

O processo de elaboração coreográfica em dança contemporânea como lugar de múltiplas narrativas

Denise Maria Quelha de Sá
Mestranda em Memória Social – UNIRIO

A pesquisa a ser desenvolvida por este anteprojeto foca a análise do processo de elaboração coreográfica de um espetáculo de dança contemporânea, compreendido como um processo coletivo de construção e interação de narrativas.

A montagem do espetáculo “Passo a passo na Baixada Fluminense” foi realizada no período de abril a dezembro de 2005, durante a Oficina de Dança Contemporânea por mim ministrada no SESC de São João de Meriti e retrata a trajetória histórica da origem da baixada fluminense até a contemporaneidade através da interação de diferentes formas artísticas e culturais. Cenas, danças folclóricas, populares urbanas e contemporâneas, poesia e música produzidas em conjunto pelo grupo constituem o contexto pesquisado.

A oficina foi promovida pelo SESC e ministrada aos sábados e domingos com duração de duas horas aula para o desenvolvimento técnico corporal e estético, leitura de textos e reportagens, apresentação de vídeos, promoção de debates e visitas aos pontos históricos da baixada fluminense. O público-alvo foi composto por adolescentes e adultos, com ou sem experiência em dança, com experiências profissionais e objetivos diversos.

A proposta triangular para o ensino da Arte de Ana Mae Barbosa (1991)[752] foi a metodologia utilizada. Esta aponta a importância do fazer artístico, da leitura da imagem através da apreciação estética, análise e reflexão sob um espírito crítico e a compreensão da sua

[752]Ver Ana Mae Barbosa - *A imagem do ensino da arte: anos oitenta e novos tempos.* São Paulo: Perspectiva, 1991.

dimensão histórica, onde o principal objetivo é a alfabetização através da leitura da imagem, e conscientização através de uma forma artística e humanizadora.

O tema foi por mim sugerido, após ter observado o desconhecimento do assunto pelo grupo, apesar de serem moradores da região. O objetivo geral no desenvolvimento do projeto era abordar os conceitos de identidade individual, coletiva e local e de memória histórica.

A pesquisa temática ocorreu como desdobramento da dinâmica desenvolvida na primeira aula, onde todos preencheram uma ficha sobre seus dados pessoais, sua história e seu objetivo ao participar da oficina. No diálogo aberto após a leitura individual por cada integrante do grupo, percebi como a alteridade era motivo de inquietações no grupo, indicando a necessidade de desdobramentos e intervenções na busca pela manutenção da integridade do grupo através do exercício de ouvir, dialogar e respeitar o outro.

O espetáculo criado compunha-se de dois atos. O primeiro tratando de fatos históricos e geográficos da região, onde o referencial histórico sobre sua origem da baixada foi o livro de José Cláudio Alves[753], onde fomos descobrindo em conjunto com a leitura e as visitas aos pontos históricas, uma história que foi esquecida e silenciada pela memória oficial e que é apresentada pela mídia como o lugar e cenário da violência.

O intervalo entre os dois atos foi preenchido, como recurso para a indicação da passagem do tempo histórico para o contemporâneo, com uma composição musical de uma integrante do grupo, onde a letra da música era um chamado para a necessidade da revitalização sociocultural, econômica e política da baixada, como um alento aos desejos comuns dos moradores e indivíduos da baixada.

---

[753] Dos Barões Ao Extermínio Uma Historia da Violência Na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, APPH-CLIO, 2003.

O segundo ato retrata a contemporaneidade e inicia-se com ações do cotidiano que foram transformadas em cenas e danças, e que refletem o movimento urbano na baixada fluminense. Elas se encadeiam e apontam para a releitura do auto do boi, agregando elementos de temporalidades não lineares, que buscavam associar a passagem do tempo da fazenda à realidade atual da baixada. Neste auto, foram inseridos nos textos dos personagens falas sobre as necessidades políticas, econômicas, culturais e sociais. O final do auto do boi é o desfecho do espetáculo, onde o nascimento da criança filha dos dois ajudantes da fazenda significa o renascimento do olhar e da compreensão sobre as origens da baixada fluminense.

O grupo, apesar das controvérsias trazidas pelas discussões sobre temáticas abordadas, como religião, política, etnia e gênero, desenvolveu laços sociais (Halbwachs, 2006)[754], compondo um coletivo que apesar das alteridades se manteve coeso na construção do espetáculo. Outro fato importante associado aos fenômenos da memória foi a solidariedade surgida a partir da descoberta da memória coletiva comum.

O processo resultou num espetáculo constituído por pessoas comuns e não por bailarinos, atores ou músicos profissionais. Ocupou o espaço da arte, da cultura e da cidadania como um lugar possível de uma dança diferenciada, que vai além da *performance* artística e estética, na busca da subjetivação. Não foram ouvidas críticas sobre as performances, sobre a aparência estética dos integrantes, nem sobre a qualidade de cenário e figurino confeccionados em conjunto pelo grupo. Intuo que para a plateia, o contato com a sua história, o olhar crítico sobre o cotidiano, a expressividade das pessoas comuns e a reflexão sobre as suas

---

[754] HALBWACKS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

necessidades ganhou o palco e recebeu o *status* de espetáculo, com o qual ela se identificou e aplaudiu.

Geertz (2009)[755] nos referencia teoricamente sobre estreiteza da relação da arte com a cultura, trazendo reflexões sobre como a aproximação entre a linguagem constituída no espetáculo e a do público, possibilitou o reconhecimento e contribuiu para a aproximação da arte à cultura da platéia naquele momento:

> "A capacidade de uma pintura de fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas), que varia de um povo para o outro, bem assim como de um indivíduo para o outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência. O mesmo se aplica à capacidade ainda mais cara de criar essa sensibilidade onde não existia. A participação no sistema particular que chamamos de arte só se torna possível através da participação no sistema geral de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro sistema nada mais é que um setor do segundo. Uma teoria da arte, portanto, é ao mesmo tempo, uma teoria da cultura e não um empreendimento autônomo. E, sobretudo se nos referimos a uma teoria semiótica da arte, esta deverá descobrir a existência desses sinais na própria sociedade, e não em um mundo fictício de dualidades, transformações, paralelos e equivalências." (p.165).

Pensando nesta aproximação, o processo de construção de conhecimento através do processo de elaboração coreográfica foi concebido em três etapas e de acordo com a proposta triangular da Ana Mae (1991): a contextualização, a fruição e o fazer artístico. Na contextualização, as referências históricas através da leitura proposta e as visitas aos pontos históricos da baixada fluminense alavancaram o processo através da observação para o re/conhecimento do seu contexto sociocultural, visualizando também o seu esquecimento e

---

[755]GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa. Petropolis: Vozes, 2009

seu silenciamento histórico. Nenhum integrante do grupo havia estudado na escola a história da baixada fluminense e, a partir do diálogo sobre o conteúdo acessado foram surgindo memórias sobre o cotidiano de cada integrante que constituíram e possibilitaram a compreensão da ordem social e dos vínculos afetivos e socioculturais.

Na segunda etapa, passou-se à fruição onde as imagens e representações decorrentes do diálogo e da reflexão sobre a relação do grupo com a baixada, seus componentes identitários e as histórias de vida de cada um foram transformados em estímulos estéticos e sensíveis para compor as construções textuais, poesias e a letra da música que serviria para a mobilização sobre a degradação da baixada fluminense.

A terceira e última etapa – o fazer – envolveu o grupo efetiva e afetivamente, onde o produto da fruição foi transformado em ação, em movimento, ganhando vida e experiência. Cada cena do espetáculo foi assim sendo construída a partir do roteiro construído coletivamente, onde, na consolidação de cada etapa de contextualização, seguia-se a fruição e um novo fazer. Os momentos de discordância eram seguidos pelos momentos de felicidade e congraçamento onde almoçávamos, trabalhávamos, sofríamos e ríamos uns dos outros na construção dos figurinos e cenários, na comemoração dos aniversários e outras datas significativas, durante os vários finais de semana de trabalho intenso.

Para uma fundamentação teórica dividirei a pesquisa em quatro seções explicitadas a seguir. Na primeira seção, desenvolverei o referencial teórico da Memória Social e utilizarei os conceitos de memória de Halbwachs (2006), para um embasamento teórico sobre memória coletiva, memória individual, laços sociais, quadros sociais e lugar de memória. Halbwachs conduz à contribuição de Ricouer

(2008)[756] em sua correlação entre a memória, a história e o esquecimento. Para complementar o referencial da memória buscarei em Nora (1993)[757], a correlação da memória com a degradação da baixada fluminense e as questões identitárias da comunidade.

Na segunda seção, vislumbro a contribuição da Psicologia e da Sociologia já numa estreita correlação com a cultura e a arte, como na perspectiva desenvolvida por Geertz (2009), onde buscarei Jerome Bruner[758] como referência teórica. Trabalharei com a sua proposta de Psicologia Interpretativa onde o foco do seu estudo é a ação humana na produção e no uso dos significados constituídos pelos sistemas simbólicos na cultura e na língua e que são acessíveis através da participação com os outros em determinado contexto cultural através de atividades culturalmente organizadas, onde o principal veículo é a construção de narrativas. (CORREIA, 2003, p.511e 512)[759].

Na terceira seção da pesquisa desenvolverei um referencial teórico sobre a Arte. Para Ferracini (2006)[760], o corpo cotidiano é fruto das relações tecidas na contemporaneidade, e se constitui na relação com o Outro, com a espacialidade e temporalidade interconectadas, desenhando uma subjetividade a partir das experiências sensório-motoras e cognitivas, percepções, lembranças e sensações produzidas numa multiplicidade de territórios que ultrapassam a temporalidade linear**.**

---

[756] RICOUER, Paul. Memória, História e Esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007

[757] NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In*:* *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

[758] A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. Pai da teoria de instrumentalismo evolucionista coloca a maturação e a interação do sujeito com o ambiente no centro do processo de desenvolvimento e de formação da pessoa. Ver também Actual Minds, Possible Words, Harvard University Press, 1986.

[759]CORREIA, M. F. B. A constituição social da mente: (re) descobrindo Jerome Bruner construção de significados. Revista **Estudos de Psicologia***, V***8***(***3***), p.* **505-513**, **2003***).*

[760]FERRACINI, R. Corpos em fuga, corpos em arte. São Paulo: HUCITEC, 2006.

Representar a si mesmo é uma reflexão sobre a sua existência. É crer na capacidade do indivíduo de produzir uma ação direcionada para a transformação, de criar rompimentos com padrões de normalidade e inquietações internas que posteriormente redundam por todo o grupo.

Na quarta seção da pesquisa buscarei os conceitos da Sociolinguística para narrativas. Onde, segundo Bastos (2005)[761], as narrativas passam a problematizar a correspondência entre as nossas lembranças e: a representação e a ordem social do "mundo extra-textual", onde as narrativas são construções, local de transformação, recriação não só das nossas experiências, mas do contexto, do tempo e do espaço do mundo oriundo da narrativa e constituída a partir dos nossos vínculos afetivos e culturais; as identidades e histórias de vida conforme onde ao contar estórias estamos construindo a nossa identidade, nos situando e aos outros numa complexa rede de interações sociais e culturais.

Em decorrência desta grande experiência coletiva, acredito poder levantar, através das narrativas, muitas informações que possibilitarão compreender e se transformar agora, já com o olhar da Memória Social, um registro acadêmico significativo para a Dança.

Esta pesquisa será de cunho teórico-empírico onde me utilizarei da análise das narrativas constituídas através das memórias dos integrantes do grupo que participaram do processo de elaboração coreográfico, coletadas a partir de entrevistas, com o intuito de descobrir se o processo de elaboração coreográfica pode contribuir ou não, para a discussão sobre memórias, identidades, alteridade e experiência de vida na contemporaneidade.

---

[761]BASTOS, L. C. *Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa*. Calidoscópio, S. Leopoldo, v.3, n.2, p.74-87, 2005

A cidade sob o viés dos sentidos e significados atribuídos a noção de patrimônio.

Monique Rodrigues Lopes
monique.his@gmail.com
orientadora: Prof.Dr. Patrícia Lopes

A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal.

Baudelaire.[762]

O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações que ocorrem no espaço urbano, priorizando a dinâmica da relação dos espaços públicos e das pessoas que estão inseridas no mesmo. Pretende-se repensar a cidade sob o viés dos sentidos e significados atribuídos a noção de patrimônio, buscando assim refletir sobre a dinamicidade atribuída ao espaço. O que se perde e o que é preservado? O principal objetivo desse artigo é compreender essa metamorfose citadina e a relação com a memória e o imaginário que se constrói, principalmente nos dias de hoje. Ainda analisar diferentes conceitos de patrimônio e os valores que são atribuídos a ele, usando para isso diversos autores que abordam o tema.

O termo *patrimônio*, assim como *memória*, compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos. Compondo assim uma metamorfose cidadina que adquire cada vez mais espaço no cotidiano.[763]

---

[762] BAUDELAIRE *apud* LE GOFF. *Por Amor às cidades.* São Paulo: UNESP. 1988.

[763] Ferreira, M. L. M. (2006). Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos, 10*(3), 79-88.

O conceito de patrimônio está muitas vezes arraigado a noção de herança, de memória individual, de um pertencimento de um determinado grupo e que assim faz parte muitas vezes de uma identidade que nesse sentido merece ser preservada.[764]

Citando o clássico de Maurice Halbwachs e as considerações de Michael Pollack, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.[765]

Fica claro no trabalho de Cecília Rodrigues dos Santos, baseando-se em outros autores, essa relação das cidades, da memória coletiva e de uma identidade compartilhada no trecho abaixo:

> Se é verdade que a cidade não é feita de pedras, mas sim de homens (Marcilio Ficino apud Argan, 1992:223), também é verdade que as lembranças se apóiam nas pedras da cidade (Bosi, 1979), e não é por outra razão que os homens, ao longo dos séculos, têm lhes atribuído valor e trabalhado para que permaneçam (ou desapareçam) enquanto expressões da memória coletiva, de uma identidade compartilhada.[766]

Segue dizendo a importância de se olhar a cidade como um tecido vivo que sofre constantes mudanças. Assim os homens têm atribuído às cidades valores que permanecem ou desaparecem de acordo com a memória coletiva, no sentido de uma identidade compartilhada. [767]

---

[764] SANTOS,Cecília Rodrigues.*Novas fronteias e novos pactos para o patrimônio cultural.In:*Paulo Perspec.Vol.15no.2.Sao Paulo.Apr/June 2001. *Disponível em*http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200007&script=sci_arttext. Acesso dia 30 de agosto.

[765] POLLAK, Michel. "Memória, Silêncio, Esquecimento" In Estudos Históricos, Rio de
Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

[766] SANTOS, Cecília Rodrigues.*Novas fronteias e novos pactos para o patrimônio cultural.In:*Paulo Perspec.Vol.15no.2.Sao Paulo.Apr/June 2001. *Disponível em*http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200007&script=sci_arttext. Acesso dia 30 de agosto

[767] Ibidem p.04

Mas o que se vê hoje é uma nostalgia, um apego as memórias do passado em decorrência da velocidade acelerada em que se vive nas sociedades contemporâneas?Segundo Pinheiro[768] deve-se pensar em uma mudança de percepção temporal desde os anos 1980, quando o Ocidente passou a atribuir maior valor ao passado expressado pelo desejo de recordação total.

Assim a sensação de um presente cada vez mais efêmero e dinâmico, resultaria numa forma de se buscar voltar ao passado e preservá-lo.

Certeau ressalta que as "coisas antigas que se tornam importantes, inquietando uma obra produtivista e seduzindo uma nostalgia que se apega a um mundo a ponto de desaparecer."[769] Segundo o autor as "ilhotas" do passado rodam como fantasmas as cidades modernistas com o nome de patrimônio. E assim essas relíquias vão sendo resignificadas numa dinamicidade como suporte de um equilíbrio entre o efêmero e o permanente.

Para analisar melhor essa metamorfose que se da entre os monumentos, memória e o tempo, citaremos o trabalho de Annateresa Fabris[770] em que a problemática da cidade moderna é analisada neste livro pelo prisma das relações com a cultura e com o imaginário social.

---

[768]PINHEIRO *apud* COSTA, Marli Lopes da; COSTA, RicardoVieiralves de. *Patrimonio Imaterial Nacional: Preservando memórias ou construindo historias?*In: Estud. psicol. (Natal) vol.13 no.2 Natal May/Aug. 2008.Disponivel em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200004 . Acessado em 02 de agosto**.**

[769]CERTEAU,Michel de.GIRARD,Luce. MAYHOL,Pierre.*A Invenção do Cotidiano 2.Morar,cozinhar*.Petrópolis. RJ.Vozes,1996

[770] FABRIS, Annateresa. *Fragmentos Urbanos:representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel,2000.

Abordaremos então a diferença entre os três principais tipos de monumentos classificados por Alois Rieg[771]o qual Annateresa faz referência. Para ele há ter tipos de monumento:

> **Intencional:** Obra à qual é conferida a função expressa de fazer lembrar um monumento preciso do passado. (ou um conjunto de tais monumentos.);
>
> **Histórico**: Obra que se refere a um monumento determinado, mas cuja escolha depende de uma vontade subjetiva;
>
> **Antigo**: obra que, independente de seu significado e de sua destinação,demonstra ter existido muito antes do presente.[772]

Assim, os patrimônios são quase sempre associados às elites que redireciona e atribuem significados de acordo com a necessidade que convém. Ou pode ocorrer um desgaste. Como ressalta ironicamente Mario de Andrade ao dizer: "Raras vezes, porém, o monumento consegue desempenhar esse papel lúdico que o poeta lhe atribui. Quase sempre lhe faltam qualidades artísticas, resumindo-se a um brozinho magro,uns granitos idiotas"[773] Para Mario de Andrade,cria-se muitas vezes um hiato temporal entre a curiosidade despertado pelo novo e o seu "total esquecimento".

Dessa forma e muito pertinente nesse trabalho é a analise que Frabris[774] faz sobre o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Segundo a autora, o monumento, a não ser no inicio, não chegou a desempenhar a função para o qual foi projetado. A de uma campanha de recristianização da sociedade brasileira. De acordo com a aurora a inauguração do monumento é um investimento de elites,

---

[771] RIEGL,Alois *apud* FABRIS, Annateresa. *Fragmentos Urbanos:representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel,2000. p. 138.
[772] Ididem p.138
[773] ANDRADE,Mário.*apud* FABRIS, Annateresa. *Fragmentos Urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel,2000.p.139.
[774] FABRIS, Annateresa. *Fragmentos Urbanos:representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel,2000.

principalmente eclesiásticas, reafirmando a importância da Igreja na sociedade.

Entretanto, *o Monumento Cristo Redentor* não conseguiu se impor como símbolo de fé católica no Brasil.É referencia para a arquitetura,é visto como componente da paisagem estética,de modernidade,menos como símbolo de fé.[775] Fica claro assim a dinamicidade existente com relação aos monumentos e patrimônios mesmo quando estes são criados de acordo com o modo **Intencional**, como no caso do *Cristo Redentor*, é quase sempre propício a mudanças de significados que vão se moldando para fins específicos.

Para exemplificar o modo **Histórico,** citaremos outro exemplo o dos *Profetas* de Aleijadinho em Congonhas do Campo, MG, estudados por Isabela Tamoso[776]. As esculturas esculpidas em pedra sabão que datam do período barroco e que são reconhecidas pela UNESCO como patrimônio mundial, são motivo de polemica ainda hoje. O trabalho de Isabela Tamoso foi publicado em 2005 e na época o caso ganhava notoriedade pelo desejo de se substituírem as estatuas por réplicas e as originais, por estarem sendo degradadas pela ação do tempo e sem proteção para evitar esses danos, serem removidas para um provável museu.

Como cita Isabela Tamoso os moldes para a construção das réplicas estão prontos a mais de 30 anos, mas o impasse é dado por dois desejos distintos. O desejo dos especialistas de preservar um patrimônio mundial e o dos devotos de manter viva a tradição de ritos de fé no local. Fica claro então que não esta se disputando o objeto, mas o que ele significa. Noticias recentes revelam que a primeira réplica do poeta Joel foi construída e esta exposta no

[775] Ibidem p.144

[776] TOMOSO,Isabela.A Expansão do patrimônio:novos olhares sobre velhos objetos.*Novos desafios.*Sociedade e Cultura.Julho/dezembro.ano/ vol.08.numero 002.Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70380202.pdf. Acessado em: 31 de julho.

Memorial de Congonhas e segundo a coordenadora de cultura as réplicas estão sendo feitas para garantir segurança as originais, caso uma eventualidade ocorra com elas. E também para serem expostas em outros lugares.

Para finalizar este trabalho cujo tema ainda esta em construção, analisaremos o clássico de Choay, Alegoria do Patrimônio[777]onde ressalta que o termo lançado por Riegl,continua pertinente mas que entretanto as formas e a natureza do culto ao patrimônio de transformaram, "a princípio como conseqüência de uma expansão generalizada de suas áreas de difusão, de seu corpus e de seu publico,depois,recentemente,por sua ligação com a industria cultural"[778]

Chama atenção para a dupla função em que os monumentos e o patrimônio histórico estão inseridos hoje. Assim as obras que proporcionam "saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais,fabricados,empacotados e distribuídos para serem consumidos." [779] Desse modo para a autora,a metamorfose que se dá,ocorre pela "engenharia Cultural".

Nesse sentido, essa metamorfose acontece pela reutilização ou pela inserção do presente no passado. Então a resposta para o que se perde e o que é preservado pode estar no ato de modernizar e nos âmbitos da engenharia cultural. "Modernizar não é, assim, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador."[780] Dessa simbiose imposta,espera-se que o interesse da obra do presente reflita na obra do passado, dando origem a uma dialética.[781]

---

[777] CHOY, Françoise,*A Alegoria do Patrimônio*.Trad. de Machado,Vieira Luciano.3e.d. São Paulo.Estaçao Liberdade: UNESP,2006.
[778] Ibidem p.206
[779] Ididem p.211.
[780] Ibidem p.217
[781] Ibidem p.217

O *reggae gospel* inserido na sociedade do espetáculo

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho
Doutorando em História Social pela USP,
mestre em História Social pela UDESC.
edumeinberg@gmail.com

A sociedade do espetáculo, expressão de Guy Dèbord, floresce em lugares distintos, e um deles é o campo religioso brasileiro, localizado numa História do Tempo Presente. A igreja neopentecostal Bola de Neve, ou *Bola de Neve Church*, fundada em 1999, em São Paulo, por Rinaldo Seixas, é exemplo de instituição que utiliza ferramentas de midiatização distintas para consolidar e agenciar seu discurso religioso e criar/fomentar sentimentos como o de pertença, o de inteligibilidade e o de adesão religiosa.[782] Convenciono como *marketing de Jesus* este conjunto de estratégias de atendimento e criação de demandas religiosas e de atração de públicos às igrejas evangélicas ou católicas, considerando este um fenômeno que se insere num contexto social sublinhado pelo cruzamento entre mídia, espetáculo e mercado, inscritos num tempo presente e imediato.

No caso da Bola de Neve Church (chamada posteriormente BDN nestes escritos), a canção que interpola poética gospel e música

[782]Mais especificamente, entendo a Bola de Neve Church como igreja pertencente a um *neopentecostalismo de supergeração*, ou a adequação às mais contemporanizadas formas de midiatização, especialmente a internet, dentre outras características, como pode-se notar em *Neopentecostalismo de supergeração: o ciberespaço como chave para o sucesso neopentecostal*. História Agora, Revista de História do Tempo Presente. Volume 10, dossiê Religiões e Religiosidades no Tempo Presente. 25 dez. 2010.

reggae serve de instrumento espetacularizador e midiatizador da instituição e elemento performatizador de seu discurso religioso.

De certo modo, no gospel se pode identificar cantores (entendidos como produtos) vinculados fortemente a canções. Atualmente, um exemplo está na canção Faz um milagre em mim, referida no primeiro capítulo, composta e interpretada por Régis Danese, ex-backing vocal do SPC (Só prá Contrariar). Esta canção se tornou conhecida no Brasil inteiro durante o ano de 2009, recebendo as interpretações de diversos artistas, inclusive seculares. Neste caso, apesar do artista se vincular à canção de maneira potente e ser lembrado por causa dela, há uma ultrapassagem: a canção se tornando mais conhecida que seu autor, nem todos se lembrando dele quando pensam ou escutam a canção.

Caia Babilônia, da Tribo de Louvor, é provavelmente a canção mais conhecida da BDN, e para seu frequentador, escutar os seus acordes iniciais o faz automaticamente associá-la a Denise Seixas, esposa de Rinaldo Seixas e líder da Tribo de Louvor. Neste caso, é uma ligação tripartite: a canção remete à cantora, que por sua vez lembra a igreja, em movimento circular e não necessariamente ordenado. Deste modo, o que se aponta é para a importância da canção, especialmente daquelas mais simples, as que marcam a nossa memória: se ao cantar o fiel se lembrar do artista e/ou da igreja, discursos e mercadorias estarão sempre positivamente presentes.

Ha também cantores que se ligam a determinadas igrejas. Um deles é Rodolfo Abrantes, ex-cantor dos Raimundos. Tendo abandonado os Raimundos em seu auge, e por essa razão representando possivelmente uma exceção em relação aos artistas seculares que optam pelas igrejas e mercados evangélicos, Rodolfo se vinculou fortemente à BDN, inclusive gravando e lançando seus últimos trabalhos através desta. Ao se questionar sobre o "Rodolfo convertido", ou ainda o "Rodolfo crente", a maioria das pessoas o associa à BDN. Mas por que isto?

É plausível que Rinaldo Seixas, ou apóstolo Rina, como é mais conhecido, tenha procurado analisar uma determinada demanda, a de jovens que são apaixonados por este gênero musical, e procurado atender a este nicho mercadológico. Assim, teria constituído o *rock* e o *reggae* como instrumentos de satisfação e cooptação de jovens, e neste sentido, Rodolfo Abrantes se tornaria uma mercadoria promotora de discursos e de outras mercadorias. Além disto, o capital simbólico que Rodolfo carrega é capaz de atrair jovens, criar repercussão positiva nas mídias e dotar a igreja de maior eficácia simbólica.

Pensando na prancha de surfe sobre o púlpito, marca registrada da BDN, que segundo seu mito de fundação foi fruto do acaso, ela também serviu como promotora de uma determinada imagem: "uma igreja de gente jovem, bonita, de surfistas". Rodolfo, pela sua superexposição nas mídias gospel e secular desde sua saída dos Raimundos, pela sua imagem de jovem alternativo – e também surfista – e pela sua condição de cantor de rock, mas gospel, toma para si o papel de produtor de significados junto ao seu público, veiculando imagens no mesmo sentido.

Rodolfo, além de se associar a BDN, se linka à gravadora da igreja, à radiodifusora, à Bola TV, à Crista. Tanto ele como a BDN divulgam mensagens evangélicas através destas mídias, e dos próprios palcos-altares (CAMPOS, 1997, passim), ao cantar e/ou pregar. Ambos, em razão de sua midiatização/ espetacularização/ mercadorização, podem ser vistos como produtos de consumo, mas também produtores de sentidos, graças a capacidade de reverberação de mensagens operada em relação aos seus ouvintes e espectadores.

O marketing de Jesus, como se aponta, sobrevive em boa parte graças à canção gospel. No caso da BDN, esta importância se identifica no sítio, que se refere a vários ministérios associados a esta, como o de Áudio e vídeo, responsável "pela gravação dos cultos, palestras e congressos que ocorrem na Igreja Bola de Neve e

pela venda de CD´s e DVD´s de pregação"[783], o da Lojinha da Bola , que comercializa os CDs que a igreja produz, o ministério de Dança e o de Louvor e Adoração, momento onde o fiel é "quebrantado e o Espírito Santo de Deus se move trazendo cura, libertação, perdão, restauração, salvação e prepara para receber a palavra"[784], o que identifica o papel da canção como sensibilizadora e indutora de sentidos (preparando para receber a palavra), criando condições emocionais favoráveis à escuta da pregação do sacerdote da igreja, que costuma estimular o fiel a passar na Lojinha e conhecer melhor um produto ou outro. Assim, a canção gospel se mostra como propiciadora de todos estes fenômenos.

Entendo que o próprio léxico *gospel* funcione como um dispositivo estratégico empregado pelas gravadoras e igrejas para dar valor às mercadorias que são veiculadas por eles, qualificando positivamente e atraindo nichos de mercado específicos. A escolha do gênero musical que vai revestir a poética evangélica também é importante, visto ser um dos fatores que vai dotar o produto e seus discursos de *eficácia performativa*.[785] Assim, conhecendo-se o arcabouço cultural do seu público-alvo e seu respectivo nicho mercadológico, e ancorando-se neste, o produtor da mercadoria *gospel* atende aos seus anseios, e em alguns casos, cria estas necessidades, sendo as mercadorias mais bem aceitas se receberem o epíteto *gospel*. Aí se poderia perguntar: em que níveis a indústria fonográfico-publicitária *gospel* determina o gosto do público, e em que termos a demanda condiciona a oferta?

---

[783] Ministérios. Bola de Neve Church. Disponível em: <http://www.boladenevechurch.com.br/index2.php?secao= ministerios>. Acesso em: 20 nov. 2009.

[784] Ministérios. Bola de Neve Church. Disponível em: <http://www.boladenevechurch.com.br/index2.php?secao= ministerios>. Acesso em: 20 nov. 2009.

[785] BOURDIEU, 1996, p. 111.

A canção gospel da BDN parece apontar para estes dois sentidos: ao passo em que ela atende uma demanda, a de um público que gosta de *reggae* e de *rock*, ela cria interesses, estimulando os fiéis à aquisição de fonogramas e DVDs e a comparecerem em *shows*. A canção *Caia Babilônia*, por ser a mais conhecida dentro do repertório da BDN, talvez sinalize um pouco para estes aspectos, e por essa razão, escolho analisá-la brevemente.

Caia Babilônia foi composta por Denise Gouveia de Seixas Pereira, esposa de Rinaldo Seixas, fundador da BDN, provavelmente em 2004, ano de sua gravação (ou antes desta data). Denise Seixas, como relata-se em seu mito pessoal de origem[786], envolveu-se com drogas até sofrer uma overdose, sendo reabilitada através da *Ebenézer*, obra de assistência social de Praia Grande, São Paulo, onde a mesma morava.[787] Evidentemente, suas composições se revestem de suas experiências religiosas, assumindo, como apontou José Geraldo Vinci de Moraes, "inevitavelmente a singularidade e características especiais próprias do autor e de seu universo cultural"[788], no mesmo sentido que sua performatização (entendida aqui no sentido de interpretação vocal), como sublinha Valente, "carrega uma identidade, de saberes acumulados de experiências arraigadas no passado, que funciona mediante uma assimilação de elementos estereotipados"[789], podendo-se perceber, através da análise da vocalidade do artista, "toda a sua história de vida e da vida da arte que ele professa"[790], abstraíndo ainda informações a respeito da

---

[786] CHAUÍ, 2000, p. 35. A obra é **Mito fundador e sociedade autoritária.**
[787] Biografia de Denise Seixas. Disponível em: <www.letras.com.br/biografia/banda-ruths>. Acesso em: 20 nov. 2009.
[788] MORAES, 2000, p. 211. A obra é **História e música**: canção popular e conhecimento histórico.
[789] VALENTE, 2005, p. 97. A obra referenciada é *Música é informação! Música e mídia a partir dos conceitos de R. Murray Schafer e Paul Zumthor*. In: SILVA, Rafael Souza. *Discursos simbólicos da mídia.*
[790] Ibidem, 2005, p. 96.

“tecnologia que lhe possibilitou a fixação em uma mídia (o disco), no tempo, como também todos os vínculos culturais que subjazem àquela poética que se materializa através da performance.[791] De maneira similar, Napolitano comenta que “a canção é produto de uma subjetividade artística, que não é isolada”, e que cada autor “dialoga com uma ou mais tradições estéticas, possui formação cultural específica, tem sua singularidade biográfica e psicológica, atinge um certo grau de domínio técnico do seu campo de expressão e tem uma determinada colocação social e simbólica no seu tempo.[792]

Denise Seixas, compositora das canções da Tribo de Louvor, que por tê-la como capitã é o conjunto principal da igreja, performatiza seus trabalhos nos cultos da igreja-sede, no bairro de Perdizes, em São Paulo, e as midiatiza através de vários meios, como veremos em seguida.[793]

Napolitano, sinalizando para o entendimento do *contexto da obra*, refere que cada trabalho tem “um universo referencial determinado, cuja identificação é importante na análise”[794], o que no caso da BDN aponta para as doutrinas veiculadas pela BDN, especialmente a da batalha espiritual.[795] A canção está inserida num

---

[791] Ibidem, 2005, p. 96.

[792] NAPOLITANO, 2002, p. 100. A obra é **História e Música:** História cultural da música popular.

[793] Não consegui, até o momento, localizar informações como os instrumentistas participantes da gravação. Como observei a parti de minha experiência participada na BDN, a formação da Tribo de Louvor, com exceção de sua *front-leader*, é bastante móvel, seus integrantes sendo muitas vezes substituídos de acordo com a conveniência.

[794] NAPOLITANO, 2002, p. 100.

[795] Os títulos das canções dão esta ideia: a primeira canção do álbum *Louvor e Adoração* (primeiro álbum da Tribo de Louvor) é *Caia Babilônia*, seguida de *Manhã de Sol*, cuja letra remete à sensação que tem o surfista (público que no início da igreja era o seu maior frequentador) ao praticar seu esporte (em paralelo com espécie de mergulho na Palavra de Deus), *Foi por Amor*, *I Coríntios 13* (com base nos versos atribuídos a Paulo, o apóstolo dos gentios), *Estar nos Teus Caminhos, Não Temerei* (que aponta para a Batalha Espiritual), *Corpo e Família*, *Eu e Minha*

álbum, o *Louvor e Adoração,* e conta com participações nos vocais de David Fantazzini (ex-participante do programa *Fama*, da TV *Globo*), Zeider Pires (vocalista da banda de *reggae* Planta e Raiz) e do agora pastor Catalau (ex-vocalista da banda de *hard-rock* paulistana Golpe de Estado, muito conhecida na década de 1980). O conjunto também gravou com o cantor baiano de *reggae* Nengo Vieira (que se tornou pastor da unidade de Santos) em seu segundo trabalho, o CD *Te Vejo Pai*, de 2006, e participou, como anfitrião, do *show* que deu nome ao primeiro DVD da BDN, *O Maior Amor*, de 2007, gravado no *Citibank Hall*, casa de espetáculos em Moema, bairro nobre de São Paulo, indicando a sua introjeção no que se costuma chamar "mundo secular", ou o não-evangélico, talvez refletindo uma preocupação evangelística.[796] As *intenções de alcance do autor* também devem ser analisadas, podendo ser associadas, como diz Napolitano, a um público-alvo a ser atendido, um campo sociocultural determinado, e um contexto específico: "o artista, ao criar uma obra, procura passar uma mensagem diante não só de um contexto específico, mas tendo em mente um grupo social ou um campo sociocultural determinado, incluindo-se aí as implicações político-ideológicas de sua obra."[797] Considero como objetivo de *Caia Babilônia,* dentro de um planejamento estratégico, atender a um nicho mercadológico, atrair e conservar fiéis inseridos na sociedade do espetáculo, vender as plataformas onde a canção se insere (CD, DVD), divulgar um discurso da igreja. Outro objetivo possível está em dar ao discurso da igreja uma maior eficácia performativa: ao

---

Casa, Luz do Mundo, Verdadeiro Adorador, Fonte de Água Viva, Andar com Deus e *Espírito de Deus*.

[796] Já a partir da década de 1990, como estratégia de midiatização de sua *Gospel* Records, a Renascer (como outras igrejas) promoveu espetáculos de seus artistas em casas de *shows* e outros ambientes seculares, e como aponta Baggio, lotaram "espaços como o Canecão do Rio de Janeiro e o Dama Xoc em São Paulo", alcançando grande sucesso em seus objetivos. BAGGIO, 2005, p. 63.

[797] NAPOLITANO, 2002, p.100.

cantar (e induzir ao canto) letras que traduzem as teologias adotadas pela igreja, o discurso pastoral recebe nova legitimidade, facilitando a sua aceitação por parte do ouvinte.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

HISTÓRIA E O USO INTERESSADO DOS DISCURSOS IMAGÉTICOS

COORDENADORES: Matilde de Lima Brilhante (Mestre - UECE)
Email: matildebrilhante83@yahoo.com.br

As imagens revolucionárias e suas funções políticas no México pós-1994.

Fábio Eduardo de Araujo Baião
Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
E-mail: baiao.fabio@gmail.com

Os confrontos bélicos iniciados no México após o levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1° de janeiro de 1994, fomentou diversos embates entre os insurgentes e as forças militares. Tão intenso quanto os confrontos armados, foram às disputas imagéticas deflagradas a partir do levante de Chiapas, onde diversas imagens revolucionárias e símbolos do passado foram trazidos à tona em um amplo embate discursivo entre Estado e rebeldes. O então presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), salientava que Emiliano Zapata[798] havia inspirado a modernização nacionalista e popular de seu governo. Por sua vez, o EZLN frisava a

[798] Importante líder do processo revolucionário de 1910; ficou conhecido por liderar o Exército Libertador do Sul. A imagem de Zapata faz parte do rol dos grandes nomes da história do México, sendo um símbolo de patriotismo e liberdade.

sua posição de autêntico herdeiro dos “Heróis mexicanos”, destacando entre eles, Zapata.

Ao se associarem retoricamente as figuras dos “mártires” nacionais, tanto o chefe do executivo como o EZLN tentaram estabelecer uma estreita relação de valores com estas imagens; postulando uma ligação direta com o passado. O objetivo deste texto é tentar mapear, brevemente, como a linguagem imagética foi edificada para legitimar cada projeto político, buscando analisar as disputas entre Estado e rebeldes no que tange os usos das imagens revolucionárias.

No dia 1° de janeiro de 1994, enquanto muitos comemoravam a entrada do México no *Tratado de Livre Comércio da América do Norte* (NAFTA), um grupo, majoritariamente indígena, ocupava as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Oxchuc, Huoxtán, Chanal e Ocosingo; todas no estado de Chiapas, região sudeste do México. Rapidamente as imagens dos homens e mulheres com as faces cobertas por *pasamontañas*[799] e com armas na mão ganharam os noticiários internacionais, fazendo com que a atenção da imprensa se voltasse para aquela região do país.

O grupo armado trazia consigo uma bandeira preta, ornamentada com uma estrela vermelha e os dizeres “EZLN”. A sigla logo ganhou significados e o mundo passou a conhecer o nome do movimento armado: *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*. À medida que os insurgentes avançavam sobre as cidades, uma declaração/convocação de guerra era proferida nas sedes dos governos municipais ocupados pelos rebeldes, tratava-se da *Primera*

[799] Máscara de lã usada para proteger o rosto do frio; que dentro do movimento ganhou toda uma dimensão simbólica. Ver: DE HUERTA, Marta Durán. *Yo, Marcos.* México DF: Ediciones del Mileno, 1994.

Declaración de la Selva Lacandona[800], documento pelo qual o EZLN apresenta sua trajetória e as suas demandas, expressando seu descontentamento com o governo *salinista*[801]. Não demorou muito para que a Primeira Declaração da Selva Lacandona ganhasse as páginas dos jornais, sendo traduzida em vários idiomas.

Para diversos[802] sociólogos e estudiosos das redes de comunicação, o EZLN representa uma exceção no que tange o uso em larga escala de meios de informação dentro da tradição dos movimentos sociais latino-americanos. A disseminação de comunicados e cartas através da internet fez com que o projeto político dos insurgentes ganhasse uma proeminência mundial; havendo também uma maior visualização e contato com a sociedade civil no próprio México. Sem dúvida, foi dentro das fronteiras mexicanas que os embates entre rebeldes e Estado foram mais intensos, estabelecendo desse modo, uma linha direta entre a Cidade do México e a Selva Lacandona.

Durante os primeiros dias do levante de 1994, as parcas informações que chegavam de Chiapas eram imprecisas e muito confusas; estes dias iniciais foram marcados por uma clara tentativa de abafar as notícias vindas do sul. A princípio, o governo fez acreditar que as agitações ocorridas em Chiapas eram frutos de estrangeiros, guatemaltecos em sua maioria; depois foram vinculados comunicados informando que se tratava de um foco isolado de guerrilha. Só três dias depois do início dos conflitos, o chefe do

---

[800] A Selva Lacandona esta localizada no leste do estado Chiapas; é neste território que se encontra a maioria dos membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

[801] É como ficou conhecido o seis anos de governo do presidente Carlos Salinas de Gortari.

[802] Ver em especial: ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. *O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético*. Rev. Estud. Fem., Jan 2002, vol.10, no.1, p.39-64. Ver também: ORTIZ, Pedro Henrique Falco. *Das montanhas mexicanas ao ciberespaço.* Estudos Avançados, Dez 2005, vol.19, no.55, p.173-186.

executivo Carlos Salinas de Gortari veio a público falar sobre os confrontos ocorridos no sul do país.[803]

A então subsecretária de *Readaptación Social y Protección Civil*, Socorro Díaz, afirmou na ocasião que no EZLN havia "*(...) una mezcla de intereses de personas nacionales con extranjeros y que muestra afinidades con otras facciones violentas que operaran en países Hermanos de centroamérica*."[804] A primeira reação dos órgãos oficiais mexicanos foi associar o levante a influências externas, muitas vezes apontando o fator estrangeiro com mentor da revolta. Em oposição a essas declarações, o EZLN divulgou uma série de comunicados afirmando que o levante armado foi realizado majoritariamente por indígenas, sendo arquitetado em conjunto por diversas etnias. Até mesmo Salinas de Gortari não teve como escapar deste discurso; de início atribuiu o conflito à manipulação dos indígenas por estrangeiros, supostamente guerrilheiros guatemaltecos e salvadorenhos. Dias depois o presidente reorienta sua mensagem, reconhecendo que a revolta foi fruto de "atrasos históricos" e da situação "injusta" existente no estado.[805]

A demanda por cessar fogo exigiu que o chefe do executivo mudasse o tom de seu discurso, isso não que dizer que os embates entre rebeldes e o exército tenham mudado de feição. O que podemos perceber nas declarações oficiais do Estado é uma disparidade entre os pronunciamentos e as ações efetivas; uma vez que a preocupação do governo em transmitir um discurso pacificador foi constante. O mesmo pode ser observado nos comunicados dos insurgentes de Chiapas; quando o momento exigia uma maior coesão entre os diversos setores da sociedade o discurso ganhava um tom

---

[803] Ver: FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo:* origens e transformações da estratégia do EZLN. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2006.
[804] ROVIRA, Guiomar. *Zapata Vive! La rebelión indígena de Chiapas contada por sus protagonistas.* Barcelona. Virus Editorial: 2001. p. 107.
[805] FUSER, Igor. *México em transe.* São Paulo: Escritta, 1995. p. 57.

globalizante, sendo recheado de imagens nacionais e uma linguagem fraternal.[806]

Com o acesso a comunicação em larga escala por parte dos zapatistas os vários informes sobre a situação de Chiapas eram enviados para o restante do país e demais áreas do globo. Em contrapartida a essas declarações, o governo federal emitia uma série de comunicados rebatendo as declarações insurgentes; fazendo com que surgissem no México intensos embates informacionais de caráter retórico. Estes confrontos midiáticos/imagéticos e a tentativa de conquistar a opinião pública através de artifícios discursivos fizera com que o então secretário de Relações Exteriores, José Angel Gurría Treviño, se referisse ao zapatismo na época "como uma guerra de papel e internet".[807]

Podemos entender estes combates discursivos como a necessidade imediata de se estabelecer dentro do terreno da informação, ou seja, houve a demanda de se atacar e de se defender através do discurso. Tanto para o governo, quanto para os insurgentes, a dimensão retórica foi muito importante; saber articular bem as informações e divulgá-las de forma precisa tornava-se fundamental dentro do tumultuado contexto dos combates. Sem dúvida para o EZLN o uso em grande escala da internet, bem como a utilização de periódicos como ferramentas diretas de comunicação, foi essencial para que o movimento tivesse fôlego para disputar o campo simbólico das imagens com o governo.

---

[806] Isso fica evidente quando analisamos a Primeira e a Segunda Declaração da Selva Lacandona. Podemos perceber que o discurso de enfrentamento presente no primeiro documento é substituído por um tom pacificador no segundo texto; as exigências da sociedade civil por um cessar fogo pode explicar essa mudança discursiva. Outra diferença que fica clara na análise das já citadas declarações, é a maneira como é tratada o destinatário daquele texto, havendo características muito mais globalizantes no segundo documento em detrimento do primeiro.

[807] Ver: LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. Milão: Ed. Mondadori, 1997.

Tão intenso quanto os confrontos armados e os embates informacionais, foram às disputas imagéticas deflagradas a partir do levante de Chiapas. Em diversos discursos proferidos pelo presidente Carlos Salinas, podemos ver os usos das imagens revolucionárias na tentativa de se estabelecer uma relação estreita com estes símbolos nacionais. Dessa forma, o chefe do executivo legitima a posição do Estado como detentor da memória que envolve Emiliano Zapata; Benito Juarez; Pancho Villa; Padre Hidalgo; entre outros ditos revolucionários[808]. Nesse contexto de usos das imagens mexicanas, o Subcomandante Marcos[809] explica a opção pelo líder do Exército Libertador do Sul:

> Em linhas gerais, víamos a situação como a de um país colonial dominado pelo império norte-americano; e para poder fazer a transição para a democracia e o socialismo era necessária uma revolução nacional. Por isso, os fundadores, as pessoas que organizaram o grupo, escolheram o nome de Exército Zapatista de Libertação Nacional.810 (grifo nosso).

No pronunciamento que marcou o encerramento de seu mandato, Carlos Salinas de Gortari afirmou que Zapata havia inspirado a modernização nacionalista e popular dos últimos seis anos. Paradoxalmente Salinas é acusado pelos insurgentes de revogar o artigo 27 da Constituição[811], que segundo os mesmos, foi uma das maiores conquistas da Revolução de 1910. A imagem de Emiliano Zapata, bem como a de outros “Heróis”, esta associada à liberdade e a luta por uma vida melhor, entre tantos outros valores caros para a

---

[808] Cabe ressaltar que tanto os ícones ligados ao processo de Independência quanto os nomes associados à Revolução Mexicana são mobilizados nos discursos e pronunciamentos do governo, bem como do EZLN.

[809] Porta voz oficial do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

[810] GENNARI, Emilio. *Chiapas:* as comunidades Zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002: pp. 23-24.

[811] O Artigo 27 da Constituição regulamenta, entre outras coisas, os usos e especificidades dos *Ejidos*, que são propriedades agrícolas de uso coletivo.

sociedade. À medida que essa figura é apropriada dentro de um discurso, os seus valores são imediatamente associados aquele grupo que a usa.

Os feitos e bravuras ligados às imagens revolucionárias criaram na memória coletiva mexicana um conjunto de qualidades que possibilitaram a sua elevação como ícones nacionais. Sabemos que todo esse processo esta permeado por um projeto político; o fato é que hoje a imagem de Zapata esta ligada a valores tão elementares que torna possível o seu uso de acordo com cada interesse especifico. Esta flexibilidade, ou seja, a ligação do símbolo a questões morais basilares dentro de uma lógica nacionalista; permite que seu uso possa ser feito sempre quando for preciso agir em prol do bem comum social. Por isso, vemos o uso da imagem de Zapata por duas posturas políticas antagônicas: Salinas ao recorrer ao ícone afirma ser ele a inspiração de seu governo; já o EZLN postula em seu discurso seguir os ideais herdados do Libertador do Sul.

Neste sentido, o governo coloca-se como o gestor das conquistas obtidas com o processo revolucionário de 1910, sendo, até mesmo, fruto delas. Vemos que dentro desta lógica de discurso cabe ao Estado transmitir e resguardar estes valores. O próprio PRI[812] é um exemplo disso, uma vez que ao propor institucionalizar a Revolução, o partido político passaria a ser o detentor de seus valores. Por outro lado, os insurgentes de Chiapas frisam em seus discursos serem pontas de lança de um longo processo de luta; colocando-se diante da sociedade como "*los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad*"[813]. Dessa forma, o EZLN pretende resgatar uma "essência" perdida e/ou usurpada ao longo dos anos pelo Estado.

De acordo com esta lógica retórica, são eles os herdeiros dos

---

[812] Partido Revolucionário Institucional; deteve o poder presidencial hegemônico sobre o México de 1929 até 2000.

[813] EZLN. *Primera Declaración de la Selva Lacandona.* 1993: p. 01.

grandes ícones; os mais “capacitados” a levarem a diante os frutos obtidos no passado. A Primeira Declaração da Selva Lacandona é um documento que nos permite perceber a visão dos insurgentes de Chiapas em relação à memória e ao passado do México. Esta narrativa acerca do pretérito mexicano é edificada no sentido de legitimar as ações dos rebeldes. Maria da Glória Gohn[814] salienta a necessidade dos movimentos e organizações sociais de trazerem a história para dentro de suas demandas, com o intuito de apontá-las como frutos de um longo processo de luta.

Ao se associarem em seus discursos as imagens dos “libertadores/revolucionários” Hidalgo e Morelos, o EZLN tenta estabelecer uma estreita relação de valores com estas figuras; compartilhando em seus projetos com os mesmos justos ideais dos dois religiosos. Na medida em que os insurgentes de Chiapas postulam o seu forte vínculo com os ditos “heróis nacionais”, é estabelecido por um sistema de linguagem, também de aproximação, a relação do governo federal com os “vilões” da Nação. Ou seja, é construída uma genealogia dentro da história do México a partir do ponto de vista do EZLN. Esta genealogia é dividida em duas alas distintas: os “herdeiros dos heróis” e os “vendem pátrias”. Neste sentido, o discurso rebelde é produzido para aproximá-los dos grandes símbolos, mostrando que todos aqueles que foram contra estes ícones nacionais (Espanha, EUA, intervenção francesa, Porfírio Diaz, etc) são iguais ao atual chefe do executivo e todos os demais membros do PRI.

Este recurso discursivo de assimilação as grandes imagens do passado, colocando o governo com a antítese dessas ilustres figuras, é uma constante nos comunicados e declarações dos insurgentes de Chiapas. Isso se deve ao fato do campo simbólico mexicano já estar

---

[814] Ver: GOHN, Maria da glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Edições Loyola, 1997.

ocupado por um gestor, ou seja, o Estado através da revolução institucionaliza é o tutor dessas imagens oficiais. Neste contexto, para se afirmarem como os legítimos detentores destes direitos, o EZLN deve a todo o momento frisar o seu compromisso e íntima relação com a moral dos mártires; destituindo, ao mesmo tempo, o governo como o guardião destas figuras. Este sistema de afirmação dos reais valores e depreciação do executivo esta presente no discurso zapatista; mostrando-nos as disputas e os usos políticos das imagens revolucionárias pós-levante de 1° de janeiro de 1994.

Em entrevista concedida ao sociólogo francês Yvon le Bot, o Subcomandante Marcos afirma que o manejo com as imagens históricas é muito importante, sendo papel do EZLN disputar com o governo federal a memória dessas figuras; Marcos salienta que

> El terreno de los símbolos es un terreno ocupado, sobre todo en lo que es historia de México. A la hora en que entran en el terreno del lenguaje, del símbolo, es un terreno al que uno tiene que entrar combatiendo para ocupar un lugar. En este caso, en el de los símbolos históricos, el Estado mexicano tiene un manejo de ellos que había que disputarle.815

A declaração do Subcomandante Marcos afirmando que o terreno dos símbolos é uma área onde se deve entrar combatendo para poder ocupar um lugar, ilustra bem como a linguagem discursiva do EZLN opera-se em relação à memória, a história e as figuras mexicanas. O levante armado de 1994 exigiu por parte dos insurgentes um sofisticado artifício retórico que legitimasse perante a sociedade a medida extrema de se optar pelas armas; essa solução foi encontrada recorrendo às imagens nacionais:

> E a contradição entre as contribuições externas e a história nacional resolve-se recorrendo aos nomes [imagens] de Hidalgo, Morelos, Guerrero, Zapata. É um paradoxo, mas o lema herdado pelo EZLN não é 'Pátria ou morte, venceremos'

[815] LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. Milão: Ed. Mondadori, 1997. p. 148.

> e nem ‘Proletários do mundo inteiro uni-vos’, e sim uma frase de Vicente Guerrero, ‘Viver pela Pátria. Morrer pela Liberdade’816

Mas no caso do EZLN não bastava apenas se apoiar nos grandes “heróis do país”, fazia-se necessário destituir o governo do cargo de gestor destas imagens revolucionárias. Isso exigiu que os insurgentes adotassem uma linguagem combativa, que os aproximassem do passado e ao mesmo tempo “desmascarasse” o executivo e toda a sua equipe. Postulando-se como frutos de quinhentos anos de lutas, os rebeldes tentaram estabelecer uma ligação natural com toda a história de resistência frente ao domínio externo. Com esse discurso sofisticado, os zapatistas procuram mostrar a existência de valores transcendentais repassados a eles “diretamente do passado”.

Sem dúvidas, a insurreição armada colocou vários desafios para o movimento de Chiapas. Os rebeldes mal armados se lançaram em um combate contra uma força militar bem treinada e equipada. Além disso, derrubar o PRI há quase setenta anos na frente do executivo federal, não era uma tarefa fácil; muito menos mostrar aos demais mexicanos as extremas condições de vida no sul país. Para conseguir lograr algum sucesso em sua ampla empreitada política, o EZLN tinha que optar por um caminho que o possibilitasse chegar ao seio da sociedade, bem como lutar em pé de igualdade para com o governo federal. Nesse sentido, o campo imagético apresentou-se como um terreno passível de vitórias, uma vez que o seu alcance era amplo e a flexibilidade típica das figuras nacionais proporcionava um combate com menor disparidade em relação às forças discursivas do Estado.

Como podemos perceber, não bastava aos insurgentes apenas requererem para si a memória das imagens

[816] GENNARI, Emilio. *Chiapas:* as comunidades Zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002: pp. 23-24.

revolucionárias; houve a necessidade de destituir o executivo do seu posto de guardião oficial desses símbolos. Não havia espaço para dois tutores tão antagônicos; por mais que exista flexibilidade no jogo discursivo imagético, no caso mexicano de meados da década de noventa, deter as imagens era, de certa maneira, ter o aval dos "heróis" para agir e dar continuidade a suas memórias. Por outro lado, para ter o aval da sociedade, era fundamental saber manejar o passado e usar corretamente os símbolos imagéticos.

"Cadê os cativos?"- A pintura de forro de Nossa Senhora das Mercês da Vila de São José – 1804-1824.

Kellen Cristina Silva
Mestranda em História pela Universidade Federal de São João Del Rei.
kellen_poetisa@hotmail.com

Minas Gerais, século XVIII. A vida social dos homens e mulheres que viviam nas vilas cercadas pelos morros centrava-se nas igrejas. A vida social se confundia com a vida religiosa, pois tudo acontecia em volta da igreja matriz: das festas aos velórios, do namoro ao compadrio. Porém, Minas experimentou a atuação exigente do Padroado, que não permitiu a entrada de ordens religiosas e de religiosos nas áreas de mineração, devido ao medo do

contrabando.[817] Aliado a questão do contrabando, Célia Borges salienta duas questões, a de que muitos eclesiásticos se envolveram em querelas contra o sistema nos primeiros anos do século XVIII e que, junto a esse quadro, as Ordens Primeiras, como Jesuítas e Carmelitas, não estavam subordinadas a Coroa, ou seja, às ações do Padroado, o que acabava por gerar problemas de controle.[818]

Dessa forma, o ambiente religioso das *Geraes* nasceu cercado por peculiaridades, que vão ser refletidas em suas associações leigas. Com o afastamento das Ordens Primeiras, a população acabou buscando uma solução para o problema religioso: as Irmandades. Cabe ressaltar, que mesmo com a proibição de atuação de ordens religiosas, a Coroa, através do Padroado, permitia a presença de alguns eclesiásticos, que eram escolhidos a dedo pelos bispos subordinados.

Em Minas, a religiosidade se expressava, e ainda se expressa, pelos rituais exteriores, como as festas e procissões. De mentalidade extremamente devocional, esses homens mantinham relações tão próximas com seus santos de proteção que mais parecia uma conversa íntima a reza na igreja. Esse laço devocional vai preencher o vazio deixado pela falta da atuação de um clero regular na província de Minas Gerais.

Dessa forma, os medos, as circunstâncias e o lugar social tornaram-se elementos de agregação de pessoas em torno de uma devoção em comum. Somado a tudo isso, as práticas do "Bem Morrer" ajudava o fiel a ter esperança de quê sua alma poderia esperar o Juízo Final, ao menos no Purgatório. Essas práticas que nos

---

[817] BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo: Editora Ática, 1986, p.42. p. 61.

[818] BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.* JF: Editora UFJF 2005, p. 57.

fala Philippe Ariès[819] e são salientadas por Campos, foram um elemento de agregação às irmandades, porque além de estarem inseridos socialmente em um grupo semelhante, quando chegasse a hora da morte, seus corpos seriam cuidados de forma cristã e sua alma ganharia as missas necessárias. A pompa fúnebre era uma das maiores preocupações do homem mineiro de mentalidade barroca, aliado as questões de salvaguarda de sua alma.

Se as Irmandades surgiram para reunir em torno de uma devoção pessoas com anseios e posição social semelhantes, cada confraria refletia as hierarquias sociais presentes nas vilas e cidades mineiras. Borges salienta que alguns fatores para a organização de determinado grupo eram a cor, a origem social, a naturalidade e tipo de serviço[820]. Muitos artistas, por exemplo, se associavam a Irmandade da Boa Morte, já os militares, a de São Miguel e Almas.

No inicio do povoamento da região mineira, as irmandades se dividiam entre as do Santíssimo Sacramento, fabriqueira da matriz[821], e a do Rosário, protetora dos negros. Com o desenvolvimento econômico, o quadro social acabou ganhando feições de mudança, o que culminou na geração de outros núcleos associativos, sendo as construções materiais de seus templos seu ápice de maior pompa. Daniela dos Santos Souza, ao analisar a narrativa do viajante inglês John Luccock, supõe que a estratificação social se materializava na construção dos templos religiosos, além de existir uma provável competição entre as confrarias.[822] De certa

---

[819] ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, v.1, p.115-116

[820] BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.* JF: Editora UFJF 2005, p.59.

[821] As Irmandades do Santíssimo Sacramento são responsáveis pela construção e manutenção da igreja Matriz, por isso também são chamadas de “frabiqueira”.

[822] SOUZA, Daniela dos Santos. *Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São Joao Del Rei – Séculos XVIII e XIX* [manuscrito], 2010. p.37.

forma, as construções e as celebrações eram uma forma das irmandades demonstrarem representatividade no meio social.

Servos, escravos, crioulos forros, pretos e pardos. Todas essas "cores étnicas" eram bem recebidas pela Virgem das Mercês. Porém, o predomínio delas ficava a cargo dos crioulos forros. Segundo Eduardo França Paiva, o termo *crioulo* distinguia o individuo nascido no Brasil, cujo pai ou mãe fossem africanos.[823] Nessa sociedade mineira, que se pautava nos vestígios do Antigo Regime, a hierarquia estava ligada tanto ao trabalho realizado quanto a coloração da pele.

Essas camadas intermediárias se encontravam reunidas no interior das confrarias. As relações pessoais acabavam por gerar laços dentro do ambiente das vilas, entre homens e mulheres que compartilhavam uma mesma situação. Entretanto, quando o curso da vida mudava, por exemplo, quando um escravo ganhava sua alforria, logo precisava mudar também seu meio de sociabilidade para tentar alcançar um lugar social melhor. Era assim que muitos alforriados deixavam as Irmandades do Rosário e rumavam para a das Mercês.

Cabe ressaltar que esses homens e mulheres alforriados não deixavam simplesmente a irmandade do Rosário e iam se assentar na das Mercês. Era comum aos indivíduos, quando com meios, ser irmão de inúmeras irmandades. Isso se deve ou a devoção barroca marcante a esses homens ou simplesmente pelo gosto social de estarem atuando em diversas camadas da sociedade, ganhando prestigio e aumentando as redes de sociabilidade. A fé acabava sendo um mecanismo social. As confrarias eram meios de sociabilidade e as capelas, lugares onde podiam exercer suas identidades de forma comum, trocando experiências e ações. Dessa forma, é imprescindível entender qual a intenção dos comitentes quando

[823] PAIVA, Eduardo França. *Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII. Acessível em:*
http://www.fafich.ufmg.br/~edupaiva/TextoLibertosnoBrasil.pdf.

contrataram o pintor Manoel Victor de Jesus para realizar a pintura do forro da capela.

Lugar de reunião e de missas dos membros da confraria, o forro da capela deveria condizer com seu status sem fugir a iconografia já postulada da Virgem. Dessa forma, porque esses homens e mulheres optaram por escolher a tipologia da Virgem apenas com os braços abertos e sem escravos? Talvez para demonstrarem de forma sacralizada o lugar social que agora pertenciam.

Já ficou claro que as Irmandades buscavam se diferenciar uma das outras e uma dessas maneiras era a construção material de seus templos. Nesse quesito, a arte sacra colonial foi um mecanismo importantíssimo para que discursos fossem perpetuados e que lugares sociais fossem demarcados. A pintura em si, é um elemento respeitável se analisado justaposto à mentalidade que as produziam e não isoladamente. O discurso imagético vai ao encontro de um discurso pré-determinado, que pode ser oral ou escrito, que se remete a um lugar de poder ocupado pelo público ao qual se destina a mensagem da imagem. No nosso caso, a pintura em questão é o forro da pequena capela de Nossa Senhora das Mercês.[824]

A produção da iconografia presente no forro vai de encontro a uma idéia a ser compartilhada com os receptores da imagem e do culto dentro da capela. A presença de imagens sempre foi importante para a pedagogia dos iletrados e é uma discussão antiga dentro da teologia cristã. Desde a Idade Média temos debates em torno do uso da imagem, se era acertada ou não, se era heresia ou uma forma de aproximação do transcendente. Aqueles que eram contra o uso das

[824] Cabe lembrar, que as igrejas eram abertas a toda população, sendo assim, a imagem que se encontra no forro da capela das Mercês podia ser vista pelos membros da irmandade do Rosário, por exemplo, visto que na documentação analisada, encontramos diversas pessoas que participavam ativamente de várias irmandades.

imagens se pautavam no discurso do “perigo da idolatria”. Já aqueles que eram a favor afirmavam que se Cristo se fez homem, essa já era, por si só, uma justificativa para existir sua representação.[825]

O culto a Nossa Senhora das Mercês não foi escolhido ao acaso pelos “*pretos crioulos”*, pois a *Virgem de las Mercedes* é uma invocação “espanhola” que data de aproximadamente 1218, período em que os Mouros dominavam parte da península ibérica e transformavam os cristãos em seus cativos. Foi nesse período conturbado que Pedro Nolasco e Raimundo da Penaforte fundaram junto ao rei de Aragão, Jaime I a Ordem Militar Mercedária, que tinha como objetivo máximo resgatar a maioria dos cativos católicos do julgo islâmico. No Brasil, os frades da congregação da Santíssima Trindade e redenção dos cativos trouxeram o culto à Virgem guerreira para o litoral, onde foi muito prestigiado por militares e negros cativos.[826] De acordo com Augusto de Lima Júnior, em Minas Gerais, essa Irmandade de caráter assistencialista floresceu e encontrou nos negros cativos, além da gente mestiça, os fiéis às Mercês. A primeira irmandade a florescer data de 1740 e estava alocada em Ouro Preto.[827]

A iconografia Mariana foi uma das mais difundidas durante o período pós-tridentino, que abarca o “Barroco” brasileiro, pois os conciliares enxergavam na figura de Maria aquela que conseguiria ganhar a simpatia das “ovelhas desviadas”.

Dessa forma, a imagem que surge perante os olhos dos irmãos leigos e dos visitantes da pequena capela de São José é singela, simples e majestosamente imponente. As nuvens azuladas se abrem para dar lugar aos raios dourados que faz às vezes da auréola

[825] SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo das Imagens – ensaios sobre a cultura visual da Idade Média*. – Bauru, EDUSC, 2007. p.145.
[826] COELHO, Beatriz. *Devoção e arte religiosa em Minas.* São Paulo, EDUSP. p.78.
[827] LIMA JÚNIOR, Augusto de.*História de Nossa Senhora em Minas Gerais.*Editora PUC-Minas, 2008. p.117-122.

cercando a cabeça da Virgem. Sobre ela, uma pequena coroa dourada e vermelha, cores da realeza. A cabeça se inclina para a direita e o rosto se ilumina com um rubor quase jovial. Maria abre seu hábito branco, com o brasão da Ordem Mercedária que lhe cai sobre o peito. As pequenas mãos envolvem a pontinha da capa branca e com um movimento suave, com um movimento de proteção, se abre para abarcar todas as dúvidas, problemas e desgostos de seus fiéis filhos. Em torno da aparição e das nuvens, anjos das mais diversas formas e idades escoltam a "Virgen Generala".[828]

Quanto à representação presente no forro da Irmandade na pequena Vila, não encontramos os homens e mulheres rezando e agradecendo as graças sob o manto de Maria. Pelo contrário, o que temos é apenas a imagem de Nossa Senhora como protetora muito mais semelhante a Nossa Senhora das Graças, devoção datada de meados do século XIX (1830). Podemos afirmar que essa representação das Mercês com os braços estendidos sobre os fiéis circulava na colônia porque em Ouro Preto, antiga Vila Rica, encontramos um frontispício com a representação clássica: o manto sobre os desesperados, no caso da iconografia de Aleijadinho, os desesperados são os escravos que buscavam ansiosamente pela liberdade.

Muito mais popular na América Hispânica, a Virgem das Mercês conseguiu se fixar em várias vilas da capitania de Minas Gerais ligadas à "gente mestiça". Dessa forma, o discurso da representação começa a se tornar um pouco complexo. Por que na representação iconográfica das Mercês de São José não encontramos

---

[828] SILVA, Kellen Cristina. "*NO SILÊNCIO DO OLHAR, A COMPREENSÃO DA PALAVRA" – O DISCURSO IMAGÉTICO DA RELIGIOSIDADE NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE TIRADENTES, MG.* – Artigo apresentado no III ENEIMAGEM, Londrina, 2011.

a presença dos cativos debaixo da proteção da Virgem? O que impedia o discurso imagético de ser ainda mais direto?[829]

Dessa forma, o discurso da imagem de Nossa Senhora das Mercês da vila de São José nos parece ser de conotação mágica e ligada à temporalidade da igreja. No plano da "glória infinita" se abria o céu para a Virgem libertadora, ali ela estende seus braços para abraçar as dores e angústias, para receber os agradecimentos e preces de seus fiéis. Enquanto isso, os receptores dessa imagem, desse discurso de assistencialismo e proteção, se encontravam no plano terreno, ou seja, debaixo da proteção e acima da morte, pois no chão das capelas ainda era realizado enterramentos. Os receptores fazem parte do discurso. Estão ali para receberem as promessas da misericórdia de Maria Santíssima, a única que, como "advogada dos pecadores" podia interceder pela situação de sua ascendência amaldiçoada.

Quanto à origem da iconografia escolhida, podemos supor que a mesa administrativa se pautou na imagem trazida de Portugal para enfeitar a capela-mor da igreja. Notamos que a posição da imaginária da Virgem é muito semelhante à que se encontra no forro: a posição das mãos, a queda do panejamento da capa... O artista apenas muda a questão do uso das cores do manto colocando na Virgem. Nos céus que se abre no forro, o hábito da Virgem é branco, como o da ordem Mercedária, e tem sobre o peito o seu brasão. Várias representações em estatuária já traziam a imagem de Nossa Senhora das Mercês com os suplicantes debaixo de sua capa protetora ou os dois membros fundadores de sua ordem. Isso variava de acordo com o discurso imagético que os comitentes desejavam transmitir.

---

[829] SILVA, Kellen Cristina. "*NO SILÊNCIO DO OLHAR, A COMPREENSÃO DA PALAVRA" – O DISCURSO IMAGÉTICO DA RELIGIOSIDADE NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE TIRADENTES, MG.* – Artigo apresentado no III ENEIMAGEM, Londrina, 2011.

Dessa forma, podemos concluir que os comitentes sabiam muito bem como transmitir suas mensagens através da imagem. A forma como foi posta a imagem das Mercês no forro da capelinha demonstra certa mudança na mentalidade dos membros da irmandade de São José se comparada com a representação presente em Vila Rica, onde encontramos dois homens debaixo da proteção da Virgem. Interessante isso, pois os meios iconográficos de transmissão desses temas eram readaptados. Dessa forma, muito provavelmente, a mesa administrativa das Mercês teve acesso a uma representação semelhante, com os homens debaixo da proteção, e optaram por os retirarem, criando assim uma ligação muito maior entre os membros da irmandade e a imagem celestial da Virgem Mercedária.

Ditos e interditos na produção do humor gráfico nos jornais O Povo e Diário do Nordeste.

Matilde de Lima Brilhante
Mestre em História e Culturas (UECE)
Matildebrilhante83@yahoo.com.br

Neste artigo busco analisar a produção de um tipo específico de humor (visual) produzido e publicado diariamente nos periódicos da chamada grande imprensa cearense: O Povo e Diário do Nordeste. Humor este que pode ser considerado político pelo fato de se inserir num debate sobre as principais questões de ordem pública, exprimindo e imprimindo uma visão social de mundo a partir de críticas à personagens, acontecimentos e/ou idéias de conhecimento do público leitor. Para tanto, procuro seguir a perspectiva do método indiciário. Entendo a charge como produção imersa num campo de disputas de interesses, muitas vezes políticos. Ou seja, o que é permitido e o que é proibido ao chargista são questões definidas por uma política editorial que está a defender interesses dos grupos jornalísticos. Pois, as charges desses jornais, durante a década de 1980, comunicaram e defenderam posturas políticas através de uma linguagem que visava a ridicularização do outro visando lançá-lo sob descrédito.

Palavras-chave: Charge; Imprensa; Interdição.

Embora seja problemático definirmos o que pode ser considerado grande imprensa cearense na década de 1980, faremos

um esforço no sentido de elencar elementos que nos seja possível desvelar a estrutura dos jornais estudados. Tal classificação, nesse texto, se dará a partir de elementos dispostos na organização de cada jornal.

Localizamos os jornais O Povo e Diário do Nordeste no quadro que delimitamos como grande imprensa. Os pontos que os colocam nessa categoria podem ser percebido através de aspectos como: consolidação destes enquanto empresa jornalística; produção, a partir de um desenvolvido parque gráfico; expressiva circulação destes jornais, seu potencial quanto formador de opinião; a forma que se apresenta o conteúdo das matérias publicada e, contam ainda com um considerado número de anunciantes (fonte de recursos financeiros dos jornais).

Na década de 1980 existia um mercado a ser disputado pelos grupos jornalísticos em Fortaleza[830]. É notório que as empresas de pequeno porte não conseguiam entrar no mercado com o mesmo grau de competitividade do O Povo e Diário do Nordeste. Estes entram em circulação com uma proposta de organização empresarial oferecendo um serviço no modelo de orgnização comercial, mas isso não basta para defini-los como grande imprensa. A principal disputa nesse espaço mercadológico era travada entre estes dois jornais, já que outros, como *O Estado* (1936) e *Tribuna do Ceará* (1952) embora organizados em modelo empresarial não apresentavam, de fato, valor concorrencial que pudesse retirar leitores dos primeiros.

Acrescentamos ainda que a grande imprensa é detentora de recursos e privilégios que lhe permitem superar as dificuldades que possam vir a passar, diferentemente das empresas de pequeno porte,

---

[830] Embora estejamos limitando-nos à cidade de Fortaleza, vale ressaltar que são jornais de grande circulação também nas cidades do interior do Estado do Ceará.

que não dispondo de recursos suficientes em momentos de crise, acabam tendo sua publicação interrompida[831].

Os periódicos estudados aqui representam grupos que, em algum momento de sua história, buscaram a inserção em cargos políticos. Demócrito Rocha, um dos fundadores de O Povo, elegeu-se deputado federal em 1935, tendo seu mandato cassado com o início do Estado Novo (1937); Paulo Sarasate, também fundador do jornal, foi governador do Estado do Ceará entre 1954 e 1958, tendo ainda ocupado os cargos de deputado – estadual e federal - e senador. Nessa mesma linha de interesse, Edson Queiroz Filho (gestor e mantenedor do Diário do Nordeste) lançou-se candidato a Deputado Federal (PPB) em 1994, sendo eleito e renunciando o cargo em 1997[832]. Renunciou alegando razões de "fora íntimo", mas deu sinais de que deixava o cargo por não aceitar as pressões para votar a favor do governo no Congresso.[833]

A política parece ter sido um caminho para a manutenção do poder das empresas jornalísticas, se não de forma direta, com a inserção de seus proprietários em cargos político-administrativos, havia a possibilidade de uma relação indireta, com acordos entre os jornais e os grupos políticos.

Em meados da década de 1980 o envolvimento das empresas jornalísticas (O Povo e Diário do Nordeste) com a política é estabelecido na configuração da nova conjuntura. Assim, mantinham um discurso de imparcialidade com relação aos conteúdos políticos noticiados para conquistar a credibilidade do leitor, no entanto, as formas de noticiar os acontecimentos e os espaços cedidos ou

---

[831] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição, 1994. p. 33.

[832] Ver MUNIZ, Valdélio de Sousa. **A política editorial na editoria de política**: um breve estudo sobre o comportamento dos jornais O Povo e Diário do Nordeste durante as eleições municipais de 1996. Monografia; graduação em Comunicação Social. Fortaleza: UFC, 1997.

[833] Revista Veja. 23. 07. 1997.

negados aos políticos, revelam a defesa de interesses e a proximidade com grupos que disputavam o poder político.

Divulgando o cenário político de cearense através de desenhos humorísticos, na vertente charge, os cartunistas dos jornais O Povo e Diário do Nordeste exploravam um espaço distinto de atuação política. Este, se fez construir na prática cotidiana dos profissionais que atuaram na criação do humor gráfico, mesclando suas opiniões com a orientação editorial do jornal.

Embora Gilles Lipovetsky tenha concluído em *A era do vazio* que o humor na sociedade, por ele chamada pós-moderna[834], exerça apenas uma função de relaxamento, a linguagem do humor gráfico no contexto em que estudamos visava a elaboração de uma condição crítica. Nosso estudo não se adéqua ao humor pensado por Lipovetsky pelo fato de percebermos outras sensações provocadas pela imagem humorística que não simplesmente uma atmosfera alegre, como indica o autor. Quando os chargistas tornavam um fato e/ou uma idéia em objeto risível em seus desenhos os leitores se sentiam impelidos a tomar uma posição. Se esta produção estivesse vazia de sentido, ou tivesse como único interesse o riso de alívio, provavelmente não despertasse a vontade de manifestação do público que a ler. Para Lipovetsky:

> O sense of humour com sua dualidade de sátira e de sensibilidade fina, de extravagância idiossincrática e de seriedade, correspondia à primeira revolução individualista, ou seja, ao desenvolvimento dos valores de liberdade, de igualdade e de tolerância enquadrados pelas normas disciplinares do controle de si; com a segunda revolução

---

[834] Ao abordar a noção de pós-modernidade, Lipovetsky tentava explicar fatos novos e uma nova realidade: o fim das chamadas ideologias, o surgimento de uma nova cultura hedonista, o destino da comunicação e do consumo de massa, o culto do corpo, etc., ou seja, a sociedade que se implantava nos anos de 1950, 60 e 70, muito embora, tenha explicado posteriormente que os fatos sobre os quais pensou o pós-moderno estavam certos; a conceituação que não foi adequada, visto que não se vivia uma pós-modernidade, mas uma outra modernidade.

> individualista conduzida pelo hedonismo de massa, o humor muda de tonalidade, indexando-se com prioridade sobre os valores de cordialidade e de comunicação. Assim, na imprensa e principalmente no humor de todos os dias, não se trata, no fundo, de ridicularizar a lógica, de denunciar ou menosprezar, mesmo que com benevolência, certos acontecimentos, mas, sim de estabelecer um simples clima "relex", descontraído: de algum modo o humor exerce uma função fática.835

Desta forma, para este filósofo francês, a forma generalizada do humor, na contemporaneidade, retira seu poder combativo e de criticidade tornando-o puramente lúdico. Assim, este humor teria se transformado em produto de mediação do consumo. Esse vazio de sentido cria uma atmosfera em que não mais se acredita profundamente na importância das coisas.

Aceitando esta assertiva para nosso objeto, estamos nos colocando contra a idéia de atuação política dos cartunistas, quando eles próprios assumem a não neutralidade de seus desenhos. Sinfrônio, cartunista do jornal O Povo, afirma que seu trabalho como chargista se constrói no tripé: humor, opinião e responsabilidade[836]. Ao destacar a opinião na composição de seus desenhos, o chargista aponta para a defesa de um pensamento muito subjetivo; quando enfoca a responsabilidade como elemento de composição de seu trabalho, parece querer dizer dos limites que ele próprio impõe a sua produção.

Os chargistas afirmam exercerem uma função relevante nesse espaço de atuação, qual seja o de "dizer o que muitos gostariam de dizer e não têm como", Maurício Silva[837] vai além, e diz serem

---

[835] LIPOVETSKY, Gilles. A sociedade humorística. In: **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2005. p.133.

[836] Sinfrônio de Sousa Lima Neto. Chargista do jornal O Povo de 1975 a 1991. Entrevista (via e-mail) realizada em setembro de 2008.

[837] Chargista do jornal Diário do Nordeste.

“militantes das causas populares”. Mas, o chargista que atua na imprensa jornalística tem seu trabalho enquadrado na proposta editorial do jornal, então, seriam as causas populares as mesmas defendidas pelos jornais? Não exatamente. A questão é que sendo preciso haver correspondência de interesse entre autor e público, o chargista defende as causas populares na medida em que estas não vão contra a posição do jornal, ou seja, até onde ele consegue articular e mediar esses interesses.

A charge é uma manifestação artística com um sentido produzido pela crítica política, que revela os sujeitos envolvidos em sua criação e publicação. Cada chargista nos apresenta uma maneira própria de definir seu trabalho, e, em meio a essas definições, todos ressaltaram o caráter crítico desta prática atrelado a um valor político, além de ser uma arte que implica um profundo envolvimento do chargista com os acontecimentos de sua época. É perceptível que eles se referem à política de duas formas. Uma como disposição temática dos acontecimentos e outra como função crítica, esta última é um posicionar-se publicamente com um pensamento a defender ou a se opor, utilizando os recursos disponíveis para conquistar a adesão dos leitores. A crítica assume a posição de função social da charge, pronta a colocar em discussão os mais polêmicos acontecimentos.

No período estudado, o processo de criação da charge tinha início com a verificação das principais notícias que sairiam no jornal; o desenho concluído (de acordo com uma das matérias) era apresentado ao editor para que este liberasse ou não a publicação. Poderia ainda ocorrer de o diretor do jornal indicar o tema a ser abordado pelo chargista, o que limitava ainda mais o campo de criação do chargista. Dessa forma, as charges não enquadradas nos interesses defendidos pelas linhas editoriais dos jornais e que, portanto, deixaram de ser publicadas, revelam que o pensamento dos cartunistas nem sempre se enquadrava fielmente à proposta do jornal.

Na década de 1980 a economia foi o segundo tema mais abordado pelos chargistas, ficando atrás somente da política. Percebendo o constante aumento de preço dos produtos, Glauco fez uma charge na qual apresentava, dentre outros produtos, um tubo de gás subindo, significando o aumento no preço do gás. Esta charge teve sua publicação interditada pelo jornal. Isso porque o Diário do Nordeste pertencente a um grupo de empresas, dentre elas uma distribuidora de gás, tinha interesses a defender, assim essa publicação significaria um "ataque" ao próprio grupo empresarial.

> Eu fiz uma charge em que o pão tava subindo, o café subindo, o gás butano subindo. Eu fiz um tubo de gás subindo, aí não pode porque a empresa, sempre tem esses lances, ninguém pode falar de fulano porque...eu acho que até hoje é do mesmo jeito.838

A liberdade no processo criativo da charge estava limitada às fronteiras de interesses, principalmente, políticos e econômicos do jornal. Glauco demonstra que o controle sobre essa produção era tão comum quanto o controle sobre as matérias escritas, é um indicativo de que o humor era entendido pelo jornal como uma linguagem de valor crítico. Para o cartunista Glauco "ninguém pode fazer uma charge a vontade, sempre tem aquele não pode, amigo do homem ou coisa assim". Esse argumento nos faz pensar uma questão importante nessa produção: a censura, e muitas vezes a autocensura, como procedimento de controle.

Nesse sentido, vale destacar o que pode e o que não pode ser publicado é definido pelos editores e/ou proprietários do jornal, e como os jornais O povo e Diário do Nordeste foram sempre empresas familiares, os interesses dessas famílias são sempre

---

[838] Glauco Bezerra Martins Chargista do jornal Diário do Nordeste. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2009.

preservados, reduzindo ainda mais o espaço de controle da informação, assim, o poder de definir o que pode ou não ser divulgado na imprensa é concentrado nas mãos de poucos.

Os chargistas do Diário do Nordeste conheciam os assuntos que não poderiam ser utilizados em suas produções, então, a possibilidade de censura de uma charge era reduzida, uma vez que eles mesmos falam de uma autocensura.

A indicação dos temas para a composição da charge, alguma vezes, era definida não pelo chargista, mas pelo editor ou diretor do jornal. Relembrando o período em que trabalhou no *Tribuna do Ceará*, Glauco ressalta que A. Capibaribe (então diretor do jornal) indicava o tema a ser tratado na charge, enquanto que no Diário o chargista escolhia a temática de acordo com a pauta, mesmo que o poder de interditar ou liberar o trabalho para publicação estivesse a cargo do editor.

> Eu vi pra cá, eu imaginava assim: lá eu vou ter liberdade, não fico dependendo dos outros, sempre não pode falar de fulano, não pode falar de sicrano. Aqui foi muito melhor, melhorou muito, apesar de ter passado pouco tempo fazendo charge, mas a gente tinha mais liberdade.839

Nessa citação, Glauco esclarece que sua saída do jornal *Tribuna do Ceará* para o Diário do Nordeste foi motivada, principalmente, pela falta de liberdade em produzir charge naquele jornal, seu desejo era ir para um jornal onde pudesse fazer as escolhas na realização de seus trabalhos, demonstrando claro descontentamento com o sistema de trabalho no primeiro jornal. A mudança para o Diário do Nordeste também significou, para ele, uma melhoria salarial, fator este de preocupação para os profissionais da

---

[839] Glauco Bezerra Martins Chargista do jornal Diário do Nordeste. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2009.

charge que tinham que complementar a renda financeira com outras atividades, mesmo que no próprio jornal.

Para Sinfrônio de Souza Lima Neto, chargista do jornal O Povo, “a censura sempre existiu (a autocensura) o próprio veículo veta antes que haja uma censura oficial. As pautas sempre foram minhas, o máximo que acontece por parte do jornal é uma ou outra sugestão.” Ou seja, tinha a liberdade de definir a pauta do desenho, mas a publicação não podia sair antes de uma opinião do jornal (lê-se editor), constatando assim uma auto-censura. Sinfrônio fala de uma interdição do jornal, portanto, o jornal exercia controle sobre essa produção, mas, havia ainda a autocensura do próprio chargista, quando este, já sabendo que assuntos a linha editorial proíbe, ele se mantém afastado destes.

Graffic novel, uma forma de expressão moderna – a relação com a literatura, o inconformismo e a inquietação em Gemma Bovery de Posy Simmonds

Talita Sauer Medeiros
Mestranda em História Social da Cultura pela UNESP/Assis
E-mail: talitasauerbtu@yahoo.com.br

Um longo caminho nos separa da época em que as imagens eram vistas como meras ilustrações. A iconografia vem ganhando dentro da historiografia cada vez mais espaço e suscitando importantes debates metodológicos. Os documentos visuais utilizados por muito tempo de maneira secundária ganharam gradualmente espaço na construção do conhecimento histórico e hoje já não há mais dúvidas de suas contribuições para responder questões ou mesmo suscitar novas problemáticas.

Mas não são apenas as praticas historiográficas que se alteram. Em meados do século XX, novas práticas e produtos culturais também modificam as formas de expressão, as relações com as novas tecnologias e as maneiras de se representar das sociedades ocidentais. Com o surgimento no século XX das chamadas culturas de massa, novas formas de expressão como o cinema, a fotografia e as histórias em quadrinhos provocaram uma renovação no que se entendia até então como arte. Acalorados debates envolvendo o que se inseria no conceito de arte e a classificação dessas novas maneiras de se expressar fizeram com que os valores estéticos válidos até então fossem repensados e ampliados. As Histórias em quadrinhos (HQ) são um bom exemplo dessas manifestações culturais contemporâneas capazes de atingir uma grande quantidade de receptores, mas o reconhecimento desse material como um produto artístico só ocorreu muitos anos após seu surgimento sobre as influências da *pop art*[840], essa "demora" se deve, dentre outros fatores, a sua trajetória e desenvolvimento. Gradativamente foram exploradas novas possibilidades de temáticas, objetos e técnicas de produção até que na década de 1970, Will Eisner inovou a maneira de se produzir HQ e inaugurou um novo gênero, técnica que o próprio autor classificou como "*Graphic Novels*", um novo tipo de material responsável pela elevação das HQ ao patamar de produções artísticas.

> "Eisner cunhou o termo 'Graphic Novel', romance gráfico, e especificou que se tratava de algo mais que um gibi bem impresso. Na tradição européia dos anos 70, tratava-se de trabalhar textos e desenhos na direção de

[840]Denominação empregada pela primeira vez em 1954 pelo crítico inglês Lawrence Alloway para designar os produtos da cultura popular ocidental, sobretudo os americanos. Na segunda metade do século XX configurou-se num movimento artístico com inspiração no cotidiano, sua iconografia baseava-se na televisão, na fotografia, nos quadrinhos, no cinema e na publicidade.

> uma expressividade mais assumidamente pessoal. No caso de Eisner, essa demanda se nutriu principalmente de suas memórias da época da Depressão".[841]

As *graphic novels* constituem-se num material singular e diferenciado, com uma linguagem mais sofisticada, uma ampliação de temas, tratando de assuntos polêmicos e atuais, uma modificação nas formatações, a utilização de recursos novos recursos como a computação gráfica e a inserção de novas mídias incorporadas a algumas produções, os desenhos alcançam um maior requinte técnico e assumem cada vez mais um caráter pessoal, na busca de seus autores pela experimentação e originalidade. É um produto contemporâneo que se "comunica numa "linguagem" que se vale da experiência visual comum ao criador e ao público, pode-se esperar dos leitores modernos uma compreensão da mistura imagem, palavra e texto." [842]

As obras da inglesa Rosemary Elisabeth Simmonds[843], ou como costuma assinar suas obras, Posy Simmonds, por sua qualidade técnica, experimentação e exploração de temas contemporâneos constituem num significativo material para entendermos o universo das *graphic novels,* além de uma forma de expressão da cultura popular moderna, discutindo as problemáticas das jovens mulheres inglesas através da arte seqüencial.

---

[841] PATATI, Carlos & BRAGA, Flávio. *Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 89.

[842] SANTOS, Roberto Elísio dos. O caos dos quadrinhos modernos. In: *Comunicação e Educação,* São Paulo, 21: 53 a 58, jan./abr. 1995.

[843] Simmonds iniciou sua carreira nos anos 70 em jornais como The Sun e The Guardian na Inglaterra, inicialmente como ilustradora e mais tarde como quadrinhista. A partir da década de 80, passou a se dedicar paralelamente a escrever e ilustrar livros infantis, ao jornal e a produção de *graphic novels*. A autora tornou-se conhecida por seu material satírico e contestador, utilizando seus desenhos como um canal para discussões sociais.

Em especial nesse texto discutiremos o livro *Gemma Bovery*[844], no qual notamos uma característica comum a algumas obras de Simmonds: a proximidade com a literatura. Nesse caso não apenas no formato, mas também ao conteúdo. Para compor *Gemma Bovery* a autora inspira-se no clássico *Madame Bovary*[845] de Gustave Flaubert publicado em 1857. A obra de Flaubert foi inovadora, marco do realismo francês e polêmica, pois levou aos puritanos e arcaicos meios nobres da sociedade francesa a discussão sobre o adultério e as críticas sobre costumes do clero e da burguesia da época, instigando acaloradas discussões sobre o comportamento feminino. *Posy* apropria-se dos mesmos tópicos levantados por Flaubert para gerar a discussão sobre o adultério, a tentação e o tédio da burguesia moderna, fazendo uma crítica à juventude urbana de classe média londrina, construindo sua versão moderna e em grande parte visual do clássico francês. Mais se os fatos gerais remetem a Flaubert, os detalhes são autônomos. Gemma Bovery, a protagonista de Simmonds é uma mulher com costumes e aspirações contemporâneas. Em sua obra as relações sociais e morais apresentadas são outras, não é o aspecto moral que está em questão aqui, nem o confronto com as regras da sociedade, a autora parte do romance de Flaubert para construir uma história contemporânea, utilizando-a para falar de inquietações que perduram até os dias atuais. Acreditando que tédio, o inconformismo, a frustração e a insatisfação transcendam os séculos revelando algo inerente ao humano: uma luta contra a mesmice.

Gemma Bovery é uma mulher inglesa dos tempos atuais. Sua trajetória corre paralela a de Emma Bovary: entediada com a mediocridade de sua vida e do mundo que a cerca numa pequena cidade francesa, envolve-se num relacionamento adúltero que

---

[844] SIMMONDS, Posy. *Gemma Bovery*. São Paulo: Conrad, 2006.
[845] FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Abril, 1970.

culmina com a sua morte. Através desses elementos apropriados do clássico francês, Posy faz uma representação da sociedade inglesa contemporânea e suas indagações.

A história se inicia na Normandia (França) nos dias de hoje. Pela ótica de Raymond Joubert, vizinho de Gemma Bovery. Numa narrativa contraria a do livro de Flaubert, já que a primeira informação que nos é fornecida é a de que Gemma está morta há três semanas. O fio condutor, através do qual nos aprofundamos na trajetória da protagonista é a busca de Joubert em entender melhor o que aconteceu motivado por entender a extensão, ou limite de sua culpa no desenrolar dos fatos. Ele se sente culpado, julga necessária uma análise dos fatos para aliviar sua consciência. “Minha cabeça diz que simplesmente errei, minhas entranhas me condenam.” Muitas vezes as informações que temos são apenas especulações de Joubert, vamos entendendo melhor o que aconteceu e desvendando o mistério da morte de Gemma junto com o padeiro. Na tentativa de entender a morte de Gemma ele rouba seus diários e é através desse recurso temos acesso aos pensamentos de Gemma e sua visão dos fatos e podemos conhecer a vida de Gemma nos períodos anteriores a ida dela para França, assim como em Madame Bovary há uma reconstrução da trajetória da protagonista para que possamos partilhar de suas aspirações e acompanhar os fatos e desejos que acabam por culminar numa tragédia.

Além da inspiração para a história de Gemma Bovery, o romance de Flaubert esta constantemente presente na Graphic novel. Joubert o narrador da historia, se refere à Gemma por várias vezes como Madame Bovary, fica fascinado com as semelhanças, exultante por morar ao lado de “Madame Bovary”. O livro de Flaubert está presente em toda a trama direta ou indiretamente.

Inicialmente Joubert acha excitantes as semelhanças, as possibilidades, mas após constatar proximidades profundas nas trajetórias das duas mulheres surge um crescente temor pelo desfecho

final. Quando Gemma conhece Hervé (que virá a ser seu amante) Joubert começa a se convencer de que exerce uma influencia sobre o desenrolar dos fatos. “Foi então que notei que Hervé de Bressingny, também parado ali feito um manequim. Algo muito estranho aconteceu. Um segundo depois que olhei para ele, foi como se, como um diretor de cinema, eu tivesse gritado “AÇÃO!” Ele ganhou vida. Falou com Gemma! Foi como se eu tivesse determinado o que ele fosse fazer, como se eu tivesse guiado Gemma a...” “Que absurdo. A vida imitando a obra prima de Flaubert: Madame Bovary cruza o caminho do cavalheiro nobre, Rodolphe, assim como Gemma, minutos atrás cruzou o caminho de Hervé.” As coincidências entre os desejos de Joubert e a maneira como os fatos aconteciam fizeram crescer seus sentimentos de surpresa, mistificação, choque, euforia e duvidas sobre suas responsabilidades.

Além da trama, muitas semelhanças em suas personalidades aproximam as duas mulheres, ambas parecem sofrer de uma insatisfação constante. Flaubert construiu cuidadosamente a natureza psicológica, frustrações, densidade interna da personalidade de sua personagem.“A voracidade de Madame Bovary acompanhava-se de permanente insatisfação. “ela não era feliz, nunca o fora (...) cada sorriso escondia um bocejo de tédio, cada alegria uma maldição, qualquer prazer um desgosto e os melhores beijos deixavam nos lábios apenas um irrealizável desejo de uma maior volúpia.” [846]

A insatisfação e a voracidade são características muito marcantes também em Gemma Bovery. Gemma também esta constantemente insatisfeita. Sua empolgação nunca dura muito e a realidade nunca corresponde a suas expectativas. Sofre de insônia, não dorme pensando em seus erros: marido errado, casa errada, lugar errado. Ambas possuem uma incapacidade de concretizar as mudanças desejadas.

---

[846] FLAUBERT, Op.Cit. pg 298.

Mas a insatisfação e as expectativas têm raízes diferentes. Emma buscava a fuga de suas insatisfações no amor, via em suas aventuras a possibilidade de mudar sua realidade. Para Gemma o caminho é inverso, busca em seus relacionamentos extraconjugais apenas uma satisfação pessoal, não pensa efetivamente em deixar seu marido, não deposita em seus amantes as esperanças de mudar seu destino. Busca um relacionamento carnal, sem envolvimento, um escape para o tédio, não uma mudança em sua vida. Em um de seus encontros deixa bem claro o que espera de Hervé " Olha... isto é só diversão... certo? Nada mais... só diversão...." "Distração... pra dar risada... eu estou entediada. Você está entediado... a gente só se diverte, certo?" " ... e mais uma coisa... NADA DE PERGUNTAS... você sabe que sou casada e isso é tudo que precisa saber..."

Uma característica comum as duas é a influência dos impressos no comportamento e imaginário dessas mulheres, para Emma a literatura romântica e para Gemma as revistas. Gisele Palmieri nos mostra a fragmentação gradativa da individualidade da personagem Emma, o que se dá através da quebra de expectativas criadas pela leitura de romances românticos. Antes de seu casamento Emma é apresentada como uma mulher sonhadora, romântica e ingênua, suas expectativas a fazem sonhar com uma vida cheia de aventuras e amores proibidos como das heroínas das histórias que lê. Gemma também constrói suas idealizações pauta no que lê nas revistas. Uma das principais características do romance de Flaubert é o ataque a moral burguesa, o autor expõe suas fragilidades, convencionalismo e falsidade, através da caracterização da vida monótona e sem atrativos da província. Parte da historia de Emma para criticar valores, costumes e a idealização contida no romantismo. Os valores da sociedade também estão sempre presentes nas obras de Simmonds, o culto a beleza e a boa forma, o consumismo, a influência e a ilusão criadas pelas mídias modernas são alguns pontos tocados pela autora. A auto estima tem grande peso na vida de Gemma, ela sofre ao tentar

se adequar aos padrões de beleza. A relação de Gemma com seu corpo interfere diretamente em sua suas atitudes, ao perder peso, ficar mais bonita, fica também mais segura. Em toda a trama ela associa diretamente o desenrolar dos fatos e a afetividade a elementos físicos.

Hoje os valores e comportamentos são outros, e isso fica claro quando através dos comportamentos de Gemma: vai morar com Charlie antes de se casarem, morar com um homem divorciado, é ela também quem toma a iniciativa para iniciar seu caso extraconjugal. É uma mulher independente, trabalha, contribui financeiramente.

A falta de aptidões maternais constitui mais um ponto comum "(...) ela não quer mais ter um filho com Charlie. A cena que costumava deixá-la extasiada em Londres – ar com perfume de flores, roupinhas secando no pomar – é agora apavorante. Ela morreria de tédio na Normandia, assim como seu bebe, quando crescesse. Ela conclui isso pelas visitas de seus enteados, os filhos de Charlie. As férias deles são o pavor constante dela."

Simmonds faz uma crítica a banalidade contemporânea em diversos momentos, como quando Joubert fica frustrado com o relacionamento de Gemma com seu amante, para ele uma caricatura do amor, para ele os jovens não saberiam mais saborear os prazeres de uma lenta sedução, não saberiam mais amar, reduzindo as paixões ao sexo casual.

Simmonds utiliza-se amplamente do elemento visual e do humor para contar sua versão da história de Flaubert, os personagens, a ambientação e todos os elementos da trama são desenhados com riqueza de detalhes. A versão de Simmonds se converte num interessante material de análise se levarmos em consideração o fato de que "Albert Manguel, ao citar Flaubert, assinala que esse escritor recusava-se a introduzir imagens no texto, pois acreditava que elas iriam limitar a leitura de sua obra e impedir a livre imaginação suscitada pela trama, bem como a livre idealização dos personagens."

[847] Para Flaubert a imagem seria, portanto, de certa forma redutora, limitadora da imaginação do leitor. O trabalho de Simmonds é ousada e em conformidade com as representações de uma sociedade saturada de imagens. Posy faz escolhas do que se apropriar na obra de Flaubert, deixa isso explicito e torna parte do jogo intertextual. A autora produz um material interessante, parte de uma obra clássica, a reduz a seus contornos gerais e preenche com novos elementos, mais próximos da experiência contemporânea. Fortalece a idéia de que um clássico é sempre legível de novo de um novo modo, e de que existem estruturas ou ideias que podem ser repetidas porque sempre farão parte intrínseca da experiência humana. Simmonds une os quadrinhos a prosa, dialoga com um clássico da literatura, critica costumes e ainda desenvolve um belo trabalho artístico.

Links para Jesus: midiatização e espetacularização da Bola de Neve Church através do ciberespaço

[847]PESAVENTO, Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. PESAVENTO, Jatahy, SANTOS, Nádia Maria Weber e ROSSINI, Miriam de Souza. (org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais.* Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.120.

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho
Doutorando em História Social - Universidade de São Paulo (USP), mestre em História do Tempo Presente (UDESC)
Contato: edumeinberg@gmail.com

A igreja neopentecostal Bola de Neve, mais conhecida como Bola de Neve Church, foi fundada em 1999 por Rinaldo Seixas, (auto) denominado apóstolo Rina, em São Paulo, com um público inicial composto especialmente por jovens de 12 a 35 anos, de classe alta e média, praticante de surfe, skate e outros esportes, inclusive os radicais, adepto de gêneros musicais como o reggae e o rock n'roll, advindos do meio urbano e/ou litorâneo e costumeiramente conectado à internet. A igreja se insere no que chamei anteriormente de *neopentecostalismo de supergeração*, que se refere às igrejas neopentecostais que tem como diferencial o uso potente do ciberespaço como maneira de veicularem a imagem da igreja e de seus líderes, suas doutrinas e produtos comerciais.[848]

E é neste sentido que o website oficial da Bola de Neve Church (daqui por diante chamada de BDN), entendida como exemplo proeminente deste neopentecostalismo de supergeração, figura como seu espaço majoritário de midiatização, espetacularização e mercadorização.

[848] Aprofundo este conceito no artigo *Neopentecostalismo de supergeração: o ciberespaço como chave para o sucesso neopentecostal*. História Agora, Revista de História do Tempo Presente. Volume 10, dossiê Religiões e Religiosidades no Tempo Presente. 25 dez. 2010.

Figura 1 - Sítio da Bola de Neve Church. Fonte: Bola de Neve Church. Disponível em: <www.boladeneve.com>. Acesso em: 29 abr. 2009

Analisando este sítio, é possível identificar algumas características fundantes da igreja, e para tal, uso como referencial metodológico de análise, alguns dos pressupostos lançados por Sophie Cassagnes.[849] De início, o que Cassagnes sugere é que se identifique o objetivo da imagem para o autor do documento. Como entendo, no caso do site, a intenção é criar a adesão de novos fiéis e reforçá-la em relação aos já presentes, fazendo uso de sons e imagens. Em seguida a autora pede que se perceba o *destinatário em potencial*, que como presumo, no caso, é em sua maioria o frequentador em potencial da igreja, como já descrito.[850] Entendendo este público como nicho mercadológico a ser atendido, é plausível que o site seja formatado para atender aos anseios de uma juventude contemporânea, conectada ao ciberespaço e consumista. É em sentido parecido que Sandra Pesavento contemplou que é da natureza da

[849] CASSAGNES, 1996. O texto referido é o *Comentário sobre o documento iconográfico em História.*

[850] As informações em relação ao perfil do frequentador se dão a partir da minha observação participante, como comentei anteriormente. Infiro, entretanto, que em relação ao perfil do internauta que acessa o sítio, não há nenhum dado que corrobore esta inferência, sendo ela uma suposição.
se tratar de uma suposição que este perfil se coadune com o perfil do internauta, não havendo dados que comprovem este dado.

imagem pressupor um espectador, o que faria com que, "no momento de criação, já se encontre, implícito, um destinatário."[851] Ao se conectar a *world wide web*, o indivíduo tem um leque de alternativas de conhecimento e entretenimento bastante amplo, como se o ciberespaço fosse um imenso *drive thru*. Assim, o site como produto oferecido, deve se diferenciar dos demais, primando pelo atendimento das necessidades do público potencial, ao mesmo tempo em que cria novas demandas.

O sítio não funciona apenas como mercadoria, mas como portal que aloja outros midiatizadores da BDN, como a *Crista*, periódico impresso e disponibilizado on line, as radiodifusoras *Bola Radio Worship* e *Bola Radio Extreme*, a *Bola TV*, teledifusora *on line*, também veiculada em horários específicos da tevê aberta, os *slogans*, a *Bola Records*, *produtora e gravadora* de CDs e DVDs, a arquitetura e decoração das unidades da igreja, *produtos* comercializados em suas lojas, os ministérios formados por frequentadores e líderes, a canção gospel de reggae e de rock, e outros. Assim, o sítio da BDN vai organizando seus discursos e produtos, os midiatizando, criando e atendendo demandas.

Cassagnes também sugere a análise contextual do documento. Sobre o *contexto histórico geral* do sítio infiro que seja o da inserção a uma sociedade com interpolações entre mídia, espetáculo e mercadorização da fé, e que se associam ao contexto específico da concorrência religiosa no campo religioso brasileiro.[852]

---

[851] PESAVENTO, 2008, 100. O texto referido é *O mundo da imagem: território da imagem cultural.*

[852] Este âmbito de concorrência e de inserção midiática ultrapassa as fronteiras dos pentecostalismos, chegando às mais diversas formas de religiosidade, como por exemplo da *wicca*, resignificação da bruxaria natural ou histórica e que se direciona ao público jovem através de publicações diversas e da ioga, que, como também identifiquei, se espetaculariza através de estratégias diversas, como *outdoors* e anúncios em revistas.

Cassagnes também solicita que se atente ao *momento,*[853] que aqui aponta para a contemporaneidade do sítio através de suas indicações escritas e icônicas, que se associam à vestimenta da modelo utilizada no *layout* da página, o que se confirma pela data de sua nova versão, 2007, referida no canto inferior esquerdo, e pelas mercadorias oferecidas. Aponta ainda para uma *descrição* da imagem nos níveis *técnico (ou estilístico)* e *temático*.[854] Partindo para a descrição técnica e estilística proposta por Cassagnes, identifico na imagem do *layout* inicial do sítio a utilização de cores quentes (vermelho, amarelo e suas combinações) sugerindo dinamismo; e frias (especialmente tons de azul), sinalizando uma associação entre um *reino celeste* e um *praiano*, representado também pelas imagens.

O logotipo da BDN não transita pela tela, ao contrário de todos os outros elementos dispostos no *layout*, ficando sempre fixo no canto superior direito. Abaixo, há *links*[855] para assuntos relacionados à igreja: *Home* (página de abertura), *Quem Somos, Onde Estamos, Células*, *News*, *Pregações*, *Clipping*, *Mensagens*, *Ministérios, Crista, Cifras, Bolinha de Neve, Loja Virtual, Games, Fotos*, *Fórum,*

---

[853] Para Cassagnes, o *momento* se divide em datação do documento (com sua *Autenticidade*, *Indicações escritas úteis, Indicações icônicas, vestimenta),* inscrição da obra em seu tempo e o contexto histórico geral e específico. Quanto à inscrição da obra em seu tempo, a autora recomenda observar a possível contemporaneidade do documento iconográfico em relação ao objeto ou cena representada. Este *layout*, como documento iconográfico, é também contemporâneo às informações ali depositadas, bem como seu produtor (a BDN Church).

[854] Para a autora, deve-se empreender uma análise identificando os elementos explícitos da obra no sentido do geral para o particular, apreendendo o efeito obtido e depois verticalizando o entendimento a respeito deste.

[855] Salatiel explica que "*links* são dispositivos de bifurcações que provocam mudanças qualitativas no sistema, estabelecendo também padrões de organização."

[855] SALATIEL, 2005, p. 131. Em sentido similar, entendo que os *links* sejam dispositivos operacionais que transportam o usuário, através de um clique, a outra página ou informação.

Colabore, *Bíblia On-Line* e *Fale Conosco*. Mais abaixo, há um *link* para a *Área Restrita*, exclusiva dos líderes da igreja.[856]

Seguindo o olhar da esquerda para a direita, se percebe o *slogan In Jesus We Trust*,[857] inscrito em azul celeste, amparado pela alegoria de uma onda, remetendo a uma praia, e abaixo da onda, os ícones *Envie SMS Falapastor*, *Bola TV* e *Bola Radio*, [858] e ao centro, a surfista, referida no capítulo anterior, com o *slogan Changing lives... for the better*.[859] Em seguida outros ícones transportam o leitor para a ação de outros ministérios associados à igreja. Estes ícones recebem um fundo com cores quentes, especialmente o alaranjado, o marrom, o rosa. Os ícones são *Mergulhando na Palavra On-Line*, *Ministério Atacar - aliste-se!!!*, *Bola Music – X Generation Worship*, *Recrie – Rede Cristã de Empreendedores*, e a *Loja Virtual*.[860] Logo abaixo, separado por uma faixa horizontal alaranjada e escrito em azul, está o *link* para o *Culto com Traduções em Libras*, realizado aos domingos às 16h na sede da igreja em Perdizes, bairro de classe média alta de São Paulo. Na extrema direita do *layout* de abertura, há uma espécie de suporte com quatro placas, sendo a superior com os dizeres

---

[856] Na *Área Restrita*, os que possuem liberação de acesso (de maneira geral os líderes instituídos) podem acessar as pregações do domingo anterior, a serem reproduzidas nas células, bem como diretrizes administrativas diversas.

[857] Apropriado pela BDN provavelmente do *slogan* estadunidense *In God We Trust*, tradicional e expresso em muitos lugares dos Estados Unidos, como em suas cédulas. O uso de *slogans*, retirados da Bíblia, e que passam a serem associados à marca da igreja-empresa é também visto em *Deus é Fiel*, *slogan linkado* à Renascer em Cristo ou *Jesus Cristo é o Senhor* e *Pare de sofrer*, da IURD, dentre outros.

[858] Este ícone habilita o recebimento de mensagens da igreja através do telefone celular. Abaixo do ícone para se adentrar nas informações do programa *Bola TV*, separado por uma faixa esverdeada, há outro ícone, para se habilitar ou desabilitar o som ambiente do sítio, que na abertura é representado pela canção de abertura do programa Bola TV. A Bola Radio, a Bola TV e o Fala Pastor recebem mais comentados adiante.

[859] Ou “mudando vidas... para melhor”.

[860] Os dois produtos ali veiculados são o CD de Dominic Ball e a série de DVDs da *Conferência Profética*, de 2008. A apresentação dos produtos é sempre atualizada, ou seja, outros produtos são veiculados em outros momentos.

Haléiwa - North Shore, a segunda com as novidades (ou *News)*, a terceira com o *link* para o cadastro no sítio, associada com as *Newsletter*, e a última das placas, com o acesso aos horários de cultos, bem como a possibilidade de se assistir a alguns deles on-line. Embaixo deste suporte de placas, em letras mais apagadas, está a inscrição *Copyright 2007* – todos os direitos reservados, identificando a data de confecção desta versão do sítio.

Como se vê na imagem, a figura da surfista está ao centro e é o que mais chama a atenção, especialmente por se mover do centro para a direita ao acessar o sítio;[861] atendendo ao sentido de *igreja de surfistas* e identificando a BDN aos praticantes e admiradores deste esporte (ainda que, como notei, o público da BDN seja mais abrangente hoje em dia), e apontando para o surfe como *tema do layout.* Sobre o efeito da proteção "celeste", a modelo e a prancha recebem iluminação que parece remeter à luz divina, se ligando ao *slogan In Jesus We Trust* (*em Jesus nós acreditamos*). É provável que o objetivo seja o de mostrar que a moça gosta de surfe e gosta de Jesus, buscando a simpatia do internauta e sua adesão à igreja.

[861] O internauta tem como "controlar" a imagem da surfista através de seu cursor, transportando ela de um lado para o outro enquanto acessa os *links* disponíveis.

Figura 2 - Logotipo oficial da BDN, que é acompanhado do *slogan In Jesus we trust.* Fonte: Ministérios. Bola de Neve Church .Disponível em <www.boladenevechurch.com.br/index2.php?secao=ministerios>. Acesso em: 10 ago. 2009

Considero assim que os elementos do sítio trabalham no sentido de criar uma representação favorável da BDN, havendo associação entre texto não-verbal (as imagens) e texto verbal (*slogans* e informações), com efeito eficaz e harmônico, reforçando a imagem da moça através dos ambientes e elementos, como a placa, o céu, a prancha. Neste sentido, aponto em seguida para a importância dos *slogans* - e também do patrimônio físico da igreja - como estratégias de marketização da BDN.

O PAPEL POLÍTICO DO EROTISMO NO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO

Rejane Lopes Rodrigues
Titulação: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO)
lopes.rejane@gmail.com

Introdução

Um ponto comum a praticamente todos os filmes marginais é o retrato da uma geração que, apesar de toda a repressão política, não deixava de produzir seus filmes. Neles podemos perceber não só o desespero diante da ditadura militar, como também todo o bom-humor, a ironia e o "desbunde" de jovens que estavam vivendo o auge de todas as novíssimas ideias libertárias da época. Desta forma, o objetivo deste trabalho é mostrar como os cineastas marginais brasileiros, que produziram seus filmes entre os anos de 1968 e 1973, buscavam associar a libertação sexual, promovida pelo movimento contracultural, ao anseio político de transformar a sociedade em que viviam. Buscavam transformar as próprias subjetividades, instigar a dos espectadores e, com isso, promover a "transvalorização" de todos os valores dominantes. Com isso, podemos afirmar que a sexualidade também seria algo através do qual a política seria exercida.

O contexto histórico

> Este livro trata do período que vai de 1969, logo depois da edição do AI-5, ao extermínio da guerrilha do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia, em 74. Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais. Ao mesmo tempo, foi a época das alegrias da Copa do Mundo de 1970, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o Milagre Brasileiro.

> O Milagre e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro. [862]

Esta é a introdução que Elio Gaspari faz em seu livro *A ditadura escancarada* e que resume muito bem o período em que o Cinema Marginal brasileiro surgiu e se desenvolveu. Analisando a História, vemos que a segunda metade do século XX foi um período de grande mobilização social, especialmente da juventude. Nos Estados Unidos, contra a guerra do Vietnã. Na França, pela melhoria da educação que acaba se transformando em ameaça à própria estabilidade do general De Gaulle. Há uma rejeição ao estabelecido, visto como velho, obsoleto, superado. Quer-se o novo. O desejo é por ideias libertárias. Tudo isso repercute e influencia notavelmente os acontecimentos no Brasil, porque colide frontalmente com valores básicos do regime militar. Por aqui, o clima estava tenso.

Houve neste período grandes manifestações reivindicatórias e de contestação ao regime por parte dos estudantes. Também eclodiram greves operárias que, juntamente ao discurso contestatório, faziam exigências salariais. Em dezembro deste mesmo ano, o governo, em nome da segurança nacional, chega ao extremo de decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ponto culminante da legislação autoritária e do autoritarismo. Com Costa e Silva, presidente desde 67, a linha dura[863] finalmente toma as rédeas do poder político.

---

[862]GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.13.

[863]O que caracteriza fundamentalmente os "duros" é a radicalização de seu credo e ação anticomunista. A maioria é também pela permanência dos militares no poder. Um dos ramos apresenta forte matriz nacionalista.

O “milagre” brasileiro representou a espetacular expansão econômica no período 1968/73. O crescimento médio do Produto Real ultrapassa 11% ao ano; a inflação cai, flutuando em torno de 15% anuais. Vai ser a era do binômio segurança-desenvolvimento. Devido a este desenvolvimento e à indiferença política do “povão”, o regime ganha respaldo popular. A massa aprova entusiasticamente o governo Médici, auge da ditadura, graças ao impacto favorável no que diz respeito a emprego e renda. Os realmente sensíveis ao golpe são os políticos, os intelectuais, os cientistas, religiosos, artistas, jornalistas, estudantes, empresários etc. A sociedade civil organizada e politicamente consciente.

Neste período, muitas organizações de esquerda aderem à luta armada. Seja pelo objetivo de tomar o poder, seja pela crença de que só por intermédio dela o regime militar cairia. Em julho de 1967 realiza-se em Cuba a reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, que conclui pela adoção de uma estratégia revolucionária. A experiência cubana servia de fundamento para fazer parecer possível a revolução socialista e influenciou decisivamente a atitude dos jovens brasileiros. Em 1969 surgem os primeiros sequestros de diplomatas estrangeiros, com o objetivo principal de libertá-los em troca de prisioneiros políticos. Em resposta a esta radicalização, vista como crime hediondo, a Junta Militar[864], nomeada pelo AI-12 durante a doença e impedimento político de Costa e Silva, edita diversas medidas de endurecimento do regime.

> No final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem mil militantes. (...) Em apenas cinco meses, de setembro de 1969 a janeiro de 70, foram

[864]A Junta Militar era composta por Lyra Tavares, ministro do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica.

> estourados 66 aparelhos, encarceradas 320 pessoas e apreendidas mais de trezentas armas.[865]

No início dos anos 70, a esquerda armada entrou em declínio, quase agonizante. Ao contrário do que supuseram seus idealizadores, a guerrilha nunca empolgou o país. Os grupos atuaram de forma isolada, não obtiveram solidariedade popular e escolheram lutar exatamente no terreno em que o adversário era incomparavelmente mais poderoso e profissionalmente preparado: o das armas. Depois da morte de Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em setembro de 1971, a única ação expressiva é um foco de guerrilha do PC do B, com cerca de setenta pessoas na região de Xambioá, no Pará. Identificada em 1972, a Guerrilha do Araguaia, como ficou conhecida, é aniquilada em 1975. Segundo a imprensa, morreram 59 guerrilheiros. Entre aqueles que acreditavam em uma transformação radical da sociedade só restava a angústia da impotência, a tristeza da derrota. O clima de descrença instalou-se neste momento e influenciou consideravelmente a produção cinematográfica da época.

O Cinema Marginal

Podemos afirmar que Cinema Marginal é um cinema datado, sintoma de uma época. Florescido no período posterior ao AI-5, esse cinema é em geral assumido como a resposta à repressão na linha agressiva do desencanto radical. Surge no final da década de 1960 totalmente alheio às exigências do mercado. A partir de uma ruptura com os cinemanovistas – que estavam buscando uma “flexibilização” da linguagem experimental tendo em vista a aproximação com o grande público – os cineastas marginais dão as costas para a exibição

---

[865]GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.160.

dos seus filmes, na medida em que, diante da intensa repressão política do país, tal exibição não parecia uma realidade tangível. Esta situação irá interferir diretamente na feitura das obras, intensificando ainda mais o experimentalismo cinematográfico iniciado aqui no Brasil a partir do Cinema Novo.

Podemos afirmar que as principais características do Cinema Marginal são: a **agressão** (a preferência pela imagem do abjeto, pela representação de um mundo feio e injusto), a **estilização** (narrativa lúdica que revaloriza o humor que tinha livre circulação na Chanchada, só que de maneira mais corrosiva, através do mecanismo do "avacalho") e a **fragmentação narrativa** (linguagem totalmente anti-narrativa, buscando a invenção, a ilusão e a magia, gerando um universo ficcional fantasista). Toda esta relação agressiva com o espectador visava irritá-lo de alguma forma, acordá-lo para a realidade, não à maneira do Cinema Novo, de forma didática, mas sim com "tonalidades brechtianas", através do choque. O didatismo passou a ser encarado como alienante por não questionar a forma do discurso em que vincula a sua mensagem. A função do choque seria acordar as massas (e a própria burguesia) de sua letargia. Seria como uma tentativa de questionar sua posição social e despertá-lo para a luta política, sem precisar apelar para a *mimeses*, colocando em xeque a preocupação dos cinemanovistas de se aproximar do grande público.

Outra questão também muito importante para este trabalho é a influência que o Cinema Marginal sofreu da Contracultura, movimento social difundido principalmente a partir dos Estados Unidos nos anos 60. Segundo Elio Gaspari,

> A década de 60, com as memoráveis mobilizações e desordens de 1968, foi um desses períodos dourados. Ela foi a outra roda com que se moeu um pedaço da história do Brasil: a Era de Aquarius. (...) Vinte e sete anos depois do aparecimento da penicilina injetável e oito anos depois da comercialização da pílula anticoncepcional, o orgasmo dissociara-se do

medo e do compromisso. Vivia-se o período de maior liberdade sexual da história humana. [866]

Tendo como principal proposta a contestação social, a Contracultura focava as transformações da consciência, dos valores e do comportamento. A sexualidade passa a ser explorada ao extremo juntamente com as viagens lisérgicas. Há o centramento do universo ideológico em torno do próprio ego, do mundo pessoal, do "eu" mais íntimo do autor. E é justamente aqui que entra a questão do erotismo. É como se neste momento da história o Brasil estivesse indo na direção contrária de todos os novíssimos valores defendidos pela juventude, já que o regime militar era calcado em valores tradicionais. Desta forma, numa sociedade dominada pelos valores da "Tradição, Família e Propriedade", uma sexualidade tão livre nas telas será usada como instrumento de transgressão/agressão na tentativa de um engajamento político possível no auge da repressão militar.

O erotismo como luta política

O filósofo contemporâneo Michel Foucault, em seu sistema político[867], afirma que a sexualidade possui papel privilegiado nas relações de poder. Um poder como esse funciona em nossa sociedade reprimindo as energias inúteis, a intensidade dos prazeres e as condutas irregulares. É através da sexualidade que o poder sobre a vida pode ser exercido, seja por meio das disciplinas do corpo ou das regulações da população. Foucault analisa historicamente como as formas de adensamento político sobre os corpos, em suas diversas tecnologias, produziram padrões de funcionalidade e utilidade extremamente úteis ao sistema.

---

[866] GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.213.

[867] FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber.* São Paulo: Ed. Graal, 2007.

No entanto, a analítica de Foucault não é somente descritiva, há também a proposta de uma *práxis* política e de uma transformação da sociedade. E o que ele pretende mostrar é que as resistências ao poder são postas em ação no próprio movimento interno da constituição das relações de poder.

> (...) não há relações de poder sem resistências. Estas são não apenas reais e eficazes como formam-se ali onde se exercem as relações de poder; a resistência não tem que vir de fora para ser real; entretanto, ela não está oculta porque é compatriota do poder. Existe com tão mais intensidade como está lá onde está o poder; ela é, portanto, como o poder, múltiplo e integrável às estratégias globais.[868]

O campo desses afrontamentos e resistências ao poder e aos seus excessos é claramente identificado por ele: as lutas contra a dominação (étnicas, sociais, religiosas), as lutas contra as formas de exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e, finalmente, as lutas que levantam a questão do indivíduo (lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas de subjetividade e submissão). Esse último campo de resistência, segundo ele, é privilegiado por sua função estratégica na atualidade: são bem mais radicais e criativas. Isto porque o Estado contemporâneo trabalha tanto no sentido da gestão da individualidade, quanto no sentido da direção das coletividades. Desta forma, precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando qualquer tipo de individualidade que nos é imposto. Tal processo também deve necessariamente culminar na superação do individualismo pela nova aliança do indivíduo com novas formas de viver e novos vínculos comunitários.

---

[868] CASTELO BRANCO, Guilherme. *Retratos de Foucault.* Rio de Janeiro: Nau, 2000, p.319.

> Os novos movimentos libertários, na medida em que destinam-se à vida cotidiana, à experimentação e à criação, realizam, de certa forma, a atitude da modernidade. (...) Foucault também indica, em algumas breves passagens, que a estética da existência, enquanto atitude pela qual tornamo-nos artífices da beleza de nossa própria vida, é um estilo de vida de alcance comunitário, por ele denominada como forma de vida "artista", realizável por todo aquele que seja capaz de questionamento ético e de realizar de algum modo, uma atitude de modernidade. [869]

Para Foucault, a política começa com a recusa do silêncio da servidão. Prolonga-se quando indivíduos transformam-se a si próprios e aos outros. Trata-se de regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida. Tais modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar.

Desta forma, a transformação da sexualidade possui papel privilegiado neste esquema revolucionário. Isto porque a partir do momento em que há a busca por transformá-la, estaremos também transformando os corpos e os desejos. Promovendo novas subjetividades e, consequentemente, novos estilos de vida. Também possibilidades de novos vínculos comunitários. Uma sexualidade de fato libertária – livre de qualquer ação estratégica dos micro-poderes – com certeza também promoverá indivíduos e uma sociedade mais libertária.

E é justamente nesta linha de pensamento que se desenvolve a ideologia dos cineastas marginais. A sexualidade será um poderoso instrumento de transgressão em uma sociedade dominada pelos valores da "Tradição, Família e Propriedade". O discurso marginal elabora o prazer como algo a ser vivenciado e que se legitima em

---

[869]CASTELO BRANCO, Guilherme. *Retratos de Foucault.* Rio de Janeiro: Nau, 2000, p.323-324.

relação à própria sensação que proporciona ao indivíduo em sua singularidade. Filmes como *Matou a família e foi ao cinema* (Júlio Bressane, 1969), *América do Sexo* (Leon Hirszman, 1969), *A mulher de Todos* (Rogério Sganzerla, 1969), *Os monstros de Babaloo* (Elyseu Visconti, 1970), *O Pornógrafo* (João Gallegaro, 1970), *Copacabana, mon amour* (Rogério Sganzerla, 1970), *A família do Barulho* (Júlio Bressane, 1970) e *Sem Essa Aranha* (Rogério Sganzerla, 1971) são alguns exemplos de obras que exploram o erotismo a partir deste viés político. Chamo a atenção ainda para o fato de que quando falamos em erotismo no Cinema Marginal brasileiro não estamos nos referindo ao erotismo dos filmes da pornochanchada – que coexistiram na década de 1970. A sexualidade em cada um será trabalhada de maneira completamente diferente, com propostas completamente opostas. Podemos afirmar que o erotismo da pornochanchada não teve nada de libertador. Pelo contrário: nele, vemos um desfilar de visões completamente estereotipadas sobre o papel de homens e mulheres na "nova sociedade" que contribuíram de maneira perversa para aprisioná-los ainda mais.

REVISTA BOA FORMA- POR UM DISCURSO DO CORPO

Bárbara Nascimento Duarte
Mestre em Ciências Sociais
Doutoranda em Ciências Sociais
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

A sociedade contemporânea enfatiza o corpo como local para a construção da pessoa e por causa dessa associação torna-se árdua a dissociação da identidade individual de sua experiência e aparência corporal. Os esforços feitos para transformar o corpo são, portanto, esforços para transformar a identidade que é construída através do foco neste. O corpo *alter ego*, ao mesmo tempo em que está separado do indivíduo, é o caminho encontrado para criar a presença social almejada. Porém, a definição do que é valorizado num determinado momento na sociedade está em frequente alteração, então é necessário estar sempre atento e vigilante no que diz respeito ao auto-exame do próprio corpo, buscando métodos de "correção" das

inadequações ou imperfeições. Essas atitudes pragmáticas têm como meta aperfeiçoar o rendimento do corpo e construir um eu apropriado. Por fim, para ter uma orientação correta abundam conselhos em mídias especializadas, como a revista Boa Forma e inúmeras outras, além dos que circulam em mídias não especializadas, que promovem espaços de interação real e virtual, com orientações para se ter a felicidade e desempenho. De acordo com David Le Breton, numa espécie de "ilusão corporal" do sujeito é requerida a criação de uma nova forma de se dizer, através de alterações que perpassam seu físico bem como sua subjetividade.

Palavras-chave: Revista Boa Forma; Corpo; Contemporaneidade, Blogs.

Introdução

Na contemporaneidade o corpo é a referência do indivíduo, portanto, deve ser constantemente monitorado a fim de acabar com qualquer sinal de imperfeição que nele despontar, daí a grande importância em buscar constantemente o aperfeiçoamento físico. O corpo definido fisicamente, sem excesso de gordura e trabalhado nas academias de ginásticas é geralmente vistos como cheio de *glamour*. Esse é um ideal que cresce dia após dia no Ocidente e circula visivelmente na revista feminina Boa Forma. Esse corpo que aponta para a padronização tomou o lugar de corpos que até alguns anos atrás bastariam ser somente magros[870]. Todavia, veremos que o ideal de corporal atualmente disseminado e compartilhado na revista Boa Forma é aquele cujos músculos estão tonificados, e qualquer sinal de flacidez ou protuberância que despontar deverá ser urgentemente eliminado.

[870] BORDO, Susan. *Unbearable weight: feminism, western culture and the body*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California, 1995.

Porém, ao contrário do que pensam várias feministas, um sinal de que os indivíduos não assimilam as mensagens sem interpretá-las[871] é o exemplo de pessoas, quando não grupos que se manifestam contra as imagens padronizadas que difundem qualquer ideal estético em voga que condena todos os que nele não se enquadram. Sim, é certo que há vários grupos de resistência, há muitos homens e mulheres que também desejam alterar seus corpos de forma singular, fazendo, muitas vezes, transformações irreversíveis. Só para citar falaria de vários grupos de *body art.* Só que não interesse nesse breve artigo discorrer sobre outro tipo de transformação senão aquelas apresentadas pelas leitoras da revista Boa Forma. Os discursos analisados tratam de 12 edições do ano de 2009 da revista anteriormente citada. O que interessa para estudo são os discursos das leitoras que estão dispersos na revista e/ou em situações bem específicas as quais perpassaremos mais adiante. Veremos que as leitoras são mulheres cuja margem de atuação é ampla, estão inseridas no mercado de trabalho e não se limitam à esfera privada e que ainda assim não se sentem livres da demanda ser sedutoras e reconhecidas por outros sujeitos ao seu redor através da beleza e do corpo transformado esteticamente. Em *El sabor del mundo* Le Breton[872] afirma que no Ocidente a beleza feminina, sobretudo, é uma virtude, logo, impõe critérios de sedução que estão frequentemente atrelados a um momento do ambiente social: "a mulher é seu corpo e vale o que vale seu corpo no comércio da sedução, enquanto o homem vale por sua qualidade de homem, seja qual for sua idade"[873]. Se a mulher vale o que vale seu corpo, ela se confunde com ele, logo é tratada mais como objeto do que como sujeito, pois o que importa em seu estatuto é ainda a beleza[874]. Veremos que imperativo da adequação ao ideal estético do momento

---

[871] MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

[872] LE BRETON, David. *El sabor del mundo: una antropología de los sentidos*. 1 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009

[873] Id.ibid. p.57

[874] BLUM, Virginia L. *Flesh wounds: The culture of cosmetic surgery*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California, 2003.

faz parte da construção da realidade dessas leitoras e negá-lo é quase uma falta moral.

1. As leitoras da revista Boa Forma

As mulheres apresentadas nesse artigo e escolhidas arbitrariamente aparentam não ter direito à salvação ou ao descanso, pois a beleza é lhes imposta como um árduo trabalho cotidiano, através dos regimes, atividade física e utilização de cosméticos. As leitoras compartilham de um discurso, também fornecido pelo editorial da revista, de que não só é possível encontrar tempo para conciliar o excesso de demandas diárias no lar e no emprego ao intenso cuidado corporal bem como é indispensável. No estatuto masculino a situação é diversa, resultado de uma construção cultural: "a mulher é o que é seu corpo e o homem o que faz de sua existência"[875]. Por isso, a mulher pode conquistar sucesso profissional e pessoal na vida e ao mesmo tempo se sentir deslocada e incompleta por não ser considerada bonita, sendo essa uma das razões para se entregar à modificação corporal, independente de qual seja ela.

A revista Boa Forma possui diversas seções fixas e outras variáveis. Na seção *Interativa.com* a leitora Kessie, ao se referir a reportagem de uma outra edição apresentada pela mesma revista com a atriz Flávia Alessandra diz "ela é a prova de que é possível, sim, cuidar da carreira e da família sem deixar a boa forma de lado"[876]. Outra leitora que afirma que "filho e trabalho não são desculpas para descuidarmos do corpo"[877]. Mais uma leitora elogia o esforço da editora de uma das seções da revista que disse sua estratégia para manter a forma. A leitora desabafa contando que "Ao

---

[875] LE BRETON, David. Entrevista de David Le Breton a Bárbara Duarte. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE 10(28), 2011, p.180.
[876] Cf. Revista Boa Forma, edição de agosto de 2009, p. 12
[877] Cf. Revista Boa Forma, edição de março de 2009, p. 12

ler que a editora da seção *Fitness* acordava às 5 horas da manhã para malhar, pensei: se ela consegue, eu tenho que conseguir"[878]. Com uma convergência de falas a "mão de ferro" da boa forma parece ser espalhada via vários discursos demonstrando que esta se tornou uma preocupação das leitoras da revista. Vários discursos semelhantes são veículados na na mídia de forma ampla: nas revistas femininas, jornais, livros; estes exibem frequentemente mulheres sempre magras e definidas fisicamente, e que propõem a receita mais adequada, os alimentos certos e os regimes mais eficazes para cada tipo de mulher, dizendo que todas são capazes de "chegar lá". A mulher que está longe dos padrões estabelecidos é vista como longe das normas de feminilidade que rege a sociedade Ocidental, mas também como infratora da ética que responsabiliza cada indivíduo por seu corpo. É um abandono moral do corpo-sujeito que reflete na produção do seu eu, no controle de si que é manifesto pelo controle do próprio corpo[879]. O cuidado com o corpo muitas vezes aparenta ter levado a uma espécie de "alienação" numa sociedade que claramente afirma classificar e selecionar os indivíduos através do corpo e da aparência.

A plasticidade do corpo é um lugar comum e deve refletir as tendências, mesmo momentâneas, tornando frágil a identidade do sujeito. Estabelecer uma correspondência entre o eu e o corpo é buscar por uma identidade, negociar um papel aceitável socialmente. O mais surpreendente, talvez, é que a correspondência é buscada através da alteração do corpo, do *alter ego*, a fim de definir a identidade real do sujeito. A leitora Andressa é um bom exemplo de como, a partir da mudança externa, a percepção do próprio interior é construída, segundo ela "Depois que eu vi o meu corpo mudar, me transformei por dentro. Passei a gostar mais de mim e, consequentemente, os outros começaram a me olhar de outra

---

[878] Cf. Revista Boa Forma, edição de março de 2009, p. 83

[879] LE BRETON, David. *Rostros: ensayo de antropología*. 1 ed. Buenos Aires: Letra Viva, 2010

maneira"[880]. A revista ainda complementa que a nova atitude em relação ao corpo "modifica os dois mundos: o externo e o interno. Você passa a se enxergar de outra maneira, mas não é só o seu olhar que muda. Quem está ao seu redor também passa a vê-la com outros olhos e começa a tratá-la de um jeito diferente"[881]. O eu é construído por essas leitoras a partir de uma projeção do corpo, e a ideia de progredir de maneira contínua fisicamente reflete o desejo de desenvolvimento pessoal também contínuo. Um desabrochamento de si[882].

E pelo que temos visto até esse momento nos leva a questionar se os grupos de resistência que despontam aqui e acolá de fato representam o sentimento e as atitudes da maioria das mulheres. O que se percebe quando se lê a revista, aqui a Boa Forma, é que as mulheres, num primeiro instante, se unem a favor de um objetivo comum: conquistar um corpo mais jovem, mais magro e mais bonito. Para isso recorrem a médicos, orientações na mídia, grupos de apoio como os Vigilantes do Peso e também criam métodos próprios para compartilhamento de suas angústias, dificuldades e vitórias em busca do corpo almejado. Aqui se trata de outra mídia paralela a revista Boa Forma que chamou bastante atenção nas revistas dada sua recorrência: os *blogs*. Estes são *websites* que podem ser criados por qualquer pessoa e que permite uma atualização bem rápida de comentários e ações de seus criadores, bem como dos que os acessam. Geralmente possui uma temática com certa periodicidade que é proposta pelo criador, e fornece comentários sobre assuntos particulares. Um *blog* pode conter diários, piadas, *links*, fotografias e o que mais interessar ao criador. Além disso, abre um espaço para o contato de pessoas de qualquer lugar do mundo e permite a

---

[880] Cf. Revista Boa Forma, edição de março de 2009, p. 106

[881] Cf. Revista Boa Forma, edição de fevereiro de 2009, p. 75

[882] ANDRIEU, Bernard. A nova filosofia do corpo. Tradução Elsa Pereira. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2004.

comunicação entres estas, sendo grande difusor de ideias e posicionamentos. E as leitoras descobriram que essa é uma forma de permanecerem constantes em seus projetos corporais ao compartilhar com outras pessoas o seu “drama pessoal”. Apresenta-se como sendo de grande ajuda a essas mulheres. É bem clara essa importância dos *blogs* na leitura dos discursos dessas leitoras. Kelly, na outra seção chamada *Eu consegui!*. Ela narra que juntamente a adesão de novas modificações corporais na época em que buscava emagrecer “também tive a ideia de montar um *blog*. Assim, passei a ter compromisso com outras pessoas”[883]. Na matéria da revista Boa Forma entitulada *Emagreci escrevendo um blog* abundam exemplos. Uma leitora diz sobre a dificuldade inicial em se manter fiel a sua página online pessoal, porém, ao perceber que este trazia muitos benefícios para as pessoas que o acessavam, ficou mais estimulada tanto em continuar postando quanto em manter-se firma na dieta. Ela diz que:

> No começo foi difícil achar tempo para estudar, trabalhar, malhar e ainda escrever no *blog*. Mas quando os resultados foram aparecendo, queria dividir com as leitoras. Lendo os comentários delas, percebi que minha experiência estava ajudando outras garotas com a mesma dificuldade para fechar a boca e driblar a preguiça de malhar[884] .

Outra leitora mostra no que consiste os *blogs*:

> Algumas pessoas usam o *blog* para anotar e avaliar o que comem, outras registram suas séries de exercícios. Eu escrevo para não descontar minha frustração na comida. Muita gente pensa que ficamos

[883] Cf. Revista Boa Forma, edição de maio de 2009, p.130
[884] Cf. Revista Boa Forma, edição de agosto de 2009, p.81

> só trocando receitas, mas a relação que criamos vai além. Entendemos as dificuldades para emagrecer umas das outras e isso nos faz sentir mais "normais"[885].

Os *blogs* são espaços onde as leitoras se reúnem e controlam a alimentação e o próprio comportamento, a regularidade da prática de atividade física, os dramas vivenciados ao ter que resistir a alguma alimentação que não está prevista na dieta e, ao mesmo tempo, servem para incentivar e serem incentivadas por outras leitoras. Uma blogueira diz que "Ao expor meus altos e baixos para emagrecer, descobri que muita gente passa por isso também. E saber que minha história ajuda outras garotas é um estímulo importante"[886]É um compromisso, um "contrato social", estabelecido primeiro entre a leitora e ela mesma, e segundo, com outras mulheres que acompanham o seu *blog*. Quando estão desestimuladas, dado ao compromisso com as outras leitoras que apoiam a empreitada do emagrecimento, acabam aderindo mais firmemente ao projeto corporal estabelecido. É um espaço de encorajamento. Outra leitora diz "A cada quilo perdido, as leitoras comemoram comigo, e isso é um grande incentivo para não desistir, afinal, não quero decepcioná-las"(VIII, p. 82). Nessa rede virtual compartilham experiências e são mais estimuladas. Uma leitora da Boa Forma também blogueira conta sua experiência:

> Escrever e fotografar tudo o que eu como me ajuda a reconhecer quando extrapolo e a corrigir meus erros na hora de me alimentar. Visitar os *blogs* de amigas virtuais e acompanhar o sucesso de quem

[885] Cf. Revista Boa Forma, edição de agosto de 2009, p.82
[886] Cf. Revista Boa Forma, edição de agosto de 2009, p.82

> emagreceu dá ânimo para continuar na linha. Além disso, desabafar com quem entende o nosso drama ajuda a resistir à tentação de descontar na comida.

Lorena em *Eu consegui!* confere ao *blog* um estima preponderante para seu sucesso “Além da força de vontade, a academia [...] e o *blog* que criei foram fundamentais para o meu sucesso”[887]. Aparentemente, de forma contrária ao que Wolf[888] acredita - que o mito da beleza coloca as mulheres como inimigas, competidoras entre si e desestimula a cooperação - os *blogs* não se apresentam dessa maneira. Na realidade, eles se mostram como uma possibilidade para as mulheres dividirem as mesmas preocupações, dificuldades e anseios, tornando-as mais unidas e menos solitárias na trajetória comum que decidiram traçar em busca do corpo desejado.

Ao invés de se conformarem com a forma do próprio corpo, o que se percebe é que as mulheres da revista Boa Forma buscam, de alguma maneira, negociar suas identidades através deste. E através de estímulos de outras mulheres, conseguem permanecer por mais tempo no projeto corporal definido. O corpo, por ser compreendido como um lugar privilegiado para o bem-estar, o bem aparentar, um lugar de distinção, é um elemento importante para a compreensão do presente. O sujeito, que pensa estar livre para dominar, controlar, redesenhar o próprio corpo, também tenta prolongar os benefícios e as sensações prazerosas advindas dele; ao mesmo tempo em que altera a aparência para expressar seu ser, tem seu ser definido por sua aparência[889].

---

[887] Cf. Revista Boa Forma, edição de dezembro de 2009, p.115

[888] WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

[889] ANDRIEU, Bernard. A nova filosofia do corpo. Tradução Elsa Pereira. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2004.

Conclusão

Essa pesquisa foi resultado de um interesse pessoal em tentar compreender, ainda que parcialmente, o porquê de tamanha preocupação com o corpo na contemporaneidade. Em todos os lugares é possível encontrar tanto mulheres quanto homens se exercitando por horas, levantando muitos quilos em equipamento de academia de ginástica, adquirindo remédios para emagrecer, buscando por fórmulas naturais que prometem trazer uma "forma ideal", clínicas estéticas que garantem acabar com imperfeições pequenas e que se supõem naturais ao corpo, diversos programas de televisão que ensinam truques para se entrar em forma, que exibem cirurgias estéticas ao vivo, revistas populares onde se lê "Emagreci e conquistei meu marido de volta" ou, simplesmente, "Hoje sou feliz com o corpo que sempre sonhei", além das revistas de classe média que apresentam modelos globais de beleza ou homens e mulheres se dedicando ao fisioculturismo. De outro lado, é cada vez mais comum ouvir sobre diversos distúrbios alimentares entre os jovens e adolescentes gerados por causa de uma imagem corporal que aparentemente não se adéqua a alguns modelos.

Tendo isso como ponto de partida, o objetivo estabelecido e expresso em partes nesse artigo, foi tentar compreender quais significados e valores estão atrelados pelas mulheres à adesão de diversas práticas de modificação corporal e quais os desdobramentos pessoais e sociais da inserção nestas. Qual a importância do corpo modificado para as mulheres? Por que buscam a conformação a um padrão corporal tido como "ideal"? Quais consequências reais e simbólicas para essas mulheres? Em qual contexto elas assimilam os imperativos sociais de beleza e forma corporal? Para refletirmos sobre essas questões, foram analisadas doze edições da revista feminina chamada Boa Forma. A escolha da revista se deve ao fato de possuir ampla circulação entre o público feminino de classe média, principalmente do Sudeste, além de estampar em sua capa

atrizes, cantoras e modelos brasileiras de sucesso na mídia brasileira e que são popularmente apontadas como referenciais de beleza.

Ao mesmo tempo em que o corpo é valor último do sujeito, este está perpassado pelas relações com os outros e é socialmente moldado. Não obstante, concordando que o homem está presente no mundo de forma afetiva, constantemente ele é afetado pelos acontecimentos, e as emoções relacionadas às questões corporais conflitantes são uma constante no discurso das leitoras e mostram como a realidade é construída por elas e pelos outros. Por vezes, já que o corpo não está de acordo com o que é demandado dele, uma luta constante é travada pelo sujeito com o próprio corpo e com a balança. Sendo orientado a se submeter aos padrões estéticos do momento, muitos indivíduos sentem-se impelidos a criar estratégias e buscam ajuda com pessoas que já passaram ou ainda passam pelo mesmo conflito. Vimos que uma das opções encontradas pelas leitoras está em grupos de apoio presenciais e até virtuais, mais especificamente os *blogs*. Eles têm um papel de extrema importância entre elas, pois além de servir auxiliá-las no controle próprio da boa forma, eles servem como um meio de encorajamento para outras mulheres e que saem ainda mais estimuladas por isso. Por fim, o *blog* apresenta-se na revista como um espaço de cooperação em busca de um projeto de corpo em comum.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

COORDENADORES: EDUARDO MEINBERG DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO – USP E EDUARDO GUILHERME DE MOURA PAEGLE – UFSC/BOLSISTA DA CAPES

Ministério Sacerdotal na Sé de Mariana: Posse de Livros, Organização Familiar e Atividades Econômicas (1820 a 1875)1[890]

Paulo Vinicius Silva de Santana
Mestre em História Social da Cultura, UFMG

Mariana tornou-se sede do primeiro bispado em Minas Gerais ainda no século XVIII, mas alcançou maior organização do ponto de vista burocrático no decorrer do século XIX. Os sucessivos períodos em que a Sé esteve vacante resultaram em atividades descoordenadas por parte dos responsáveis pela administração episcopal. Só no século XIX veríamos uma duração longa em que os prelados foram capazes de exercer seu poder efetivamente e alterar profundamente as bases do corpo clerical, tanto do ponto de vista local, quanto do ponto de toda a província.

Podemos dizer que só em meados do século XIX a Igreja Católica em Minas atingiu sua maturidade como praticante dos preceitos romanos pregados no *Concílio de Trento.* O resultado de todas as atribulações do século XVIII foi que, com o passar dos anos, a atenção dos prelados sobre os sacerdotes se reverteu na formação de novos clérigos. Estes combinavam não só a já mencionada vinculação com o lugar de trabalho religioso, mas também firmeza quanto à aplicação das ideias romanas de separação entre o corpo clerical, seja ele secular ou regular – por meio do aparato filosófico, teológico, bem como da conduta considerada sadia pelo núcleo dos pontífices – e os fiéis em geral. Ser sacerdote no século XIX foi se tornando cada vez mais uma questão de profundo comprometimento

[890]Texto condensado referente a minha dissertação: SANTANA, Paulo Vinicius Silva de. *Ministério Sacerdotal na Sé de Mariana*: Posse de Livros, Organização Familiar e Atividades Econômicas (1820 A 1875). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

com a ocupação sacerdotal em diversos níveis da vivência social. Não significa dizer que tal processo tenha ocorrido na forma de uma completa ruptura, de um momento para o outro. Podemos dizer, inclusive, que sua gradualidade foi tamanha que, em certos momentos, o que transparece é uma completa estagnação.

Esta Igreja Católica Apostólica Romana não foi composta unicamente por ideias. As ideias residem nas cabeças das pessoas. Em última instância, os comportamentos, a prática e as cerimônias de determinada fé só são possíveis dentro de um contexto em que os fiéis se tornaram suscetíveis aos conceitos que os dirigentes forjaram, ou mesmo que foram elaborados na prática, ou moldados, se forem construções menos radicais. A questão principal é que qualquer instituição – além de preceitos metafísicos justificados filosófica ou teologicamente – é uma construção eminentemente humana. E é nestes seres humanos que residem os problemas e as questões do profissional da história.

A organização religiosa não é composta somente de sua cúpula administrativa, incapaz de um controle global sobre os fieis. Antes de as ideias dos papas chegarem ao mais longínquo dos leigos, muito provavelmente elas passaram por vários outros indivíduos que as leram, ouviram, apreenderam e ressignificaram à sua maneira. Como num jogo de futebol, a bola passa, na maioria das vezes, pelos pés de vários jogadores até chegar aos pés do atacante. Dificilmente os teólogos, do mais alto grau da hierarquia católica, conseguiriam fazer com que suas ideias chegassem com eficácia à totalidade dos fiéis. Nas duas situações tratamos de contextos em que a dinâmica coletiva não ocorre com jogadas de solitários. É impossível ganhar um jogo sozinho, bem como é impossível que a igreja seja universal apenas com os movimentos da alta hierarquia.

Quanto às Minas Gerais, encontramos vários exemplos de historiadores que observaram a história como um movimento de responsabilidade dos grandes nomes, dos destacados dirigentes, dos

homens considerados proeminentes. Certamente o maior expoente desta escola, que se debruçou sobre a história nas Minas Gerais, tenha sido o Cônego Raymundo Trindade. Sua obra de maior renome, e constantemente citada pelos pesquisadores e curiosos sobre o tema, é *Archidiocese de Mariana*: Subsidios para a sua historia.[891] Seu conteúdo é volumoso, espalhando-se por longos três volumes. O foco principal é a Igreja Católica em Minas Gerais e os dirigentes considerados mais representativos por Raymundo Trindade. Trajeto de pesquisa semelhante é o que faz o famoso historiador mineiro da primeira parte do século XX, Diogo de Vasconcelos, que faz praticamente o mesmo em *História do Bispado de Mariana*. Ambos os autores escrevem uma história que podemos considerar elitista e que raramente trata dos atores sociais que estavam envolvidos em outros níveis hierárquicos da instituição católica nas Minas Gerais.

Resta falar dos trabalhos atuais que foram realizados ancorados na escola francesa, que floresceu durante o século XX, que estão preocupados em elaborar uma perspectiva que abarque visões de outros envolvidos nas dinâmicas sociais. É o caso da dissertação de mestrado de Tatiana Costa Coelho.[892] Em *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*, a pesquisadora mostra como políticas vindas dos estamentos superiores da Igreja local fomentaram a prática católica dos fiéis. A preocupação de Dom Antônio Ferreira Viçoso em fazer com que os seminaristas tivessem formação adequada e se tornassem melhores sacerdotes foi uma constante. Tratando de um período mais extenso (1750 a 1850) e enfatizando o Seminário Nossa Senhora da Boa

---

[891] TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana*: Subsidios para a sua historia. São Paulo: Escolas Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

[892] COELHO, Tatiana Costa. *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*. — Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

Morte, Sérgio Cristóvão Selingardi trabalha a casa de formação dentro do conceito de "*Instituição Total*". A compreensão do autor é de que a intenção dos idealizadores do Seminário sempre foi formar uma elite clerical culta na capitania. Tal formação atingia seu pressuposto total ao interagir com os alunos de forma a moldá-los, não só do ponto de vista da crença – e seu consequente embasamento teórico – mas também reforçando questões comportamentais. Estas estratégias eram afirmadas nos regimentos da instituição de forma a selecionar e reforçar os seminaristas para que estes atendessem a tais expectativas.[893]

Não podemos deixar de mencionar a obra coletiva produzida pelo CEHILA, uma referência no que diz respeito às pesquisas sobre a igreja no Brasil. Seu foco é a busca pelas práticas populares de fé. Neste, sentido os sacerdotes em si não fazem parte das análises presentes nos vários volumes de que trata a obra. Ainda assim, contribuições relevantes são feitas por estes pesquisadores. A proposta dos autores é uma interpretação que atinja os níveis inferiores, a massa leiga. Tal perspectiva é salientada logo no subtítulo da obra "*Ensaio de interpretação a partir do povo*". Ainda que ela não privilegie os clérigos, no momento em que as análises focam o estrato leigo, a dinâmica entre este e o corpo sacerdotal permite entender bem a maneira como se processaram as mudanças religiosas no século XIX. Afinal, era um sistema imbricado que não

---

[893] Segundo Sérgio Cristóvão Selingardi, o conceito de "*instituição total*" era atingido por meio de um controle tão próximo dos internos que determinava práticas que iam desde as leituras, até a padronização das orações, horário de refeições, passando inclusive pelo que era permitido nos momentos de lazer. SELINGARD, Cristóvão Selingard. *Educação Religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007, Dissertação (Mestrado), p. 146.

funcionava em níveis completamente independentes, senão sequer configurariam parte de uma mesma instituição.[894]

Percebem-se então dois pontos pertinentes para a região do ponto de vista da pesquisa sobre o corpo sacerdotal. Primeiramente as políticas de reforma do clero ocorreram desde a fundação do bispado e do seminário. No entanto, tais políticas foram radicalizadas e obtiveram maior eficiência somente no século XIX, por meio da ação sistemática e continuada dos Bispos Dom Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso. O primeiro certamente tenha produzido um dos mais vastos documentos de conhecimento da região. As *Visitas Pastorais*[895] são meticulosamente detalhadas e fonte obrigatória para os pesquisadores que têm a temática religiosa mineira em seus objetos de pesquisa.[896] Além disso, ele tem, com relação ao Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, *status* de fundador. A instituição, no início de seu bispado, se encontrava em estado deplorável. As dependências sucateadas, inclusive com a impossibilidade de as aulas ocorrerem. O prelado foi capaz de, em poucos meses, regularizar a estrutura física e regimentar um corpo docente que se responsabilizou pelo

---

[894] *Cf.:* HAUCK, João Fagundes *et al.*. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo: Segunda época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1980.

[895] TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

[896] Há certa confusão conceitual entre Visitas Pastorais e Devassas. Adalgisa Arantes Campos as diferencia: “Embora se pareçam visitas pastorais e devassas não são a mesma coisa, pois as primeiras não possuem aquele aprofundamento da sindicância atingido pelas últimas. A partir dos resultados de uma visita pastoral, o visitador poderia decidir sobre a necessidade de uma devassa naquela paróquia, se ela fosse alvo de suspeita em alguma dimensão. As visitas têm um conteúdo mais sacramental e cunho mais admoestador. As devassas mais verticais no sentido de se averiguar de fato, a vida cotidiana das populações.” CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 18, Set/97, p. 12 e 13.

magistério.[897] Dom Viçoso foi tão importante que sua memória permanece viva até os dias atuais. O prelado foi responsável pela independência administrativa do Seminário, pela produção de volumoso material impresso (livros, jornais) e pela constante vigilância dos sacerdotes e suas atitudes com relação ao trato dos fiéis. Se no século XIX o movimento Ultramontano floresceu devido à ação de bispos preocupados com o vínculo entre igreja, estado e sociedade, estes dois Prelados da Diocese de Mariana são expoentes da reformulação do clero por meio de ação diligente.

Estabelecemos nosso recorte temporal em função da prelazia destes dois bispos que desde o início da década de 1820 até 1875, ano da morte de Dom Viçoso, tencionaram modificar as relações entre os poderes religioso e político-administrativo. A pertinência desta pesquisa reside em traçar o perfil dos sacerdotes que orbitavam a Sé, de forma a entender como estas modificações se processaram e imprimiram marcas na vida dos sacerdotes.

As abordagens relativas aos sacerdotes privilegiam documentos vinculados diretamente com a ocupação clerical. Este caminho óbvio rendeu quantidade considerável de trabalhos esclarecedores de questões relacionadas a esta atividade e aqueles que a realizavam. Representativo disso é o trabalho de Luiz Carlos Villalta. Por meio da análise dos processos de *De Genere et Moribus*,[898] ele estuda o perfil dos que ingressavam no *Seminário Nossa Senhora da Boa Morte*.[899] Outros trabalhos, como o já mencionado e Raymundo

---

[897] *Cf.:* AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores*. Brasília: Editora Rumos, 1992.
[898] Da origem a morte.
[899] O artigo do autor analisa a prática do recrutamento e seleção de noviços. Ele afirma que questões defendidas pelo Concílio de Trento, ligadas a práticas moralmente corretas dos sacerdotes, eram postas de lado em função do que ele chama de "moralidade coletiva" nas Minas Gerais. *Cf.:*VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. *In*: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerias – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

Trindade, utilizam de documentação institucional para a produção de análises referentes ao corpo sacerdotal em Minas Gerais. São títulos significativos e obrigatórios para quem estuda a história da Igreja e da religiosidade na Terra das Alterosas. Tanto o *Archidiocese de Mariana*[900]quanto *Breve Notícia do Seminário de Mariana*[901], abordam a história por meio de uma documentação oficialproduzida pelo própria Igreja.[902] Ao tentar traçar o perfil dos religiosos e o trajeto do catolicismo, o religioso dá ênfase aos dirigentes e aos clérigos mais influentes. Fica de lado, obviamente, uma multidão, que é apresentada, na maioria das vezes, como uma massa de fiéis sem qualquer identidade.

A alternativa documental foi a utilização de duas fontes já trabalhadas por outros pesquisadores, no entanto voltamos nossa atenção exclusivamente para os clérigos. Inventários e testamentos formaram nossa base documental. Estas fontes abrem as portas dos domicílios das pessoas. Importantes informações relativas à posse de determinados bens (como livros), organização familiar e desenvolvimento de determinadas atividades econômicas são de acesso possível ao nos voltarmos para estes vestígios do passado. O que resta é, por meio de uma metodologia atenta e consciente das limitações da pesquisa, interpretá-las.

Nesta pesquisa, eles foram encontrados na proporção de 62,99%, ou 160 obras, volume considerável se levarmos em conta que os laicos atingem a marca de apenas 41%, ou 55 livros, quantia menor,

---

[900] TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana*: Subsidios para a sua historia. 3 volumes. São Paulo: Escolas Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

[901] TRINDADE, Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

[902] As questões documentais estão intrinsecamente ligadas a abordagens teóricas. No momento da produção do Cônego, a corrente vigente de pensamento histórico no Brasil prezava pela documentação oficial. Falar de História da Igreja, neste contexto, é praticamente exclusividade da sua documentação oficial.

inclusive, ao montante de breviários, missais, ofícios religiosos e novenas. Percebemos que, considerando apenas os livros religiosos, a tendência a tal gênero era anterior ao nosso recorte temporal, ultrapassando, inclusive, tal período.

A análise de nossas fontes mostra que determinados personagens aparecem como grupo privilegiado no tocante à tendência de possuir livros religiosos. Obviamente que naquele contexto, o sacerdócio era a ocupação que mais necessitava de tais escritos para a realização de suas atividades. A Tabela 2 mostra a existência de *breviários*, *missais*, *ofícios religiosos e novenas* em 80,96% (16) dos inventários. Um dos títulos encontrados nessa categoria é o *Missal Romano segundo o calendário de Portugal, conquistas e Brasil traduzido por Domingos José de Santo Henriques*.[903] Tal categoria de obras compõe 22,5% (56) do total de livros analisados, proeminência devida ao fato de tais livros serem fundamentais ao ministério sacerdotal.

O trajeto percorrido pelo argumento partiu do pressuposto de que as políticas de controle aplicadas pelos bispos de Mariana surtiram efeito no controle do clero. As medidas de melhoria da formação sacerdotal – Seminário – e a fiscalização – Visitas Pastorais – foram efetivas, ao menos na sede diocesana.[904]

---

[903] *Missal Romano Segundo Calendário de Portugal, conquistas e Brasil, com as missas particulares das dioceses*. Traduzido por: Domingos José de Santo Henriques. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

[904] Devemos ressaltar que a busca pelo atendimento às ideias do Concílio de Trento aparecem nas ações de outros bispos. Um exemplo destas atingas atividade de pastoral romana é o Bispo do Rio de Janeiro Dom Frei de Guadalupe, sagrado em 1725. Em suas Cartas Pastorais, voltadas principalmente para o baixo clero e para os neófitos, ele pregava as ideias tridentinas. Ao clero suas palavras eram voltadas para a separação entre o religioso e a sociedade laica por meio de comportamentos regrados, humildes, e acima de tudo condizentes com a imagem do religioso. Cf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes "A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 +1740): seu testamento e pastoral" IN: *Varia História/UFMG*. nº especial-Códice Matoso. 21 (2.000), p. 376 a 378.

O resultado foi a constituição de acervos pessoais voltados para o sacerdócio. Livros como os *breviários e missais*, cuja função era a realização dos rituais católicos – mais especificamente das missas – superam em número as categorias de impressos laicos. Os livros “profanos” são secundários, com números inferiores, localizados em alguns inventários apenas. Estes números permitem afirmar que a posse concentrada de livros laicos estava condicionada não a tendências gerais, mas sim a iniciativas pessoais de personagens que destoavam dos demais, como era o caso do Cônego Luiz Vieira da Silva, estudado por Eduardo Frieiro.

No que se refere a Mariana em 1831, a Lista Nominativa16 enumera o total de 2949 habitantes. Destes, 53 pessoas são qualificadas como padres. Pensando, portanto, em números relativos, apenas 1,79% da população se dedicava ao sacerdócio. Considerando-se que a região era sede do bispado, que além dos cargos vinculados à administração episcopal, localizava-se ali um seminário – o único da província até o momento – a concentração de padres é pequena.

A Lista Nominativa permite concluir também que havia dois grupos distintos, dentre os padres. Além disso, que eles se relacionavam em dois sentidos. Primeiramente, o grupo dirigente, da mesma forma que tinha a função de formação – no Seminário – ocupava também os cargos na administração do bispado, configurando o que poderíamos chamar de *elite clerical mineira*. O grupo em processo de formação recebia atenção especial também. Ocupava lugar importante devido ao caráter de renovação, implantado pelos dois Bispos estudados. Por meio destes, não só os cargos de dirigentes seriam renovados com clérigos preparados com rigorosa formação, como também estes novos sacerdotes comporiam um novo corpo clerical para toda a província de Minas Gerais. O primeiro tinha a função de formar e, ao mesmo tempo, preparar

terreno para a nova leva de padres formados dentro da visão ultramontana.

O primeiro ponto claro nesta questão se refere ao grupo de sacerdotes e à sua dinâmica interna. A divisão em dois grupos muito específicos revela que essa heterogeneidade permitia a autonomia do próprio grupo no tocante às necessidades administrativas do aparato religioso e às atividades de formação de novos quadros. Os padres com idade madura, superior a 30 anos, compunham a cúpula da igreja; outros, com perfil parecido, compunham o corpo de professores do seminário, e ambos se estabeleciam na comunidade marianense de forma parecida. O exemplo máximo dessa integração são os dois grandes domicílios chefiados por sacerdotes em Mariana, isto é, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte e a residência do Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade no ano de 1831. Ambas as casas são exemplos máximos de como os clérigos da localidade se constituíam de forma peculiar. Esta determinada configuração não era impossível de acontecer. Os pequenos domicílios, liderados por pessoas solteiras na maturidade, não eram impossíveis. O que percebemos é que a incidência deles acontece, no caso dos clérigos, devido a suas necessidades ocupacionais.

A combinação de três fatores mencionados - “regulação” do clero secular, formação sacerdotal apurada e finalmente zelo por parte do bispado - gestou, durante a segunda metade do século XVIII, mas principalmente durante o século XIX, um sacerdócio que correspondia às expectativas romanas. Desta forma, eles auxiliaram na construção de um terreno vasto onde se desenvolveu amplamente a romanização. Chega-se ao ponto, inclusive, de um posicionamento mais firme por parte de alguns prelados do Brasil resultar em atritos que desembocaram na *Questão Religiosa*.[905]

---

[905] A Questão Religiosa foi uma querela que botou de um lado a Igreja Católica no Brasil e o Estado. As críticas eram mais agressivas contra os administradores com

Tabela 7: Atividades Econômicas Laicas Realizadas por Padres nos Inventários		
Atividade	**N. Totais**	**%**
Agricultura/Pecuária	6	28,57
Dívidas a Receber	6	28,57
Casas de Aluguel	2	9,52
Boticário	1	4,76
Inexistente	8	38,09

O clero é composto por pessoas inseridas na sociedade. As especifidades do *status* sacerdotal são condicionantes para a inserção dos clérigos na localidade coeva, bem como em dialéticas de um universo maior do que trata, por exemplo, as questões relacionadas com a igreja romana, que entram no sistema como mecanismos de que dispõem, tanto os dirigentes, quanto o clero menos gabaritado na hierarquia local da Igreja Católica. Os três aspectos, as três imagens, as três luzes a que nos propomos lançar, servem de elucidação do objeto. Nunca a imagem total será vislumbrada, mas acreditamos que as perspectivas adotadas aqui constroem uma imagem mais definida de nosso objeto.

Com relação à interpretação do papel das ações sacerdotais dentro em Minas Gerais, no período que vai da década de 1820 até meados da década de 1870, algumas considerações referentes ao raciocínio da questão de "*Campo Econômico*" de Pierre Bourdieu são pertinentes. Segundo o autor, o conceito de campo é definido como

---

tendências liberais. Tal postura perante os religiosos era uma afronta, pois o projeto dos líderes da Igreja era da constituição de uma "Nação Católica". As bases para esta nação seriam uma nova organização hierárquica que a Igreja, por ser representante da vontade divina, estaria no topo do sistema administrativo. Ou seja, uma configuração completamente oposta da que ocorreu durante a colonização e o Império até aquele momento. *Cf.*: COELHO, Tatiana Costa. *Op. Cit.*, p. 105, 106 e 107.

uma constelação relacional em que os agentes de um de ramo controlam uma fatia de mercado por meio do capital específico que detêm.[906]

No caso específico dos sacerdotes estudados, podemos identificar a presença de clérigos com capitais variados.[907] A documentação analisada permite separar os sacerdotes em grupos específicos. Temos um grupo maior de sacerdotes queaparentemente se dedicam tanto à carreira clerical, quanto a uma atividade laica. Estes indivíduos, como a posse de seu material escrito indica, são menos dedicados à função clerical e mais envolvidos nas atividades laicas. Por meio de suas capacidades pessoais e das oportunidades que a vida lhes deu, foram capazes de se habilitar para o sacerdócio. Por necessidades econômicas, dificuldade de sobrevivência com as limitadas oportunidades geradas pela vida clerical, ou pela falta de vocação, eles se enveredaram pela agricultura, pecuária, usura, aluguel de casas e até medicina. Acreditamos que eles não se tenham inserido como meros agentes, como os leigos. A sociedade era permeada por fortes valores religiosos que atribuíam aos sacerdotes características diferenciadas ligadas à função clerical. E de onde vinham estas prerrogativas? Mais especificamente, de onde vinham as armas, o capital específico destes sacerdotes?

Pensando nesta mesma ótica e utilizando do conceito de *habitus*[908]de Pierre Bourdieu, que trata de um princípio diferenciado

---

[906] BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. *Revista Política e Sociedade,* n. 6, Abril de 2005, p. 24.

[907] Pierre Bourdieu é bem claro ao definir os capitais como sendo literalmente recursos de que o indivíduo dispõe para agir no meio em que se insere. Estes capitais funcionam literalmente como armas no sentido de interagir especificamente com o meio social em que estão inseridos. *Ibidem,* p. 26.

[908] Gilson Pereira e Afrânio Catani entendem que o conceito de habitus de Pierre Bourdieu é perigoso de ser sintetizado. No entanto, entendem que ele funciona ao mesmo tempo como fator de aglutinação e de diferenciação. Aglutinador no sentido de unir as classes e grupos sociais neles mesmos e diferenciador em dupla valência. A primeira delas referente à distinção entre os grupos, entre um grupo e

e diferenciador, a educação, mais ainda, é o conhecimento específico que molda os indivíduos detentores do mesmo para um papel diferenciado na sociedade. O aparato proporcionado pela carreira religiosa se reverteu numa formação exclusiva dentro das residências dos sacerdotes e na maneira como eles lidavam com as atividades laicas. Para alguns, o conhecimento adquirido teve função de ascensão social, enquanto para outros ele agiu na confirmação de um status já alcançado pela sua família. Em todos os casos, o conhecimento e o que foi feito com ele configuraram o clero de Mariana no sentido de se tornar apto tanto para a administração do bispado, quanto a se vincular às atividades de formação no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte.

Em todos os casos, o que salta aos olhos é o "*capital simbólico*" com que a profissão dotava os sacerdotes. Mesmo quando eles realizavam outras atividades – que não eram as religiosas – vemos bibliotecas consideráveis, ricas em material religioso voltado para as orações, bem como literatura teológica, de função teórica sobre a prática de fé.[909]

---

outros grupos, pois gera padrões indicativos, tendências de comportamento, que são identificáveis com um determinado grupo social. E dentro do mesmo grupo gera diferenciação devido ao caráter hierarquizador de determinados comportamentos. *Cf.*: PEREIRA, Gilmar R. De M & CATANI, Afrânio Mendes. Espaço Social e Espaço Simbólico: Introdução a uma Tipologia Social. *Revista Perspectiva*, V. 20, n. Especial, Julho/Dezembro, 2002, p. 110.

[909] Exemplo interessante por fugir à regra é o do Padre Casemiro Pereira Passos, que ao que tudo indica desempenhava atividades pecuniárias, e não ascendeu dentro da hierarquia do bispado e que ainda assim no momento de sua morte estava em sua posse um total considerável de 126 livros. *ACSM* (1,0052,1166,1871)

Admiráveis mulheres de fé: Análise da influência do protestantismo para a formação da mulher do século XIX.

Thaís Batista de Andrade Arantes
Graduanda História - UFV

Esse trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como tema a influência do protestantismo para a formação da mulher, utilizando como fonte *A Imprensa Evangélica* em sua primeira fase de 1864 a 1867, período em que foi coordenado pelo reverendo Ashbel Green Simonton, fundador da primeira Igreja Presbiteriana brasileira. Todavia, antes de iniciarmos a discussão proposta nesse trabalho, devemos fazer um breve balanço bibliográfico sobre a introdução do Protestantismo no Brasil, mais especificamente, o presbiterianismo.

Segundo Antônio de Mendonça[910] a historiografia que trata sobre a inserção do Protestantismo no Brasil é fundamentalmente apologética. Focando-se apenas no estudo denominacional, ela esquece-se de trabalhar a religião unida a um contexto social, todavia, vem-se tentando conceder a esses estudos uma nova visão historiográfica.

Para o autor, a ideia que permeia o século XIX é o Liberalismo. A crescente cientificização, a busca pela modernidade, tudo isso deu ao homem desse tempo uma nova perspectiva e uma esperança no progresso da humanidade. Um desejo pela secularização da sociedade inevitavelmente impactou as religiões, o que não foi diferente com o Protestantismo.

Por possuir uma característica menos monolítica, esse impacto não foi sentido em excesso pelo Protestantismo, mas permitiu a criação de diferentes correntes de pensamento teológico. Assim, de

---

[910] MENDONÇA, Antônio Gouvêa, PRÓCORO, Velasques Filho. **Introdução ao Protestantismo no Brasil.** São Paulo, Edições Loyola, 1990.

certa forma, os protestantes assimilaram certas características liberais, como novas técnicas de estudo da Bíblia, um rápido ajuste as modernizações da ciência e uma constante preocupação com questões sociais foram apenas evidencias dessa assimilação.[911]

No início do Catolicismo brasileiro predominava a vertente jansenista. Segundo o Professor Émile-Leonard, havia três aspectos que influenciaram o Catolicismo brasileiro a receber de forma amigável os missionários protestantes: a pregação de uma austera piedade, amor à Bíblia e independência de Roma.[912] É interessante perceber que entre jansenistas e protestantes no Brasil, existia quase que um sentimento de ecumenismo, fato esse que começou a se alterar com a romanização da Igreja Católica no Brasil e a introdução gradual das ideologias ultramontanas.

Desde sua colonização, o Brasil foi, fundamentalmente, de origem Católica. A presença dos protestantes no período colonial de 1557 a 1558, como a França Antártica e os holandeses no Nordeste em 1630 a 1654[913], foi inexpressiva. Segundo Julio Andrade Ferreira: "Da estada de franceses e de holandeses no Brasil, nos tempos coloniais, nenhum traço de Protestantismo restara."[914] Boanerges Ribeiro corrobora com essa idéia ao dizer:

> "Quando se proclamou a independência, contudo, ainda não havia Igreja Protestante no país. Não havia culto protestante em língua portuguesa. E não há notícia de existir, então, sequer um brasileiro protestante." [915]

---

[911] *ibidem.* p.63
[912] LEONARD, Émile-G. O Protestantismo brasileiro. *Apud.* VIEIRA, David Gueiros**. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1980. p.30.
[913] MATOS, Alderi S. **Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900).** São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
[914] *ibidem* p.14
[915] RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico.** São Paulo: Pioneira, 1973.

Pode-se afirmar que embora de cunho religioso, a mensagem protestante não atingiu seu ponto fundamental, que era a religiosidade dos brasileiros, ocorrendo de forma mais efetiva no plano político e ideológico, pois a relação da sociedade local com a ideologia protestante foi de pouca intensidade em detrimento das regras sociais vigentes na sua chegada.[916]

Uma das tentativas de propagação da fé protestante se deu em 1532 quando tentou se instalar uma comunidade religiosa *huguenote* que praticava o culto religioso reformado, sendo destruída em 1560; entretanto, ela pode ser denominada como o primeiro grupo de protestantes de acordo com o modelo da Igreja Reformada de Genebra, que se estabeleceu na América Latina. Uma segunda tentativa de implantação de uma colônia protestante ocorreu com a chegada dos holandeses na região do nordeste brasileiro, motivada pela Companhia das Índias.[917]

O Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, firmado em 1810, trouxe mudanças importantes no campo religioso brasileiro, como a criação de comunidades religiosas protestantes oriundas da Inglaterra, Alemanha, Suécia e Estados Unidos. No final do século XIX, todas as denominações clássicas do Protestantismo já desenvolviam práticas religiosas no Brasil. O período da imigração européia que se constituiu um grande laboratório ao Protestantismo chegou ao Brasil com maior predomínio do Protestantismo inglês.[918]

A propagação do Protestantismo no Brasil está intimamente ligada ao chamado *Protestantismo Missionário Americano1*[919] O Protestantismo americano é classificado como, particularmente, de povoamento, "isto é, ele foi se formando à medida que protestantes europeus passavam para as possessões inglesas à busca de novas

---

[916] *ibidem*
[917] *ibidem*.
[918] *ibidem.*
[919] *ibidem.* p. 43

condições de vida."[920] Sendo que, as suas duas correntes principais são: o calvinismo e o luteranismo.

Os adeptos da vertente calvinista foram os primeiros a chegarem à América e devido às doutrinas bíblicas de serem "sal da terra e luz do mundo" e os dogmas de Calvino, esses fiéis possuíam um profundo senso de responsabilidade para com a ordem social.[921] Contudo, a organização da sociedade Norte Americana não é o enfoque do nosso trabalho e sim a importância que o Protestantismo calvinista oriundo das missões norte-americanas teve no Brasil.

A obra presbiteriana em solo brasileiro só foi possível devido aos investimentos de recursos, pessoas e tempo das Igrejas norte-americanas. A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), posteriormente denominada de Igreja do Norte, criou sua junta de missões estrangeiras em 1837, cuja sede era em Nova Iorque.[922]

O sexto país escolhido para receber missionários dessa junta missionária foi o Brasil, com a vinda do pioneiro Ashbel Green Simonton que chegou à capital do Império, Rio de Janeiro, em 1859. Na primeira década muitos outros obreiros e suas esposas vieram ao campo missionário brasileiro pregar o evangelho.

Após alguns anos que Simonton havia chegado ao Brasil, deu-se início nos Estados Unidos a Guerra Civil (1861-1865). O conflito gerou o cisma de várias denominações norte-americanas, incluindo a presbiteriana. A conseqüência foi o surgimento em 1861 da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), também chamada de Igreja do Sul. Essa nova denominação criou instantaneamente uma

---

[920] *ibidem*
[921] *ibidem*
[922] MATOS, Alderi S. **Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900).** São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

agência de missões que focava o exterior, que recebeu o nome de Comitê de Missões Estrangeiras cuja sede era Nashville, Tenesse.[923]

Após a guerra, se deu a imigração de vários americanos sulistas o que despertou o interesse de se implantar uma missão no Brasil. A cidade escolhida foi Campinas, por ser a mais próxima da principal colônia norte-americana, Santa-Bárbara. Dez anos após a vinda de Simonton, chegaram os primeiros missionários do comitê de Nashville.

Podemos considerar que o trabalho presbiteriano no Brasil foi iniciado com a vinda do jovem missionário Ashbel Green Simonton, em 1859. Simonton, com apenas 26 anos, chegou ao Rio de Janeiro em 12 de agosto, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras a pedido do próprio missionário que havia escolhido o Brasil como campo missionário.[924]

No início do seu trabalho, Simonton enfrentou diversas dificuldades, como divergências culturais e lingüísticas. Como não sabia falar português, logo no princípio da sua missão no Brasil, ele serviu como capelão voluntário para os mecânicos ingleses, escoceses e irlandeses no distrito do Bairro da Saúde.[925] A primeira Igreja Presbiteriana foi fundada em 12 de janeiro de 1862 e contava com apenas membros estrangeiros.[926] Todavia, o missionário concentrou seus esforços em consolidar uma Igreja verdadeiramente brasileira, mostrando uma preocupação em pregar seus sermões em português e de não se "misturar" apenas com estrangeiros.

---

[923] *ibidem*

[924] MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

[925] VIEIRA, David Gueiros. *op cit.* p.136

[926] *ibidem* p.24

> As atividades eclesiásticas de Simonton colocavam-no, outrossim, diretamente entre aqueles de quem a nação esperava receber o impulso técnico, mágico, que traria o "progresso" para o Brasil.[927]

Posteriormente, o cunhado de Simonton, Reverendo A. L. Blackford, funda a primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, em 5 de março de 1865, possuindo em seu rol de membros, dezoito pessoas. É de São Paulo que se irradiará a missão protestante para o interior, sendo que, esse esforço proselitista é o que caracteriza a primeira fase dessa denominação.[928]

É interessante perceber que entre a chegada de Simonton ao Brasil e o fim do Império, a denominação presbiteriana já estava consolidada em solo brasileiro, possuindo mais de cinqüenta igrejas, um seminário para preparação de pastores, quatro presbitérios, dois colégios e até mesmo diversos jornais.

É interessante perceber que entre a chegada de Simonton ao Brasil e o fim do Império, a denominação presbiteriana já estava consolidada em solo brasileiro, possuindo mais de cinqüenta igrejas, um seminário para preparação de pastores, quatro presbitérios, dois colégios e até mesmo diversos jornais.[929]

A mulher presbiteriana

Nas ciências humanas, a História foi a ultima disciplina a incluir em suas discussões e análises o conceito de *Gênero*. Grande parte dessa lentidão em introduzir uma discussão sobre o papel da mulher se deve ao fato da generalização do sujeito histórico denominado como "homem". Em oposição a essa concepção histórica dita positivista, na década de 1920 começa a surgir uma discussão histórica liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que tinham foco, discutir as fontes utilizadas até então, inserir novas, e, acima de tudo, focar seus esforços no ser humano, no cotidiano.

---

[927] i*bidem* p.136
[928] i*bidem* p.25
[929] *ibidem* p.26.

O desenvolvimento dessas vertentes de estudo, como a história das mentalidades e a história cultural fortalece o progresso na abordagem do feminino. As transformações no discurso da historiografia juntamente com o contexto do fim da década de 1960, as discussões feministas, possibilitaram que a mulher galgasse ao patamar de sujeito da história. Em certo período, esses estudos de gênero, se autodenominavam como uma "história da exclusão", pois tentavam resgatar os traços femininos em um contexto masculino.[930]

Em relação às mulheres protestantes, podemos dizer que há uma lacuna à respeito da participação dessas mulheres e de seu papel para a propagação e consolidação do Protestantismo no Brasil do século XIX na historiografia que trata sobre o mesmo.

Metodologicamente, trabalharemos com a análise comparativa entre a figura da mulher descrita no diário de Simonton, importante fonte histórica por se tratar de uma visão privilegiada de seus conceitos, refletindo assim em sua gestão do jornal *A Imprensa Evangélica* que faz além de um trabalho de proselitismo uma tentativa de educação de seus membros.

Em uma breve análise do Diário de Simonton,[931] podemos perceber poucas referências às mulheres e na maioria delas são apenas superficiais. A primeira citação que consideramos substancial para o assunto em questão foi transcrevida a seguir:

> "Tínhamos ido ouvir uma senhora! Ou melhor, ouvimos uma mulher casada pregar, o que foi novidade para mim. Temos de confessar que, apesar do Norte, falar muito em 'direitos da mulher', o Sul está na frente quanto à prática. O sermão foi mal apresentado, mas de substância tolerável. A calma e a segurança da pregadora foram admiráveis."[932]

---

[930] *ibidem*. p.20.

[931] SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton. São Paulo: Editora Cultura Cristã. 2002.*

[932] *Ibidem*. p.23.

Na primeira parte do seu diário, datada de 1852 a 1854, período este em que Simonton viaja para o Sul dos Estados Unidos a trabalho, ele várias vezes se coloca como que chocado ao encontrar mulheres com inteligência e boa educação, embora ele não negue o direito que as moças tinham em receber uma educação de qualidade equivalente à masculina.[933]

Já na terceira parte do seu diário, datada de 1859 a 1866, período este em que o jovem atua no campo missionário brasileiro, Simonton demonstra estar preocupado com outras questões relacionadas ao sexo feminino: o casamento. Até um certo momento ele vê o casamento como um peso felizmente recusado, contudo em várias ocasiões reflete o quão é penoso ser um missionário solteiro tendo que tratar de vários assuntos que não caberiam à um homem.

> [...] ele proverá tudo de que realmente eu tiver necessidade, a seu modo e na melhor época. Uma esposa verdadeira, uma companheira e ajudadora em toda a boa obra, seria fonte da mais profunda alegria humana; sinto que é o desejo da minha alma, mas está sendo recusado por sábias razões, e estou contente, bem mais do que esperava.[934]

Em 19 de março de 1863, os anseios do missionário por uma esposa auxiliadora são satisfeitos na figura de Helen Murdoch. Aqui podemos perceber a ideologia protestante de uma mulher que seja subordinada ao marido: “Vós mulheres sede submissas a vossos próprios maridos...”[935]. Ao descrever o relacionamento com sua esposa, Simonton relata que liam e conduziam estudos bíblicos juntos[936] e no acontecimento de sua morte o Reverendo Ashbel faz a seguinte descrição de Helen:

---

[933] *Ibidem*. p.26.
[934] Ibidem. p.137
[935] Colossenses 3:18.
[936] SIMONTON, Ashbel Green. *op cit.* p.161.

> Embora de modo tão inesperado, alegra-me saber que a morte encontrou minha querida esposa preparada. Ela era tímida, insegura, vagarosa em expressar a certeza de estar em Cristo; entretanto na hora da provação estava calma e em paz.[937]

Posteriormente, Simonton lamenta a perda do seu "esteio forte"[938] e podemos perceber que embora tenha uma relação um tanto hierarquizada com sua esposa ele a estimava e a respeitava grandemente.

Essa postura revelada em seu diário também pode ser vista no jornal *A Imprensa Evangelica* nos anos de sua direção. Fazendo uma breve análise sobre a fonte analisada, baseada no livro de Edwiges Rosa dos Santos,[939] podemos concluir que o jornal *A Imprensa Evangelica* pode ser dividido em quatro fases: a primeira, datada de 1864-1867, foi coordenada pelo reverendo Ashbel Green Simonton; a segunda, de 1868-1876, foi coordenada pelo reverendo Alexander Lattimer Blackford, cunhado de Simonton; a terceira fase, de 1877-1885 foi gerida pelo reverendo George Whitehill Chamberlain. Na quarta fase, o jornal não foi coordenado por apenas uma pessoa, mas sim, recebeu a contribuição de inúmeros líderes americanos e protestantes nacionais.

No período analisado em que o jornal é dirigido por Simonton, há poucos escritos diretamente relacionados às mulheres, entretanto há sempre alguma metáfora que ao ilustrar uma pequena situação cotidiana vêm educar as mulheres no evangelho.

Observemos o seguinte artigo:

O evangelho e a mulher

---

[937] *Ibidem.* p.165

[938] Ibidem. p.170.

[939] SANTOS, Edwiges Rosa dos. **O Jornal Imprensa Evangélica: Diferentes fases no contexto brasileiro.** São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

> Há pouco, na India Oriental, uma senhora christã, visitando uma mulher indiana de alta classe, poz-se a lêr algumas das promessas da Biblia, feitas as mulheres. Esta, depois de as ouvir com toda a attenção, disse: A vossa Biblia é para a mulher. Nossos Shaster (livros sagrados), de mulheres não dizem senão o que é duro e cruel, mas a vossa Biblia nos dirige muitas palavras cheias de consolação e de amor.
>
> Este dito de uma mulher pagã merece se ponderado attentamente. É a gloria do Evangelho, ter libertado a mulher da peior de todas as escravidões colocando-a de novo ao lado do homem como sua igual e companheira. Quando os discípulos de Jesus virão-no sentado no poço de Jacob a conversar com a mulher samaritana, admirarão-se, porque não comprehendião quão sublime era a sua missão. Veio buscar e salvar o que se achava perdido, e vendo a perdição moral e espiritual da mulher, feita escrava das brutalidades do homem, baixou á Ella e salvou-a. Se o homem deve ao evangelho a salvação de sua alma, a mulher, além da salvação eterna da sua alma, deve reconhecer-se grata por uma outra salvação temporal, cujos fructos já está gozando em corpo e alma. Ha pois alguma cousa de monstruoso em uma mulher descrente, ou indiferente aos convites e chamados do Evangelho.[940]

Vemos no artigo acima um exemplo do desejo de diferenciação das demais religiões proposto pelo Protestantismo. Enfim, embora não haja um espaço para a mulher na liderança eclesiástica, o jornal tenta demonstrar a preocupação dos protestantes em se mostrarem como agentes do progresso que abriam um espaço, até então ignorado, para as mulheres.

[940] *A IMPRENSA EVANGELICA*, 15.7.1865, n.18, p.7.

"Simbologias diabólicas nos Mundos Moderno e Contemporâneo: estudos sobre o *Malleus Maleficarum* e o *Ritual de Exorcismos e outras Súplicas*."

Marcus Vinícius Reis
Graduado em História – UFV
mv.historia@gmail.com

> "[...] em meio às calamidades de um século que se desmorona, o mundo em seu ocaso desce para seu declínio e a malícia dos homens aumenta [e Satã] [...] sabe em sua raiva que tem pouco tempo"[941]

O século que supostamente estaria em declínio refere-se ao século XV, período onde uma das obras demonológicas de maior divulgação na época moderna fora publicada[942], o *Malleus Maleficarum*, tendo forte apoio eclesiástico a partir da bula papal de Inocêncio VIII.

Adiantando o tempo histórico, já no ano de 1999, teríamos a publicação de um ritual de exorcismos, sob autoria da Igreja Católica onde tal obra seria difundida com o objetivo principal de delimitar os poderes e identificar o Diabo enquanto grande inimigo do catolicismo na contemporaneidade – assim como fizera o *Malleus Maleficarum* – de modo a proteger os fiéis católicos "contra a influência do maligno e subtraí-los de seu domínio"[943]. Partindo de

---

[941] NOGUEIRA, Carlos Roberto. *O Diabo no imaginário cristão.* 2ª Ed. Bauru/Sp: EDUSC,2008. *Apud* KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras. Malleus Maleficarum.* Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991, p. 95.

[942] O século que supostamente estaria em declínio refere-se ao século XV, período onde uma das obras demonológicas de maior divulgação na época moderna fora publicada, o *Malleus Maleficarum*, tendo embasamento jurídico e eclesiástico a partir da bula papal de Inocêncio VIII. Cf: MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001, p. 61.

[943] IGREJA CATÓLICA. *Ritual de exorcismos e outras súplicas.* 2ª ed. São Paulo: Editora Paulus, 2008, p. 6.

tais acontecimentos, questionamos, assim, se o Diabo se encontraria atualmente “fora de moda”. Um questionamento que Robert Muchemblend já o fizera em seu livro.

O entendimento de um século que se desmoronava, conforme mencionaram Kramer e Sprenger – e que também é presente na percepção de grande parte do clero daquele período -, é elemento primordial para entendermos os motivos para a construção de um manual demonológico capaz de justificar tais calamidades, além de conferir à Igreja Católica o papel de redentora da humanidade.

Desse modo, podemos aplicar tais pressupostos a partir da construção do *Ritual de exorcismos e outras súplicas* como sendo resultante de um objetivo de tornar a Igreja Católica novamente próxima ao cotidiano das sociedades? A renovação da figura diabólica seria o instrumento principal para tal objetivo?

Inicialmente, a questão que nos apresenta diz respeito ao fato de que estamos distantes de um século moderno que se desmorona. O que se percebe é que, por mais que o Diabo seja reafirmado no *Ritual* como ameaça principal para a cristandade, no sentido de torná-la mais próxima das sociedades a partir do discurso em que ser cristão é estar próximo de Deus e da salvação, é evidente que, em paralelo a tais postulados, há uma reviravolta no modo como a presença demoníaca é pensada atualmente, onde uma heterogeneidade interpretativa acerca do Diabo prevalece em diversos setores das sociedades. Sejam pelos eclesiásticos que propuseram a confecção do *Ritual*, sejam pelos mais diversos segmentos da sociedade que tornam o Diabo distante do modelo aterrorizante que fora difundido fortemente no tempo dos autos-de-fé e das fogueiras, é possível detectar atualmente interpretações acerca do Diabo que não assumem obrigatoriamente um sentido único capaz de explicar a sociedade de então.

Portanto, se por um lado, o objetivo do presente artigo é o de promover aproximações entre o Ritual e o *Malleus* a partir do

entendimento de que os símbolos religiosos assumem coerências entre ambas as obras, por outro lado, nosso objetivo também é o de analisar o modo como as interpretações acerca do Diabo assumiram variáveis distintas na construção das obras em questão. Trata-se de uma via de mão-dupla, onde tanto os manuais construíram uma determinada concepção de mundo de modo a adequarem os símbolos religiosos que defendiam, mas também modificaram e manipularam tais símbolos de modo que adquirissem uma coerência dentro de uma visão de mundo convincente com o espaço que as obras foram construídas.

Publicado no ano de 1484 pelos dominicanos Heinrich Kramer e John Sprenger, o *Malleus Maleficarum*, enquanto instrumento de análise dos possíveis contextos por trás dessa obra, leva ao historiador a adentrar em uma atmosfera onde os símbolos do divino e do diabólico conviviam em eterna batalha;

A partir do momento em que pensamos a construção do Malleus Maleficarum para as referidas análises que se farão presentes neste artigo, o primeiro ponto que, a nosso ver, revelou destaque, reside no modo como o manual demonológico se propôs tratar acerca dos poderes do Diabo e de seus agentes terrenos. Em síntese, foi possível perceber que as análises que envolveram toda a discussão proposta por Kramer e Sprenger estavam diretamente relacionadas com a presença de três elementos primordiais para o entendimento do que, segundo os autores, explicaria a presença demoníaca no mundo. Em ordem de importância conferida pelos monges estaria a presença do Diabo, das feiticeiras e o pacto demoníaco. Diante de tais elementos, ainda teríamos um quarto, considerado de maior importância para os autores: a permissão divina, ou a própria presença de Deus de modo que tais ações se concretizassem no plano terreno[944].

---

[944] KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Op.cit.,* 1991, p. 163.

Acreditamos que se trata de uma estratégia de análise que muito nos fala a respeito da modernidade em que a Europa vivenciou, onde mais que falar da presença de Deus, tornava-se essencial discorrer acerca da presença constante do Diabo na vida de cada indivíduo.

Entretanto, para que se entenda melhor a eleição do Diabo pelo *Malleus Maleficarum* enquanto inimigo declarado da cristandade é importante apontar o fato de que a própria figura demoníaca construída na obra dos dominicanos não se tratar de uma interpretação inédita. Pelo contrário, a simbologia demoníaca na modernidade é resultante de uma variada conjunção de elementos, nem sempre de origem católica, que acabaram por fazer sentido para a sociedade em que o *Malleus* buscava explicar. Como destacara Carlos Roberto Nogueira, diante do processo de transformação que a figura diabólica passaria, tornando-se mais do que uma figura ridicularizada a partir de crenças pagãs, um personagem encarado como sendo o "grande destruidor", infindáveis descrições e representações se fizeram presentes a partir do século XIV a fim de destacarem as principais ameaças à humanidade que o Diabo trazia consigo[945].

É dentro de uma tentativa de se delimitar os poderes do Diabo, distanciando de interpretações resultantes de crenças por vezes isoladas, consideradas pagãs, principalmente entre os séculos XI e XIII[946], e institucionalizando de modo definitivo a presença demoníaca e sua ameaça potencial à cristandade, que concebemos a confecção do *Malleus Maleficarum*.

Todavia, não apenas uma difusão de um imaginário demoníaco seria suficiente para que uma sociedade ganhasse caracteres de medo, de temor diante de Satã. Era necessário comprovar a existência do príncipe das trevas, já que o "universo do diabo

[945] NOGUEIRA, Carlos Roberto. *Op.cit.*, 2008, p. 56.
[946] NOGUEIRA, Carlos Roberto. *Op.cit.*, 2008, p. 28.

precisava ser encarnado, experimentado, para produzir medos ou angústia”[947].

A bruxaria se tornaria, assim, uma das principais heresias a serem combatidas a partir do século XIV, justificada pela Demonologia devido a uma única característica que distinguia tal prática de outras heresias menores: a bruxa ao fazer o pacto demoníaco renegava-se completamente a Deus, profanando-o. Tal associação entre os poderes demoníacos e a presença da bruxaria fora identificada por Stuart Clark, onde o autor afirmara que o próprio interesse europeu na modernidade a respeito do mundo sobrenatural teria alcançado maior incidência com o interesse *“por bruxas e demônios”* [948].

Ao pensar seu estudo a partir dos “derradeiros decênios do século XVI” na França moderna, Robert Mandrou identificaria três proposições essenciais para a constituição de um sistema mental que legitimaria a crença e, em consequência, a perseguição às feiticeiras.

> [...] uma crença cristã, fundada ao mesmo tempo sobre a tradição eclesiástica e sobre os inumeráveis exemplos de uma jurisprudência sem falhas; uma experiência visível, oferecida a todos, do processo judiciário que implica um consenso fácil de todos os participantes, juízes, testemunhos e acusados; enfim e sobretudo sentenças e confissões, fogueiras e confiscos, representando o julgamento de Deus e dos homens, a apresentar o melhor testemunho em favor do crime.[949]

A solidez com os quais tais elementos forneceram para a perseguição às feiticeiras ao longo dos séculos XVI e XVII francês foi considerável, onde o próprio Parlamento de Paris seria responsável pela identificação da onda de combate dos juízes que

---

[947] MUCHEMBLEND, Robert. *Op.cit.,* 2001, p. 80.
[948] CLARK, Stuart. *Pensando com demônios:* a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Tradução de Celso Mauro Paciomik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 14-15.
[949] MANDROU. Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do século XVII.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 63.

tomaria conta das diversas regiões francesas, como Toulouse e Montdidier.

Como já afirmara Geertz, é inegável o fato de que há uma considerável dependência do homem para com os diversos símbolos e sistemas simbólicos existentes no mundo, sendo eles "decisivos para sua viabilidade como criatura"[950], onde a modernidade nos apresenta como poderoso exemplo dessa dependência religiosa. Todavia, é inegável, também, que nos dias de hoje, inúmeras seitas, religiões ou mesmo crenças individuais se fazem presentes em diversos espaços sociais e que se utilizam da figura demoníaca dentro da simbologia religiosa que se apropriam, destacando, assim, que a permanência dos signos aleatórios[951] a respeito do Diabo não significa necessariamente uma continuidade/repetição de crenças e práticas relacionadas com a figura demoníaca.

Como mencionara Geertz, os padrões culturais são dotados de um duplo aspecto, onde o espaço em que as sociedades se inserem se modificam de modo que os símbolos religiosos sejam manipulados, mas onde tais símbolos também são capazes de sofrer variações a partir de determinadas apropriações que tais sociedades promovem de modo a tornarem tais símbolos também coerentes com o espaço em que se inserem[952].

O uso das sagradas escrituras, por parte do *Ritual*, para se construir toda uma justificativa teológica que corroborasse com a tese de que a presença do Diabo é ainda elemento de preocupação

---

[950] GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* São Paulo: Editoria LTC, 1989. p. 73.

[951] A definição de "signos aleatórios" se aproxima das análises propostas por Francisco Bethencourt ao pensar o *homo magus* na época moderna portuguesa, onde este passa a ser considerado como mediador entre signos produzidos aleatoriamente – como as interpretações acerca dos poderes do Diabo – e as demandas individuais inseridas no contexto em que o mágico atua. Cf: BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia:* feiticeiras, saludadores e nigromantes no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 57.

[952] *Ibidem.,* p. 69.

para a cristandade, bem como o de demonstrar suas diversas atribuições existentes[953], se torna exemplo importante para se perceber o modo como tal obra se aproxima das interpretações existentes na obra de Kramer e Sprenger. O Diabo ainda é considerado príncipe do mundo pelo *Ritual*, assim como também mencionaram Kramer e Sprenger.

Entretanto, a simbologia demoníaca ganha novas interpretações e modificações a partir do momento em que um dos objetivos do novo ritual católico é o de se distanciar de interpretações que estabeleçam uma verdadeira psicose do medo, onde a presença do maligno é percebida em toda a parte, ou seja, onipresente[954].

A preocupação mais direta em não tornar o ritual de exorcismo um espetáculo para multidões ou mesmo que tal ritual não seja associado a uma prática de caráter supersticioso, é um exemplo importante para se perceber, a partir da leitura do *Ritual de exorcismos e outras súplicas*, o modo como tais tentativas mencionadas tornaram a confecção do manual muito próxima às próprias demandas que a sociedade em que estava inserido também possuía. Não se trata apenas de construir toda uma estrutura de gestos e orações coerentes com a lógica católica. É necessário que tais práticas adquiram um caráter religioso e não meramente de superstição ou magia, como também fizeram Kramer e Sprenger.

O medo no Ocidente, tão mencionado por Jean Delumeau, e que assumiu caracteres assustadores a partir da difusão do medo do fim do mundo associado às tentações do grande príncipe do mundo, Satã, aos poucos fora perdendo força diante das sociedades que se faziam presentes a partir do mundo contemporâneo. Por outro lado, a descrença que se faz presente nas sociedades a respeito da presença do maligno é elemento de importância para se entender os objetivos

---

[953] IGREJA CATÓLICA. *Op.cit.*, 2008, p. 11.
[954] IGREJA CATÓLICA. *Op.cit.*, 2008, p. 7.

que o *Ritual de exorcismos e outras súplicas* se propõe a alcançar no sentido de não se encarado como uma obra supersticiosa.

> A ciência [...] tem demonstrado que, dos casos tidos como possessão diabólica, no passado, apenas 3% podem ser levados a sério. Daí a cautela da Igreja, nos últimos tempos, com relação à prática do exorcismo. O Catecismo da Igreja Católica lembra que é necessário proceder com prudência, assegurando-se, antes de celebrá-lo, se de fato se trata da presença do maligno ou de uma doença (CIC 1673).[955]

Portanto, se é possível apontar diversas aproximações entre uma obra inserida no século XV, o *Malleus Maleficarum*, com a tentativa de se renovar os rituais de exorcismos e toda uma cadeia de cultura demonológica que prevalecia até então, que é a publicação do *Ritual de exorcismos e outras súplicas*, deixando transparecer uma ideia de continuidade acerca da simbologia demoníaca em que ambas as obras se apropriam para a construção teórica, por outro lado, vale ressaltar que tal simbologia assume variações no *Ritual* que se relacionam diretamente com as próprias demandas que a Igreja Católica assumira a partir do Concílio Vaticano II, que buscava uma modernização católica de modo a tornar a Igreja coerente com as modificações que o mundo de então vivenciava[956], bem como da emergência de uma nova forma de medo, individualizante, não mais referente a uma civilização fragilizada diante de um medo único.

O Diabo se torna um agente pessoal a partir das próprias inseguranças individuais que cada cristão vivencia, sejam diante da depressão ou mesmo crises que envolvam suas vidas particulares, onde é necessário que a Igreja se faça presente a partir da própria

---

[955] IGREJA CATÓLICA. *Op.cit.*, 2008, p. 6,

[956] COUTINHO, Sérgio Ricardo. O Concílio Vaticano II na fronteira do Maranhão: ética comunicativa da fraternidade e renovação da cultura política. In: MANOEL, Ivan Ap.; FREITAS, Nainora M. B de (orgs). *História das religiões:* desafios, problemas, e avanços teórico, metodológicos e historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 193.

ação demoníaca que age particularmente em cada indivíduo. O exorcista, nesse caso, é entendido como um poderoso instrumento católico capaz de trazer novamente o conforto individual perdido, reintegrando novamente tal indivíduo na sociedade em que se insere. O *Ritual de exorcismos e outras súplicas* se torna um poderoso manual capaz de livrar os cristãos das tentações particulares dos demônios, reafirmando o poder da Igreja e sua consequente vitória frente às potências malignas.